

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO**

LUISIANE DA SILVEIRA GOMES

**CONSTRUINDO A VISIBILIDADE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO
MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL
ENTRE OS ANOS DE 1977 E 1985**

São Leopoldo

2023

LUISIANE DA SILVEIRA GOMES

**CONSTRUINDO A VISIBILIDADE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO
MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL
ENTRE OS ANOS DE 1977 E 1985**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador(a): Prof.^a Dra. Ana Paula Korndörfer

São Leopoldo

2023

G633c

Gomes, Luisiane da Silveira.

Construindo a visibilidade da participação feminina no movimento estudantil universitário no Rio Grande do Sul entre os anos de 1977 e 1985 / Luisiane da Silveira Gomes. – 2023.

415 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.

“Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Korndörfer.”

1. História oral. 2. Movimento estudantil. 3. Relações de gênero. 4. Rio Grande do Sul. I. Título.

CDU 93/98

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Silvana Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

LUISIANE DA SILVEIRA GOMES

**CONSTRUINDO A VISIBILIDADE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO
MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL
ENTRE OS ANOS DE 1977 E 1985**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em História pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
(UNISINOS).

Aprovada em: 30 de novembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Ana Paula Korndörfer (orientadora) – Universidade do Vale do Rio dos
Sinos (UNISINOS)

Prof^ª. Dra. Deise Cristina Schell – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
(UNISINOS)

Prof^ª. Dra. Lidiane Elizabete Friderichs – Universidade Estadual do Maranhão
(UEMA)

Prof^ª. Dra. Mariluci Cardoso de Vargas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS)

Prof^ª. Dra. Marluza Marques Harres – Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL)

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Ao meu filho Césare, com todo o meu amor, te dedico.

AGRADECIMENTOS

O período de escrita de um trabalho acadêmico é bastante solitário. Somos nós mesmos em companhia de nossos livros e artigos. Entretanto, são várias as pessoas que contribuíram, de alguma maneira, para que essa pesquisa fosse viabilizada. Por esse motivo, acho essa parte uma das mais importantes, sobretudo, quando esse caminho não foi dos mais tranquilos, pois teve uma gestação que não estava nos planos; um puerpério acompanhado por uma pandemia; (re)pensar a pesquisa num momento em que os arquivos estavam fechados e não havia a possibilidade de realizar as entrevistas previstas pessoalmente, devido ao isolamento social. Portanto, nesse espaço, gostaria de agradecer àquelas e àqueles que estiveram comigo ao longo desses anos.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, Sérgio Luís e Marlôwa, pelo apoio incondicional, além do suporte financeiro e emocional, vocês sempre confiaram em mim e na minha capacidade. Obrigada por me incentivarem a voar longe, mas sempre sabendo que teria para onde voltar. Às minhas irmãs, Fernanda e Ingrid; e meu irmão, Guilherme, pelo companheirismo e cumplicidade. Às minhas sobrinhas, Laura e Anita; e sobrinho, Pedro, por tornarem essa caminhada mais leve, embora repleta de saudade em virtude da distância (física). Não poderia deixar de agradecer aos meus avós paternos, Celso (*in memorian*) e Loide; minha vó Lazineha (*in memorian*) e madrinha Alda (*in memorian*) por todo amparo e carinho quando as coisas se tornavam difíceis.

Ao meu companheiro, Romulo, por embarcar comigo na viagem mais doida até aqui: a parentalidade. Mas, vou começar do começo! Nossa história se iniciou em 2018, quando cheguei em Porto Alegre de mala e cuia para começar o doutorado; portanto, nossa trajetória está entrelaçada com o curso, porém, diferente desse que se finda, espero que sigamos escrevendo outros capítulos (juntos, de preferência) por muito tempo. Ter a tua companhia nesse início do curso, tornou tudo menos doloroso, já que foram muitas mudanças (de casa, de cidade, de amigos) e perdas recentes de pessoas queridas, como do meu avô tão amado. 2019 foi o ano em que nossas vidas viraram de ponta cabeça: seríamos pais! Mais uma vez, tu foi calmária e disse que ficaríamos bem, e ficamos! Obrigada por ser esse companheiro e pai tão amoroso, prestativo e, principalmente, me dando apoio, conforto e afeto quando a vontade era jogar tudo para o alto. Obrigada, também, por ter me auxiliado com a tese, ajudando a transcrever as entrevistas e demais demandas. Te amo imensamente e sou grata por toda nossa partilha. Ao meu filho, Césare, meu maior incentivo e a melhor parte de mim!

Às minhas gatinhas, Luna e Frida, meus bichinhos de suporte emocional, por serem companhia de escrita, tanto nas manhãs e tardes, como também nas madrugadas intermináveis.

À minha segunda família e rede de apoio: meus sogros, Maria Inácia e Jurandir; tia Délcia, prima Karyuze e William, cunhada Thayla e os pequenos, Valentina e Vicente; não sei o que seria de mim (e dessa tese) sem o apoio e o amor de vocês comigo e com meu pequeno.

Às minhas amigas e amigos por todos os ótimos momentos vividos, que, com certeza, foram meu combustível para seguir em frente. À Fernanda, a minha pessoa no mundo, obrigada por se fazer sempre presente na minha vida, mesmo à distância. Às minhas amadas amigas, Bruna e Vanessa, meu muito obrigada por estarem sempre comigo, independentemente de qualquer coisa. À Cristal e Glauber, alegretenses que encontrei em Porto Alegre e que se tornaram amigos muito especiais. Obrigada pelo carinho, rolês e lanches de origem duvidosa na Cidade Baixa. Agradeço, igualmente, à Ana Carolina, Bruna Lopes, Jessica, Léo e Cristiano, por todo companheirismo e amizade. À Silmara, Giórgia, Lidiane e Daniella (*in memoriam*), minhas amigas de infância, obrigada pelo carinho e incentivo, mesmo de longe.

Ao Mateus Capssa, colega e amigo, por todo o material compartilhado e disposição em sanar todas as minhas dúvidas em relação ao movimento estudantil gaúcho.

Ao professor Renato Della Vechia, por contribuir com a minha pesquisa desde a época da graduação, sempre com muita atenção e generosidade. Agradeço, também, ao jornalista Rafael Guimaraens, pelo auxílio com as entrevistas.

Às companheiras do GT Estudos de Gênero da ANPUH/RS pelas valiosas trocas ao longo da minha caminhada acadêmica.

Agradeço, imensamente, às minhas entrevistadas, Angela Amaral; Eliana Colpo; Rose Romero; Bete Búrigo, Maria de Fátima Fischer; Maria do Carmo Janson; Sônia Maluf; Lucia Anello e Marta Levien, pela disponibilidade em conversar comigo e compartilhar suas memórias.

Aos colegas de PPGH, por todo conhecimento compartilhado. Obrigada, em especial, à Priscilla Almaleh e Marluce Fagundes, que se tornaram minhas grandes amigas, pela inspiração e trocas cheias de afeto. Da mesma forma, agradeço ao Vinicius, Deivid e Fábio, pela amizade e companheirismo.

Aos professores da Unisinos, em especial à minha orientadora, professora Ana Paula, por todos os ensinamentos, sempre com muita empatia e carinho nos momentos mais

desafiadores; à professora Eliane Fleck, pela acolhida carinhosa; e à professora Marluza, pelo exemplo de mulher e pesquisadora. À todas minha eterna admiração.

Aos professores que estiveram na minha banca de qualificação, Deise Schell e Hernán Ramirez, agradeço pelas ricas contribuições e sugestões tão importantes para a conclusão desta pesquisa. Às professoras Lidiane Friderichs e Mariluci Vargas pela disponibilidade em participarem da avaliação final e pelas pertinentes observações acerca do trabalho realizado.

À Tatiana, e demais secretárias do PPGH, por todo o auxílio que necessitei até a conclusão do curso.

(...) Não há vidas sem sentidos, e não há histórias de vida sem significado. Existem apenas histórias de vida com as quais nós (ainda) não nos preocupamos e cujas revelações (incluindo aquelas de estonteante trivialidade) permanecem, por essa razão, obscuras (PATAI, 2010, p. 19).

RESUMO

Por meio da presente tese, buscamos problematizar como se deu a inserção de mulheres no movimento estudantil universitário de esquerda no Rio Grande do Sul durante o processo de redemocratização do Brasil, ocorrido entre os anos de 1977 e 1985. Nosso recorte temporal é balizado pela volta das e dos estudantes às manifestações contra a ditadura civil-militar, após um período de refluxo, até o ano em que, legalmente, o regime ditatorial chega ao fim. Assim, nos primeiros capítulos deste trabalho, apresentamos um panorama do ensino superior no Brasil e no Rio Grande do Sul, bem como um levantamento historiográfico acerca do movimento estudantil e de suas lutas, sobretudo, a partir da fundação da União Nacional dos Estudantes, órgão máximo de representação estudantil. Da mesma forma, buscamos mostrar a trajetória da União Estadual dos Estudantes no Rio Grande do Sul para compreender como a entidade atuou no estado. Nos demais capítulos que compõem a pesquisa, damos enfoque à participação feminina nos espaços públicos, tanto na esfera da política estudantil como partidária. Deste modo, apoiadas metodologicamente na História Oral, realizamos uma série de entrevistas com ex-militantes do movimento social supracitado, procurando analisar, por meio dos testemunhos, como a esquerda estudantil gaúcha se organizava, principalmente, através das tendências estudantis, que eram influenciadas por partidos e/ou organizações clandestinas, e quais eram os espaços reservados às mulheres nas entidades representativas. A partir disso, trazemos uma análise acerca da invisibilidade feminina nos espaços de poder na política estudantil, pois acreditamos que o tema é de extrema relevância, já que é um fenômeno que persiste em diversos contextos, mesmo após a redemocratização, e é fundamental examiná-la para promover a igualdade de gênero e a inclusão das vozes femininas na esfera pública. Neste sentido, o trabalho pode auxiliar acerca do entendimento do papel das mulheres no ativismo político durante a transição para a democracia e, ao mesmo tempo, destacar a necessidade de igualdade de gênero e representação feminina nos espaços de poder. Além do mais, através da rememoração, o trabalho pode contribuir significativamente para a compreensão de como o movimento estudantil universitário se rearticulou no estado, principalmente após um período de refluxo, e como a juventude se envolveu em manifestações contrárias às políticas ditatoriais adotadas.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul; movimento estudantil; história oral; relações de gênero.

ABSTRACT

Through this thesis, we sought to problematize how women were included in the left-wing university student movement in Rio Grande do Sul during the process of re-democratization in Brazil, which took place between 1977 and 1985. Our time frame is marked by the return of students to demonstrations against the civil-military dictatorship, after a period of reflux, until the year in which the dictatorial regime legally came to an end. Thus, in the first chapters of this work, we present an overview of higher education in Brazil and Rio Grande do Sul, as well as a historiographical survey about the student movement and its struggles, especially since the foundation of the National Union of Students, the highest organization of student representation. Likewise, we sought to show the development of the State Union of Students in Rio Grande do Sul to understand how the organization acted within the state. Over the remaining chapters, we focus on women's participation in public spaces, both in student and party politics. Therefore, with the methodological support of Oral History, we conducted a series of interviews with former militants of the aforementioned social movement, trying to analyze, through their testimonies, how the left-wing student movement in Rio Grande do Sul organized itself, mainly through student tendencies, which were influenced by clandestine parties and/or organizations, and what spaces were reserved for women in the representative entities. Based on this, we present an analysis of women's invisibility in spaces of power of student politics, because we believe this matter to be of extreme relevance, since it is a phenomenon that persists in various contexts, even after the re-democratization process, and it is of fundamental importance to examine this phenomenon in order to promote gender equality and the inclusion of women's voices in the public sphere. In this sense, the work can help us understand the role of women in political activism during the transition to democracy and, at the same time, highlight the necessity of gender equality and female representation in spaces of power. Furthermore, through reminiscing, the work can make a significant contribution to understanding how the university student movement was rearticulated in the state, especially after a period of reflux, and how the youth became involved in demonstrations against the dictatorial policies adopted.

Keywords: Rio Grande do Sul; student movement; oral history; gender relations.

LISTA DE SIGLAS

AMESEA - Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas
CEUACA - Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida
CONEG - Conselho Nacional de Entidades Gerais
CONSUN - Conselho Universitário
DCE - Diretório Central dos Estudantes
DEE - Diretórios Estaduais dos Estudantes
DI - Dissidências Estudantis
DNE - Diretório Nacional dos Estudantes
FAP - Federação Acadêmica de Pelotas
FAPA - Federação Acadêmica de Porto Alegre
FBPF - Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FEUP - Federação de Estudantes Universitários Particulares
FEUPA - Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre
FEURGS - Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul
FEUSM - Federação dos Estudantes Universitários de Santa Maria
FunBa - Fundação Universitária de Bagé
FURG - Universidade Federal do Rio Grande
PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RU - Restaurante Universitário
UBES - União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UCPel - Universidade Católica de Pelotas
UCS - Universidade de Caxias do Sul
UEE - União Estadual dos Estudantes
UFPel - Universidade Federal de Pelotas
UFRRGS - Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UGES - União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas
UIE - União Internacional de Estudantes
UME - União Metropolitana de Estudantes
UMESPA - União Metropolitana de Estudantes Secundários de Porto Alegre
UNE - União Nacional de Estudantes
UPA - Universidade de Porto Alegre

URGS - Universidade do Rio Grande do Sul

USM - Universidade de Santa Maria

UUF - União Universitária Feminina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 “QUE VIVAN LOS ESTUDIANTES JARDÍN DE NUESTRA ALEGRIA”: A HISTÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL.....	45
2.1 Expansão do ensino superior no Brasil e no Rio Grande do Sul.....	45
2.2 As Federações Acadêmicas	59
2.3 A inserção feminina na universidade brasileira	67
2.3.1 A União Universitária Feminina (UUF).....	71
2.4 A criação da UNE	78
2.5 A UNE no Estado Novo.....	80
2.6 Atuação da UNE no período democrático (1945-1964).....	85
2.7 O CPC da UNE	89
2.8 O conturbado início dos anos 1960 no Brasil.....	91
2.8.1 O complexo IPES-IBAD	95
2.8.2 Governo João Goulart e o golpe civil-militar	100
2.9 A União Estadual dos Estudantes (UEE/RS)	106
3 “QUEM DISSE QUE SUMIU?” – O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A LUTA CONTRA A DITADURA CIVIL-MILITAR	124
3.1 Consolidação do movimento golpista e os rumos do movimento estudantil	124
3.2 Educação em tempos de ditadura civil-militar	146
3.2.1 A luta pela Reforma Universitária.....	155
3.2.2 Os acordos MEC-USAID	163
3.2.3 “Operação Limpeza” e os expurgos nas universidades gaúchas	170
3.3 O AI-5 e o Decreto-lei nº 477	177
3.4 A volta da UNE	184
3.5 A refundação da UEE/RS	190
4 A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA CONSTITUIÇÃO DA POLÍTICA ESTUDANTIL NO BRASIL: ATUAÇÃO EM PARTIDOS E TENDÊNCIAS ESTUDANTIS.....	199
4.1 PCB: origem e as primeiras militantes	199
4.2 Movimento feminino <i>versus</i> Movimento feminista?.....	213
4.3 A militância feminina	237
4.4 A influência da esquerda católica no movimento estudantil	247

4.4.1 As mulheres jucistas	254
4.4.2 A Ação Popular (AP).....	256
4.5 Organização da esquerda brasileira nos anos 1970.....	264
4.6 As tendências estudantis	267
4.6.1 “Refazendo”.....	270
4.6.2 “Liberdade e Luta”	271
4.6.3 “Centelha” e “Peleia”	272
4.6.4 “Caminhando” e “Viração”	274
4.6.5 “Unidade”	277
4.6.6 “Avançando”	277
4.6.7 “Hora do Povo”	278
4.6.8 “Convergência Socialista/Alicerce”	278
4.6.9 “Alternativa” “Organizar a Luta”	279
5 MEMÓRIA E HISTÓRIA: REFLEXÕES SOBRE AS DIFICULDADES E LIMITES NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E DAS POLÍTICAS DE REPARAÇÃO	281
5.1 História oral e memória	281
5.2 A Lei de Anistia brasileira: entre as políticas do esquecimento e as políticas de memória.....	304
6 MULHERES E MILITANTES: MEMÓRIAS DE ATUAÇÃO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO GAÚCHO	317
6.1 Memórias da militância: apresentando as narradoras	317
6.1.1 Angela Maria do Amaral	320
6.1.2 Lucia de Fátima Socoowski Anello.....	326
6.1.3 Maria Rosilane Zoch Romero.....	332
6.1.4 Marta Elena Angelo Levien.....	339
6.1.5 Eliana Rita Mariotto Colpo	342
6.1.6 Maria de Fátima Bueno Fischer	345
6.1.7 Maria do Carmo Janson.....	353
6.1.8 Elisabete Zardo Búrigo.....	356
6.1.9 Sônia Weidner Maluf.....	361
6.2 A secundarização do papel da mulher no movimento estudantil.....	369
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	384
REFERÊNCIAS	388

1 INTRODUÇÃO

Há muito que a produção historiográfica se detém a analisar o movimento estudantil como sendo um dos principais movimentos sociais de resistência à ditadura civil-militar no Brasil, porém, grande parte dessa produção centra-se, sobretudo, no período compreendido entre os anos de 1964 e 1968. Contudo, entendemos que são anos-chave, nos quais os estudantes, representados pelo seu órgão máximo, a União Nacional de Estudantes (UNE), desempenharam um papel fundamental em favor da manutenção do Estado democrático de direito e, também, em favor de suas bandeiras próprias, tais como a reforma universitária e a ampliação do acesso ao ensino superior, por exemplo.

Dessa maneira, percebemos que a historiografia acerca deste tema é consideravelmente extensa, mas elas se baseiam em dois eixos: 1) resgatar o papel histórico desempenhado pelo estudante ou 2) fazer uma análise do desenvolvimento das entidades estudantis¹. São raras as obras que visam trabalhar com certas especificidades, como, por exemplo, as questões de gênero, ou ainda, os aspectos regionais, fugindo do eixo dos grandes centros (Rio-São Paulo). Foi pensando nessas questões que nos propomos a abordar essas temáticas no Trabalho de Conclusão de Curso em História, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e, posteriormente, na Dissertação de Mestrado. Assim, foi elaborado um trabalho que tinha como objetivo norteador a participação de mulheres no movimento estudantil na cidade de Pelotas, interior do Rio Grande do Sul, durante o processo de redemocratização do Brasil².

Ao dar continuidade a essa pesquisa na Tese, nos propomos a retomar algumas discussões, bem como aprofundar outras, principalmente quanto à política estudantil desempenhada no Rio Grande do Sul. Fornecem embasamento a esta perspectiva, dois fatores principais. O primeiro diz respeito à inexistência de outros trabalhos similares a este. Sendo assim, este projeto pode ser considerado inédito no que tange ao tema, bem como ao período retratado, que compreende o início do processo da transição da ditadura civil-militar à nova República. O segundo diz respeito à importância de tentar recuperar, através da memória, a

¹ ARAUJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007; MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas, São Paulo: Ed. Papyrus, 1987 e MENDES JUNIOR, Antônio. *Movimento estudantil no Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

² Para maior conhecimento acerca do trabalho, ver: GOMES, Luisiane da Silveira. *A atuação feminina no movimento estudantil universitário durante o processo de redemocratização do Brasil (Pelotas/RS: 1977-1985)*. 2017.193 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

participação feminina em um dos principais movimentos de resistência à ditadura civil-militar. É neste sentido que entendemos o caráter de ineditismo da pesquisa³.

Assim, o presente trabalho pretende analisar as memórias construídas por mulheres que militaram no movimento estudantil universitário de esquerda no Rio Grande do Sul durante o processo de redemocratização do Brasil. Para tanto, ele girará em torno da rememoração dessas militantes que atuaram no movimento supracitado, nos auxiliando a compreender como se deu a rearticulação estudantil no estado, quando estes jovens tomam as ruas novamente ao promoverem manifestações contrárias às políticas adotadas pela ditadura civil-militar⁴, bem como em favor do reestabelecimento das liberdades democráticas. Além do mais, procuramos, por meio desta pesquisa, refletir acerca dos espaços de poder dentro da política estudantil que eram destinados às mulheres, uma vez que tais espaços eram (e ainda são) ocupados majoritariamente por homens.

Delimitamos, para este trabalho, o período de transição da ditadura civil-militar para a democracia, dando destaque, sobretudo, aos anos de 1977 a 1985. Sendo assim, o ano que dá início ao nosso recorte temporal foi marcado pelo ressurgimento das lutas estudantis em quase todas as partes do país em resposta a um conjunto de leis que ficou conhecido como “Pacote de Abril” e resultou na organização do Dia Nacional de Lutas, marcado para 19 de maio daquele ano. E balizamos nosso recorte temporal até o ano de 1985 por ser este o ano em que o período ditatorial chega ao seu fim no Brasil⁵. No entanto, acreditamos que, apesar de o regime militar ter findado naquele ano, ainda convivemos com estruturas repressivas consolidadas durante os vinte e um anos de sua vigência⁶.

³ Ao fazermos uma busca no sítio *Aparecidas*, que é um centro de referência em estudos sobre mulheres na ditadura civil-militar, encontramos apenas um título que faz menção ao tema proposto: LIBRENZA, Isadora Ritterbusch. *História oral da militância feminina no movimento estudantil: a trajetória de entrevistadas do Projeto Marcas da Memória (1964-1969)*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/aparecidas/monografias-dissertacoes-e-teses/>. Acesso em: 17/11/2021.

⁴ Optamos por utilizar tal expressão por entendermos que ela faz alusão à efetiva participação da sociedade civil nas conspirações que precederam o golpe, assim como em boa parte do período ditatorial. Esse tema é bastante discutido pela historiografia especializada, pois não existe um consenso entre os estudiosos. Sobre isso, ver: MELO, Demian Bezerra. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, Ano XIII, Nº 27, 2º Semestre, 2012. p. 39-53; REIS FILHO, Daniel Aarão. 1964: golpe militar ou civil? In: FIGUEIREDO, Luciano (Org.). *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013, p. 197-201. Ainda de acordo com o historiador Carlos Fico, em seu artigo intitulado: Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas, ele afirma que “o golpe foi efetivamente dado (não apenas apoiado) por civis e militares e, portanto, é possível chamá-lo de civil-militar” (Fico, 2014, p. 52).

⁵ Convergindo com a maior parte da historiografia, que localiza o fim do período ditatorial brasileiro no ano de 1985, também nos utilizamos dessa periodização em nosso recorte.

⁶ Um dos resquícios com os quais ainda convivemos atualmente refere-se à violência policial. Após a transição para a democracia, órgãos repressivos como o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna) foram extintos, mas, com a Anistia, os defensores de medidas autoritárias ainda

Apesar de o nosso recorte temporal compreender os anos iniciais do processo de redemocratização do Brasil, acreditamos ser necessário abordarmos o surgimento da entidade nacional aglutinadora do estudantado brasileiro, a União Nacional dos Estudantes (UNE), no ano de 1937, como marco inicial em nosso aporte historiográfico⁷, uma vez que o movimento estudantil constituiu-se em um dos movimentos sociais mais importantes da história do país, já que se fez presente em inúmeros acontecimentos que marcaram a vida política e social do Brasil. De acordo com Maria Paula Araújo (2007, p. 15), não há insurreição, resistência ou grandes mudanças sem a presença de estudantes.

Percebemos uma intensa atividade do movimento estudantil, sobretudo a partir da década de 1960. Naquele contexto, a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, acabou por gerar uma crise política no Brasil, já que, segundo a Constituição Federal vigente à época, quem deveria assumir a presidência do país era o vice-presidente, João Goulart. No entanto, os ministros militares se opuseram, veementemente, à posse de Jango, uma vez que ele representava a continuidade do “legado getulista”⁸ e da “força do trabalhismo na cultura política brasileira” (Araújo, 2007, p. 91). Finalmente, em setembro de 1961, o impasse relativo à posse de Goulart foi superado com a implementação do sistema parlamentarista, que vigorou até 1963, quando, em plebiscito, a população votou favoravelmente ao retorno do presidencialismo. O governo Goulart foi marcado por uma crise econômica, gerada pelos altos índices de inflação, o que acabou desagradando a classe média e fez com que os setores mais conservadores da sociedade se mobilizassem contra esse governo. Foi nesse momento, também, que as atividades sindicais se intensificaram, especialmente no que se refere às

se fazem presentes nos aparatos de segurança pública. Além do mais, na ausência de uma ruptura concreta, instituições como a Polícia Militar e o Exército livraram-se de reformas estruturais. A ação violenta desses órgãos se dá em nome do combate ao suposto “inimigo do país”, que, hoje, encontra-se nas favelas brasileiras (guerra ao tráfico, por exemplo). Outra consequência dessas abordagens violentas dos aparatos policiais em áreas periféricas é o desaparecimento de corpos. O caso do ajudante de pedreiro, Amarildo de Souza, de 43 anos, ocorrido em 2013 numa favela do Rio de Janeiro, exemplifica essa questão. O caso Amarildo foi amplamente divulgado pela imprensa na época em aconteceu, pois ele desapareceu após ser conduzido por policiais militares para ser interrogado na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) entre os dias 13 e 14 de julho e nunca mais foi visto. Em fevereiro de 2016, a juíza Daniella Alvarez Prado, da 35ª Vara Criminal da Capital, julgou e condenou 12 dos 25 policiais militares por tortura seguida de morte, ocultação de cadáver e fraude processual. Dentre os condenados estava o Major Edson Raimundo dos Santos, que comandava a UPP em 2013. No entanto, conforme divulgado pela imprensa em fevereiro de 2021, após cumprir menos de 5 anos (dos 13 a que foi condenado), ele voltou a desempenhar função compatível com sua patente na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Isso se deve ao fato de que a justiça nunca impôs ao major a perda da função pública e ele seguiu recebendo salário normalmente. Esse caso é emblemático, ao nosso ver, porque ilustra a questão do uso de violência extrema por parte dos agentes do Estado, bem como a impunidade, que mantém uma “redoma protetiva” em torno desses agentes. Sobre o caso Amarildo, ver: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2021/02/major-da-pm-condenado-por-torturar-amarildo-vai-voltar-ao-trabalho-no-rio-de-janeiro-ckkoezh5y000k01i1yk7zplmo.html>. Acesso em: 17/11/2021.

⁷ Nos aprofundaremos nesta discussão ao longo do primeiro capítulo da Tese.

⁸ João Goulart era o “afilhado político” de Getúlio Vargas, de acordo com Jorge Ferreira (2014); portanto, ele seria o responsável por levar adiante o legado político de Vargas.

greves. Ademais, o projeto das Reformas de Base⁹, que previa uma série de reformulações em diversas esferas, tendo a Reforma Agrária como principal medida, foi rechaçado pelos setores à direita (Araujo, 2007, p. 139).

Somando-se à insatisfação das classes dominantes em relação ao governo de Goulart, outro fator que fez com que o golpe se consolidasse foi a rebelião dos marinheiros¹⁰, ocorrida no final de março de 1964. Neste episódio, alguns rebelados acabaram presos. No entanto, em curto espaço de tempo, o presidente concedeu anistia aos marinheiros, o que desagradou ao oficialato da Marinha, gerando, assim, uma crise também no setor militar. A partir disso, a ameaça de golpe era iminente e, em 31 de março daquele ano, as tropas do general Mourão Filho declararam-se em estado de insubordinação contra o governo federal. Segundo estudiosos, tais como o historiador Carlos Fico (2015), Jango recusou-se a resistir para evitar uma “guerra civil”; deixou Brasília rumo à Porto Alegre, onde encontrou-se com alguns aliados, entre eles, Leonel Brizola. Posteriormente, encaminhou-se para sua fazenda em São Borja (interior do Rio Grande do Sul) e, por fim, seguiu para o exílio no Uruguai. Em 1º de abril de 1964, o general Artur da Costa e Silva se autoneomeou comandante do “Exército Nacional”, assumindo, assim, o controle do “Comando Supremo da Revolução”, acompanhado do vice-almirante Augusto Grünwald e do brigadeiro Francisco de Melo. Entretanto, no segundo dia de abril, apesar de João Goulart ainda se encontrar em território brasileiro, o Congresso Nacional declarou a vacância da Presidência da República, entregando o cargo de chefe da nação novamente ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, concretizando, dessa forma, o golpe de Estado (Fico, 2015, p. 54-55).

Uma das primeiras vítimas do golpe civil-militar foi a UNE, que teve sua sede no Rio de Janeiro invadida e incendiada por policiais à paisana. Além disso, as principais lideranças do movimento estudantil acabaram presas e muitas entidades estudantis estaduais foram fechadas. Nesse momento, a luta estudantil voltou-se, sobretudo, em favor da Reforma Universitária, sendo esta uma demanda estudantil já de longa data e que, no governo Goulart, estava inserida no projeto das Reformas de Base. A criação da Universidade de Brasília (UnB), em dezembro de 1961, serviu de respaldo para a elaboração do projeto de Reforma Universitária daquele governo, o qual pretendia empreender uma série de medidas na UnB,

⁹ O projeto das Reformas de Base também será abordado novamente no primeiro capítulo do trabalho.

¹⁰ O episódio que ficou conhecido como Revolta dos Marinheiros originou-se através da resistência dos marinheiros, reunidos na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro no dia 25 de março de 1964, à ordem de prisão emitida pelo ministro da Marinha, Sílvio Mota. Os marinheiros realizavam uma reunião comemorativa do segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade considerada ilegal. Para maiores informações, ver: <https://fpabramo.org.br/2019/03/29/ha-55-anos-anistia-de-jango-a-marinheiros-enfurecia-generais/>. Acesso em: 07/03/2021.

entre elas: a extinção do sistema de cátedras, o fomento à pesquisa, a democratização do acesso, a elaboração de carreira docente com melhores salários e o regime de trabalho de dedicação exclusiva. Todavia, com o advento do golpe civil-militar, essa promissora experiência acabou sendo interrompida e a universidade foi invadida por tropas militares no dia 09 de abril de 1964.

O ano de 1968 é considerado significativo para o movimento estudantil, pois foi nesse momento que as lutas estudantis Brasil afora atingiram o seu ápice. O estopim para essa intensificação foi a morte do estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto, em 28 de março, no Restaurante Central dos Estudantes, conhecido também como Calabouço, localizado na cidade do Rio de Janeiro. A partir de então, observamos o recrudescimento da repressão policial contra as manifestações públicas de repúdio ao regime, uma vez que os manifestantes tidos como “subversivos” foram perseguidos e muitos deles acabaram sendo presos e se tornaram vítimas de um Estado que fazia uso de violência extrema. Com isso, grande parte dos presos políticos passaram por sessões de tortura nos interrogatórios, as quais eram justificadas como forma de obter respostas dos acusados, porém, muitos deles não resistiram às agressões sofridas e acabaram mortos. Para aqueles que conseguiram escapar da repressão, restava apenas a clandestinidade (Marçal, 2006; Santos, 2009; Valle, 2008).

A instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5), promulgado em 13 de dezembro daquele ano é considerado o mais duro entre os dezessete grandes decretos instituídos pela ditadura brasileira, foi um dos responsáveis pela desarticulação e refluxo do movimento estudantil. Assim, somente a partir de meados de 1976 começaram a surgir algumas manifestações isoladas em determinadas cidades. De acordo com David Maciel (Maciel, 2004, p. 91), isso foi possível, uma vez que, a partir daquele ano, o regime militar começou a apresentar sinais de enfraquecimento em consequência à crise do “milagre econômico”. A crise do “milagre brasileiro”, segue Maciel, ocorreu como crise de acumulação, na medida em que a “inundação” de dólares cessou após a crise do petróleo de 1973 e a relação deficitária da balança de pagamentos dificultou progressivamente a capacidade de financiamento do Estado. Ainda de acordo com o autor, através de um rígido controle de preços, o governo militar conseguia mascarar esses problemas econômicos que o país atravessava. Assim, reprimia-se uma forte pressão inflacionária, que era gerada pela escassez de produtos e matéria-prima, bem como pela inflação vigente no mercado internacional.

Além disso, outro fator determinante para a derrocada do regime militar diz respeito à vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que representava os candidatos de oposição, nas eleições de 1974 para o Congresso Nacional, assim, de acordo com Daniela

Richter e Thieser da Silva Farias (2019, p. 395), “as conquistas da oposição na Câmara e, sobretudo no Senado, promoveram mudanças no arranjo das forças políticas”. Logo, nas palavras de Nildo Inácio (2013, p. 38), “a partir do governo Geisel, alguns direitos civis são devolvidos a título de aproximar o regime de aspectos mais liberais, mantendo, contudo, os principais mecanismos de governo autoritário”, já que, a cada conquista eleitoral do MDB, o poder executivo do regime militar decretava novas leis com o intuito de cercear a ampliação do número de parlamentares de oposição.

Em abril de 1977, temendo um novo avanço emedebista no pleito seguinte, Ernesto Geisel encaminhou ao Congresso Nacional uma série de reformas político-eleitorais¹¹ que tinham como objetivo principal garantir a maioria da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e, se, porventura, fossem aprovadas, levariam o presidente a fechar o Congresso através de uma medida presidencial, ou seja, o presidente poderia impô-las. Esse fato ficou conhecido como “Pacote de Abril”. Tal posicionamento demonstra as ambiguidades desse período, pois, com essa medida, ficou evidente que o governo ainda tinha poderes suficientes para ditar as regras durante o processo de distensão política (Salomão, 2019). Segundo Ivan Salomão, ao revogar o AI-5, após dez anos de sua vigência, em dezembro de 1978, Geisel “promoveu a mais clara e efetiva medida até então tomada rumo ao fim do regime discricionário” (Salomão, 2019, p. 58). O processo de distensão política foi mantido e aprofundado durante o governo do sucessor de Geisel, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985).

Segundo Renato Della Vechia (2010), a mobilização estudantil atingiu outro nível neste momento, uma vez que ocorreram manifestações em praticamente todos os estados do país. Além disso, o movimento estudantil aliou-se a outros setores e movimentos sociais, intensificando sua luta ao promover greves, passeatas e manifestações públicas contra o governo militar. Muitas dessas manifestações eram de cunho econômico e político, visto que os estudantes lutavam pelo aumento do número de vagas nas universidades públicas, mais verbas para a educação, melhorias nos Restaurantes Universitários, assim como pediam o fim das prisões, das torturas e dos assassinatos. Lutavam, também, por uma Anistia Ampla, Geral

¹¹ Após a promulgação do Ato Institucional nº 2 (AI-2), em 27 de outubro de 1965, os partidos políticos foram extintos, bem como seus respectivos registros, vide artigo 18. A partir disso, foi implantado um novo sistema partidário, no qual estava permitido o exercício de duas, ou, no máximo, três agremiações, já que a ditadura pretendia criar um simulacro de democracia e a proibição da existências de partidos políticos ou a adoção do modelo de partido único (associação às ditaduras monopartidárias) não seriam vistas com “bons olhos”. Portanto, a alternativa adotada foi o bipartidarismo, que durou até o final de 1979. A ARENA era o partido governista, e o MDB, o oposicionista. Sobre o AI-2, ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Sobre o sistema político bipartidário: BASTISLLA, Alessandro. A ditadura militar e o bipartidarismo: casuísmos e um simulacro de democracia. *CLIO: Revista Pesquisa Histórica*, Recife, Vol. 39, Nº. 2, p. 256-293, jul-dez, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8255723>. Acesso em: 17/11/2021.

e Irrestrita e pelo fim da ditadura civil-militar. É nesse período que o Movimento Sindical atinge seu ápice, tornando-se protagonista, e polariza o enfrentamento da oposição com o regime militar.

Logo após sua posse, Figueiredo conduziu uma grande manobra política que tornou irreversível o caminho para a redemocratização do Brasil e que é considerada o ápice do processo de desconstrução do regime autoritário: a anistia. A Lei de Anistia¹², como passou a ser conhecida popularmente a lei nº 6.683, foi sancionada em 28 de agosto de 1979 e previu anistia a todos que cometeram crimes políticos no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Dessa forma, aqueles perseguidos políticos que outrora haviam sido condenados nos tribunais militares tiveram seus processos anulados, presos políticos foram libertados dos presídios e delegacias e, além disso, exilados e banidos puderam retornar ao país. Contudo, o texto aprovado no Congresso, por estreita margem, não atendeu ao pedido da oposição, que demandava por uma anistia ampla, geral e irrestrita, uma vez que aqueles condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e os chamados “crimes de sangue” tiveram sua liberdade negada, ou seja, a lei não contemplou os presos por ações armadas com mortos e/ou feridos. Muitos destes continuaram encarcerados até o final da sentença ou foram libertados em virtude da redução da pena após mudanças na Lei de Segurança Nacional¹³.

¹² Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16683.htm. Acesso em: 21/03/2021.

¹³ A Lei nº 38/1935, mais conhecida como Lei de Segurança Nacional (LSN) foi aprovada durante o governo de Getúlio Vargas e se tornou o primeiro conjunto de regras voltado a punir crimes “contra a ordem política e social”. Após o Levante Comunista de 1935, o governo aprovou uma segunda lei (lei nº 136/1935) que ampliava o rol de crimes “contra a ordem política e social”, tornando-a mais restritiva aos opositores de Vargas. Em 1936, uma nova legislação criou o Tribunal de Segurança Nacional, órgão que estava ligado à Justiça Militar e que, durante o Estado Novo, serviu para perseguir os opositores políticos do regime. Em 1953, ela passou por uma reformulação, substituindo as determinações da ditadura do Estado Novo e restringiu a competência de atuação da Justiça Militar para determinados crimes (ver artigo 42). A legislação tornou regra o uso da jurisdição ordinária, ou seja, os tribunais e julgamentos da Justiça comum. No entanto, em 1965, após o golpe civil-militar, o AI-2 devolveu à Justiça Militar a atribuição de julgar todos os crimes políticos cometidos contra civis e militares, sem distinção. Em 13 de março de 1967, foi publicado o decreto-lei nº 314/1967. Essa normativa, assim como as outras três aprovadas ao longo dos governos militares, refletiu a chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN) da época. A DSN foi criada em meados de 1945 e foi fruto de uma lógica política característica do contexto da Guerra Fria (países comunistas x países capitalistas) e representava um conjunto de ideias gestado no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG), que defendia um projeto de país ufanista, desenvolvimentista e alinhado ideologicamente aos Estados Unidos. O objetivo da DSN era “proteger” o país contra uma suposta “ameaça comunista”. Dessa forma, a Lei de Segurança Nacional refletiu a lógica de “combate ao inimigo”, pois responsabilizava todos as pessoas físicas ou jurídicas pela segurança do país (art.1), definia que essa segurança seria garantida sem “antagonismos” (art. 2) e permitia a adoção de medidas de prevenção e repressão contra “a guerra psicológica adversa” e “a guerra revolucionária ou subversiva” (art.3). Em 13 de dezembro de 1968, o governo baixou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), considerado o mais duro dentre todos os atos institucionais, e que suspendeu o habeas corpus. No ano seguinte, o governo aprovou uma nova Lei de Segurança Nacional, decreto-lei nº 898/1969, que passou a prever a pena de morte e a prisão perpétua, o que só foi alterado com a lei nº 6.620/1978. A última reformulação da LSN aconteceu em 1983, quando o Congresso Nacional aprovou a lei nº 7.170/1983, a qual estava em vigor até setembro de 2021, quando o presidente da República sancionou, com vetos, a lei nº 14.197/2021, que revogava a Lei de Segurança Nacional. A principal

Embora sancionada há mais de 40 anos, a Lei de Anistia ainda motiva intensa discussão em razão de ter beneficiado os militares que cometeram graves violações dos direitos humanos em nome do Estado, configurando uma “autoanistia” aos agentes da repressão. Isto é, numa tentativa de “apaziguar os ânimos”, a dualidade com que fora concedida a anistia era considerada, na época, fator indispensável para se banir o temor de revanchismos. No entanto, como frisa Lucia Elena Arantes Ferreira Bastos, é necessário reforçar a distinção entre: 1) leis de anistia oferecidas pelos Estados aos seus opositores, normalmente por crimes políticos e 2) aquelas que concedem imunidade ao próprio Estado pelos atos cometidos por seus agentes. O entendimento é de que apenas o primeiro caso encontra-se no rol dos direitos do Estado, devido ao seu papel de vítima da agressão e de garantidor das leis penais estatais, e esse direito não deveria se estender a situações nas quais o próprio Estado, por meio dos seus agentes, é o perpetrador das violações (Bastos, 2008, p. 613).

É importante lembrarmos que o Brasil é reincidente na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) por não punir alguns crimes ocorridos durante a ditadura civil-militar, estando a condenação mais recente relacionada à morte do jornalista Vladimir Herzog¹⁴. Em sua sentença, a CIDH determinou que os fatos ocorridos contra o jornalista devem ser enquadrados como crime de lesa-humanidade, conforme definição dada pelo Direito Internacional¹⁵. Esse tribunal concluiu que o governo brasileiro não pode invocar a existência da figura da prescrição, aplicar a lei de anistia ou qualquer outra disposição

mudança observada nesse texto aprovado em 1983 é a revogação do art. 3, uma vez que, a partir disso, não se justificava a prisão e/ou manutenção de presos políticos. A legislação consultada encontra-se nas referências desta tese. Sobre a revogação da LSN, ver: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/09/02/sancionada-a-revogacao-da-lei-de-seguranca-nacional-artigo-contradisseminacao-de-fake-news-e-vetado>. Acesso em: 17/11/2021.

¹⁴ A outra condenação do Brasil é referente ao caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”). Para acesso à sentença, ver: http://www.dhnet.org.br/verdade/rn/combaterentes/glenio/caso_lund_gomes_araguaia.pdf. Acesso em: 02/04/2021.

¹⁵ Crimes de lesa-humanidade são todos aqueles crimes cometidos contra a humanidade. Estes crimes estão descritos no Estatuto de Roma, de 17 de julho de 1998, e é neste estatuto que encontramos uma das descrições mais conhecidas e utilizadas de crimes sob o Direito Internacional, são elas: a) Homicídio; b) Extermínio; c) Escravidão; d) Deportação ou transferência forçada de uma população; e) Prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais de direito internacional; f) Tortura; g) Agressão sexual, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável; h) Perseguição de um grupo ou coletividade que possa ser identificado, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de gênero, tal como definido no parágrafo 3o, ou em função de outros critérios universalmente reconhecidos como inaceitáveis no direito internacional, relacionados com qualquer ato referido neste parágrafo ou com qualquer crime da competência do Tribunal; i) Desaparecimento forçado de pessoas; j) Crime de *apartheid*; k) Outros atos desumanos de caráter semelhante, que causem intencionalmente grande sofrimento, ou afetem gravemente a integridade física ou a saúde física ou mental. Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm; <https://www.politize.com.br/o-que-sao-crimes-contrahumanidade/>. Acesso em: 17/11/2021.

semelhante e/ou excludente de responsabilidade para isentar-se de seu dever de investigar e punir os responsáveis. Assim, para a Corte Interamericana, devido à falta de investigação, bem como de julgamento e punição dos responsáveis pela tortura e pelo assassinato de Vladimir Herzog, cometidos em um contexto de ataques sistemáticos e generalizados contra civis, o Brasil violou os direitos às garantias judiciais e à proteção judicial de seus familiares¹⁶.

Outra medida que serviu de esteio para o processo de redemocratização no Brasil foi a promulgação da lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Através desta lei, houve uma reformulação dos partidos políticos e nela estavam definidos os parâmetros gerais do novo sistema partidário que, conforme afirma Américo Freire, se resume em: 1) os partidos permaneceriam como figuras de direito jurídico interno; 2) seriam entidades de âmbito nacional, sendo interditadas quaisquer vinculações com governos, entidades ou partidos estrangeiros; 3) deveriam ser obrigatoriamente designados como partidos, causando, com isso, a suspensão imediata das duas agremiações existentes – Arena e MDB; 4) para o reconhecimento do partido, a agremiação deveria ter obtido o apoio expresso na última eleição geral para a Câmara dos Deputados de 5% do eleitorado em pelo menos 9 Estados, com o mínimo de 3% em cada um deles; 5) deveria ainda contar com 10% dos deputados e senadores; 6) para permitir a formação de agremiações que não tivessem ainda condições de cumprir esses pré-requisitos, foi estabelecido um prazo para o registro dos novos partidos até o fim da legislatura (março de 1983) (Freire, 2014, p. 297).

Naquele momento, seis partidos foram criados. O Partido Democrático Social (PDS) sucedeu a Arena e era o partido de apoio ao governo; a oposição continuou a cargo do PMDB, antigo MDB, porém acabou perdendo inúmeros quadros, que acabaram migrando para outras legendas. O Partido Popular (PP) abrigou moderados do antigo MDB e liberais da Arena. Ainda nesse contexto de reformulações políticas, Leonel Brizola, parlamentar reconhecido em esfera nacional e um dos principais nomes do trabalhismo, perdeu a batalha para recuperar a sigla do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado por Getúlio Vargas em 1945. Brizola fundou, então, o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Por fim, ocorreu o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), que se deu após a articulação dos trabalhadores do ABC paulista, da esquerda católica, dos remanescentes de organizações de luta armada e trotskistas.

¹⁶ Fonte: SABATTI, Lívio. Corte Interamericana manda Brasil reabrir investigação sobre a morte de Herzog. 3 nov. 2020. Disponível em: <https://sabatti.adv.br/2020/11/03/CORTE-INTERAMERICANA-MANDA-BRASIL-REABRIR-INVESITGACAO-SOBRE-MORTE-DE-HERZOG/>. Acesso em: 20/11/2021. Corte Interamericana de Direitos Humanos, caso Herzog e outros vs. Brasil, sentença de 15 de março de 2018. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_353_por.pdf. Acesso em: 20/11/2021.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), bem como o Partido Comunista do Brasil (PC do B) foram mantidos na ilegalidade até o fim da ditadura civil-militar (Salomão, 2019, p. 60).

Desta forma, o sepultamento do regime militar brasileiro aconteceu diante da crise conjuntural no início da década de 1980, já que as eleições de 1982 eliminaram qualquer possibilidade do grupo governista de preservar sua unidade e conquistar legitimidade, uma vez que se votaria, pela primeira vez, após longos anos, em candidatos para todas as esferas de governo, com exceção da presidencial. No entanto, para não repetir resultados desfavoráveis, tal qual ocorrido no pleito de 1974, foi aprovado um projeto de emenda constitucional¹⁷ em junho daquele ano, que propunha uma série de novas regras eleitorais cujo objetivo era limitar as chances de vitória da oposição, entre as quais destacamos: extensão do prazo para filiação partidária; ampliação do número de deputados federais; criação do estado de Rondônia; adiamento da eleição presidencial indireta; alteração da composição do colégio eleitoral, entre outras (Couto, 1998).

As urnas, todavia, demonstraram que, se tais medidas não tivessem sido adotadas, o PDS teria sido massacrado no pleito, pois o governo, apesar de ainda ser maioria no Congresso Nacional e, portanto, no futuro colégio eleitoral, assistiu a vitórias significativas da oposição por todo o país, sobretudo na conquista dos governos estaduais de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná. Esta derrota eleitoral, somada à crise econômica que se arrastava há anos, propiciou que o clamor popular por eleições diretas para presidente chegasse ao Congresso. Sendo assim, em abril de 1983, a proposta de emenda constitucional nº 5, apresentada pelo deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT), que ficou conhecida como “Emenda Dante de Oliveira”, repercutiu entre vários grupos mais politizados das capitais e grandes centros do país. Porém, apenas em novembro daquele ano é que aconteceria um comício, em São Paulo, convocado pelo Comitê Suprapartidário Pró-Diretas, dando início à campanha pelas eleições diretas. A campanha pelas “Diretas Já!” simbolizou o retorno das grandes manifestações populares ao cenário político do país, visto que não ocorriam havia mais de duas décadas (Salomão, 2019, p. 62).

Entretanto, tal campanha não logrou vitória imediata. A votação da emenda constitucional aconteceu no dia 25 de abril de 1984, em sessão que durou cerca de 16 horas e obteve 298 votos favoráveis, porém, precisaria de mais 22 votos para ser aprovada. Assim, a ampla base parlamentar do governo, com orientação expressa do Palácio do Planalto, postergou por mais quatro anos o sonho das eleições diretas: “Foi o primeiro golpe na

¹⁷ Ver: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc22-82.htm. Acesso em: 02/04/2021.

renascente esperança da sociedade brasileira. Derrotado temporariamente, o movimento valera por si só” (Salomão, 2019, p. 63).

Conforme apontamos no início desta introdução, a proposta deste trabalho consiste em refletir, através das memórias de atuação de ex-militantes do movimento estudantil universitário gaúcho, acerca da inserção feminina em espaços majoritariamente masculinos e que posições essas estudantes ocupavam no seio desse movimento, além de outras questões já citadas. Essas militantes ousaram romper com o padrão estabelecido à época, já que, ao iniciarem sua atuação no campo político, estavam adentrando num espaço público historicamente dominado por homens, enquanto às mulheres cabia o espaço privado, agindo, assim, no interior da casa, assumindo apenas o espaço doméstico. Desse modo, como afirma Cynthia Sarti (1998), a inserção de mulheres no campo político implicava não apenas se sublevar contra a ordem política estabelecida, mas representou uma profunda transgressão com o que era designado à época para a mulher.

A década de 1960 foi nosso ponto de partida para a discussão acerca do papel feminino desempenhado no interior das organizações que compunham o movimento estudantil universitário, assim como sua trajetória de militância no referido movimento, pois foi neste período que o Brasil passou por profundas transformações econômicas, políticas e culturais. Tais transformações suscitaram, em nossa sociedade, uma série de instabilidades e rupturas, mas também “possibilitaram o surgimento de novas pretensões e projetos individuais alternativos ao que era tradicionalmente estabelecido” (Gianordoli-Nascimento; Santos; Trindade, 2012, p. 227).

No entanto, segundo Maria Helena Trigo (1994), após a Revolução de 1930, começaram a surgir as primeiras manifestações que contrariavam as relações instituídas entre pais e filhos. À medida que os filhos começaram a reivindicar as decisões paternas e a buscar projetos de vida mais individualizados, a interferência dos pais passou a ser questionada e, ainda de acordo com a autora, foi nesta época que já se manifestavam os primeiros indícios do embate geracional que se tornaria significativo nos anos de 1960 e 1970.

Assim, a partir da década de 1950, em decorrência do processo de industrialização, modernização e urbanização das cidades brasileiras, houve uma expansão das oportunidades econômicas e sociais, sobretudo às famílias de classe média. Esse cenário foi propício às implicações decisivas para as modernas divisões sexual do trabalho e construção social de gênero que ocorreram a partir da década de 1960. Para as autoras Ingrid Nascimento, Maria de Fátima Santos e Zeidi Trindade, a divisão sexual do trabalho, por exemplo, reorganizou-se

a partir da industrialização, na separação entre unidade doméstica e atividades empresariais. Desta maneira,

A família privatizou-se com a consequente exclusão das mulheres das práticas, que, na construção das sociedades modernas passaram a ser exercidas numa esfera pública, que, por sua vez, transformou-se em medida de poder, prestígio, riqueza e também de cidadania (NASCIMENTO *et al.*, 2012, p. 41).

Já de acordo com Trigo, a possibilidade de acesso das mulheres à educação, seja de segundo ou terceiro grau, tornou-se elemento decisivo para a redefinição da estratificação de gênero. Para a autora, é possível afirmar que, sob certo ponto de vista, essa alteração da posição feminina no campo social, com consecutivos reflexos nas relações entre os gêneros, correlacionou-se com outras mudanças socioeconômicas do período, já que “as mulheres entraram na universidade porque a classe média teve acesso a ela, verificando-se, portanto, um entrelaçamento das categorias de gênero e classe” (Trigo, 1994, p. 92). Além do mais, o ingresso na universidade pode ser compreendido, concomitantemente, como produto e produtor de mudanças nos comportamentos e códigos mais gerais de sociabilidade, modificando, também, as expectativas familiares e coletivas a respeito do lugar social a ser ocupado pela mulher (Gianordoli-Nascimento *et al.*, 2015, p. 125).

Contudo, o contexto político no qual o Brasil (e outros países da América Latina) estava inserido durante as décadas de 1960 e 1970 acabou sendo decisivo para travar o desenvolvimento do movimento feminista, uma vez que vivíamos sob uma ditadura autoritária, que “tornou difícil, senão impossível, em alguns lugares, durante as ditaduras, qualquer forma de manifestação, reunião, panfletagem e reivindicações” (Pedro, 2010, p. 116). Ademais, ao analisarmos o contexto histórico em que movimentos libertários ocidentais eclodiram, fica evidente que, no Brasil, segundo Céli Pinto (2010), a década de 1960, e a de 1970, transcorreu de maneira diversa. Durante os primeiros anos da década de 1960, o país viveu uma grande efervescência tanto no cenário cultural quanto no político, porém, após o golpe de 1964 e, em consequência de seus incessantes atos restritivos, o desenvolvimento destes movimentos acabou sendo prejudicado.

O ano de 1975 foi importante para a visibilidade do movimento feminista, pois a ONU declarou como o “Ano Internacional da Mulher” e o início da “Década da Mulher”, em função do impacto do feminismo nos Estados Unidos e Europa, auxiliando na discussão da condição feminina no cenário internacional. Esse fato abriu precedente no Brasil, já que ocorreu, naquele ano, uma semana de debates cujo título era “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, atividade patrocinada pelo Centro de Informações da ONU. Além disso,

neste mesmo período, Terezinha Zerbini lançou o Movimento Feminino pela Anistia¹⁸, movimento que desempenhou importante papel em prol da luta pela anistia (Vargas, 2010, p. 79). Neste período, percebemos uma aproximação de diversos movimentos que estavam surgindo, ressurgindo ou em expansão no Brasil, o que possibilitou uma maior mobilização feminina a favor das liberdades democráticas.

No final da década de 1970, em razão da anistia, muitas mulheres exiladas puderam retornar ao país após longos anos no exterior. Durante o exílio, muitas dessas mulheres adquiriram uma vasta carga intelectual, sobretudo no que diz respeito às discussões de gênero, fator este que contribuiu para difundir o movimento feminista no país. Partindo das camadas médias da sociedade, o feminismo brasileiro, que inicialmente se chamava “movimento de mulheres”, expandiu-se por meio de uma articulação com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se num movimento interclasses (Schmink, 1981 *apud* Sarti, 2004, p. 39).

Diante do exposto, para o desenvolvimento dessa pesquisa, utilizaremos a metodologia da História Oral, que nos possibilitará o diálogo com as mulheres que militaram no movimento estudantil universitário no Rio Grande do Sul no período da redemocratização do Brasil. Sendo assim, segundo Alessandro Portelli (2016, p. 9), as fontes orais são nada mais do que um adicional no conjunto de fontes do historiador e devem passar pelo mesmo crivo crítico.

Como mencionado acima, nos utilizamos da história oral como “uma metodologia de pesquisa e constituição de fontes para o estudo da história contemporânea” (Alberti, 2005a, p. 155), metodologia esta que consiste, basicamente, em realizar entrevistas gravadas e/ou filmadas, proporcionando, com isso, “registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade” (Alberti, 2005a, p. 164). Compreende-se que a prática da entrevista “é uma troca de experiência entre duas pessoas. É uma relação que se estabelece entre pessoas com experiências, formação e interesses diferentes” (Freitas, 2006, p. 92). Nas palavras de Portelli (2016, p. 10), “a história oral, então, é primordialmente uma arte da escuta”.

Neste sentido, é fundamental levar em consideração as conjunturas sociais e culturais do momento em que o narrador concede a entrevista, bem como o reflexo do passado na

¹⁸ Para maior conhecimento acerca deste movimento, ver: VARGAS, Mariluci Cardoso. *Deslocamentos, vínculos afetivos e políticos, conquistas e transformações das mulheres opositoras à ditadura civil-militar: a trajetória do movimento feminino pela anistia no Rio Grande do Sul (1975-1979)*. 2010. 320f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

situação atual dele, estando atento para as preocupações do momento. Tais medidas são importantes para a realização de uma abordagem mais adequada das temáticas durante a entrevista. Ademais, a análise feita posteriormente, levando em consideração tais conjunturas, precisa partir desta ótica, pois a “autorrepresentação que o narrador faz de si, pode ser compreendida deste modo, assim como silêncios, titubeações e “confusões”, entre outros signos” (Scheer, 2014, p. 102).

Desta maneira, elabora-se um roteiro abarcando determinadas questões de interesse à pesquisa, para uma melhor condução das entrevistas, sendo que o roteiro foi usado somente nos momentos em que a conversa tomava um rumo muito distante do esperado. Deixamos as entrevistadas livres para darem seu próprio testemunho, pois quando se escolhe a história oral como método de pesquisa, é necessário levar em conta que não haverá apenas uma versão do fato relatado ou uma verdade absoluta e, não cabe ao pesquisador julgá-los (Alberti, 2004). De acordo com Marluza Harres (2008), ao trabalharmos com História Oral, construímos as fontes, tornando assim, as entrevistas o núcleo da investigação. Por isso, a importância da seleção dos entrevistados e o momento da entrevista. Para tanto, antes mesmo de estabelecer os critérios dessa seleção e organizar a entrevista, é necessário que o pesquisador esteja imerso no tema proposto e procure, ao máximo, informações sobre ele.

Para darmos início a realização das entrevistas, nos reunimos com o professor Renato Della Vechia, por ele ser uma referência no que se refere aos estudos sobre o movimento estudantil no Rio Grande do Sul durante a redemocratização do país e, também, por ter sido, ele próprio, militante do referido movimento. Importante salientar que o professor Renato vem contribuindo com essa pesquisa desde a elaboração do TCC. O objetivo de nossa reunião foi elaborar uma lista de nomes com possíveis entrevistadas. Neste sentido, elencamos cerca de 20 nomes de mulheres que, segundo Renato, seriam interessantes de serem entrevistadas. Na lista, havia nomes de mulheres oriundas das diversas universidades existentes no Rio Grande do Sul na época¹⁹. Contudo, dessa lista inicial, conseguimos respostas de poucas mulheres aos contatos realizados com relação à pesquisa. Pensamos, então, em uma nova estratégia para obter mais nomes. Para isso, conversamos com o jornalista Rafael Guimaraens, que escreveu, em parceria com José Ivanir Bortot, um livro sobre o movimento estudantil no estado²⁰. Com ele, conseguimos mais alguns nomes e demos continuidade às entrevistas.

¹⁹ Optamos por entrevistar ex-militantes independente das suas instituições de ensino.

²⁰ BORTOT, Ivanir José; GUIMARAENS, Rafael. *Abaixo a repressão!* – Movimento Estudantil e as liberdades democráticas. Porto Alegre: Libretos, 2008.

Com a primeira lista criada, passamos a estabelecer contato com as entrevistadas via rede social *Facebook* e/ou via e-mail, apresentando brevemente a pesquisa. Entretanto, devido ao contexto de pandemia do novo coronavírus (COVID-19), onde se fez necessário o distanciamento social, impedindo, dessa forma, os encontros presenciais, realizamos as entrevistas de forma remota, utilizando plataformas de conferências virtuais. Neste sentido, tais ferramentas foram extremamente importantes, pois possibilitaram que déssemos continuidade ao trabalho. Ademais, nos utilizamos do método Bola de Neve (ou *snowball sampling*), que consiste em construir uma rede de pessoas que compartilham determinadas características que são de interesse ao estudo, ou indicam outras que possam contribuir para ele. De acordo com Barbara Regina Lopes Costa (2018, p. 19), tal método é usado, frequentemente, quando são estudadas características raras ou se busca acesso a grupos sociais mais restritos.

Nossa primeira entrevistada foi Angela Maria Amaral, estudante de Agronomia na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e única mulher que chegou à presidência do DCE daquela instituição de ensino. Angela ingressou na universidade no ano de 1981 e, já no primeiro semestre, começou a participar de reuniões do grupo chamado Mutirão, criado em meados de 1977 com o objetivo de levar até a Faculdade de Agronomia da UFPel um debate crítico acerca da daquele curso. Dentro do movimento estudantil, atuou na tendência chamada Resistência, a qual era ligada ao Partido Revolucionário Comunista (PRC). Foi, também, secretária geral no Partido dos Trabalhadores (PT).

A segunda entrevista foi com Lúcia Anello, estudante de Educação Física na Universidade de Caxias do Sul (UCS). Lúcia ingressou nesta instituição de ensino após conquistar uma bolsa de estudos para atletas, uma vez que era jogadora de basquete semiprofissional à época. Iniciou sua militância no período em que viveu em Caxias do Sul, participando ativamente do Diretório Acadêmico (DA) de seu curso, bem como disputando pleito para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) através da tendência Liberdade e Luta (Libelu), que era ligada ao trotskismo e ao jornal O Trabalho, editado, nos anos 1970, pela Organização Socialista Internacionalista (OSI). Depois de formada, Lúcia acabou voltando sua militância para a área ambiental, onde fez cursos de mestrado e doutorado, tornando-se docente na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Atuou, também, no diretório estadual do Partido dos Trabalhadores (PT).

Rose Romero foi nossa terceira entrevistada. Estudante de Agronomia na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Rose iniciou sua militância no movimento estudantil secundarista, quando, aos 15 anos, saiu de sua cidade natal, no final dos anos 1970,

para estudar em Porto Alegre, no colégio Champagnat. Assim, a partir de 1977, participou intensamente do movimento estudantil daquela escola através do Grêmio Estudantil, momento em que os estudantes começam a tomar as ruas novamente em todo país. No entanto, em função da repressão, acabou voltando para o interior do Estado para concluir os estudos. Mais tarde, no ano de 1980, ingressou no ensino superior e, a partir daí, integrou o Diretório Acadêmico da Agronomia, porém, ainda de forma independente. No segundo ano de graduação, se aproximou da tendência estudantil Resistência (PRC), que era a tendência de maior expressão dentro da Agronomia/UFPel.

A quarta entrevista foi com Marta Elena Angelo Levien, que iniciou sua militância ao ingressar no curso de Agronomia, da UFPel, no ano de 1979. Paralelamente à Agronomia, Marta cursou Medicina Veterinária, sendo presidente do Diretório Acadêmico na gestão 1982-1983. Em 1982, ainda estudante, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores e seguiu atuando dentro do partido desde então.

Eliana Rita Mariotto Colpo foi a quinta entrevistada. Eliana teve o primeiro contato com o movimento estudantil Grêmio da sua escola, em 1979, quando estava na 8ª série. Porém, no ensino médio não teve participação em nenhuma entidade, pois, segundo ela, queria focar nos estudos e passar no vestibular. Em 1984, ingressou no curso de Direito da Fundação Universitária de Bagé (FunBa)²¹ e no mesmo ano passou a integrar a tendência Caminhando, que era influenciada pelo PRC. Ainda naquele mesmo ano, ela foi secretária do Diretório Acadêmico e, logo em seguida, Eliana foi eleita presidente do DCE da FunBa para a gestão 1984/1985. Já no final dos anos 1980, por determinação do partido, Eliana se mudou para Pelotas, onde continuou a faculdade de Direito, na UFPel. Participou da fundação do PT aqui no Estado e foi militante do partido até 2003.

Nossa sexta entrevista foi realizada com Maria de Fátima Bueno Fischer. Fátima, como é chamada, começou a militar após ingressar no curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) em 1973. Permaneceu na instituição de ensino até o ano de 1981 e, ao longo desse período, chegou a presidir o Diretório Central dos Estudantes (DCE) daquela instituição. Ao concluir o ensino superior, continuou sua atuação na luta antimanicomial.

Maria do Carmo Janson foi nossa sétima entrevistada. Maria ingressou na universidade em 1976, para o curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

²¹ A FunBa, que mais tarde se transformou em Universidade da Região da Campanha (URCAMP), era mantida pela Fundação Attila Taborda (FAT). Ver: <https://urcamp.edu.br/a-urcamp/fundacao-attila-taborda>. Acesso em: 27/06/2022.

Porém, por não se adaptar ao curso, ingressa na faculdade de História da PUCRS, logo em seguida. A partir daí, inicia sua militância no movimento estudantil até o ano de 1983, quando, aprovada para o magistério estadual, passou a militar no Centro dos Professores Primários Estaduais (CPERS), sindicato aglutinador dos profissionais da educação do Rio Grande do Sul. Além disso, também passou a militar na pastoral da terra e no PT, onde atua até hoje.

Nossa oitava entrevistada foi a professora Elisabete Zardo Búrigo. Bete, como é chamada, teve seu primeiro contato com o movimento estudantil em seu último ano no Colégio de Aplicação da UFRGS, no ano de 1977. Segundo ela, isso se deu por influência de seus irmãos mais velhos, que eram militantes no referido movimento social. Naquele ano, em razão de seu envolvimento com a política estudantil secundarista, acabou sendo expulsa temporariamente do CAP-UFRGS; no entanto, conseguiu retornar ao CAP para concluir o ensino médio. Ingressou na faculdade de Matemática da UFRGS, em 1979, e já no primeiro ano de graduação, participou da gestão do Diretório Acadêmico de seu curso. Bete militava na tendência estudantil Peleia, que mais tarde, com a criação do PT, se transformou em Democracia Socialista, que é uma tendência interna dentro daquele partido. Ao concluir a graduação, no final dos anos 1980, passou a militar no CPERS. Mas, ao ingressar como docente da UFRGS, no início dos anos 1990, passou a militar no Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). Além da militância nessas entidades de classe, Bete foi militante do PT até 2005, quando passou a militar no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), onde permanece até hoje.

Por fim, nossa nona entrevistada foi Sônia Weidner Maluf, que se graduou em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo Gráfico e Audiovisual, na UFRGS, em 1984. Sônia, assim como Bete, também foi expulsa do CAP-UFRGS naquele mesmo ano (1977) em consequência de sua militância estudantil através da Comunidade de Alunos do Colégio de Aplicação (CACA), onde ela fazia parte da diretoria. Todavia, após intervenção de um grupo de pais, ela e os demais colegas expulsos, retornaram à escola para concluir o ensino médio, com matrícula condicional, ou seja, eles não poderiam cometer nenhuma infração em relação às normas da escola, senão seriam definitivamente expulsos. No ano seguinte, ingressou no ensino superior e já se integrou ao Diretório Acadêmico de seu curso pela Peleia. Ao longo do período de graduação, trabalhou em diversos jornais da imprensa alternativa, dentre eles o jornal *Em Tempo*²². Ao final dos anos 1970, Sônia e outras mulheres, criaram o grupo

²² O jornal *Em Tempo* surgiu em abril de 1977 após um racha no jornal *Movimento*. Este último foi fundado em 1975 pelo jornalista Raimundo Pereira, como uma dissidência do jornal *Opinião*. Em Porto Alegre, o *Em Tempo*

feminista Liberta e chegaram a produzir um jornal, homônimo, além de organizarem intervenções relacionadas ao tema da violência contra a mulher. Após concluir a graduação, seguiu sua militância, sobretudo, em grupos feministas e de classe (ANDES), enquanto professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Já no que diz respeito ao processo de redemocratização no Brasil, a utilização do conceito de memória torna-se ainda mais evidente e necessária, pois, se, por um lado, houve intensa participação de determinados setores da sociedade brasileira – entre estes, estudantes, trabalhadores, intelectuais, artistas e até mesmo alguns setores do empresariado –, com o intuito de reivindicar a redemocratização do país; por outro, lembrar-se do que aconteceu durante os anos de repressão ditatorial parece ser “tarefa não grata àqueles que impuseram a lei do silêncio, juntamente com a anistia” (Pohndorf, 2013, p. 25).

Em momentos de intensa desestruturação política e social, as lembranças são evocadas como uma espécie de ponto de referência dos respectivos acontecimentos, talvez com maior necessidade do que em períodos de “normalidade” ou “calmaria” social. Para Maurice Halbwachs, a memória é vista como um fenômeno coletivo e dinâmico, a qual tem por objetivo responder aos anseios do presente, sobretudo em relação a determinados grupos sociais. Desta maneira, para o autor, as lembranças dão-se através da sociedade, pela presença de outros ou de suas obras, tornando a memória coletiva. Segundo o autor, tal fato não restringe a memória de ser, também, individual. Todavia, a memória individual está “enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente” (Halbwachs, 2006, p. 10).

À memória individual, segundo Halbwachs, são intrínsecas as lembranças difíceis de serem evocadas, uma vez que estas se encontram no nosso íntimo e nos escapam facilmente, estando, muitas vezes, relacionadas a sentimentos e ressentimentos. O fato de a memória individual “escapar” com maior facilidade do que a memória coletiva ocorre devido à comunicação, ou a falta dela. Dessa forma, as lembranças que nos ocorrem com maior facilidade são aquelas que foram vivenciadas juntamente com outros indivíduos, ou, ainda, foram por nós socializadas em grupo de alguma maneira. Estas lembranças foram mantidas por grupos que estão ao nosso alcance para adentrarmos livremente e, assim, buscarmos facilmente por tais lembranças, configurando o que Halbwachs chama de memória coletiva.

era formado por militantes da Nova Proposta, que, em 1979, juntamente com o grupo Centelha, de Belo Horizonte, criaram a organização Democracia Socialista (DS), ligada à IV Internacional. Para maior conhecimento, ver: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria_imprensa/edicao_00/movimento.php; <https://imaginaipusp.wordpress.com/nos-tempos-da-imprensa-alternativa/>. Acesso em: 28/06/2022.

Ao passo que as memórias individualizadas possibilitam raras e escassas lembranças pela não comunicação ou acesso aos grupos que um dia possuíam (Halbwachs, 2006).

Já Michel Pollak pensa os fatos sociais e a memória em sua constituição, advertindo para o provável enquadramento da “própria memória em si. Ou seja: cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização”, mas há “pontos relativamente invariantes, imutáveis [...] em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças” (Pollak, 1992, p. 201-206). Assim sendo, este trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história, onde ele passou por uma série de interpretações, associações de referências, a fim de manter as fronteiras sociais, mas também modificá-las. Esse processo reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Para o autor, “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo” (Pollak, 1989, p. 10).

O conceito de memória coletiva apresentado pelos autores tem como embasamento os elementos ligados à resistência. Para Enrique Padrós, a memória se constitui como um espaço de disputa entre os atores históricos, desvinculando o senso comum à noção de verdade objetiva. Dessa forma, a memória, ao ser menos idealizada, exige dos historiadores sua interferência para revelar o real possível de ser alcançado. Ainda de acordo com Padrós, “se há interesses parciais definindo uma memória colocada como comum a toda à coletividade, é evidente que elementos de tensão e questionamento certamente resultarão da ação do historiador sobre ela” (Padrós, 2002, p. 81).

Na contramão do conceito halbwachsiiano da memória coletiva, Portelli afirma que “a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados” (Portelli, 1997, p. 16). De acordo com o autor, ainda que a memória seja delineada de diversas formas pelo meio social, “o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais” (1997, p. 16-17). Assim, mesmo que estejamos trabalhando com o objetivo de registrar lembranças que possam ser compartilhadas e utilizadas de maneira coletiva, é necessário ponderação ao situá-las fora do indivíduo.

Além disso, a memória pode ser compreendida, ainda, como uma construção seletiva, uma vez que ela nunca trata simplesmente de apenas um registro, visto que, segundo Fernando Catroga, a memória vai além, sendo “uma representação afetiva, ou melhor, uma representificação feita a partir do presente e dentro da tensão tridimensional do tempo” (Catroga, 2001, p. 46).

Por fim, Verena Alberti (2004, p. 33-44) afirma que as narrativas são analisadas como relatos e resíduos de ações. Os relatos são constituídos depois do momento da ação (cartas, memória, autobiografias), enquanto os resíduos são “pedaços de uma ação passada”. Segundo a autora, a História oral produz fontes que preservam ambos os aspectos, já que, além dos fatos rememorados, as narrativas conservam o momento em que estes arquivos são provocados, resultado da concepção atual do narrador sobre seu passado e sua interação com o pesquisador. Deste modo, a História Oral propõe o estudo da subjetividade e das representações como dados objetivos, factuais. compreensão da cultura política brasileira, pois se insere no âmbito dos conflitos violentos vividos nas últimas décadas pela sociedade latino-americana e seu consecutivo processo de democratização. Neste debate, questões como a repressão e a resistência, a imposição do esquecimento jurídico provocado pelos processos de anistia que apagam as responsabilidades legais dos repressores e o dilema entre autoritarismo e democracia são pontos importantes para pensarmos as possibilidades de enfrentamento dos conflitos políticos que vivemos na América Latina, particularmente na sociedade brasileira.

Na visão de alguns militares, uma vez derrotada, a esquerda esforçou-se por vencer, na batalha das letras, aquilo que perdeu no embate das armas. Mas, em geral, os militares criticam a tentativa da esquerda em construir uma narrativa própria, tendo em vista que violaria o princípio da Lei da Anistia, onde anistiar é zerar as contas, portanto, esquecer e não trazer à lembrança os fatos relatados.

É este o caso do ministro da Marinha, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), Mauro César Rodrigues Pereira. Em depoimento concedido aos pesquisadores Celso Castro e Maria Celina D’Araújo (2001, p. 282), o almirante Mauro defende que “a solução da anistia” foi uma “forma de resolver aquilo que pelos caminhos normais não se resolveria. Uma vez feita, tem que ser respeitada”. A mesma intenção vem à tona no testemunho de outro ministro militar do governo Cardoso. Para o brigadeiro Mauro José Miranda Gandra, o “processo de anistia” teve como finalidade virar uma página da história (que ele considera “se não negra, pelo menos cinza”). A anistia teria o objetivo de trazer a “cicatrização” das feridas do período autoritário (Castro; D’Araújo, 2001, p. 305). E conclui: “a Nação tinha que, não de maneira literária, virar a página. Tinha que virar, efetivamente, essa página” (Castro; D’Araújo, 2001, p. 308).

Apesar das expectativas desse tipo, o certo é que a guerra da memória²³ se constituiu justamente num imenso intercâmbio de versões sobre aspectos mais polêmicos da ditadura pós-64. Assim como os militantes de esquerda, os militares também manifestaram suas percepções através das letras, fato que fica evidente, por exemplo, no depoimento de Ernesto Geisel, publicado pela editora da Fundação Getúlio Vargas (D'Araújo *et alii*, 1997), que vendeu milhares de exemplares e teve grande repercussão na imprensa.

No que diz respeito ao estudo da memória política da ditadura civil-militar no Brasil, Soraia Ansara (2012, p. 299) afirma que este é, hoje, uma importante referência para o processo de construção da memória política, neste sentido, é uma verdadeira luta contra o esquecimento que nos remete ao debate sobre a importância e a necessidade de se elaborar “políticas de memória” que se contraponham às “políticas de esquecimento” que foram estabelecidas ao longo da ditadura e do período de redemocratização brasileiro (Ansara, 2012, p. 302).

Ademais, é importante pontuar sobre a flexibilidade da memória, uma vez que ela também é uma construção do passado, mas arrolada em emoções e vivências. É necessário levar em consideração a defasagem no tempo histórico existente entre o período da realização das entrevistas e os eventos aos quais a memória evocada faz referência. No entanto, segundo Marieta de Moraes Ferreira (2002), as subjetividades, assim como as distorções nos depoimentos e a falta de veracidade, podem ser encaradas sob uma nova perspectiva, transformando-se não em uma desqualificação, mas em uma fonte adicional para a pesquisa.

Portanto, de acordo com Soraia Ansara (2012, p. 305), ao estudarmos a memória política da ditadura civil-militar brasileira, impreterivelmente nos remetemos a uma realidade comum à vários países da América Latina que viveram, simultaneamente, sob ditaduras autoritárias e nos damos conta de que os regimes pós-ditatoriais neste continente promoveram, por meio de seus aparelhos repressivos, políticas de esquecimento que foram estabelecidas, como aponta Andreas Huyssen, através de “reconciliações nacionais e anistias oficiais” e “através do silêncio repressivo” (Huyssen, 2000, p. 16), ou, ainda, através da fabricação de consensos, que produziu formas de memória consensual coletiva.

De acordo com Claudia Perrone (2002, p. 101-110), a construção de consensos ou de memória consensual coletiva é uma forma de recuperação da harmonia nacional utilizada pelos governos pós-ditatoriais como estratégia para apagar o passado e promover o

²³ Ainda sobre o assunto, ver: SCHMIDT, Benito. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p.127-156, dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/5394>. Acesso em: 26/06/2022.

esquecimento. Isso faz parte de uma política do esquecimento, que pode ser entendida como “polícia”, segundo denominação de Jacques Rancière (1996, p. 372), e ela se estrutura para manter a “harmonia nacional”, ocultando os crimes cometidos pelas ditaduras e apagando da memória as lutas de resistência desenvolvidas contra esses regimes autoritários.

Como já salientamos ao longo do texto, uma das estratégias desta política de esquecimento foram os processos de anistia. Paul Ricoeur (2003) aponta que tais processos, ao buscarem a paz cívica, reconciliando os inimigos, proporcionaram uma harmonia social, provocando o esquecimento institucional. Nesse sentido, para Soraia Ansara (2012, p. 305), a anistia atua para além do esquecimento jurídico, uma vez que ela finda todos os processos em andamento e suspende todas as ações judiciais, impedindo, com isso, a apuração dos crimes políticos e apagando a memória como se nada houvesse acontecido. Dessa forma, esquecer esse passado traumático e indesejado, é negar à sociedade que ela tenha conhecimento acerca da restrição às liberdades democráticas, bem como e a violência política instaurados pelas ditaduras militares. Essa política de esquecimento, continua a autora, parece ter sido muito eficaz, haja vista que se iniciou durante o próprio regime militar, com o ocultamento dos assassinatos de presos políticos, quando muitos casos foram divulgados como sendo “suicídios”, balas perdidas, atropelamentos ou assassinatos cometidos pelos próprios companheiros (Ansara, 2012, p. 305).

Por fim, temos a questão da impunidade. Desta maneira, conforme situa Ansara (2012, p. 306), podemos afirmar que tais políticas de esquecimento foram instituídas ao longo do período ditatorial brasileiro e continuaram sendo sustentadas durante todo o período de transição à democracia, por meio da impunidade, já que o Brasil não puniu os torturadores e assassinos do período, como ocorreu na Argentina, por exemplo, que segue sendo uma referência mundial nos julgamentos de lesa-humanidade e suas duríssimas condenações²⁴. E, apesar de o governo brasileiro ter reconhecido a sua responsabilidade no que se refere aos

²⁴ A justiça argentina julgou e condenou o ditador Jorge Rafael Videla à prisão perpétua por crimes contra a humanidade. Desde 1985 o ex-ditador enfrentava os juízes civis, quando, dois anos após o fim da ditadura, foi condenado à pena máxima. Na década de 1990, recebeu indulto do então presidente Carlos Menem, mas, em 2007, passou a cumprir pena domiciliar. No entanto, no governo de Néstor Kirchner, os julgamentos dos repressores foram reabertos e, em 2008, a prisão domiciliar de Videla foi revogada e ele foi encaminhado para o presídio Marcos Paz, onde permaneceu até sua morte. Além do mandante, demais militares e, também, civis envolvidos nos crimes durante a última ditadura na Argentina (1976-1983) foram condenados, no chamado “megaprocessos da ESMA”. Sobre as condenações, ver: <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/30/na-argentina-29-militares-sao-condenados-a-prisao-perpetua-por-voos-da-morte/>; <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/05/morre-aos-87-anos-o-ex-ditador-argentino-jorge-rafael-videla.html>; <https://mercociudades.org/pt-br/mega-processo-na-argentina-condenou-a-responsaveis-dos-voos-da-morte/>; [https://brasil.elpais.com/internacional/2021-02-19/justica-argentina-condena-oito-repressores-da-ditadura-por-crimes-contra-mais-de-800-vitimas.html#:~:text=O%20ex%20oficial%20da%20Marinha,ditadura%20\(1976%2D1983\).&text=Por%20C3%20BAltimo%2C%20o%20oficial%20do,foi%20condenado%20a%20seis%20anos](https://brasil.elpais.com/internacional/2021-02-19/justica-argentina-condena-oito-repressores-da-ditadura-por-crimes-contra-mais-de-800-vitimas.html#:~:text=O%20ex%20oficial%20da%20Marinha,ditadura%20(1976%2D1983).&text=Por%20C3%20BAltimo%2C%20o%20oficial%20do,foi%20condenado%20a%20seis%20anos). Acesso em: 27/11/2021.

crimes praticados na ditadura, esse reconhecimento não atingiu aqueles que morreram nos confrontos com a polícia e os que cometeram suicídios motivados pelo regime, ou seja, não foi extensivo a todas as vítimas do regime.

As políticas de memória são ações deliberadas e estabelecidas por governos ou atores políticos e sociais, ou pela interação de ambos, e se constitui como política de Estado quando consegue se institucionalizar e ter alguma chancela das principais forças político-partidárias em um determinado ambiente político. As políticas de memória visam “conservar, transmitir e valorizar” as lembranças consideradas significativas para modelar uma determinada identidade social e política, bem como estabelecer formas de representação pública da memória oficializada (Groppo, 2002, p. 192).

Para além dessas ações de ordem legal, jurídica e simbólica, a política de memória também envolve a criação e a gestão de arquivos do período de violência política em todas as suas variantes (órgãos de repressão e censura, memória de movimentos sociais e das vítimas etc.). Logo, para Elizabeth Jelin (2002a), o arquivo, como lugar de memória e espaço social, está suscetível a conflitos e a disputas pela memória que perpassam uma determinada sociedade, sendo um dos espaços imprescindíveis na construção de uma memória hegemônica.

Por outro lado, os museus de memória também são outro espaço importante, porém, se diferenciam dos arquivos, entre outros aspectos, por serem pensados a partir de uma narrativa museográfica baseada em espaços e objetos, com um sentido político e ideológico mais explícito como, por exemplo, a defesa dos direitos humanos e da democracia (Jelin, 2002a). Como é o caso da antiga *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA), expropriada pelo Estado argentino durante o governo de Néstor Kirchner e transformada, mais tarde, em um Espaço de Memória e Direitos Humanos²⁵. Em suma, se a memória focada nos arquivos transparece uma política de memória fluída e interpretativa, a memória-museu surge como enraizada e institucionalizada, podendo, muitas vezes, se combinar no mesmo processo de construção social e afirmação política da memória (Napolitano, 2015, p. 27).

A partir dos anos 1990, o Estado brasileiro vem desenvolvendo uma política de memória, ainda que de maneira tímida, pontual e até mesmo desencontrada, a qual foi (e ainda é) apoiada na memória das vítimas das violências do regime e que se tornou mais explícita e normatizada desde 1995. A partir deste ano, o Estado deu início a uma política de reparações e de recuperação das histórias de vida (e morte) das vítimas da violência do regime

²⁵ Para saber mais, ver: <http://www.espaciomemoria.ar/>. Acesso em: 02/04/2021.

militar, ao mesmo tempo em que tem promovido ações institucionais e simbólicas situadas no campo da memória crítica à ditadura.

Uma destas políticas de memória foi, mesmo que tardiamente, a instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV)²⁶, através da Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011. Sua incumbência era esclarecer fatos ainda impenetráveis ligados, sobretudo, à repressão política contra opositores e produzir uma espécie de história oficial do período a partir da perspectiva de uma democracia golpeada. A CNV produziu um longo relatório, o qual foi publicado em 10 de dezembro de 2014, finalizando, então, as atividades dessa comissão. O relatório aponta para uma série de ações simbólicas que sinalizam o triunfo da memória no plano do discurso oficial. Apesar disso, seu resultado não agradou integralmente as organizações de direitos humanos mais combativas, como os grupos da linhagem “tortura nunca mais” e familiares que almejavam uma punição mais efetiva aos responsáveis pelas graves violações dos direitos humanos.

Contudo, foram recomendadas 29 medidas, sendo que algumas delas recaem diretamente sobre a questão da memória: a proibição de comemorações oficiais do golpe de 1964; o reconhecimento, pelas Forças Armadas, das violações cometidas contra os direitos humanos; a reformulação do conteúdo curricular das academias militares (sobretudo em relação ao ensino de História); o incremento de uma política de preservação da memória das violações dos direitos humanos durante o regime, devidamente articulada a políticas educacionais. Além disso, foram reconhecidos, oficialmente, 434 mortos e desaparecidos políticos (dos quais 210 continuam desaparecidos), e responsabilizados 361 agentes de Estado por “graves violações aos direitos humanos” (Napolitano, 2015, p. 25). A conclusão é que estas violações não constituíram “exceções”, como sugeria o discurso oficial do regime, e sim uma política de Estado integrada e sistemática. A CNV localizou os restos mortais de apenas uma pessoa (Brasil, 2014, v. 1).

De acordo com Marcos Napolitano (2015, p. 26), a chegada dos restos mortais do ex-presidente João Goulart a Brasília para exumação é outro exemplo de ritual de “descarrego” democrático, já que foi recebido com honras de chefe de Estado. Estas ações, que são independentes de partidos políticos e se caracterizam efetivamente como uma política de Estado, convivem com sinais contraditórios como, por exemplo, a decretação de luto oficial pela morte dos generais-presidentes do regime militar, Emilio Garrastazu Médiçi e Ernesto Geisel, em 1985 e 1996, respectivamente. Ainda de acordo com o autor, tal ato, supostamente

²⁶ Para maior conhecimento sobre a CNV, ver: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 02/04/2021.

protocolar e humanitário, também pode revelar resquícios de continuidade de memória oficial sobre os regimes que se sucederam. Com isso, indica-se uma continuidade simbólica e política entre o regime militar e o período pós-ditadura. No Chile, por exemplo, a morte de Augusto Pinochet não teve a mesma honraria e causou um grande debate nacional, com as identidades políticas contrapostas se afirmando ainda mais. O mesmo foi observado por oportunidade da morte de Jorge Rafael Videla, ex-ditador argentino, em maio de 2013. Não houve qualquer tipo de comemoração e/ou honraria. A vida seguiu em Buenos Aires como em qualquer outro dia, segundo noticiou o jornal *El País* (*El País*, 17 de maio de 2013, p. 1)²⁷. Em ambos os casos, os ex-ditadores foram julgados e condenados em uma democracia.

O Exército, como uma parte fundamental deste mesmo Estado, optou por ser crítico às violências do regime, apesar de manter-se conectado ao seu legado burocrático. Com isso, parece não saber como lidar com o debate público sobre o tema. O silêncio das Forças Armadas brasileiras sobre as violações dos direitos humanos cometidas pelos agentes de segurança nos anos 1960 e 1970, militares ou não, parece contrastar com as falas e discursos de outros setores do Estado.

No que diz respeito ao processo histórico brasileiro, nota-se que a lei n.º 9.140, de 4 de dezembro de 1995, reconhece a Lei de Anistia como parte do processo de “reconciliação e de pacificação nacional, expresso na lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979” (Brasil, 1995). Em termos históricos, isto significa dizer que “a institucionalidade do regime militar é referendada pela institucionalidade legal da ordem democrática. Portanto, trata-se, do ponto de vista jurídico-político, mais uma correção de rota do que uma ruptura” (Monteiro, 2015, p. 28). Segundo Napolitano (2015, p. 28), esta jurisprudência foi reiterada pelo ministro Gilmar Mendes (STF), na justificativa do seu voto-vogal sobre o pedido de revisão da Lei de Anistia com base na sua pretensa inconstitucionalidade diante da carta de 1988: “A nova ordem constitucional pode ser compreendida como resultado de um pacto firmado entre forças plurais e, de alguma forma, antagônicas, o que lhe dá a natureza de Constituição Compromisso, encartada no grupo das Cartas ocidentais que foram geradas após períodos de crise” (Brasil, 1988). Mesmo com essas continuidades técnico-jurídicas entre ditadura e democracia, o fato é que o Estado brasileiro sugeriu a criação de um conjunto de “leis-memória” a partir de meados dos anos 1990, que, ao contrário, apontam para a ruptura com

²⁷ Para ler a notícia completa, ver: https://elpais.com/internacional/2013/05/17/actualidad/1368816159_248715.html?rel=buscador_noticias. Acesso em: 27/11/2021.

seu próprio passado recente (Napolitano, 2015, p. 28). O artigo 1º da lei de 1995 define a condição do desaparecido:

São reconhecidos como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, deste então, desaparecidas, sem que delas haja notícias (BRASIL, 1995).

A partir desta determinação, devidamente comprovada, o Estado permitiu o reconhecimento oficial do óbito nos casos de desaparecimento forçado por motivações políticas, todavia não criou instrumentos de investigação sobre as responsabilidades das mortes e dos desaparecimentos. A comissão instituída pela lei tinha poderes limitados ao reconhecimento das pessoas desaparecidas, bem como quanto à localização dos corpos e emissão de pareceres sobre eventuais indenizações aos familiares. A lei vinha, ainda, acompanhada de um anexo, no qual constavam 136 nomes de desaparecidos políticos, com suas respectivas datas de desaparecimento. As datas de tais ocorrências mostraram um dado significativo em relação às datas de abrangência do decreto e revelaram uma historicidade precisa do terror de Estado que a lei evita nomear em seus artigos: 1970 a 1975, com uma maior incidência no ano de 1974.

Além da lei de mortos e desaparecidos (Brasil, 1995), que abrange o período entre 2 de setembro de 1961 e 5 de outubro de 1988, e que se traduz, em fatos históricos, na posse de João Goulart e na Promulgação da “Constituição Cidadã”, atualmente em vigência, a lei das reparações aos anistiados (Brasil, 2002) amplia essa data-limite para 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988; abrangendo, por sua vez, o período entre as duas constituições. Aparentemente, seriam apenas detalhes jurídicos sem efeito prático, mas “estes marcos temporais revelam o cuidado da linguagem jurídica brasileira em não caracterizar, com todas as letras, um período evidente de exceção, marcado pela existência de um regime político de força e discricionário” (Napolitano, 2015, p. 29).

Ademais, outra ação do Estado nesta área foi a elaboração do Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH), que contou com duas versões durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1996 e 2002) e uma versão no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2009). Indiretamente, as duas primeiras versões do plano se propunham a formatar uma nova cultura democrática, baseada no reconhecimento dos vários direitos estabelecidos pela Constituição de 1988 (políticos, civis, sociais, culturais). Todavia, também não contemplavam diretamente o período do regime militar. Já a terceira versão do PNDH deixou explícita que um de seus eixos era o “direito à memória e à verdade”, com propostas de ações para

esclarecer as violações dos direitos humanos praticadas ao longo do período ditatorial. Apesar de ser um avanço na política de memória acerca do referido período, o “direito à justiça” acabou ficando fora das suas diretrizes. Além do mais, fica evidente, no objetivo de tal diretriz, o tom reconciliatório, como podemos ver no trecho abaixo:

Promover a apuração e o esclarecimento público das violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política ocorrida no Brasil no período fixado pelo artigo 8º do ADCT da Constituição, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e *promover a reconciliação nacional* (BRASIL, 2009, grifo nosso).

O primeiro texto relativo à terceira versão do PNDH (2009) causou bastante descontentamento aos militares, pois além de denominar como “repressão ditatorial” a política de segurança nacional instaurada após o golpe, o documento propôs trocar os nomes de ruas e logradouros públicos que faziam referência a pessoas ligadas à ditadura²⁸ (Napolitano, 2015, p. 30).

A constituição de acervos e a abertura de arquivos foram outros importantes marcos da “política de memória”. Em dezembro de 2005, ocorreu a transferência dos arquivos do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI) para a Casa Civil e sua alocação no Arquivo Nacional. Ao lado da abertura e organização dos acervos das polícias políticas estaduais, que vem ocorrendo desde os anos 1980, este acervo abriu novas perspectivas de pesquisa sobre as ações repressivas do regime militar.

No ano de 2007, o governo brasileiro lançou o livro-relatório *Direito à memória e à verdade*, o qual configura-se como a primeira publicação oficial do Estado brasileiro sobre o período ditatorial, contendo uma extensa lista de mortos e desaparecidos com as devidas informações biográficas, além de inúmeras considerações de cunho histórico-historiográfica sobre o golpe, a repressão e as oposições (Brasil, 2007). Em 2009, foi lançado outro projeto oficial, intitulado “Memórias Reveladas”, coordenado pela Casa Civil e pelo Arquivo Nacional (Napolitano, 2015, p. 30). O objetivo do projeto era coletar documentos e integrar acervos sobre o período do regime militar pertencentes a arquivos públicos federais e estaduais. Estas ações se conectam diretamente à produção de memória das entidades de direitos humanos e de familiares de desaparecidos, ainda que possuam natureza diversa.

²⁸ Em Porto Alegre, a avenida Presidente Castelo Branco teve seu nome alterado para Avenida da Legalidade e da Democracia, em 2014. Contudo, em agosto de 2018, a 3ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça (TJ) rejeitou o último recurso possível na corte contra a decisão que derrubou a lei municipal, a qual alterou o nome da principal via de acesso da capital. Com isso, ela voltou a levar o nome do ex-ditador. Ver: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/08/tj-confirma-que-avenida-da-legalidade-e-da-democracia-voltara-a-ser-chamada-de-castelo-branco-cjlhaon9n05qo01qkictn1837.html>. Acesso em: 10/04/2021.

As ações supracitadas e o amparo legal e institucional do Estado, de certa forma, assinalavam a conquista e a interpenetração da memória crítica à ditadura militar no plano da memória oficial. À medida que a transição chegava ao seu estágio final, o Estado brasileiro assumia sua responsabilidade histórica na forma de uma reparação pecuniária, baseado na particular interpretação de que o crime de violação dos direitos humanos, assim como constitucionais, tenha sido apagado pela Lei de Anistia, mas seu dano civil não. Com isso, o regime militar, ou melhor, suas práticas arbitrárias e repressivas eram condenadas.

Por fim, é necessário reconhecer que o Estado brasileiro tem, a seu modo, uma política de memória para o período ditatorial, porém, precisamos apontar que ela é permeada por tensões e conflitos dentro das próprias estruturas de Estado e seus representantes. É certo que nenhum Estado nacional é completamente coerente em suas políticas interna e externa, contudo, tratando-se especificamente do caso brasileiro, estamos diante de um conflito que indica, do ponto de vista valorativo e conceitual, vetores contrários de ação, sem a capacidade de um núcleo estatal se sobrepor a outro do ponto de vista político (Napolitano, 2015, p. 31).

A memória que triunfa na área de direitos humanos não se traduziu em políticas efetivas de investigação criminal sobre seus violadores, uma vez que é composta na área jurídica e vetada pela área de segurança. A CNV, por sua vez, tinha como missão conciliar práticas e discursos para produzir algo próximo de uma “história oficial” do período. Sendo assim, tinha por objetivo informar as futuras ações institucionais e representações simbólicas sancionadas pelo Estado brasileiro, como um todo, sobre o regime militar. Entretanto, como afirma Napolitano (2015, p. 32), as reações dos setores militares ao relatório da CNV, incluindo alguns nomes que estão no serviço ativo, indicam que as polêmicas internas ao Estado estão longe de ser superadas.

Conforme demonstrado nas linhas anteriores, além da bibliografia pertinente, fizemos uso de fontes orais para a construção do trabalho. Da mesma forma, buscamos algumas informações pontuais em matérias jornalísticas, por meio de consultas na hemeroteca digital do Arquivo Nacional. Além disso, foram feitas pesquisas na Bibliotheca Pública Pelotense, onde foram consultados exemplares físicos dos jornais de circulação diária na cidade: Diário da Manhã e Diário Popular.

Apoiadas nessas concepções, dividimos este trabalho em cinco capítulos, os quais serão apresentados da seguinte forma: o primeiro capítulo, intitulado “*Que vivan los estudiantes jardín de nuestra alegría*”²⁹: *história do movimento estudantil no Brasil*” abará

²⁹ A música *Me gustan los estudiantes*, foi composta em 1963 pela chilena Violeta Parra e expressa, em sua letra, a participação política dos estudantes hispano-americanos. A música foi gravada por Mercedes Sosa em 1971 e,

uma ampla revisão bibliográfica acerca das lutas estudantis no Brasil, buscando apontar o protagonismo dos estudantes brasileiros através de suas entidades representativas. Para isso, traçaremos uma linha histórica com as principais mobilizações estudantis no Brasil, além de versar sobre a construção da União Nacional dos Estudantes e suas respectivas transformações. Concomitante, trazemos neste primeiro capítulo, uma discussão sobre a expansão do ensino superior no Brasil, principalmente, no Rio Grande do Sul; assim como a criação das principais entidades estudantis existentes no estado. Já no segundo capítulo, nomeado “*Quem disse que sumiu?*”³⁰ – *O movimento estudantil e a luta contra a ditadura civil-militar*”, apresentaremos uma discussão a partir do golpe civil-militar de 1964, passando pelos momentos cruciais da história política brasileira, que acabou por transformar o movimento estudantil em um dos principais movimentos sociais de oposição à ditadura. Além disso, acreditamos ser importante a análise das consequências que a adoção de um sistema repressivo trouxe ao país, sobretudo à organização estudantil. Por último, as condições que culminaram com a transição para a democracia, momento em que os estudantes voltam a se reorganizar após um período de refluxo. O terceiro capítulo, denominado “*A participação feminina na constituição da política estudantil no Brasil: atuação em partidos e tendências estudantis*”, será destinado à discussão acerca dos partidos políticos que tiveram influência sobre o movimento estudantil, bem como as tendências estudantis, que desempenharam importante papel num período em que os partidos de esquerda se encontravam na clandestinidade, levando em conta a inserção feminina nesses espaços públicos. O quarto capítulo, por sua vez, com o título “*O lugar dos conceitos*”, apresentará nosso aporte metodológico, constituído pelos usos da História Oral e os estudos de memória. Por fim, o quinto e último capítulo da tese, chamado “*Mulheres e militantes: memórias de atuação no movimento universitário gaúcho*”, contará com a análise das narrativas e de materiais pertinentes sobre as memórias construídas pelas mulheres que militaram naquele movimento social.

apesar de censurada e proibida durante os governos ditatoriais, tornou-se popular e presente em muitas lutas por toda América Latina. Ver: PALMA, Maria Aparecida de Mélo. Comparación de canciones de protesta: un camino para entender la actuación de hispanoamericanos y brasileños durante las dictaduras. *Intersemiose*, Recife, ano III, n. 5, p. 185-198, 2014.

³⁰ Cântico comumente proferido em manifestações estudantis.

2 “QUE VIVAN LOS ESTUDIANTES JARDÍN DE NUESTRA ALEGRIA”: A HISTÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL

No presente capítulo, apresentaremos uma discussão acerca da criação e, por conseguinte, expansão do ensino superior no Brasil, uma vez que esse fato é a condição primária para que o movimento estudantil se organize de maneira estruturada. Neste sentido, as primeiras instituições de ensino superior se instalam no país ao longo do período imperial e Primeira República, mas, foi somente no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930) que vimos avanços significativos em relação a esse nível educacional. Ainda, realizaremos uma discussão histórico-contextual acerca do papel desempenhado pelo movimento estudantil universitário em nosso país a partir da criação do órgão máximo de representação nacional do estudantado brasileiro, a União Nacional dos Estudantes (UNE), além de situar as principais entidades representativas dos estudantes gaúchos. Para tanto, voltaremos algumas décadas em nossa pesquisa, pois acreditamos ser de suma importância compreender como os estudantes brasileiros passaram a se organizar como um movimento de massas durante o Estado Novo (1937-1945), sobretudo, ao final desse período, com as campanhas pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a favor da redemocratização do país. Marcando, assim, o primeiro grande marco de mobilização estudantil de maneira sistemática. Ademais, abordaremos as principais mobilizações encabeçadas pela UNE ao longo do tempo. Por fim, nos debruçaremos sobre os acontecimentos políticos que culminaram com o golpe civil-militar em abril de 1964, sendo o movimento estudantil um importante movimento social engajado nas lutas da sociedade brasileira, bem como com suas bandeiras próprias.

2.1 Expansão do ensino superior no Brasil e no Rio Grande do Sul

De acordo com Mateus da Fonseca Capssa Lima (2017, p. 30), o ensino superior durante o Império e a Primeira República, estava destinado a formar apenas os membros da elite brasileira. Somente a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas que vemos esse cenário mudar um pouco, uma vez que ocorreu uma reestruturação desse nível educacional, cuja expansão se deu, sobretudo, entre os anos de 1945 e 1964. Passou a incluir, como resultado, um novo contingente de jovens oriundos, em sua grande maioria, das classes médias. No entanto, o sonho de ingressar em um dos cursos superiores existentes no país, ainda era uma realidade distante para as classes populares.

Nos seus primórdios, o modelo de ensino superior estabelecido, era marcado pela organização de faculdades e escolas isoladas. As primeiras instituições de tal tipo foram criadas no início do século XIX para suprir uma demanda da corte portuguesa que havia se transferido para sua colônia. Nessa fase inicial não se formou de fato um sistema de ensino superior, pois os cursos eram desarticulados entre si, bem como não havia unidade entre o ensino secundário e superior (Lima, 2017, p. 31).

Tal modelo permaneceu inalterado durante a Primeira República. A Constituição de 1891 acabou por consolidar um perfil descentralizado da administração pública, embora estabelecesse que caberia ao Congresso Nacional legislar sobre o ensino superior e criar instituições desse grau nos estados. Grande parte das faculdades inauguradas nesse período eram isoladas e particulares. Mateus Lima (2017, p. 31) afirma que em 1907, o país contava com 25 escolas superiores, sendo 6 federais, 6 estaduais e 13 particulares. Já em 1912, o número de faculdades dobrou, passando para 50; destas, 39 eram particulares. Esse aumento significativo se deve, em partes, à Reforma Rivadávia Corrêa³¹, realizada em 1911 e que, em nome da liberdade de ensino, acabou por facilitar a abertura de novos cursos.

De acordo com Clarissa Eckert Baeta Neves (1995, p. 3), pode-se dividir em quatro fases o desenvolvimento do ensino superior no Rio Grande do Sul: 1) Instalação (1883-1930); 2) Centralização (1930-1960); 3) Interiorização (1960-1990); e, 4) Novos Modelos Regionais (1990-atualidade). Nos concentraremos, por ora, apenas nas três primeiras fases.

No Rio Grande do Sul, o surgimento do ensino superior seguiu, a princípio, o padrão tradicional do país: criação de escolas e faculdades isoladas, que posteriormente, eram incorporadas para formar uma universidade. Segundo Clarissa Neves (Neves, 1995, p. 3), a dinâmica do desenvolvimento político e econômico regional, com a mudança dos centros dinâmicos, implicaram em alterações na concentração, demanda e oferta de ensino superior, bem como em novas propostas institucionais. A fase da Instalação refere-se ao período em que foram criadas as primeiras faculdades isoladas nas cidades de Pelotas e Porto Alegre. Essas cidades se destacaram, no século passado, como dois polos urbanos com relação à criação de escolas de nível superior, embora tenham passado por processos de evolução urbana distintas

³¹ O ministro da Justiça do Governo Hermes da Fonseca, Rivadávia Corrêa, foi o responsável pela Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental, aprovada pelo Decreto nº 8.659, de 05 de abril de 1911. Com isso, a nova lei instituiu duas mudanças fundamentais em relação ao acesso à educação superior. A primeira delas foi a eliminação do exame de madureza e instituindo o exame de admissão para ingresso nos cursos superiores. Posteriormente, esse exame foi rebatizado de exame vestibular. A outra, acabou com o privilégio dos portadores de diplomas do Colégio Pedro II ou dos a ele equiparados para o ingresso direto aos cursos superiores. Além do mais, por ela, o Estado retirou toda e qualquer interferência no setor educacional. Ficou estabelecido um ensino completamente livre. Para saber mais, ver: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf>. Acesso em: 16/06/2021.

(Jantzen, 1990, p. 21). Em Pelotas, a articulação entre os poderes público e privado tornou possível a construção da primeira instituição de ensino superior do Estado, em 1883. A instituição recém-criada foi chamada de “Imperial Escola de Medicina Veterinária e Agricultura Prática” e funcionou até 1885, ano em que fechou as portas devido a problemas financeiros. No entanto, reabriu dois anos depois após ser assumida pelo poder municipal e transformada no “Lyceu de Agronomia, Artes e Ofícios”; mudou de nome diversas vezes, até que, em 1926, ficou conhecida como “Escola de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel”. No início da década de 1910, foram inauguradas novas unidades de ensino superior na cidade, tais como a faculdade de Odontologia e Farmácia (1911); e de Direito (1912). Em 1890, foi fundada a Escola de Agricultura e Veterinária na cidade de Taquari, tendo interrompido suas atividades em 1898. Já em Porto Alegre, durante essa primeira fase, surgiram, respectivamente, as seguintes instituições: Faculdade de Farmácia (1895); Faculdade de Engenharia (1896); Faculdade de Medicina (1898); Faculdade Livre de Direito (1900)³²; e Curso de Comércio (1909) (Gomes, 2017, p. 24).

A respeito da origem das faculdades de Odontologia e Direito em Pelotas, criadas entre os anos de 1911 e 1912, como citado acima, ambas eram integradas ao antigo Ginásio Pelotense, conhecido atualmente como Colégio Municipal Pelotense. Segundo Giane Lange do Amaral (2005), o Ginásio Pelotense foi fundado em 1902 por um grupo que pertencia à maçonaria, e tinha por intuito oferecer a Pelotas uma alternativa de ensino laico e de alta qualidade, que seria destinado somente às camadas mais abastadas da sociedade. Os referidos cursos de nível superior do Ginásio Pelotense foram constituídos a partir da implantação da Lei Orgânica de 1911, a qual permitia a estabelecimentos criar cursos de ensino superior. Através dessa lei, passou também a ser instituído o exame de admissão ao ensino superior, independente de certificados ou atestados de estudos secundários. Ou seja, o aluno aprovado nesse exame de admissão, independente do seu grau de escolaridade, estava apto a ingressar no ensino superior (Gomes, 2017, p. 70-71).

Ainda de acordo com Amaral, foi em consequência da autonomia permitida pela lei supracitada, que o Ginásio Pelotense fundou três cursos de ensino superior: a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Faculdade de Agrimensura e a Faculdade de Direito. A autora afirma que o objetivo da criação dos referidos cursos estava atrelado à dinâmica social de Pelotas naqueles anos:

³² Era assim denominada conforme previsto no Decreto N° 7.247, de 19 de abril de 1879. Também conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho. Ver: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 16/06/2021.

É possível deduzir que a criação destes três cursos de ensino superior, anexos ao Pelotense, serviu aos interesses maçônicos de atuação junto à formação profissional de um grupo que se consolidava na cidade nos primeiros anos deste século: os profissionais liberais. Nos cursos de Farmácia e Odontologia e de Agrimensura, privilegiava-se o método experimental, de caráter mais técnico, através de estudos práticos bastante vinculados à realidade e à própria necessidade da comunidade. Já a Faculdade de Direito, através do desenvolvimento e domínio da retórica e do conhecimento das leis, encarregava-se da indispensável preparação da elite dirigente. Desta forma, eram atendidos os interesses de representantes da elite tradicional da cidade e do emergente grupo social ligado à indústria e ao comércio, que compunham a Maçonaria local (AMARAL, 2005, p. 6-7).

Contudo, essas instituições de ensino criadas no estado no final do Império e durante a Primeira República eram particulares, embora recebessem auxílio do governo estadual e a maioria dos alunos não pagassem taxas ou anuidades, mesmo sendo estes oriundos da elite brasileira. Elas estavam inseridas no modelo de faculdades isoladas, mas algumas ofereciam mais de um curso, como por exemplo, a Escola de Engenharia de Porto Alegre, que abrigava uma grande variedade de cursos, incluindo cursos profissionais, além de institutos de pesquisa³³.

Ao analisarmos esses dados conseguimos revelar a articulação dos interesses. É possível perceber como estava configurada a sociedade gaúcha à época, uma vez que as duas primeiras escolas do interior eram voltadas para a agricultura e veterinária, expressando, com isso, a base econômica agropastoril do nosso estado. Já Porto Alegre, como centro político-burocrático, se sobressaiu pela diversidade de cursos, voltados, sobretudo, para a formação de profissionais liberais (Lima, 2017, p. 31).

Ao longo das primeiras décadas do século XX, o mundo estava passando por uma intensa modificação nas estruturas socioeconômicas em consequência da Primeira Guerra Mundial. Conforme nos aponta Maria Luísa dos Santos Ribeiro (1992, p. 86), em 1907, havia 3.258 estabelecimentos industriais no Brasil, ao passo que, em 1920, esse número chegou a 13.336, o número de operários saltou de 150.000 para 276.000. Além do mais, o êxodo rural, iniciado anos antes, fez com que os principais centros urbanos nacionais, que contavam com um projeto de urbanização ainda embrionário, vissem aumentar o contingente de famílias das classes médias e populares. Tais transformações, que se intensificaram a partir daí, geraram pressão no sentido de reformulação e ampliação do sistema educacional (Lima, 2017, p. 32). Portanto, segundo Romanelli,

Esses dois aspectos – o crescimento acelerado da demanda social de educação, de um lado, e o aparecimento de uma demanda de recursos humanos, de outro – criaram as condições para a quebra do equilíbrio. Uma vez estabelecido o

³³ DINIZ, Pery Pinto; SOARES, Mozart Pereira. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1934-1964)*. Porto Alegre: PROEXT/UFRGS, 1992, p. 31.

desequilíbrio, que se acentuou sobretudo a contar de 1930, a crise do sistema educacional obedeceu, na sua escala evolutiva, ao jogo de forças que esses fatores mantinham entre si. Esse jogo, naturalmente, obedeceu, por sua vez, às regras do crescimento espontâneo próprio do sistema capitalista. E a crise se manifestou sobretudo pela incapacidade de as camadas dominantes reorganizarem o sistema educacional, de forma que se atendessem harmonicamente, tanto à demanda social de educação quanto às novas necessidades de formação de recursos humanos exigidos pela economia em transformação. Nesse processo, a herança cultural atuou desfavoravelmente na mentalidade, tanto dos dirigentes que organizaram a escola quanto das próprias camadas que passaram a pressionar o sistema escolar. Os aspectos que o desequilíbrio apresentou foram, então, de duas ordens (ROMANELLI, 2010, p. 47-48).

Como vimos, o crescimento populacional brasileiro e o processo de urbanização fez com que o sistema educacional entrasse em colapso, pois, o sistema vigente não estava dando conta da demanda necessária para gerar profissionais capacitados. Assim, o final da década de 1920, foi marcada por intenso debate de ideias e por algumas iniciativas reformistas em alguns estados, como as de Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925; e Fernando de Azevedo, no Distrito Federal, em 1928 (Piletti, 1991, p. 62-63)³⁴.

Em abril de 1924, Anísio Teixeira iniciou sua primeira gestão na Inspeção Geral de Ensino da Bahia, ao assumir o cargo de Inspetor Geral do Ensino, que se estendeu até 1929. Ao se deparar com a situação precária que o sistema educacional baiano se encontrava, Teixeira trabalhou em prol da estruturação de uma escola pública organizada, democrática e universal. Suas lutas e intervenções se propagaram pelo país em diferentes esferas públicas. De acordo com Sandra Regina Cassol Carbello (2016, p. 3), para enfrentar a difícil situação com a qual se deparou, Anísio Teixeira propôs uma ampla reforma na educação baiana vislumbrando “um grande movimento de reorganização, que firmasse uma concepção legítima de escola primária, estabelecesse uma ampla e universal difusão desse ensino e prestigiasse, dando-lhe a dignidade de direito, o professor primário” (Abreu, 1960, p. 21).

Para esta reorganização investiu na profissionalização e capacitação docente; na estruturação e expansão do sistema educacional; e na revisão dos programas. É deste período “a Lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925, e o Decreto nº 4.312, de 30 de dezembro de 1925. A primeira reformando a Instrução Pública do Estado da Bahia e o segundo aprovando o Regulamento do Ensino Primário e Normal” (Abreu, 1960, p. 11). Essa lei dispunha com detalhes sobre os princípios da gratuidade e da obrigatoriedade do ensino e deixava claro que o ensino no estado da Bahia teria como objetivo educar física, moral e intelectualmente o indivíduo, tornando-o apto para a vida em sociedade. Outro ponto interessante dessa lei, em

³⁴ Demonstrações mais gerais dessas transformações socioeconômicas foram a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Semana de Arte Moderna e as diversas revoltas tenentistas dos anos 1920 (Schwarcz; Starling, 2018, p. 337-348).

um período que a educação sofria forte influência religiosa, é o seu artigo 5º que versa sobre a laicidade do ensino, afirmando que “todo o ensino ministrado pelo Estado é leigo”³⁵.

Segundo Tereza Fachada Levy Cardoso (2005, p. 6), a reforma educacional do Distrito Federal conduzida por Fernando de Azevedo pode ser considerada uma das mais radicais implementadas no Brasil. O Decreto nº 3281, de 23 de janeiro de 1928, atingiu, além do ensino técnico profissional, o ensino primário e o normal. Essa reforma, segundo o próprio Fernando de Azevedo, foi inspirada pelas teorias de Durkheim, na França, de Kerschensteiner, na Alemanha, e, sobretudo, de Dewey, na América do Norte e pretendia alterar profundamente a sociedade brasileira. O objetivo defendido por Azevedo era preparar gerações para a vida social de seu tempo:

A reforma da educação, que se instituiu a escola para todos (escola única), organizada à maneira de uma comunidade baseada no exercício normal do trabalho em cooperação, implantou no Brasil escolas novas para uma nova civilização. [...] quis o Estado preparar as gerações não para a vida, segundo uma representação abstrata, mas para a vida social do seu tempo, sob um regime igualitário e democrático em evolução, transmudando a escola popular não apenas num instrumento de adaptação (socialização), mas num aparelho dinâmico de transformação social. Para este fim, a reforma articulou a escola com o meio social, modificou a sua estrutura, remodelando-a num regime de trabalho e de vida em comum, sob a feição de uma comunidade em miniatura, em que seriam utilizadas as diversas formas de atividade social, que desenvolvem o sentimento de responsabilidade e cooperação” (AZEVEDO, s.d., p. 17 *apud* CARDOSO, 2005, p. 6).

Entretanto, segue a autora, a implantação de uma política pública em educação com o caráter revolucionário que a caracterizava naquela conjuntura, provocou, como era de se esperar, resistências e oposição. De acordo com Libânia Nacif Xavier (2007, p. 146): “O movimento das reformas da instrução pública ocorrido nos estados brasileiros ao longo da Primeira República expressa com clareza a liderança exercida pelo grupo paulista na condução da política nacional”.

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, conforme aponta Lima (2017, p. 32), as instituições de ensino superior existentes estavam atravessando dificuldades financeiras, situação, esta, agravada ao final dos anos de 1920. O que acabou por acelerar a discussão em favor da criação de uma universidade que incorporasse as diversas faculdades e que contasse com financiamento do governo estadual. A Federação Acadêmica, entidade representativa dos estudantes das faculdades e escolas superiores de Porto Alegre, apresentava, desde 1929, a

³⁵ Para saber mais sobre a referida lei, ver: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/134871/15%20-%20Lei%20N.%201.846%2c%20de%2014%20de%20Agosto%20de%201925.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. acesso em: 02/07/2022.

necessidade de criação de uma instituição universitária. No ano seguinte, essa entidade publicou um documento no qual propunha a criação de uma Universidade do Rio Grande do Sul, a qual deveria ter sua autonomia garantida e que contaria com a representação discente nos órgãos colegiados (Diniz; Soares, 1992, p. 34).

Segundo Mateus Lima (2017, p. 33), outros movimentos que atuaram na formatação do ensino superior gaúcho foram a Liga Pró-Ensino Leigo, de tendência positivista, e os conservadores católicos. No Rio Grande do Sul, o ideário positivista era bastante influente, sobretudo, na Escola de Engenharia, a qual tinha sua base estruturada conforme essa tendência. Os católicos, por sua vez, estavam buscando conquistar espaço. Em âmbito nacional, polarizavam com os chamados “pioneiros da Escola Nova”³⁶ e lutavam para incluir no currículo o ensino religioso obrigatório, em nome da liberdade de ensino, uma vez que tal premissa estava assegurada no Art. 150, parágrafo único da Constituição Federal de 1934, onde se lê: “Compete à União: [...] liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescrições da legislação federal e da estadual” (Brasil, 1934). Obtiveram uma vitória parcial, pois essa disciplina passou a ser ofertada obrigatoriamente pelas escolas, mas facultativa ao aluno. Esta situação não se modificou através das constituições que a seguiram. No estado, enfrentavam tanto os positivistas quanto os escolanovistas pela conquista de espaço nas instituições de ensino. Ao longo das décadas seguintes, os católicos obtiveram espaço em algumas faculdades da URS, principalmente na Faculdade de Filosofia (Diniz; Soares, 1992, p. 36).

³⁶ O movimento educacional da Escola Nova surgiu para propor novos caminhos para uma educação que a muitos parecia em descompasso com o mundo das ciências e das tecnologias, que eram o marco inovador da época. Nesse contexto de avanços científicos, os educadores procuraram introduzir ideias e técnicas que tornassem o processo educacional mais eficiente e mais realizador para o indivíduo. Portanto, a Escola Nova pretendeu promover a pedagogia da “existência” superando a pedagogia da “essência”, ou seja, tratava-se de não mais submeter o homem a valores e dogmas tradicionais e eternos e sim voltá-lo para ser único, diferenciado, interagindo com o mundo dinâmico (Prestes; Santos; Vale, 2006 p. 132-133). O movimento escolanovista ganhou força no Brasil, principalmente, a partir de 1930, através de figuras como Anísio Teixeira, Fernando Azevedo e a escritora Cecília Meirelles. Em 1932, foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: a reconstrução educacional do Brasil, escrito por Azevedo e assinado por vários intelectuais da época, alguns deles supracitados nessa nota. Neste documento, foram propostas e definidas várias soluções que, a partir de então, foram sendo aplicadas à educação brasileira (Romanelli, 1991). Citamos alguns dos princípios que compunham o manifesto: 1 - A educação deve ser essencialmente pública, obrigatória, gratuita, leiga e sem qualquer segregação de cor, sexo ou tipo de estudo, e desenvolver-se-á em estreita vinculação com as comunidades; 2 - A educação deve ser uma só, com os vários graus articulados para atender às diversas fases do crescimento humano. Mas, unidade não quer dizer uniformidade; antes, pressupõe multiplicidade. Daí, embora única, sobre as bases e os princípios estabelecidos pelo Governo Federal, a escola deve adaptar-se às características regionais; 3 - A educação deve ser funcional e ativa, e os currículos devem adaptar-se aos interesses naturais dos alunos, que são o eixo da escola e o centro de gravidade da educação; 4 - Todos os professores, mesmo os de ensino primário, devem ter formação universitária. Para maior conhecimento acerca do Manifesto, ver: https://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto_dos_Pioneiros_Educacao_Nova.pdf. Acesso em: 03/07/2022.

Em decorrência da Revolução de 1930³⁷, percebemos uma mudança no panorama educacional brasileiro, uma vez que as faculdades tiveram que adequar-se às novas leis do ensino superior, as quais exigiam o cumprimento de uma série de normas, dentre elas a determinação da obrigatoriedade da Inspeção Federal nº 972 para o devido funcionamento delas. Foi a partir desse movimento político que de fato houve uma normatização de um sistema nacional de ensino. Neste sentido, foi criado o Ministério da Educação, que tinha por objetivo, regulamentar a educação nacional. Por outro lado, a Constituição de 1934 determinou que ficaria à cargo da união “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados”, além de “coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País” (Brasil, 1934)³⁸.

Em referência ao ensino superior, o Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, estabeleceu os Estatutos das Universidades Brasileiras, impactando todas as normativas existentes até o momento, já que ele definia, por exemplo, que as universidades deveriam ser constituídas pela combinação de três das seguintes faculdades: Engenharia, Direito, Medicina e Educação, Ciências e Letras³⁹ (Lima, 2017, p. 33). A primeira instituição de ensino superior formulada com base na nova legislação foi a Universidade de São Paulo, em 25 de janeiro de 1934 (Piletti, 1991, p. 80).

Neste sentido, a partir desse novo momento inaugurado em 1930, e que se estendeu até 1960, o qual foi identificado por Clarissa Neves como uma segunda fase na história do ensino superior no Rio Grande do Sul, temos a aglutinação das escolas e faculdades existentes e/ou que foram criadas no início da década de 1930, dando origem às duas universidades no estado, centralizadas na capital. A Universidade de Porto Alegre (UPA), fundada em 1934 e, de acordo com Jaime Valim Mansan (2009, p. 54), foi formada a partir da reunião da Universidade Técnica, da faculdade de Farmácia, da Faculdade Livre de Direito (que incluía o curso de Comércio, a ela vinculado), da Escola de Agronomia e Veterinária, da Faculdade de Medicina (incluindo o curso de Odontologia, vinculado a ela) e do Instituto Livre de Belas

³⁷ A revolução de 1930 foi o movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março anterior. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3#:~:text=Movimento%20armado%20iniciado%20no%20dia,Rep%C3%BAblica%20em%201%20de%20mar%C3%A7o.> Acesso em: 17/06/2021.

³⁸ Art. 150 da Constituição de 1934. Ver: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 19/06/2021.

³⁹ O referido decreto dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário. Ver: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16/06/2021.

Artes. O projeto da UPA ainda contava com a criação de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que só foi criada efetivamente em 1943. E, em 1948, foi fundada a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Ao longo de todo o período, ambas as instituições se estruturaram e se expandiram, oferecendo grande diversidade de cursos e concentrando a maioria das matrículas desse nível de instrução (Lima, 2017, p. 34).

A UPA era mantida pelo governo estadual, com exceção da Faculdade de Medicina, que integrava aquela universidade, mas foi federalizada em 17 de outubro de 1931 e manteve essa condição. Os estudantes com melhores condições financeiras continuaram pagando taxas, emolumentos e anuidade escolar. De acordo com Lima, os valores arrecados a partir dessas taxas, passaram a ser destinados, em 1943, para entidades acadêmicas e assistência estudantil; e as receitas com taxas e emolumentos foram direcionadas para bolsas de estudos (Lima, 2017, p. 34).

Ao longo dos anos seguintes, a interiorização do ensino superior se desenvolveu e se fortaleceu em algumas cidades, tais como Pelotas e Santa Maria. Assim, de 1936 a 1949, a Faculdade de Direito em Pelotas conservou-se como instituição isolada, mantendo-se com recursos próprios, doações financeiras de políticos e de membros da comunidade em geral, até que, em 1949, a Faculdade foi incorporada à UPA, federalizando-se no ano seguinte. Ao se separar do Ginásio Pelotense, a faculdade de Odontologia passou a lutar por uma sede própria e entrou em uma fase de adaptação às novas leis do ensino superior até o alcance da Inspeção Federal Permanente no ano de 1941, de acordo com o decreto nº. 802 (Pohndorf, 2013, p. 50).

A partir de 1947 foi viabilizada a integração dos cursos existentes no interior do estado através da promulgação da Constituição Estadual, que passou a incorporar as faculdades de Direito e Odontologia de Pelotas; e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria, alterando o nome da UPA para Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), no ano seguinte (Neves, 1995, p. 3). A lei federal nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950⁴⁰, propiciou a federalização da URGS. Tal conquista se deu pela necessidade de aumentar sua estrutura para atender à crescente demanda e em consequência da delicada situação financeira que o estado atravessava no período. Além disso, a lei estadual nº 1.439, de 16 de fevereiro de 1951⁴¹, que foi assinada pelo deputado Procópio Durval Gomes de Freitas, presidente da Assembleia

⁴⁰ Para saber mais acerca da lei que dispõe sobre o sistema federal de ensino superior: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1254-4-dezembro-1950-362540-norma-pl.html>. Acesso em: 19/06/2021.

⁴¹ Lei que dispõe sobre a transferência da Universidade do Rio Grande do Sul para o governo da União: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-1439-1951-rio-grande-do-sul-dispoe-sobre-a-transferencia-da-universidade-do-rio-grande-do-sul-para-o-governo-da-uniao>. Acesso em: 19/06/2021.

Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, transferia para a União o patrimônio da universidade, complementando a federalização. Apesar disso, a sigla “URGS” seguiu sendo utilizada até 1965, quando, através da lei federal nº 4.759, os nomes de todas as universidades federais foram padronizados, logo, a universidade gaúcha passou a ser referida através da sigla “UFRGS” (Mansan, 2009, p. 55). Ainda sobre a federalização da URGS, Clarissa Neves escreve,

A federalização da URGS e de suas unidades no interior do estado significou um marco. A capital se consagrou como centro e referência do ensino superior no estado e a instituição-sede passou a ser tratada como responsabilidade do governo federal, beneficiando-se dos novos programas oficiais destinados a revitalizar e consolidar as universidades federais (NEVES, 2007, p. 337).

Durante o reitorado de Elyseu Paglioli na UFRGS, em 1954, foi criada em Santa Maria, a Faculdade de Medicina, considerada um prenúncio do processo de interiorização referido por Neves. Sendo assim, em 1960, as Faculdades de Farmácia e de Medicina daquela cidade acabaram sendo desmembradas da UFRGS, passando a fazer parte da recém-criada Universidade Federal de Santa Maria (Mansan, 2009, p. 55). No mesmo ano, foi fundada, através do decreto nº 49.529, de 13 de dezembro de 1960, a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRGS), composta pela Escola de Agronomia Eliseu Maciel, assim como por uma escola de Medicina Veterinária e uma escola de pós-graduação, um centro de treinamento e informação do sul, um curso de sociologia rural e um curso de Ciências Domésticas⁴². Esta instituição pertencia ao Ministério da Agricultura e tinha como sede a cidade de Pelotas. A partir de agosto de 1969, sob o decreto-lei nº 750, as faculdades de Direito e Odontologia de Pelotas, bem como a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, entram em processo de desmembramento e incorporação por parte da recém-criada Universidade Federal de Pelotas (UFPel) (Gomes, 2017, p. 25).

De acordo com Jaime Valim Mansan (2009, p. 55), as décadas de 1950 e 1960 representaram um momento de grande expansão do ensino superior no estado, podendo o indício de tal crescimento ser observado pelo número de matrículas efetivadas. Enquanto em 1950 o número total de estudantes matriculados em cursos superiores no Rio Grande do Sul era igual a 3.853, em 1965, esse valor havia aumentado em quase 500%, correspondendo a 18.628 matrículas. Na Tabela 1, explicitamos a evolução de tais números através de um quadro comparativo:

⁴² Para maiores informações ver: MAGALHÃES, Mario Osório. *Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel - Universidade Federal de Pelotas*. 2. ed. Pelotas: Ed. Universitária - UFPel, 1996.

Tabela 1 – Evolução das Matrículas no Ensino Superior do Rio Grande do Sul (1950-1985)

ANO	TOTAL	VALORES ABSOLUTOS		VALORES RELATIVOS	
		Público	Privado	Público	Privado
1950	3.853	2.693	1.160	100	100
1955	5.404	3.488	1.916	130	165
1960	9.736	4.773	4.963	177	165
1965	18.628	8.520	10.108	316	817
1970	38.060	12.707	25.353	472	2.186
1975	82.951	29.636	61.957	1.110	5.341
1980	131.402	31.425	99.977	1.167	8.618
1985	147.182	34.772	112.410	1.291	9.691

Fonte: NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Educação superior (1930-85). In: GERTZ, René (org.). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Volume 4. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 349.

Ao analisarmos os dados apresentados na Tabela 1 podemos destacar alguns aspectos. Como se observa, o número de matrículas efetivadas continuou numa escala crescente ao longo dos anos, contudo, percebe-se uma discrepância entre instituições públicas e as privadas. No ano de 1950, o número de estudantes matriculados em instituições públicas girava em torno de 70%, ao passo que, dez anos mais tarde, esse percentual caiu para 49%. Já em 1970, ficou em 33%. Fica nítido, com isso, o importante papel desempenhado pelas instituições privadas desde os anos 1950, assumindo cada vez mais a dianteira na formação acadêmica e profissional dos jovens sul rio-grandenses (Lima, 2017, p. 36).

Em relação ao ensino privado, Lima (2017, p. 36) nos diz que tais instituições existentes no Rio Grande do Sul eram, em grande parte, confessionais, sendo estas, quase em sua totalidade, vinculadas a ordens católicas. Sendo assim, desde o primado do Arcebispo D. Ponce de Leão e, principalmente, a partir do primado de D. João Becker, foram realizados esforços com o intuito de ampliar a rede de ensino católico. De início, o foco foi direcionado para a educação primária e secundária. O papel desempenhado pelos jesuítas foi de suma importância para essa expansão. Um dos principais objetivos da ordem era constituir uma influente elite católica, inicialmente, sobretudo, entre os imigrantes e seus descendentes, porém não apenas entre eles. De acordo com Martin Dreher:

Para que os descendentes dos imigrantes pudessem ascender, social e politicamente, era necessário que existisse escola. Dessa reflexão surgiu a decisão jesuítica de criar instituição educacional que fosse capaz de formar lideranças econômicas, políticas e religiosas. Como a incumbência de renovar o catolicismo da província não se limitasse aos de imigração alemã, esta instituição deveria estar aberta também aos filhos das oligarquias estancieiras (DREHER, 2008, p. 55).

Assim, ainda de acordo com Lima (2017, p. 36), a primeira instituição oriunda dessa posição foi o Colégio Nossa Senhora da Conceição, na cidade de São Leopoldo. Mais tarde, o Colégio Anchieta assumiu o protagonismo de ser o principal formador da elite católica no Rio

Grande do Sul, sendo fundamental para o desenvolvimento da chamada “primeira geração católica”, conforme afirma Fernando Trindade (1982, p. 39). Se faz necessário destacar que as ordens católicas que se dedicaram ao ensino no estado tinham passado por um processo de “restauração religiosa”, como reação ao anticlericalismo, bem como ao laicismo que estavam ganhando força no século XIX (Lima, 2017, p. 36). Segundo Dreher (2008, p. 17), naquele momento “Igreja e Estado ficaram discutindo sobre escolas, matrimônio, moral pública, nacionalismo e ciência”.

Aos colégios Conceição e Anchieta se somaram inúmeras outras instituições, formando uma verdadeira rede de ensino católico (Lima, 2017, p. 36). Em Pelotas, por exemplo, a educação foi disputada entre a maçonaria e a Igreja Católica, que também detinha considerável espaço político e ideológico na cidade. A cargo da Igreja ficava a manutenção do Colégio Gonzaga, sendo este o primeiro reduto do ensino superior católico na cidade, dando origem, mais tarde, à Universidade Católica de Pelotas (UCPel) (Gomes, 2017, p. 25).

Além da educação, a Igreja Católica também foi responsável por ações assistencialistas no Brasil, sobretudo a partir da década de 1930, uma vez que a assistência social não era uma das preocupações do governo. Tais ações eram desenvolvidas de forma descontínua e com caráter de benemerência. Ademais, entendemos que esse braço assistencialista da Igreja foi o embrião para a criação do curso de Serviço Social, mais tarde. Por isso, destacamos o fundamental papel desempenhado pela Igreja nesse momento, sobretudo no desenvolvimento de formas assistencialistas de enfrentamento à questão social, utilizando como recurso essencial um discurso moralizador e educador das famílias, como assinala Maria Carmelita Yazbek a respeito do modelo familiar, destacando “sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral” (Yazbek, 2009, p. 5).

As atividades da caridade tradicional ganharam uma nova composição e certo caráter organizativo, pois contava com famílias da burguesia paulista e carioca, as quais passam a contar com o subsídio do Estado, medida esta que possibilitou a realização de obras sociais mais abrangentes. Dessa forma, podemos destacar o surgimento de duas instituições assistenciais de caráter regional: a Associação das Senhoras Brasileiras, criada em 1920, no Rio de Janeiro; e, a Liga das Senhoras Católicas, no ano de 1923, em São Paulo. Essas instituições surgem dentro do movimento de reação católica e visavam atender algumas demandas oriundas do processo de desenvolvimento capitalista. Essas ações podem ser consideradas como o início do Serviço Social brasileiro. Assim,

A importância dessas instituições e obras, e de sua centralização, a partir da cúpula da hierarquia, não pode ser subestimada na análise da gênese do Serviço Social no Brasil. Se sua ação concreta é limitada, se seu conteúdo é assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 167).

Essas ações se tornaram cada vez mais organizadas, fazendo com que surgissem outros grupos e associações nesse cenário e, preocupados com a formação de seus componentes, começaram a elaborar cursos e semanas de estudos. Desse modo, após um curso intensivo realizado em São Paulo por um grupo de moças religiosas, as Cônegas de Santo Agostinho⁴³, preocupadas com a “questão social”, surgiu o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Para Castro, o CEAS foi considerado como o embrião da profissionalização do Serviço Social no Brasil, pois “o trabalho de organização e preparação dos leigos se apoia numa base social feminina de origem burguesa, respaldada por Assistentes Sociais belgas que ofereceram a sua experiência para possibilitar a fundação da primeira escola católica de Serviço Social” (Castro, 2011, p. 102).

As ações do CEAS desenvolveram-se e ganharam importância, orientando suas atividades para uma formação técnica especializada, com a finalidade de difundir a doutrina social da Igreja Católica, por isso, atuava diretamente junto ao proletariado. Segundo Iamamoto (2008) e Aguiar (2011), no ano de 1932, o CEAS enviou para a Bélgica duas de suas fundadoras, com o intuito de que elas estudassem a organização e o ensino do Serviço Social naquele país. Deste modo, no ano de 1936, instalou-se no Brasil, a Escola de Serviço Social de São Paulo (PUC-SP), a primeira do país.

Em 1937, foi fundado, no Rio de Janeiro, o Instituto de Educação Familiar e Social, composto pelas Escolas de Serviço Social e Educação Familiar (PUC-RJ), por iniciativa do Grupo de Ação Social. O novo instituto estava alinhado com a escola paulista em relação à preocupação da Igreja em tornar-se força normativa da sociedade. As experiências de São Paulo e do Rio de Janeiro foram determinantes para o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro e exerceram forte influência no surgimento de outras escolas por todo o país. Além disso, a criação das escolas de Serviço Social no Brasil foi fruto da influência da Ação Social Católica, uma vez que o Estado não atendia as demandas sociais (Chaves; Oliveira, 2017, p. 147).

No Rio Grande do Sul, no ano de 1947, os maristas já contavam com quatro faculdades: Ciências Políticas e Econômicas (1931); Filosofia, Ciências e Letras (1940);

⁴³ Fazem parte da Congregação de Nossa Senhora.

Serviço Social (1945) e Direito (1947). Com isso, empenharam-se para o reconhecimento da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o que aconteceu no ano seguinte. Em 1950, o Vaticano lhe concedeu o título de Pontifícia, passando, então, a se chamar “Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)” (Neves, 2007, p. 340).

Seguindo a periodização criada por Clarissa Neves, a terceira fase da história do ensino superior gaúcho compreende as décadas de 1960 a 1990, e corresponde ao que a autora chama de “interiorização do Ensino Superior”, apresentando, portanto, como especificidade um movimento inverso ao anterior. Esta fase se caracterizou pela criação de universidades públicas e privadas em municípios do interior do estado, como já mencionamos anteriormente (Neves, 1995, p. 97). Embora a autora faça um recorte a partir de 1960, a expansão começou já nos anos 1950, ao mesmo tempo em que as instituições existentes na capital se fortaleciam.

De acordo com Neves, a criação de novos cursos e faculdades no interior aconteceu em decorrência de diversas razões, dentre elas: urbanização e modificações nas relações de trabalho; necessidade de formar novos professores para atender o ensino básico, cujo número de matrículas estava em ascensão; perspectivas de desenvolvimento regional; e os interesses políticos dos envolvidos (Neves, 2007, p. 343). Muitas foram as faculdades fundadas na década de 1950: Faculdade Católica de Filosofia, em Pelotas (1953); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Cristo Rei, em São Leopoldo (1953); Faculdade de Medicina de Santa Maria (1954); Faculdade de Ciências Econômicas, em Caxias do Sul (1956); Faculdade de Filosofia de Ijuí (1957). Percebe-se que muitas instituições que foram fundadas no interior seguiram o modelo de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, as quais eram faculdades católicas e vinculadas às dioceses. Foi o que ocorreu em Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Pelotas e Uruguaiana (Lima, 2017, p. 41).

Seguindo esse processo de expansão em direção ao interior do estado, encontramos a fundação da primeira universidade na cidade de Santa Maria. A Universidade de Santa Maria (USM), que mais tarde, com a federalização, passou a ser chamada Universidade Federal de Santa Maria (1960), foi constituída por diversas faculdades, as quais tinham origens distintas, aspecto importante em sua história e fator condicionante na atuação do movimento estudantil. A USM seguiu um modelo híbrido, uma vez que combinava unidades públicas e privadas, com cursos pagos e outros gratuitos. A universidade funcionou com as chamadas Faculdades Agregadas, que eram instituições privadas e confessionais, até que estivesse de fato consolidada. Até 1960 algumas faculdades eram extensões da UFRGS, tais como a Faculdade de Farmácia e Medicina. Essas extensões também estavam presentes em Pelotas e Rio Grande (Lima, 2017, p. 41).

Assim, em 1961, o estado já contava com quatro instituições que possuíam o status de universidade: UFRGS, PUCRS, UFSM e UCPel. Contudo, ainda havia diversas outras faculdades em cidades do interior e em Porto Alegre. Além do mais, ao longo dos anos 1960, foram criadas mais cinco universidades no Rio Grande do Sul: a Universidade de Caxias do Sul (1967); a Universidade de Passo Fundo (1968); a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1969); a Universidade de Pelotas (1969) e a Fundação Universidade do Rio Grande (1969) (Lima, 2017, p. 41). Interessante apontar que as universidades que nasceram após 1964, já estão tuteladas pela política educacional adotada pelo regime militar⁴⁴.

2.2 As Federações Acadêmicas

Para o historiador Mateus da Fonseca Capssa Lima (2017, p. 67)⁴⁵, foi durante a Primeira República que ocorreram as primeiras tentativas de organização da categoria estudantil, tanto no âmbito regional quanto no nacional. A Federação dos Estudantes Brasileiros, fundada em 1901, foi a primeira entidade criada com tal objetivo; entretanto, ela teve curta duração, mas, uma das suas características mais interessantes era a presença de estudantes simpáticos a ideais socialistas, o que demonstra que, embora as opções políticas guardassem relação com as origens sociais, elas também desfrutavam de relativa autonomia.

No Rio Grande do Sul, a criação da Federação dos Estudantes do Rio Grande do Sul se deu através da articulação entre estudantes das diversas faculdades existentes no estado. Segundo Luiz Alberto Grijó (2005, p. 188), ela teria sido concretizada em 1905 e contava com cerca de 300 associados. A primeira menção à esta entidade, diz Lima (2017, p. 67), se deu pela vinda do presidente Afonso Pena para Porto Alegre, em agosto de 1906. Pena foi o primeiro presidente a visitar o Rio Grande do Sul e os estudantes esperavam participar das festividades de recepção. No entanto, uma série de desentendimentos fizeram com que a entidade se retirasse da solenidade oficial, organizando uma manifestação paralela. O governador, Borges de Medeiros, entrou em acordo com os estudantes e acabou liberando a

⁴⁴ Iremos aprofundar essa discussão ao longo da tese.

⁴⁵ Nos apoiamos na pesquisa de Mateus da Fonseca Capssa Lima, desenvolvida em sua tese de doutorado, intitulada: “A direita estudantil universitária no Rio Grande do Sul: entre a democracia e a ditadura (1961-1968)”, por entendermos que o historiador realizou uma excepcional investigação sobre os primórdios das entidades de representação estudantil no Rio Grande do Sul, talvez sendo o único a realizar tal feito, uma vez que não encontramos outras referências sobre o assunto.

manifestação, que foi noticiada pelo jornal *A Federação*⁴⁶. O orador dos estudantes, Getúlio Vargas, adotou um tom conciliatório (Lima, 2017, p. 68).

A entidade manteve suas atividades até 1910, participando de solenidades de datas comemorativas, organizando campanhas de solidariedade às vítimas de catástrofes, integrando eventos sociais, dentre outras. Tal entidade foi a responsável pela publicação da *Revista Acadêmica*, no ano de 1907, e, a direção da mesma ficou a cargo de Martim Gomes, além de contar com Getúlio Vargas, Manoel Duarte e Florêncio de Abreu como seus redatores (Lima, 2017, p. 68). Ademais, nesse mesmo ano, decidiram se fazer presente no Congresso Internacional de Estudantes Americanos, que se realizaria em janeiro no ano seguinte em Montevideu, Uruguai (Guedes; Sanguinetti, 1994, p. 55). Para Liebman, Walker e Glazer (1972, p. 08), esse congresso teria sido “o ponto alto da atividade política e organizacional dos estudantes durante essa década”. Ainda inseridos nesse espírito de integração e, talvez, influenciados pela iniciativa dos estudantes uruguaios, os estudantes gaúchos, através de sua federação, estavam presentes no Congresso Brasileiro de Estudantes, realizado em São Paulo, em 1909. O referido congresso é destacado por Arthur José Poerner (2004, p. 129) como uma das “primeiras tentativas de organização nacional do movimento estudantil”.

Segundo Mateus Lima (2017, p. 69), entre os anos de 1906 e 1910, diversas gestões estiveram à frente da Federação dos Estudantes do Rio Grande do Sul. Assim, em 1906, o presidente era Eurybíades Dutra Villa⁴⁷. No ano seguinte, a Federação foi presidida por Henrique Raupp Júnior. Já, em 1908, houve pelo menos duas eleições: uma primeira gestão foi eleita em maio, sendo presidida por Fernando de Abreu Pereira (Faculdade de Engenharia) e essa diretoria deveria atuar até o dia 14 de julho, contudo, a partir de agosto daquele ano, Augusto César Sampaio estava respondendo como presidente da entidade. Uma nova eleição foi realizada em outubro de 1908, onde Renato Rodrigues Barbosa (Faculdade de Medicina) assumiu como presidente. O seu sucessor foi Miguel Saldanha da Costa, que acabou falecendo em março de 1910. Após a morte de Miguel Saldanha da Costa, houve a

⁴⁶ O jornal *A Federação*, fundado no Rio Grande do Sul, começou a circular em 1º de janeiro de 1884, sendo considerado um dos mais importantes jornais de cunho político-partidário no Brasil. Circulou durante 53 anos, até o dia 17 de novembro de 1937, quando se instalou a ditadura do Estado Novo. Este jornal é fonte imprescindível em uma análise historiográfica sobre a propagação republicana e a forma como se estabeleceu, ao longo do tempo, o poder hegemônico do Partido Republicano Riograndense (PRR). Ver: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/memoria/federacao-um-jornal-que-fez-historia/>. Acesso em: 21/06/2021.

⁴⁷ A diretoria completa era composta por: Justino Ribeiro Franco (presidente honorário); Eurybíades Dutra Villa (presidente); Salustiano Cardoso Espíndola (1º secretário); Plínio da Costa Gama (2º secretário); Alberto Goetze (tesoureiro); Reynaldo Geyer, Henrique Alves de Araújo, Fernando de Abreu Pereira, Francisco José Pinto, Antônio Souza Gomes, Alberto Brandão e Ascendino Machado (adjuntos do tesoureiro) (LIMA, 2017, p. 69).

desarticulação da entidade, uma vez que não se teve mais notícias de atuação da mesma (Lima, 2017, p. 69).

A retomada das atividades aconteceu somente em 1913, porém, agora, com o nome de Federação Acadêmica de Porto Alegre (FAPA). Uma primeira reunião foi organizada e a partir daí, instaurou-se um Conselho. A sessão de instalação desse ficou a cargo de Oscar Pedreira, estudante de Engenharia, que foi secretariado por Raul Pilla, estudante de Medicina, e Alcides Dias Antunes, da Escola de Comércio. Na oportunidade, foi lido o estatuto, passando-se, posteriormente, aos discursos. Waldemar Masson foi o orador oficial da Comissão Organizadora e destacou o papel estudantil “na vanguarda dos grandes movimentos liberais que tem agitado nosso país”. Lucídio Ramos foi o orador oficial, representando os delegados das Escolas Superiores (formadores do Conselho). A presidência do Conselho estava a cargo de Raul Pilla. Ao longo do ano de 1913, os estudantes trabalharam para arrecadar fundos em benefício de sua biblioteca, além de se solidarizarem-se com a morte do presidente Campos Sales. Todavia, essas foram as últimas ações noticiadas da FAPA. Ao que tudo indica, a entidade não conseguiu permanecer em funcionamento por muito tempo (Lima, 2017, p. 69).

Anos mais tarde, em 1917, afirma Lima (2017, p. 70), encontramos novas manifestações em nome da Federação Acadêmica de Porto Alegre. Com a intenção de reorganizá-la, formou-se uma diretoria provisória, encabeçada pelo estudante de Medicina, Alcides Pinto. O cargo de orador oficial ficou com Adroaldo Mesquita da Costa. Um dos discursos da solenidade de instalação da entidade foi feito por Renato Barbosa, que havia presidido a Federação dos Estudantes. Segundo Barbosa, tratava-se de um ressurgimento:

Ressurge agora a Federação dos Estudantes do Rio Grande do Sul, sociedade que foi há oito anos atrás um dos centros onde floresceram grandes ideais de solidariedade e a harmonia da classe acadêmica e que tornou-se por esse fato uma corporação digna de respeito e consideração em nosso meio social. Será confortante para aqueles que colaboraram nessa sociedade verem-na agora organizada, trabalhando em prol dos mesmos ideais dignificadores, com um programa vasto e cujas responsabilidades se avolumam pela gravidade do momento histórico atual. [...] E foi assim que meia dúzia de anos bastaram para que a mocidade das escolas superiores de Porto Alegre criasse uma tradição honrosa, que sois hoje dignos continuadores. A bandeira que levantastes e em torno da qual vos reunistes, é a mesma que serviu de estímulo e inspirou Getúlio Vargas, Picorelli, Barbosa Neto, Meirelles Rocha, João Neves e tantos outros, cujas qualidades de espírito e de caráter exemplificaram no devotamento e eficiente atividade pela defesa e amparos das causas dignas como esta (BN. *A Federação*, 26 de maio de 1917, p. 05 *apud* LIMA, 2017, p. 70).

Como podemos evidenciar, o tom de continuidade havia sido posto, mesmo que simbolicamente, através da fala de Barbosa ou, também, pelo fato dele ter sido convidado para discursar na solenidade, uma vez que ele próprio já tenha sido presidente da antiga

entidade. Além do mais, ao longo de seu discurso, ele recupera algumas características da entidade extinta, pois afirma que a mesma havia sido um espaço de “lutas intelectuais”. Nessa instituição, congregando os estudantes do ensino superior do Rio Grande do Sul, as disputas de ideias, em geral, eram bastante acirradas, ocasionando momentos de grande tensão, mas, sem perder a unidade de classe.

Conforme assinala Mateus Lima (2017, p. 71), entre os anos de 1917 e 1932, a Federação Acadêmica se manteve bastante ativa. A entidade era formada por três representantes de cada Centro Acadêmico: Agronomia, Medicina, Engenharia, Direito e Comércio. Ao final de seu período de existência, a entidade passou a defender um programa bastante progressista, pois, em 26 de junho de 1930, o programa da Federação incluía a defesa da “autonomia didática e administrativa” e da “gratuidade do ensino”. Além disso, dois anos mais tarde, uma de suas lideranças, Waldemar Ripoll, palestraria aos estudantes sobre a Reforma Universitária de Córdoba⁴⁸, numa discussão que só seria retomada em meados dos anos 1950 (Guedes; Sanguinetti, 1994, p. 59). Em 1929, a entidade se posiciona em favor da Aliança Liberal, defendendo a candidatura de Getúlio Vargas. A Federação foi extinta em 1932, em meio a uma crise gerada pela interferência do governo de Vargas no ingresso às faculdades (Lima, 2017, p. 71). Essa crise, supomos, pode ter sido gerada após a reestruturação do ensino proposta durante o governo varguista, que alterou, entre outras coisas, a forma de ingresso aos cursos superiores, como já foi mencionado anteriormente.

Contudo, as atividades da entidade foram retomadas em 1934. Dentre alguns nomes que participaram de sua (re)fundação naquele ano, destacamos: Carlos Armando Gadret e Ernani Fiori (Direito); Otto Alcides Ohlweiler e Galeano Pianta (Engenharia); Leopoldo Cortez (Agronomia); Adalberto A. Creidy (Comércio) e Rubens Mário Garcia Maciel (Medicina); assim, a primeira diretoria ficou constituída da seguinte maneira: Rubens Maciel (presidente); Armando Gadret (secretário); Edvaldo Paiva (diretor de publicidade); Lúcio

⁴⁸ Aprofundaremos a discussão sobre a Reforma Universitária de Córdoba no segundo capítulo da tese; mas, em linhas gerais, para romper com uma educação conservadora, em 1918, os estudantes argentinos protagonizaram diversas manifestações colocando em xeque o modelo universitário vigente naquela época. As principais mudanças, concretizadas através da Reforma Universitária de 1918, consistiram na reorganização do governo universitário, já que passou a ser compartilhado entre professores e estudantes; além do desenvolvimento da governança participativa, que se daria pela representação discente no Conselho, por exemplo; a livre docência, onde os professores teriam liberdade de ensinar e propor o currículos dos cursos; o ensino gratuito; e, por fim, a promoção de políticas de assistência estudantil e a criação de atividades de extensão. Essa reforma influenciou várias outras em toda a América Latina, como veremos mais adiante. Ver: MENON, Gustavo. A Reforma de Córdoba, movimentos estudantis e seus impactos para o ensino superior na América Latina. *Revista História da Educação* (online), 2021, v. 25, p. 1-27. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/PMw84HfGb7f6gXbVw4sDK3c/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04/07/2022.

Soares Neto (diretor cultural); Vicente Real (diretor beneficente); Amadeu Freitas (diretor desportivo) (Lima, 2017, p. 71).

Em termos financeiros, pontua Lima (2017, p. 71), a FAPA se estruturou em torno de negociações dos Centros Acadêmicos com os cinemas. Com isso, a Federação passou a ser a única que poderia emitir as identidades estudantis, as quais garantiam meia-entrada aos estudantes. Conforme acordo firmado, os Centros Acadêmicos ficavam com 60% da taxa paga e os estudantes se comprometeram a não praticarem mais a chamada “Semana do Beijo”, que ocorria uma vez ao ano quando estudantes invadiam as salas dos cinemas com o intuito de não pagar a entrada. O ato acontecia com aviso prévio aos cinemas, mas sem identificarem qual seria ocupado em cada noite (Maciel, 1994, p. 58).

A entidade, que tinha sua sede estabelecida na Casa do Estudante Pobre⁴⁹, elaborou um estatuto onde defendia o “ensino absolutamente gratuito”, bem como “representação equitativa do corpo discente junto a todos os órgãos dirigentes das escolas superiores”, entre

⁴⁹ A questão da moradia estudantil era uma pauta discutida desde 1931, sobretudo, entre os estudantes da Faculdade Livre de Direito, concomitante às discussões acerca da criação de uma universidade em Porto Alegre. No ano de 1933, o Centro Acadêmico desse curso assumiu a mobilização para construir o que pretendiam chamar de “Casa do Estudante Pobre” (Silva, 2004). Houve uma intensa mobilização com o objetivo de angariar fundos para a construção da obra. No entanto, tal objetivo não foi alcançado e sua sede própria não pode ser construída. Com isso, uma comissão formada pelo Centro de Estudantes conseguiu, junto à prefeitura de Porto Alegre, por intermédio do então prefeito, Alberto Bins, a cedência de um imóvel, que estava situado na Rua Demétrio Ribeiro, nº 1145, que, após uma reforma, passou a sediar a Casa do Estudante a partir de 1º de agosto de 1934; e tinha capacidade para abrigar em torno de 40 estudantes. A casa mantinha-se com o auxílio de pequenas contribuições públicas e de auxílios que partiam de iniciativas individuais, como as do professor Simch, da Faculdade de Direito, que colaborava com o custeio ao destinar parte dos seus vencimentos para este fim (Palha, 1944). Contudo, em 1938, a casa sofreu seu primeiro contratempo: a Prefeitura Municipal de Porto Alegre preparou um plano de remodelação da cidade, em que uma das ações previstas, era a abertura de uma praça, hoje Praça Daltro Filho, em frente ao Cinema Capitólio, justamente onde ficava o prédio da Casa do Estudante, que seria demolido. De acordo com Marcos Luiz Hinterholz, após negociações com o prefeito à época, José Loureiro da Silva, os estudantes foram realocados para um pavilhão construído no Parque da Redenção, que serviu de expositor dos produtos típicos do Estado do Paraná, durante a exposição de 1935, alusiva às comemorações do Centenário da revolução Farroupilha (Hinterholz, 2017, p. 435). Situação esta que perdurou até 1942, quando a Federação Universitária de Porto Alegre, por meio de mobilizações, alugou um prédio na Rua Duque de Caxias, nº 1707, para onde a casa foi transferida. Permaneceu sediada neste endereço até 1944, quando foi transferida, de maneira definitiva, para o Edifício Almeida, na Rua Riachuelo, nº 1355, e passou a se chamar Casa do Estudante do Rio Grande do Sul. No ano de 1959, foi reconhecida como entidade de utilidade pública estadual, pelo então governador, Leonel Brizola e 1961, passou a se chamar Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (CEUACA). Nome dado em homenagem ao filho do casal que fez a doação do prédio ao governo do Estado para que sediasse a casa do estudante; conforme Hinterholz, Aparício Cora de Almeida era militante estudantil e foi morto, de forma misteriosa, em outubro de 1935 (Hinterholz, 2017, p. 435). Somente a partir da década de 1980, passou a aceitar estudantes mulheres como moradoras, uma vez que desde sua criação, em 1934, destinava-se exclusivamente à estudantes homens. Ao longo dos anos, o prédio da CEUACA acabou se deteriorando, impossibilitando qualquer tipo de reforma, o que acabou gerando sua interdição e inúmeros processos judiciais a fim de evacuá-la. Em 2014, ao completar 80 anos, se chegou a um acordo entre o governo do estado e o Ministério Público sobre a sua reforma e os estudantes foram realocados para diversos imóveis na região central de Porto Alegre, mediante pagamento de aluguel social por parte do governo do Estado. Atualmente a CEUACA presta auxílio de moradia a estudantes de graduação e pós-graduação carentes de recursos socioeconômicos e abriga cerca de cem moradores.

outras diretrizes⁵⁰. Percebemos aqui, a influência das ideais da Reforma de Córdoba, as quais já estavam visíveis no estatuto da antiga Federação (Lima, 2017, p. 72).

De acordo com Lima (2017, p. 72), a criação da Universidade de Porto Alegre impactou o meio estudantil, uma vez que, os acadêmicos da capital conquistaram, por exemplo, o direito à representação no Conselho Universitário no ano de 1936. Tal fato se deu graças ao artigo 22 do Estatuto das Universidades Brasileiras, onde ficava estabelecido que “Conselho Universitário – órgão consultivo e deliberativo da universidade – sob a presidência do reitor” seria constituído pelos “diretores dos institutos que compõem a universidade”, “por um representante de cada um dos institutos, [...] eleito pela respectiva congregação”, “por um representante de associação, que for constituída pelos diplomados da universidade em épocas anteriores” e “pelo presidente do Diretório Central dos Estudantes”⁵¹. O caso de Porto Alegre é emblemático, pois esse decreto também definiu e reconheceu a representação estudantil ao normatizar o ensino superior no país. Isso só foi possível em razão da mobilização da entidade porto-alegrense (FAPA), que já assegurava a participação discente no Conselho Universitário. O artigo 107, do mesmo documento, estabelece que “poderá ser organizado o Diretório Central dos Estudantes, constituído por dois representantes de cada um dos diretórios dos institutos universitários ou isolados”, “destinado a coordenar e centralizar toda a vida social dos corpos discentes dos institutos de ensino superior”. No parágrafo 1º desse artigo, fica definido as competências desse órgão:

1º, defender os interesses gerais da classe perante as autoridades superiores de ensino e perante os altos poderes da República; 2º, promover a aproximação e máxima solidariedade entre os corpos discentes dos diversos institutos de ensino superior; 3º, realizar entendimento com os diretórios dos diversos institutos, afim de promover a realização de solenidades acadêmicas e de reuniões sociais; 4º, organizar esportes, que aproveitem á saúde e robustez dos estudantes; 5º, promover reuniões de caráter científico, nas quais se exercitem os estudantes em discussões de temas doutrinários ou de trabalhos de observação e de experiência pessoal, dando-lhes oportunidade de adquirir espírito de crítica; 6º, representar, pelo seu presidente, o corpo discente no Conselho Universitário (BRASIL, Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931).

Já o parágrafo 2º do referido artigo estabelecia que “o Diretório Central dos estudantes, uma vez organizado e eleita a respectiva diretoria, deverá elaborar, de acordo com o reitor da Universidade, o respectivo regimento interno, que será aprovado pelo Conselho Universitário” (Brasil, 1931). A FAPA exerceu a função de Diretório Central, mas, então transformada em Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre (FEUPA), teve que

⁵⁰ Legitimava também o “direito de greve”.

⁵¹ BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13/09/2021.

submeter seu estatuto ao órgão superior universitário, que revisou e propôs modificações no documento⁵². Assim que as exigências foram atendidas, o primeiro presidente da FEUPA a ocupar a representação no Conselho Universitário foi José Mariano da Rocha Filho (Medicina), posteriormente fundador e reitor da UFSM (Lima, 2017, p. 73).

Conforme Mateus Lima (2017, p. 75), nos anos 1950, quando as faculdades de Pelotas e Santa Maria foram incorporadas e se deu a criação da UFRGS, a FEUPA se transformou em Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul (FEURGS). Os estatutos iniciais da FEURGS foram aprovados por um grupo de oito universitários, dentre eles, estavam: Lauro Hagemann, Tuiskon Dick, Arnaldo da Costa Pietro, Flávio Tavares, Pedro Lisboa, Samuel Miragem e Marcos Diligenti.

A entidade teve grande participação durante a resistência legalista de 1961⁵³. Na época, a FEURGS era presidida Fúlvio Petracco, acadêmico de engenharia. Na gestão seguinte, sob liderança de Bruno Mendonça Costa, da Faculdade de Medicina, a FEURGS se engajou na greve do 1/3. Essa greve, embora derrotada, conseguiu ampliar para 3 o número de representantes no Conselho Universitário, ao invés de 1, como era anteriormente (Lima, 2017, p. 75)⁵⁴.

No interior do estado, foi criada no dia 11 de maio de 1940, a Federação Acadêmica de Pelotas (FAP)⁵⁵, estando sua sede própria localizada na Rua Gonçalves Chaves, nº 713. A FAP foi criada com o objetivo de aglutinar os estudantes pelotenses das faculdades existentes na cidade. A entidade assumiu a responsabilidade pela coordenação da Casa do Estudante, o que significava que podia ser controlada pelos próprios estudantes. Assim, cabia ao presidente da FAP indicar o administrador da casa, sendo essa medida deliberada através de assembleias gerais da entidade, realizadas a partir de um representante de DA por curso e, posteriormente, por um representante do DCE, no caso da UCPel (Gomes, 2017, p. 72).

Para entendermos melhor acerca do funcionamento dessa entidade, nos utilizamos da análise de material existente sobre ela, cujo acervo encontra-se sob tutela do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da Universidade Federal de Pelotas. Cabe ressaltar que não

⁵² No nosso entendimento, ao precisar submeter seu estatuto à aprovação do Conselho Universitário, tal ato representaria limitações à autonomia estudantil.

⁵³ Mais adiante, iremos abordar a Campanha da Legalidade, ocorrida no Rio Grande do Sul, em 1961, quando o então governador do Estado, Leonel Brizola, liderou um movimento pela posse legal de João Goulart à presidência da República.

⁵⁴ O aumento de 1 para 3 representantes discentes nos órgãos colegiados representou uma participação estudantil mais equitativa.

⁵⁵ Além da FAP, outras Federações atuaram no interior do estado, tais eram: Federação Universitária Passofundense (FUP); Federação dos Estudantes das Universidades do Rio dos Sinos (FEURS); Federação dos Estudantes Universitários de Santa Maria (FEUSM); Federação de Estudantes Universitários Particulares (FEUP); dentre outras.

encontramos informações completas sobre todas as gestões que coordenaram a FAP, gerando assim, períodos de muitas lacunas na história das gestões. O mesmo percalço foi relatado por Mateus da Fonseca Capssa Lima (2017, p. 74), em sua tese. Ele afirma que não foi possível localizar mais informações acerca da FEUPA entre os anos de 1937 e 1947. O autor encontrou algumas poucas informações sobre a entidade, contudo, o sítio da Hemeroteca da Biblioteca Nacional não disponibilizou jornais do Rio Grande do Sul que dessem conta do período que abrange todo o Estado Novo e democratização.

Esse problema parece ser recorrente, pois, segundo Bruna Sirtori (2003, p. 22), “um dos maiores problemas em trabalhar-se com instituições estudantis é o fato de que a documentação quase nunca se encontra organizada, quando ela existe”. Ademais, ao analisarmos o escasso material existente sobre a FAP, não encontramos nenhum documento e/ou atas de reuniões que elucidasse alguns pontos, como, por exemplo, a solenidade de criação da entidade, que ocorreu apenas três anos após a fundação da UNE; ou, até mesmo, o estatuto que a regia. A maior parte do material constitui-se por livros-caixa, nos quais encontramos toda a história financeira da entidade. Assim, conseguimos identificar a grave crise financeira que a FAP atravessou na década de 1960. Essa crise repercutiu diretamente no funcionamento da Casa do Estudante de Pelotas (CEP), já que a FAP era responsável pela manutenção da casa (Gomes, 2017, p. 74).

Com o advento do golpe civil-militar em 1964, a situação da FAP se agravou ainda mais após a invasão e apreensão de “material subversivo” em sua sede. Foram encontradas diversas revistas oriundas da China e de Cuba na sede da FAP e da União Pelotense dos Estudantes Secundaristas (UPES), as quais eram destinadas, sobretudo, aos estudantes e operários da cidade gaúcha, conforme nota publicada no jornal *Diário Popular*⁵⁶. Além disso, também foram apreendidos materiais editados pela UNE e pela FEURGS. Após esse episódio, o comando do III Exército nomeou um interventor para presidir a FAP, sendo este, o capitão Ewaldo José Lobar Berchon Poeta, universitário que, naquele momento, cursava o quarto ano da faculdade de Filosofia (Gomes, 2017, p. 77).

Interventor Militar na F. Acadêmica de Pelotas

Pelo Comando do III Exército, termina de ser nomeado interventor para a Federação Acadêmica de Pelotas. Trata-se do capitão Ewaldo José Lobar Berchon Poeta, que também é universitário, pois cursa o Quarto Ano da Faculdade de Filosofia.

Sexta-feira última, às 20,30 horas, o Interventor Militar reuniu-se com o atual presidente da FAP, acadêmico Ruben Hubner, e seus assessores, além do presidente da Casa do Estudante. Na oportunidade, foram discutidos assuntos relativos ao funcionamento da instituição, que, consoante é do conhecimento geral, encontra-se a braços com seríssima crise financeira.

⁵⁶ *Diário Popular*, 1º de maio de 1964, p. 14.

O presidente da FAP e os demais membros da diretoria, segundo colhemos, vão colocar os cargos que ocupam à disposição do Interventor.

UPES

Realizou-se ontem à tarde, como havíamos antecipado, a reunião da Diretoria da União Pelotense dos Estudantes Secundários, a fim de ser empossado o Interventor da Instituição, tte. Cordeiro (*Diário Popular*, Pelotas, 10 de maio de 1964, p. 14).

Como já mencionamos acima, devido à grave crise financeira enfrentada pela FAP, a Casa do Estudante estava correndo sérios riscos de ver fechar as suas portas em consequência da falta de verba para manutenção, situação essa que afetaria a vida de inúmeros universitários que usufruíam da estrutura oferecida pela CEP⁵⁷. Em agosto de 1964, após sofrer com a grave crise administrativa, as diretorias da Federação Acadêmica de Pelotas e da Casa do Estudante acabaram sendo destituídas de suas funções, sendo empossado para tal o delegado da União Estadual dos Estudantes, o universitário Gilberto Cauduro⁵⁸. A FAP manteve suas atividades até o ano de 1973, quando foi criado o DCE da UFPel. Com a extinção daquela entidade, seus bens foram doados para o recém-criado DCE (Gomes, 2017, p. 78).

2.3 A inserção feminina na universidade brasileira

Conforme vimos no início deste capítulo, a criação dos cursos de nível superior no Brasil data do início do século XIX, porém, seu acesso era restrito apenas àqueles jovens oriundos de famílias pertencentes às elites, excluindo, assim, as classes populares. O ingresso de mulheres, mesmo as de famílias abastadas, também estava proibido. Neste sentido, a partir da fundação das primeiras faculdades brasileiras, o ambiente acadêmico se estruturou enquanto um local de reprodução do sistema patriarcal de dominação masculina sobre a mulher, segundo afirma Ilda Renata Andreatta Sesquim (2021, p. 110).

Além do mais, as mulheres eram excluídas da oportunidade de acessarem os cursos superiores, pois, embora não fosse exigido diploma e elas se preparassem adequadamente em escolas privadas ou com preceptores, era necessário fazer exames preparatórios aplicados pelo Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro, os quais eram destinados exclusivamente aos homens. Apenas em 1875 que a história apresenta um tímido crescimento no número de mulheres inseridas em cursos de formação e profissionalização, em virtude da criação da Escola Normal em São Paulo; sendo esta, a primeira instituição brasileira a possuir uma ala destinada às mulheres que buscavam se profissionalizar na carreira do magistério, dando início à

⁵⁷ *Diário Popular*, 15 de maio de 1964, p. 6.

⁵⁸ *Diário Popular*, 8 de agosto de 1964, p. 8.

concepção de que a docência era uma profissão socialmente aceita para mulheres (Hahner, 2010, p. 318).

De acordo com Ilda Sesquim (2021, p. 110), através de argumentos biologizantes que buscavam justificar uma suposta inferioridade intelectual do sexo feminino, as escolas superiores, até as últimas décadas do século XIX, destinavam-se apenas aos homens, relegando às mulheres a limitação às funções maternas e familiares. Já Moema Castro Guedes enfatiza em seu artigo que determinadas “habilidades intrínsecas” aos gêneros são, na realidade, construções introduzidas desde o processo de escolarização, tais como,

A ideia de que as meninas teriam mais propensão às artes e à literatura (facilidade nas disciplinas articuladas à sensibilidade e emoção), enquanto os meninos apresentariam mais aptidão nas ciências, devido a sua maior racionalidade, permeia o imaginário coletivo dos espaços escolares (GUEDES, 2008, p. 120).

Somente a partir do ano de 1879, em virtude do Decreto Lei nº 7.247/1879, que as mulheres passaram a ter o direito de ingressar no ensino superior. Limitando-se, inicialmente, aos cursos de Direito e Medicina. Segundo, Cynthia Pereira de Sousa, Rita Lobato Velho Lopes foi a primeira mulher a se matricular em um curso superior no Brasil. Em 1880 ela deu início a sua formação como médica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entretanto, no ano seguinte, transferiu-se para a Faculdade de Medicina de Salvador, onde concluiu o curso no ano de 1887, com a seguinte observação: “primeira mulher diplomada em Medicina no Brasil, 1887”. A autora afirma, ainda, que “outras mulheres seguiram o exemplo de Rita Lobato, mas, ao que tudo indica, só ela conseguiu ir até o final do curso” (Sousa, 2008, p. 153).

Entretanto, as mulheres enfrentaram inúmeros desafios para ingressar nos cursos superiores e se afirmarem profissionalmente. Via de regra, a estrutura social e o sistema de ensino ainda tinham o objetivo de preparar as mulheres para a vida doméstica. Quando era possível a permanência nos estudos, a profissionalização das mulheres permanecia orientada para a carreira docente no ensino primário. Nas primeiras décadas do século XX, o número de mulheres que ingressaram no ensino superior ainda era praticamente insignificante se comparado ao contingente de participação masculina⁵⁹. Embora a lei assegurasse este direito, é importante ressaltar que ainda vigorava no imaginário social a figura da mulher enquanto mãe, esposa e dona de casa⁶⁰ (Sesquim, 2021, p. 111).

⁵⁹ Esses números podem ser consultados nos anuários do país, que estão digitalizados e disponibilizados na Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1908_1912_v3.pdf. Acesso em: 04/07/2022.

⁶⁰ Não nos aprofundaremos nessa discussão, pois iremos retomá-la nos próximos capítulos deste trabalho.

Na década de 1930, com as reformas educacionais implantadas, a restrição de acesso ao ensino superior através do ensino secundário ginasial oferecido em escolas oficiais, tanto por meio da equiparação dos diplomas de colégios particulares aos dos colégios públicos, rompeu-se, estabelecendo avanços em relação à articulação entre o ensino médio e ensino superior, como oferecer cursos, principalmente das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, aos portadores de diplomas de normalistas, grupo formado, em sua maioria, por mulheres. Isso propiciou uma significativa abertura à continuação da formação feminina. Cynthia Sousa (2008, p. 154) aponta que, em 1959, as matrículas no segundo ciclo do Ensino Normal no Brasil estavam distribuídas da seguinte forma: 57.229 mulheres (95, 8%) e 2.496 homens (4,2%). Demonstrando, assim, o fenômeno de feminização de algumas áreas do magistério secundário.

Como abordado anteriormente, entre meados da década de 1950 e a década de 1970 houve uma expansão do ensino superior no Brasil devido a criação de universidades em várias regiões do país, todavia, se faz necessário reforçar que o seu acesso ainda não era democrático, pois o ensino superior ainda mantinha seu caráter elitista, patriarcal e racista. Com base na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1961 (Brasil, 1961), o magistério (ensino secundário designado à formação de professoras) equiparou-se ao curso de grau médio, permitindo que mulheres prestassem o exame vestibular, assim, “foi a partir dos anos 1960 que as mulheres brasileiras tiveram maiores chances de ingressar na universidade, e foi nos anos 1970 que começou a reversão do hiato de gênero no ensino superior” (Beltrão; Alves, 2009, p. 130).

Todavia, Sousa (2008, p. 155), chama a atenção para a porcentagem de matrículas femininas no ensino superior nos anos de 1966 e 1971 eram maiores nos cursos de Serviço Social e Enfermagem (em torno de 90%), seguidos por Letras, Ciências Humanas e Filosofia (em torno de 70%), depois por Física, Química, Matemática e Biologia (em torno de 40%) e, por fim, os cursos de Engenharia, cujos detinham as menores porcentagens, ficando apenas entre 2 e 3%. Esses dados apresentados pela autora mostram a concentração de mulheres em carreiras tidas como “femininas”, ou seja, aquelas voltadas à educação ou ao cuidado, marcando, assim, os estereótipos de gênero. E salienta que,

É sempre importante recorrer aos estudos acerca da socialização feminina, que analisam meios e modos pelos quais as mulheres são ensinadas, desde cedo, “a obedecer e a não competir com os homens”, mantendo-se dentro dos seus limites para “merecer” ser amada, modelos que são passados pela família e reforçados pela sociedade (SOUSA, 2008, p. 156).

Da mesma forma, Fúlvia Rosemberg afirma que, a partir dos anos 1970, a inserção de mulheres no ensino superior foi bem significativa, sobretudo em cursos que levavam em conta a “vocação natural” da mulher para cuidado com o outro. Assim, “as mulheres tendem a seguir cursos impregnados de conteúdos humanísticos e que desembocam, imediata ou posteriormente, em profissões tipicamente femininas” (Rosemberg, 1994, p. 10).

Ainda em rela o ao acesso feminino no ensino superior durante período supracitado, Kaizô Beltrão e José Eustáquio Alves (2009, p. 130-31) destacam que o aumento de vagas favoreceu as mulheres. Convergindo com os autores, Guedes afirma que:

A tradi o da universidade como um espaço masculino foi marcadamente rompida na década de 1970, quando já no Censo Demográfico de 1980, as mulheres de 25-29 anos com nível universitário eram 5% – porcentagem superior   masculina no mesmo grupo etário (GUEDES, 2008, p. 124).

  vista disso, ao analisarmos os números de mulheres que ingressaram na UFRGS⁶¹ no período compreendido em nossa pesquisa, os cursos que tiveram o maior número de mulheres matriculadas eram aqueles relacionados com a educa o (docência), ao passo que o menor número estava nas engenharias⁶². Portanto, estão em consonância com o que foi sinalizado por Sousa acima. Assim, para melhor entendimento, mostraremos na tabela abaixo os três cursos com a maior incidência feminina:

Tabela 2: Total de mulheres que ingressaram na UFRGS entre 1977 e 1985.

ANO 1977	CURSO	TOTAL
	LETRAS	340
	PEDAGOGIA	134
	ADMINISTRA�O	94
ANO 1978	CURSO	TOTAL
	ARTES VISUAIS	164
	LETRAS	153
	PEDAGOGIA	132
ANO 1979	CURSO	TOTAL
	LETRAS	169
	ARTES VISUAIS	145
	PEDAGOGIA	106
ANO 1980	CURSO	TOTAL
	LETRAS	164
	PEDAGOGIA	153
	ADMINISTRA�O	141
ANO 1981	CURSO	TOTAL
	ADMINISTRA�O	156
	LETRAS	131
	ENFERMAGEM	124

⁶¹ Tentamos obter o número de mulheres que ingressaram nas universidades do Rio Grande do Sul durante o nosso recorte temporal, porém, só conseguimos acesso aos dados da UFRGS.

⁶² As tabelas completas encontram-se nos apêndices desta tese.

ANO 1982	CURSO	TOTAL
	LETRAS	169
	PEDAGOGIA	103
	ENFERMAGEM	97
ANO 1983	CURSO	TOTAL
	PEDAGOGIA	162
	LETRAS	143
	MÚSICA	104
ANO 1984	CURSO	TOTAL
	LETRAS	167
	ENFERMAGEM	104
	FARMÁCIA	89
ANO 1985	CURSO	TOTAL
	LETRAS	146
	ENFERMAGEM	92
	PEDAGOGIA	78

Fonte: elaborada pela autora.

Nos anos seguintes, o ingresso de mulheres nas universidades brasileiras se consolidou, mas outras problemáticas foram postas. A principal delas é a permanência nesse espaço, pois conforme assinala Melo (2020, p. 5-6), “olha-se muito para quem sai, mas imagina o que é resistir a tudo isso [impedimentos, dificuldades, violências] e permanecer?”. Pensando nisso, a seguir, apresentaremos uma organização criada para auxiliar as mulheres que ingressavam nos cursos superiores. Além do mais, é necessário destacar que muitas das conquistas, tais como direito à moradia, criação de creches etc. se deram com árdua luta de mulheres que buscavam diminuir as desigualdades no meio acadêmico.

2.3.1 A União Universitária Feminina (UUF)

Longe de ser uma possibilidade para mulheres de diferentes estratos sociais, continuar nos estudos durante as décadas de 1930 e 1940 significava uma realidade restrita a um pequeno grupo, correspondente àquelas mulheres cuja condição social permitia o acesso ao ensino superior na época. Dessa maneira, com o objetivo de congregar essas estudantes universitárias e ampliar o número de mulheres presentes no Ensino Superior, nasce a União Universitária Feminina (UUF). Essa entidade foi fundada no dia 13 de janeiro de 1929, com sede no Rio de Janeiro, e destinava-se a estimular as mulheres brasileiras a adquirir o ensino técnico e superior, coordenando e orientando as moças que ingressavam nas universidades e oferecendo amparo às mulheres diplomadas com o intuito de estimular a realização de suas carreiras. Além de facilitar e incentivar o intercâmbio cultural entre as mulheres universitárias do Brasil e do exterior, a UUF tinha como finalidade defender os interesses femininos nas

profissões liberais, desenvolver a intelectualidade feminina e colaborar na solução dos problemas relacionados com o progresso nacional e internacional (Sesquim, 2021, p. 115).

A organização da UUF se dava através de uma diretoria, que seria eleita a cada dois anos e seria responsável por coordenar e orientar as ações da agremiação. Tal diretoria era composta por uma presidenta, duas vice-presidentas, uma secretária, uma tesoureira e pelo conselho diretor, que era composto por cinco membros, escolhidos pelo grupo⁶³. Segundo a matéria publicada no jornal *O Paiz*, no dia 15 de janeiro de 1929 (p. 5), a primeira diretoria eleita foi a seguinte: presidenta, Carmen Velasco Portinho, engenheira civil formada pela Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro; vice-presidentas, Heloisa Marinho, formada em Filosofia, pela Universidade de Chicago, e Ormind Bastos, advogada no Foro do Rio de Janeiro; secretária, Natércia da Cunha Silveira, advogada que também atuava na capital; e tesoureira, Amelia Sapienza, engenheira civil, formada pela Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro. Em relação ao Conselho diretor, as primeiras membras foram Bertha Lutz, Joanna Lopes, Myrthes de Campos, Herminia de Assis e Emília Snethlave.

De acordo com Ilda Sesquim (2021, p. 115), para além desses núcleos, a UUF contava com Departamentos e Comissões para organizar suas atividades e formas de atuação. Quanto aos departamentos, citamos o Departamento de Assistência e o Intelectual. Em relação ao Departamento Intelectual, uma das suas principais funções era proporcionar, às sócias e às pessoas interessadas, novas oportunidades culturais. Dessa forma, suas ações mais recorrentes eram atividades como a promoção de palestras e ofertas de cursos. Um dos exemplos destes cursos foi o Curso de Ciências Sociais, inaugurado no ano de 1938, no Edifício Odeon, sede da UUF. Tal curso se dividia em duas partes compostas por uma série de palestras, sendo a primeira delas voltada à Sociologia no quadro dos conhecimentos científicos modernos, e a segunda, destinada a discutir temas como Economia e Finanças, Psicologia e Psiquiatria⁶⁴. Já em relação às Comissões, no ano de fundação da entidade constava-se: a Comissão de Relações Internacionais, constituída por Heloisa Marinho, Renée Rocque e Bertha Lutz; a de Biblioteca, coordenada por Luiza Sapienza, Maria Luiza Doria Bittencourt e Maria Esther Ramalho e da de Propaganda, composta por Ormind Bastos, Sylvia Vaccani e Maria Luiza Bittencourt.

Apesar da União estar sediada no Rio de Janeiro, o objetivo era expandi-la para os demais estados brasileiros e alcançar o maior número possível de mulheres universitárias. Para isso, de acordo com Ilda Renata Andreatta Sesquim, ainda no ano de 1929, se adotou uma

⁶³ BN. *O Paiz*, 20 de dezembro de 1929, p. 12.

⁶⁴ BN. *Jornal do Brasil*, 06 de maio de 1938, p. 10.

série de medidas que visavam expandir o alcance pelo território nacional e ampliava as bases de apoio da agremiação (Sesquim, 2021, p. 116). Dentre essas medidas, destacamos a fundação de uma filial no Estado de Sergipe, organizada por Maria Rita Soares de Andrade, bem como a nomeação de representantes nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia; além dos preparativos iniciais para a fundação da filial mineira, em Belo Horizonte, idealizada por Elvira Komel e Alzira Reis Vieira. Em relação ao Rio Grande do Sul, não localizamos nenhuma menção de estabelecimento da entidade aqui no estado.

A presidência da UUF esteve a cargo de Carmen Velasco Portinho durante sete anos consecutivos desde a sua fundação, afirma Ilda Sesquim (2021, p. 116). A engenheira presidiu a entidade até dezembro de 1939, momento no qual foram realizadas eleições para a nova diretoria. A nova diretoria foi empossada durante a cerimônia do 10º aniversário da UUF, a qual foi realizada no Automovel Club, onde os cargos estavam distribuídos da seguinte maneira: “Presidente, Isabel do Prado; 1ª vice-presidente, Carmen Chaves de Moura; 2ª vice-presidente, Iva Waisberg; Secretária Geral, Leda Boechat, e Tesoureira, Elza Pinho” (ELEIÇÃO..., 1939, p. 23). Além das mulheres citadas acima, a União contou ainda com a participação de outras importantes figuras, como, por exemplo, Maria de Moraes Werneck de Castro, que era secretária jurídica e representante da União junto à Aliança Nacional Libertadora (ANL).

O corpo social era constituído por universitárias e estudantes de escolas superiores e estava estruturado, inicialmente, por quatro nichos:

a) pelas sócias efetivas – universitárias (mulheres diplomadas); b) sócias estudantes – matriculadas em curso superior universitário, que além das alunas dessas mesmas universidades escolas, as mulheres diplomadas por estabelecimentos de ensino técnico superior; c) associadas e associados – pessoas que se interessam pelo fim da U.U.F. e desejam auxiliá-la; e d) por benfeitoras, benfeitores e sócias remidas (*A Noite*, 18 de dezembro de 1938, p. 10).

Devido às poucas pesquisas acerca da UUF, não é possível mapear completamente as ações e a atuação dessa entidade. Contudo, podemos perceber que as atividades da agremiação se davam por diversos pontos, que tinham como objetivo criar redes de apoio entre as mulheres que cursaram o ensino superior ou estavam inseridas nas universidades e/ou escolas superiores na época. Foi em razão desses fatores que a atuação da União se deu mais especificamente no ambiente acadêmico e universitário, dando importância às questões que envolviam as mulheres desse grupo social, como, por exemplo, a emancipação econômica feminina. Ademais, é importante salientar que a UUF esteve engajada na luta pelo voto feminino, pleiteando, por meio das advogadas que integravam a União, o alistamento de

mulheres e “oferecendo o suporte jurídico necessário às mulheres que desejavam votar” (Galvão, 2016, p. 189).

De acordo com Caren Victorino Regis (2012, p. 64), desde a sua fundação, a UUF tinha interesse nas questões que remetessem às mulheres cultas e a à realização de suas carreiras. Para isso, a agremiação buscava propagar o desenvolvimento intelectual das mulheres por meio de inúmeras atividades. Realizavam palestras, apresentavam às associadas os grupos de intelectuais e de professores, organizavam, também, bibliotecas e ofereciam um ambiente de solidariedade, onde as associadas poderiam discutir diversos assuntos relacionados à academia, à carreira e ao feminino (Sesquim, 2021, p. 117). Ao longo dos anos de seu funcionamento, a União contou com a participação de mulheres universitárias e graduadas em variadas áreas, tais como, Medicina, Direito, Engenharia, Química etc., o que propiciava uma grande amplitude aos debates realizados em seu interior.

Além disso, dentre as atividades desempenhadas pela UUF, podemos observar, também, ações mais pontuais, como: eventos estudantis, concessões de bolsas de estudos e intercâmbios, que aconteciam, principalmente, entre organizações parceiras localizadas na Europa, América Latina e América do Norte. Por meio de sua Comissão de Relações Internacionais, a União mantinha correspondência permanente com o *Institute of International Education*, de Nova York; e com diversas associações e universidades estrangeiras, que ofereciam, anualmente, bolsas de estudo ou de pesquisa às universitárias brasileiras (Sesquim, 2021, p. 118). Essas bolsas, segundo afirmou Elza Pinho em matéria ao jornal *A Noite*⁶⁵, davam a chance às sócias da UUF permanecerem durante um ano letivo numa universidade da América do Norte ou da Europa, para estudos de especialização ou de pesquisas. Encaminhadas pela Comissão de Relações Internacionais, as sócias que desejavam ingressar no programa de intercâmbio eram dirigidas às associações que ofereciam as bolsas. Uma vez aprovada a bolsa de estudo para o intercâmbio universitário, as despesas de moradia, matrícula e demais gastos da estudante ficavam a cargo da universidade ou associação que oferecia a bolsa.

Já no que diz respeito aos eventos estudantis, são exemplos, o “Chá das Calouras”, que era oferecido sempre que novas estudantes ingressavam na universidade⁶⁶; e o “Chá da Vitória”, o qual era oferecido em ocasião de formatura das associadas. Conforme Regis (2012, p. 77), o Chá das Calouras foi uma das principais estratégias adotadas pela UUF para agregar mais integrantes ao seu núcleo. Neste evento, as sócias apresentavam a União às

⁶⁵ BN. *A Noite*, 18 de dezembro de 1938, p. 10.

⁶⁶ BN. *A Noite*, 13 de abril de 1934, p. 2.

mulheres recém ingressas no ensino superior e buscavam atraí-las para a agremiação. Através do fortalecimento do movimento, influenciando o desenvolvimento feminino intelectual e profissional, o evento unia novas mulheres em prol da causa e agregava cada vez mais as estudantes do ensino superior.

Os discursos proferidos pela UUF nestes eventos, frequentemente expressavam a ideia de que as mulheres possuíam a mesma capacidade intelectual que os homens e que, portanto, deveriam desfrutar dos mesmos direitos que estes (Sesquim, 2021, p. 11). No discurso de saudação das calouras, feito em 1935 por Leda Boechat, é possível observar de forma mais explícita o posicionamento da entidade frente ao problema da emancipação feminina:

[...] Detentoras dos mesmos dotes intelectuais que os homens, possuindo em casos excepcionais a ipseidade extraordinária, quando isso reconheceram, julgaram-se com direito a possuir as mesmas regalias e privilégios que aqueles, em face da lei. Conseguiram já uma grande parte de suas reivindicações, porém, a tela de preconceitos hipócritas que emaranham a atual sociedade, faz com que se lhe conceda de um lado capacidade jurídica igual a do homem, deixando-a, todavia, em alguns casos, numa atuação de manifesta inferioridade. A mulher precisa emancipar-se economicamente. E é com prazer que vejo terem todas vos que aqui estais, compreendendo isto perfeitamente. Os pais não vivem eternamente, os maridos nem sempre são bons, a educação dos filhos não pode, muitas vezes, ser feita somente pelo pai [...] (*Diário de Notícias*, 14 de abril de 1935, p. 21).

Com relação aos meios de atuação e de Assistência Estudantil, prossegue Sesquim (2021, p. 119), a União manteve uma participação efetiva na Casa do Estudante do Brasil (CEB)⁶⁷, estabelecendo uma relação de bastante proximidade com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)⁶⁸. Em 1931, aconteceu no Rio de Janeiro o II Congresso Internacional Feminista, organizado pela FBPF e apoiado pela UUF. Neste congresso, a seção de Educação e Instrução, que discutiria os pontos referentes à educação feminina, ficou sob responsabilidade da União Universitária Feminina. Tal seção ficou a cargo de Carmen Velasco Portinho, Ormindá Bastos, Maria Luiza Dória Bittencourt, Luiza Sapienza e Maria Werneck de Castro, e estabeleceu os seguintes pontos para discussão:

⁶⁷ A Casa do Estudante do Brasil, é considerada a primeira entidade estudantil de âmbito nacional visando a assistência social aos estudantes e a promoção, difusão e intercâmbio de obras e atividades culturais. Fundada em 13 de agosto de 1929, teve a estudante Ana Amélia Queirós Carneiro de Mendonça, como primeira presidenta. Para saber mais, ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/casa-do-estudante-do-brasil>. Acesso em: 04/07/2022.

⁶⁸ A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) foi uma organização fundada em 09 de agosto de 1922, no Rio de Janeiro, em prol dos direitos civis e políticos das mulheres e tinha Bertha Lutz como principal liderança. Para mais, veja: WASZAK, Aline Isabel. A inserção feminina na política: uma análise da primeira edição do “Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”. *Revista Vernáculo*, n. 36, 2º sem./2015, p. 12-30.

- I- Educação secundária profissional e pedagogia. O ginásio como tipo de Escola Secundária feminina para fins de cultura e preparo profissional. Especialização das Escolas Normais.
- II- Educação superior. Regime universitário. “Campus”. A “Casa da Estudante na Cidade Universitária”
- III- Educação física. Sports Clubs Femininos. Sports adequados ao sexo feminino. A participação da mulher nos jogos olímpicos internacionais.
- IV- Educação cívica. Concurso de oratória entre estudantes sobre o desenvolvimento do espírito cívico construtor (Fundo FBPF/AN., BONATO, 2007).

Foi também em virtude do Congresso Internacional Feminista de 1931 que se reivindicou a instalação do pavilhão feminino na Casa do Estudante. Em defesa do direito de permanência das estudantes de baixa renda no ensino universitário, essas organizações buscaram inserir as lutas femininas em um local que destinava majoritariamente aos homens. Dessa maneira, a presença feminina na Casa, como mostra Regis (2012, p. 73), se dava não apenas fisicamente, mas possuía um teor político que representava a inserção feminina na sociedade. Essas associações (UUF e FBPF) viam a CEB como um espaço de assistência estudantil que dava apoio às mulheres para elas continuassem os estudos universitários e que dava, também, visibilidade para lutarem por suas causas⁶⁹. No ano de 1937, devido à eleição da nova diretoria para a Casa do Estudante do Brasil⁷⁰, a União Universitária Feminina passou a compor o Conselho Patrimonial da organização, assim, pode consolidar de forma mais efetiva sua atuação no espaço e dar maior ênfase às suas reivindicações.

Para atingir um número maior de mulheres e como as ações da União eram voltadas àquelas que estavam dentro do ambiente universitário, seus meios de atuação e veículos de comunicação destinavam-se majoritariamente às revistas e jornais que circulavam entre essas estudantes. Dessa forma, a Revista de Cultura e Técnica, órgão oficial da UUF ativo entre os anos de 1937 e 1939, destinava-se a divulgar, entre as associadas, matérias e notícias sobre a União, trabalhos de literatura, arte e educação, notas pedagógicas e noticiários referentes à vida universitária (Sesquim, 2021, p. 120).

Ilda Sesquim (2021, p. 120), ao analisar os volumes dessa revista, pôde observar, de modo mais preciso, como as questões femininas foram articuladas na academia, identificando quais foram os temas e debates mais importantes presentes no interior da agremiação. Ao analisar o discurso empreendido por Elza Pinho no Chá da Vitória, cerimônia de formatura das associadas, percebemos que fica nítido a importância atribuída à emancipação feminina:

⁶⁹ Foi somente a partir de 1951 que a CEB passou a manter uma residência universitária feminina, porém, não sabemos ao certo a sua localização nem como ela era mantida. Portanto, apenas na década de 1960 que se iniciaram as obras de construção de um prédio para a sede própria da Residência Universitária Feminina, após a doação de um terreno no bairro da Urca (RJ) (REGIS, 2012, p. 76).

⁷⁰ BN. *A Noite*, 27 de janeiro de 1937, p. 4.

Agora que acabais de vencer a etapa da vida que corajosamente escolhestes, novas lutas vos esperam: mais sérias, mais difíceis talvez, não tereis, como mulheres que sois, no exercício da profissão que a vocação de cada uma escolheu, apenas problemas técnicos a resolver. Há a vencer também a incompreensão daqueles que ainda estão desacostumados a ver mulheres em cargos de direção e liderança aos quais mais cedo ou mais tarde sereis chamadas. Se a estrada que se vos depara já foi aplainada por vossas predecessoras, resta a vos muito a fazer em benefício das que vos seguirão na mesma jornada. Mas, sejam quais forem os empecilhos a vencer, as lutas a travar, eu vos peço: não renunciéis nunca, nem por um segundo, aos vossos direitos de mulheres emancipadas. Uma derrota vossa, vossas vitórias, tende isto sempre em mente, não serão pessoais: repercutirão em todas nós (*Revista de Cultura e Técnica*, n. 1, v. 3, fev. 1939, p. 22).

Acerca da mulher estudante propriamente dita, afirma Sesquim (2021, p. 121), havia uma preocupação especial com a questão da orientação profissional. É possível identificar nos discursos oficiais da agremiação e nas publicações da *Revista de Cultura e Técnica*, essa preocupação em orientar as mulheres para as profissões que estivessem de acordo com suas “aptidões e temperamentos”. Ainda que esses discursos enaltecessem a importância de olhar caso a caso as situações e questionassem veemente a presença predominantemente masculina em cargos de direção e liderança, podemos observar a reprodução de elementos que não questionavam as divisões características dos papéis de gênero, tanto nas profissões que seriam adequadas ao sexo feminino, quanto em relação aos ideais de mãe e esposa.

Desse modo, observamos que a tarefa de esclarecer a mulher brasileira e elevar seu nível intelectual ainda estava atrelada aos papéis de gênero, sobretudo àquele que a mulher ocupava na sociedade patriarcalmente constituída, especialmente naquela época; propagando certas estruturas relativas à família, a feminilidade e a maternidade (Sesquim, 2021, p. 121). A mulher não deveria “esquecer suas qualidades femininas” (Boechat, 1939a, p. 8), e o fato de estudar não deveria “romper com as características atribuídas ao sexo feminino”.

Em relação ao papel materno, tais elementos podem ser observados no trecho do discurso de Leda Boechat, pronunciado também em ocasião do Chá da Vitória de 1939:

A nós, recém-diplomadas, bem como às nossas colegas já profissionais, caberá a tarefa ingrata, mas gloriosa, de esclarecer a mulher brasileira e trabalhar pelo levantamento de seu nível cultural, certas de que contribuiremos, assim, para o levantamento do nível cultural de todos os brasileiros, porque as mães de amanhã poderão dar a seus filhos um melhor sentido da vida que às de ontem nos deram (BOECHAT, 1939b, p. 23).

Após o ano de 1939, novos números da *Revista de Cultura e Técnica* deixaram de circular e, conforme Sesquim (2021, p. 121), as informações sobre a agremiação voltam a ficar esparsas em jornais e periódicos. Não sabemos quais foram os veículos de comunicações oficiais adotados pela agremiação e não há uma projeção exata de quais os motivos que teriam levado ao fim do periódico. Por fim, a União Universitária Feminina manteve suas atividades

até o ano de 1961, quando a agremiação passou a ser denominada como Associação Brasileira de Mulheres Universitárias.

2.4 A criação da UNE

O Movimento Estudantil ocupa, há muito tempo, um importante espaço na história dos movimentos sociais no Brasil. Por essa razão, o referido movimento é, ainda hoje, considerado um dos atores principais na luta em defesa da democracia no país. José Augusto Guilhon Albuquerque afirma que o movimento estudantil sempre foi bastante ativo e marcou presença no cenário político latino-americano desde o início do século. Para ele, “o meio estudantil não constitui uma base para um movimento social, mas o movimento estudantil pode ser um elemento fundamental num movimento dessa natureza” (Albuquerque, 1977, p. 69). O autor acredita que o meio estudantil aparece, nesse cenário, como o único setor das camadas médio-urbanas organizadas politicamente. A autonomia que o movimento estudantil possuía é outro fator que chama a atenção, pois o próprio se orientava e agia politicamente. Ainda de acordo com o autor,

No movimento estudantil, ao contrário (do movimento sindical), a autonomia interna permitiu aos estudantes definir suas próprias reivindicações e, na prática, nada impedia suas organizações de formular, ao mesmo tempo reivindicações econômicas, políticas ou culturais. (...) o movimento não encontrava dificuldades em engajar-se nos movimentos políticos, nem em mobilizar suas bases em consonância ou em oposição a projetos governamentais de mobilização popular (ALBUQUERQUE, 1977, p. 71).

Anteriormente à criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), que, desde a sua criação, desempenha um importante papel de congregar o estudantado brasileiro, sendo seu órgão máximo de representação, os estudantes brasileiros atuavam coletivamente, porém não de maneira organizada nacionalmente. No entanto, antes que fossem criadas condições políticas para a efetiva atuação estudantil a nível nacional, através da UNE, foram feitas inúmeras tentativas de retirar a atividade universitária do âmbito exclusivo dos Centros Acadêmicos. Antonio Mendes Jr. (1982, p. 35) afirma que em 1910 foram feitos esforços neste sentido, uma vez que foi realizado em São Paulo o I Congresso Nacional dos Estudantes. Infelizmente, o evento não logrou sucesso, pois não conseguiram concretizar a estruturação do movimento estudantil. O autor ainda cita mais outro evento com o mesmo

objetivo no início dos anos 1930, onde Mário Lago⁷¹, na época estudante de Direito no Rio de Janeiro, afirmou:

A grande reivindicação naqueles tempos, como deve ser hoje, era tornar a universidade menos elitista, por isso o nome cogitado foi Federação Democrática de Estudantes. E aí foram aparecendo os equívocos. A primeira assembleia, para decidir o nome da organização, se realizou na casa de Castro Rebelo e foi uma boa surpresa: mais de oitenta estudantes, representando diversas faculdades. O ambiente estava irrespirável, e esse clima de muito suor e desconforto talvez tenha contribuído para a primeira manifestação de radicalismo. A comissão organizadora propôs o nome de Federação Democrática de Estudantes. A assembleia o rejeitou por unanimidade e impôs Federação Vermelha de Estudantes. Não adiantou nada a argumentação sobre o quanto isso afastaria gente disposta à luta por reivindicações estudantis, mas não querendo tomar uma posição que parecesse um compromisso político... A Federação sobreviveu em algumas notícias de jornal, pois estava sempre atenta, lá isso é verdade. Qualquer violência cometida, e no dia seguinte comparecia com uma nota de protesto (MENDES, 1982, p. 34-35).

De qualquer forma, o que podemos notar é que, até 1937, as entidades estudantis surgidas pecavam, ou pelo seu caráter regional, carecendo, dessa forma, de uma expressividade nacional, ou por terem fôlego curto, surgindo e desaparecendo, muitas das vezes sem deixar qualquer registro.

A fundação da UNE é composta por história(s) e memória(s), como bem assinala Maria Paula Araujo (2007, p. 21). A UNE nasce em meio a uma polêmica, pois, de acordo com a autora, para alguns ela é criada em 1937, já para outros, a verdadeira fundação da UNE ocorreu em 1938. Assim, essa divergência nos mostra como a história de criação da UNE é heterogênea, uma vez que esta foi uma entidade de caráter político e social que reunia muitos estudantes, pertencentes a distintos grupos com diferentes tendências políticas e ideológicas.

Em seu livro, *“O poder jovem”*, Arthur José Poerner (2004) sugere que a criação da UNE ocorreu no ano de 1937 após a realização do I Congresso Nacional de Estudantes, que foi solenemente instalado pelo então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, na Casa do Estudante do Brasil, cuja localização era a cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião, Ana Amélia Queiroz, presidente da Casa do Estudante à época, dirigiu a reunião de instalação do Conselho e logo após o início da sessão foi aprovada uma proposta, apresentada pelo representante do Diretório Central dos Estudantes de Minas Gerais, que visava a proibição de discussão de temas políticos durante o Conselho. Em diversos depoimentos de ex-militantes do movimento

⁷¹ Mário Lago foi um advogado, poeta, compositor, escritor e ator brasileiro. Em 1934, pouco tempo após ingressar na universidade, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nas eleições de 1950 foi candidato a deputado estadual pelo Partido Social Trabalhista, por determinação do PCB, mas acabou não sendo eleito. Foi preso inúmeras vezes por conta de sua militância política; assim, no dia 02 de abril de 1964, dia posterior ao golpe civil-militar, foi preso pelos militares e demitido da Rádio Nacional, em consequência do Ato Institucional nº 1. Para maiores informações, ver: <https://memoriaglobo.globo.com/perfil/mario-lago/perfil-completo/>; <https://pcb.org.br/porta12/2390/o-lado-politico-de-mario-lago/>; <https://documentosrevelados.com.br/a-perseguido-ao-ator-compositor-mario-lago-um-comunista-da-velha-cepa/>. Acesso em: 21/06/2021.

estudantil do período, contidos no livro de Araujo (2007), estes convergem da opinião de que o objetivo do apoio dado pelo ministro Capanema era, justamente, que houvesse a criação de uma entidade despolitizada e que os estudantes fossem facilmente controlados pelo governo. Por este motivo, muitos militantes da UNE daquele período recusam a data de 1937 e elegem o ano de 1938 como o ano de fundação da entidade. Fica evidente, com isso, que a fundação dessa instituição é envolta por memórias diversas.

2.5 A UNE no Estado Novo

O final da década de 1930 foi marcado pela instauração de um regime autoritário no Brasil, o qual ficou conhecido como Estado Novo (1937-1945)⁷². Esse regime foi resultado de um golpe de estado que garantiu a continuidade de Getúlio Vargas no governo, após este ter sido eleito em 1934, de forma indireta (pelo Congresso) para a Presidência da República. Vargas governou de acordo com a nova Constituição, promulgada naquele ano e que continha traços mais liberais. Ademais, de acordo com esta nova Constituição, novas eleições presidenciais deveriam ocorrer no ano de 1938 e estaria negado o direito à reeleição. A partir daí, a sucessão de Vargas se tornou o principal acontecimento do cenário político brasileiro (Martins Filho, 1987).

A radicalização estava tomando conta da esfera política do país, uma vez que dois movimentos ideologicamente opostos disputavam a adesão e a mobilização da sociedade: de um lado, a Ação Integralista Brasileira (AIB), de outro, a Aliança Nacional Libertadora (ANL). O primeiro grupo era liderado por Plínio Salgado e reunia os adeptos e simpatizantes das propostas fascistas, enquanto o segundo estava sob a hegemonia do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e reunia comunistas, socialistas e nacionalistas. Conforme Araujo (2007), no dia 10 de novembro de 1937, o governo deu um golpe que acabou por suspender o processo sucessório que estava em curso e implantou o Estado Novo. Desde a ascensão de Vargas ao poder, o governo já demonstrava interesse em conquistar a adesão e o apoio da massa estudantil universitária, assim como influenciar suas lideranças e controlar seus órgãos de representação estudantil.

⁷² O Estado Novo foi instaurado em 10 de novembro de 1937 no governo de Getúlio Vargas e inaugurou um dos períodos mais autoritários da história do Brasil. Inspirado no fascismo italiano, o novo regime foi marcado pelo autoritarismo, pela supressão das liberdades individuais e pela forte intervenção estatal. Para maior conhecimento acerca do Estado Novo, ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Vargas mostrava-se bastante próximo dos estudantes⁷³ e estes, com frequência, demonstravam seu apoio ao governante, embora afirmassem sistematicamente a autonomia de suas ações. Essa proximidade pode ser explicada pela importância dada pelo governo federal à formação do caráter da juventude. De acordo com D' Araújo (2000, p. 34), havia a preocupação em “socializar a juventude em termos cívicos e em depurar costumes sociais que pudessem ferir a construção de uma nova identidade nacional. Nesse sentido, jovens imigrantes e os trabalhadores foram os alvos principais das campanhas “educadoras” do Estado Novo”. Contudo, o primeiro desentendimento dos estudantes com o governo de Getúlio Vargas foi a questão internacional em torno da Segunda Guerra Mundial (Buck, 2016, p. 8).

Ademais, segundo aponta Antônio Mendes Jr. (1982, p. 43), outro motivo de insatisfação dos estudantes em relação ao governo varguista, é que existia certa afinidade deste para com os países do Eixo, embora o governo tenha adotado uma postura neutra em relação à guerra. Com isso, o país conseguiu manter acordos político-econômicos, uma vez que estava disposto a negociar tanto com a Alemanha nazista (e demais países do Eixo) quanto com os países Aliados. Além do mais, os ministérios do governo eram compostos por simpatizantes de ambos os lados, como por exemplo, os generais Góes Monteiro e Dutra (Eixo) e Osvaldo Aranha (Aliados). Fatos que demonstram a heterogeneidade do governo Vargas.

Os estudantes passaram a pressionar politicamente o governo brasileiro para que ele se posicionasse publicamente em favor dos Aliados e contra o Eixo, formado pela Alemanha, Japão e a Itália. A partir disso, iniciou-se uma das históricas campanhas da UNE: a campanha pela declaração de guerra às potências nazifascistas, que se tornaria, depois, na luta pela redemocratização do Brasil e pelo fim da ditadura do Estado Novo. Esse movimento encabeçado pela UNE encontrou simpatizantes entre os que poderiam se chamar de, segundo Antônio Mendes Júnior (1982, p. 44), “ala liberal” no interior do governo Vargas. Dentre eles, o Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, como mencionado no parágrafo acima. Deste o início da guerra, Aranha assumiu uma postura pró-Estados Unidos, e aceitou de bom grado a proposta da UNE de realizar uma passeata estudantil antitotalitária, marcada para o dia 04 de julho de 1942 (dia da independência dos Estados Unidos). Receberam apoio,

⁷³ Como exemplo, podemos citar a audiência de Getúlio Vargas com os delegados estaduais presentes do 1º Conselho, bem como a presença do Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, na sessão de encerramento do 2º Congresso Nacional, realizado em 1938, e, também, o fato de Vargas ter recepcionado os estudantes no Palácio do Catete ao final daquele evento, no qual foi aclamado presidente de honra (Poerner, 2004, p. 125-131).

também, da Sociedade Amigos da América⁷⁴, a qual era chefiada pelo general Manuel Rabelo, membro do Tribunal Superior Militar, e conhecido como ferrenho antifascista; e a Liga da Defesa Nacional (LDN)⁷⁵. Por outro lado, membros do governo, simpatizantes do nazifascismo, como o chefe da polícia getulista, Felinto Müller, e Francisco Campos, Ministro da Justiça, tentaram impedir que a passeata se realizasse. Com tudo, desde a convocação para o ato, as adesões só aumentavam: professores universitários, bancários e até mesmo o interventor federal do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto (genro de Getúlio Vargas), declararam seu apoio aos organizadores da passeata, representados, principalmente, por Hélio de Almeida, Paes Leme, José Talarico, Osvaldo Aranha Filho e Euclides Aranha, sendo, os dois últimos, filhos do Ministro de Exterior (Mendes Júnior, 1982, p. 44-45).

Segundo Antônio Mendes Júnior (1982, p. 45), Felinto Müller continuava ameaçando usar forças policiais para “dissolver a tapas” a manifestação, que foi classificada por ele como sendo “altamente subversiva” e “tendente a gerar uma situação similar à 1935”, fazendo uma alusão ao levante comunista liderado por Luis Carlos Prestes, que objetivava derrubar o governo de Getúlio Vargas⁷⁶. Todavia, dois dias antes da data marcada para ocorrer a passeata, o chefe de polícia se desentendeu com o ministro interino da Justiça, Vasco Leitão da Cunha (que substituíra Francisco Campos, que estava em viagem ao exterior), que o acabou demitindo. Tal fato significou uma vitória dos estudantes, pois, além de garantir a realização do protesto, mostrou as divergências no interior do governo de Vargas. Ainda de acordo com o mesmo autor, a passeata do dia 04 de julho pode ser considerada a primeira grande manifestação popular desde a instauração do Estado Novo.

Ademais, os Estados Unidos também começaram a pressionar o governo brasileiro para que este firmasse acordos comerciais somente com os países Aliados, em troca disso, injetou milhares de dólares na modernização do Brasil. Finalmente o projeto de industrializar o país sairia do papel. O Brasil forneceria borracha e minério de ferro para esses países e,

⁷⁴ Sociedade Civil fundada em 1º de janeiro de 1943, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, com o objetivo declarado de apoiar os Aliados durante a Segunda Guerra Mundial, bem como pela preservação dos ideais democráticos e contra o totalitarismo. Se constituiu como um núcleo de oposição ao Estado Novo, sendo fechado, em consequência disso, em 1944. Foi reaberta em 1945, mas, logo em seguida, acabou sendo absorvida pela União Democrática Nacional (UDN). Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-amigos-da-america>. Acesso em: 04/07/2022.

⁷⁵ Associação civil fundada em 7 de setembro de 1916, no Rio de Janeiro, por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Álvaro Alberto, dentre outros. Seu principal objetivo, de acordo com os estatutos de 1916, ainda hoje em vigor, é “congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes”, difundindo “a educação cívica, o amor à justiça e o culto do patriotismo”. Foi considerada de utilidade pública pelo Decreto nº 67.576, de 16 de novembro de 1970. Para saber mais sobre a LDN, ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-da-defesa-nacional-ldn>. Acesso em: 04/07/2022.

⁷⁶ Para mais informações, ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolta-comunista-de-1935>. Acesso em: 04/07/2022.

também, permitiu que militares estadunidenses fossem enviados para bases militares no Nordeste como forma de treinamento, em razão da sua posição geográfica, que transformava o Brasil numa espécie de “porta de entrada” das Américas em caso de invasão nazista. Isso, porque, depois de vencerem a França em 1940, os nazistas dominavam, também, as colônias francesas do norte da África, ponto relativamente próximo do Nordeste brasileiro e, conseqüentemente, do continente americano (Napolitano, 2016, p. 131). Em troca, obteve do governo norte-americano grande parte do financiamento para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda (RJ). Insatisfeita com esse arranjo, a Alemanha reagiu e torpedeou 9 navios brasileiros, vitimando mais de 600 pessoas. Este episódio fez com que a população saísse às ruas clamando por vingança e que o país declarasse guerra aos alemães. Então, no dia 31 de agosto de 1942, o Brasil declarou guerra às potências do Eixo, porém, foi somente dois anos mais tarde que o país enviou as tropas da Força Expedicionária Brasileira para lutar na Itália (Napolitano, 2016, p. 93-134).

Com o iminente fim da Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1944 e 1945, o regime ditatorial de Vargas tornou-se insustentável. Houve uma tomada de consciência por parte da população, que clamava pela democratização do país e passou a questionar as ambigüidades do governo, já que as tropas brasileiras estavam lutando na Europa contra governos ultraconservadores ao mesmo tempo em que inimigos políticos de Vargas eram presos e torturados nos porões do Estado Novo (Carvalho, 2013, p. 192-196).

Embora houvesse, por parte do presidente, a intenção de articular o retorno à democracia, de outro lado, ele almejava manter seu poder. Para alcançar tal objetivo, fundou dois partidos, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O PSD congregava antigos apoiadores de Vargas, enquanto o PTB reunia as lideranças sindicais formadas no período do Estado Novo. A criação do PTB serviu para aglutinar o operariado urbano e conter o ingresso desses no Partido Comunista, além de manter sob vigilância do Ministério do Trabalho os sindicatos. Em contrapartida, para fazer oposição a Getúlio, o conjunto de opositores também criou a União Democrática Nacional (UDN), partido de tendência liberal, politicamente conservador. Assim, de 1945 a 1964, esses três partidos deram a tônica ao cenário político brasileiro (Schwarcz; Starling, 2018).

O período compreendido após a restauração da democracia, em 1945, até o golpe civil-militar em 1964 ficou conhecido como “República Populista”. O conceito de populismo, que definia “a especificidade da democracia brasileira a partir da fragilidade de suas instituições políticas” (Araujo, 2007, p. 59) foi desenvolvido e difundido por dois cientistas políticos, Octavio Ianni (1971) e Francisco Weffort (1978). Para esses autores, o populismo

teria tido origem em Getúlio Vargas e mostrava algumas características do cenário político brasileiro, uma vez que a República recaía não no funcionamento das instituições políticas, mas sim no carisma de um líder que se relacionava diretamente com a sociedade. Ou seja, o líder objetivava manter vínculos tanto com as camadas populares, mas também com os representantes das classes dominantes. Esse relacionamento se baseava no pacto de conciliação de classes, visto que esse líder consoava os interesses dos diversificados setores da sociedade.

Segundo essa concepção teórica do período, o governo republicano pretendia conduzir, por meio do pacto populista, um processo de desenvolvimento nacional que integrasse – sem crises e sob a tutela do Estado – o conjunto dos setores econômicos, sociais e políticos do país (ARAÚJO, 2007, p. 59).

Em contrapartida, mais recentemente, sobretudo no início dos anos 2000, um grupo de historiadores⁷⁷ trouxe à tona novamente a discussão sobre o conceito de “República Populista”, pois, para eles, tal termo é depreciativo e desqualifica a experiência democrática adquirida nesse período, principalmente no que se refere ao papel atribuído às classes trabalhadoras no modelo populista, uma vez que todas as vantagens e benefícios trabalhistas não foram pura e simplesmente cedidos, mas sim conquistados por estes trabalhadores. Ângela de Castro Gomes (1998) assinala que Getúlio Vargas, na realidade, anulou bandeiras e reivindicações históricas do movimento operário sindical, pelas quais o movimento vinha lutando há bastante tempo. A autora afirma ainda que, durante o Estado Novo, as relações entre o governo e os trabalhadores ocorriam em via dupla, já que os trabalhadores não foram receptores passivos dos benefícios e sim participantes de uma complexa rede de relações entre o poder público e os movimentos sindicais.

Por sua vez, o historiador Jorge Ferreira (2005) converge com a argumentação de Gomes ao salientar que o conceito do populismo ocasionou um desmerecimento das lutas trabalhistas do referido período, já que o movimento sindical daquela época ficou caracterizado por ser ‘pelego’⁷⁸; o que, segundo o autor, estava distante de ser uma realidade para o sindicalismo, uma vez que este tinha uma grande capacidade de mobilização e reunia, na mesma esfera, sindicalistas, nacionalistas, comunistas, trabalhistas e católicos.

⁷⁷ Citamos como exemplo: FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e a cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 e GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/ IUPERJ, 1998.

⁷⁸ Segundo definição encontrada no dicionário Michaelis, “pelego” é um adjetivo pejorativo para sindicalista cooptado por órgãos patronais ou do governo, bem como, pessoa servil, bajuladora ou capacho. Assim, a expressão era usada para denominar os membros de sindicatos que agiam sob inspiração do Ministério do Trabalho ou de políticos ditos trabalhistas. Fonte: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=pelego>. Acesso em: 12/07/2021.

Após o fim do Estado Novo, em 1945, a UNE sofre uma perda de conteúdo político, já que os objetivos imediatos de sua luta foram eliminados (países do Eixo – II Guerra Mundial; e fim da ditadura do Estado Novo). Neste momento, ela passa por um período assistencialista (Fávero, 2009, p. 31).

2.6 Atuação da UNE no período democrático (1945-1964)

Ao longo do período democrático, que se inicia em 1945 e vai até 1964, os estudantes participaram ativamente do debate levantado desde o projeto nacionalista de Vargas, passando pelo desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek até as reformas de base defendidas por João Goulart. Em todos os projetos, a grande questão colocada no período era o desenvolvimento nacional. A UNE foi um ator político influente, fértil e corajoso neste período.

Com a queda da ditadura varguista do Estado Novo, o general Eurico Gaspar Dutra assume a presidência da República e desencadeia uma violenta repressão ao movimento estudantil. Em consequência, os estudantes alinhados com a esquerda se reaproximam dos estudantes udenistas, os quais estavam decepcionados com a atuação de suas lideranças, uma vez que estas começavam a assumir uma postura cada vez mais reacionária. Esses udenistas migraram em massa para o PSB, provocando a chamada “fase de hegemonia do Partido Socialista” no movimento estudantil (Della Vecchia, 2011, p. 95).

Entre os anos de 1947 e 1948, a UNE foi presidida pelo estudante socialista Roberto Gusmão que, posteriormente, se tornou Ministro da Indústria e Comércio no governo de José Sarney. Sua gestão foi caracterizada pelo surgimento da Campanha em Defesa do Patrimônio Territorial e Econômico, onde se destacou a luta pela PETROBRÁS, cuja palavra de ordem era “O petróleo é nosso!” e pela intensificação da repressão policial. Conforme observou Mendes Júnior, a campanha “empolgou o país durante anos... o movimento ganhou as ruas. Rara era a cidade que não tinha a sua torre de petróleo, como símbolo de resistência aos entreguistas. Em São Paulo havia uma no largo de São Francisco e outra em frente ao Teatro Municipal, ambas de ferro, além de inúmeras pelos bairros” (Mendes Júnior, 1982, p. 53). Ademais, neste mesmo período, a UNE se manifestava publicamente contra a extinção do PCB e a cassação dos mandatos de parlamentares eleitos pelo partido.

Em 1948, durante a realização do 11º Congresso da UNE, o estudante Genival Barbosa Guimarães foi eleito para presidente da entidade. Em sua gestão, além de dar continuidade à luta pela criação da Petrobrás, liderando diversas manifestações, encaminha,

também, a luta contra o aumento das passagens de bondes no Rio de Janeiro, que passou de 30 para 40 centavos, impactando a vida orçamentária dos estudantes que se utilizavam desse meio de transporte. Em represália à realização do Congresso da Paz e manifestação contra o aumento das passagens, a sede da UNE foi invadida pelas forças policiais. Genival acabou renunciando à presidência da entidade, entregando-a a Paulo Mayo, para seguir na vida parlamentar (Poerner, 2004, p. 165).

No ano seguinte, foi realizado na Bahia, o 12º Congresso da UNE, evidenciando as divergências políticas internas da entidade. No referido congresso, estudantes conservadores se articularam através da Coligação Acadêmica Democrática (CAD), organismo este, que, segundo Della Vechia (2011, p. 96), era financiado pelo Departamento de Estado norte-americano e cujo objetivo era impedir a atuação de outras correntes políticas no meio estudantil. Lançaram uma chapa que estava vinculada aos interesses dos Estado Unidos e ao governo Dutra. No entanto, apesar de toda máquina eleitoral mobilizada pelo CAD, o congresso elegeu o acadêmico Rogê Ferreira, também socialista, como presidente da UNE. Porém, ele não conclui seu mandato e o Conselho da UNE (composto pelos representantes das UEEs) foi convocado. José Frejat foi eleito para terminar a gestão de Ferreira. Encerrando esse período socialista na presidência da entidade (Fávero, 2009, p. 34).

De acordo com Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero (2009, p. 34), a influência da direita na direção da UNE estende-se de 1950 a 1956, ou seja, foi um momento de ascensão direitista. Essa época ficou conhecida como “período negro ou Policial da UNE”, conforme a autora e reafirmado por Poerner (2004, p. 181-184). Com ressalva para o intervalo progressista de 1953 a 1954. Em 1950, foi eleito Olavo Jardim de Campos, candidato apoiado por Paulo Egydio Martins⁷⁹ (eleito para presidir a União Metropolitana de Estudantes e considerado por Poerner como o primeiro expoente direitista no movimento estudantil), durante o 13º Congresso da UNE, realizado na cidade de São Paulo. Entretanto, quem liderou a entidade naquele momento foi a estudante norte-americana, Helen Rogers, enviada pelo Departamento de Estado. Neste período, era relativamente comum o intercâmbio de estudantes entre o Brasil e os Estados Unidos. Portanto, a ascensão direitista na UNE “coincidiu assim, como, aliás, era de esperar, com o início da infiltração norte-americana no movimento estudantil brasileiro” (Poerner, 2004, p. 167).

⁷⁹ Foi Ministro de Indústria e Comércio no governo Castelo Branco e mais tarde, entre 1975 e 1979, governou o estado de São Paulo, onde reprimiu violentamente o movimento estudantil. Para mais detalhes, confira: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-egidio-martins>. Acesso em: 22/09/2021.

Esta fase, em que a entidade esteve sob direção de Helen Rogers, foi marcada pela grande apatia em relação à participação política estudantil, agravada pelo surgimento do *peleguismo* universitário. A campanha “O petróleo é nosso!” perdeu o fôlego e só foi levada adiante, mesmo contra a vontade da direção da UNE, em função do estatuto da entidade que obrigava a diretoria a lutar pelo nacionalismo e contra o entreguismo (Poerner, 2004, p. 168).

Arthur Poerner (2004, p. 167), afirma que, seguindo essa linha conservadora, a UNE rompe com a União Internacional de Estudantes, em 1952, alegando que esta estava a serviço do “comunismo internacional” e tenta funda a União Interamericana de Estudantes, mas, devido as pressões internas e externas exercidas pelas entidades estudantis, o projeto acabou inviabilizado. Entre 1953 e 1954, como mencionamos acima, a UNE estava sob comando da UDN, que pretendia, novamente, derrubar o governo nacionalista de Getúlio Vargas. Em julho de 1954, a direita estudantil elegeu Augusto Cunha Neto como presidente da UNE. Mas, pouco depois de sua eleição, a UDN começou a pressioná-lo para que apoiasse a conspiração para a derrubada de Vargas. O estudante, contudo, se recusou a apoiar a conspiração, alegando que a UNE não podia desenvolver atuação golpista. A direita reacionária acabou retirando o apoio a Cunha Neto, que passou a recebê-lo dos estudantes progressistas.

Em consequência do suicídio de Getúlio Vargas, o governo Café Filho, em nome de uma suposta traição do presidente da UNE, incentivou uma violenta campanha contra Cunha Neto. Por tal motivo, Neto se aproximou cada vez mais dos progressistas. Durante sua gestão, a entidade realizou, em março de 1955, o Mês da Reafirmação Democrática e, no mesmo ano, se realizou em Belém (PA) o congresso para eleição do sucessor de Cunha Neto. Embora os estudantes progressistas estivessem bastante fortalecidos pela gestão anterior, não conseguiram eleger seu candidato por conta da falta de verba necessária para as passagens dos delegados. Enquanto isso, os estudantes direitistas tinham aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) colocados à disposição pelo então Ministro da Aeronáutica, o Brigadeiro Eduardo Gomes. Esta foi a última gestão do período direitista da UNE, tendo Carlos Veloso de Oliveira à frente da entidade (Poerner, 2004, p. 167-168).

A partir de 1956, com a eleição de José Batista de Oliveira Júnior para presidente da UNE foi que o movimento estudantil começou, novamente, a ampliar o seu espaço de atuação política. Nesse ano, a entidade, assumida novamente pelo grupo progressista, passa por uma coalizão composta por membros da Juventude Universitária Católica (JUC), por socialistas independentes (que não estavam identificados com o Partido Socialista Brasileiro – PSB) e pelos comunistas (Cunha, 1983, p. 216). José Batista era o presidente da UME, no ano anterior, quando decretou uma greve contra o aumento das tarifas dos bondes, movimento este

que acabou culminando na formação de uma “União Operário-estudantil contra a Carestia”, a qual foi, posteriormente, reproduzida no Chile, Uruguai, Argentina, Peru, Venezuela e Colômbia (Della Vechia, 2011, p. 98). Ao longo da sua gestão, a UNE promoveu um amplo movimento de politização estudantil, retirando com isso, grande parte do controle político que o MEC exercia sobre os estudantes. Além do mais, foi nessa gestão que se deu a formação da primeira frente única de católicos e comunistas no movimento estudantil. Atentos a atuação de José Batista à frente da UNE, os Estados Unidos enviaram ao país, a estudante Gloria May, que, ao contrário de Helen Rogers, não tentou subornar as lideranças estudantis com dólares. Gloria May, conforme descreve Poerner (2004, p. 170): “muito mais inteligente e simpática, veio, habilmente, propor o intercâmbio de experiências culturais e estudantis, procurando, desta forma, inserir o anticomunismo como plataforma básica das atividades programadas pelos nossos estudantes”. A proposta foi recusada pela diretoria da UNE, que segue em sua luta nacionalista.

Marcos Heusi Netto foi eleito em 1957 e liderou uma campanha contra a empresa norte-americana, *American Can*, que pretendia se instalar no Brasil, colocando em risco a sobrevivência da indústria nacional de latarias. Ainda, no ano de sua eleição se realizou o 1º Seminário Nacional de Reforma do Ensino, porém, não alcançou a importância desejada por se deter apenas aos problemas pedagógicos. No ano seguinte, Heusi foi substituído na presidência da UNE por Raimundo Eirado, que liderou uma mobilização em favor da demissão de Roberto Campos da Superintendência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. O motivo dessa campanha, que foi vitoriosa, era em decorrência da assinatura do Acordo de Roboré, o qual implicava em gastos para a Petrobrás a fim de atender aos interesses da Gulf Petroleum Co. na Bolívia. Campos, um dos principais responsáveis pela assinatura deste acordo, foi demitido por Juscelino Kubitschek em decorrência da grande mobilização estudantil. Na prática, o acordo não se concretizou (Poerner, 2004, p. 171).

Em julho 1959, Raimundo Eirado foi sucedido por João Manuel Conrado. Sua gestão deu prosseguimento à campanha contra a execução do Acordo Roboré e contra a fundação da *American Can* no Brasil; a UNE conseguiu, também, que fosse instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Shell e a Esso. Além disso, volta a se filiar a UIE, da qual estava afastada desde o domínio exercido pela direita, e sua gestão foi marcada pelas lutas contra o projeto de Diretrizes e Bases da Educação, que previa, dentre outras coisas, o fim do ensino público e gratuito e a ampliação da rede privada de ensino (Della Vechia, 2011, p. 98).

Já, em 1960, o 23º Congresso da UNE elegeu o baiano Oliveiros Guanais. Sua gestão não teve muito destaque em virtude da campanha eleitoral para a Presidência da República, na qual estavam concorrendo o Marechal Henrique Teixeira Lott, candidato das forças nacionalistas, e Jânio da Silva Quadros, apoiado pela UDN. A disputa eleitoral era o centro das atenções nacional, restando pouco espaço para a divulgação das campanhas da UNE. Na sua gestão foi criado o Centro Popular de Cultura (CPC) (Poerner, 2004, p. 172).

2.7 O CPC da UNE

No campo cultural, as décadas de 1950 e 1960, foram marcadas por uma reformulação. Acontece que, segundo Miliandre Garcia (2004, p. 129), nesse período, configurou-se no Brasil um intenso debate em torno da ideologia do nacionalismo, tal debate influenciou inúmeras instituições, partidos políticos e movimento sociais. Para o PCB, que, apesar de estar atuando na ilegalidade⁸⁰, a construção dessa ideologia nacionalista se desenvolveu, em resumo, na articulação de uma “frente única”, ou seja, na organização de uma unidade política a partir de segmentos sociais diversos, cujo objetivo era realizar no Brasil uma revolução baseada nos princípios do antifeudalismo e do antiimperialismo, com destaque no caráter nacional e democrático. Essa articulação se concretizou, no âmbito da produção artístico-cultural, na construção de uma estética pedagógica voltada, sobretudo, para a classe média intelectualizada e na adaptação do “nacional-popular”. De acordo com Ferreira Gullar, que era integrante do Centro Popular de Cultura (CPC) à época, não se tinha “essas teorias complicadas do nacional-popular, ninguém pensava isso. Agora, nós achávamos que devíamos valorizar a cultura brasileira, que devíamos fazer um teatro que tivesse raízes na cultura brasileira, no povo, na criatividade brasileira” (Garcia, 2004, p. 129).

Ainda de acordo com Garcia (2004, p. 129), nesse contexto de interpretação do “nacional-popular” e consolidação da ideologia nacionalista, atores, dramaturgos, diretores, produtores e companhias teatrais com vínculos ideológicos com o “movimento nacionalista

⁸⁰ Com o fim do Estado Novo e consequente democratização do Brasil, o PCB voltou à cena política do país em 1945, quando teve seu pedido de registro deferido. No entanto, em março do ano seguinte, o deputado Barreto Pinto, do PTB, encaminhou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma denúncia contra o PCB onde alegava o caráter ditatorial e internacionalista da agremiação e pediu a cassação de seu registro. Outra denúncia apontava a participação do PCB na promoção de greves e da luta de classe, vinculação com o comunismo soviético e violação dos princípios democráticos e direitos fundamentais do homem. O que contrariava o estabelecido pelos Decretos-Leis nº 7.586/45 e 9.258/46 e pela resolução nº 830, de 25 de junho de 1946, expedida pelo TSE. Assim, em janeiro de 1948, todos os parlamentares eleitos pelo PCB perderam seus mandatos, uma vez que o partido não existia mais. O partido voltou a atuar na legalidade somente em 1985 com o fim do regime militar. Para maiores informações, consultar: <https://www.tse.jus.br/jurisprudencia/julgados-historicos/cancelamento-de-registro-do-partido-comunista-brasileiro>; <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 22/09/2021.

brasileiro” procuraram, diferentemente, popularizar e politizar o teatro brasileiro. Neste sentido, Aldo Arantes descreve a ocasião que deu origem ao CPC da UNE:

O CPC surge da conjugação de dois fatores. Por um lado, um segmento da intelectualidade que não aceitava a tese da arte pela arte, que defendia a concepção de uma arte engajada, e isso tem, digamos, seu germen em São Paulo, através do Guarnieri, Oduvaldo Vianna Filho, que começam lá algumas experiências em teatro estudantil. Essas experiências se desenvolvem e o Oduvaldo acaba mudando para o Rio de Janeiro. E lá aglutina um segmento importante da intelectualidade (...). Havia, de um lado, os intelectuais, os artistas querendo produzir uma arte que fosse de avaliação da realidade brasileira, mas que se dirigisse para amplos segmentos da sociedade. E havia do outro lado, os estudantes querendo encontrar novas formas de comunicação com a ampla camada da sociedade. Na minha opinião, houve uma conjugação feliz entre essa aspiração dos artistas e as necessidades do movimento estudantil. Por isso, então, se constitui o Centro Popular de Cultura (ARANTES, 2007 *apud* ARAUJO, 2007, p. 108).

Em 8 de março de 1962, o Regimento Interno do CPC foi submetido a uma assembleia geral. De acordo com esse instrumento legal, o CPC era o órgão cultural da União Nacional dos Estudantes (UNE), regendo-se com autonomia administrativa e financeira. A sua direção era eleita (e poderia ser dissolvida) pela Assembleia Geral de seus membros e a filiação ao CPC era feita em bases individuais⁸¹. Neste sentido, podemos afirmar que o “CPC da UNE” nunca pertenceu à União Nacional dos Estudantes, já que esta era uma organização administrativa e financeiramente autônoma. Mas, ao mesmo tempo, era o órgão cultural da UNE (Berlink, 1984, p. 16). O processo de criação do CPC da UNE começou quando o Teatro de Arena de São Paulo partiu para o Rio de Janeiro para apresentar a peça “Eles não usam Black-tie”, de Gianfrancesco Guarnieri. O próprio Teatro de Arena já nasceu através de uma proposta de fazer teatro de maneira própria, fugindo dos padrões existentes e estabelecidos. Parte do grupo acabou ficando na cidade para desenvolver um projeto de teatro para as classes trabalhadoras e a primeira peça apresentada por eles foi “A mais valia vai acabar, Seu Edgar”. Com isso, o grupo acabou nucleando outras pessoas que tinham seus projetos de arte, teatro, música, cinema, etc., mas não tinham espaço para desenvolver tais atividades. A proposta do CPC era levar ao povo uma cultura que lhe permitisse transformar a realidade, através de uma filiação explícita com o marxismo, conforme afirma Araujo (2007, p. 111).

O primeiro diretor do CPC da UNE foi Carlos Estevam Martins. Seu mandato durou um ano – de dezembro de 1961 a dezembro de 1962. Em seguida, Carlos Diegues foi eleito para a direção da entidade, mas permaneceu no cargo por apenas três meses. Por fim, Ferreira Gullar dirigiu o CPC até seu encerramento em 1964 (Berlink, 1984, p. 19). O CPC organizava-se em forma de departamentos, pois existiam os departamentos de teatro,

⁸¹ Regimento Interno do Centro Popular de Cultura da UNE.

de música, de cinema, de literatura, de arquitetura e de alfabetização de adultos, assim como um departamento de relações externas, que foi criado exclusivamente para ajudar a organizar outros CPCs em diferentes estados brasileiros. Desse modo, foram criados CPCs na Bahia, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e na Guanabara. Para Maria Paula Araujo, uma das principais contribuições do CPC à vida artística do Brasil foi a descoberta de novos compositores populares, tais como Nelson Cavaquinho, Cartola e Zé Kéti. O departamento de música do CPC era dirigido por Carlinhos Lyra e contava também com o apoio de outros músicos (Araujo, 2007).

2.8 O conturbado início dos anos 1960 no Brasil

Em relação ao cenário político nacional, a década de 1960 foi atravessada por inúmeros acontecimentos que culminaram com o golpe civil-militar em abril de 1964. Após o fim do mandato de Juscelino Kubitschek, foi eleito para a Presidência da República, em 3 de outubro de 1960, Jânio Quadros, que representava a coligação composta pelos partidos PTN-PDC-UDN-PR-PL⁸². O candidato foi eleito com uma votação bastante expressiva, já que recebeu aproximadamente 50% dos votos válidos (Sanfelice, 2008, p. 26).

Contudo, após apenas sete meses de mandato, o presidente Quadros perdeu sua base de apoio e conseguiu desagradar a quase totalidade dos atores políticos: a política externa brasileira incomodava os Estados Unidos (provocou um escândalo político ao conceder a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul – a mais alta condecoração do Brasil a personalidades estrangeiras – a Ernesto Che Guevara em plena Guerra Fria e com uma forte paranoia anticomunista vigente no país), o plano ortodoxo de estabilização financeira agravava a situação da maior parte do povo, as polêmicas posições ideológicas geravam muitos desgastes em diversas frentes de ação e o governo já não conseguia manter uma base sólida de apoio no Congresso Nacional. Com o afastamento de importantes lideranças da UDN, o governo parecia perder a legitimidade política (Araujo, 2007, p. 90-91).

Imediatamente após a consumação da renúncia, os ministros militares manifestaram-se a fim de impedir a posse do então vice-presidente João Goulart, que se encontrava em viagem ao exterior. A posse de Jango – representante da herança getulista e da força do trabalhismo – estava assegurada pela Constituição, porém ela não se deu de maneira branda (Araujo, 2007, p. 91). No Rio de Janeiro, o marechal Lott expressou a divisão das Forças Armadas e lançou

⁸² Partido Trabalhista Nacional (PTN); Partido Democrata Cristão (PDC); União Democrática Nacional (UDN); Partido Republicano (PR); Partido Libertador (PL).

um manifesto à nação, pela defesa constitucional. Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, articulou-se um movimento para assegurar a posse de João Goulart e garantir a ordem legal; este movimento ficou conhecido como “Campanha da Legalidade” e foi liderado pelo então governador do Estado, Leonel Brizola. Contou com o apoio do general José Machado Lopes, comandante do III Exército e do Comando da 3ª Zona Aérea. Os pronunciamentos do governador Leonel Brizola eram realizados através da Rede da Legalidade, sendo esta formada por emissoras de rádio do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (Reis, 2004).

De acordo com José Luís Sanfelice (2008, p. 27), atentos aos acontecimentos políticos nacionais, a UNE procurou agir rapidamente decretando greve geral dos estudantes e deslocou sua diretoria para o Rio Grande do Sul, fazendo pronunciamentos através da Rede da Legalidade. A polícia do governador Carlos Lacerda fechou a sede da UNE no Rio de Janeiro, o episódio foi contestado pelos estudantes em forma de nota oficial da entidade, que circulou no jornal Metropolitano, da União Metropolitana de Estudantes. Além disso, apesar de usar uma linguagem que podemos considerar ponderada, mas firme, a UNE se posicionou a favor da legalidade e denunciou as pressões que sofria:

A Constituição brasileira, que os estudantes com seu sangue ajudaram a ser criada há alguns anos atrás, não será desrespeitada. Desde as primeiras horas da crise, a União Nacional dos Estudantes tem estado alerta e ativa na defesa da democracia e do Regime. Fecharam nossa sede, perseguem nossos líderes, repelem nossas manifestações à força. Mas os estudantes hão de resistir.

O povo brasileiro, nesta hora de decisão, não pode titubear indeciso entre a manutenção da legalidade e a imposição da força. Não podemos aceitar qualquer espécie de golpe, e exigimos que seja cumprida à risca a letra da Constituição.

Conclamamos o povo e, particularmente os estudantes, para que se mantenham vigilantes. Infelizmente, cercada, perseguida, fechada, a UNE nem sempre tem podido furar a censura e o policialismo que domina o Estado da Guanabara. Mas podem crer que não cederemos.

A CONSTITUIÇÃO DEVE SER DEFENDIDA!

**POVO E ESTUDANTES DO BRASIL, UNIDOS PELA CONSTITUIÇÃO!
UNIDOS PELA LEGALIDADE! (SANFELICE, 2008, p. 27).**

Em razão da crise gerada pela renúncia de Jânio Quadros e do impasse criado pelo veto militar à posse de Jango, foi votada no Congresso uma emenda que alterou a Constituição em vigor, mudando o regime presidencialista para o parlamentarista. A medida conciliatória permitiu o cumprimento legal à posse do vice-presidente, contudo, seus poderes foram tolhidos. Goulart assumiu a presidência do país em 07 de setembro de 1961 através de um acordo com os militares. Justifica-se, desta maneira, a afirmação de que o governo João Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado (Toledo, 1983, p. 7).

Durante os três anos do governo parlamentarista de Jango, a UNE se manifestou e se posicionou diante das questões políticas nacionais. A Declaração de Porto Alegre, de 02 de

setembro de 1961, por exemplo, é a síntese das deliberações e posições assumidas por um Conselho Extraordinário dos Estudantes, onde se avaliou como positivo o desfecho do encaminhamento político após a renúncia de Jânio Quadros, porém, se denunciou a existência de um golpe brando, dado pela implantação do parlamentarismo (Sanfelice, 2008, p. 28). Ao mesmo tempo, a liderança estudantil manifestou dessa forma sua expectativa:

Queremos que fique clara a nossa posição em face da continuidade do processo político interrompido pela renúncia do Sr. Jânio Quadros. Exigimos reformas de base que alterem em profundidade as estruturas caducas e conservadoras da nação. Não consideramos como válida qualquer luta política vazia deste conteúdo e, neste momento, voltamos nossos olhos para Brasília, para o presidente João Goulart, para o Conselho de Ministros, para o Congresso Nacional, para todos os núcleos dirigentes da nação, cobrando com ariedez aquelas reivindicações renovadoras de todo o povo brasileiro. Estamos ao lado dos operários, dos camponeses, das forças armadas progressistas, de todas as classes revolucionárias brasileiras, para que, juntos, pressionemos às últimas consequências, até que estas aspirações sejam realizadas.

A luta pelas medidas nacionalistas de transformação corresponde a uma fase de nossa luta global por aquela transformação mais profunda de nossa sociedade, que terá que caminhar até situações mais justas de equilíbrio de um ponto de vista de democracia econômica e justiça social (UNE, 1961b, p. 5).

Com o documento denominado O que a União Nacional dos Estudantes espera de Jango, publicado em 02 de setembro de 1961, assinado pelo presidente da entidade, Aldo Arantes, foram apresentados os seguintes tópicos:

1. Um Governo Popular firme e decidido a atender aos interesses das classes trabalhadoras, apoiando-se em suas reivindicações e em sua luta pela Justiça Social;
 2. Um Governo apoiando (sic.) não em grupos econômicos e na burguesia internacional, mas no povo brasileiro que o garantiu e o garantirá no exercício pleno de seus direitos presidenciais;
 3. Governo livre trabalhando por um Brasil livre de pressão dos grupos internacionais, do colonialismo, por um Brasil soberano e autodeterminado;
 4. Governo de liderança na América Latina comandando a luta pela autodeterminação dos povos em apoio ao bloco neutralista;
 5. Governo de consolidação das conquistas nacionalistas, Petrobrás, defesa das riquezas minerais, proibição de remessa de lucros, lei antitruste, industrialização do país;
 6. Governo de unidade econômica nacional, impedindo a exploração regional, o colonialismo interno;
 7. Governo de justiça social e da coibição do abuso econômico de grupos e classes; da planificação e desenvolvimento contribuindo para a justa distribuição da renda nacional; garantindo ainda o direito de greve, a participação nos lucros e cogestão operária;
 8. Governo que torne efetiva a reforma agrária, exigência de justiça para milhões de camponeses explorados em seus direitos fundamentais;
 9. Governo que leve, custe o que custar, até o fim, o seu mandato governamental em defesa intransigente dos sagrados direitos do povo e da nação.
- A UNE SÓ TEM UM COMPROMISSO: LUTAR PELO POVO E PELO BRASIL!
R.G. SUL 2-9-91 (UNE, 1961b).

O governo Goulart, ainda no formato parlamentarista, enfrentou um agravamento da situação econômico-financeira, marcada pelos altos índices de inflação. Essa situação

desagradava a classe média e fez com que os setores mais conservadores se mobilizassem contra a administração de Jango. Ademais, o período foi marcado pela intensificação das atividades sindicais nas grandes cidades, sobretudo, quando nos referimos às greves. A organização e as lutas do sindicalismo operário foram os responsáveis pela criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Além dos fatores supracitados, o projeto das Reformas de Base, o qual previa reformas em diversos setores e tinha a Reforma Agrária como sua principal medida, foi rechaçado pelos setores à direita (Sanfelice, 2008).

Segundo Schwarcz e Starling (2018, p. 438), no início dos anos 1960, o Nordeste se transformou numa espécie de coração do país e a reforma agrária se firmou no topo da agenda política. Proprietários de terras, camponeses e governo travaram uma verdadeira batalha para definir qual tipo de reforma deveria ser implantada. A partir de 1961, o nome de Francisco Julião⁸³, advogado e principal líder das Ligas Camponesas, ficou nacionalmente conhecido ao defender que a reforma agrária defendida pelos trabalhadores rurais significava a desapropriação de terras improdutivas, maiores que 500 hectares, bem como pagamento de indenização com títulos da dívida pública; concessão, sem custos, de terras devolutas aos camponeses; entrega do título de proprietário aos posseiros, e estímulo às cooperativas. Surpreendentemente, o PSD se mostrava disposto a discutir a reforma agrária⁸⁴, porém, seguindo os termos da Constituição: desapropriação com indenização à vista e em dinheiro, ou em títulos da dívida pública com correção monetária. Os proprietários de terras, por outro lado, eram contrários à reforma agrária e tinham temor da sindicalização rural – “a partir de 1963, eles abandonaram a retórica e começaram a se armar” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 438).

⁸³ Advogado pernambucano, ingressou na política após o fim do Estado Novo, integrando o Partido Republicano (PR). Pouco tempo depois, filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), onde, em 1954, foi eleito Deputado Estadual. Fez parte desde os primórdios das Ligas Camponesas, que anteriormente se denominava Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco (SAPP), quando foi convidado para compor o setor jurídico da entidade. A SAPP foi a primeira associação camponesa do estado organizada pelos moradores do engenho Galileia, localizado no município de Vitória de Santo Antão. No final da década de 1950, Julião e as Ligas Camponesas ganharam notoriedade após a vitória do processo judicial que garantiu a posse das terras do engenho Galileia para seus moradores, o qual se baseou em uma lei recém-promulgada que determinava a desapropriação da propriedade com pagamento de indenização ao antigo dono. A repercussão do caso fez surgir, na Paraíba, a primeira liga camponesa fora de Pernambuco, além de ter sido notícia internacional, o que voltou a atenção do mundo para a gravidade da situação econômica e social vivida na região Nordeste. Contudo, a partir de 1962 a influência das ligas camponesas entrou em decréscimo em virtude da aceleração do processo de enquadramento do movimento camponês financiado pelo governo federal. Em consequência do golpe de Estado em 1964, Francisco Julião acabou sendo preso e partiu para o exílio no México em 28 de dezembro de 1965. Para maiores informações, consultar: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/francisco_juliao. Acesso em: 22/09/2021.

⁸⁴ Fazemos tal afirmação levando em consideração que o partido pertencia ao espectro político da direita e considerando suas bases regionais, as quais eram, muitas vezes, sustentadas por grandes latifundiários, o simples fato de seus parlamentares estarem discutindo a reforma agrária, já podemos considerar como um avanço.

A esquerda, por sua vez, ao final de 1961, formou uma coalizão voltada para a aprovação e execução imediata das reformas de base, priorizando a reforma agrária. Tal atitude chama a atenção em razão do campo da esquerda ser amplo e bastante heterogêneo, o que dificultava a elaboração, e execução, de um programa de comum acordo. No entanto, embora houvesse um entendimento por parte dos sujeitos que compunham esse campo político, havia aqueles mais radicais que se negavam a negociar e queriam aprovar as reformas de base a qualquer custo, para isso, passaram a mobilizar adeptos nas ruas para pressionar os deputados ou o fariam “na marra” por meio do confronto direto com o Congresso. A proposta acabou não sendo aprovada no Legislativo, pois, conforme observamos, estaria mexendo com um dos principais pilares de sustentação do poder na República brasileira (Schwarcz; Starling, 2018, p. 438-39).

Assim como a reforma agrária, que avançaria sobre o latifúndio, impactando na produção e na renda do campo; os outros setores que seriam afetados pelas reformas de base eram: a reforma urbana, que interferia no crescimento desordenado das cidades, planejava o acesso à periferia e combatia a especulação imobiliária; a reforma bancária, a qual previa uma nova estrutura financeira sob controle do Estado; a reforma eleitoral, que poderia alterar o equilíbrio político ao conceder direito ao voto aos analfabetos – que representavam 60% da população adulta – e aos soldados, e com a legalização do Partido Comunista; a reforma do estatuto do capital estrangeiro, que regulava a remessa de lucros para o exterior e estatizava o setor industrial estratégico; e por fim, a reforma universitária, que dentre outras medidas, acabava com a cátedra e reorientava o eixo do ensino e da pesquisa para o atendimento das necessidades do país (Schwarcz; Starling, 2018, p. 439-40).

2.8.1 O complexo IPES-IBAD⁸⁵

As eleições de 1962 acabaram modificando o Congresso com a eleição de novos nomes para o parlamento nacional. Além do mais, onze novos governadores foram eleitos, o que significou a desaceleração da discussão em torno da aprovação das reformas de base. Outro fator importante a ser considerado, é que em nenhuma das disputas houve a aliança entre PSD e PTB, partidos que poderiam “manter viva” a possibilidade de implantação das reformas. Somente em Pernambuco, cujo candidato, Miguel Arraes, estava mais alinhado com a esquerda e, portanto, favorável à aprovação de tal projeto, acabou sendo eleito naquele pleito. Ademais, as eleições daquele ano também demonstraram que o golpismo ainda

⁸⁵ Estamos usando apenas uma nomenclatura, mas eram órgãos independentes.

continuava articulado no Brasil, e contava com a participação de civis (empresários, sobretudo) e militares (Schwarcz; Starling, 2018, p. 440). Assim, em estudo realizado pelo cientista político René Armand Dreifuss, em 1983, identificou dois órgãos extrapartidários que foram os responsáveis por difundir e financiar uma ampla campanha que se alastrava pelo país, cujo principal objetivo era a inelegibilidade de João Goulart nas eleições que estavam previstas para 1965.

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) funcionava no Rio de Janeiro desde 1959 e, conforme descrição do embaixador norte-americano, Lincoln Gordon, era um “grupo industrial de moderados e conservadores” (Dreifuss, 1983, p. 102). Essa entidade contava não somente com apoio financeiro da embaixada dos Estados Unidos, mas também estava articulado com a Central Intelligence Agency (CIA), agência de inteligência civil norte americana. O grupo inicial era constituído pelo ex-integralista Marechal Inácio de Freitas Rolim, instrutor da Escola Superior de Guerra (ESG)⁸⁶; do empresário Jorge Behring de Mattos, presidente do Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP) e da Associação Empresarial Centro de Indústrias da Guanabara; do empresário Alberto Byngton Jr., presidente do CONCLAP em 1963; do empresário Guilherme Borghoff, da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Federation of the American Chambers of Commerce; e Ivan Hasslocher, integralista, diretor-geral do IBAD e que foi apontado como sendo agente de ligação da CIA para o Brasil, Bolívia e Equador.

Segundo Dreifuss (1983, p. 102), o IBAD injetou milhares de dólares para financiar a campanha de diversos candidatos a deputados federais, deputados estaduais e governadores, dessa maneira, o IBAD influenciou e penetrou no legislativo e nos governos estaduais, assim como interveio em assuntos eleitorais nacionais e regionais e apoiou alguns sindicatos em particular. Além disso, de acordo com Fernanda Teixeira Moreira (2019, p. 124), ele ainda ajudou a promover alguns líderes camponeses e sindicais, movimentos estudantis e organizações de pressão dentro das classes médias. Em linhas gerais, o IBAD foi um grupo de ação política e ideológica que tinha como objetivo influenciar e ocupar a sociedade política, da mesma maneira que moldar a opinião pública. Ainda segundo Moreira (2019, p. 124), o órgão recebeu um amplo financiamento de empresários ligados a grupos multinacionais e, através da “S/A Incrementadora de Vendas Promotion”, cujo proprietário era Ivan Hasslocher,

⁸⁶ A ESG foi fundada em 1949 pelo Alto-Comando das Forças Armadas. Foi influenciada pelo National War College, dos Estados Unidos, e objetivava aproximar militares e empresários, construindo, assim, um caminho comum que levaria ao crescimento industrial do país. Para mais informações sobre a ESG, ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 440.

produziu uma agressiva campanha anticomunista, e anti-Jango, em diversos meios de comunicação. Para além da campanha anticomunista audiovisual, o IBAD firmou aliança com organizações paramilitares, tais como o Movimento Anticomunista (MAC); o Movimento Democrático Brasileiro⁸⁷; a Organização Paranaense Anticomunista (OPAC); e a Cruzada Libertadora Militar Democrática (CLMD); compartilhando pessoal, técnicas e recursos. O IBAD ligou-se também à organização católica Centro Dom Vital, da qual Gustavo Corção, intelectual católico de extrema-direita, era líder importante e proporcionou uma ligação importante com a organização técnico-clerical de direita Opus Dei.

Em consequência da corrupção eleitoral, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)⁸⁸ foi instaurada, em 1963, para investigar as possíveis ilegalidades promovidas pelo IBAD nas campanhas eleitorais do ano anterior. Para isso, a comissão conseguiu levantar um volumoso número de documentos e depoimentos sobre o IBAD, embora, sabe-se que muitos materiais relacionados ao Instituto foram eliminados diante da convocatória da CPI⁸⁹. Comprovada as irregularidades, o IBAD foi fechado naquele ano por Jango. Contudo, os documentos da CPI mostraram que o IBAD não agiu sozinho. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) foi outro sujeito coadjuvante no arcabouço golpista que vinha se desenhando no país desde o início da década de 1960 (Moreira, 2019, p. 128).

A fundação do IPES aconteceu em 1961, logo após a renúncia de Jânio Quadros, em São Paulo e no Rio de Janeiro, num momento em que havia um amadurecimento político da elite orgânica transnacional. Neste sentido, entende-se por “elite orgânica”, segundo a análise de Dreifuss, como um momento mais avançado de uma consciência de classe capitalista, tal como “agentes coletivos político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe (Dreifuss, 1987, p. 24). Enquanto que “transnacional” se refere às relações transnacionais baseadas nos interesses mútuos das elites orgânicas de diferentes países e na “percepção militante” da importância de intervenção do empresariado no processo político internacional, ou seja, seria a inter-relação entre as elites orgânicas brasileira e norte-americana, conforme conceituou Martina Spohr Gonçalves (2016,

⁸⁷ Não confundir com o partido político homônimo criado em 1966.

⁸⁸ Comissão Parlamentar de Inquérito... vol. 01, ver em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/5/e/2/5e2def8a34b25b93e30a481b4608b127458ccea5ba47f8580aa3478ca9fba6/4d88f268-0d90-4922-b91c-c6ba92337cff-VOL01.pdf>. Acesso em: 30/09/2021.

⁸⁹ Diversos documentos relataram que muitos documentos como, por exemplo, balancetes, notas de pagamentos e recebimentos, ofícios, entre outros, foram deliberadamente queimados por funcionários a partir de ordens da diretoria executiva do IBAD. Ver em: Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara. IBAD-Interferência do Capital Estrangeiro nas Eleições do Brasil. *Cadernos da Memória e Verdade- Volume V*. Recife: Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2016.

p. 239).

Estes órgãos possuíam um alto grau de organização, já que foram responsáveis pela disseminação de propagandas anticomunistas e por vincular a imagem de João Goulart ao inimigo comum aos setores à direita, o comunismo. Além disso, realizaram operações que tinham como principal objetivo conter as forças populares, bem como desagregar o bloco populista e levar ao poder político os interesses multinacionais. Segundo Dreifuss,

O IPES não era com certeza, [...], um movimento amador de empresários com inclinações românticas ou um mero disseminador de limitada propaganda anticomunista; era, ao contrário, um grupo de ação sofisticado, bem equipado e preparado; era o núcleo de uma elite orgânica empresarial de grande visão, uma força-tarefa estrategicamente informada, agindo como vanguarda das classes dominantes (DREIFUSS, 1983, p. 185).

Para a difusão da sua campanha ideológica, o IPES fez uso de diversos meios de comunicação de massa, já que o faziam através de publicações, palestras, simpósios, conferências de personalidades famosas por meio da imprensa, debates públicos, filmes, peças teatrais, desenhos animados (cartuns), entrevistas e propaganda no rádio e na televisão. Para isso, possuía auxílio de algumas das mais importantes agências internacionais de publicidade e propaganda, bem como arregimentavam escritores profissionais, jornalistas, artistas de cinema e teatro e relações públicas, criando, assim, uma equipe forte capaz de manipular a opinião pública. Outra forma utilizada pelo IPES para “moldar” a opinião pública constituía-se na reprodução de discursos, exposições e pronunciamentos públicos. Além disso, publicava e financiava, editava, traduzia e distribuía livros, livretos, revistas e folhetos de produção própria, todos com conteúdo anticomunista, além de atacar o socialismo, a oligarquia rural e a corrupção do populismo. Porém, o “carro-chefe” de divulgação de tais campanhas era feita através do rádio, já que a maior parte da população brasileira não tinha acesso à televisão e apresentava também com um alto grau de analfabetismo (Dreifuss, 1983, 235-36).

No Rio Grande do Sul, o IPESUL, criado em 1962 e com sede localizada na cidade de Porto Alegre, era um órgão similar ao IPES. Em consonância com os institutos situados no sudeste do Brasil, o IPESUL tinha como objetivo produzir e distribuir críticas ao governo João Goulart e seus apoiadores (Moraes, 2012, p. 38). Entretanto, conforme estudo realizado por Thiago Aguiar de Moraes (2012), o IPESUL não estava ligado diretamente aos IPES centrais, pois gozava de certa autonomia. Segundo Hernáz Ramírez (2005, p. 189), a criação do IPESUL “foi objeto de algumas restrições iniciais pela seccional de São Paulo e que era alentada pelos membros do Rio de Janeiro”. Ainda de acordo com o autor, tais restrições estavam inseridas na disputa pela direção do IPES entre as seccionais do Rio de Janeiro e São

Paulo, que só cessou temporariamente em outubro de 1962 até 27 de maio de 1964, quando as duas seccionais se separam definitivamente (Ramírez, 2005, p. 187).

Importante salientar que, embora houvesse certa autonomia relativa à fundação do IPESUL, bem como em sua atuação, o pensamento dos IPES centrais, sobretudo o do Rio de Janeiro, era de centralizar as informações para atuar politicamente e utilizar os IPES regionais de forma instrumental para o esforço realmente importante que seria das entidades centrais. Segundo Moraes (2012, p. 41) “não havia subordinação em termos de prestação de contas ou de satisfações de suas atividades, mas comunhão de interesses na defesa da “democracia” e no combate ao “comunismo”, onde com certeza houve troca de informações”. O IPESUL manteve suas atividades até 1971, quando acabou sendo extinto⁹⁰.

A UNE, liderando hegemonicamente o movimento estudantil e com uma boa compreensão do momento político que o país atravessava, tomou partido. Desejava e achava necessário que as reformas efetivamente se viabilizassem. A própria reforma universitária passou a ser entendida como uma reforma de base imprescindível. Além disso, a data do plebiscito estava se aproximando e, por isso, a entidade reafirmou posições, bem como acrescidas de algumas denúncias, como podemos ver abaixo:

Na crise de agosto de 1961, a UNE foi a primeira voz a se erguer escapando à perplexidade geral, pela posse do presidente eleito. Naquela época, como hoje, articulavam-se as forças antinacionais para impor ao país uma ditadura de direita. Diante da pressão do povo não conseguiram o golpe puro e simples. Mas obtiveram uma solução de compromisso, que evitava a ditadura ostensiva, ao mesmo tempo que golpeava a luta popular, impedindo a participação direta do povo no processo político. Instalou-se um parlamentarismo que significou o fortalecimento das oligarquias e do imperialismo.

Naquela época, como hoje, os estudantes traçaram uma posição. Deixando de lado as discussões entre sistemas de governos, conscientes que estes sistemas não trazem em si a solução dos problemas nacionais, sem estar motivados por qualidades ou defeitos dos eventuais ocupantes do governo, consideramos o Ato Adicional um golpe contra a participação política ao povo e estaremos presentes para dizer não em 06 de janeiro.

Mas devemos denunciar que os gorilas de 1961 continuam a exercer a sua atividade antidemocrática. A luta contra a política externa, as campanhas contra a Petrobrás, o amotinamento na Marinha, as denúncias de supostos movimentos insurrecionais e a visita do Senhor Robert Kennedy ao país, são peças do mesmo sistema golpista destinado a preparar a entrega do país aos grupos econômicos internacionais.

O não ao Ato Adicional deve significar a retomada de uma luta, que se interrompeu com a conciliação de setembro de 1961, e que não admite novas acomodações.

Os estudantes estão presentes para marcar sua posição de luta, e não admitirão que o país prossiga à sombra de conciliação, mas exigirão um governo capaz de enfrentar

⁹⁰ Para maiores informações acerca do IPESUL, ver: MORAES, Thiago Aguiar de. “*Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado*”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). Porto Alegre, 2012. 228f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

a luta, particularmente um Ministério da Educação que fuja dos jogos de interesses que o tem norteado passe a se voltar para o povo.
Nosso NÃO será um NÃO definitivo aos interesses antinacionais.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1962 (UNE *apud* Castilho, s/d.).

2.8.2 Governo João Goulart e o golpe civil-militar

Finalmente, em 06 de janeiro de 1963, foi realizado um plebiscito popular que previa o retorno do sistema presidencialista ao país. De acordo com Carlos Fico (2015, p. 45) onze milhões de pessoas votaram no plebiscito, onde quase nove milhões e 500 mil votos era favoráveis ao presidencialismo. Desta forma, João Goulart assumiu a Presidência da República gozando de plenos poderes, fato este que acabou por acirrar os ânimos de seus inimigos políticos. Além disso, após a vitória do presidencialismo no plebiscito, o propósito das campanhas de desestabilização do governo João Goulart pelo complexo IPES-IBAD foi dando lugar a iniciativas de conspiração que visavam derrubar Jango. No entanto, segundo Fico, é possível distinguir as duas coisas: a campanha de desestabilização e a conspiração que culminaria com o golpe em 1964.

Essa distinção é importante, pois para alguns autores, haveria uma ligação direta entre elas; mas hoje, todavia, temos conhecimento que a campanha de desestabilização não logrou êxito. Conforme pesquisas realizadas pelo Instituto de Brasileiro de Opinião e Estatística (Ibope), à época, indicaram que a popularidade de João Goulart não foi abalada. Se ele pudesse concorrer às eleições presidenciais, contaria com mais da metade das intenções de voto na maioria das capitais contempladas nas pesquisas. Ademais, em 1963, o presidente tinha apoio de 66% da população de São Paulo (a cidade mais importante do país), índice maior que a aprovação obtida pelo governador Adhemar de Barros; além de ter o apoio de mais de 70% da população em algumas capitais à proposta de reforma agrária (Fico, 2015, p. 46).

No entanto, a transição de sistema de governo aconteceu em um período marcado pela intensa crise política, econômica e social. Para os setores à direita, o presidente possuía a imagem (infundada) de “comunista” e “subversivo” devido à sua intenção de implantar no Brasil o seu programa de governo, as reformas de base. De fato, apoiado, sobretudo por Brizola, que fazia discursos inflamados contra os militares e denunciava a existência de um conluio da direita nos preparativos de um golpe, o próprio Goulart passou a afirmar que o Congresso Nacional deveria aprovar as reformas a todo custo. Postura que fez levantar suspeitas de que estaria orquestrando um golpe de Estado, apoiado pela esquerda. Em

contrapartida, apesar de alguns setores à esquerda, tais como movimentos populares, CGT, Ligas Camponesas, UNE e PCB, apoiarem o governo Goulart, o mesmo não governava exclusivamente para eles. De acordo com Santos (2009, p. 102), seu governo assumiu uma política conciliadora, uma vez que atendia tanto os setores à esquerda como aos setores à direita, pois necessitava do apoio de ambos para continuar no governo.

Numa tentativa de solucionar a crise econômico-financeira, o governo lançou o Plano Trienal do Desenvolvimento Econômico-social (1963-1965), desenvolvido pelo então Ministro do Planejamento, o economista Celso Furtado. O plano previa o controle da inflação e se propunha a negociar com o Fundo Monetário Internacional (FMI), entretanto, para que este plano pudesse ser colocado em prática, era necessário que houvesse um arrocho salarial, bem como a limitação no crédito e nos preços. No entanto, em função de um conjunto de razões, o plano logo tornou-se inviável política e economicamente. Seus objetivos básicos não foram concretizados e, em momentos sucessivos, o governo sofreu fortes pressões tanto dos setores nacionalistas como dos de direita e esquerda (Santos, 2009, p. 102). Conforme Toledo explicita na passagem abaixo:

A sucessão de crises políticas advinha das contradições em que se debatia o governo: ao mesmo tempo que agitava a bandeira do nacionalismo e das Reformas – solicitando, pois, o apoio das massas populares e dos setores políticos de esquerda – Goulart, por outro lado, protelava indefinidamente a realização das medidas populares, afastava colaboradores ideologicamente progressistas, combatia os setores independentes (não pelegos) do movimento sindical, condenava abertamente iniciativas políticas de esquerda... As concessões à reação não se reduziam a estes fatos, pois o governo reservava os cargos mais importantes da administração federal (particularmente aqueles responsáveis pela política econômico-financeira) apenas para os representantes das classes dominantes, postos de comando e mantinha compromissos com o conservador PSD (TOLEDO, 1983, p. 59-60).

Os escândalos financeiros, os movimentos camponeses a favor da reforma agrária, os movimentos sindicais e estudantis, as greves, a inflação em alta, a carestia dos principais bens de consumo, tais como, os alimentos e o petróleo, foram fatores que levaram o governo João Goulart, de maneira gradativa, a um isolamento político que facilitou o movimento civil-militar para sua derrubada. Segundo Toledo (Toledo, 1997, p. 34), “o plano trienal procurava compatibilizar o combate ao surto inflacionário com uma política de desenvolvimento que permitisse ao país retomar as taxas de crescimento do final dos anos 50”.

Nesse contexto de instabilidade política, econômica e social, foi realizado no interior de São Paulo, o 26º Congresso da UNE, em julho de 1963. O congresso reuniu cerca de mil delegados e elegeu o estudante José Serra para presidente da entidade. Serra, que era militante da Ação Popular (AP), obteve uma expressiva votação, sendo eleito com 95% dos votos. Isso

demonstra como AP estava se consolidando como uma das principais forças políticas no meio estudantil. Ademais, sua gestão foi marcada pelo amplo engajamento da UNE em todas principais questões políticas, tanto em âmbito nacional como internacional. Ao buscarem uma aproximação com a população, os estudantes começaram a participar da campanha nacional de alfabetização de adultos, através do método desenvolvido pelo pedagogo, Paulo Freire; além da atuação do CPC da UNE nos centros urbanos, onde levavam o teatro de denúncia para o subúrbio (Della Vechia, 2011, p. 113).

Segundo Renato Della Vechia (2011, p. 113-14), em comício realizado no dia 13 de março de 1964, Goulart reafirmou sua postura política, bem como defendeu a implantação da reforma agrária no Brasil. Em apoio ao governo, mas também como forma de pressionar a respeito das reformas na educação, a UNE participou desse evento, conjuntamente com a União Metropolitana de Estudantes (UME), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e a Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (AMESEA). Em razão disso, os setores conservadores, em conjunto com os setores da Igreja Católica, fortaleceram a imagem de “subversivo” do presidente Jango, afirmando que o comunismo estava entranhado no governo e também nos movimentos populares e nas universidades, principalmente entre os estudantes (Sanfelice, 2008, p. 35). O objetivo do comício era fazer com que o projeto das Reformas de Base fosse aprovado o mais rápido possível, assim,

[...] anunciou a adoção de importantes medidas, através de decretos, como a encampação das refinarias particulares, o tabelamento dos aluguéis dos imóveis desocupados e a desapropriação de terras valorizadas pelos investimentos públicos, ou seja, das terras às margens dos eixos rodoviários e dos açudes, ou que pudessem tornar produtivas áreas inexploradas (BANDEIRA, 1978, p. 163).

Contudo, como afirmam Araujo (2007), Sanfelice (2008) e Santos (2009), logo após o comício na Central do Brasil (RJ), deu-se início a uma série de manifestações de oposição ao governo, uma vez que em algumas capitais do Brasil ocorreram as chamadas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, sendo estas lideradas pelos setores mais conservadores da Igreja Católica e da classe média brasileira, reunindo cerca de 300 mil pessoas. Este mesmo movimento saiu às ruas quando foi decretado o golpe civil-militar, para dar apoio aos militares golpistas. Outro fator que fez com que o golpe se concretizasse foi a rebelião dos marinheiros no final de março daquele mesmo ano. Os marinheiros haviam se reunido em comemoração ao aniversário de sua Associação, porém a reunião tomou outro rumo quando os marinheiros reivindicaram o reconhecimento de sua Associação, bem como o direito de se casarem e de vestirem roupas civis fora do expediente. Alguns rebelados acabaram sendo

presos, porém, em pouco tempo, Goulart concedeu anistia aos mesmos; tal ato desagradou o oficialato da Marinha, gerando assim uma crise na área militar.

A ameaça de golpe era iminente em 31 de março de 1964. O general Mourão Filho, comandante da IV Região Militar de Minas Gerais, deu início à movimentação das tropas rumo ao Rio de Janeiro por iniciativa própria, já que, segundo Fico (2015, p. 52), o golpe estava previsto para alguns dias mais adiante, conforme pretendiam os demais chefes militares. O governo norte-americano também teve participação ativa na conspiração contra João Goulart e redigiu, ainda no ano de 1963, um documento secreto, o qual configurava como um “plano de contingência”, que definia duas diretrizes. Em primeiro lugar, os Estados Unidos deveriam apoiar a derrubada de Jango, assim como a formação de um novo governo e, para dar um ar de legalidade, o texto estabelecia que seria “altamente desejável” que “uma parte significativa do território nacional fosse controlada” pelas forças anti-Goulart. Em segundo lugar, o plano também previa a intervenção militar dos Estados Unidos no Brasil se, porventura, houvesse confrontos e apoio de algum país comunista (União Soviética ou Cuba). Esse plano foi a base para a realização da Operação Brother Sam⁹¹, que foi uma força-tarefa naval composta por um porta-aviões, um porta-helicópteros, seis contratorpedeiros (dois equipados com mísseis teleguiados), além de cem toneladas de armas e quatro navios-petroleiros. A operação Brother Sam foi enviada ao Brasil em março de 1964, mas foi cancelada em função do rápido sucesso obtido pelos golpistas.

Goulart recusou-se a resistir para evitar uma “guerra civil” que teria como consequência, segundo ele, o derramamento de sangue (Fico, 2004). Para o mesmo autor, o presidente poderia ter resistido, pois oficiais legalistas, na Base Aérea de Santa Cruz, estavam apenas aguardando sua ordem para decolar cinco jatos que, se não derrotassem Mourão Filho, fariam ele negociar. Mas, infelizmente, a ordem não foi dada. Jango então se retira de Brasília e segue para Porto Alegre. Na capital gaúcha, se encontrou com Leonel Brizola, que fez apelos à Jango para que resistisse ao golpe. Jango ainda se encontrava em território nacional quando, em sessão extraordinária do Congresso Nacional, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou a vacância do cargo de Presidente da República. Em consequência disso, determinou a posse do presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, sucessor legal à presidência da República (Fico, 2015, p. 53). Os militares, porém, encontravam-se em reunião no Rio de Janeiro, cidade em que, segundo Fico (2004) “brilhava o poder de fato”, já

⁹¹ O historiador Carlos Fico teve acesso exclusivo a esses documentos secretos e como resultado desse trabalho, lançou o livro chamado: *O Grande irmão: da operação brother sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.

que Brasília encontrava-se às escuras e abandonada. Com a concretização do golpe, João Goulart buscou asilo no Uruguai, onde permaneceu até sua morte, em 1976.

A UNE, coerente com as posições assumidas até então, não deixou de se manifestar, em razão dos acontecimentos que antecederam a derrubada do governo de João Goulart e também nos episódios do dia 31 de março de 1964. Tendo em vista a situação política e objetivando a “mobilização geral contra o golpe, pela legalidade e pela Liberdade Democrática”, a entidade decretou greve geral dos estudantes em todo o território nacional. Assim, na nota assinada pelo presidente da UNE, José Serra, lê-se acerca da denúncia de que já estava em prática “o golpe desesperado da reação”. Os sujeitos identificados como elementos da reação, e adjetivados de fascistas, foram os governadores Adhemar de Barros (SP); Carlos Lacerda (GB); Magalhães Pinto (MG); Ney Braga (PR) e Ildo Meneghetti (RS). A UNE advertiu os estudantes sobre a ameaça de ser atacada a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e de serem fechados os sindicatos na Guanabara. Convocaram, finalmente, as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs), executivas nacionais, centros e diretórios acadêmicos, para que se mobilizassem contra o golpe que estava em curso (Sanfelice, 2008, p. 36). Apesar disso, os propósitos de resistência da UNE não foram suficientes para impedir que o golpe, já articulado, fosse evitado e o governo constitucional de Jango, derrubado.

Para Motta (2008), os grupos que deram suporte ao golpe de 1964 eram compostos de maneira heterogênea, pois apresentavam diferenças tanto de origem social, já que o grupo contava com muitos empresários, militares, classes médias e religiosas; quanto de origem ideológica, pois havia conservadores, liberais e nacionalistas. Eles se uniram para lutar contra o inimigo comum, para afastar o Brasil do processo de crescimento das esquerdas que aparentemente ameaçavam o *status quo*, porém não possuíam um programa de governo coeso. Existiam diferentes projetos entre os vencedores de 1964, mas o único consenso era o expurgo das esquerdas, sobretudo os comunistas.

Em 1º de abril de 1964, o general Artur da Costa e Silva se autoneomeou “comandante supremo da Revolução”, assumindo, assim, o cargo de ministro da Guerra na presidência interina de Ranieri Mazzilli e comandando o governo de fato, junto ao vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald e com o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. Antes de ocorrerem as eleições indiretas para a Presidência, o “comando supremo da Revolução” editou o Ato Institucional de nove de abril, conhecido mais tarde como AI-1, no intuito de regulamentar o novo regime, garantindo que “a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma”. Além disso, no AI-1 estavam previstas as primeiras

cassações de mandatos, bem como a suspensão de direitos políticos, além da “Operação Limpeza”, que configurou medidas como a intervenção policial nos sindicatos, assim como a repressão aos partidos de esquerda: “havia a necessidade de institucionalizar um novo aparato que apoiasse a ‘revolução’” (Aalves, 1984, p. 54).

A escolha do general Castelo Branco para ocupar a presidência, em 13 de abril, deu-se a partir da ideia de uma intervenção de caráter moderador, defendida por setores da sociedade civil e também pelos setores militares que possuíam vínculos com a Escola Superior de Guerra (ESG). De acordo com David Maciel (2004), nos primeiros meses do novo governo, esse setor conseguiu assumir o comando, pois seu horizonte moderador combinava com a intenção das lideranças civis, visto que gozavam de estreita relação político-ideológico com empresários, políticos conservadores, através dos cursos da ESG. Ademais, de acordo com o Ato Institucional, o novo presidente iria apenas concluir o mandato iniciado com a eleição de Jânio Quadros, em 1961, e que foi continuado por João Goulart. Dessa maneira, haveria eleições em 1965 para a posse, no ano seguinte, do novo presidente eleito.

Logo após o golpe civil-militar, em março de 1964, a UNE foi uma das primeiras vítimas do novo regime instaurado, pois sua sede no Rio de Janeiro foi invadida e incendiada por policiais à paisana e as demais entidades estudantis, diretórios e centros acadêmicos, foram fechados. Ademais, as lideranças do movimento estudantil, correspondendo a uma boa parte da diretoria da UNE, pediu asilo político na embaixada da Bolívia, entre eles José Serra e Marcelo Cerqueira. Vários outros caíram na clandestinidade (Araujo, 2007; Valle, 2008). Esse período foi marcado pelo início de relações extremamente conflituosas entre os estudantes e os governos, já que não houve espaço, receptividade ou aceitação para uma UNE com as características que a entidade havia adquirido (de esquerda). Por outro lado, paralelamente à repressão, os governos militares e os grupos sociais que o representavam, se empenharam numa tarefa obsessiva, visando o controle, a manipulação ou a redefinição do movimento estudantil (Sanfelice, 2008, p. 38). No final de outubro daquele ano, foi votado e aprovado pelo Congresso Nacional o decreto de extinção da UNE. Além disso, o referido decreto também proibia greves e atividades de cunho político por parte das entidades estudantis (Bertot e Guimaraens, 2008; Martins Filho, 1987).

Em consequência da repressão militar, vimos surgir um movimento estudantil, ainda que desarticulado, de oposição à posição violenta adotada pelos militares. O governo, por sua vez, continuou visando a extinção de áreas com maior potencial “subversivo” identificadas no seio estudantil por meio de medidas que coibissem as atividades políticas no ambiente universitário. Dado o panorama, ficam evidentes os motivos que levaram a supressão da UNE

e das entidades estudantis estaduais e sua permutação por entidades diretamente subordinadas ao governo.

Nesse momento, mesmo a UNE estando extinta, essa entidade ainda era um símbolo político importante. Conforme Araujo (2007), muitos estudantes que militavam na Ação Popular (AP)⁹² começaram a reorganizar a entidade logo após o golpe, assim, manifestações, greves e passeatas eram convocadas em nome da UNE, que continuava elegendo sua diretoria e realizando clandestinamente seus congressos, tornando-se “território exclusivo das correntes de esquerda” (Valle, 2008, p. 34).

2.9 A União Estadual dos Estudantes (UEE/RS)

Para falarmos sobre a fundação da União Estadual dos Estudantes (UEE/RS), retornamos à pesquisa de Mateus da Fonseca Capssa Lima (2017), que, como já mencionado, conseguiu, através de sua minuciosa investigação, construir uma linha temporal que demonstra a atuação das principais entidades representativas dos estudantes do Rio Grande do Sul, abarcando o período de sua criação até meados dos anos 1970, quando tais agremiações, sobretudo a UEE, sofreram com os constantes decretos que objetivavam tolher a organização do movimento estudantil de oposição à ditadura. Neste sentido, Lima pode ser considerado a única referência sobre o assunto, já que não conseguimos localizar outros trabalhos referentes ao tema⁹³.

Portanto, para melhor entendimento, necessitamos retornar algumas décadas. Assim, em agosto de 1939, realizou-se o 3º Congresso Nacional de Estudantes, num momento em que a UNE já contava com mais de 112 entidades filiadas. O principal resultado desse congresso foi a criação de Uniões Estaduais por diversos estados do país. Neste sentido, foi realizado, em Porto Alegre, o 1º Congresso Regional de Estudantes entre os dias 06 e 14 de novembro daquele ano. Na solenidade de instalação do congresso, estiveram presentes algumas autoridades importantes, bem como líderes estudantis representando diversas entidades. Dentre eles, citamos: Fernando de Freitas e Castro, reitor interino da Universidade de Porto Alegre; Irió Prado Lisboa, do Instituto de Educação; Oscar Machado, do Instituto

⁹² Ao longo dos demais capítulos desta tese, iremos aprofundar a discussão em torno da ascensão das esquerdas dentro da UNE.

⁹³ Sobre o período referente ao nosso estudo, podemos citar a tese de doutorado de Renato Della Vechia, onde ele faz um resgate sobre a atuação da UEE/RS ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Ver: VECHIA, Renato da Silva Della. *O ressurgimento do Movimento Estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. 2011. 414f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

Porto Alegre; Manoel S. Neto, presidente da FEUPA; Helio Carlomagno, presidente do Centro de Acadêmicos de Direito; Galeno Pianta, presidente do congresso; e Luiz Cacciatore, secretário do congresso. Na pauta estavam previstas discussões sobre a criação da UEE, a reforma educacional, o esporte estudantil, a nacionalização do ensino e o problema econômico do estudante. Na sessão de encerramento, foi feita uma moção de apoio à campanha de nacionalização do ensino, assim como, empossada a primeira diretoria da entidade, tendo Galeno Pianta como presidente (Lima, 2017, p. 76).

No ano seguinte, conforme aponta Mateus Lima (2017, p. 76-77), foi organizado o 2º Congresso, porém, nesse momento, denominado como 2º Congresso Estadual de Estudantes, que seria mantido pela UEE até 1960. A mesa de abertura do congresso foi composta, mais uma vez, por diversas autoridades e lideranças estudantis: Coelho de Souza, Secretário de Educação; Oscar Machado diretor do Instituto Porto Alegre; capitão Olavo Amaro da Silveira, diretor do Departamento Estadual de Educação Física; Galeno Pianta, presidente da UEE; Nei Mena Barreto, presidente da FEUPA; Alberto de Brito e Cunha (diretor do Instituto Alberto de Brito); e Zaida Acauan Severo, 2ª secretária da UEE⁹⁴. Diversos foram os oradores e, com isso, podemos perceber as entidades ligadas à UEE no período: Nei Mena Barreto (presidente da FEUPA); Pedro Soares Muñoz (presidente do Diretório dos Acadêmicos de Direito); Luiz Maluf (vice-presidente do Centro Acadêmico de Medicina Sarmiento Leite); Ruy Bacelar (Centro dos Pré-Universitários); Zaida Acauan Severo (Instituto de Educação de Porto Alegre); Alberto Rosa (Grêmio Universitário Tobias Barreto); Hermínio Waltmann (Grêmio de Estudantes de Santa Maria); Jorge Moraes (Centro Acadêmico D. Bruno Chaves, Pelotas). O congresso se encerrou dia 21 de novembro de 1940 com discurso feito por Pedro Soares Muñoz que, além de presidente do Diretório dos Acadêmicos de Direito, era orador oficial da UEE. E Galeno Pianta foi eleito para mais um mandato.

A criação do Teatro do Estudante do Rio Grande do Sul foi um dos resultados desse congresso. A primeira experiência dessa natureza foi criada no Rio de Janeiro a partir dos esforços de Paschoal Carlos Magno. Já, no Rio Grande do Sul, os responsáveis pela fundação do Teatro do Estudante foram Germano Bonow Filho e Sílvio Bonow, que também participaram da criação da UEE e eram membros da esquerda democrática. As peças produzidas pelos estudantes tinham como característica serem mais intelectualizadas se comparadas com as demais apresentadas à época (Lima, 2017, p. 77).

⁹⁴ Zaida Severo foi a primeira mulher que encontramos fazendo parte de uma chapa de representação estudantil nos primórdios da entidade.

Segundo Lima (2017, p. 78), é difícil encontrar na historiografia informações sobre o período de formação da UEE. Pouco estudado, também, é o período compreendido entre os anos 1940 e 1950. Utilizando fontes de natureza variada, o autor conseguiu construir uma cronologia onde identificou todos os presidentes, secretários gerais ou outras funções na gestão dessa entidade, desde sua criação até o ano de 1964. Trazemos, no quadro abaixo, para melhor compreensão:

Quadro 1 – Relação dos membros da diretoria da UEE/RS

PERÍODO	DIRETORIA
1939-40	Galeno Pianta
1940-41	Galeno Pianta (presidente); Alberto Gosch (secretário geral); Leocádio de Almeida Antunes (1º vice); Luiz Maluf (2º vice)
1942	Pedro Soares Muñoz (presidente)
1942-43	Cibilis da Rocha Viana
1943-44	Pedro Luís Costa (presidente); José Pinto Medeiros (vice); Alfredo Antônio Gerhardt (secretário)
1944-45	Antônio de Pádua Ferreira da Silva (presidente)
1945-46	Nelcy Soares de Oliveira (presidente); Antônio Augusto Godoy Gomes (secretário geral); Samir Squeff (1º vice); José Magno (2º vice); Nuno Carpena (3º vice)
1946-47	Luiz Carlos de Almeida Meneghini (presidente)
1947-48	Carlos Pfeifer (presidente)
1948-49	Alceu Loureiro Ortiz (presidente); Ney Ortiz Borges (secretário geral); Afonso José do Revoredo Ribeiro (1º secretário); Antônio de Souza Soares e Soares (2º secretário); Aquiles Dal Molin (3º secretário)
1949-50	Afonso José do Revoredo Ribeiro (chefe do secretariado); Herman Cláudio Bojunga (presidente do Conselho Estadual)
1950-51	Paulo Cardoso Dora (presidente); Luiz Carlos M. Goelzer (chefe do secretariado); Alberto Carlos de Azevedo Klumb (secretário de ensino); Leônidas Rangel Xausa (secretário de publicidade)
1952	Luiz Carlos M. Goelzer (presidente)
1952-53	José Brolara Martins (presidente); Milton José Noll Casagrande (chefe do secretariado)
1953-54	Alberto Carlos de Azevedo Klumb (presidente); Flávio Tavares (chefe do secretariado)
1954-55	Flávio Tavares (presidente); Ivo Schwantes (chefe do secretariado); Clóvis Amaral Oliveira (chefe do secretariado)
1955-56	Lauro Hagermann (presidente); Airton Santos Vargas (chefe do secretariado)
1956-57	Clóvis Amaral Oliveira (presidente); Ely Souto dos Santos (chefe do executivo/ chefe do secretariado)
1957	Porthos Augusto de Lima (presidente); Gildo Villadino (presidente do conselho); Mário Nunes Soares (chefe do secretariado)
1957-58	Vicente Macedo Saraiva (presidente); Sérgio Maroco (chefe do executivo); Onofre Quadros (presidente do conselho)
1958-59	Amilcar Loureiro (presidente); Flávio Obino (vice); Ingo Schiphorst (vice); Ramon Franco (vice); Régis A. de Araújo (vice)
1959-60	Adão Dornelles Faraco (presidente); Rovílio Antônio Breda (secretário); Elyr Sérgio Variani (vice); Cléa Carpi (vice)
1960-61	Osvaldo Della Giustina (presidente); Fernando Tostes Tavares (1º vice); Walter Frederico de Souza (2º vice); Válcio Duarte Peixoto (3º vice); Ivan Braescher Ferreira (4º vice); Luiz Adão Rahde Gonzaga (secretário geral)
1961	Ivan Braescher Ferreira (presidente); Sérgio Mattos (1º vice); Luiz Bolsoni (2º vice); Airton Bevilacqua (3º vice); Luiz Carlos Pinto Maciel (4º vice); Sylvio José de Oliveira

	Ramos (secretário geral)
1961-62	Ermildo Stein (presidente); Héglio Trindade (vice)
1962-63	Francisco Ferraz (presidente); Héglio Trindade (vice)
1963	Roberto Brinco (presidente); Paulo Renato Crochemore (vice)
1963-64	Paulo Roberto Crochemore (presidente); Paulo Tomás Fiori (secretário geral)

Fonte: LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *A direita estudantil universitária no Rio Grande do Sul: entre a democracia e a ditadura (1961-1968)*. 2017. 317f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017, p. 78-80.

Além de apresentar os nomes dos membros da UEE, se faz necessário traçar a trajetória dessa entidade. Logo, em seus primeiros anos, e levando em consideração o contexto do período, a UEE se engajou não somente em questões estudantis, mas em campanhas nacionalistas e na luta antifascista. Galeno Pianta, por exemplo, está entre os fundadores da Frente da Mocidade Brasileira, de 1941. O movimento apresentou suas intenções em um telegrama enviado ao então Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra:

[...] Frente Mocidade Brasileira, reconhecendo o grave momento histórico que vivemos, propõe-se à mais íntima colaboração e apoio às forças armadas nacionais no preparo da mocidade e na defesa da grande obra nacionalizadora desenvolvida pelo Estado Novo. Certos de que estamos cumprindo nosso dever para com a Pátria, cumprimos o eminente chefe do Exército Brasileiro (LIMA, 2017, p. 80).

O telegrama foi assinado por Luiz Pinheiro Paes Leme, presidente da UNE, e por Galeno Pianta, presidente da UEE. A Frente da Mocidade Brasileira se envolveu, ainda, na organização de uma Festa da Mocidade, que teve sua renda revertida em favor das vítimas de enchentes em Porto Alegre, conforme noticiado pelo jornal *Diário de Notícias (RJ)*, no dia 20 de junho de 1941 (p. 7).

Em 1942, a UEE participou da organização de um comício antifascista, o qual estava marcado para ocorrer no dia 25 de julho. O objetivo dos estudantes era reunir os mais variados setores da sociedade, não se restringindo apenas à classe estudantil, seria assim “uma demonstração da unidade de vistas de todas as classes sociais do Rio Grande no combate à penetração dos partidários do eixo” (LIMA, 2017, p. 80). Para alcançar tal objetivo, procuraram o interventor Cordeiro de Farias, buscando seu apoio. Foram os oradores da manifestação: José Coelho Leal (pelos universitários); João Alberto Schenkel Filho (comissão organizadora); Germano Bonow Filho (UEE); Otto Alcides Ohlweiler (Associação de Diplomados da UPA); Coelho de Souza (Governo do Estado) e Voltaire Pires. O comício teve grande adesão da sociedade, segundo Lima (2017, p. 81).

No ano seguinte, durante a gestão de Cibilis da Rocha Vianna, os estudantes gaúchos reafirmaram sua posição contra os países do Eixo. Em uma mensagem enviada a Cordeiro de Farias, afirmaram que “foram os estudantes os primeiros que pediram a guerra contra o

agressor nazifascista”. O documento foi assinado pelas principais entidades estudantis, tais como: UEE e FEUPA; e alguns centros acadêmicos: Centro Acadêmico Tasso Corrêa – Instituto de Artes; Centro Acadêmico Sarmento Leite – Medicina; dentre outros. Na gestão seguinte, a qual foi presidida por Pedro Luís Costa, tal posicionamento foi mantido. A UNE, as UEEs de outros estados, os centros acadêmicos e também diversas entidades estudantis de outros países da América Latina se posicionaram contra o fascismo. Demonstrando, com isso, que não se tratava de uma pauta regional. O intercâmbio entre as diversas entidades marcou a Conferência Continental da Juventude pela Vitória, realizado em Montevideu. Um dos principais objetivos desse encontro era debater estratégias de combate ao fascismo. A UEE/RS esteve participando do evento através de seus representantes (Lima, 2017, p. 82).

Ainda, de acordo com Lima (2017, p. 82), entre os anos de 1941 e 1944, as tensões entre o estudantado brasileiro e o governo Vargas parece terem dado uma trégua, em razão da união no que se refere ao sentimento nacionalista no contexto da II Guerra Mundial. Assim, conforme segue o autor, a UEE enviou telegramas endereçados a Eurico Gaspar Dutra e Cordeiro de Farias, apoiando suas posições e buscando, também, solidariedade desses líderes para suas próprias manifestações. Todavia, a partir de 1944, alguns acontecimentos demonstraram que a insatisfação com o governo de Vargas também crescia. Afinal, a luta pela democracia entrava em conflito com um governo autoritário, que mantinha em vigência a Lei de Segurança Nacional⁹⁵ e a Constituição de 1937. Neste sentido, a UEE se engaja na luta pela anistia, em 1945. A trajetória de Galeno Pianta, que havia fundado a Frente da Mocidade Brasileira e estado à frente da UEE por duas gestões, demonstra essa mudança. Ele acabou exilado em 1944. Segundo o também exilado, Brasil Gerson, “em 1944 também por lá [Montevideu] apareceu, vítima de uma condenação por ter feito no Sul um discurso qualquer, o engenheiro de minas, Galeno Pianta” (BN. *O Jornal (RJ)*, 19 de abril de 1945, p. 9). Após o fim do Estado Novo, Pianta retornou ao Brasil, integrando-se à Esquerda Democrática e, posteriormente, à UDN, partido pelo qual concorreu ao cargo de deputado federal (Lima, 2017, p. 83).

⁹⁵ A Lei de Segurança Nacional (LSN) foi promulgada em 4 de abril de 1935 e definia crimes contra a ordem política e social. Nos anos seguintes após sua promulgação, foi aperfeiçoada pelo governo Vargas, tornando-se cada vez mais rigorosa. Em setembro de 1936, sua aplicação foi reforçada com a criação do Tribunal de Segurança Nacional. Com o fim da ditadura do Estado Novo, a LSN foi mantida nas Constituições brasileiras que se sucederam. Ao longo do período em que o país viveu sob uma ditadura militar, tal lei passou por reformulações, sobretudo em torno da doutrina de segurança nacional, desenvolvida pela ESG. Ver: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional>; <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>. A LSN foi revogada em 1º de setembro de 2021, através da Lei Nº 14.197. Confira em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2021/lei-14197-1-setembro-2021-791691-norma-pl.html>. Acesso em: 25/11/2021.

Além do mais, o fim do Estado Novo também fez com que a UEE passasse por um processo de reorganização. No ano de 1949, foi atribuído um poder constituinte, via plebiscito, ao VII Congresso Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul. Esse é o primeiro estatuto da entidade, então chamada Constituição (Lima, 2017, p. 83). O inciso I do artigo 4º definia as finalidades da entidade: “representar e congregar todos os estudantes dos estabelecimentos de ensino superior do Estado do Rio Grande do Sul, bem como definir a sua posição perante as grandes campanhas nacionais e amplos movimentos de opinião pública”. Enquanto no inciso VI, “dispensar, dentro das suas possibilidades, assistência social, médica, odontológica, jurídica, econômica, científica e cultural aos estudantes do Rio Grande do Sul” (Lima, 2017, p. 83). Assim, pode-se destacar o duplo papel dessa entidade: político e assistencial.

Conforme Lima (2017, p. 83), essa Constituição, em seu artigo 8º, definia um Diretório Acadêmico como “um órgão de representação e coordenação dos alunos de cada estabelecimento de ensino superior”. As federações acadêmicas, por sua vez, “são as associações de diretórios de uma mesma Universidade ou cidade, ou de diretórios cujas escolas não integrem Universidade”. Ademais, a Constituição determinava, também, que os Congressos Estaduais de Estudantes deveriam se reunir todos os anos, entre 15 de abril e 15 de maio. Neste congresso, deveriam eleger o presidente, aprovar um programa mínimo anual, teses e moções, dentre outros. Os diretórios acadêmicos deveriam indicar dois delegados, cada, para o congresso.

À competência do Conselho Estadual de Estudantes, que era formado pelos presidentes das federações e diretórios acadêmicos e pelos representantes dos diretórios acadêmicos⁹⁶, diversas funções, tais como credenciar diretórios, elaborar plano anual, interpretar a constituição, entre outras. O presidente da UEE era considerado representante do Poder Moderador. Para ser eleito, deveria ter ocupado anteriormente um desses seguintes cargos: chefe do secretariado, presidente do conselho, presidente da UEE, presidente de

⁹⁶ Explicitamos aqui as entidades filiadas à UEE em 1949 para termos dimensão de sua abrangência e um panorama das agremiações existentes na época: Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre; Federação dos Estudantes Livres de Porto Alegre; Federação Acadêmica de Pelotas; Centro Acadêmico Sarmiento Leite; Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt; Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia; Centro Acadêmico André da Rocha; Centro Acadêmico Tasso Corrêa; Centros dos Estudantes Universitários de Ciências Econômicas; Centro Acadêmico Leopoldo Cortez; Centro Acadêmico São Tomás de Aquino; Centro Acadêmico Visconde de Mauá; Centro Acadêmico Maurício Cardoso; Centro dos Estudantes Superiores de Educação Física; Grêmio Acadêmico Jurídico Ferreira Viana; Diretório Agrônomo Dr. Nunes Vieira; Diretório Acadêmico Dr. Bruno Chaves; Centro Acadêmico Dr. Augusto Simões Lopes e Centro Acadêmico Francisco Mariano da Rocha. In: LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *A direita estudantil universitária no Rio Grande do Sul: entre a democracia e a ditadura (1961-1968)*. 2017. 317f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017, p. 83.

federação acadêmica ou presidente de diretório acadêmico (Lima, 2017, p. 83). O chefe do secretariado deveria ser escolhido pelo presidente da UEE entre os membros do conselho. Os secretários também eram nomeados pelo presidente, por indicação do chefe do secretariado. O Poder Executivo era exercido, de fato, pelo secretariado⁹⁷.

No início dos anos 1950, já seguindo essa nova estrutura, conforme demonstramos acima, a UEE protagonizou uma greve de grande repercussão. Em fins de maio de 1952, os Centros Acadêmicos de Engenharia e Direito (entre outros) manifestaram descontentamento com o reitor da Universidade, Alexandre Martins da Rosa. Segundo os estudantes, o ápice foi a nomeação de professores catedráticos por “compromissos políticos ou de ordem afetiva”, contrariando os processos estatutários. A greve foi deflagrada pela UEE, pela FEUPA e pelos centros acadêmicos, que exigiam a renúncia de Alexandre Martins e defendiam uma reforma universitária. A bandeira da reforma foi lançada pela CEUE, e defendia, entre outras coisas: a “autonomia didática”, a “participação do aluno nos Conselhos Universitários, Congregações e Departamentos de Ensino”, deixando de ser “apenas observador passivo” para tornar-se um “elemento ativo”; cursos de extensão universitária e extinção do vestibular. Buscavam com isso, “superar a estrutura ‘arcaica’ da instituição, que submetia o estudante a uma ‘escravidão mental’, a fim de darem foco às necessidades do país” (Lima, 2017, p. 84).

Embora a greve tivesse sido iniciada pelos estudantes de Direito, ela tomou grande proporção após a convocação de uma reunião com os representantes dos Centros Acadêmicos e com o presidente da UEE, Luiz Carlos Goelzer. Após a decisão da UEE, várias faculdades entraram em greve em solidariedade, mesmo sem estarem diretamente envolvidas com a questão. Foi o caso dos estudantes da PUCRS, de Santa Maria e Pelotas. Os estudantes receberam apoio de outros setores, já que na Assembleia Legislativa do estado todas as bancadas, com exceção do PTB, prestaram solidariedade ao movimento dos universitários. Segundo matéria publicada no *Jornal do Dia* (31 de maio de 1952, p. 3), o deputado Unirio Machado (PTB), ressaltou a delicadeza da situação criada com a crise universitária, porém,

⁹⁷ A Constituição da UEE foi assinada por: Alceu Loureiro Ortiz (Presidente), Ney Ortiz Borges (Secretário Geral), Afonso José de Revoredo Ribeiro (1º Secretário), Antônio de Souza Soares e Soares (2º Secretário), Aquiles Dal Molin (3º Secretário), Alcebíades Leal, Amaury Alfredo Gomes de Arruda, Antônio Carlos Osório, Antônio de Pádua Ferreira da Silva, Athos Gusmão Carneiro, Arlindo Burguer, Asshad Goytacaz Elkhury, Aymoré de Bem, Clever Teixeira de Freitas, Danilo Krause, Darwin Pinto, Fernando do Canto, Francisco de Paula Azevedo Veiga, Geolar Badke, Gilberto Lemos Petrucci, Hermann Cláudio Bojunga, João Baptista da Rocha, José Caporal, José Hulsse, José Lorenzoni Parreira, Manuel Antônio de Albuquerque, Marco Antônio Ochoa Neto, Milton Meneghoto, Murilo Cabral de Lima, Ned Bento Fernandes, Nilton Beck, Pedro Simões Pires Garcia, Péricles Mariano da Rocha, Policarpo Pereira da Costa, Raphael Copstein, Ruy Amaral Braga, Wadie Salomão. In: LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *A direita estudantil universitária no Rio Grande do Sul: entre a democracia e a ditadura (1961-1968)*. 2017. 317f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017, p. 84.

não definiu se apoiava ou não o movimento estudantil. Além de políticos, os grevistas receberam apoio, também, da Congregação da Faculdade de Direito e da Ordem dos Advogados do Brasil (Lima, 2017, p. 85)⁹⁸.

De acordo com Mateus Lima (2017, p. 86), é importante salientar que, pelo menos em relação à UEE, as pautas progressistas relativas à reforma universitária não tiveram ampla adesão e muito menos que a posição política da entidade estivesse alinhada com a esquerda. Ao contrário, entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1950, ao que tudo indica, a entidade esteve mais alinhada a uma postura mais conservadora e, certamente, anticomunista. A segunda informação é mais facilmente identificada, pois, em 1952, Afonso José do Revoredo Ribeiro, por exemplo, esteve presente no Congresso Nacional dos Estudantes enquanto presidente do DCE da PURS e, segundo ele, que já havia participado da direção da UEE na gestão 1949-1950, “a decisão mais feliz” do congresso foi a UNE se desligar da União Internacional de Estudantes, entidade este tida como comunista. Em relação à trajetória política posterior de Revoredo Ribeiro, não nos permite identificá-lo como conservador ou de direita. Filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo eleito vereador de Porto Alegre pela legenda em 1959. Depois, candidatou-se nas eleições de 1962, pelo mesmo partido, a deputado federal, porém, sem conseguir se eleger. Após a instauração do Ato Institucional nº 2 (AI-2), filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), candidatando-se novamente, sem se eleger, em 1968 e 1970, para vereador e deputado, respectivamente. Em 1972, foi candidato, mais uma vez, a vereador da capital gaúcha pelo MDB, mas acabou ficando na suplência⁹⁹.

Já no que diz respeito ao caráter mais conservador da UEE, Mateus Lima (2017) aponta algumas relações indiretas. No ano de 1952, a entidade foi responsável por trazer à cidade de Porto Alegre, o professor Plínio Correa de Oliveira que, à época, era envolvido com a revista *Catolicismo* e, algum tempo depois, viria a fundar a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)¹⁰⁰. A conferência ministrada por Plínio, intitulada “As causas da decadência da civilização ocidental”, deixou explícita a posição integrista¹⁰¹. Neste período, a UEE era presidida por Paulo Cardoso Dora, sendo Luiz Carlos Goelzer, chefe do secretariado.

⁹⁸ A greve foi encerrada quando houve a substituição do reitor Alexandre Martins da Rosa por Eliseu Paglioli.

⁹⁹ Ver: <https://memorial.camarapoa.rs.gov.br/galeria-dos-veredores-negros/afonso-jose-de-revoredor-ribeiro/>. Acesso em: 25/11/2021.

¹⁰⁰ Para maiores informações sobre a TFP, consulte: ZANOTTO, Gizele. *É o caos!!! A luta anti agro-reformista de Plínio Correa de Oliveira*. 2003. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

¹⁰¹ Os integristas eram antimodernistas e acreditavam que o mundo estava em decadência, sendo seu papel restaurar a civilização cristã. Acerca do integristismo cristão, ver: ZANOTTO, *op. cit.*, p. 64.

Ao analisar a trajetória de Luiz Carlos Golzer, Mateus Lima (2017, p. 87) pode aproximar a sua posição ao campo da direita. Primeiro, ele foi chefe do secretariado e depois, presidente da UEE; portanto, líder da greve em 1952. Ainda em meio à crise, se dirigiu em conjunto com a delegação do Rio Grande do Sul para participar do Congresso Nacional dos Estudantes. O jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, em editorial intitulado *Luta dos Comunistas e Democratas na UNE*, o qual foi assinado pelo próprio Carlos Lacerda, apontou o presidente da UEE como uma das lideranças do campo “democrático”:

Mas é importante que bancadas como a do Rio Grande do Sul, com esse jovem Luís Carlos Goelzer [sic], que tanto pode fazer pela UNE com a contribuição de seu civismo e do seu espírito democrático inato, e onde que se saiba, não há brechas pelas quais se infiltre a quinta-coluna, se apercebam de que a opinião pública acompanha, com interesse redobrado, o seu esforço pelo aperfeiçoamento de sua grande associação e a manobra comunista para dela se reapossar (BN. *Tribuna da Imprensa (RJ)*, 31 de julho de 1952, p. 4).

Neste Congresso, Goelzer acabou sendo eleito para a presidência da entidade máxima dos estudantes universitários brasileiros, a UNE. No entanto, jornais como *Última Hora* e, principalmente, *Imprensa Popular* – estando este último vinculado ao PCB, denunciaram a irregularidade da eleição, pois “elementos policiaiscos” teriam sido convocados para retirar a oposição do local de onde ocorria o encontro. Em consequência desse ato, a votação teve uma grande abstenção em função de terem se retirado do local as bancadas de São Paulo, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Pará; além de delegados de Minas Gerais e Bahia. A chapa de oposição que estava sendo articulada acabou retirando sua candidatura. É importante destacar que, desde 1950, a UNE era dirigida por estudantes de direita (Lima, p. 87). Para João Roberto Martins Filho, o período compreendido entre os anos 1950 e 1956 pode ser denominado de “hegemonia liberal elitista”, como já exemplificamos no tópico 2.5 deste capítulo.

Nessa fase, a UNE assumiu posições anticomunistas, especialmente diante da política internacional. Neste mesmo congresso que elegeu Goelzer, por exemplo, a UNE rompeu com a União Internacional de Estudantes (UIE). Após a posse, a nova diretoria buscou um encontro com o presidente Getúlio Vargas (Lima, 2017, p. 88). Na ocasião, a nova liderança da entidade estudantil:

Descreveu a luta dos estudantes brasileiros por melhores condições de vida e definiu a posição da classe como inteiramente contrária às doutrinas sectaristas. Exemplo disso foi o recente e rumoroso desligamento da UNE da União Internacional de Estudantes, “completamente dominada pelos comunistas”, segundo as próprias palavras do líder universitário (BN. *Última Hora (RJ)*, 5 de agosto de 1952, p. 3).

Ainda de acordo com Lima (2017), por ter sido eleito para presidir a UNE, Luiz Carlos Goelzer renuncia à presidência da UEE e um novo presidente foi eleito. A entidade estadual passou, então, a ser presidida por José Brolara Martins, que indicou Milton José Noll Casagrande como chefe do secretariado. Em 1953, Milton foi um dos três escolhidos “para representarem a UNE numa pretensa Conferência Internacional de Estudantes de caráter tipicamente político anticomunista”, conforme dizia a reportagem da *Imprensa Popular*. A mesma reportagem afirmava que:

Sob a capa do apolitismo, os atuais dirigentes da UNE, estão fazendo campanha contra as entidades realmente representativas dos estudantes. Ao mesmo tempo que se unem aos grupos políticos que fazem a “guerra fria” e o divisionismo entre os estudantes, procurando colocar uma barreira geográfica e ideológica entre os do Ocidente e os do Oriente (BN. *Imprensa Popular (RJ)*, 10 de janeiro de 1953, p. 4).

No Rio Grande do Sul, após a gestão de Brolara, a presidência da UEE passou para o estudante Alberto Carlos de Azevedo Klumb, que já havia sido secretário durante a gestão de Paulo Cardoso Dora. Para o cargo de chefe do secretariado, indicou o estudante de Agronomia, José Righeto. Porém, em razão da inabilidade desse, a UEE ficou relativamente inativa por alguns meses. Em entrevista à Mateus Lima, Flávio Tavares relata:

“Então, em outubro foi eleito um presidente de direita. Um sujeito muito correto, do 4º ano da PUC, Alberto Carlos Klumb, em 1954, não, 1953. E o chefe do secretariado dele [...] um sujeito da Agronomia, Rigotto, foi um desastre, um negócio desastroso. Desastroso. Ele terminou com a UEE, praticamente. Terminou na inação. Aí ele foi derrubado [...] pelo Conselho Estadual de Estudantes. Foi um voto de desconfiança e [...] até, digamos, a direita votou contra. Acho que foi assim 32 votos a 8, coisa assim” (TAVARES, Flávio de Freitas. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Porto Alegre: 2017, p. 89).

Segundo o estatuto da UEE, quando o chefe do executivo era deposto, o convite deveria ser feito a alguém da oposição. O escolhido foi Flávio de Freitas Tavares, militante do Partido Socialista Brasileiro e ex-presidente do Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos (o Julinho). Assim, segundo Tavares, a esquerda, que havia fundado a UEE, mas perdido o seu domínio depois de 1945, voltou a controlar a entidade (Lima, 2017, p. 89). Em 1954, com a eleição de Tavares para a presidência e a escolha de Ivo Schawantes, que era militante comunista, para chefe do secretariado, formou-se uma gestão com uma postura política mais bem definida.

Ao ser perguntado sobre as correntes que atuavam na política universitária, em depoimento ao projeto Memória do Movimento Estudantil, Pedro Simon, aponta três grupos: o trabalhista, do qual ele próprio fazia parte; o anti-PTB, que compunha a Aliança

Democrática; e o grupo comunista, que “agia por fora”. Quando se refere à Aliança Democrática, provavelmente Simon está se referindo à Frente Democrática¹⁰², formada para combater os trabalhistas e responsável por eleger Ildo Meneghetti para o governo do estado, em 1954. Já os “comunistas”, era um grupo heterogêneo que incluíam os socialistas, como Flávio Tavares, ou os independentes identificados com uma agenda mais radical. Tais simplificações eram recorrentes e reproduzidas por todas as correntes. Assim, a própria identificação de Simon com a direita pode ser relativizada (Lima, 2017, p. 93). De acordo com José Bacchieri Duarte:

Em Porto Alegre, na época, a participação dos estudantes na vida política e cultural era muito intensa. Existiam três facções bem definidas: a dos esquerdistas, formada principalmente pelos líderes do Colégio Júlio de Castilhos, rotulados, mesmo, de comunistas; a do grupo da Ala Moça do antigo Partido Libertador, considerada de direita e que contava com excelentes valores; e a constituída pelos dirigentes do Centro Acadêmico Maurício Cardoso da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade, de Porto Alegre, liderada principalmente por Pedro Simon, que ora era criticada pela extrema esquerda, que a considerava conservadora e reacionária, ora pelos chamados direitistas, que entendiam que, na verdade, todos não passavam de comunistas disfarçados (DUARTE, 2001, p. 62).

Essas divergências partidárias e/ou ideológicas, assinala Mateus Lima (2017, p. 94), se misturavam com outras, como a disputa entre as universidades (UFRGS x PUCRS) e entre ordens religiosas (Maristas x Jesuítas). Desse complexo panorama resultavam as articulações do movimento estudantil, as quais eram determinadas, também, pela conjuntura específica de cada período. Simon ressalta, por exemplo, que em algumas ocasiões, os “comunistas” se aliavam aos membros da Frente Democrática para derrotar os trabalhistas¹⁰³. Em algumas ocasiões, como o suicídio de Getúlio Vargas e, já nos anos 1960, a luta em torno de uma agenda reformista, foi responsável por polarizar mais as posições. Todavia, o engajamento em bandeiras nacionalistas deu o tom às gestões que presidiram a UEE até a década de 1960.

A eleição de Ernildo Stein e Hégio Trindade, presidente e vice, respectivamente, em 1961, significou a primeira vitória da esquerda católica na política estudantil gaúcha. Essa esquerda católica era formada por jovens oriundos, em grande parte, das escolas privadas de Porto Alegre, especialmente do Colégio Anchieta. Esses estudantes tinham ligação com a Juventude Universitária Católica (JUC)¹⁰⁴ e com a Juventude Democrata Cristã (JDC), que era vinculada, por sua vez, ao Partido Democrata Cristão (PDC). Ernildo Stein era ligado à JUC e, durante sua gestão, houve uma grande aproximação das direções da UEE e da UNE –

¹⁰² A Frente Democrática era formada pelos seguintes partidos: PSD, PL e UDN. Ver: SANTOS, Wilson Afonso. Ildo Meneghetti. 2. Ed. Porto Alegre: Tchê, 1984, p. 39.

¹⁰³ MME, Entrevista com Pedro Simon, 2 de dezembro de 2004.

¹⁰⁴ Retomaremos a discussão sobre os demais grupos que formavam a esquerda católica nos próximos capítulos.

tomando uma posição mais à esquerda – em virtude dos acontecimentos daquela época: renúncia de Jânio Quadros e a mobilização pela posse de João Goulart. Outro episódio marcante dessa gestão, foi a realização de um plebiscito pelo voto direto, com o objetivo de descentralizar a entidade¹⁰⁵ (Lima, 2017, p. 137).

No ano seguinte, e com a nova regra em vigor, os católicos lançaram o nome de Francisco Ferraz para a presidência da UEE e o de Héglio Trindade, novamente para vice. Embora já situados à esquerda na política estudantil, os candidatos buscavam delinear suas diferenças com os comunistas, que, num primeiro momento declaram apoio à chapa de oposição, mas teriam mudado de posição no decorrer na campanha (Lima, 2017, p. 137). Os candidatos afirmaram, numa entrevista logo após a vitória, que o tema das reformas não deveria ser monopolizado pelos comunistas, sendo a posição cristã “a atitude mais honesta e capaz de superar positivamente o dilema comunismo-capitalismo” (BN. *Jornal do Dia*, 20 de maio de 1962, p. 8). Após sua posse, a nova diretoria liderou no estado a Greve do 1/3, deflagrada pela UNE. Em nota, o jornal *Última hora* (2 de junho de 1962, p. 02) publicou que “os universitários gaúchos, reunidos no vigésimo congresso da UEE, decidiram deflagrar greve geral, em sinal de protesto contra a intransigência dos reitores, Irmão Otão (PC) e Eliseu Paglioli (UFRGS, referente a participação dos estudantes no conselho universitário)”.

De acordo com Renato Della Vechia (2011, p. 107), essa greve foi considerada a maior já registrada pelo movimento estudantil até aquele momento, pois contou com a adesão de 40 universidades. Ao longo da greve, os estudantes permaneceram mobilizados, participando de manifestações e discutindo os problemas das universidades. Em função da demora em obter respostas do governo federal, os estudantes decidiram invadir o prédio do Ministério da Educação (MEC), no Rio de Janeiro, de onde foram expulsos três dias depois pelas tropas do 1º Exército. Após um mês de greve, reuniu-se o 25º Congresso da UNE, o qual delibera em favor da continuidade do movimento.

No mês de dezembro de 1961, o presidente Goulart sancionou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que fora aprovada no Congresso Nacional. Essa lei determinava, em seu artigo 78, a participação estudantil nos órgãos deliberativos das faculdades e universidades, porém, sem estabelecer uma proporção ou quantidade. Em janeiro do ano seguinte, a UNE organizou o Encontro sobre a Reforma Universitária, que serviu como preparação para o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, que se concretizou em março de 1962, em Curitiba. O resultado desse último encontro foi a elaboração da “Carta do Paraná”¹⁰⁶, dentre as suas

¹⁰⁵ O resultado foi favorável ao voto direto.

¹⁰⁶ O tema será desenvolvido no próximo capítulo.

principais resoluções estava a fixação da participação estudantil em 1/3 (Fávero, 2009, p. 200).

O prazo para que as universidades adequassem seus estatutos à nova lei era o dia 27 de junho daquele ano. A partir desse Seminário ocorrido em Curitiba, os centros, diretórios e federações acadêmicas passaram a pressionar as reitorias para incluir as reivindicações, mas não tiveram sucesso. Assim, em maio, o Conselho da UNE se reuniu no Maranhão e decidiu dar o prazo até o dia 1º de junho para que os estatutos contemplassem a participação estudantil na proporção de 1/3. Como tal reivindicação não foi acatada, a UNE deflagrou greve, decisão esta ratificada pelas uniões estaduais e, depois, discutidas em cada universidade (Lima, 2017, p. 149).

Como já mencionamos acima, a deflagração da greve do 1/3 se deu quando a UEE estava em plena realização do Congresso Estadual de estudantes, marcando, com isso, o início da gestão de Francisco Ferraz, sucessor de Ernildo Stein na presidência da entidade. Inicialmente, o Congresso definiu uma greve simbólica de cinco dias, e dava autonomia para que os Centros Acadêmicos decidissem pela adesão ou não à greve. Nos dias que se seguiram, os estudantes das diversas faculdades se reuniram para deliberar sobre o assunto. A adesão foi unânime na URGs, enquanto na PUCRS, as faculdades de Direito e Filosofia se integraram ao movimento. Também houve adesão do Instituto de Belas Artes e da Faculdade Católica de Medicina. Em cidades como Pelotas e Santa Maria, a adesão foi bem significativa (Lima, 2017, p. 150).

Algumas faculdades isoladas não demoraram em conceder aos estudantes um aumento na participação. Conforme Lima (2017, p. 151), foi o caso das Faculdades de Direito, Filosofia e Economia de Caxias do Sul, Faculdade de Filosofia de Ijuí, Faculdades de Economia de Bagé e Cruz Alta, Faculdade de Filosofia de Bagé e Faculdade de Belas Artes de Pelotas. Todavia, continua o autor, as principais universidades foram inflexíveis. José Otão, então reitor da PUCRS, afirmou que os estatutos já estavam aprovados, prevendo apenas um participante estudantil, e esta situação permaneceu inalterada ao longo da greve. Na URGs, o reitor, Eliseu Paglioli, afirmou que cabia ao Conselho Universitário decidir sobre essa questão. Esse conselho se reuniu inúmeras vezes e uma comissão chegou a ouvir os alunos em alguns momentos. Colocou-se mais de uma proposta em votação, sendo vencedora aquela que definia a participação de três estudantes no órgão máximo. Em relação à Universidade de Santa Maria (USM), as propostas de ampliação foram derrotadas, fixando a representação em apenas um estudante.

Após dois meses a UNE resolveu suspender a greve, pois esta já estava bastante desgastada. A decisão foi seguida pela UEE e o movimento foi encerrado nas faculdades que ainda estavam mobilizadas. Por fim, ainda que não tenham conseguido aquilo que pleiteavam, a pressão fez com que algumas universidades aumentassem a participação estudantil nos conselhos, como ocorreu na URGs, que passou de um para três representantes. Contudo, embora houvesse grande adesão ao movimento grevista, existiu, também, resistências. Em Porto Alegre e região metropolitana, sobretudo, notamos uma diferença significativa entre instituições públicas e privadas. Neste sentido, a adesão ao movimento na URGs foi quase total; já na PUCRS atingiu algumas faculdades e, mesmo nessas, não houve consenso. Demonstrando com isso, a heterogeneidade do movimento (Lima, 2017, p. 151).

Segundo Mateus Lima (2017, p. 152), uma das principais barreiras que a greve enfrentou, foi a realização dos exames semestrais. Como a greve teve início no começo de junho e as primeiras provas se realizariam na metade desse mês, a questão que se colocava era se a greve deveria ser suspensa ou não nesse período. A decisão dos Centros Acadêmicos foi quase unânime, respondendo o chamado da UNE e da UEE, de não comparecimento. No entanto, já prevendo que alguns estudantes tentariam realizar as provas, chegou-se a determinar que aqueles que o fizessem, os chamados “furões” ou “furadores”, acabariam expulsos dos quadros de seu respectivo centro, perdendo, inclusive, os seus direitos políticos estudantis. A justificativa para tal ato era que as decisões teriam sido tomadas em assembleia e, portanto, deveriam ser acatadas.

No campo político, a UEE, que entre 1961 e 1964, foi dirigida por estudantes católicos que assumiam uma postura cada vez mais alinhada com a esquerda, começava a enfrentar a oposição da direita que se organizava na política estudantil. Logo que o golpe entrou em curso, as principais entidades estudantis dirigidas pela esquerda se reuniram em Assembleia Permanente no restaurante universitário da UFRGS e lá estiveram presentes representantes da UEE, da FEURGS, da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES) e da União Metropolitana de Estudantes Secundários de Porto Alegre (UMESPA) (Lima, 2017, p. 184). Os estudantes deliberaram por uma “mobilização geral da classe estudantil da Capital e interior, decidindo-se solidarizar [sic] com o governo federal” (BN, *Jornal do Dia*, 1º de abril de 1964, p. 2 *apud* Lima, 2017, p. 184). Segundo Lima (2017, p. 184), as forças de esquerda se articulavam na capital para tentar reeditar o Movimento da Legalidade. A resistência estava ancorada na Prefeitura Municipal de Porto Alegre que, desde o início do ano, era governada pelo PTB através do prefeito Sereno Chaise e do vice-prefeito, Ajadil de Lemos.

Para Mateus Lima (2017, p. 209), após a renúncia da direção da UEE em abril de 1964, o interventor nomeou inicialmente dois delegados para dirigir a entidade. Airton Nogueira foi indicado pelo DCE da PUCRS e Paulo Gilberto Gouvêa da Costa pela FEUP. Ambos faziam parte do núcleo anti-esquerdista com base na PUCRS e, sobretudo, na FEUP – Airton havia sido presidente dessa entidade na gestão 1962-63 e Paulo era Secretário de Imprensa no período de 1963-64. Para completar o quadro de delegados, o representante da UFRGS foi Paulo Antônio Jardim Pires. A partir daí, buscaram traçar um plano de ação. Em maio de 1964, dirigem aos universitários um esclarecimento. No documento, os delegados explicam as circunstâncias nas quais assumiram suas funções. Segundo informavam, os estatutos da UEE não previam o que fazer em case de renúncia coletiva. Dessa forma, foi considerado que a solução mais “democrática e racional” seria que a FEURGS, a FEUP e o DCE da PUCRS indicassem um representante cada um. As intenções dos delegados foram expressas no documento com o seguinte teor:

Move-nos, acima de tudo, o desejo de tranquilizar novamente o meio universitário, libertá-lo da enorme tensão criada por um suceder-se exaustante de acontecimentos políticos. Pretendemos, como característica de nossas realizações, restituir a Harmonia e a ordem à nossa entidade máxima, a fim de que se torne possível, dentro do menor prazo, a realização de eleições dentro de um clima de respeito às tradições democráticas da Universidade Brasileira. Para tanto, é necessária a colaboração e boa vontade de todos os universitários do Rio Grande do Sul. É preciso, principalmente, que cada um esteja cômico da imensa responsabilidade que lhe cabe perante o futuro do Brasil, porque somente a ordem universitária realizada através de uma tomada coletiva de consciência, poderá levar nossa Pátria ao destino que lhe cabe, pleno de paz e progresso (UFRGS/ UM/ CEUE, Boletins diversos – panfletos – jornais, *Aos Universitários do Rio Grande do Sul apud LIMA, 2017, p. 210*).

Os delegados estiveram à frente da UEE até 19 de setembro. Durante esse período, o movimento estudantil como um todo foi impactado pela instauração de novas normas provenientes da legislação federal. A vontade de controlar a estrutura de representação dos estudantes era anterior ao golpe, uma vez que um dos seus movimentos era a instalação de uma CPI da UNE, cujo relator foi o deputado Geraldo Freire, da UDN de Minas Gerais. Logo após a consolidação do golpe, Freire apresentou uma proposta que estabelecia a criação de uma comissão composta por três pessoas para a elaboração de um projeto de lei com o objetivo de controlar o meio estudantil (LIMA, 2017, p. 210). As sugestões apontadas foram:

I- Transferência da sede da União Nacional dos Estudantes para Brasília, conforme a sua própria Constituição. II- Obrigatoriedade de todo estudante votar na composição de seus órgãos representativos, salvo motivo de absoluta impossibilidade sob pena de não ingressar em prova para promoção no fim do ano letivo. III- Realização de eleições por voto secreto, sob a direção de juiz togado, presença de pelo menos um professor e um representante do órgão estudantil interessado, bem como faculdade de fiscalização aos interessados. IV- Fiscalização obrigatória, por parte do Ministério

da Educação, de toda e qualquer entidade estudantil, para efeito de cumprimento, no futuro, do parágrafo 13 do artigo 14 da Constituição. V- Criação de órgão fiscalizador para evitar que as verbas com que são dotadas as entidades representativas dos estudantes se desviem para fins antidemocráticos ou subversivos. VI- Medidas tendentes a tornar efetiva a prestação de contas, no final de cada exercício, sob pena de perda das subvenções das verbas designadas para o exercício seguinte (*Diário do Congresso Nacional*, 28 de maio de 1964, p. 3).

Nesse sentido, visando controlar as entidades estudantis, foi promulgada em novembro de 1964, a Lei nº 4.464/64¹⁰⁷, conhecida também como Lei Suplicy de Lacerda, cuja autoria foi do então Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda. Segundo a lei, as entidades estudantis seriam reestruturadas, uma vez que a UNE e as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) foram fechadas e acabaram sendo criados o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), com sede em Brasília, e os Diretórios Estaduais dos Estudantes (DEEs). Além do mais, o voto dos alunos devidamente matriculados era considerado obrigatório nas eleições para os Diretórios Acadêmicos. Aqueles alunos que, porventura, acabaram não votando no pleito eleitoral, estavam privados de prestar os exames parciais e/ou finais. Também só seria elegível o aluno não repetente, que não possuía disciplinas pendentes. Isso porque muitos estudantes de esquerda eram rotulados de “estudantes profissionais”, ou seja, esses permaneciam muito tempo nas universidades, repetindo e/ou fazendo outros cursos paralelos com o objetivo de continuarem fazendo política universitária. Além do mais, ficava proibida aos órgãos estudantis qualquer ação, manifestação ou propaganda de cunho político-partidário (Gomes, 2017, p. 50). Abaixo, os autores Ivanir Bortot e Rafael Guimaraens descrevem brevemente o conteúdo da Lei Suplicy de Lacerda:

Lei nº 4.464/64 (novembro de 1964) – conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, em “homenagem” ao então ministro da Educação. Determinava a proscrição das entidades estudantis existentes e a criação de outras sob o controle do Estado através das Instituições de ensino. O funcionamento da UNE estava proibido. Os diretórios centrais de estudantes estariam subordinados às direções das universidades. Os centros acadêmicos seriam substituídos por “diretórios” acadêmicos, também sob controle das respectivas direções das faculdades. Os regimentos das entidades deveriam ser submetidos aos Conselhos Departamentais, Conselhos Universitários ou ao Conselho Federal de Educação (BORTOT; GUIMARAENS, 2008, p. 16).

É importante apontar que, diferentemente da proposta original, a lei aprovada não extinguiu diretamente essas entidades. A lei previa que os órgãos existentes deveriam se adaptar às novas regras, porém, não deixava explícitas as consequências caso isso não ocorresse. Portanto, não é correto afirmar que a Lei Suplicy extinguiu a UNE. Ela retirou

¹⁰⁷ Para maior conhecimento acerca da Lei Suplicy, ver: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20os%20C3%93rg%C3%A3os%20de%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20estudantes%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=designar%20a%20representa%C3%A7%C3%A3o%20prevista%20em,%C2%A7%201%C2%BA>. Acesso em: 07/12/2021.

dessa entidade, e demais agremiações estudantis, a sua representatividade, criando uma estrutura oficial. Em janeiro de 1967, os estudantes se reuniram em Brasília com o intuito de discutir assuntos relacionados aos universitários e para eleger uma nova diretoria para o DNE. No entanto, esse encontro não saiu como o esperado, uma vez que algumas delegações não compareceram para pleito (foi o caso dos estudantes de Brasília), outras abandonaram o plenário, recusando-se a participar da votação (Guanabara, São Paulo e Rio de Janeiro), além de quatro bancadas terem votado em branco (Amazonas, Maranhão, Santa Catarina e Sergipe). Se somando a isso, o 3º vice-presidente eleito para o DNE declarava contrariedade a essa entidade, sendo partidário da UNE. Para Mateus Lima (2017, p. 215), as tensões verificadas na reunião simbolizam o fracasso da estrutura criada pela lei Suplicy. Com isso, as intenções dos militares de regular e controlar o movimento estudantil não surtiram, de modo geral, os efeitos esperados.

Na realidade, a lei Suplicy serviu para rearticular os estudantes de esquerda, já que o repúdio a esta lei era uma das suas principais bandeiras. Nesse momento, as manifestações de rua ganhavam cada vez mais força ao mesmo tempo em que a repressão aumentava exponencialmente. Numa tentativa de sufocar ainda mais o movimento estudantil, o governo resolveu reformular a legislação que regulava a atividade dos estudantes. Em 28 de fevereiro de 1967, entrou em vigor o Decreto-Lei nº 228, conhecido como Decreto Aragão¹⁰⁸. O decreto passou a reconhecer apenas os Diretórios Acadêmicos e os Diretórios Centrais de Estudantes como órgãos de representação. Os DCEs passaram a ter eleições indiretas. Da mesma forma que a lei Suplicy, o Decreto Aragão também proibia “qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”. A penalidade para quem descumprisse essa medida era a “suspensão ou dissolução do DA ou DCE” (Lima, 2017, p. 216).

Ademais, prossegue Mateus Lima (2017, p. 216), o artigo 20 desse decreto determinava a extinção das entidades estaduais “ainda que organizados como entidades de direito privado”, pois muitas UEEs funcionavam dessa maneira pelo país. Tal artigo determinava, ainda, que o patrimônio das entidades estaduais deveria ser transferido para a universidade federal existente no estado, para ser usufruído pelo DCE local. Em substituição ao DNE, foi criada a Conferência Nacional do Estudante Universitário, que se reuniria apenas uma vez ao ano, por no máximo uma semana. As convocações extraordinárias só poderiam ser feitas pelo MEC.

¹⁰⁸ Sobre o Decreto Aragão, ver: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-228-28-fevereiro-1967-376022-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07/12/2021.

No Rio Grande do Sul, onde o DEE estava em pleno funcionamento, contando com uma diretoria eleita com voto direto e obrigatório, o Decreto Aragão causou grande impacto. Contudo, nos anos seguintes a legislação se tornou ainda mais restritiva, conforme veremos no próximo capítulo.

3 “QUEM DISSE QUE SUMIU?” – O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A LUTA CONTRA A DITADURA CIVIL-MILITAR

Neste capítulo, o enfoque principal será o advento do golpe civil-militar de 1964, bem como o processo de redemocratização e suas consequências, nos possibilitando, assim, entender como se deu a atuação do movimento estudantil no período proposto. Dessa forma, é importante analisar as consequências que a repressão política trouxe ao país e, mais especificamente, à organização estudantil, assim como as condições que culminaram com a transição para a democracia, momento em que os estudantes voltam a se reorganizar após um período de refluxo. Para isso, abordaremos, nesse espaço, os processos sócio-históricos e políticos que propiciaram a refundação da União Nacional dos Estudantes (UNE) bem como da União Estadual dos Estudantes (UEE/RS) ao final dos anos 1970. Importante pontuar que na bibliografia consultada para construir esse capítulo, não encontramos nenhuma menção à participação feminina, quanto menos mulheres ocupando cargos de poder nesses espaços quando pesquisamos sobre tais entidades representativas. Empiricamente, é possível crer que muitas estudantes participavam ativamente, assim como ajudaram a construir o movimento estudantil universitário, tanto a nível nacional quanto estadual, entretanto, grande parte da historiografia aborda de maneira ampla a história desse movimento, sem fazer recortes, como por exemplo, de gênero. Razão pela qual poucas mulheres aparecem nessas discussões.

3.1 Consolidação do movimento golpista e os rumos do movimento estudantil

Inúmeros trabalhos que analisam a estratégia pós-golpe afirmam que os vencedores não tinham planos definidos sobre o que fazer após a conquista do poder, salvo a crença na necessidade de limpar o país e o sistema político de inimigos reais e imaginários (Motta, 2014, p. 8). Portanto, não havia um projeto claramente definido por algum setor político-social que, bem ou mal, tivesse orientado todo o processo. De acordo com David Maciel (2004, p. 27-28), a institucionalização da ditadura militar foi se desenhando como solução para os sucessivos impasses e crises políticas que a ruptura da institucionalidade democrática gerou a partir de 1964. Para cada crise política era dado um passo adiante no processo de desmontagem da institucionalidade democrática, instalada em 1946, e de configuração da institucionalidade autoritária. Assim, em 09 de abril de 1964, foi decretado o Ato Institucional

nº 1 (AI-1)¹⁰⁹. Esse dispositivo legal marcou o início das medidas do governo militar destituídas de consulta popular ou legislativa.

Em seu texto de abertura, o AI-1 afirmava que era imprescindível deixar explícito o conceito do movimento civil e militar que acabava de inaugurar no Brasil “uma nova perspectiva sobre seu futuro”. Na sequência, fica estabelecido, segundo texto do AI-1, que o que houve e continuaria havendo no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, era uma autêntica revolução. Ainda de acordo com o documento, “a revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da nação” (Brasil, 1964).

Segundo o AI-1, como havia uma “revolução vitoriosa”, ela se investia no exercício do Poder Constitucional e esta seria “a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte”. Então, conclui-se que a “revolução” tinha poderes para estabelecer normas jurídicas sem que fosse impedida pela normatividade anterior à sua vitória. Neste sentido, proclamava-se que “os chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular” (Brasil, 1964). Através desse discurso, os golpistas buscavam encobrir o caráter inconstitucional e arbitrário do regime ditatorial.

O dispositivo prosseguia dizendo que o objetivo a ser alcançado era o de assegurar, ao governo que estava se instituindo, “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas dos quais dependia a restauração da ordem e do prestígio internacional da nossa pátria” (Brasil, 1964). Nessas últimas duas menções, podemos perceber duas metas centrais do movimento golpista: “a restauração da ordem”, que pode ser entendida como o asseguramento de garantias à classe dominante de que não seriam efetivadas alterações significativas na estrutura social e econômica; bem como a recuperação do “prestígio internacional” do Brasil, que pode ser identificado com a busca de maior abertura do país aos capitais estrangeiros, o que vinha sendo dificultado durante o governo Goulart (Mansan, 2009, p. 70).

Entre os seus onze artigos, destacamos que o AI-1 estabeleceu, entre outras coisas, que a eleição para presidente e vice-presidente da República, cujos mandatos estavam previstos até 31 de janeiro de 1966, fosse realizada em sessão pública e votação nominal pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional (art. 2º); suspendeu por seis meses as garantias

¹⁰⁹ Sobre o AI-1 ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 14/03/2022.

constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade (art. 7º); estabeleceu que os comandantes-em-chefe poderiam suspender os direitos políticos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, ficando excluída a possibilidade de apreciação judicial desses atos, no interesse da paz e da honra nacional (art. 10)¹¹⁰. Estava lançado, assim, o alicerce do processo repressivo do país, uma vez que, suspensas por seis meses as garantias de vitaliciedade e estabilidade, todos se tornaram alvos em potencial para a perseguição. Importante salientar que, de acordo com o art. 11, a validade do AI-1 estendia-se até o dia 31 de janeiro de 1966.

Cumprindo o estabelecido no Ato Institucional nº 1, o Congresso Nacional elegeu, como presidente provisório da República, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, que tomou posse no dia 15 de abril de 1964. Para Evaldo Vieira, Castelo Branco se colocava como candidato ideal, pois

Desde setembro de 1963, ao assumir a chefia do Estado-Maior do Exército (cargo exclusivamente de natureza militar), já fazia críticas ao que designava de “reformadores oportunistas” atribuindo-lhes “uma ideologia ambígua” [e conseguindo ser o preferido do] Comando Supremo da Revolução (VIEIRA, 1983, p. 188-89).

Ainda de acordo com Vieira, o processo eleitoral que culminou com a escolha de Castelo Branco para a presidência se tratava, “no mínimo, de uma eleição muito peculiar para a época. O novo presidente da República foi escolhido pelo Congresso Nacional. Mas o que significava tal Congresso? Era um Congresso Nacional responsável pela aprovação de lei, em menos de 12 horas, estabelecendo normas para a eleição indireta, realizada com colégio eleitoral antecipadamente escolhido” (Vieira, 1983, p. 189). Importante frisar que, naquele momento, qualquer eventual oposição seria facilmente derrotada.

Outro ponto interessante de lembrar é que, no início, o mandato do general Humberto de Alencar Castelo Branco tinha previsão de duração de menos de dois anos, sendo que estavam esperadas eleições para o ano de 1965, para a qual já havia dois candidatos definidos: Carlos Lacerda, pela UDN, e Juscelino Kubistchek, pelo PSD. No entanto, ao se desenrolarem os acontecimentos¹¹¹, o marechal Odílio Denys tornou público que era contrário às próximas eleições presidenciais diretas. Tal posicionamento não era defendido somente pelo marechal

¹¹⁰ Essa medida ficou conhecida como “Operação Limpeza”. A expressão foi utilizada por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados – comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros. A metáfora da limpeza implicava também punição para os corruptos, mas inicialmente, o alvo efetivo eram os inimigos políticos. Ver: MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 25.

¹¹¹ Já em meados de 1964, a previsível derrota da UDN passava a ser vista como certeza, fosse devido à política econômica de austeridade adotada pelo governo, que acentuava a recessão e com a qual a UDN era o partido mais identificado, fosse devido à popularidade do concorrente pelo PSD.

Odílio Denys, uma vez que, ao apresentar-se como candidato ao futuro pleito, Juscelino Kubistchek acabou tendo seus direitos políticos cassados. As eleições, de fato, não ocorreram, e o general Castelo Branco teve seu mandato estendido pelo Congresso Nacional, inaugurando, assim, uma das práticas frequentes do movimento golpista: o desrespeito à legislação ditada por ele mesmo ou a introdução de alterações arbitrárias na lei, sempre que esta deixava de interessá-los (Sanfelice, 2008, p. 83).

Levando em consideração esse arcabouço jurídico, foi constituído, segundo Alexandre Tavares do Nascimento Lira (2010, p. 33), o Estado de Segurança Nacional (ESN). Em sua primeira fase, estabeleceu uma conjuntura cujas bases foram lançadas sob os governos Castelo Branco e Costa e Silva e que foram incorporadas pela Constituição de 1967. A coalizção que estava no poder desde abril de 1964, sob a diretriz do Alto Comando, solicitou apoio da população e justificou seus atos com base em “programas”¹¹². No entanto, a busca de segurança interna através da eliminação do “inimigo interno” mostrou-se conflitante com os supostos objetivos de restabelecimento da legalidade e das instituições democráticas.

O conceito de Segurança Nacional cobria um vasto campo de atuação do Estado e se baseava, sobretudo, na defesa da economia de mercado por via da maximização da exploração do potencial econômico do país e dos trabalhadores. Com uma fórmula baseada num feroz anticomunismo, o Estado, sob a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), se caracterizou, em síntese, por um processo de reformulação de planos, normas e de expansão da abrangência da ação repressiva orientada para a eliminação da oposição identificada como “inimigo interno” (Lira, 2010, p. 34).

Segundo afirmação de Alexandre Lira (2010, p. 34), o Estado que surgiu após o golpe de 1964 no Brasil, correspondeu a uma redefinição política no país, sendo resultado da aliança entre militares, empresários e tecnoburocratas, apoiados pela tradicional classe de latifundiários. A política econômica dos governos militares buscou a institucionalização do padrão de concentração de riquezas e capital. Neste contexto, se instituiu o arrocho salarial e o endividamento externo para que os recursos fossem repassados ao capital industrial, bem como incentivar o envolvimento com o mercado financeiro. Assim, o Estado atuou como um representante do capital privado, estabelecendo uma política de interdependência que se ampliou ao longo de período ditatorial. O Brasil seguiu, dessa forma, uma tendência internacional do capitalismo do pós-guerra, marcado, principalmente, pelo contexto da Guerra Fria.

¹¹² Tais programas teriam o objetivo de restaurar os setores econômico, financeiro, político e moral do país, conforme já foi mencionado no início deste capítulo.

Seguindo tais diretrizes, foi criado, pela Lei nº 4.341 de 13 de junho de 1964, o Serviço Nacional de Informação (SNI). Seu idealizador foi o general Golbery do Couto e Silva, quando este atuava no IPES, e tinha como finalidade a organização de um amplo serviço de espionagem com o objetivo de eliminar a oposição ao regime militar. A implantação da ditadura estava apoiada na política externa norte-americana para o continente. De acordo com Henrique Sena Guimarães Lopes (2016, p. 191), a cooperação entre Brasil e Estados Unidos (EUA) se deu, à época, pela participação de militares brasileiros na Escola das Américas (*School of the Americas*), um instituto do Departamento de Defesa dos Estados Unidos fundado em 1946 e situado no Panamá. Inicialmente, este instituto se denominava “Centro de Adestramento Latinoamericano – Divisão da Terra” e sua principal missão era a de fomentar a cooperação ou servir como instrumento para preparar os países latino-americanos a cooperar com os EUA para, assim, manter um equilíbrio político, tentando conter a crescente influência de organizações populares ou movimentos sociais de esquerda.

A partir de 1959, foi possível perceber uma grande mudança de atuação da escola em consequência da Revolução Cubana, ocorrida naquele ano e que acarretou uma mudança no panorama político do continente americano. Neste momento, qualquer foco guerrilheiro de resistência ou movimentos sociais ligados à esquerda eram vistos como grandes inimigos da democracia, podendo transformar outros países em uma “nova Cuba”. Em 1961, o objetivo oficial dessa instituição passou a ser o curso que visava a formação de contra-insurgência anticomunista. Em julho de 1963, o centro se reorganizou, dessa vez, com o nome oficial de *United States Army School of the Americas* (USARSA), mais conhecida como Escola das Américas. Seus cursos incluíam técnicas de guerra psicológica, intervenção militar, interrogatório, entre outros (Lopes, 2016, p. 191).

De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, entre os anos de 1954 e 1996, mais de 300 militares brasileiros frequentaram a Escola das Américas¹¹³. Lá, os militares tiveram aulas práticas e teóricas relacionadas à tortura que, possivelmente, foram utilizadas no Brasil. Para os militares do período, essa aprendizagem era imprescindível para a segurança nacional, afinal, segundo eles, estavam acostumados às guerras convencionais e não com uma guerra revolucionária, com conflitos que envolviam táticas de guerrilha no meio urbano e áreas remotas¹¹⁴. Com isso, o conceito de segurança nacional defendido por esse grupo se baseava

¹¹³ BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório. V. 1. Brasília: CNV, 2014, p. 222.

¹¹⁴ *O Globo*, 11 de dezembro de 2014, p. 3. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/militares-brasileiros-tiveram-aula-em-instituto-americano-sobre-como-praticar-tortura-14789322>. Acesso em: 25/03/2022.

no combate à influência da esquerda na sociedade, utilizando-se, principalmente, do terrorismo de Estado¹¹⁵.

Por ocasião das eleições estaduais de outubro de 1965, as quais estavam previstas para acontecer em 11 estados da federação, houve a interferência do Executivo federal nas candidaturas consideradas “indesejáveis”. Estas foram impugnadas através de manobras oportunistas que tinham como objetivo evitar a ascensão, à chefia dos governos estaduais, de setores políticos que não corroboravam com o regime e que estavam claramente identificados com o que se queria extirpar da arena política – subversão, corrupção e desagregação das Forças Armadas. Embora tivessem conseguido eliminar da concorrência alguns candidatos, as eleições estaduais se realizaram naqueles estados previstos (Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Minas Gerais, Guanabara, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás). A oposição venceu na maioria dos estados, sobretudo naqueles quatro mais industrializados: Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso (Alves, 1984, p. 84-89).

Conforme Jaime Valim Mansan (2009, p. 164), em consequência da ampla vitória da oposição, Castelo Branco editou, em 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que tinha validade até 15 de março de 1967, quando se encerraria o seu mandato. Seu prefácio era “uma cristalina declaração de intenções: a tranquilidade social, definida como total ausência de oposição”, seria “necessária à realização do modelo econômico de desenvolvimento” (Brasil, 1965). Entre outras coisas, estabeleceu eleições indiretas para a presidência da República e para os governos dos estados; extinguiu os partidos políticos existentes (art. 18), permitiu a aprovação de decretos do Executivo no Congresso por decurso de prazo, ampliou as prerrogativas presidenciais para a cassação de mandatos e a decretação do estado de sítio (art. 13), bem como interferiu no Judiciário, aumentando o número de ministros do Supremo Tribunal Federal de 11 para 16 e transferindo para o foro militar o julgamento de civis acusados de crimes contra a segurança nacional (art. 6) (Maciel, 2004, p. 48).

Em relação ao setor estudantil, a UNE foi um dos primeiros alvos do movimento golpista, pois, como vimos, sua sede no Rio de Janeiro foi invadida, saqueada e incendiada por policiais à paisana. Os estudantes que, no governo Goulart, conquistaram importantes vitórias, como a duplicação de vagas na Universidade do Brasil (atual Universidade Federal

¹¹⁵ Entende-se por terrorismo de Estado todo o aparato repressivo, legal ou ilegal, constituído para eliminar qualquer indivíduo considerado como inimigo da nação. Para maior conhecimento, veja: FERREIRA JÚNIOR, Geraldo Miniuci. Terrorismo de Estado. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. V. 116, n. 2, p. 173-189, jul./dez. 2021.

do Rio de Janeiro – UFRJ), após aquele governo liberar, em 10 de março de 1964, uma verba de 10 bilhões de cruzeiros, passaram, automaticamente, à condição de elementos de alta periculosidade para a segurança nacional, aos olhares sempre vigilantes das novas autoridades militares (Poerner, 2004, p. 201). Segundo Arthur Poerner (2004, p. 202), “ser estudante equivalia a ser subversivo”. Neste sentido, a posição do governo militar em relação aos estudantes estava em consonância com a posição do então ministro do Planejamento, Roberto Campos, que afirmou ser necessário um “tratamento de choque para acabar com a subversão” (Poerner, 2004, 202). De acordo com Otto Maria Carpeaux (1969, p. 132), o pensamento dos militares em relação à universidade e aos estudantes pode ser comparado a um ritual da Inquisição, em que era preciso expulsar o demônio da rebelião patriótica do corpo daqueles jovens para, então, substituí-lo pelo anjo da subordinação aos interesses nacionais.

De acordo com Arthur Poerner (2004, p. 202), para que tal objetivo geopolítico do “mundo ocidental-cristão” fosse alcançado, e eternizado na celestial “*pax americana*”, valia de tudo: suspender, expulsar, prender e torturar estudantes; demitir professores; invadir faculdades; intervir, politicamente, nas entidades estudantis; proibir qualquer tipo de reunião ou assembleia; acabar com a participação discente nos órgãos colegiados da administração universitária; decretar a ilegalidade da UNE, das uniões estaduais e dos diretórios acadêmicos; impedir, enfim, o processo de renovação do movimento estudantil e da universidade no Brasil, num momento onde ela começava a se capacitar para o fornecimento dos técnicos, pesquisadores e cientistas indispensáveis para um desenvolvimento nacional independente.

Segundo Mateus da Fonseca Capssa Lima (2017, p. 185), ao fazer um vasto levantamento na hemeroteca da Biblioteca Nacional dos principais jornais em circulação no Rio Grande do Sul no período, afirma que, durante o mês de abril, houve inúmeras manifestações no estado de apoio ao movimento golpista que depôs o presidente Goulart. Assim, no dia 1º de abril de 1964, a FEUP assinou uma nota deixando explícito o seu posicionamento. Conforme a entidade:

Há momentos na História em que um povo se vê obrigado a adotar medias extremas para preservar sua liberdade. Esta semana nossa Pátria viveu um desses exemplos. Vendo agigantar-se o movimento comunista no país, atentando para a iminência da eclosão deste movimento e, estarrecidos ante a passividade, a tolerância e a conivência do próprio Presidente da República face ao enorme perigo que ameaçava nossa liberdade, os brasileiros chegaram à dramática opção: ou reagir ou perecer. Felizmente o Brasil teve líderes à altura de seu dilema. E os verdadeiros patriotas unissonamente levantados em todo o país, souberam conduzir sua justificada rebeldia, extirpando da Pátria o cenário da subversão sem levar-nos à luta fratricida ou a regime de exceção. O mal está sanado e o processo democrático segue seu

rumo normal (FEUP. A Pedido – *Federação dos Estudantes Universitários Particulares* – Manifesto, 02 de abril de 1964)¹¹⁶.

Portanto, de acordo com tal entidade, o país encontrava-se diante de uma situação complicada, pois, ou mantinha-se o *status quo*, que, impreterivelmente, levaria o país em direção ao comunismo; ou adotava-se “medidas extremas” para defender o país desse perigo. Fica evidente, levando em consideração a postura da entidade, que a maior ameaça à liberdade era o estreitamento do governo brasileiro com os ideais de esquerda.

Ainda de acordo com Lima (2017, p. 185), é possível encontrar esse mesmo teor em outras publicações dos estudantes de direita. No dia 02 de abril, prossegue o autor, o jornal *Correio do Povo* publicou um manifesto contendo a assinatura de mais de 300 alunos da Faculdade de Engenharia da UFRGS. Contudo, não era a posição oficial da CEUE, cujo presidente, Izaltino Camozzoto, era ligado à Ação Popular (AP). Em todo o caso, o número significativo de estudantes que endossou a manifestação demonstra que a direita contava com amplo apoio. Abaixo, a nota na íntegra:

1º Nunca foi em momento algum da nossa História a democracia no Brasil tão esbulhada, tão desmoralizada, tão episoteada, como o foi pelo próprio presidente da República; 2º Nunca em momento algum esteve o Brasil tão ameaçado no que respeita às liberdades democráticas; 3º Nunca foi tão necessária uma tomada de posição da classe estudantil em defesa do regime democrático. Face a tudo isso, ficou resolvido dar o nosso integral apoio a todos aqueles que se rebelam contra a implantação do comunismo e permanecer em estado de alerta contra aqueles que querem a derrocada do regime democrático e das liberdades do povo. Outrossim, ficou deliberado que os estudantes de Engenharia não aderirão a qualquer movimento grevista de agitação que tenda a perturbar a tranquilidade do Estado e colocar os destinos de nossa Pátria em mão de oportunistas. Porto Alegre, 1º de abril de 1964 (*Correio do Povo*, 02 de abril de 1964, p. 6 *apud* LIMA, 2017, p. 185).

Na nota acima, o presidente João Goulart foi descrito, novamente, como alguém incapaz de dar continuidade à democracia, abrindo caminho, assim, para a “ameaça” comunista. Além do mais, esses estudantes se posicionaram contrários à greve que havia sido decretada pelas principais entidades estudantis, deixando claro, dessa forma, que não respeitariam a deliberação do seu centro acadêmico, caso este decidisse se juntar ao movimento grevista. Os Centros Acadêmicos procuraram se reunir para tomar uma posição frente ao assunto, mas o governador Ildo Meneghetti, numa tentativa de dificultar a organização estudantil, decretou a suspensão das aulas nos estabelecimentos de ensino. Um decreto federal, com o mesmo teor, também foi expedido. Apesar disso, o Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da UFRGS deliberou a favor da greve ainda no dia 1º de abril. Esse

¹¹⁶ Disponível em: http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/zh_golpe50anos/index.html. Acesso em: 30/03/2022.

Centro Acadêmico era dirigido, à época, pelo estudante de esquerda João Carlos Haas Sobrinho¹¹⁷, ligado à AP (Lima, 2017, p. 186).

Ainda nos primeiros dias de abril, as entidades estudantis do estado foram alvo de uma blitz por parte da polícia. Segundo matéria do *Jornal do Dia*¹¹⁸, a UGES foi a primeira a ser vistoriada e, como forma de prevenção, os estudantes tentaram dar fim em grande parte dos materiais alocados em sua sede, cujo conteúdo era, segundo a publicação, “subversivo”. Porém, tal material foi recolhido e reconstituído pelas forças repressivas. A UEE foi igualmente revistada e teve todos os seus arquivos, novos e velhos, recolhidos para serem examinados. Por fim, na UMESPA, a polícia recolheu todas as carteiras de identidade estudantil, que eram emitidas pela UGES, bem como material para a produção de novas carteiras. Esse material apreendido na UMESPA foi considerado subversivo, pois lia-se “o povo deve receber mais do que democracia e liberdade em termos abstratos” como legenda de uma imagem em que apareciam crianças com enxadas às costas. Ainda de acordo com a matéria, os responsáveis pelas duas primeiras entidades seriam punidos.

Ademais, as intervenções também se configuraram como uma das principais formas de controle dos movimentos sócio-políticos. Através desse dispositivo, nomeava-se militares da reforma para assumir entidades e instituições. Somente no mês de abril de 1964, foram noticiadas intervenções em diversas instituições gaúchas, entre elas: Viação Férrea, Departamento dos Correios e Telégrafos, UFRGS, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Alfândega de Pelotas, Serviço de Alimentação e Previdência Social, UEE, UGES, Cooperativa dos Funcionários da Viação Férrea de Santa Maria, FEUP, UMESPA, Casa do Estudante, FEURGS, Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, Federação e Sindicato dos Bancários (Lima, 2017, p. 204).

No meio estudantil, por ser este tido como um foco “subversivo”, as direções das entidades consideradas progressistas acabaram depostas e substituídas por interventores militares e por estudantes alinhados com a direita. Como já vimos no primeiro capítulo deste

¹¹⁷ João Carlos Haas Sobrinho, conhecido também como Dr. Juca, ingressou na Faculdade de Medicina da UFRGS em 1959 e formou-se em dezembro de 1964. Ele foi presidente da UEE/RS e do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da UFRGS. Militou no movimento estudantil até ingressar no PCdoB e, no final dos anos 1960, mudou-se para a região do Araguaia, onde integrou o Destacamento C da Guerrilha do Araguaia. Participou de vários combates, sendo ferido em um deles, em 1972. Segundo o Dossiê Mortos e Desaparecidos Políticos, entre os relatórios dos três ministérios militares encaminhados ao ministro da Justiça em 1993, apenas o da Marinha faz referência à morte de João Carlos, em outubro de 1972. Nas fichas encaminhadas anonimamente por um militar ao jornal *O Globo*, em 1996, consta que ele foi morto no Pará, em 30 de setembro de 1972. Está desaparecido desde então. Para saber mais, ver: DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Pernambuco: Companhia Editora de Pernambuco; São Paulo: Governo do Estado de SP: 1995/1996.

¹¹⁸ BN. *Jornal do Dia*, 11 de abril de 1964, p. 3.

trabalho, a direção da UEE acabou renunciando após a nomeação do tenente-coronel, Nathanael Gomes Alvares, como interventor, após ele suspender uma reunião do Conselho Estadual de Estudantes cujo objetivo era a prestação de contas da gestão e a convocação de novas eleições. A UEE/RS ficou sob intervenção até novembro de 1964. Lima (2017, p. 205) afirma que, nesse período, ela esteve sob a direção de delegados provisórios e, em seguida, por uma chapa eleita indiretamente¹¹⁹.

Ainda conforme Mateus Lima (2017, p. 205), a intervenção federal na FEURGS gerou uma série de manifestações, que acabaram culminando com a invasão à sua sede pelo Exército nos primeiros dias de abril, bem como destituição de seu presidente, o estudante de Direito Plínio Dentzien, que foi detido e levado ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). O interventor, o tenente-coronel Antônio Mendes Ribeiro, nomeou Geraldo Carlos da Camino como delegado. Geraldo da Camino era um militante anticomunista bastante ativo. Era, também, membro do Movimento Democrático Universitário (MDU)¹²⁰, estando envolvido na publicação de jornais e na assinatura de manifestos desde 1963. Quatro subdelegados também foram escolhidos na mesma ocasião: Dante Leonardo Zoratto (Engenharia); Heitor Gabriel Hartmann (Direito); Harry Heckmann e Carlos Chaves (Medicina). Assim como Geraldo, Dante também era membro do MDU. Heitor Hartmann, por sua vez, havia assinado o “manifesto de universitários democratas”, publicado em 12 de abril de 1964. Esses estudantes tiveram suas nomeações asseguradas pelo seu capital político, pois, como percebemos, eles faziam oposição à esquerda e ao governo de Goulart.

Ainda de acordo com Lima (2017), a intervenção militar na FEURGS durou até o início de junho de 1964. Após deliberar sobre o destino da Federação, o Conselho Universitário acabou, na prática, submetendo a entidade ao poder de decisão do reitor, a quem caberia “o provimento dos cargos que integram os órgãos dirigentes da FEURGS e das associações de estudantes não vinculadas a uma unidade universitária determinada” (Lima, 2017, p. 206). Tais poderes eram estendidos aos Diretores de Faculdades, Institutos e Escolas no que dizia respeito às agremiações estudantis a elas ligadas. A partir dessa resolução, o reitor, José Carlos Milano, escolheu uma Junta Administrativa, cujo presidente era Antônio Carlos Ghisleni, estudante de Engenharia. Grande parte das atividades da Federação estavam voltadas, nesse período, para questões assistenciais. Para isso, a entidade estabeleceu parcerias

¹¹⁹ Retomaremos mais adiante essa discussão.

¹²⁰ O MDU foi um movimento criado no Rio Grande do Sul, em 1963, por estudantes alinhados com a direita, e tinham por objetivo disputar politicamente o conjunto de entidades estudantis existente no estado. Sobre esse movimento, ver: LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *A direita estudantil universitária no Rio Grande do Sul: entre a democracia e a ditadura (1961-1968)*. 2017. 317f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

com o Consulado norte-americano, o Rotary, o Lions Club e a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL).

Com o intuito de desmobilizar os estudantes, os militares realizaram intervenções até mesmo em entidades que se posicionaram em oposição à UNE e ao governo Goulart. Assim, no dia 19 de abril de 1964, foi divulgado que o III Exército iria designar interventores em outros órgãos de representação estudantil além da UEE. Uma das entidades citadas foi a FEUP. À vista disso, prossegue Lima, a Federação publicou uma nota onde afirmava crer que se tratava de “ato de rotina, haja visto que a posição não-esquerdista e autenticamente democrática sempre defendida pela atual diretoria da FEUP, inclusive no desenrolar da Revolução Democrática, é por demais conhecida das autoridades civis e militares” (Lima, 2017, p. 206). Ainda segundo a nota:

Sendo assim e se for o caso, receberemos de bom grado a visita do interventor que teria sido nomeado, facilitando por todos os meios o cumprimento de sua missão junto à nossa entidade e confiando que, mais uma vez comprovada nossa inatacável linha de conduta, seja dado a público esse resultado (*Jornal do Dia*, 21 de abril de 1964, p. 3 *apud* LIMA, 2017, p. 206).

Levando em consideração suas posições políticas, a entidade não temia uma intervenção militar. De acordo com Mateus Lima, a conduta de colaboração se manteve quando o interventor nomeado visitou a sede da entidade, verificando, naquele local, a documentação existente. O coronel designado confirmou que se tratava de um ato de rotina e afirmou que “não tinha qualquer restrição a fazer sobre a FEUP” (Lima, 2017, p. 206). A intervenção nessa entidade acabou, de fato, sendo suspensa logo em seguida. Por outro lado, continua Lima (2017), o DCE da PUCRS não sofreu intervenção, conforme continua o autor, no entanto, sua direção foi destituída. Tal iniciativa foi tomada pela direção de vários Centros Acadêmicos da PUCRS, logo, essa decisão partiu dos próprios líderes estudantis daquela universidade. Fica evidenciada, com isso, a polarização e a disputa político-ideológica existente no movimento estudantil à época. Esse era o resultado de uma crise que havia se iniciado na instituição logo após o golpe. Na ocasião, a sede do DCE havia sido invadida, enquanto seu presidente, Nelson Silva, estava em viagem ao Rio de Janeiro.

Em matéria publicada no *Jornal do Dia* (02 de abril de 1964, p. 3), o reitor da PUCRS, irmão José Otão, havia autorizado uma reunião nas dependências do DCE, após pedidos dos presidentes dos Centros Acadêmicos. Contudo, acabou se deparando com conhecidos “líderes esquerdistas da política estudantil”, os quais estavam produzindo “faixas e cartazes de teor subversivo”. Os invasores, Amaury Müller (Direito e Jornalismo), Wilson Osório (Jornalismo) e João Carlos Morais (Economia), estariam confeccionando cartazes e chamando

greve geral na Universidade em nome da entidade, através de pronunciamentos feitos pela Cadeia da Legalidade¹²¹. O estudante de Economia, Hélio Corbellini, estava respondendo como presidente do DCE/PUCRS, mas sua legitimidade foi questionada, uma vez que a presidência estava a cargo de Antônio Eurico Soares Torres (Lima, 2017, p. 207).

Dessa forma, sob justificativa de omissão frente ao acontecido, os Centros Acadêmicos de Engenharia, Filosofia, Jornalismo, Odontologia, Direito e Economia elaboraram um manifesto em favor da destituição da diretoria. De acordo com a reportagem do *Jornal do Dia* (17 de abril de 1964, p. 1 *apud* Lima, 2017, p. 207), “outro motivo que determinou a medida prende-se às vinculações do DCE com a UNE”. Havia, à vista disso, uma oposição crescente às posições da UNE, explicitada após a deposição de João Goulart. Entretanto, a decisão dos estudantes da PUCRS gerou alguns desdobramentos, segundo pontua Mateus Lima (2017, p. 207). Com o nítido objetivo de evitar uma intervenção militar, o reitor, irmão José Otão, suspendeu as atividades do DCE, porém, a suspensão deste dependia, ainda, de aprovação no Conselho Universitário (CONSUN). Esse órgão colegiado cassou o mandato da diretoria da entidade estudantil, sem implicar no fechamento da mesma, e autorizou o reitor a nomear um delegado para assumi-la. O escolhido foi o estudante Hamilton Rey Filho, que permaneceu no comando até novembro, quando, por meio do Conselho Universitário, foi escolhido Airton Nogueira para o cargo (Lima, 2017, 207). Outra consequência foi a expulsão de quatro alunos: Amaury Müller, João Carlos Moraes, Hélio Corbellini e Nelson José Pereira da Silva. Em nota, a justificativa do Conselho Universitário:

O Conselho Universitário da Universidade Católica, por unanimidade de seus membros, considerando a nova situação imperante no país, após a Revolução vitoriosa que veio atender às aspirações do nosso povo, fiel às suas tradições democráticas; considerando que a PUCRGS está em plena e integral concordância com a modificação necessária e imprescindível daquele estado de coisas, que vinha adulterando os sentimentos democráticos e cristãos da nossa gente; considerando que se torna imperiosa uma ação vigilante e eficaz dentro da Universidade; RESOLVE chamar a atenção de quantos atual na universidade, para o texto do Artigo 96 de seu Estatuto, cujo teor é transcrito abaixo: “o professor, aluno ou servidor que fizer proselitismo dentro do recinto escolar, de ideias contrárias às tradições, aos costumes, ao sentimento religioso do povo e ao regime democrático do País, será excluído da Universidade” (BN. *Jornal do Dia*, 29 de abril de 1964, p. 3 *apud* LIMA, 2017, p. 208).

Os membros do Conselho Universitário se posicionavam, desse modo, nitidamente à favor do golpe de 1964 e da “Operação Limpeza”. Desse modo, esta última não se tratava apenas de uma ação das forças policiais e militares, uma vez que era internalizada por instituições públicas e privadas, que buscavam eliminar qualquer manifestação que julgassem

¹²¹ Tratava-se de uma tentativa de reedição do movimento pela Legalidade ocorrido em 1961.

divergir dos “sentimentos democráticos e cristãos”, recorrendo a mecanismos como a expulsão de estudantes¹²². Por isso, as tentativas de controle do movimento estudantil não dependiam apenas do aparato repressivo externo às faculdades (Lima, 2017, p. 208).

Em relação à UEE/RS, quando esta foi posta sob intervenção, o que ocasionou a renúncia da gestão anterior, como vimos, foram nomeados três delegados para dirigi-la: Airton Nogueira, Paulo Pires e Paulo Gouvêa da Costa, que permaneceram no cargo até 19 de setembro de 1964, totalizando cerca de cinco meses até que fossem realizadas novas eleições indiretas, autorizadas pelo interventor, Nathanael Gomes Alvares (Lima, 2017, p. 220). No final de maio, a comitiva viajou para Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília com o intuito de angariar verbas para a entidade. Vítor Osvaldo Della Méa, presidente da FEUP, os acompanhou na viagem. Além das verbas, eles buscavam “importantes contatos políticos junto aos meios estudantis” (Lima, 2017, p. 220). Essa ideia se concretizou com a participação dos três estudantes numa “convenção nacional de universitários democratas”, que acabou resultando na criação do Movimento Universitário Renovador Democrático. Esse é um fato importante, pois, como afirma Mateus Lima (2017, p. 220), trata-se da primeira tentativa de articular nacionalmente os estudantes que fizeram oposição à direção da UNE e ao governo Goulart. No entanto, os delegados do Rio Grande do Sul não aderiram oficialmente ao movimento, mesmo tendo participação destacada no evento, obedecendo à proibição de participação política que vigorava no estado.

Em setembro, finalmente, foi dada a autorização pelo interventor para a realização de eleições para a UEE. De acordo com o estatuto da entidade, eleições diretas deveriam ser realizadas em maio. Porém, a justificativa para o atraso foi “a situação política nacional”; além disso, ficou estabelecido o voto indireto sob o argumento de “falta de clima” para uma votação direta (Lima, 2017, p. 222). Entretanto, é bem provável que se quisesse aproveitar que boa parte das diretorias de esquerda foram depostas e os Centros Acadêmicos estarem sendo dirigidos por delegados e interventores. Concorreu, pela situação, Vítor Osvaldo Della Méa, presidente da FEUP e do Centro Acadêmico Maurício Cardoso (CAMC – PUCRS); já a oposição cogitou lançar uma chapa liderada por Benício Schimdt, membro da AP, e Aluizio Paraguassu, ex-presidente da UGES, ligado ao Partido Democrata Cristão (PDC) e, posteriormente, ao PTB. Todavia, tais candidaturas não se concretizaram, concorrendo a chapa única com Della Méa para presidente e José Antônio Arregui, para vice. Arregui era membro do MDU e presidente do CAAR (Lima, 2017, p. 223).

¹²² Trataremos dos expurgos nas universidades no decorrer deste capítulo.

O pleito se realizou no dia 19, nas dependências da PUCRS, contando com a participação de 124 representantes, sendo dois para cada Centro Acadêmico ou Federação. A chapa composta por Della Méa e Arregui obteve 99 dos votos válidos. Um voto foi anulado e houve, ainda, 24 abstenções. Ademais, alguns alunos tiveram sua participação impugnada, o que resultou na desistência de outros representantes de esquerda (Lima, 2017, p. 223). Segundo reportagem d’*O Jornal*, periódico do Centro Acadêmico da Escola de Jornalismo (CAEJ) da PUCRS:

À tarde, com a apresentação das credenciais, verificou-se um pequeno incidente, quando foram impugnados os representantes da Escola de Geologia da URGS, Faculdade de Medicina e Filosofia, também da URGS. Os citados representantes não possuíam representação legal devido ao fato de estarem suas entidades sofrendo intervenção por parte da Reitoria ou da Direção. Em vista do ocorrido, os acadêmicos referidos retiraram-se do plenário sendo seguidos por outros representantes, pertencentes a ala esquerda (*O jornal*, 1 de outubro de 1964, p. 1 *apud* LIMA, 2017, p. 223).

Segundo Mateus Lima (2017, p. 223), as esquerdas não apresentaram nenhuma chapa neste pleito por afirmarem que o mesmo era ilegal, levando em consideração o estatuto da entidade, uma vez que os membros da antiga gestão já haviam se pronunciado denunciando as eleições como “anti-estatutária”. Por esse motivo, afirmaram que não tinham interesse em disputá-las. A chapa da situação, ao ser sabatinada, se comprometeu com a Reforma Universitária e com a regularização da entidade, a fim de acabar com o processo de intervenção.

No entanto, de início, a nova gestão precisou conviver com a continuidade da intervenção militar e com a indefinição em relação às regras que regeriam o movimento estudantil. Porém, pouco mais de um mês após as eleições, a intervenção foi encerrada por ordem do comandante do III Exército, Justino Alves Bastos, ao receber o relatório do interventor. Um coquetel foi organizado para marcar o ato (Lima, 2017, p. 224).

Um pouco antes da aprovação da Lei Suplicy, Della Méa se posicionou frente à versão do projeto encaminhada pelo ministro ao Congresso Nacional. O estudante considerou positiva a proibição de “pronunciamentos políticos partidários” por parte dos órgãos estudantis. Reafirmou, com isso, sua convicção de que esse tipo de atividade deveria permanecer restrita ao âmbito dos partidos políticos. Contudo, considerou que a lei poderia dar muito poder de controle ao corpo docente sobre as entidades estudantis. O artigo que previa expressamente a extinção da UNE e de outras entidades foi criticado pelo novo presidente da UEE (Lima, 2017, p. 225).

Com a lei Suplicy aprovada, os estudantes tiveram o curto prazo de 60 dias para adequarem as entidades existentes, pois era necessário enquadrá-las dentro da estrutura oficial criada. José Antônio Arregui, vice-presidente e acadêmico de Direito da UFRGS, foi o encarregado de adaptar a Constituição da UEE, criando o DEE. Havia, contudo, a preocupação de manter o patrimônio e a herança simbólica e, com esse intuito, a UEE foi mantida como associação civil, enquanto o DEE exercia a função representativa. O fato causou certa confusão na imprensa ao atribuir a autoria de determinada ação ou manifestação, já que os presidentes da última entidade comandariam, também, a primeira (Lima, 2017, p. 226; Pinto, 2010, p.149).

No início de maio de 1965, através de um decreto do governo federal, ficava dispensada a aprovação prévia dos regimentos das entidades estudantis para a realização das primeiras eleições. Esses regimentos poderiam ser remetidos em até 30 dias após a posse dos eleitos. Com isso, além de aliviar os prazos, o decreto regulamentava outros dispositivos da lei Suplicy, uma vez que estabelecia, por exemplo, até 16 de agosto, o prazo para as eleições para os DAs e DCEs e 30 de agosto, para os DEEs. No entanto, isso gerou um problema para o DEE do Rio Grande do Sul, pois, conforme as disposições transitórias de sua Constituição, o pleito se realizaria no dia 26 de maio e os eleitos seriam empossados no dia 1º de junho daquele ano. Houve convocação para as eleições e, diante da publicação do decreto federal, Vítor Della Méa afirmou que as instruções do governo eram “desencontradas e confusas” e que a data inicial seria mantida. Sua gestão havia se comprometido com a “realização de eleições livres e democráticas nas entidades filiadas” (Lima, 2017, p. 226).

Contudo, de acordo com Bruna Neves Alves (2004, p. 125), o Conselho Federal de Educação concedeu ao reitor da UFRGS o poder de convocar as eleições para 30 de agosto e supervisionar o funcionamento da entidade. O edital lançado pelo reitor, José Carlos Fonseca Milano, previa eleições para o cargo de presidente do DEE, bem como para eleger os 19 membros do Conselho Estadual de Estudantes. No documento, não estava prevista a eleição para vice-presidente, contrariando não só a intenção dos estudantes, mas, também, o que estava previsto no estatuto da entidade. Com isso, coube ao Conselho, posteriormente, eleger o vice-presidente do DEE.

Considerando os procedimentos adotados pelo governo e pela reitoria da UFRGS, na segunda metade de maio, os estudantes convocaram um Congresso Estadual. Seria necessário pedir uma prorrogação da gestão Della Méa/Arregui, pois, no congresso realizado em abril, foi decidido que o mandato de ambos terminaria em 26 de maio e a entidade não poderia ficar sem direção até 30 de agosto. A prorrogação foi aprovada. Embora a lei Suplicy implicasse

em algumas dificuldades, os dirigentes do DEE não eram completamente contrários a ela, visto que, nesse mesmo congresso, se decidiu pela realização de um plebiscito para averiguar se os estudantes eram contrários ou favoráveis à referida lei. O relatório da gestão destacou que foram “expedidas as instruções necessárias, apesar [do Executivo da UEE] defender posição contrária” (Lima, 2017, p. 227). Entende-se que tal demanda foi solicitada pelas correntes de esquerda, mas o resultado foi considerado insignificante pelos dirigentes do DEE, tendo em vista que apenas nove faculdades realizaram o plebiscito.

Segundo Mateus Lima (2017, p. 227), para as eleições em 30 de outubro de 1965, apresentaram-se dois candidatos à presidência do DEE: Paulo Gilberto Gouvêa da Costa, pela situação, e Gilberto Bossle, pela oposição. O primeiro era aluno de Direito na PUCRS e, como já vimos, foi nomeado delegado pelo interventor na UEE. Ocupou cargos na FEUP no período anterior ao golpe. Bossle, por sua vez, era estudante de Economia na UFRGS, integrava o Comando Regional da Ação Popular e havia representado o estado no 27º Congresso da UNE, realizado em São Paulo, em julho de 1965.

As esquerdas debateram sobre participar ou não do pleito. Conforme relata Raul Pont: “nós tivemos um debate, uma primeira discussão, sobre participar ou não da estrutura imposta logo em seguida pelo regime militar. Como eram eleitos, por eleição direta, não dava para negar a eleição, tinha que disputar os Diretórios Estaduais que sucediam às UEEs” (Koutzii, 2014, p. 30 *apud* Lima, 2017, p. 228). Por fim, Bossle contou com o apoio do PCB, em troca de apoio da AP ao candidato comunista, Flávio Koutzii, nas eleições para o DCE da UFRGS.

Tabela 3 – Resultados Eleitorais do DEE em 1965

CIRCUNSCRIÇÃO	SITUAÇÃO	OPOSIÇÃO	BRANCOS	NULOS	TOTAL
ALEGRETE	34	21	2	1	58
BAGÉ	225	118	22	9	374
CACHOEIRA DO SUL	57	10	2	0	69
CRUZ ALTA	48	29	8	2	87
CAXIAS DO SUL	304	381	88	13	786
IJUÍ	137	258	22	5	422
PASSO FUNDO	417	287	24	56	784
PELOTAS	657	308	147	101	1.213
POA – ISOLADAS	282	206	54	17	559
POA – PUCRS	1.339	795	158	99	2.391
POA – UFRGS	2.485	2.478	531	386	5.880
RIO GRANDE	164	111	82	45	402
SÃO LEOPOLDO	330	166	55	94	600
SANTO ÂNGELO	55	67	20	4	146
SANTA CRUZ DO SUL	49	5	7	0	61
SANTA MARIA	1.306	478	228	73	2.085

URUGUAIANA	61	14	37	6	118
VIAMÃO	6	113	2	3	124
TOTAL	7.956	5.845	1.489	869	16.159

Como fica evidente na tabela acima, Paulo Gouvêa foi vitorioso em quase todas as cidades, obtendo 49,24% dos votos, enquanto Gilberto Bossle atingiu 36,17%. Em Santa Maria e na PUCRS, o candidato da situação venceu por uma ampla diferença de votos. Na UFRGS, todavia, essa diferença foi bem pequena: embora Bossler tenha conseguido uma boa votação nas Faculdades de Economia (392 contra 302 votos) e Filosofia (489 contra 380 votos), Gouvêa conseguiu a maioria dos votos na maior das unidades, a Escola de Engenharia (741 contra 536 votos). Bossle ganhou em apenas quatro cidades: Viamão, Caxias do Sul, Santo Ângelo e Ijuí. Na Escola Superior de Teologia de Viamão, a diferença foi bastante significativa: 113 contra 6 votos. Tal fato se deve, ao que tudo indica, às críticas de Gouvêa à JUC, o que teria prejudicado o desempenho do candidato, visto que o movimento tinha força nessa instituição (Lima, 2017, p. 229).

Branco ou nulos somaram 14,59% dos votos. Nas cidades de Pelotas, Rio Grande e Uruguaiana, esses votos somados ultrapassaram os 20%. Esse índice pode ser explicado pelo fato desse pleito ter sido o primeiro realizado dentro das diretrizes da lei Suplicy, que obrigava todos os alunos matriculados a participarem da eleição. De acordo com Lima (2017), pelo menos em parte, isso seria um reflexo da rejeição à legislação que buscava regular o movimento estudantil. Não obstante, o resultado desse pleito representava uma vitória para a direita estudantil, tendo em vista que atingiram quase 50% dos votos totais, superando as esquerdas em diversas universidades, incluindo a UFRGS, embora com margem pequena. Para Mateus Lima (2017, p. 229), a estratégia de pelo menos parte das esquerdas em concorrer às eleições, acabou concedendo legitimidade para a estrutura elaborada pelo governo federal e representatividade para a chapa vitoriosa. Afinal, tratava-se de uma eleição direta com ampla participação, levando em consideração a obrigatoriedade do voto. Ainda de acordo com o mesmo autor, parecia provada a tese da existência de uma “maioria silenciosa” mais conservadora.

Essa vitória direitista ao DEE era um reflexo do que aconteceu alguns dias antes nas eleições nos DAs e DCEs, uma vez que tais órgãos tiveram resultados semelhantes. Na UFRGS, concorreram ao DCE os candidatos Flávio Koutzii, lançado pelo PCB e com apoio de parte da AP, e Adalberto Carlos Tatsch. Koutzii¹²³ era estudante de Economia e havia sido

¹²³ Sobre a trajetória desse militante, veja: SCHMIDT, Benito Bisso. *Flávio Koutzii*, biografia de um militante revolucionário (de 1943 a 1984). Porto Alegre: Libretos, 2017.

presidente do Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt (CAFDR), da Faculdade de Filosofia da UFRGS, sendo, porém, destituído após o golpe civil-militar. Enquanto Tatsch era acadêmico de Engenharia e candidato “anti-esquerda”, segundo a definição do jornal *Diário de Notícias* (17 de agosto de 1965, p. 1 e 3 *apud* Lima, 2017, p. 230). Adalberto somou 2.886 votos, enquanto Flávio Koutzii obteve 2.472. Esse cenário se repetiu na PUCRS, onde Estevão Riegel venceu com larga vantagem o candidato opositor, Valdir Ramos – foram 1.392 contra 787 votos. Em Santa Maria, os estudantes elegeram, em outubro, Paulo Sarkis, somando 1.150 votos, enquanto Cláudio Flamarion conquistou apenas 480 votos (Lima, 2017, p. 230).

Entretanto, a esquerda saiu vitoriosa em algumas faculdades da UFRGS, como na Faculdade de Filosofia, e no próprio Conselho de Representantes do DCE, onde assegurou 8 das 12 vagas. Esse é um fato importante, pois cabia ao Conselho a função “legislativa”. Dessa maneira, era ele que votava as posições adotadas pelo diretório e era através dele que se indicava o vice-presidente da entidade. Nesse cargo, as esquerdas conseguiram colocar o estudante de Direito Carlos Alberto Vieira (Lima, 2017, p. 230).

Na eleição seguinte para o DEE, em 1966, foram apresentados os nomes de Rubem Süffert e Clóvis Paim Grivot. O primeiro era o representante da situação e, antes de 1964, havia sido eleito vice-presidente da UMESPA. Após o golpe, assumiu a presidência da UGES por via indireta. Além disso, foi secretário geral do DEE na gestão de Paulo Gouvêa. Grivot, por sua vez, iniciou sua militância no Colégio Júlio de Castilhos, já alinhado com a esquerda. Ocupou o cargo de secretário geral, na gestão 1959-1960, no Grêmio Estudantil daquele colégio. Já na política universitária, foi o primeiro presidente do CAFDR, da Faculdade de Filosofia da UFRGS, após a destituição de sua diretoria e do período de intervenção (Lima, 2017, p. 230).

Conforme afirma Mateus Lima (2017, p. 231), essas eleições foram marcadas por momentos conturbados, como a detenção de Clóvis Grivot para prestar depoimento enquanto fazia campanha em Pelotas. O presidente do DEE à época, Paulo Gouvêa, e o candidato Rubem Süffert, se manifestaram contra o episódio, apesar de terem condenado, também, a “exploração eleitoral do fato”. Ainda em Pelotas, Grivot foi rejeitado pelos estudantes da Faculdade de Filosofia da UCPel por ter proferido ataques aos “personagens da Revolução e o regime político, assim como o presidente da República” (Lima, 2017, 231). O fato demonstra as posições conservadoras no interior do estado, conforme ficou refletido no resultado das eleições de 1966, como é possível observar na tabela abaixo:

Tabela 4 – Resultados Eleitorais do DEE em 1966

CIRCUNSCRIÇÃO	SITUAÇÃO	OPOSIÇÃO	BRANCOS	NULOS	TOTAL
ALEGRETE	31	44	0	0	75
BAGÉ	237	175	21	14	474
CACHOEIRA DO SUL	47	15	4	1	67
CRUZ ALTA	61	38	0	0	99
CAXIAS DO SUL	417	370	75	24	886
IJUÍ	193	263	15	8	479
PASSO FUNDO	605	326	-	-	931
PELOTAS	877	705	0	0	1.582
POA - ISOLADAS	155	93	20	453	721
POA - PUCRS	1.586	1.063	162	155	2.966
POA - UFRGS	2.794	2.858	200	127	5.979
RIO GRANDE	309	203	0	0	512
SÃO LEOPOLDO	504	243	0	0	747
SANTO ÂNGELO	95	117	30	9	251
SANTA CRUZ DO SUL	72	26	2	1	101
SANTA MARIA	1.308	760	132	81	2.281
URUGUAIANA	118	55	14	15	202
VIAMÃO	14	46	178	27	265
TOTAL	9.443	7.401	854	915	18.613

Novamente, a esquerda logrou sucesso em poucas cidades: Alegrete, Ijuí, Santo Ângelo e Viamão. Com exceção de Alegrete, nas eleições do ano anterior, a oposição já havia conquistado a maioria nessas cidades. No pleito de 1966, foi vitoriosa em Alegrete, mas perdeu em Caxias do Sul, cidade que, em 1965, se saiu vitoriosa. Em Santa Maria e na PUCRS, o resultado se repetiu e a situação se consagrou vitoriosa com grande vantagem. Segundo Mateus Lima (2017, p. 232), a PUCRS e o interior do estado formavam a base eleitoral dos estudantes de direita. Na UFRGS, as esquerdas se saíram vitoriosas, embora com uma pequena margem de diferença (64 votos), o que, para Mateus Lima (2017, p. 232), representa uma mudança em relação ao ano anterior e demonstra que, ao menos naquela instituição, as esquerdas estavam se rearticulando.

Seguindo as normativas da lei Suplicy, foi criado, em 1965, o DCE da UFRGS. Porém, desafiando a repressão, os estudantes promoveram, no ano seguinte, uma eleição direta, a qual foi vencida por Carlos Alberto Vieira que, liderando uma chapa de esquerda, obteve ampla maioria dos votos. Na ocasião, o DEE não conseguiu reeleger o presidente do DCE da universidade. Carlos Luiz Gazola, estudante de Engenharia, era o candidato da situação e foi derrotado por Vieira, que havia sido eleito ao cargo de vice-presidente pelo Conselho, como já vimos, e assumido a presidência da entidade por curto período em virtude da viagem de Tatsch aos Estados Unidos no início de março. De acordo com Carlos Alberto

Vieira, “houve tumulto quando se soube o resultado. Os direitistas tentaram destruir as urnas e precisamos chamar a polícia, que, evidentemente, tinha interesse em que as eleições fossem anuladas” (Vieira, 2008, n.p. *apud* Bortot; Guimaraens, 2008, p. 14). Se aproveitando das férias escolares, ao final de 1966, o reitor José Carlos Fonseca Milano decidiu pela intervenção no DCE, alegando irregularidades no uso de verbas destinadas pela Reitoria. “Sem o menor aviso, a sede do DCE foi, literalmente, cercada por forças policiais. Fui tirado de lá à força e levado ao gabinete do reitor, onde nos comunicaram que estávamos depositos”, lembrou Vieira (Vieira, 2008, n.p. *apud* Bortot; Guimaraens, 2008, p. 15). Percebe-se, com essa ação, a truculência empregada contra os estudantes que faziam oposição à ditadura instaurada a partir do golpe civil-militar em 1964.

Na PUCRS, a oposição também foi vencedora, porém, Mateus Lima (2017, p. 233) faz uma ressalva quanto à complexidade da conjuntura nesta universidade. Os candidatos nessa eleição eram Paulo Fernando Chanan, de oposição, mas considerado moderado, e Reginaldo Pujol, que, apesar de ter uma militância anticomunista anterior ao golpe, chegando a liderar a Ala Moça da UDN, não tinha ligações com o DEE e nem com a administração anterior do DCE. Por esse motivo, os resultados são mais difíceis de serem interpretados. Paulo Chanan venceu com 1.373 dos votos, enquanto Pujol obteve 1.140. A gestão de Chanan foi marcada por um posicionamento crítico em relação à ditadura, defendendo a democracia e condenando a violência policial. Todavia, o estudante não fazia parte de nenhum movimento de esquerda, mantendo-se, assim, como independente. O estudante gaúcho, Paulo Gouvêa da Costa, então presidente do DNE, analisou a vitória de Chanan, afirmando tratar-se de um “candidato neutro, desvinculado de qualquer ideologia, e que apoia o Diretório Nacional de Estudantes”¹²⁴

Assim sendo, segundo Mateus Lima (2017, p. 233), o resultado das eleições ao DCE da PUCRS não representou uma rejeição ao grupo ligado ao DEE, embora a vitória das esquerdas, através de Vieira, na UFRGS, tenha sido um revés sofrido por esse grupo, pois demonstrou que as esquerdas estavam se rearticulando, conforme já afirmamos. No entanto, o grupo situacionista se consolidou no DEE em grande parte com o apoio massivo do interior, onde garantiram, também, os DCEs de Santa Maria e da Católica de Pelotas. Na primeira cidade, a vitória se deu quase na totalidade dos diretórios acadêmicos, perdendo apenas na Agronomia¹²⁵. Ademais, ao vencer duas eleições consecutivas ao DEE, concorrendo com as esquerdas em eleições diretas e com sufrágio universal da categoria, os universitários que

¹²⁴ BN. *Diário de Notícias (RJ)*, 23 de agosto de 1966, p. 20.

¹²⁵ *Op. cit.*

apoiaram o golpe em 1964 e deram suporte inicial à ditadura conquistaram uma certa legitimidade para a estrutura criada pela Lei Suplicy que não se verificou nos demais estados. Segundo Raul Pont “em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, as UEEs mantiveram-se e, que eu me lembre, nem houve tentativa de organizar DEEs. As UEEs sobreviveram mesmo ilegais” (Koutzii, 2014, p. 30 *apud* Lima, 2017, p. 234).

Caso similar ao do Rio Grande do Sul ocorreu no Paraná, ainda assim com várias especificidades, conforme afirma Mateus Lima (2017, p. 236). Naquele estado, a União Paranaense de Estudantes (UPE) era liderada pela direita desde fins de 1963 e, quando a Lei Suplicy foi assinada, os estudantes optaram por manter as duas entidades: UPE e DEE/PR. A primeira se transformou em entidade civil, enquanto a segunda teria a função de representação legal e foi nela que aconteceram as principais disputas entre direita e esquerda, onde os últimos só retomaram a liderança da entidade em 1967, com a eleição do estudante Stênio Sales Jacob. Nas eleições para a formação do DEE, em 1965, concorreram dois estudantes tidos como “democratas”: Hebert Pastor e Renato Paulo Müller. Parte das esquerdas, vinculadas à JUC, defenderam o voto em branco; já outros grupos defendiam o voto nulo. Entre os 9.132 votos, houve 3.797 para Hebert Pastor; 1.657 para Renato Müller; 1.567 votos em branco; 2.111 nulos e 1.330 abstenções. Não há menção a outra eleição para o DEE e os estudantes paranaenses fortaleceram e legitimaram a UPE, cuja atuação se deu até o final de 1969 (Zaparte, 2011, p. 90).

No Rio Grande do Sul, porém, UEE e DEE estiveram unidos entre 1964 e 1967, não havendo, com isso, um espaço estadual de articulação estudantil que se organizasse de maneira independente à regulamentação federal, como a UPE. Essa singularidade no caso sul riograndense pode ser explicada, por Lima (2017, p. 236), em parte, pelo processo de intervenção comandado pelo III Exército que, por um lado, permitiu a continuidade de atuação da UEE, mas, por outro, a manteve afastada das forças de esquerda no momento imediato após o golpe. Além disso, conforme apontou Magda de Oliveira Pinto:

O Rio Grande do Sul foi o único estado efetivo na criação de um diretório estudantil, mantido concomitantemente com a UEE, ambos sendo dirigidos por uma linha liberal-direitista. Essa situação diferenciada do movimento estudantil gaúcho, configurada, de um lado, pelo respaldo do governo militar, teve, por outro lado, no enfraquecimento de sua ala esquerda, e na sua concomitante derrota durante as primeiras eleições diretas do pós-1964, o fator de legitimidade que a ala à direita recebeu dos estudantes (PINTO, 2010, p. 154).

A representatividade do DEE/RS vinha, sobretudo, das duas eleições diretas em que concorreram chapas de situação e oposição e as quais contaram com a participação de praticamente toda comunidade acadêmica. Para Mateus Lima (2017, p. 237), a capacidade de

realização de algumas gestões e a habilidade em se apropriar do valor simbólico da UEE, cuja existência era mantida em paralelo, também é fator que ajuda a explicar essa representatividade. Além do mais, o grupo que esteve à frente da entidade já havia consolidado uma trajetória no movimento estudantil estadual desde 1963, quando atuava na FEUP. Assim, como veremos a seguir, o DEE permaneceu existindo mesmo após o Decreto Aragão, ainda que sua legitimidade, a partir daí, tenha sido cada vez mais questionada.

Em âmbito nacional, além da UNE, a Universidade de Brasília (UnB) foi, também, uma das primeiras vítimas dos militares golpistas. Ainda no início do mês de abril, a universidade foi invadida por tropas militares, pois era a “menina dos olhos” dos reformistas do governo Goulart, já que essa foi projetada para ser o exemplo a ser seguido durante o processo de renovação do sistema universitário. Essa universidade foi a primeira a ser projetada, conforme afirma Rodrigo Patto Sá Motta (2014, p. 69), para funcionar como centro de pesquisa, com departamentos e institutos no lugar de cátedras e faculdades. Os chamados “institutos” serviam para designar as unidades acadêmicas voltadas para a pesquisa e para diferenciarem-se das faculdades tradicionais. Em seu plano original, a instituição contaria com oito institutos ligados às áreas científicas básicas e que seriam complementados por faculdades de formação profissional, tais como Direito, Administração, Educação, Engenharia etc. Todavia, desde 1950, funcionava, em esfera federal, uma instituição de ensino superior organizada nos moldes pensados para a UnB e voltada à pesquisa, o Instituto de Tecnologia de Aeronáutica (ITA). Este Instituto não possuía cátedras e dava bastante ênfase à pesquisa; os professores eram bem remunerados e a instituição oferecia um regime de trabalho integral, aspecto inexistente no ensino federal. Porém, este instituto não tinha o formato de uma universidade, muito menos pretensão de influenciar o restante do ensino (Motta, 2014, p. 69).

Para além da pesquisa, a UnB implantou, de imediato, cursos de pós-graduação, que deveriam funcionar simultaneamente aos recém-criados cursos de graduação. Foi adotado, também, pela primeira vez, o sistema de créditos por disciplina, que era mais flexível que o formato de turmas com cursos de duração anual. O motivo da invasão à esta universidade pode ser encontrado no fato dela ter sido planejada e executada durante o governo de João Goulart e, numa tentativa de “apagamento” da gestão anterior, os militares empreenderam inúmeras modificações na instituição, a começar pela demissão de Anísio Teixeira e Almir de Castro; reitor e vice-reitor, à época, respectivamente. Houve, além disso, diversas invasões ao longo do período militar, como veremos mais adiante (Poerner, 2004, p. 204).

Em junho, foi reunido, extraordinariamente, o Conselho Nacional de Estudantes na sede da União Metropolitana de Estudantes (UME), no restaurante calabouço (RJ)¹²⁶. Esse Conselho era composto pelas doze Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) e elegeu uma junta governativa que deveria permanecer na presidência da UNE até a realização do 27º Congresso de Estudantes, já que a diretoria anterior foi dissolvida pelos militares. O objetivo desta junta era recuperar a sede da entidade, preparar o próximo Congresso e encaminhar uma luta para tentar derrubar, no Congresso Nacional, o projeto que previa a extinção da UNE (Della Vechia, 2011, p. 117).

3.2 Educação em tempos de ditadura civil-militar

Segundo Alexandre Lira (2010, p. 63), imediatamente após o golpe, Luiz Antônio da Gama e Silva acumulou os cargos de Ministro da Justiça e Ministro da Educação e Cultura. Já durante o governo do general Castello Branco, a pasta da Educação e Cultura foi ocupada pelos ministros Flávio Suplicy de Lacerda, Raimundo de Castro Moniz de Aragão (interino), Pedro Aleixo e Guilherme Augusto Canedo de Magalhães (interino). Entretanto, foi durante a gestão do ministro Suplicy de Lacerda que as medidas de exceção atingiram de forma violenta a educação e, por consequência, o movimento estudantil.

Flávio Suplicy de Lacerda nasceu em Lapa (PR) no ano de 1903. Graduou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica de São Paulo em 1928. Obteve o título de doutor em ciências físicas e matemáticas pela Universidade do Paraná e, em 1946, durante a interventoria de Brasil Pinheiro Machado em seu estado, foi secretário de Viação e Obras Públicas. Em julho de 1950, assumiu o cargo de reitor da Universidade do Paraná, onde permaneceu até junho de 1966, quando transmitiu o cargo a Pedro Aleixo. Foi reconduzido à reitoria da UFPR no ano de 1967¹²⁷.

Com o advento do golpe civil-militar, Suplicy de Lacerda foi convidado pelo presidente Humberto Castello Branco, após a sugestão do general Ernesto Geisel, então chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, a assumir a pasta do Ministério da Educação e Cultura. Foi empossado em 15 de abril de 1964 e sua gestão foi marcada pela repressão ao

¹²⁶ O Calabouço era um restaurante universitário que servia refeições aos estudantes carentes. Era, também, Casa do Estudante, sede da UBES, da UME, da UEE/RJ e da UNE após a destruição de sua sede. Ver: GUEDES, Gleice Lopes Abboud. *Hoje tem comida para todos: história e memória do Restaurante Central dos Estudantes/Calabouço (1951-1969)*. 2020. 119f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Mais adiante, falaremos mais acerca desse local.

¹²⁷ Para saber mais sobre Flávio Suplicy de Lacerda, ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lacerda-flavio-suplicy-de>. Acesso em: 27/07/2022.

movimento estudantil. No mesmo mês, foram instalados, sob o comando do Ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, as comissões especiais de inquérito que poderiam dirigir os Inquéritos Policial-Militares (IPMs) para as universidades brasileiras, tendo o Ministério da Educação no comando das contratações e demissões de servidores. Os IPMs eram recomendados para solapar qualquer atuação “subversiva” dentro das instituições de ensino, agindo em conjunto com as manobras de busca e detenção (Lira, 2010, p. 63).

Ainda em 1964, de acordo com Nalú Farenzena (2017, p. 140), foi assinada, em 27 de outubro, a Lei n.º 4.440/64¹²⁸ que institucionalizou o salário-educação, definindo o modo como as empresas contribuiriam para a escolarização dos filhos de seus empregados. Essa medida já era assegurada pela Constituição de 1934, na qual se estabelecia que as empresas industriais e agrícolas, com mais de 100 trabalhadores, deveriam prover o custeio do ensino primário para os empregados e seus filhos. Dessa forma, a lei assinada em 1964 regulamentou este dispositivo, prevendo, inclusive, que as empresas estariam isentas do salário-educação se mantivessem convênios com escolas particulares, no sistema de bolsas de estudos (art. 5º). A lei fixou a arrecadação de 2% do salário-mínimo regional, pago pelas empresas à Previdência Social em relação a todos os seus empregados. Os recursos do salário-educação seriam distribuídos, com 50% destinados aos governos estaduais, para desenvolver o ensino primário, enquanto os outros 50% seriam controlados pela União que, através do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, deveria aplicá-los em medidas de fomento ao ensino primário nas unidades da Federação “menos privilegiadas” (Brasil, 1964).

Outra medida em relação à educação foi a publicação de um documento no qual Castello Branco apontava os caminhos adotados pelo governo para o desenvolvimento deste setor. Assim, em virtude de sua visita à Universidade do Ceará, em 23 de junho de 1964, Castelo Branco proferiu um discurso que foi publicado, em parte, sob o título *Plano Educacional do Presidente Castello Branco* (Brasil, 1964, p. 133-139)¹²⁹. De acordo com o documento, a ação do governo no campo educacional obedeceria “a zeloso, eficiente e correto emprego dos recursos”, que seriam “destinados à execução de um plano objetivo confiado a

¹²⁸ Sobre a Lei n.º 4.440/64, consulte: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4440-27-outubro-1964-376713-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28/07/2022. Ainda sobre o salário-educação, importante pontuar que o Art. 212 da Constituição Federal de 1988 definiu a receita de impostos e a contribuição do salário-educação como as duas principais fontes de recursos para o custeio da educação pública no Brasil. Para maior conhecimento, ver: CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues. *Tensões federativas no financiamento da educação básica: equidade, qualidade e coordenação federativa na assistência técnica e financeira da União*. 2016. 336f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Conhecimento e Inclusão Social em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

¹²⁹ Para acesso ao documento na íntegra, veja: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1964-1/30.pdf/view>. Acesso em: 27/07/2022.

uma estrutura administrativa atualizada e desburocratizada”. Castello Branco se comprometeu com a criação de condições para “proporcionar escolas a toda a nossa população (em idade escolar)”, encarregando-se de assegurar meios para que, até 1970, fossem “construídos no território nacional aproximadamente 100 mil salas de ensino primário, para cerca de 6 milhões de crianças”. Para isso, os recursos para as obras deveriam vir da União, dos estados, dos municípios e da colaboração das empresas privadas.

Quanto ao ensino médio, Castello Branco afirmou estar pensando em “proporcionar bem maiores e oportunidades educacionais”, porque ele estava tão deficiente quanto o ensino primário. Anunciou ainda que se deveriam “suprir as discriminações entre ensino acadêmico e os ramos que preparam para as várias atividades tecnológicas, indispensáveis ao desenvolvimento e a industrialização”. Por fim, foi abordado, no discurso, o ensino superior e, neste aspecto, Castello Branco anunciou que só iria autorizar a criação de escolas superiores quando provada sua imprescindível necessidade; que se insistiria na orientação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), preconizadora da “formação de fundações e autarquias para atender ao ensino Superior”, e que exigiria “dos cursos oficiais superiores, sem prejuízo da sua eficiência, admissão de número maior de jovens, a fim de vermos diminuído o alto custo de cada estudante superior, anualmente” (Brasil, 1964, p. 133-139).

No esteio das leis que buscavam regular a educação nesse período, foi assinada, em 09 de novembro de 1964, a Lei n.º 4.464/64, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda. Essa lei fazia parte do arcabouço legal instituído ao longo do período ditatorial, o qual foi sendo construído, progressivamente, por leis autoritárias, dirigindo o aparato repressivo do Estado, sobretudo, contra o movimento estudantil e suas entidades representativas. A lei Suplicy, como vimos anteriormente no primeiro capítulo, determinava que os Diretórios Acadêmicos (DAs) continuariam existindo obrigatoriamente nas instituições de ensino superior. O DCE seria composto por representantes dos DAs que se reuniriam, também, para organizar os Diretórios Estaduais de Estudantes (DEEs). A partir dos representantes dos DEEs, seria formado o Diretório Nacional de Estudantes (DNE). Sendo assim, a lei não extinguiu a UNE, bem como as demais entidades estudantis, mas retirou sua representatividade ao criar uma estrutura nos modelos impostos pela ditadura (Lima, 2017, p. 214).

Já no ano seguinte, na abertura do ano letivo de 1965, na UnB, os estudantes promoveram manifestações de oposição ao presidente Castelo Branco, que proferiu a aula inaugural dos cursos daquela instituição. Na ocasião, o ministro Raimundo Moniz Aragão, que respondia interinamente pelo MEC, colocou os alunos sob custódia das autoridades universitárias. A solução do impasse veio por interferência direta do Presidente da República

e o caso se encerrou com trinta dias de suspensão como punição aos implicados no episódio. Ainda neste ano, no âmbito da legislação para o ensino superior, o Parecer n.º 977/65 do Conselho Federal de Educação (CFE) institucionalizou e definiu as normas para o funcionamento dos cursos de Pós-Graduação. Além disso, o governo impôs, também, o Decreto n.º 55.551¹³⁰, que estendeu o salário-educação a todos os empregadores públicos e privados, permitindo a consolidação dos interesses empresariais em torno do salário-educação (Lira, 2010, p. 64).

No campo estudantil, no início daquele ano, foi convocado um novo Conselho Nacional de Estudantes, o qual elegeu o estudante Alberto Abissâmara como presidente da UNE, de forma transitória, até a realização do 27º Congresso, previsto para julho do mesmo ano. Neste Congresso, foi eleito Antônio Xavier para presidente. Durante o evento, que teve predominância da AP, ficou deliberado pela não participação dos estudantes nas eleições estudantis convocadas pela lei Suplicy, como forma de repúdio a ela. Em razão da repressão, essa gestão terminou apenas com dois diretores: Altino Dantas e José Fidelis Sarno, que se revezavam na presidência (Della Vecchia, 2011, p. 119). Este foi o último congresso legal da UNE. A partir daí, percebe-se uma intensa atividade clandestina, tornando-se “território exclusivo das correntes de esquerda”, fazendo “cair por terra o período de predomínio das perspectivas do liberalismo antipopular para o movimento estudantil” (Valle, 2008, p. 34).

O ano de 1966 continuou sendo palco do avanço da repressão geral, pois, logo no início de fevereiro, foi editado um novo Ato Institucional, o AI-3. O preâmbulo desse dispositivo foi regido pelo então ministro da educação, Pedro Aleixo. O seu conteúdo e a sua lógica davam continuidade ao que havia sido anunciado nos Atos Institucionais anteriores, mas, no corpo de artigos, apareciam novas medidas coercitivas: eleições indiretas também para governadores e vice-governadores dos estados, e a nomeação, pelos governadores, dos prefeitos das capitais. O movimento estudantil foi diretamente atingido pelo Decreto Aragão¹³¹, posto em prática no ano seguinte. Segundo esse decreto, a UNE ficava proibida também de funcionar como associação civil, proibição que se estendeu a todas as entidades

¹³⁰ Ver: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55551-12-janeiro-1965-395895-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Regulamento%20a%20Lei%20n%C2%BA%204.440.Art>. Acesso em: 28/07/2022.

¹³¹ O Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, ficou conhecido por Decreto Aragão devido ao ministro da Educação que o promoveu, Raimundo Muniz de Aragão. Esse decreto-lei alterou dispositivos da lei Suplicy, tornando ainda mais rígido o controle das atividades estudantis. Ele foi revogado somente em agosto de 1979, através da Lei nº 6.680. Para maior conhecimento acerca do decreto Aragão, ver: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-228-28-fevereiro-1967-376022-publicacaooriginal-1-pe.html>. Sobre a lei 6.680/79, ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6680.htm. Acesso em: 28/07/2022.

estudantis e ao conjunto de suas atividades (Sanfelice, 2008, p. 113). Assim, como afirma Alexandre Lira (2010, p. 66), o decreto Aragão reformulou a organização e as formas de representação estudantil, ampliando o caráter repressivo da legislação contra o movimento estudantil, como podemos observar nos três artigos abaixo:

Art. 12. A fiscalização do cumprimento dêste decreto-lei caberá ao Diretor do estabelecimento ou ao Reitor da Universidade, respectivamente, conforme se tratar de D.A. ou D.C.E.

§ 1º O Diretor do estabelecimento de ensino ou Reitor da Universidade incorrerá em falta grave se, por ação, tolerância ou omissão, não tornar efetivo o cumprimento dêste decreto-lei.

§ 2º Caberá às Congregações e aos Conselhos Universitários a apuração da responsabilidade, nos termos dêste artigo, aplicando, em decorrência, as penalidades que couberem.

§ 3º Em caso de omissão das autoridades, caberá ao Ministro da Educação e Cultura impor as penalidades.

Art. 14. Os atuais órgãos de representação estudantil deverão proceder à reforma de seus regimentos, adaptando-os ao presente decreto-lei e os submetendo, através do Diretor do estabelecimento ou do Reitor da Universidade, à Congregação ou ao Conselho Universitário, dentro de trinta (30) dias da aprovação da reforma dos Regimentos e Estatutos, a que se refere o artigo anterior.

Art. 15. Serão suspensos ou dissolvidos pelas Congregações ou pelos Conselhos Universitários, conforme se trate de Diretório Acadêmico ou de Diretório Central de Estudantes, os órgãos de representação estudantil que não se organizarem ou não funcionarem em obediência ao prescrito neste decreto-lei e nos respectivos Regimentos ou Estatutos.

§ 1º A suspensão não poderá ultrapassar noventa (90) dias, findos os quais serão dissolvidos os órgãos se não provarem adaptação às normas legais e regimentais.

§ 2º No caso de dissolução, será promovida, pelas autoridades escolares, a imediata desocupação da sede do D.A. ou D.C.E., porventura situada no recinto da Faculdade ou Universidade, devolvendo-se os bens e recursos colocados à disposição dos órgãos.

§ 3º Os bens e recursos, a que se refere o item anterior, ficarão sob a guarda da Congregação ou do Conselho Universitário, até que se reorganize o órgão (BRASIL, 1967).

Além disso, como podemos perceber, o Decreto extinguiu o DNE e os DEEs. Segundo Mateus Lima (2017, p. 242), embora continuasse existindo como entidade civil, o DEE do Rio Grande do Sul passou a realizar apenas eleições indiretas – agindo em conformidade com o que o Decreto Aragão determinava para os DCEs – eleições das quais a esquerda, nesse momento, se recusou a participar. Entretanto, prossegue Lima (2017, p. 249), esse dispositivo causou grande impacto no DEE/RS, pois, como vimos anteriormente, a entidade estava sendo liderada por estudantes direitistas e, apesar de terem proferido críticas à Lei Suplicy, ela havia

beneficiado esses setores do movimento estudantil no estado. Porém, após a promulgação do Decreto Aragão, que extinguiu a estrutura criada pela própria ditadura, essa posição favorável dos estudantes direitistas foi desestabilizada.

Tentando encontrar alternativas para continuar atuando, a direção da entidade chamou um Congresso Estadual, convocando todos os diretórios acadêmicos e DCEs, que poderiam enviar dois representantes cada. Esse congresso foi chamado em nome de UEE e, segundo Lima (2017, p. 249), em 1965, quando foi deliberado a favor da participação da estrutura oficial criada pela Lei Suplicy, instituiu-se o Diretório Estadual, mas a UEE foi mantida como entidade civil, e ficava à cargo dela, a administração do patrimônio. As eleições estaduais escolhiam o presidente de ambas as entidades: a representativa e a civil.

O Congresso, realizado em abril de 1967, endossou as medidas adotadas até aquele momento, incluindo o mandado de segurança, que se configurou como uma das primeiras medidas adotadas pelas lideranças do DEE para que fosse garantida a continuidade da entidade. Segundo Mateus Lima (2017, p. 249), os ex-presidentes da UEE-DEE, Vítor Osvaldo Della Méa e Paulo Gouvêa da Costa, que estavam formados e atuando como advogados, entraram com um mandado de segurança no STF e, ainda de acordo com Lima, esse mandato acabou não sendo julgado, pelo menos até meados da década de 1970, conforme afirma o autor. Ademais, esse congresso confirmou a criação do “novo DEE”, que foi registrado, também, como entidade civil com fins assistenciais e culturais. Para os estudantes, o Decreto Aragão podia acabar com a estrutura oficial de representação, mas seu artigo 20 era inconstitucional, já que tal artigo previa a extinção dos “órgãos estudantis do âmbito estadual, ainda que organizados como entidades de direito privado” e, segundo estes estudantes, isso feria o direito constitucional de livre associação, assegurado em 1891 (Lima, 2017, p. 250).

A partir de 1968, com o recrudescimento da repressão e dos violentos embates, os universitários vinculados à direita começaram a criticar a posição do governo em relação aos estudantes, porém, de acordo com Mateus Lima (2017, p. 268), mesmo com uma tensão crescente, continuava existindo uma oscilação entre a crítica e o apoio. O DEE/RS continuou atuando ao longo da década de 1970, embora sem força de representação, executando apenas atividades de cunho assistencial e cultural. Este aspecto, para Mateus Lima (2017, p. 268), significava o declínio da face pública do movimento estudantil. No início dos anos 1980, com a retomada dos principais DCEs pelas esquerdas, deu-se início à articulação em favor da refundação da UEE, marcando, com isso, a derrocada do DEE no estado, como veremos no último tópico deste capítulo.

Voltando aos acontecimentos do ano de 1966, citamos a criação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras sob orientação de Rudolph Atcon. O consultor desempenhou o cargo de secretário executivo até 1968, articulando o poder político do MEC, os recursos da USAID e os métodos utilizados pelas universidades norte-americanas¹³². Por tal motivo, o movimento estudantil começou a denunciar a intervenção estadunidense nos rumos da educação brasileira. Segundo Renato Della Vechia (2011, p. 119), o DCE da Universidade do Brasil articulou um boicote ao pagamento das matrículas pois, embora o valor fosse ínfimo, já indicava o início do processo de privatização do ensino. Ao final de julho, foi realizado, clandestinamente, o 28º Congresso de Estudantes da UNE em um dos salões do porão da Igreja São Francisco de Assis, em Belo Horizonte. O evento reuniu apenas 300 delegados, uma vez que mais de 200 acabaram presos no caminho. Para a realização do Congresso, os estudantes conseguiram burlar o aparato policial-militar, pois, enquanto estes guardavam a sede do DCE da UFMG, uma vez que foi anunciada pela UNE que o evento iria ocorrer nas dependências daquela entidade, a reunião acontecia entre duas missas no salão da Igreja supracitada (Poerner, 2004, p. 244).

Segundo Sanfelice (2008, p. 125), logo após a realização do congresso em Belo Horizonte, foram efetuadas diversas prisões de estudantes e muitos deles foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Depois desse episódio, a presença da força policial foi constante em manifestações e/ou qualquer ação pública desempenhada pelos estudantes ao fazerem frente à ditadura civil-militar, principalmente no Rio de Janeiro, onde os embates violentos entre a polícia e estudantes acabaram marcando o ano de 1966. Então, “as manifestações públicas estudantis perdem o fôlego, mas a esquerda universitária passa definitivamente ao comando de suas reivindicações” (Valle, 2008, p. 34).

Entretanto, para Arthur Poerner (2004), o segundo semestre daquele ano foi marcado por grandes manifestações estudantis. Entre elas, destacamos o congresso clandestino realizado pela UNE-UEE/SP em São Bernardo do Campo. Este congresso foi invadido pela polícia militar e resultou na prisão de 178 estudantes, sendo 36 deles enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Além deste evento, podemos destacar as greves de São Paulo e Rio de Janeiro, bem como as passeatas de protesto em Minas Gerais, que repercutiram nacionalmente. Esses episódios ficaram conhecidos como “setembrada”¹³³ e constituíram a fase inicial do processo que fez de setembro “um dos meses mais intensos, agitados, e

¹³² Retornaremos à essa discussão mais adiante.

¹³³ Segundo Mateus Lima (2017, p. 262), houve, em Porto Alegre, nesse período, duas passeatas separadas. Uma foi chamada pelo DCE da UFRGS e outra pelo DEE e DNE; enquanto a primeira contou com cerca 2 mil estudantes, a segunda reuniu apenas 50.

heroicos da história do movimento estudantil brasileiro” (Poerner, 2004, p. 247). Ainda de acordo com Poerner, o dia 22 daquele mês foi eleito para ser o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura. A polícia se fez presente em todas as passeatas. Assinalamos, porém, a brutal violência utilizada contra os estudantes no Rio de Janeiro, no episódio que ficou conhecido como “Massacre da Praia Vermelha”. O incidente ocorreu no dia 22, quando cerca de 600 estudantes foram encurralados pela polícia na Faculdade Nacional de Medicina. Na madrugada do dia 23, enquanto estava sendo negociada a retirada pacífica dos estudantes com as autoridades, houve a invasão policial, relatada, segundo Poerner, da seguinte maneira pela mãe de uma estudante:

A golpes de aríete, correndo histericamente, chegavam os PMs (ouvi uma ordem: os de capacete primeiro!), quebraram portões da FNM e, feito uma horda de bárbaros, aos gritos e palavrões, invadiram a faculdade... Vi sair um rapaz todo ensanguentado, debaixo de cacetadas, uma moça semidespida e descalça, carregada por policiais do Exército, e mais outra desmaiada, e serem carregadas para a ambulância. Vi um rapaz aleijado ser espancado na perna defeituosa; rapazes semimortos, alguns deles muito jovens, possivelmente secundaristas, serem arrastados aos trancos; outros, capengando, eram postos a correr, sob uma saraivada de cacetadas e aos gritos de “corram vagabundos, covardes, filhos da...” Não pude me conter, gritando que parassem com aquela covardia e um dos facinoras me disse: “ninguém está batendo para valer, é só para assustar”. Outro gritou: “sai daí que não queremos bater também em velhas...” Houve, então, uma pausa na saída dos estudantes e ouvi novo toque de reunir para a polícia do exército (que, justiça seja feita, era mais moderada e alguns estavam chocados com a barbárie dos PMs). Vim a saber, depois, pelos pais de uma estudante, que a chacina foi pior. Derrubavam moças, rasgavam suas roupas, para apalpar-lhes os seios e outras partes... (*Revista Civilização Brasileira*, nº 8, 1966, p. 309-312 *apud* POERNER, 2004, p. 250-51).

Ao ler o relato, podemos dimensionar o tamanho da violência praticada contra os jovens naquele momento. Outro ponto que nos chama a atenção é em relação à violência dupla empregada contra as estudantes, uma vez que, além da violência física, também foi aplicada a violência de gênero, visto que essas mulheres tiveram seus corpos violados pelos agentes da repressão.

De acordo Renato Della Vecchia (2011, p. 120), o episódio do “Massacre da Praia Vermelha” pode ser considerado o ápice do movimento estudantil da época. No entanto, a partir desse momento, ele começa a entrar em processo de descenso, uma vez que as lideranças estudantis não conseguiram efetuar um recuo organizado, segundo afirma o autor.

Prestes a encerrar esse ano, Castello Branco editou o Ato Institucional nº 4 (AI-4)¹³⁴. Conforme o preâmbulo do AI-4, a Constituição Federal de 1946 já havia recebido diversas emendas e não atendia mais aos anseios nacionais, por isso, para o governo, tornou-se

¹³⁴ Para saber mais sobre o AI-4, ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-04-66.htm. Acesso em: 24/08/2022.

imprescindível dar ao país uma Constituição que representasse a institucionalização dos ideais e princípios do que, na visão de Castello Branco, era uma revolução. Assim sendo, somente uma nova Constituição poderia assegurar a “continuidade da obra revolucionária” e também dos poderes que “lhe foram conferidos pela Revolução” (Brasil, 1964). Para tanto, o Congresso foi convocado extraordinariamente, entre os dias 12 de dezembro de 1966 e 24 de janeiro de 1967, com a incumbência de discutir, votar e promulgar o projeto da Constituição, a qual foi apresentada pelo próprio ditador. Nas palavras de Sanfelice (2008, p. 129), “o movimento de 64 buscava, à força, obter legitimidade”.

Em março de 1967, o marechal Arthur da Costa e Silva assumiu a Presidência do Brasil e iniciou o governo com “amplo apoio da média oficialidade linha-dura, confiante que o novo mandatário não titubearia diante da necessidade de novas medidas de endurecimento” (Maciel, 2004, p. 54). Assim, antes mesmo de assumir, afirmou que manteria as medidas de exceção em seu governo, mas também, se necessário, adotaria outras. Contraditoriamente, o novo governo também fomentou as promessas de uma redemocratização, que previa a liberalização do sistema político-partidário, inclusive com o estabelecimento de um diálogo com os trabalhadores e os estudantes (Valle, 2008, p. 35).

Todavia, as expectativas positivas para com o novo governo logo se desvaneceram em razão da não revisão das punições e cassações adotadas no mandato anterior. Na realidade, como afirma David Maciel (2004, p. 55), a rápida fragmentação do ambiente de conciliação se explica por uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que o governo desejava obter legitimação popular – já que a legitimidade alcançada com o golpe e com a perspectiva moderadora já havia se esgotado –, era sustentado por uma institucionalidade autoritária completamente desmobilizadora e que tentava coibir qualquer iniciativa política que ocorresse fora do controle institucional criado.

Dessa maneira, apesar de Costa e Silva ter iniciado seu governo afirmando que estaria aberto ao diálogo com o estudantado brasileiro, desde as primeiras manifestações de rua de 1967, ele demonstrou não estar verdadeiramente de acordo com tal afirmativa, pois deu prosseguimento às medidas repressivas e proibiu a realização do 29º Congresso da UNE, que acabou acontecendo clandestinamente. Sobre este governo, a revista *Revisão*, do Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, analisada por Valle, traz um artigo produzido pelos estudantes, onde afirmam que:

O governo Costa e Silva parece que oscila entre a linha dura das Forças Armadas e as campanhas propagandísticas de “liberalização”. Em todos os setores, a ditadura possui nova roupagem, mas tem as mesmas características do governo anterior.

A verdadeira oposição ao governo, a da esquerda consequente e do movimento estudantil, parece não se intimidar com a força bruta e ao que tudo indica, esboça-se uma nova fase desta luta: a da união da esquerda revolucionária num combate intransigente à classe dominante, à sua força hegemônica, o imperialismo, e seu representante no poder, o marechal Costa e Silva (*Revisão*, nº 5, p. 9, 1967 *apud* VALLE, 2008, p. 36).

Para Valle (2008), o início do ano de 1968 foi marcado pela enorme divergência entre o governo Costa e Silva e a sociedade civil, visto que as Forças Armadas tinham em suas mãos o poder sobre as decisões políticas e, além disso, anunciaram a sua intenção em permanecer, ainda por tempo indeterminado, na função de “ordenar a vida nacional” (Valle, 2008, p. 37) antes de devolver o poder aos civis. Neste momento, os estudantes estavam inseridos em um dos setores mais tensos das relações civis com o governo, e passaram a ser tratados no contexto da segurança, bem como seus problemas passaram a ser analisados como questão militar. Na realidade, no dia 02 de janeiro, o presidente Costa e Silva baixou um decreto para a criação de uma comissão especial para formulação de uma nova política governamental para os estudantes, a qual era chefiada pelo coronel Meira Matos, da Secretaria Geral do Conselho de Segurança.

No final de janeiro daquele ano, os estudantes que frequentavam o restaurante Calabouço (RJ) se manifestavam, por meio de uma pequena passeata, por melhorias nas condições de higiene e funcionamento do estabelecimento. No entanto, foram duramente reprimidos, a tiros, pela polícia no centro do Rio de Janeiro, questão que abordaremos a seguir. As lutas estudantis, naquele momento, são marcadas também pela mobilização dos “excedentes”¹³⁵ que reivindicavam mais vagas nas universidades e pela oposição à política educacional do regime. Já no mês de março, o debate acerca das eleições de 1970 acirrou o cenário político em meio à crise que o país atravessava em decorrência da concentração do poder nas mãos do Executivo e de sua crescente militarização. Por conseguinte, não apenas a oposição legal representada pelo MDB, mas também o próprio partido da situação, a ARENA, passam a manifestar cada vez mais o seu descontentamento com sua constante exclusão das decisões políticas (Maciel, 2004; Valle, 2008).

3.2.1 A luta pela Reforma Universitária

As reivindicações em favor de reformas no ensino de nível superior não se destacaram somente nos anos 1960, pois, conforme afirma Ana Karine Braggio (2017, p. 25), elas já

¹³⁵ Eram assim denominados os jovens que tiravam boas notas nos exames vestibulares, porém, não eram convocados porque não havia vagas suficientes nas universidades públicas.

estavam na pauta dos movimentos estudantis desde o final dos anos 1920, embora não existissem instituições consolidadas no modelo de universidade naquele período, uma vez que aquelas estavam estruturadas em faculdades isoladas de ensino superior, como vimos no primeiro capítulo desta tese. Assim, prossegue Braggio, apesar da utilização do termo reforma, o que se defendia, na realidade, era a transformação dos institutos de ensino superior em instituições universitárias. Ademais, para Magda Oliveira Pinto (2010, p. 49), o cerne de tais transformações estava na democratização do acesso às instituições de ensino superior, já que estas foram baseadas num sistema elitista, com ênfase na profissionalização em oposição à ciência e à investigação, e tendo a cátedra como unidade docente, que resultava num ensino deficitário, o qual estava assentado em métodos de aprendizagem arcaicos. Ainda, “soma-se a isso, a ausência de uma autonomia acadêmica, administrativa e financeira, com a falta de uma identidade universitária relacionada com os problemas locais e nacionais” (Pinto, 2010, p. 49).

Foi esse o panorama, apontado acima por Magda Pinto (2010), que deu origem à Reforma de Córdoba, na Argentina, em 1918. Por ser tratar de um evento importante, que influenciou gerações de estudantes latino-americanos, se faz necessário um recuo até o início da década de 1910 para melhor compreendermos suas implicações futuras no movimento estudantil. Assim, as reivindicações dos estudantes argentinos fizeram florescer uma nova geração estudantil, influenciando os movimentos estudantis da América Latina, inclusive no Brasil (Braggio, 2017, p. 27). No entanto, Karina Perin Ferraro (2011, p. 113) afirma que as manifestações em favor de uma gestão universitária mais autônoma surgiram durante a realização do Congresso Internacional de Estudantes Americanos, realizado em 1908, em Montevéu (Uruguai), marcando, com isso, o início do programa estudantil de Reforma Universitária. Além disso, para Magda Pinto (2010) e Karina Ferraro (2011), o Congresso foi fundamental para a construção de um movimento estudantil de caráter latino-americano.

Corroborando com Ferraro (2011), Andrés Donoso Romo (2020, p. 240) afirma que o movimento estudantil argentino de 1918 não foi o primeiro fenômeno deste tipo na América Latina, mas foi, tanto pelo seu alcance como pelas suas implicações, o que gerou um impacto mais duradouro. Ainda de acordo com Romo, esse movimento, cujo epicentro foi a cidade de Córdoba, se desenvolveu numa sociedade de contrastes, onde uma economia mercantil pujante – associada aos mercados ultramarinos – conviveu com os graves desequilíbrios que acompanharam a industrialização e urbanização precoces. Neste sentido, Córdoba, em especial, era considerada uma das províncias mais ricas da Argentina. Era, também, uma das mais abertas às transformações socioprodutivas, porém, em contrapartida, era uma das mais

conservadoras, podendo ser considerada “uma espécie de bastião do catolicismo nacional” (Romo, 2020, p. 240). Assim, naquele país, o governo da União Cívica Radical (UCR), através do presidente Hipólito Yrigoyen, anunciou uma série de mudanças na ultrapassada estrutura econômica agroexportadora presente desde a transição do século XIX. Em consequência disso, as heranças do sistema colonial passaram a ser problematizadas por setores subalternos. Assim, os estudantes promoveram o grande levante, colocando em xeque o modelo universitário vigente naquele reduto conservador (Menon, 2021, p. 27).

Segundo Andrés Romo (2020, p. 240-41), o movimento argentino de 1918 pode ser dividido em três fases. A primeira delas, ocorrida entre novembro de 1917 e março de 1918, se iniciou em Córdoba após o repúdio dos estudantes de Engenharia aos novos controles assistenciais, enquanto os alunos de Medicina protestaram contra o fechamento do Internato do Hospital de Clínicas. A segunda, ocorrida entre abril e junho de 1918, foi marcada pela capacidade que os estudantes cordobeses demonstraram ao fazer com que os universitários do país se envolvessem no conflito, bem como envolver o governo nacional na resolução dele. A última fase, que aconteceu entre junho e outubro de 1918, incluiu diversas manifestações de massa, além da divulgação do *Manifiesto Liminar* da Federação Universitária de Córdoba, a realização do 1º Congresso Nacional de Estudantes Universitários e a tomada da reitoria da Universidade de Córdoba. Esta última medida fez com que o governo federal intervisse mais uma vez na disputa, porém, para dar apoio aos manifestantes.

Para o autor, após a publicação do Manifesto e as conclusões do 1º Congresso Nacional de Estudantes Universitários, podemos destacar três exigências estudantis: 1) reestruturar o governo universitário, para retirar dos órgãos de decisão qualquer pessoa que não pertença ao mundo educacional, dando lugar à incorporação de professores, estudantes e graduados; 2) reorganizar os procedimentos para a formação do corpo acadêmico – por meio de medidas como ensino e assistência gratuita – para permitir a inserção de bons professores, que estavam sendo marginalizados, como das matérias/perspectivas até então proibidas, e 3) vincular, mais consistentemente, a universidade com a sociedade, ou seja, envolver a instituição na resolução dos problemas que afligiam os setores mais desprotegidos a partir de práticas conhecidas, desde aqueles anos, como extensão universitária e/ou educação popular (Romo, 2020, p. 241).

Esse manifesto causou grande impacto nas universidades da Argentina. Nas décadas seguintes, a reforma estudantil se expandiu para as universidades dos demais países latino-americanos, tais como Chile, Peru, Uruguai, Bolívia, Paraguai, Colômbia, Cuba, entre outros; apresentando características semelhantes entre si (Braggio, 2017, p. 27). Conforme afirma

José Carlos Mariátegui: “[...] o anseio por reforma está presente, com características idênticas, em todas as universidades latino-americanas. Estudantes de toda a América Latina, embora movidos à luta por protestos peculiares às suas próprias vidas, parecem falar a mesma língua” (2007, p. 101 – tradução nossa).

Entretanto, no Brasil, o ideário da Reforma atingiu o nosso país de modo limitado, fragmentado e esparso, pois, como vimos no capítulo anterior, ainda não havia uma organização estudantil nacional estruturada naquele momento e as poucas instituições de ensino superior que existiam, correspondiam a instituições regionais e específicas, refletindo a política educacional brasileira de descentralização. Além disso, a fundação das primeiras universidades hispano-americanas se deu há mais de quatro séculos, enquanto as luso-americanas estavam em processo embrionário, já que começaram a se desenvolver, sobretudo, somente a partir da década de 1930 (Braggio, 2017, p. 27). Por tal motivo, a repercussão do Manifesto de Córdoba no Brasil foi bastante tímida se comparada aos outros países do continente. Contudo, conforme nos diz Ana Karine Braggio (2017, p. 28), não se pode afirmar que o movimento estudantil argentino passou despercebido, pois o estágio de organização alcançado por ele impressionou os estudantes brasileiros, que se inspiraram para lutar em favor da fundação de instituições universitárias desde o final dos anos 1920.

Neste sentido, continua a autora, o primeiro indício da movimentação dos estudantes brasileiros reivindicando a criação de uma universidade democrática apareceu dez anos depois do lançamento do Manifesto de Córdoba. Em agosto de 1928, os estudantes da Universidade do Rio de Janeiro criaram o *Comitê Central Pró-Reforma Universitária*, como resultado de uma assembleia, a qual contou com a participação de cerca de 800 estudantes e foi patrocinada pelos dois centros acadêmicos de maior prestígio no meio universitário da época: o Centro Acadêmico Nacionalista e o Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina. Os objetivos do comitê eram debater acerca da rejeição do Conselho Nacional de Ensino com relação à indicação do professor Bruno Lobo¹³⁶, que buscava a efetivação da representação do corpo discente na diretoria dos Institutos de Ensino Superior; apontar a situação do sistema universitário brasileiro, considerado pelos estudantes como retrógrado, obsoleto, anacrônico e carregado de imperfeições desde a sua criação, e debater sobre uma possível modificação da reforma educacional Rocha Vaz, de 1915. Sendo assim, a proposta era nomear uma comissão

¹³⁶ Bruno Lobo era professor da Faculdade de Medicina, catedrático de microbiologia, tendo sido um grande expoente na defesa pela Reforma Universitária, já que buscou incentivar e unir os estudantes em torno da luta pela causa (Braggio, 2017, p. 28).

para redigir um manifesto e encaminhá-lo para todas as IES do Brasil a fim de congregar forças em prol da campanha reformista (Braggio, 2017, p. 28-29)¹³⁷.

De acordo com Gustavo Menon (2021, p. 27), os universitários Djacir Menezes, José Bruno Lobo, José Decusati, Francisco Lobo e Firuso Pereyra da Silva foram os responsáveis por redigir o manifesto, que saudava os valores libertários dos reformistas de Córdoba. Em contraposição aos valores de uma universidade arcaica, os estudantes assinalam as seguintes demandas:

a) A autonomia didática e administrativa das Universidades, o que significa a eliminação de influências políticas dentro do ambiente estudantil, que desvirtua e impede a eleição criteriosa dos docentes; b) Extensão universitária; comunicação ampla e direta com a imensa massa trabalhadora, incapaz de superar as onerosas taxas e tributos absurdos que transformam os estabelecimentos superiores em monopólio das classes privilegiadas; c) Exclausuração da educação (corolário inevitável); d) Separação das graduações científicas dos títulos de qualificação profissional; e) Participação dos estudantes na direção e orientação das universidades, conselhos diretivos e escolas especiais; f) Incorporação na Universidade de valores extrauniversitários; g) Criação de novas cátedras que coloquem a juventude ao nível das novas correntes do pensamento contemporâneo; h) Estreitamento das relações entre estudantes e professores da América Latina, orientando essa nova mentalidade, a exemplo da Internacional do magistério chileno, no sentido de abrir os olhos das novas gerações sobre os problemas sociais, colocando-os em contato com as forças vivas que determinam eles (MANIFESTO DOS ESTUDANTES BRASILEIROS DO RIO DE JANEIRO, 1928 *apud* MENON, 2021, p. 27).

O documento ainda reivindicava o cumprimento da função social das universidades, e saudava o heroísmo dos estudantes argentinos e chilenos que encabeçaram as lutas pelas reformas universitárias. No entanto, afirma Menon (2021, p. 27), somente com a criação da UNE, tardiamente, se iniciou a incorporação dos elementos defendidos pela Reforma de Córdoba. No contexto ditatorial do Estado Novo, a UNE denunciava as arbitrariedades do governo Vargas, mas também tentava reunir forças para alavancar as transformações no sistema de ensino, pautando a necessidade de uma reforma educacional, que incluía, entre outras coisas, soluções para os problemas sociais e econômicos dos discentes; reforma de todos os níveis da educação brasileira para um modelo integrado; reforma universitária; seleção de professores por concursos públicos, e eleição de reitores e diretores das escolas pelos corpo discente, conjuntamente representados no Conselho Universitário (Fávero, 2009, p. 27).

¹³⁷ Para maior conhecimento sobre os primórdios da luta pela reforma universitária, ver: BRAGGIO, Ana Karine. *O movimento estudantil paranaense e a proposta de reforma universitária: da gênese ao golpe civil-militar*. 2017. 258f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

No entanto, como afirma Maria de Lourdes Fávero (2009, p. 37), a luta pela Reforma Universitária se inicia de forma sistemática somente a partir de 1957, com a realização do I Seminário de Reforma de Ensino, o qual foi promovido pela UNE. Vale destacar que a discussão em torno da reforma universitária acontece quando os estudantes progressistas retomam a liderança da entidade. Mas, de acordo com José Serra, que presidiu a entidade na gestão 1963/64, a concepção de reforma desse seminário era ainda muito limitada, pois era “uma visão parcelada, imediatista e exclusivamente pedagógica”, já que nesse encontro deu-se “grande ênfase aos aspectos técnico-pedagógicos, ao problema da formação profissional, procurando-se conferir ao ensino superior maior eficiência na formação daqueles que tivessem o privilégio do acesso ao nível universitário” (UNE, 1963, p. 123 *apud* Fávero, 2009, p. 37). Todavia, esse seminário, mesmo com suas limitações, representa um progresso no debate e na luta em favor de uma reforma universitária no Brasil.

Além do mais, a partir desse seminário, surgiu a preocupação em relação à transformação estrutural das instituições de ensino, quando o debate em torno da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) introduz o questionamento “Universidade para quem?”, sobrepondo, desta maneira, à questão que inicialmente era “Universidade como ou para quê?”. Ainda no centro das discussões em torno da LDB, sobretudo na discussão que diz respeito à escola pública *versus* escola privada, se impôs, no meio estudantil, a luta pela democratização do ensino, afirma Fávero (2009, p. 38). Ainda de acordo com a autora, no final dos anos 1950, a campanha pela escola pública constituiu:

O primeiro passo para que o estudante ligasse sua condição e suas lutas às contradições da sociedade brasileira. O debate que se travou à margem das discussões no Congresso sobre o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional demonstrou que a batalha por melhores condições de ensino estava associada a lutas e interesses no âmbito da sociedade global (UNE, 1963, p. 13-14 *apud* FÁVERO, 2009, p. 38).

Nesse período, esse debate se intensificou no meio estudantil e acabou se incorporando à mobilização de intelectuais e educadores favoráveis à escola pública. Motivada por essa pauta, em maio de 1960, a UNE promoveu, na Bahia, o I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, que representou um avanço em relação ao seminário de 1957, pois, como afirma Flávia de Angelis Santana (2015, p. 40), a luta estudantil pela democratização da universidade se sobressaiu em relação à defesa de mudanças exclusivamente pedagógicas. Neste encontro, fizeram-se presente 14 delegações de estudantes oriundos dos países da América Latina, e foram debatidos três temas:

- a) *A situação da universidade na América Latina* – as discussões referentes a esse título centram-se nos seguintes aspectos: número de alunos e universidades existentes; corpo docente e discente; equipamento técnico de investigação e material de ensino; universidade pública e privada;
- b) *uma política para as universidades latino-americanas* – esse tema traz embutidas diferentes questões: universidade e sociedade; participação e responsabilidade da universidade na solução e/ou encaminhamento de problemas nacionais; autonomia e reforma universitária;
- c) *o conteúdo técnico da reforma universitária* – a análise desse tema envolve, também, aspectos muito abrangentes: democratização do ensino superior; programas; educação superior nacional; organização do magistério superior; organizações estudantis e sua participação na direção das universidades (FÁVERO, 2009, p. 40-41).

De acordo com Ana Karine Braggio (2017, p. 72), as questões político-pedagógicas ficaram mais evidentes, sobretudo, após a eleição de Oliveiros Guanais para a presidência da UNE, já que foi na sua gestão que foram criados o Centro Popular de Cultura (CPC) e o Centro de Estudos Cinematográficos, que tinham por finalidade discutir a significação das artes na vida social dos brasileiros. Na gestão posterior, de Aldo Arantes (1960-61), tais atividades foram intensificadas com a apresentação de peças teatrais, músicas e cinema. Ainda no ano de 1960, outro acontecimento significativo foi a greve dos estudantes de Salvador, que contou com a adesão de inúmeras outras universidades, em que os estudantes denunciavam a existência de uma crise na universidade brasileira. No ano seguinte (1961), essa posição foi discutida e assumida nacionalmente durante o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, promovido pela UNE, realizado na capital baiana.

O Seminário contou com a participação de delegações dos diversos estados brasileiros, com exceção do Mato Grosso, que não enviou representantes. Contou, também, com efetiva participação dos militantes da JUC, que se empenharam cada vez mais na luta pela reforma (Braggio, 2017, p. 74). Predominou nos debates ao longo do seminário a visão estrutural da universidade brasileira como consequência da realidade socioeconômica, conforme apresentada na Carta de Princípios, resultando do evento, a qual foi intitulada “Declaração da Bahia”: “Nossa universidade não tem sido mais do que uma superestrutura de uma sociedade alienada, isto é, deformada em sua base econômica, porquanto subdesenvolvida, estratificada quanto à distribuição dos benefícios econômicos e sociais, democrática apenas formalmente, desumana enfim” (Declaração da Bahia, 1961, p. 17)¹³⁸.

O conteúdo mais extenso da Declaração da Bahia foi destinado à apresentação crítica da realidade social, econômica e política do Brasil, pois, através dela, os estudantes estavam demonstrando a relação dessa realidade com os problemas enfrentados pelas universidades.

¹³⁸ Para ler o documento na íntegra, ver: <http://movimentosjuvenisbrasileirosparte7.blogspot.com/2009/10/declaracao-da-bahia-i-seminario.html>. Acesso em: 03/10/2023.

No tópico intitulado “Realidade Socioeconômica”, os jovens indicavam que o Brasil era um país de base capitalista em fase de desenvolvimento; onde coexistia um desequilíbrio regional entre o sul e o nordeste; prevalecendo um Estado oligárquico e classista, apenas camuflado de democracia, oferecendo, por meio da ideologia liberal, igualdade para grupos sociais economicamente desiguais, fazendo originar privilégios às classes dominantes e neutralizar a venda do trabalho humano. Ademais, essa realidade social contribuía para aumentar a espoliação do proletariado e proletarizar as camadas médias, com base na inflação, aumento do custo de vida, incentivos à iniciativa privada, valorização do capital estrangeiro e consequente involução do setor industrial nacional (Braggio, 2017, p. 75-76).

Em decorrência da Campanha da Legalidade, as atividades estudantis foram redirecionadas para tal evento, uma vez que a diretoria da UNE migrou para o Rio Grande do Sul, conforme abordado no primeiro capítulo. Com isso, a pauta em torno da reforma universitária retornou à discussão somente no ano de 1962. Segundo Braggio (2017, p. 81), quando João Goulart assumiu a presidência do país, a situação da educação era a responsável por mobilizar um amplo debate na sociedade civil. Assim, afirma Santana (2015, p. 50), com o mesmo objetivo do seminário do ano anterior, que era mobilizar as lideranças estudantis para discutir os obstáculos da reforma universitária, se realizou, entre os dias 17 e 24 de março de 1962, o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, na cidade de Curitiba (PR).

O documento produzido ao final do seminário ficou conhecido como “Carta do Paraná” e, assim como a Declaração da Bahia, se dividiu em três títulos principais: a) Fundamentação teórica da Reforma Universitária; b) Análise crítica da universidade brasileira, e c) Síntese final: esquema tático de luta pela Reforma Universitária. Para Flávia Santana, a perspectiva da democratização da universidade, assim como a luta por uma reforma universitária que fosse parte da reformulação mais ampla da sociedade permaneceram presentes na “Carta do Paraná”, no entanto, com a nova diretriz de que a universidade fosse reformulada como parte das reformas de base (Santana, 2015, p. 50).

No ano seguinte, a UNE realizou o III Seminário Nacional de Reforma Universitária em Belo Horizonte (MG) que, em resumo, manteve as discussões documentadas na Carta do Paraná. Segundo Flávia Santana (2015, p. 53), a partir desse seminário, o movimento estudantil produziu um documento intitulado “UNE: luta atual pela Reforma Universitária”, o qual trouxe uma percepção mais consistente da luta que deveria ser efetuada pelos estudantes para viabilizar a reforma universitária nos moldes que eles defendiam nos seminários anteriores. Por fim, como pontua Santana (2015, p. 55), a realização desses seminários

permitiu um avanço no debate sobre a reforma universitária no meio estudantil, além de terem possibilitado, também, a ampliação do conhecimento dos estudantes acerca da realidade brasileira e de como tal realidade influenciava o modelo de universidade vigente naquele período. Também houve o amadurecimento conquistado a partir desses novos conhecimentos, que, de certa forma, favoreceram a articulação das lutas políticas e educacionais do movimento estudantil em defesa da reforma universitária.

Após o golpe civil-militar, os estudantes voltaram sua luta ao repúdio às leis repressivas que tinham por objetivo cercear a liberdade de atuação do movimento estudantil, conforme vimos na primeira parte deste capítulo. Além disso, outro alvo das manifestações estudantis foram os diversos convênios firmados entre o MEC e a United States Agency of International Development (USAID). Estes ficaram conhecidos como Acordos MEC-USAID, como veremos no próximo tópico.

3.2.2 Os acordos MEC-USAID

Numa tentativa de dar resposta às manifestações a favor da Reforma Universitária, o governo militar assinou, a partir de junho de 1964, uma série de convênios entre o MEC e a USAID, o que gerou intensas manifestações estudantis. Tais convênios visavam firmar acordos de assistência técnica e cooperação à educação brasileira, bem como implantar o sistema norte-americano de educação desde o ensino primário até o ensino superior. Com isso, a educação teria um viés tecnicista, isto é, a educação seria voltada para o desenvolvimento econômico do país. Para tanto, seriam criados cursos profissionalizantes que gerassem mão de obra especializada, em detrimento das áreas das ciências humanas. Além disso, outro acordo previa a privatização do ensino, especialmente o superior, fazendo com que ele fosse rentável. Ao todo, foram firmados 12 acordos, sendo o último deles assinado no ano de 1976 (Araujo, 2007).

Em muitas universidades, os estudantes fizeram uma ampla campanha política contra a implantação do Acordo MEC-USAID. Apesar do protesto estudantil, em muitos casos apoiado por intelectuais e professores universitários, vários pontos do Acordo MEC-USAID foram implantados através da reforma universitária e do ensino, realizada em 1968. Entre eles: a junção do curso primário com o ginásio, formando o primeiro grau; a junção do clássico com o científico, formando o segundo grau; a referência ao ensino universitário como ensino de terceiro grau; a obrigatoriedade do ensino de língua inglesa desde o primeiro grau (ARAÚJO, 2007, p. 161).

Como vimos anteriormente, a infiltração dos Estados Unidos na educação brasileira foi outra pauta de objeção dos estudantes. Entretanto, essa infiltração não começou com a

assinatura dos acordos MEC-USAID, mas sim com a vinda da estudante norte-americana Helen Rogers ao Brasil, em 1951, enviada por “setores governamentais ‘especializados’ em assuntos educacionais dos Estados Unidos, para deter a ‘infiltração comunista’ nas universidades brasileiras”, como afirma Poerner (2009, p. 166). Além de Helen, outros estudantes norte-americanos vieram ao Brasil com a missão de acompanhar os congressos e assembleias do movimento estudantil brasileiro, gerando, com isso, uma forte oposição à presença e à influência estadunidense na educação ao longo dos anos 1960. Ademais, o movimento estudantil passou a denunciar a infiltração norte-americana através do Plano Atcon, cujo estudo foi desenvolvido pelo consultor Rudolph Atcon que, conforme afirma Flávia Angelis Santana (2015, p. 197), chegou ao Brasil no início dos anos 1950 e assessorou Anísio Teixeira na reformulação da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entre 1953 e 1956.

Já na década de 1960, Atcon foi convidado pela Diretoria de Ensino Superior do MEC para desenvolver, entre junho e setembro de 1965, uma pesquisa sobre a universidade brasileira. Para isso, o consultor visitou 12 instituições¹³⁹, com o objetivo de descobrir “o que havia acontecido de novo e, nos últimos anos, o que pudesse ser útil para a aceleração do processo de transformação do ensino superior no país, rumo à modernização, segundo os paradigmas norte-americanos de então da racionalidade institucional” (Fávero, 1991, p. 19).

As visitas resultaram em um relatório elaborado por Atcon para a Diretoria de Ensino Superior, cujo título era “Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira”, no entanto, conforme Flávia Santana (2015, p. 197), o referido relatório não foi baseado nesse estudo desenvolvido por Atcon acerca das instituições nacionais, uma vez que suas ideias e seus princípios podem ser localizados em um documento anterior, elaborado por ele, mas apresentado em 1958 na Universidade de Princeton, sob o título “*Outline of a proposal for US policy concentration in Latin America on university reorganization and economic integration*”. Ainda de acordo com Santana, esse documento já havia sido incorporado pela USAID como parte do projeto educacional para América Latina, em 1963, e, dois anos depois, serviu de base para o estudo sobre as universidades brasileiras.

Na primeira página do relatório sobre as universidades brasileiras, já ficava evidente o caráter universalizador de suas propostas reformadoras, pois, segundo Atcon “cabe-nos

¹³⁹ As instituições de ensino superior visitadas por Atcon foram: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), UFSM, UFRGS e PUCRS (Santana, 2015, p. 197).

salientar que as categorias a serem analisadas são as categorias de reformulação universitária do nosso século e, como princípios, válidos em qualquer sociedade contemporânea” (Atcon, 1966, p. 1). A seguir, Atcon enumerou alguns desses princípios gerais, que poderiam se enquadrar na reformulação de qualquer universidade:

- 1) O fator quantitativo – [...] tomar em conta o fenômeno quantitativo com que se defronta o Ensino Superior, cuja resolução não é só um dever moral comunitário, senão uma necessidade imperiosa para a própria sobrevivência [...];
- 2) O fator qualitativo – [...] não obstante os argumentos em contrário dos que não querem ver a ameaça — tomar em conta o fenômeno do declínio qualitativo do Ensino Superior [...];
- 3) O fato econômico – [...] a obrigação de ter sempre presente o fator econômico para um máximo de rendimento com a menor inversão [...];
- 4) O fator da não-correspondência entre conhecimentos, títulos e profissão – [...] o princípio de estabelecer essa correspondência entre o ensino recebido, os conhecimentos adquiridos e o exercício de uma profissão [...];
- 5) O fator educativo – [...] o da implementação de um sistema realmente educacional, que se baseie em valores reais, não meramente utilitários, e dependa da dedicação exclusiva de todos os envolvidos no grande empreendimento chamado "Educação Universitária" [...];
- 6) O fator tempo – [...] considerar que a nova estrutura emergente do nosso esforço, tem que corresponder não só às necessidades do presente, senão também às do futuro não imediato [...] (ATCON, 1966, p. 3-7).

Ao analisar os princípios gerais apontados pelo consultor, levando em consideração o modelo político e econômico implantado no Brasil após o golpe civil-militar de 1964, podemos observar relações entre as recomendações universais de Atcon e as políticas adotadas pelo governo militar ao colocar em prática seu plano de desenvolvimento nacional e, adiante, a reforma de 1968, como bem evidencia Fávero (1991, p. 23-24):

Nesse contexto, a educação, além de vincular-se à segurança nacional, é vista como fator de desenvolvimento. Assim, medidas deveriam ser adotadas para adequá-la ao modelo econômico. Vejamos, por exemplo, o que propõe quando se refere ao fator econômico. [...] É o princípio de plena utilização de recursos e/ou não duplicação de meios para fins idênticos, perpassando toda a legislação do ensino superior brasileiro no período e que vai ser assumido, em 1968, como um dos princípios diretores da reforma universitária.

Ao final do relatório, o consultor fez um breve resumo com as 20 principais recomendações apresentadas por ele ao longo do documento. Algumas dessas recomendações foram direcionadas especificamente às universidades que foram visitadas no período do estudo e outras tinham caráter mais geral, das quais destacamos: 1) a constituição de um conselho de Reitores e organização de sua Secretaria-Geral em moldes empresariais, e 2) a

implantação de Centros Universitários de Estudos Gerais nas universidades brasileiras, substituindo os Institutos Centrais (Atcon, 1966, p. 121-124)¹⁴⁰.

Segundo Flávia Santana (2015, p. 201), a recomendação sugerida por Atcon acerca da criação do Conselho de Reitores foi rapidamente posta em prática pelo governo e, em 29 de abril de 1966, foi fundado o Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Além da organização e estruturação do CRUB, Rudolph Atcon trabalhou nele entre os anos de 1966 e 1968. Para a autora, o CRUB era um conselho diferente do já existente Fórum de Reitores, já que atuava fora dos princípios do serviço público. Além disso, a sua ideia de organização das universidades em Centros de Estudos Gerais também pode ser verificada em algumas instituições, sobretudo, após a reforma universitária de 1968.

Já em relação aos acordos MEC-USAID, Fabiana Pina (2011, p. 80) afirma que o primeiro acordo assinado diretamente com a USAID, referente à educação, foi estabelecido em 26 de junho de 1964. Este acordo visava a contratação de assessores norte-americanos para o aperfeiçoamento do ensino primário, com duração de dois anos. Alguns deles eram voltados para o aperfeiçoamento primário, como citado acima; outros, para o ensino médio e, outros, ainda, voltados ao ensino superior. Neste sentido, na esfera universitária, estavam previstos os seguintes convênios: Acordo MEC-USAID para a composição da equipe de planejamento superior; Acordo MEC-USAID de assessoria para a modernização da administração universitária, e Acordo MEC-USAID de reformulação do primeiro acordo de assessoria à modernização do ensino superior (Santana, 2015, p. 202). Esses acordos que abrangiam exclusivamente o ensino superior passaram a ser combatidos pelo movimento estudantil.

O convênio firmado entre o MEC e a USAID em 23 de junho de 1965 previa a criação de uma Equipe de Planejamento do Ensino Superior (EPES). Essa equipe deveria ser formada por cinco técnicos norte-americanos e cinco brasileiros, sendo que estes últimos trabalhariam em regime de tempo integral. Embora houvesse uma igualdade no número de funcionários que participavam da EPES, Poerner (2004, p. 221) aponta para a situação de inferioridade dos brasileiros:

[...] os americanos é que possuíam o dinheiro e eram eles que forneciam a orientação dos trabalhos e os volumes requintadamente encadernados em que os brasileiros deviam se basear. Quanto a estes, humilhados por essas circunstâncias e mais pela diferença de ordenados, cabia-lhes a obediência, uma vez que o governo do seu país,

¹⁴⁰ Para saber mais sobre o relatório, ver: ATCON, Rudolph. *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira*: estudo realizado entre junho e setembro de 1965 para a Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1966. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001610.pdf>. Acesso em: 31/08/2022.

ao assinar o acordo, confessara, automaticamente, a sua incompetência para planejar a educação do Brasil.

Em 30 de junho de 1966, foi assinado o acordo MEC-USAID referente à Modernização da Administração Universitária, o qual foi baseado no documento elaborado e apresentado por Atcon em 1958, “*Outline of a proposal for US policy concentration in Latin America on university and economic integration*”. Esse convênio teria validade de dois anos e dois meses, estando vigente entre julho de 1966 e setembro 1968, segundo o texto do próprio convênio (Santana, 2015, p. 203). Em seu livro, que trata sobre os acordos entre o MEC e a USAID, Márcio Moreira Alves traz o texto de abertura do convênio supracitado, no qual foi apresentado o cenário em que se encontrava o ensino superior naquele momento, o que justificaria a criação do acordo:

O número de universidades oficializadas no Brasil aumentou de 3 para 37 desde 1944. Este aumento, consequência do desenvolvimento social e econômico brasileiro, realizou-se de maneira tão rápida que não houve tempo suficiente para cuidar-se dos problemas de administração universitária. Caso este setor não seja, em futuro próximo, alvo de atenção, e caso a proliferação de instituições de ensino superior continue no ritmo atual, problemas de administração, tais como sistemas de vestibulares, planejamento acadêmico, administração financeira e planejamento físico de cidades universitárias, tornar-se-ão tão complexos que limitarão severamente a eficiência destas instituições e terão fatalmente efeito prejudicial no desenvolvimento do ensino superior no Brasil (ALVES, 1968, p. 34).

Como fica evidente, a expansão universitária no Brasil foi bastante significativa em questão de 20 anos, porém, seria necessário pensar na parte administrativa para que o sistema não entrasse em colapso. Para isso, ainda de acordo com texto, as duas partes envolvidas no acordo concordavam com a necessidade de se realizar uma reforma no ensino superior brasileiro e estabeleceram as bases da assessoria que seria desenvolvida:

As partes do presente Convênio, reconhecendo as vantagens a serem auferidas de uma reforma bem organizada e com bases amplas no setor da administração universitária e concordando que tal reforma é altamente apropriada para o momento atual, e ainda acordando quanto aos métodos a serem utilizados, acham-se atualmente preparadas para cooperar na assistência a universidades selecionadas, desejosas de tomar medidas que levem a introdução de métodos e práticas modernas de administração para suas instituições. Prevê-se que a assistência mencionada acima incluirá os seguintes itens: 1) Consultoria Técnica a ser proporcionada a instituições determinadas de âmbito mais amplo e que estejam preparadas para iniciar programas específicos de reforma administrativa. 2) Uma série de seminários, a fim de estimular outras instituições interessadas a considerar a execução de programas semelhantes. 3) Cursos de curta duração, nos Estados Unidos, para treinamento e especialização de pessoal brasileiro necessário à avaliação, adaptação e instituição de novos processos e técnicas administrativas essenciais (ALVES, 1968, p. 34-35).

O próximo item apresentado por Alves se refere ao objetivo do convênio, que estaria destinado à 18 universidades brasileiras, públicas e particulares, e previam esforços para

executar e institucionalizar as reformas administrativas que resultariam em maior economia e eficiência operacional. Para a execução de tal objetivo, o convênio deu destaque ao papel dos consultores norte-americanos, que:

- 1) Visitarão instituições determinadas a fim de determinar o interesse específico e a necessidade de reforma.
- 2) Proporcionarão serviços de consultoria a determinadas instituições.
- 3) Realizarão seminários no Brasil sobre problemas, tais como controle de custos, administração financeira, planejamento físico de cidades universitárias e distribuição de cursos de acordo com os interesses e as necessidades das diferentes universidades. Além disso, cursos de curta duração treinarão brasileiro selecionado para a obtenção das técnicas especializadas necessárias à execução e instituição de programas de reforma administrativa (ALVES, 1968, p. 35).

Percebemos, com isso, que a tentativa de implantação de uma educação de caráter mercadológico, modelo no qual a educação norte-americana estava inserida, ficou bastante evidente nas intenções do acordo. Além do mais, ainda fazia parte dos objetivos do convênio que, até 1970, os primeiros 25% das universidades brasileiras que estivessem “mais amadurecidas para a reforma administrativa” (Alves, 1968, p. 36) contariam com estrutura organizacional e de pessoal necessário capaz de conduzir uma administração de ampla eficiência; os segundos 25%, que se encontravam em um estágio seguinte de amadurecimento, estariam em posição de desenvolver a estrutura interna necessária e reunir o mínimo de pessoal indispensável para dar início à sua reformulação administrativa; e os 50% de universidades restantes dariam os primeiros passos em direção à modernização com o suporte das universidades que estavam mais adiantadas nesse processo (Alves, 1968, p. 36).

De acordo com Flávia Santana (2015, p. 204), as funções que eram atribuídas à EPES por esse convênio eram bastante amplas. Assim, ficou a cargo dos consultores norte-americanos a escolha dos tipos de currículos, métodos didáticos, programas de pesquisa e serviços de orientação aos estudantes. Dessa maneira, esses consultores eram os responsáveis por todas as decisões que visavam garantir a “eficiência na formação universitária” e, ao mesmo tempo, “suprimir a autonomia das universidades brasileiras, empecilho à uniformização ideológica” (Poerner, 2004, p. 225). Assim, para Arthur Poerner,

Não há a menor dúvida de que isto obedecia a um plano de dominação cultural de toda América Latina, pois uma das primeiras medidas do general Onganía, depois do golpe militar que depôs o presidente Illia na Argentina, foi suprimir, em 29 de julho de 1966, pela primeira vez na história daquele país, a autonomia da Universidade de Buenos Aires (POERNER, 2004, p. 225).

Em abril de 1967, foram definidos os quatro técnicos norte-americanos que iriam compor o EPES: o professor Martin Klotsche, que coordenaria a equipe e era reitor do *campus* de Milwaukee, da Universidade de Wisconsin; Henry Hoge, da mesma universidade;

John Ryder e John Hunter, da Universidade de Michigan. Em relação aos técnicos brasileiros, o grupo era composto por apenas dois membros: Maria Aparecida Pourchet Santos, da Universidade de São Paulo; e José de Oliveira Campos, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Entretanto, conforme Arthur Poerner, por conta da baixa remuneração, o convite para integrar o EPES foi rejeitado por diversos professores brasileiros, fazendo com que estes estivessem em minoria no grupo que estava planejando os rumos da educação (Poerner, 2004, p. 219).

Importante salientar que os convênios foram assinados em sigilo e, no momento em que se tornaram públicos, sofreram forte oposição, sobretudo por parte do movimento estudantil, como vimos. O auge da oposição aos acordos MEC-USAID aconteceu no final do mês de abril de 1967, quando, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, o então ministro da Educação, Tarso Dutra, afirmou que os convênios seriam revisados em todos os pontos que fossem considerados inapropriados aos interesses do Brasil (Santana, 2015, p. 206). Dessa forma, em 09 de maio de 1967, o acordo original foi reformulado e ampliado. Conforme afirma Luiz Antônio Cunha (1988, p. 179), o novo convênio “tinha seu conteúdo organizado de tal maneira que não se pode deixar de pensar que ele foi redigido (...) em função das reações da opinião pública contrárias à intervenção dos consultores norte-americanos”. Ademais, o novo acordo substituiu a EPES pela Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES), que seria composta por quatro educadores brasileiros, considerados de “alto nível”. Enquanto a USAID, por sua vez, ficou responsável pela contratação de uma instituição educacional de grande relevância nos EUA para fornecer quatro ou mais consultores para compor a equipe.

Para Flávia Santana (2015, p. 206), os objetivos do novo convênio eram mais modestos que os do primeiro, pois, enquanto o acordo de 1966 determinava o planejamento geral do ensino superior, o de 1967 afirmava que se tratava apenas de uma colaboração com o planejamento que o MEC já estava realizando para este nível educacional. O novo acordo de 1967 foi firmado com a participação do Conselho Federal de Educação, afirma Santana, e gerou uma série de polêmicas, segundo relata Cunha (1988, p. 180), “houve conselheiros que julgavam comprometedor o fato de a maior parte da equipe ser membros do CEF; já outros (...) tiveram posição marcadamente contrária ao ‘papel subsidiário do CEF’ e à colocação de técnicos brasileiros como ‘parceiros estrangeiros’”.

Ainda de acordo com Santana, após inúmeras divergências, a Câmara de Legislação e Normas do CEF elaborou o Parecer nº226/67 determinando que o CEF firmasse convênio com a USAID não apenas como participante, mas sim como testemunha, e assumisse,

também, o papel de avaliador final dos planos que seriam desenvolvidos pela EAPES. Por isso, na visão da autora, os norte-americanos ganhavam, novamente, um espaço maior do que os brasileiros nas esferas de tomada de decisão no planejamento do ensino superior no Brasil. Outra dificuldade enfrentada diz respeito à composição da AEPES, visto que o MEC teve grande dificuldade em encontrar educadores brasileiros dispostos a trabalhar na equipe dominada pelos estrangeiros. Foi somente no final de 1967 que o ministro Tarso Dutra nomeou os profissionais que iriam compor a equipe, no entanto, nenhum deles fazia parte do CEF (Santana, 2015, p. 207).

Esse convênio tinha previsão de vigência até julho de 1969, mas, em virtude dos protestos e oposição à interferência norte-americana no ensino superior brasileiro, a USAID acabou rescindindo, unilateralmente, o acordo um ano antes da data prevista para o seu término. Embora sofrendo forte oposição por parte do movimento estudantil e da opinião pública em relação aos Acordos MEC-USAID, assim como pelo cancelamento do convênio pela USAID um ano antes do seu prazo original de encerramento, a EAPES deu prosseguimento aos trabalhos e, como resultado, elaborou, em 1969, um relatório contendo 648 páginas (Santana, 2015, p. 207). Ao analisar o relatório, Cunha (1988, p. 202) afirma que o trabalho era “surpreendentemente modesto, se comparado com os ambiciosos objetivos de ambos os convênios MEC-USAID para o ensino superior”.

Portanto, como afirma Karina Ferraro (2011, p. 125), através dos acordos MEC-USAID, foi introduzida na universidade a ideia de que o ensino é uma mercadoria e que o estudante não saberia o seu valor se ele não pagasse pelo curso. Pautados nessa concepção, os governos militares estrangularam a universidade pública e patrocinaram a expansão do ensino privado no país.

3.2.3 “Operação Limpeza” e os expurgos nas universidades gaúchas

Ao longo do período ditatorial brasileiro, foi adotada uma política de expurgos, que ocorreu em dois momentos distintos. O primeiro deles, já no ano de 1964, tinha como objetivo principal a “limpeza” dos opositores ao novo regime, e o segundo, no ano de 1969, em decorrência do AI-5. Sendo assim, ainda hoje percebemos alguns resquícios das políticas implantadas, sobretudo no que tange à organização universitária, originária desse período, pois, como afirma Leonardo Kantorski (2011, p. 44), a universidade brasileira sofreu alterações em sua fisionomia crítica em consequência do contexto ditatorial em que o Brasil estava inserido à época.

A “Operação Limpeza” corresponde à uma das primeiras intervenções estabelecidas pelo regime recém implantado e destinava-se ao combate à oposição na sociedade política e civil. A expressão traduzia a busca dos militares por eliminar e/ou controlar toda e qualquer ação que julgassem ser “subversiva”. Assim, a “operação limpeza” não se restringiu a expurgos e cassações sumárias de representantes políticos e funcionários públicos. Imediatamente após o golpe, uma pressão no meio militar cresceu, promovida por setores alinhados ideologicamente com a “linha dura”, em favor de uma repressão intensa e direta sobre a sociedade civil, visando especialmente os líderes. Tal intervenção estava prevista no AI-1, conforme vimos anteriormente, e, já no dia seguinte a sua promulgação, foram cassados, por dez anos, os direitos políticos de 100 civis e militares brasileiros. Na cidade de Pelotas, por exemplo, foram detidas dezenove pessoas em maio de 1964, e três outras foram detidas, ouvidas e liberadas. Entre os presos, constavam nomes da administração municipal, bem como professores, pesquisadores, militares, sindicalistas, políticos do PTB e do PR, dentre outros (Gomes, 2017, p. 64).

O início do processo de expurgos, sobretudo de docentes, se deu em razão dos militares acreditarem que as universidades eram os berços de ideias revolucionárias e de recrutamento de quadros para as esquerdas. Dessa maneira, “os intelectuais opositores, acompanhando a tendência de expansão da oferta no ensino superior público e da reforma universitário de 1968” (Kantorski, 2011, p. 45), acabaram se tornando inimigos do Estado, na medida em que os militares apresentaram sua proposta para as entidades de ensino superior.

Nesse sentido, após o golpe civil-militar de 1964, as propostas apresentadas pelos militares para as universidades demonstravam a influência que os Estados Unidos exerciam sobre esse governo. Como aponta Rodrigo Patto Sá Motta, há muito tempo que a educação brasileira é privilegiada com a presença de estrangeiros, especialmente no ensino superior, e essa intervenção é vista de forma desejável e positiva pelo autor, pois, para ele, “o conhecimento não deve ter fronteiras, e, nesse campo, quanto mais mobilidade, melhor” (Motta, 2014, p. 111). Não obstante, o problema maior não era somente a interferência norte-americana na educação do Brasil, mas o fato que gerou controvérsias foi a presença da USAID nesta, porque isso implicava o envolvimento oficial do governo dos Estados Unidos na nossa educação. Ainda de acordo com Motta (2014, p. 112), um dos interesses dos Estados Unidos ao interferir no sistema educacional brasileiro estava diretamente ligado à pretensão de barrar o processo de “comunização” do continente latino-americano, após Fidel Castro e seus companheiros terem obtido êxito com a Revolução Cubana, em 1959.

As reformas implantadas no setor universitário pelo governo foram inspiradas, parcialmente, em ideias apresentadas no contexto pré-1964, pois algumas delas foram defendidas por intelectuais e políticos que estavam ligados a João Goulart. As reformas implantadas pelos militares possuíam traços distintos, já que combinavam o viés modernizador a propósitos autoritários e conservadores: “o setor moderno da coalizão golpista desejava algumas reformas, mas sob a condição de despolitizar os debates e reprimir qualquer tentativa de arregimentação social” (Motta, 2008, p. 31). Em relação às universidades, a modernização conservadora significou, no âmago modernizante, a racionalização dos recursos, o reforço da iniciativa privada, assim como a organização da carreira docente, a criação de departamentos em troca do sistema de cátedras, maior incentivo à pesquisa e à pós-graduação, entre outras modificações. Algumas dessas medidas eram defendidas já no início dos anos 1960.

Na esfera conservadora, a política adotada pelo regime militar para as universidades brasileiras acarretou no combate e censura às ideias de esquerda, assim como tudo o que era considerado perigoso e “subversivo”, além, é claro, da repressão e afastamento dos meios acadêmicos daqueles sujeitos considerados progressistas; do controle e a dominação do movimento estudantil. Segundo Karina Ferraro (2011, p. 47), o resultado da *reforma universitária consentida*¹⁴¹ foi a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968¹⁴², cujo dispositivo fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e representou a consolidação da reforma iniciada em 1964. Com relação à autonomia, prossegue Ferraro, estava previsto para as universidades autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira; indissociabilidade entre ensino e pesquisa; organização da universidade através de estatutos e regimentos que deveriam ser submetidos à aprovação do Conselho de Educação competente; a escolha do reitor e vice-reitor das instituições públicas realizada por meio de uma lista sêxtupla, elaborada por um colégio eleitoral, constituído pelo Conselho Universitário e órgãos colegiados máximos de ensino, pesquisa e extensão.

Com o intuito de vigiar a comunidade acadêmica, foram criadas as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), que estavam subordinadas aos ministérios civis. Por meio da criação desses instrumentos repressivos no seio das instituições, as denúncias às comissões de investigação de professores considerados progressistas se tornaram

¹⁴¹ Foi assim nomeada por se tratar de uma reivindicação pela qual o movimento estudantil vinha lutando há bastante tempo, como evidenciamos ao longo do capítulo, mas que foi efetivada através dos moldes conservadores e autoritários do regime militar brasileiro.

¹⁴² Para maior conhecimento acerca da lei, ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm. Acesso em: 12/09/2022.

práticas habituais e passaram a ser um adicional na instrumentação política interna do ensino superior. Em consequência do recrudescimento da ditadura a partir de 1968, o governo criou, em janeiro de 1971, as AESI, após a aprovação do Plano Setorial de Informações, pelo MEC, em que ficava recomendada a nomeação do chefe responsável. Assim, entre 1971 e 1972, as universidades públicas criaram as suas próprias AESI, proporcionando, com isso, um maior controle do regime militar dentro dos *campi* universitários. Para Motta,

As Assessorias são apresentadas como órgãos subordinados aos Reitores e encarregados de assessorá-los em assuntos relativos à Segurança Nacional e Informações no âmbito da Universidade. No entanto, muitas vezes as Assessorias serviram de canal para o exercício de pressão e controle sobre as Reitorias, ações provenientes da cúpula do Estado e dos serviços de informação. Segundo o documento, era papel da AESI: a) produzir informações necessárias às decisões dos Reitores; b) produzir informações para atender às determinações do Plano Setorial de Informações; c) encaminhar à DSI informações por ela requisitadas. A preocupação efetiva do regime militar era com os itens b e c, ou seja, importava menos o assessoramento aos Reitores e mais o fornecimento de informações para alimentar o sistema de segurança e repressão. (MOTTA, 2008, p. 36).

Uma das principais atuações das AESI universitárias era filtrar as contratações de pessoal, impedindo, dessa forma, a entrada de docentes considerados de esquerda. Realizava, também, o controle de manifestações e ações políticas desenvolvidas pelas lideranças estudantis, que iam desde passeatas a shows e solenidades de formatura, além da aplicação de punições mais severas, como a assinatura do Decreto nº 477, editado em fevereiro de 1969, que permitia, através de processo sumário, a expulsão de estudantes e a demissão de funcionários das universidades acusados de atos subversivos.

No cenário universitário do Rio Grande do Sul, iniciamos a análise dos expurgos apresentando o caso da UFRGS. Em pesquisa realizada sobre a instituição, Jaime Mansan (2009, p. 191), aponta que, durante a fase inicial de instauração da ditadura civil-militar, havia certa cobrança para que os dirigentes universitários colaborassem tanto com o controle político-ideológico, quanto com a ação repressiva aos universitários que adotavam uma conduta de oposição ao governo. Para isso, os órgãos do aparato repressivo forneciam informações aos tais dirigentes. Ainda sobre a referida universidade, Rodrigo Patto Sá Motta (2014, p. 56) afirma que na primeira “onda” de expurgos, a UFRGS teve dezoito professores expurgados sumariamente, sendo afastados da universidade em fins de 1964. Dezesesseis desses professores expurgados lecionavam em Porto Alegre e dois deles, em Pelotas¹⁴³. Conforme

¹⁴³ Em relação aos expurgos na UFSM, encontramos apenas uma referência ao assunto na entrevista à equipe de assessoria de imprensa da Seção Sindical dos Docentes da UFSM, do médico e ex-professor daquela universidade, Eduardo Rolim, onde ele conta que foi um dos dois professores expurgados da UFSM logo após o golpe civil-militar em consequência da sua ligação com o PTB, já que também atuava como vereador em Santa Maria pelo partido. Além disso, afirma que, no mesmo período, foi instaurada uma AESI na universidade, a qual

Leonardo Kantorski, além desses dezoito punidos, ainda houve a cassação de direitos políticos de mais quatro professores, entre eles o deputado Armando Temperini Pereira (PTB).

O expurgo de professores e estudantes na UFRGS em 1964 (e, posteriormente, em 1969) foi programado e executado tal como o foram as ‘punições’ que atingiram cidadãos civis e militares em outras instituições nacionais. Os atos de repressão política e cultural que tantos viveram diretamente, e que, num certo sentido, e sob formas diferentes, a todos atingiu – professores, pesquisadores, funcionários e estudantes –, fazem parte do processo político mais geral desencadeado pelo Poder que se instalou no país em 1964 (ADUFRGS, 1979 *apud* KANTORSKI, 2011, p. 53).

Na UFRGS, desde 1964, essas ações foram alternadas ou conjuntamente implementadas por interventores, assim como pelo Reitor, pelo Conselho Universitário e por alguns diretores de unidade de ensino, como aponta Kantorski. Em alguns casos, isso ocorreu por afinidades político-ideológicas com o regime militar, já em outros, por coações diversas. A referida instituição vivenciou todos os efeitos do controle ditatorial e, em grande parte, os expurgos aconteceram em consequência da perspectiva ideológica (Kantorski, 2011, p. 53).

Em Pelotas, ainda nas primeiras semanas de abril de 1964, a Escola de Agronomia¹⁴⁴, que abrigava na época o Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Sul (IPEAS), foi invadida pelas forças armadas cujo objetivo era efetuar a prisão de professores ligados ao PCB e ao PTB. Além disso, foram realizadas revistas nas casas de moradores do bairro Capão do Leão, que ainda fazia parte do município de Pelotas naquele momento, não somente na busca por material “subversivo”, mas também para repressão ao PTB, desarticulação do Grupo dos 11¹⁴⁵ e procura por Brizola. Segundo Marília da Silveira (2010, p. 24), a busca por Brizola teve grande repercussão na cidade, pois sua fuga estava diretamente ligada ao fazendeiro pelotense Moacyr Souza, amigo íntimo do ex-governador, além do fato de Pelotas estar na rota de fuga de muitos militantes que buscavam o exílio no Uruguai.

Quando a UFPel foi criada, no ano de 1969, ela já se encontrava sob domínio dos militares, sendo mais fácil, por assim dizer, a implantação de políticas repressivas. Deste modo, assim como na UFRGS, na UFPel foi constituída uma AESI, que era responsável pelo

foi chefiada pelo Coronel Alexandre Amêndola e, posteriormente, pelo coronel Valdir Real Andrade. Para ler a entrevista na íntegra, ver: <https://www.sedufsm.org.br/noticia/3586>. Acesso em: 13/09/2022.

¹⁴⁴ Lembrando que anteriormente à criação da UFPel, a Escola de Agronomia Eliseu Maciel estava ligada à UFRGS, conforme apresentado no primeiro capítulo da tese.

¹⁴⁵ Enquanto deputado federal pelo estado da Guanabara, às vésperas do golpe civil-militar de 1964, Leonel de Moura Brizola liderou a organização de um movimento de recrutamento político intitulado os Comandos Nacionalistas, também conhecidos como os Grupos de Onze Companheiros. Um dos objetivos dessa organização era pressionar o presidente João Goulart a implantar as Reformas de Base, sobretudo a reforma agrária. Para maior conhecimento acerca do Grupo dos 11, ver: BRANDALISE, Carla; HARRIS, Marluza Marques. Os comandos nacionalistas: estratégias de Leonel de Moura Brizola. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 174-193.

controle interno dos docentes. Kantorski afirma que são poucos os documentos existentes que dão conta deste órgão interno, mas, com a ajuda da História Oral, o Núcleo de Documentação Histórica (NDH)/UFPel realizou uma série de entrevistas com ex-docentes da universidade. Assim, é possível ter acesso a algumas fontes. Em entrevista à Eliana Fernandes, o professor da faculdade de Agronomia, Manuel Coelho, relata que: *“Durante todo o processo que fui perseguido [...] respondi um inquérito administrativo, algo assim, não me lembro bem, como era na época, a nível interno de Universidade. [...] depois passei a responder processo, inquérito do IPM, famoso IPM que era um recurso militar [...]”* (Coelho, Manuel. *Entrevista concedida a Eliana Fernandes, 2005, p. 221 apud Kantorski, 2011, p. 55*).

Ao elucidar questões acerca dos IPMs¹⁴⁶ e do período da invasão ao campus da UFPel, Coelho descreve que: *“[...] alguns tiveram que responder. Sim alguns tiveram presos logo que se instalou a ditadura, professores da Universidade de Agronomia, na época alguns pesquisadores da EMBRAPA (antigo IPEAS), responderam sim, alguns foram afastados [...]”* (Coelho, Manuel. *Entrevista concedida a Eliana Fernandes, 2005, p. 221 apud Kantorski, 2011, p. 55*).

Ainda sobre os IPMs, Carmen Duarte da Silva, uma das responsáveis pela fundação da faculdade de Educação da UFPel, relata, em entrevista concedida à professora Beatriz Ana Loner, que inicialmente a universidade vivia um período político conturbado e *“[...] na Universidade, já em 1964, uma situação difícil com IPMs, com soldados que tomaram o campus, que entravam na biblioteca [...]”* (SILVA, Carmen Duarte da. *Entrevista concedida a Beatriz Ana Loner, 1992, n.p., apud Kantorski, 2011, p. 55*). Esse processo causou aos professores e a todos aqueles envolvidos direta ou indiretamente uma atmosfera de medo e terror, conforme esclarece Carmen da Silva: *“[...] A gente vivia um clima de terror muito grande. E até lembro que a gente estava dando aula e, daqui a pouco, um pé na porta... abria violentamente e entravam sargentos fardados. Aquilo era um terror para os professores, para os alunos; a gente não sabia o que ia acontecer, não sabia quem era quem... isso tinha deixado um trauma muito grande [...]”* (SILVA, Carmen Duarte da. *Entrevista concedida a Beatriz Ana Loner, 1992, n.p., apud Kantorski, 2011, p. 55*).

De acordo com Carmem Silva, o clima pesado foi amenizado nos anos seguintes, *“[...] mas aí em 1968, 1969, a coisa começou a ficar difícil de novo e, então, voltou aquele clima muito forte de ameaças, de terrorismo, de denúncias [...]”* (SILVA, Carmen Duarte da. *Entrevista concedida a Beatriz Ana Loner, 1992, n.p., apud Kantorski, 2011, p. 55*). Percebe-

¹⁴⁶ Os Inquéritos Policial Militar (IPM) já existiam anteriormente ao golpe e tratava-se de procedimento investigativo integrante da Justiça Militar, previsto nos códigos normativos das instituições militares.

se, com essa afirmativa da professora, que a lógica de nível nacional da “operação limpeza” pode ser percebida em dois momentos distintos, logo em 1964 e depois 1969, e ocorreu na UFPel. Dessa maneira, conforme destaca Jaime Mansan:

Em fevereiro de 1979, o Coojornal denunciou a ocorrência de expurgos na UFPel. Na reportagem, mencionava-se o papel ativo da AESI que funcionava naquela universidade federal, chefiada pelo gen. Edson Vignoles. Segundo professores do curso de Arquitetura de lá, o militar tinha ‘mania de arquiteto’. Isso porque, quando um dos professores soube que o pórtico do campus, então recém-construído, havia sido uma ideia do militar, teria comentado ironicamente que ‘seria interessante se os arquitetos ficassem com mania de generais’. O comentário teria rendido a esse professor uma denúncia de órgãos de segurança, lida pelo Reitor diante de uma comissão de docentes do referido curso (MANSAN, 2009, p. 202).

Paralelamente à fundação da UFPel, se iniciou o processo de constituição da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), que acabou absorvendo os cursos que já vinham sendo oferecidos na cidade através das faculdades isoladas, dentre eles, Engenharia Mecânica e Química, Matemática, Oceanologia (criado em 1970), Ciências Biológicas, Medicina (criado em 1971), Ciências Econômicas, Administração, Direito, Filosofia, Estudos Sociais, Pedagogia e Letras. E assim como a UFPel, a FURG já “nasce” sob vigência da ditadura, uma vez que as práticas coercitivas contra professores, alunos e funcionários existiram desde o início de suas atividades. No período compreendido entre novembro de 1972 e agosto de 1979, ocorreram 29 demissões (Kantorski, 2011, p. 67-75).

De acordo com Leonardo Kantorski, em documento enviado ao Presidente da Comissão Nacional de Anistia do Ministério da Educação, Ronaldo Poletti, os docentes expurgados da FURG descrevem conjuntamente as práticas autoritárias ocorridas na entidade:

Inúmeros foram os desmandos, coações, ameaças e perseguições por parte do então Reitor da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), culminando com a sequente evasão de mais de 30 docentes no período acima referido, prejudicando o Ensino e a Pesquisa. Que a maioria das demissões, dispensas, ou pedidos de demissão, caracterizam-se ou tinham como reflexo, a PERSEGUIÇÃO POLÍTICA efetuada pelos membros da Reitoria. Que estes docentes, perseguidos que foram, até o reduto de seus departamentos, eram constrangidos ou compelidos; primeiramente, a pedir demissão de seus cargos ou funções, e/ou, aqueles que ainda tentavam resistir às graves ameaças ou delações, secundariamente, eram demitidos de maneira sumária (Comissão Nacional de Anistia, 1986 *apud* KANTORSKI, 2011, p. 84).

Ainda sobre as demissões arbitrárias, Kantorski apresenta o caso de um professor que, em fevereiro de 1977, recebeu, por meio do memorando nº145/77, a convocação “com máxima urgência” do Sub-reitor para Assuntos Administrativos, Alberto Meirelles Leite, “para tratar de assuntos de seu interesse”. Na realidade, no momento dessa convocação, o docente foi demitido sem justa causa (FURG, 15 fev. 1977 *apud* Kantorski, 2011, p. 84).

Assim, após trazermos essa breve análise de dados acerca da política de expurgos na FURG, fica evidente que este processo ocorreu tardiamente, já que ele se iniciou nos anos 1970, diferentemente das outras duas instituições abordadas aqui. Isso se deve ao fato de que a universidade foi fundada ao final de 1969, sendo considerado este período o segundo, e talvez o mais duro, da “operação limpeza”.

3.3 O AI-5 e o Decreto-lei nº 477

Para Paulo Sérgio do Carmo (2000), o final dos anos 1960 foi marcado por diversos acontecimentos importantes que revelaram o descontentamento dos jovens em relação ao modelo convencional adotado pela sociedade mundial da época. As manifestações de rua dos estudantes franceses em maio de 1968, o movimento pelo fim da Guerra do Vietnã, a primavera de Praga, as batalhas da polícia contra os estudantes no México, no Japão e no Brasil, transformaram o ano de 1968 em um ano místico, um ano símbolo de toda a rebeldia mundo afora. Entretanto, Maria Paulo Araujo (2009, p. 17) chama a atenção para a heterogeneidade desses movimentos, já que ocorreram diferentes tipos de movimentos políticos, com diferentes conteúdos. Assim, “1968 é (...) sinônimo de multiplicidade e de disputas políticas” afirma a autora. Neste sentido, Marcelo Ridenti nos alerta que, apesar de expressar eventos históricos importantes, é preciso ter cautela, já que certas datas não se fecham em limites cronológicos exatos. Dessa maneira, é necessário compreender todo o processo anterior. De acordo com Ridenti,

Talvez seja mais pertinente tratar de épocas em que ganharam força inusitada certas maneiras de ver o mundo e de agir sobre ele, que não se aprisionam em datas precisas. Assim, tratar de 1968 significa tentar entender a época em que os acontecimentos desse se inserem e de que ele é símbolo, cujos limites cronológicos são relativamente móveis, *grosso modo*, do final dos anos 1950 a meados dos 1970 (RIDENTI, 2009, p. 81).

No Brasil, o ano de 1968 foi marcado pelo auge das lutas estudantis. A morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, no dia 28 de março daquele ano, no restaurante Calabouço, foi o estopim para a intensificação dessas lutas. Edson Luís foi ferido durante o confronto da polícia militar com os estudantes que se manifestavam contra o aumento do preço da refeição, sendo este considerado abusivo. Além disso, pediam melhorias sanitárias no restaurante e a finalização das obras. A forma truculenta com que os policiais ingressaram no restaurante fez os estudantes revidarem, utilizando as armas de que dispunham no momento, paus e pedras (Guedes, 2020, p. 110). Para Maria Ribeiro do Valle (2008, p. 41),

a violência empreendida pelos estudantes pode ser entendida como revide à invasão policial. Em relação à morte de Edson Luís, Martins Filho descreve em seu livro:

O tiro partiu da direita. Desta vez os soldados do pelotão de choque da Polícia Militar da Guanabara responderam com fogo às pedras e vaias dos secundaristas. Em frente ao restaurante estudantil do Calabouço, caiu morto o jovem Edson Luís de Lima Souto, aluno do curso de madureza, que viera de Belém do Pará para tentar uma faculdade no Rio de Janeiro. Segundo testemunhas o estudante tentou correr, mas seus joelhos se dobraram, no rosto um olhar mais de espanto que de dor. A bala veio da direita, da entrada da galeria que dava para a transversal da avenida General Justo, perto do centro da ex-capital do país. O rapaz foi atingido no peito. Os estudantes carregaram-no em passeata até o prédio da Assembleia Legislativa¹⁴⁷, onde entraram à força. No caminho, romperam a pedradas a Embaixada dos Estados Unidos, na Avenida Presidente Wilson. Até chegar o caixão, o corpo ficou exposto sobre uma mesa. Sem camisa, coberto até a cintura por uma bandeira, um cartaz improvisado pendendo para a frente permaneceu protegido por um grupo de militantes que impedia a aproximação de estranhos. O crime ocorreu ao final da tarde. Mais precisamente às 18h20 do dia 28 de março. Corria o ano de 1968 (MARTINS FILHO, 1996 *apud* ARAUJO, 2007, p. 174).

A morte do estudante deu início ao processo de radicalização política, assim como de confrontos violentos entre a polícia e os estudantes. De acordo com Mateus Lima (2017, p. 256), o dia 02 de abril de 1968 foi marcado pelo confronto entre os estudantes e a Brigada Militar em Porto Alegre. Neste dia, prossegue Lima, os estudantes haviam programado uma manifestação em repúdio à morte de Edson Luís e a concentração desta seria na UFRGS. Houve, entretanto, forte policiamento preventivo, uma vez que os agentes cercaram a instituição. Houve diversas ações dispersas pela cidade. Vinte e duas pessoas foram detidas no dia, entre elas, Luiz André Fávero, presidente da UGES no período. Ainda conforme o autor, os conflitos aconteceram quando Costa e Silva estava presente na capital gaúcha, deixando a situação ainda mais tensa. O anúncio do recebimento por Costa e Silva do título de *Doutor Honoris Causa* pela UFRGS¹⁴⁸ foi um dos motivos dos protestos estudantis.

Ademais, poucos dias após o episódio no calabouço, a polícia voltou a investir em ações repressivas violentas contra os estudantes que participavam da missa de sétimo dia pela morte do estudante, a qual ocorreu na Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro. O exército estava ocupando o centro da cidade e, na saída da missa da manhã, a cavalaria da polícia militar atropelou alguns estudantes. Já na missa ocorrida no período da tarde, foi feito um cordão de isolamento pelos padres, cujo objetivo era proteger os estudantes que participavam

¹⁴⁷ Segundo Maria Ribeiro do Valle (2008, p. 46), o corpo de Edson Luís foi velado na Assembleia Legislativa, onde também foi feita a autópsia, para que a PM não desse outro destino a ele (desaparecimento).

¹⁴⁸ No dia 19 de agosto de 2022, o Conselho Universitário da UFRGS aprovou a revogação dos títulos de Doutor *Honoris Causa* concedidos aos ditadores Artur Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, que presidiram o país durante o período considerado como o mais duro da ditadura civil-militar brasileira. Foram 48 votos a favor da revogação e apenas um contrário à proposta. Para saber mais, veja: <https://aspuv.org.br/ufrgs-revoga-titulos-de-doutor-honoris-causa-dos-ditadores-costa-e-silva-e-medici/>. Acesso em: 22/09/2022.

da cerimônia. No entanto, nem esse ato coibiu nova investida da cavalaria (Gomes, 2017, p. 55). De acordo com Valle (2008), esse período compreendido entre as manifestações estudantis de 1º de abril – alusivas aos quatro anos do golpe – e a missa de sétimo dia de falecimento de Edson Luís de Lima Souto foi marcado pela ameaça de decretação de estado de sítio, caso voltassem a ocorrer agitações.

Os estudantes apontam desde este momento a possibilidade de um novo golpe. A ação das Forças Armadas, levando seus tanques para a rua, a partir para cima da “população indefesa” que participa da missa na Candelária, torna claros, segundo os estudantes, os objetivos defendidos pelo aparato militar, ou seja, os interesses das classes dominantes, bem como o caráter ditatorial do governo (VALLE, 2008, p. 59-60).

Após o episódio lamentável que resultou na morte de Edson Luís de Lima Souto, fica evidente o percurso da violência no ano de 1968 e, como única opção, o movimento estudantil passou ao enfrentamento e foi para o embate direto contra a repressão utilizada pelos militares. A morte de um estudante secundarista, de origem humilde, recém-chegado ao Rio de Janeiro, que estava no restaurante Calabouço fazendo sua refeição – restaurante onde ele auxiliava na limpeza para ter condições de prosseguir seus estudos, não se inseria, entretanto, na figura de uma liderança “subversiva”, nem de comunista, ou de agitador. Esse fato levou setores sociais de diferentes estados à indignação (Valle, 2008, p. 69). Fábio Marçal escreve que,

As disputas e embates diretos, neste momento, eram algo que fortificavam o Movimento Estudantil, pois a cada ato de desobediência (mobilizar-se em torno dos seus ideais era ser desobediente), certificava-se de que era possível enfrentar o regime, principalmente se fosse extrapolado o limite da legalidade (aliás, boa parte das lideranças estudantis via na ilegalidade a única possibilidade de luta). Neste sentido, as mobilizações se sucedem, bem como se sucede a brutalidade com que o governo às reprimia (MARÇAL, 2006, p. 83).

Mais tarde, têm início inúmeras manifestações estudantis e populares contra a ditadura, que acabaram culminando na “Passeata dos Cem Mil”. Esta manifestação aconteceu no Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1968, e contou com a participação de estudantes, intelectuais e da população em geral. Ao contrário dos episódios violentos ocorridos dias antes, a passeata foi pacífica e não foi reprimida pela polícia. Conforme Araújo (2007, p. 180), essa manifestação foi o ponto máximo da mobilização estudantil e, a partir desse momento, o movimento estudantil começou a perder o fôlego e o regime militar, a recuperar sua iniciativa política.

Numa tentativa de manterem-se organizados, os estudantes realizaram, clandestinamente, o 30º Congresso da UNE, em outubro de 1968, na cidade de Ibiúna (SP). O

congresso foi articulado para eleger a nova diretoria da entidade. No entanto, tornou-se um triste marco na história do movimento estudantil brasileiro. De acordo com Tânia Gonçalves e Luiz Henrique Romagnoli (1979), alguns meses antes, os estudantes já haviam preparado o esquema de segurança, bem como a eleição do local para a realização do congresso. Assim, foram apresentadas três opções além do sítio em Ibiúna: outros dois sítios no interior de São Paulo ou na Praia Grande, litoral paulista. A opção vencedora foi o sítio Muduru, em Ibiúna, que ficava distante 25 quilômetros do centro da cidade. Os estudantes chegaram até a localidade camuflados em jipes, peruas e camionetes.

Segundo Renato Della Vechia (2011, p. 137), por medida de segurança, os estudantes desciam alguns metros antes do sítio e completavam o percurso a pé, até uma casa onde era feita a triagem e só estava autorizado a prosseguir quem possuísse uma senha distribuída pela comissão de segurança. Todavia, como os suplementos alimentícios deveriam ser comprados no centro da cidade, percebeu-se uma intensa movimentação de jovens na pequena cidade do interior paulista, fato que chamou a atenção da população e, em consequência, a polícia foi acionada e o Congresso foi desmantelado, com um saldo de quase 800 presos.

Entretanto, Gonçalves e Romagnoli afirmam que o delegado geral do DOPS, Ítalo Ferrinho, encaminhou à delegacia local, cerca de 10 dias antes da realização do congresso, um documento secreto instruindo a polícia da cidade que, ao perceber qualquer movimentação de “pessoas estranhas, movimentos suspeitos ou jovens cabeludos e de calça Lee”, não tomasse qualquer iniciativa, pois a intenção era “pegar todos no Congresso” (Gonçalves; Romagnoli, 1979, p. 12). De acordo com Maria Valle (2008, p. 232), os estudantes acreditavam que a delação partiu de algum agente infiltrado no movimento, embora concordassem que houve inúmeras falhas no esquema de segurança. A repressão ao XXX Congresso da UNE marcou o início do refluxo do movimento estudantil; esse foi o marco final de todo aquele processo político, de confronto e radicalização (Araujo, 2007, p. 185). No entanto, segundo Angélica Müller (2016, p. 21), é necessário frisar que, mesmo com a UNE desarticulada, isso não significou o desmonte do movimento estudantil.

Em 13 de dezembro de 1968, para combater o alto grau de insubordinação política, o governo militar baixou o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Para Maria Helena Moreira Alves (1984, p. 135), o AI-5 marcou a fase final de institucionalização do Estado de Segurança Nacional, do estágio de lançamento de suas bases. Entre suas principais prerrogativas, o AI-5 concedia ao presidente da República o poder de decretar o recesso do Legislativo em todos os seus níveis, federal, estadual e municipal, bem como decretar intervenção federal nos governos estaduais e municipais, cassar mandatos e suspender os direitos políticos de

qualquer cidadão por um período de 10 anos, além de extinguir o direito a *habeas corpus* para aqueles acusados de crimes contra a segurança nacional.

Em 26 de fevereiro de 1969, Costa e Silva sancionou o Decreto-lei nº 477¹⁴⁹ que, entre outras medidas, proibia toda e qualquer manifestação considerada de caráter “subversivo” dentro dos estabelecimentos de ensino públicos e/ou privados. De acordo com Müller (2016, p. 17), tal decreto ficou conhecido como o “AI5- da Educação”, já que previa duras penas a professores, funcionários e alunos, cujas punições incluíam a demissão seguida da proibição de nova contratação durante cinco anos para os profissionais e desligamento e proibição de ingresso em outras IES durante três anos para os estudantes. Em consequência disso, assinala a autora, as possibilidades de atuação do movimento estudantil diminuíram drasticamente.

Após o Congresso de Ibiúna, a UNE elegeu um novo presidente em março de 1969, o estudante Jean Marc von der Weid, acadêmico de Química na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o qual era vinculado à AP. Segundo Della Vechia (2011, p. 139-40), Jean Marc defendia um recuo tático do movimento estudantil nesse momento, bem como a ativação das executivas nacionais por área de estudos, visando aglutinar e organizar os estudantes. A diretoria, por sua vez, avaliou que um recuo naquele momento enfraqueceria a entidade e considerou que seria mais importante uma luta política de caráter geral. Assim, conforme Della Vechia, foi aprovada uma campanha que denunciava a visita de Nelson Rockefeller ao Brasil¹⁵⁰, porém, aconteceram poucas manifestações contrárias ao representante norte-americano e estas contaram com a participação restrita de alguns setores mais engajados. Em razão da conjuntura em que o movimento estudantil estava inserido à época, ele tinha perdido sua capacidade de realizar grandes manifestações. Contudo, outra campanha encabeçada por essa diretoria foi a luta contra o decreto-lei 477. Mesmo sem conseguir derrubá-lo e impedir as inúmeras cassações, o movimento obteve algumas vitórias parciais em algumas escolas (Della Vechia, 2011, p. 141). Dessa forma, conforme o depoimento contido no livro de Nilton Santos, Doralina Rodrigues de Carvalho¹⁵¹, que fazia parte da diretoria da UNE no período, afirma:

¹⁴⁹ Sobre o Decreto-lei nº 477, ver: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22/09/2022.

¹⁵⁰ O governador Nelson Rockefeller foi enviado pelo presidente norte-americano Richard Nixon ao Brasil em junho de 1969 para uma série de visitas com o objetivo de “ouvir, aprender e compreender”, segundo reportagem do jornal *Correio da Manhã (RJ)* no dia 17 de junho de 1969 (p. 8).

¹⁵¹ Não encontramos muitas informações sobre Doralina Rodrigues de Carvalho. Ao pesquisarmos no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), localizamos o relatório do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), onde diz que ela foi ex-presidente da UEE/MG, militante da AP e, na eleição para a UNE, em 1969, foi

Em todo o país, a debilidade do movimento não possibilitou uma reação em grande escala, face ao fechamento das entidades estudantis e às cassações. Mas muitas manifestações de solidariedade aos cassados ocorreram espontaneamente nas escolas. Tornou-se comum existirem cadeiras vazias nas salas de aula, com flores, em homenagem aos colegas atingidos pelo Decreto 477. Como desdobramento maior da luta contra a repressão, incorporamo-nos nas lutas contra as prisões e torturas, que se tornaram práticas comuns nos cárceres do regime. A UNE lançou uma campanha de denúncia dos crimes da ditadura. Neste período, um grande erro cometido por nós foi o de não buscarmos adequar nossas propostas políticas e as formas de luta e de organização às novas condições concretas (SANTOS, 1980, p. 94).

Durante esse período, assistimos ao recrudescimento da repressão policial contra os protestos públicos de repúdio ao regime. Em consequência disso, aqueles manifestantes, em grande parte estudantes, tidos como “subversivos”, foram cassados e muitos deles acabaram presos, torturados e, em casos extremos de uso da violência por parte do Estado, acabaram mortos. Para aqueles que conseguiram escapar a salvo da repressão, restava apenas a clandestinidade (Gomes, 2017, p. 58).

Segundo Daniel Aarão Reis Filho (2004, p. 41), “fechou-se a cortina, começaram os anos de chumbo”. Durante a década de 1970, devido ao recrudescimento da repressão estatal, houve um esvaziamento do movimento estudantil. As universidades, lugares onde pulsava o espírito de luta, acabaram se tornando espaços de medo e desconfiança, já que policiais infiltrados (ou não) percorriam constantemente os espaços de convivência dos estudantes. Os próprios alunos delatavam os colegas e professores “progressistas” acabaram sendo expurgados. Neste sentido, de acordo com Bortot e Guimaraens (2008, p. 29), “os corredores da USP eram assépticos, pareciam hospitais”. Muitos estudantes migraram para a luta armada, pois acreditavam que esta seria a única maneira possível de continuar a luta contra a ditadura. Para Ridenti, o movimento estudantil foi um dos principais expoentes de quadros para os grupos de esquerda, assim como para os grupos que aderiram à luta armada.

Foi notável a presença de estudantes nos grupos de esquerda em geral (906; 24,5% do total de 3.698 processados, com ocupação conhecida, por ligação com grupos de esquerda), e particularmente naqueles que pegaram em armas (583; 30,7% dos 1.897 denunciados por vinculação com organizações guerrilheiras urbanas típicas). Isso reflete a extraordinária mobilização estudantil, sobretudo nos anos de 1966 e 1968 (RIDENTI, 2010, p. 115).

Nesse período, o país vivia a ilusão do “milagre econômico”, sendo este o responsável pela aceleração do desempenho econômico do Brasil durante os anos de 1968 a 1973, já que

eleita vice-presidente, tendo Jean Marc von der Weid como presidente da entidade. A escassez de informações acerca de Doralina, e de muitas outras, demonstra o apagamento da história de mulheres na esfera da política estudantil. Fonte:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/70022230/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70022230_d0001de0002.pdf. Acesso em: 03/10/2023.

ele alcançou a taxa dos 11% ao ano. O plano econômico obteve grande sucesso e se beneficiou com a propaganda ufanista, o que convidava à alienação, sobretudo, dos pertencentes à classe média. Tal plano econômico foi desenvolvido pelos ministros Roberto Campos e Mario Henrique Simonssen, da Fazenda e da Economia, respectivamente, para superar o período recessivo atravessado durante os três primeiros anos do governo militar. Para tanto, houve a expansão do crédito e o incentivo à exportação, fazendo com que a industrialização se desenvolvesse no país. No entanto, a classe média foi a real beneficiada pelo “milagre econômico”, já que houve o aumento considerável de sua renda, o que significou a possibilidade de ter acesso aos principais bens de consumo duráveis, tais como casa própria, carro do ano e aquisição de modernos eletrodomésticos. Enquanto isso, os trabalhadores sofriam com o arrocho salarial e com o crescimento da desigualdade social devido à concentração de renda por uma minoria (Gomes, 2017, p. 59).

Sendo assim, no decorrer dos primeiros anos da década de 1970, a UNE perdeu significativamente a influência no meio estudantil, uma vez que se restringia apenas a alguns estudantes clandestinos. De acordo com Angélica Müller (2016, p. 32), esse pequeno grupo que organizava o movimento estudantil, além de viver a ameaça de prisões, torturas e mortes, ainda lidava com a perda de militantes que optaram pela luta armada. A nova realidade vivida pela entidade era pautada pelo medo, assim como pelo desconforto e por um distanciamento imposto pelas circunstâncias. Contudo, no segundo semestre de 1971, foi realizado o 31º Congresso da UNE, quando houve eleição para a sucessão da diretoria, que foi vencida pela chapa liderada por Honestino Guimarães¹⁵², estudante do curso de Geologia da UnB e militante da AP. Segundo Müller (2016, p. 39), a diretoria eleita conseguiu desenvolver atividades até meados de 1973, quando quase metade da gestão foi presa e submetida a sessões de tortura. Dessa maneira, conforme afirma a autora, é possível constatar que a repressão conseguiu dismantelar a entidade representativa dos estudantes em nível nacional. Para Ana Paula Araujo (2007, p. 200), o movimento estudantil viveu a sua fase mais crítica de

¹⁵² Honestino Monteiro Guimarães iniciou sua militância como presidente do Diretório Acadêmico da Geologia (UnB) e, durante uma de suas prisões, mesmo não sendo candidato, foi eleito presidente da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB). Em 29 de agosto de 1968, o campus da UnB foi invadido pela polícia militar e Honestino Guimarães acabou sendo preso sob intensa violência, junto com muitos outros estudantes. Ao sair da prisão e com a edição do AI-5, foi obrigado a deixar a universidade quando cursava o último semestre e passou a viver na clandestinidade. Em 1968, Guimarães foi eleito presidente da UNE durante o XXX Congresso da UNE, ocorrido num sítio em Ibiúna (SP). Foi preso novamente em 10 de outubro de 1973, no Rio de Janeiro, mas infelizmente acabou assassinado em consequência de tortura sofrida na prisão. O paradeiro de seu corpo jamais foi revelado. É considerado, até hoje, como desaparecido político no Brasil. Fonte: Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985), 2ª edição, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 467.

refluxo entre os anos de 1969 e 1973. Assim, a ditadura acabou derrotando o movimento estudantil, que se reestruturaria novamente em meados de 1976.

3.4 A volta da UNE

Após a eleição de Ernesto Geisel, em 1974, deu-se início à etapa preliminar de transição da ditadura à “nova República” (Maciel, 2004, p. 85). Esse novo governo inaugurou um processo, segundo o próprio presidente, de “distensão política”, cujo projeto foi idealizado por Geisel e pelo Chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, e previa uma abertura “lenta, gradual e segura” que reconduzisse o país ao estado de direito. Para Maciel, a distensão foi determinada através da crise que se instalou no bloco do poder. A referida crise foi expressa pela ruptura entre as classes dominantes e as frações componentes do bloco no poder. Alves (1984) afirma que o projeto de distensão da sociedade seria calcado em estágios bem planejados, pois,

Haveria, em primeiro lugar, a suspensão parcial da censura prévia, seguida de negociações com a oposição para estabelecimento dos parâmetros de tratamento dos direitos humanos. Posteriormente, seriam promovidas reformas eleitorais, para elevar o nível de representação política. Em seguida, as medidas mais explicitamente coercitivas, inclusive o Ato Institucional nº 5, seriam revogadas, incorporando-se outros mecanismos de controle à Constituição (ALVES, 1984, p. 186).

Nas eleições de 1974 e 1976, o MDB obteve expressiva votação, ainda que continuasse sendo minoria no Congresso. Porém, em 1977, já temendo um avanço da oposição emedebista nas próximas eleições, Geisel encaminhou ao Congresso Nacional uma série de medidas, por meio de oito decretos-leis e da Emenda Constitucional nº 8, em abril daquele ano, que tinham como principal objetivo garantir a maioria da ARENA no pleito eleitoral de 1978. Caso tais medidas não fossem aprovadas, levariam o presidente a fechar o Congresso por medida presidencial, ou seja, o presidente poderia impô-las. Esse fato ficou conhecido como “Pacote de Abril” e criou, entre outras coisas, a figura do Senador biônico, sendo este eleito indiretamente e constituindo 1/3 do Senado, garantindo, assim, a maioria arenista, além de modificar o critério de eleição indireta dos governadores, também com o intuito de garantir a vitória da ARENA na maioria dos Estados. Tal posicionamento demonstra as contradições do governo Geisel, pois, ao editar o decreto que fechou o Congresso Nacional por duas semanas, ficou evidente que o governo ainda tinha poderes suficientes para ditar as regras durante o processo de transição (Alves, 1984; Maciel, 2004).

Conforme bem pontua Angélica Müller (2016, p. 90), grande parte dos estudos que analisam a participação dos movimentos sociais durante o processo de abertura política concentra-se no movimento operário, dando destaque aos “trabalhadores-militantes” como os pioneiros na luta contra a ditadura. Neste sentido, prossegue a autora, a ação de outros movimentos sociais, como o movimento estudantil, que se manteve atuante e retornou às ruas um ano antes das greves sindicalistas, passa “batida”, não sendo considerada como um ponto importante no caminho para a redemocratização do país.

Entretanto, os estudantes voltaram às ruas em 1977, pois, nesse momento, o movimento estudantil voltou a encabeçar manifestações e, com isso, deu os primeiros passos em direção a sua reestruturação. Segundo Angélica Müller (2016, p. 129), o ano letivo de 1977 iniciou-se com uma série de greves em diversas universidades, entre elas a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), UFMG, UFPE e UFRGS. Naquela primeira IES, os acadêmicos do sexto ano de Medicina reivindicavam a diminuição da carga horária e o aumento do valor das bolsas. Enquanto isso, os alunos, também de Medicina, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), pediam mais verbas para o hospital e denunciavam a redução de 20% em seus leitos. Todavia, embora houvesse preocupação e ameaças por parte dos militares, o ressurgimento das manifestações de massa aconteceu em novos moldes e em situação bem diferente daquelas que ocorreram em 1968, uma vez que não havia grandes líderes, bem como enfrentamentos e nem o uso de armas, e as bandeiras de luta eram bem mais amplas, não estando restritas às reivindicações do movimento estudantil, afirma Müller (2016, p. 134). O que se pedia era o fim da ditadura. Dessa maneira, através da união dos estudantes em torno do inimigo comum (ditadura), os estudantes gaúchos lançaram a ideia de fazer um dia nacional de lutas (Müller, 2016, p. 134). O dia 19 de maio foi marcado pelo Dia Nacional de Lutas, indicando, assim, o reinício das mobilizações estudantis.

No mês seguinte, foi realizado, em Belo Horizonte, o III Encontro Nacional de Estudantes (ENE), o qual tinha como principal pauta a reestruturação da UNE. A realização do encontro não foi tarefa fácil, pois todos os acessos a Belo Horizonte foram bloqueados pela polícia e os ônibus que estavam chegando à cidade foram parados e revistados. Policiais entravam nos ônibus munidos de uma lista com os nomes das principais lideranças estudantis e foram à caça desses que se dirigiam ao encontro, que estava marcado para acontecer na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). As ruas da cidade se transformaram em cenário de guerra civil. Os policiais prendiam todos os jovens que apresentavam a carteira estudantil. A Faculdade de Medicina foi cercada pela polícia e muitos militantes ficaram presos lá dentro (Gomes, 2017, p. 61). Conforme Gonçalves e Romagnoli,

Surgindo de todos os lados e, como sempre, comandados pessoalmente pelo secretário da Segurança, os policiais – particularmente exaltados – sequer deram tempo para uma tentativa de dissolução pacífica da manifestação. Com bombas e cassetetes, chutes, agrediram os manifestantes chegando mesmo a invadir as salas onde as aulas transcorriam normalmente e as dependências ocupadas por funcionários administrativos. Sem exceção, estudantes, professores e funcionários, num total de cerca de 3 mil, foram levados para o pátio de um estacionamento vizinho para uma triagem, cerca de 900 pessoas foram levadas em ônibus e viaturas policiais para o DOPS e para o Batalhão Tobias de Aguiar. Apesar da promessa de enquadrar 854 estudantes na LSN, feita pelo coronel Erasmo Dias num momento de exaltação, no dia seguinte decidia-se que apenas 41 universitários seriam processados. Além da depredação do prédio, os estudantes se queixavam do desaparecimento de livros, revistas, documentos, papéis timbrados, mimeógrafo e até dinheiro dos Centros Acadêmicos, segundo matéria da *Folha de S. Paulo* de 29/9/77. De outro lado, dezenas de feridos, entre eles cinco estudantes atingidas diretamente pelas bombas, e que sofreram queimaduras de até 3º grau (GONÇALVES; ROMAGNOLI, 1979, p. 32).

Isolados no interior da faculdade, e com o campus já cercado, os estudantes deliberaram sobre a estratégia para burlar a repressão e decidiram divulgar a informação de que o encontro tinha sido cancelado. Ao mesmo tempo, as lideranças estaduais das universidades com maior representação no movimento estudantil tentaram se reunir para pensar em novas estratégias e poder realizá-lo. Entretanto, soldados do exército invadiram o campus fortemente armados e evacuaram o local. Os estudantes foram levados até um parque da cidade, onde foi feita a triagem, dividindo os estudantes mineiros do restante do grupo. Depois os estudantes foram separados por região e, por fim, pelo sexo. Outra vez a repressão acabou vencendo. Foi definida uma nova data para a realização do III ENE, que ocorreu em São Paulo, no mês de setembro e foi marcado pela violência praticada pela polícia de São Paulo (Gomes, 2017, p. 62).

Embora a realização do III ENE tivesse sido marcada por inúmeros percalços, o acontecimento desse evento foi fundamental para a reestruturação do movimento estudantil, visto que a principal deliberação foi a criação da Comissão Nacional Pró-UNE, a qual visava à reconstrução da entidade. Devido à repressão, a comissão não conseguiu apresentar-se ao restante dos estudantes presentes no III ENE e a única ação dirigida por ela, que alcançou seus objetivos, foi o Dia Nacional de Protesto em Memória de Edson Luis de Lima Souto, Alexandre Vannuchi e demais vítimas do regime militar, ocorrido no dia 20 de março de 1978. Esta foi a primeira manifestação planejada e organizada a nível nacional. Naquele ano, o movimento estudantil sofre com um novo refluxo e com a falta de perspectivas claras de atuação, segundo afirma Vechia (2010, p. 176). Paralelamente, temos a ascensão do movimento operário e popular, que vai assumindo gradativamente a liderança das lutas sociais no Brasil, papel até esse momento desempenhado pelos estudantes.

Nos dias 3 e 4 de outubro de 1978 foi realizado o IV ENE. O encontro transcorreu sem nenhum episódio violento praticado por parte dos militares. Neste sentido, Angélica Müller (2016, p. 159) supõe que o desfecho do III ENE serviu de autocrítica tanto para os estudantes quanto para os militares. Outra hipótese apontada pela autora faz referência à atenção dos militares estar direcionada às greves e paralisações operárias que despontaram nesse período. Assim, se reuniram nas dependências da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP) cerca de 400 delegados, representantes de 169 escolas de 13 estados, mais o Distrito Federal, tendo a rearticulação da UNE como pauta principal.

Embora tenha sido realizado sem nenhuma intercorrência violenta, o encontro enfrentou alguns empecilhos: os estudantes abriram os trabalhos às escuras, devido a um corte de energia elétrica. Além disso, o reitor da USP, Valdir Muniz Oliva, foi convidado para estar presente na mesa de abertura, porém, o convite não foi sequer respondido. A sessão de abertura foi marcada pela leitura das cartas de dois ex-presidentes da entidade dos anos 1960, Aldo Arantes e Altino Dantas Rodrigues, que estavam presos. Ao final da leitura, todos os presentes pediam por anistia. Por fim, após muitas discussões, foi aprovada a realização do Congresso de Reconstrução da UNE, que deveria ocorrer entre os dias 29 e 30 de maio de 1979, em Salvador (Müller, 2016, p. 161).

Assim, o ano de 1979 foi marcado pela reconstrução da UNE. De acordo com Müller (2016, p. 162), as articulações em prol da realização do congresso se iniciaram em janeiro, com a reunião da Comissão Pró-UNE, na Casa do Estudante (RJ). A ideia da comissão era realizar o congresso na UFRJ, porém, o reitor Luiz Renato Carneiro da Silva proibiu a realização do evento naquela IES. Assim, os estudantes tiveram que procurar outro local. A responsabilidade em organizar o evento ficou a cargo de Rui César Costa e Silva, que tinha assumido recentemente a presidência do DCE/UFBA. Entre os dias 5 e 6 de maio, a Comissão elaborou o regimento do Congresso de Reconstrução que, além de todas as normas para a retirada de delegados, estabeleceu a estrutura do congresso, definindo, também, os temas, que foram divididos em seis grupos de debates: 1) carta de princípios e estatutos da UNE; 2) grupos de trabalho da UNE: cultural, esportes e secretarias por áreas profissionais; 3) eleições da UNE; 4) universidade; 5) realidade brasileira; 6) lutas dos estudantes: balanços e perspectivas (Müller, 2016, p. 165).

Então nos dias 29 e 30 de maio daquele ano, aconteceu o 31º Congresso Nacional dos Estudantes. Mesmo que o governo considerasse ilegal a realização do congresso, este não foi proibido de acontecer. Para Angélica Müller (2016, p. 167), a reconstrução da UNE se deu após um longo processo e, por tal motivo, representa um marco não só na história do

movimento estudantil, mas também na luta contra a ditadura. O ex-presidente da entidade em 1964, José Serra, fez o discurso de abertura do congresso, o qual foi assistido por inúmeros políticos (incluindo os arenistas da Bahia), líderes camponeses e sindicais e pelos quase 10 mil estudantes que se fizeram presentes no evento, demonstrando, com isso, a importância da reconstrução da UNE para a luta pela redemocratização do Brasil (Müller, 2016, p. 167). O congresso transcorreu sem maiores problemas, com exceção da tentativa de sabotagem, quando as luzes do centro de convenções se apagaram e pequenos pacotes contendo uma mistura de talco com lã de vidro caíram. Segundo uma reportagem de Zero Hora,

As luzes se apagaram às 19h05min quando se discutia a aprovação do novo estatuto da UNE. E só reascenderam 10 min. depois. Neste intervalo de tempo, dois pequenos pacotes contendo pó branco que o serviço médico não identificou, foram jogados sobre a mesa diretora dos trabalhos e sobre uma das escadarias. Dezenas de universitários ficaram com os olhos ardendo, sendo atendidos no centro médico instalado no centro (*Zero Hora*, 13 de maio de 1979, p. 14 *apud* DELLA VECHIA, 2010, p. 178).

Ainda de acordo com Müller, foram aprovados sete pontos na Carta de Princípios: 1) a UNE é a entidade máxima e representativa dos estudantes brasileiros na defesa dos seus interesses e direitos; 2) a UNE é uma entidade livre e independente, subordinada unicamente ao conjunto dos estudantes; 3) a UNE deve pugnar em defesa dos interesses e direitos dos estudantes, sem qualquer distinção de raça, cor, nacionalidade, sexo ou convicção política, religiosa e social; 4) a UNE deve prestar solidariedade à luta de todos os estudantes e entidades estudantis de todo o mundo; 5) a UNE deve incentivar e preservar a cultura nacional popular; 6) a UNE deve lutar pelo ensino voltado para os interesses da população brasileira, gratuito em todos os níveis; 7) a UNE deve lutar contra todas as formas de opressão e exploração e prestar irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores do mundo inteiro.

Segundo a autora, esse último tópico foi considerado o mais polêmico, uma vez que algumas correntes não concordavam que se tratasse de um “princípio”, mas sim de um ponto de programa. Outro problema apontado por ela é em relação ao encaminhamento da questão da carta, que foi votada ponto por ponto, pois “Carta de Princípios não é uma colcha de retalhos, deve ser aprovada por inteiro, porque reflete em si um espírito, uma filosofia” (Müller, 2016, p. 168).

A discussão em torno da nova direção da UNE, talvez o ponto mais importante do congresso, aconteceu na noite do último dia de evento. Foram apresentados dois candidatos: o baiano Valdélcio Santos Silva, estudante de Ciências Sociais e ex-presidente do DCE da UFBA; e o paulista Paulo Roberto Massoca, estudante de Engenharia da Escola de São Carlos e membro da diretoria da UEE/SP. Entretanto, em meio a intensas discussões sobre como se

daria a eleição - se seria direta ou indireta, majoritária ou proporcional, de uma diretoria ou de um colegiado, efetiva ou provisória - o plenário optou pela eleição imediata de uma diretoria provisória de entidades, composta pela UEE/SP; DCEs da UFBA, UFPE, UFMG, UFRGS, UFPA, UnB e PUCRJ. A eleição da diretoria definitiva deveria ocorrer no segundo semestre de 1979, através de eleições diretas, acontecimento inédito na trajetória da entidade, afirma Poerner (2004, p. 290). Assim,

Terminada a longa e acidentada travessia de Ibiúna a Salvador, a UNE rompia as barreiras da proscricção e da clandestinidade. Estava reconstruída, embora ainda não reconhecida pelo governo. Representando mais de 1,3 milhão de universitários, era a primeira entidade nacional de massa a se reestruturar (POERNER, 2004, p. 290).

Em outubro de 1979 os estudantes brasileiros elegeram o estudante de Comunicação, Rui César Costa e Silva para a presidência da UNE. Menos de dois meses antes da eleição de Rui César, o Congresso Nacional aprovou o projeto de lei do Executivo que revogava os Decretos-leis 228 e 477. A Lei nº 6.680, que regulamentava a representação estudantil nos órgãos colegiados das instituições de ensino superior, reconhecia os diretórios centrais no âmbito universitário e diretórios acadêmicos no de escolas ou faculdades. Os artigos 38 e 39 da Lei 5.540/68, que impediam a organização estudantil, também foram revogados (Poerner, 2004, p. 291). Isso representou uma pequena abertura de diálogo entre o governo e os estudantes. Todavia, Figueiredo sancionou uma lei, em 16 de agosto, que mantinha a UNE na ilegalidade, embora não a proibisse de existir, assim como as UEEs.

No início da década de 1980, a crise conjuntural que o regime militar estava sofrendo acabou por eliminar qualquer intenção do grupo governista de preservar sua unidade e conquistar legitimidade. Membros de oposição da Câmara dos Deputados tentaram articular uma lei que instituísse o voto direto na escolha do sucessor do presidente João Batista Figueiredo. Em janeiro de 1983, essa movimentação tomou a forma de um projeto de lei elaborado pelo deputado do PMDB, Dante de Oliveira. A divulgação da chamada “Emenda Dante de Oliveira” repercutiu entre vários grupos mais politizados das capitais e das grandes cidades do país, porém apenas em novembro daquele ano é que acontece um comício, em São Paulo, convocado pelo Comitê Suprapartidário Pró-Diretas, dando início à campanha pelas eleições diretas.

Foi somente em janeiro de 1984 que a campanha foi oficialmente lançada na cidade de Curitiba. Até o dia da votação da Emenda Dante de Oliveira, ocorrida em 25 de abril daquele ano, realizaram-se vários comícios e manifestações favoráveis às eleições diretas em todo país. Apesar da grande repercussão, os deputados federais da época não atenderam ao apelo

da população. Com isso, por uma diferença de apenas 22 votos e um número bastante representativo de abstenções, o Congresso manteve o sistema indireto para as eleições de 1985.

3.5 A refundação da UEE/RS

O segundo semestre de 1979 também foi marcado pela rearticulação dos estudantes gaúchos em favor da reconstrução da UEE/RS. Neste sentido, foi realizado, em setembro daquele ano, em Porto Alegre, o I Congresso da UEE/RS, no qual foi eleita uma diretoria provisória, através de representantes das entidades. Segundo Della Vechia (2011, p. 221), a UEE/RS estava formalmente criada. No mês seguinte, foi convocado um Conselho Estadual de Entidades (CEE) em Porto Alegre, cuja pauta era a filiação política e simbólica das entidades à UEE Livre, a organização do processo eleitoral para a escolha da primeira diretoria definitiva da UEE, o regimento eleitoral, o congresso estadual e eleições.

O CEE deliberou pela realização do Congresso Estadual nos dias 28, 29 e 30 de março de 1980, em Santa Maria. Além do mais, definiu, também, como critério de escolha para participação de delegados que os cursos com até 500 estudantes poderiam escolher três representantes e mais um por fração de 500, sendo que os mesmos deveriam ser escolhidos em assembleias gerais de cursos ou por eleições diretas e reconhecidos pela Comissão da UEE. O Congresso contou com a participação de 308 delegados (Della Vechia, 2011, p. 222).

O processo de refundação de uma entidade é atravessado por alguns percalços. No caso da UEE, isso envolvia a criação de um novo estatuto, bem como novos regimentos, regulamentação eleitoral, dentro outras questões. Ademais, esse congresso ainda buscava legitimidade frente a setores da direção da UNE. Segundo Ivanir Bortot e Rafael Guimaraens (2007, p. 216), na véspera do congresso, Marcelo Barbieri, dirigente da UNE, veio a Porto Alegre para participar de uma reunião com a direção do DEE e, segundo os autores, ele se comprometeu pelo não reconhecimento do congresso e da nova entidade que estava sendo criada, pois alegava estar buscando a unificação dos estudantes do Rio Grande do Sul em uma entidade única.

Entretanto, o congresso foi realizado conforme a data prevista e a eleição para a primeira diretoria da entidade foi marcada para os dias 29 e 30 de abril de 1980. Além disso, alguns dias após a realização do congresso, aconteceu o Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG), que deliberou pelo reconhecimento da UEE e do DEE, assim como pelo adiamento das eleições da UEE visando a unificação das duas entidades. Para isso, a UNE

enviou ao Rio Grande do Sul sua diretoria a fim de negociar a fusão das entidades. Contudo, o clima que encontraram por aqui era completamente contrário à unificação das entidades, sem possibilidade de negociação. De um lado, o DEE não demonstrava nenhum interesse na unificação; de outro, a UEE já havia organizado um CEE para 12 e 13 de abril com o intuito de regulamentar as eleições da entidade e as chapas concorrentes ao pleito já estavam em plena campanha. Para findar essa questão, Gilberto Lang, presidente do DCE da UFSM, publicou uma nota endereçada à direção da UNE e ao movimento estudantil gaúcho na qual solicitava o reconhecimento da UEE por parte da UNE a partir das próprias deliberações oriundas do Congresso da entidade (Della Vecchia, 2011, p. 222). A razão pela qual os estudantes progressistas eram favoráveis ao reconhecimento da UEE tem a ver com o fato de que o DEE era um instrumento criado pela ditadura para cercear o movimento estudantil. A UNE teve que reconhecer a criação da UEE, uma vez que não havia nenhuma instância acima do Congresso.

Renato Della Vecchia (2011, p. 223) afirma que as eleições não transcorreram de forma tranquila, pois ela foi marcada por alguns contratemplos. Em Santa Maria e em Pelotas, estudantes foram presos por estarem fazendo pichações alusivas às eleições para a UEE. Ainda em Santa Maria, o DEE e alguns militantes do MR-8 fizeram colagens incitando o boicote às eleições. Em Cruz Alta, o DA da Filosofia, que era filiado ao DEE, chamou a polícia para impedir a realização do pleito. Em Santo Ângelo, a polícia tentou apreender as urnas, enquanto em Santiago, a votação teve de ocorrer fora da faculdade em virtude da proibição da direção.

Apesar desses contratemplos, o autor afirma que aproximadamente 35 mil estudantes, dos cerca de 100 mil existentes à época aqui no estado, votaram para escolher a primeira direção da UEE pós reconstrução da entidade. Assim, as principais tendências estudantis atuantes no Rio Grande do Sul se dividiram em quatro chapas: Viração (PCdoB e Movimento de Emancipação do Proletariado – MEP); Novação (Peleia e Avançar a Luta – Avalu); Unidade (PCB); e Liberdade e Luta (Libelu). Abaixo o resultado desse pleito:

Tabela 5 – Resultados da eleição UEE no RS (12 e 13 de abril de 1980)

VIRAÇÃO	12.698 VOTOS
NOVAÇÃO	11.857 VOTOS
UNIDADE	6.856 VOTOS
LIBERDADE E LUTA	2.043 VOTOS
BRANCOS	1.263 VOTOS
NULOS	760 VOTOS
TOTAL	35.477 VOTOS

Fonte: DELLA VECHIA, Renato da Silva. *O ressurgimento do Movimento Estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. 2011. 414f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011. p. 223.

O desafio da primeira gestão eleita da UEE era conquistar legitimidade frente às demais entidades estudantis. De acordo com Renato Della Vechia (2011, p. 224), devido à falta de suporte financeiro e material, além de falta de apoio no interior do estado, seria quase impossível uma atuação efetiva que não fosse voltada apenas para tarefas eminentemente políticas. Em virtude das dificuldades, a gestão foi duramente criticada por outras forças políticas. Entretanto, conforme Della Vechia, a entidade conseguiu realizar alguns encaminhamentos, uma vez que foi chamado um CEE em Porto Alegre, nos dias 24 e 25 de janeiro de 1981, em que começou a ser definida uma política financeira para a entidade. Além do mais, chamou um novo Congresso da UEE e propôs a realização de uma Calourada Unificada, que não existia até então. No dia 10 de março, foi realizada uma reunião da diretoria da UEE na Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) cujo objetivo era estreitar as relações com o DCE daquela IES e organizar o próximo CEE, que deveria ser realizado ainda no mês de março.

Então, nos dias 14 e 15 de março de 1981, aconteceu o CEE, na cidade de Santa Maria, para discutir a proposta de greve geral. Contudo, a proposta não era unanimidade entre a diretoria da UEE, já que não havia uma proposta única, mas sim três propostas que foram apresentadas por três segmentos da diretoria, além de outras propostas sugeridas por outras tendências estudantis. Renato Della Vechia (2011, p. 225) afirma que, a partir desse cenário, a diretoria da UEE começou a se fragmentar. Em consequência disso, poucas ações concretas foram implementadas. Entre os dias 15 e 17 de maio de 1981, ocorreu o III Congresso da UEE, na cidade de Pelotas, que estabeleceu as eleições para os dias 7 e 8 de outubro do mesmo ano. A partir do “racha” interno da Viração, ocorreu uma nova distribuição de forças políticas a partir de programas distintos para a UEE (Della Vechia, 2011, p. 225).

A nova configuração das forças políticas que compunham a UEE ficou assim definida: a Viração buscou compor uma chapa a partir dos grupos que davam sustentação à diretoria da

UNE. Conseguiu o apoio de uma parcela da Unidade, que, naquele momento, também estava passando por um período de discussão e divisão interna. Essa chapa passou a se chamar Passo Firme. Além disso, o grupo que deu início à dissidência dentro da Viração compôs uma chapa com a Peleia, recebendo apoio da Avalu. Esta chapa foi identificada como Travessia. Por fim, a Convergência Socialista e a Libelu tentaram uma fusão, compondo uma chapa tanto para a UEE como para a UNE, a qual foi chamada de Mobilização estudantil, e pretendiam lançá-la como uma nova tendência estudantil. No entanto, essa fusão acabou não prosperando (Della Vechia, 2011, p. 226).

A eleição ocorreu nos dias 7 e 8 de outubro de 1981 e novamente contou com uma ampla participação dos estudantes. O total de votos obtidos também foi bastante parecido com o do ano anterior, conforme verificamos no quadro abaixo:

Tabela 6 – Resultado das eleições para a UEE

TRAVESSIA	18.961 VOTOS
PASSO FIRME	11.184 VOTOS
MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL	3.966 VOTOS
TOTAL	37.103 VOTOS

Analisando os números dessa eleição, Della Vechia (2011, p. 227) afirma que, na eleição anterior, a diferença foi de aproximadamente 800 votos entre o primeiro e o segundo colocados; enquanto na eleição de 1981, a Travessia obteve quase 8.000 votos a mais do que a Passo Firme. Tal fato ajudou na consolidação e reconhecimento diante do movimento estudantil dessa força política. O autor acredita que alguns fatores tenham sido determinantes para o resultado do perfil da nova gestão:

Em primeiro lugar, a larga diferença de votos. Enquanto na gestão anterior a chapa vencedora dispunha de aproximadamente 37% dos votos válidos no processo eleitoral (aproximadamente 1/3), a nova composição vencedora, obteve aproximadamente 55% dos votantes, o que ampliou o leque de apoio à gestão e possibilitou a implementação de suas propostas, fato determinante para o sucesso de uma gestão. Um segundo fator é a distribuição desses votos no interior do estado [...]. Em terceiro lugar, o fato de assumir a gestão de uma entidade que já tinha seu reconhecimento por parte do movimento estudantil, fruto de todo o processo anterior de mobilização e do trabalho da primeira gestão, que teve a tarefa de “abrir caminhos”. Como quarto fator, uma maior unidade programática e uma maior capacidade de conviver com as divergências no interior da entidade. A aliança das forças que sustentaram a UEE, se propagou pelo interior e inúmeros DCEs e DAs lançaram chapas com o mesmo nome e mesma composição política. Finalmente, o próprio programa da chapa, que preocupou-se em viabilizar atividades que extrapolassem o campo das disputas mais especificamente corporativas e organizou duas grandes atividades: uma de caráter cultural, que foi o Cio da Terra e outro a organização do 1º Seminário Estadual de Ensino (DELLA VECHIA, 2011, p. 227-28).

Para além das pautas especificamente estudantis, a nova gestão deu continuidade às lutas mais gerais, iniciadas pela diretoria anterior. Ainda no ano de 1981, compôs, juntamente com mais 17 entidades, a formação de um Comitê Estadual de Defesa da Lagoa dos Patos, contrário à instalação do polo petroquímico. Também tomou parte na organização de um movimento de solidariedade aos Colonos Sem Terra nas universidades, ampliando a campanha junto ao movimento estudantil. A nova gestão tomou posse em 05 de novembro de 1981, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e, já no dia 07 do mesmo mês, convocou o primeiro CEE da gestão, o qual tinha como pautas a organização da nova gestão (apresentação de projetos) e também encaminhamentos referentes à participação dos estudantes gaúchos no Congresso da UNE. Foi colocada em discussão a organização de uma caravana unitária para participar do Congresso. De acordo com Renato Della Vechia (2011, p. 228), as delegações do Rio Grande do Sul e Minas Gerais convergiam em torno da crítica à direção da UNE, por isso, essas duas delegações eram as duas maiores opositoras da gestão da UNE à época.

O início do semestre de 1982 foi marcado por duas iniciativas que tiveram bastante impacto na gestão da UEE. No dia 13 de março, a direção da UEE se reuniu com os presidentes de todos os DCEs do estado para aprovarem o encaminhamento – referendado no CEE ocorrido no dia seguinte – para a unificação das lutas contra os aumentos dos valores das refeições dos Restaurantes Universitários (RUs), que culminou com a Greve dos Bandejeões em quase todas as universidades gaúchas. Além disso, nos dias 12 e 13 de junho do mesmo ano, foi realizado, na UFRGS, o I Encontro de Escolas Pagas, cujo objetivo era encaminhar, unificadamente, um movimento de boicote às anuidades das universidades privadas.

Em assembleia ocorrida no dia 11 de março de 1982, os estudantes de Pelotas ameaçaram entrar em greve, havendo, depois, uma passeata dos estudantes da UFPel contra o aumento das taxas do RU, bem como contra a divisão entre alunos carentes e não carentes. Essa passeata foi reprimida pelo pelotão de choque da Brigada Militar, estando este fortemente armado com bombas de gás lacrimogêneo. Em contrapartida, os estudantes decidiram parar a passeata e sentaram-se todos na rua para fazer a leitura de uma carta aberta à população (Gomes, 2017, p. 92).

Entre os dias 22 e 29 desse mesmo mês, ocorreu uma nova paralisação na UFPel. O RU dessa universidade foi ocupado e passou a ser gerenciado pelos estudantes. Os estudantes ficaram responsáveis por preparar e servir a todos os estudantes a comida do RU. Tal ato se deu em repúdio à portaria 03/82 que acabava com as refeições gratuitas para todos os alunos e os dividiam entre carentes e não carentes, cobrando, assim, taxas distintas para ambos. A

greve teve fim após o pedido de construção de um novo Restaurante Universitário no centro da cidade. Essa reivindicação, no entanto, nunca foi atendida. Segundo Maria do Carmo Lessa,

“[...] outra coisa que a gente batalhou foi a questão do transporte, da alimentação, queriam cobrar um absurdo na história do restaurante, nós invadimos e tomamos conta das panelas. As panelas batiam nos ombros da gente, era um troço horrível de grande [...] eu fiquei responsável pelo feijão e aí ficamos dias lá aguentando essa história do RU. Bancando a alimentação de todos os estudantes para não deixar ninguém sem comida [...]”. (LESSA, Maria do Carmo. *Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas:2017, p. 92).*

Essa gestão realizou ainda o Seminário Estadual de Ensino da UEE que, por sua vez, foi precedido de seminários regionais organizados pelos DCEs e entidades que possuíam vínculo com a área educacional. Assim, entre os dias 21 e 23 de maio, a UFRGS sediou o encontro que contou com a participação de cerca de 3 mil pessoas oriundas de todas as partes do estado e também do Uruguai e da Argentina. Entre os palestrantes convidados estavam nomes nacionalmente conhecidos, tais como Paulo Freire (recentemente chegado do exílio), Maurício Tragtenberg e Moacir Gadotti.

Nos dias 25 e 27 de setembro de 1982, aconteceu o 4º Congresso da UEE nas dependências da PUCRS. Uma das discussões que estava na pauta era a retomada da sede da entidade que estava sob domínio do DEE. Segundo Renato Della Vechia (2011, p. 229), pensou-se até em invadir o estabelecimento, já que muitos estudantes do interior estavam presentes para participar do congresso, sendo assim, estariam em maior número. Porém, após avaliarem a situação, concluíram que seria desgastante demais e não teriam condições de se manterem no local. A outra pauta discutida no evento era o alinhamento dos últimos detalhes para a realização do Cio da Terra¹⁵³, em outubro daquele ano, em Caxias do Sul. Para Della Vechia, a realização desse evento cultural foi o que realmente impactou o movimento estudantil, pois marcou uma geração de estudantes, mesmo os que não estavam presentes. Pepe Vargas, militante do movimento estudantil caxiense à época, foi um dos responsáveis pelo núcleo de apoio na cidade da serra gaúcha, como conta em entrevista a Renato Della Vechia:

“O Cio da Terra foi uma espécie de acampamento da juventude do Fórum Social Mundial com vinte anos de antecedência. Abriu um processo de discussão para

¹⁵³ Para maior conhecimento sobre o Cio da Terra, ver: <https://www.tuaradio.com.br/Tua-Radio-Sao-Francisco/noticias/geral/26-07-2017/cio-da-terra-o-woodstock-gaucha-perdido-na-historia-de-caxias>. Acesso em: 05/10/2022. Documentário sobre o evento: https://www.youtube.com/watch?v=HkJIQRmxKMc&ab_channel=RockGachoDoc. Acesso em: 05/10/2022.

além das pautas políticas em sentido estreito. Vários dos temas que pautou se constituíram em movimentos sociais reconhecidos anos depois, mas não tinham ainda este status na época” (VARGAS, Pepe. Entrevista concedida a Renato Della Vechia. Pelotas: 2011, p. 230).

Ao final do mês de outubro, cerca de 10 mil jovens portando barracas chegaram aos pavilhões da Festa da Uva para debaterem o cenário político nacional. De acordo com Renato Della Vechia (2011, p. 232), foi construída uma verdadeira “cidade de barracas”. Na pauta das discussões estavam inseridos temas inéditos para o período, tais como ecologia, sexualidade, além das questões da mulher e raciais. Além disso, o evento também contou com uma parte cultural bem diversa, pois houve mostras de cinema, teatro, música, artesanato, shows com nomes como Ednardo, Nei Lisboa, Geraldo Azevedo, Bebeto Alves, entre outros, como vemos no cartaz abaixo:



Figura 1 – Cartaz Cio da Terra. Fonte: Centro Sérgio Buarque de Holanda de Documentação e História Política. Fundação Perseu Abramo.

Quando o Cio da Terra foi realizado, a nova direção da UEE já havia sido eleita, embora a responsabilidade pelo evento tenha ficado a cargo da gestão anterior. A posse da nova diretoria foi no dia 04 de dezembro de 1982 e a gestão ficou marcada por tentar interiorizar mais o trabalho da entidade. Neste sentido, foi chamado o II Encontro das Escolas Pagas para Bagé, no dia 07 de maio de 1983. Ademais, organizou uma série de atividades que

visavam o pagamento das dívidas restantes decorrentes do Cio da Terra. A gestão foi marcada também pelas paralisações nas universidades gaúchas e boicotes. Contudo, no segundo semestre, a data do novo Congresso da UEE foi definida em um CEE e também uma nova maneira de votação entrou em discussão. Assim, nos dias 7 e 9 de outubro de 1983, se realizou o 5º Congresso da UEE, na cidade de Santa Maria, e contou com a presença de aproximadamente 500 delegados. Foi mantido a dinâmica de eleições diretas para a entidade (Della Vechia, 2011, p. 235).

A eleição para a nova diretoria da entidade ocorreu nos dias 09 e 10 de novembro de 1983, sendo disputada por apenas duas chapas. Essa eleição contou com pouca participação dos estudantes, gerando, assim, uma crise de legitimidade. A crise foi mais profunda, sobretudo, na região metropolitana de Porto Alegre, já que essa foi a região em que menos estudantes participaram do pleito. Para Renato Della Vechia (2011, p. 236), o fato de estarem ocorrendo fortes mobilizações nas universidades do interior do estado, tais como a greve de 62 dias desencadeada pelos alunos da UFPel e a ocupação da reitoria da UFSM, podem explicar a baixa adesão dos estudantes metropolitanos.

No ano seguinte, a campanha pelas Diretas Já! tornou-se a principal pauta de mobilização do movimento estudantil. Em consequência disso, houve uma diminuição considerável no que diz respeito às lutas específicas dos estudantes. A campanha pelas Diretas mobilizou quase toda a sociedade e as entidades estudantis organizaram comitês em praticamente todas as universidades e faculdades isoladas. No entanto, em virtude da não aprovação da Emenda Dante de Oliveira, a qual previa o retorno de eleições diretas ao Brasil, a unidade em torno daquela pauta foi arruinada e o movimento estudantil se dividiu entre apoiar o candidato das oposições no Colégio Eleitoral ou defender o boicote à participação do mesmo. Nas eleições para a UEE em 1984, venceu, pela primeira vez, uma chapa que era alinhada com a UNE. A chapa, denominada Muda Brasil, era composta por militantes da Viração e da Unidade, mas também por setores não vinculados com a esquerda. A posse da nova diretoria ocorreu em 14 de dezembro de 1984 e era presidida por Douglas Mattos, ex-presidente do DCE da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) (Della Vechia, 2011, p. 238).

O ano de 1985 marcou a história da UEE pelo agravamento da crise interna na entidade, o que influenciou o pleno funcionamento desta. De acordo com Renato Della Vechia (2011, p. 239), em virtude do delicado momento político que o Brasil atravessava, a crise enfrentada pelo movimento estudantil e militância acabou se aprofundando. No Rio Grande do Sul, as tendências estudantis que detinham o controle da UEE não conseguiam

adentrar no movimento estudantil gaúcho. Assim, em virtude das inúmeras denúncias de fraude, tanto por parte da diretoria como por parte da oposição, o Congresso da UEE, que deveria ocorrer ao final de outubro de 1985 em Ijuí, ficou ameaçado. Todavia, para dar continuidade às atividades da entidade, se decidiu transformar esse congresso em um evento não-deliberativo. Com isso, a eleição da nova diretoria ficou programada para o primeiro semestre de 1986 e a atual gestão permaneceria até a ocorrência do novo pleito. Esse episódio expôs a crise pela qual a entidade vinha passando e, por conta disso, aprofundou as divergências já existentes e acabou dificultando o encaminhamento das lutas estudantis.

No próximo capítulo, retomaremos a discussão acerca da política estudantil, enfocando, principalmente, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, período em que as tendências estudantis surgem no cenário universitário sob influência de grupos e/ou partidos políticos clandestinos. Tentaremos, ainda, situar a participação das mulheres nessas agremiações, promovendo uma discussão sobre a criação do primeiro partido político de esquerda no Brasil e como se deu a inserção feminina nesse espaço.

4 A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA CONSTITUIÇÃO DA POLÍTICA ESTUDANTIL NO BRASIL: ATUAÇÃO EM PARTIDOS E TENDÊNCIAS ESTUDANTIS

No referido capítulo, o nosso enfoque principal será a atuação de mulheres no campo da política, seja estudantil ou geral. Com esse objetivo, trataremos uma discussão acerca dos partidos políticos que tiveram influência sobre o movimento estudantil, bem como as tendências estudantis, que desempenharam importante papel num período em que os partidos de esquerda se encontravam na clandestinidade. Para isso, nossa discussão será permeada pelas questões de gênero, já que, por muito tempo, parte da historiografia invisibilizou as mulheres nesses espaços públicos. Assim, abordaremos aqui o surgimento do primeiro partido político de esquerda no Brasil e como se deu a inserção de mulheres em tal entidade. Além disso, também falaremos sobre a importância da política católica que, ao final da década de 1950 e início da década de 1960, começou a ganhar força no meio estudantil, sobretudo a partir das organizações formadas por jovens, tais como a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC). Os estudantes cristãos se aproximaram da esquerda e, após o golpe civil-militar de 1964, os militantes da JEC e da JUC, os quais estavam amplamente engajados na política universitária e em movimentos de cultura e educação popular, passaram a ser perseguidos. Na década de 1970, a militância política estudantil se baseava nas variadas correntes de esquerda que se expressavam através de grupos e organizações, bem como de partidos políticos clandestinos. Assim, esses grupos, organizações e partidos políticos clandestinos exerciam influência no movimento estudantil por meio das “tendências estudantis”, que passaram a ganhar expressão pública a partir da segunda metade da década. Dessa forma, no presente capítulo, nos aprofundaremos na discussão em relação às tendências estudantis que influenciaram o movimento estudantil gaúcho.

4.1 PCB: origem e as primeiras militantes

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por inúmeros acontecimentos que desencadearam o acirramento dos conflitos ideológicos e sociais em todo o mundo, muitos deles ocasionados pelo contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Com o iminente cessar fogo, os operários europeus passaram a questionar as difíceis condições de vida em que se encontravam, sobretudo, em relação à superexploração do trabalho e da crise econômica

gerada pelo conflito mundial. O descontentamento da classe operária se justificava, já que grande parte dos soldados que compuseram os batalhões eram oriundos dessa classe social, causando um desequilíbrio na mão de obra, o que significou trabalhar em dobro para manter o esforço de guerra. Outro episódio que balizou esse período foi a Revolução Russa de 1917, que, ao dar cabo no regime czarista, serviu de lastro para vários outros importantes acontecimentos ao longo daquele século (Napolitano, 2016, p. 38).

Internamente, destaca Marcos Napolitano (2016, p. 39), novos atores políticos e ideologias surgiram na vida política brasileira. Durante a guerra, o setor industrial do Brasil acabou se expandido significativamente, porém, ainda estava muito restrito às indústrias de bens de consumo não duráveis (produção têxtil e de alimentos, por exemplo). Com isso, houve, evidentemente, um aumento do operariado no país, que passou a se organizar em suas agremiações sindicais e políticas. Neste sentido, Daniella Ataíde Lôbo (2017, p. 44) afirma que, desde os primeiros anos do século XX, várias foram as tentativas de aglutinar politicamente a classe trabalhadora em um partido de caráter operário no Brasil. No entanto, essas tentativas fracassaram em razão do movimento ser influenciado, predominantemente, pelo anarquismo, que se contrapunha a essa alternativa política.

Assim, entre os anos de 1906 e 1919/1920, o movimento operário tinha como principal premissa a recusa à ligação partidária e parlamentar, dando prioridade às intervenções através dos sindicatos, cooperativas de produção, uniões de acordo mútuo e várias outras formas diferentes de associação (Gomes, 2005). Tinham, também, uma proposta de atuação política voltada a ações diretas, tais como ataques contra as máquinas, boicotes às fábricas e greves, além de ações individuais, já que, como vimos acima, o referido movimento era fortemente caracterizado pela ideologia anarquista. Entretanto, Glaucia Candian Fraccaro (2016, p. 37) afirma que a predominância do sindicalismo revolucionário, nesse período, não apagou a coexistência de outras correntes políticas, embora as disputas e dinâmicas da história da classe trabalhadora tenham sido contadas como sendo hegemonicamente anarquista¹⁵⁴.

Segundo Lôbo (2017, p. 44), os anos seguintes a 1920 são apontados como um momento de relativo refluxo das atividades operárias e do movimento anarquista, de modo

¹⁵⁴ A autora cita o trabalho de Luigi Biondi, no qual ele demonstra as intrínsecas relações sociais que envolviam identidade étnica e política e que compõem o cenário sindical na cidade de São Paulo para o início do século XX, levando em consideração a massa de imigrantes italianos que eram a maior parte da mão de obra fabril e as diferentes correntes com as quais se identificavam e se organizavam, anarquistas ou socialistas. Para saber mais, veja: FRACCARO, Glaucia Candian. *Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)*. 198f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

geral. Independentemente dos problemas enfrentados pela fragilidade tanto no que diz respeito à teorização de suas concepções ideológicas quanto pela sua forma de atuação,

O declínio que então se iniciou, não teve como base o fracasso da militância anarquista nos sindicatos, mas sua expulsão e eliminação por forças policiais com amplo respaldo político e social. Talvez exatamente por isso os anarquistas não tenham sido gradualmente substituídos pelos comunistas, que teriam paulatinamente ocupado um espaço deixado vago pelo desgaste de um movimento e uma doutrina. [...] Pela mesma ordem de razões, os comunistas tiveram que conquistar seu lugar entre os trabalhadores, disputando espaços e estimulando cisões na organização sindical. Seus primeiros sucessos só se produziram realmente já na segunda metade da década quando a própria conjuntura política sofreu alterações substanciais (GOMES, 2005, p. 130).

Dessa maneira, era necessário se repensar o movimento operário, para que sua forma de organização e representação garantissem ganhos efetivos para a classe trabalhadora. Desde 1919, aproximadamente, a ideia de criação de uma agremiação de caráter nacional já havia começado a ser gestada, impulsionada por acontecimentos externos, como a Revolução Russa, como citamos nas primeiras linhas deste capítulo. Esta revolução foi a principal motivadora, já que demonstrou o poder combativo da classe operária, juntamente com o êxito dos bolcheviques, mostrando aos trabalhadores brasileiros a emergência de uma instituição de caráter partidário que congregasse a classe operária (Lôbo, 2017, p. 45).

Entre os dias 25 e 27 de março de 1922, as lideranças de grupos comunistas oriundos de diversas regiões do país se reuniram em Niterói, estado do Rio de Janeiro, para o Congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB). De acordo com Marcos Del Roio (2007, p. 90), o PCB¹⁵⁵ é considerado a agremiação partidária brasileira mais antiga em atividade até os dias atuais. No momento de sua criação, embora ainda sob forte influência dos ideais anarquistas, concepções arraigadas em seus fundadores – dos nove delegados presentes no Congresso de fundação, oito eram provenientes do anarcossindicalismo e somente um socialista –, tinham como objetivo, seguir os passos da Revolução Russa, procedendo de acordo com os preceitos determinados pela Internacional Comunista. Entretanto, segundo Lôbo (2017, p. 45), após a fundação do PCB, sua filiação à Internacional Comunista foi negada sob a justificativa de que o partido era composto por elementos que contradiziam a essência de um partido socialista, como burgueses, maçons e anarquistas. Isso se deve ao fato de Antônio Bernardo Canellas¹⁵⁶ defender posições anarquistas durante o IV

¹⁵⁵ A história do PCB, hoje denominado Partido Comunista Brasileiro, é marcada por inúmeros “rachas” e cisões que deram origem a um variado conjunto de organizações e partidos, conforme veremos ao longo do capítulo.

¹⁵⁶ Militante da causa operária e trabalhista, divulgava o ideário anarquista em sindicatos. Chegou a fazer parte da Comissão Central Executiva do PCB, em 1922, porém, nesse mesmo ano acabou sendo expulso do partido por conta de sua ligação com o anarquismo. Para saber mais, ver: ARAUJO, Bruno Rodrigo Tavares. *Rebeldia com causa: a trajetória política e intelectual de Antônio Bernardo Canellas (1916-1920)*. 2015. 181f. Dissertação

Congresso da Internacional. O incidente só foi revertido em janeiro de 1924, quando Astrojildo Pereira, então secretário geral e um dos fundadores do partido, conseguiu desfazer o mal-entendido e o partido, então, se torna membro da IC.

Durante os seus primeiros anos, o PCB se empenhou, substancialmente, em promover a integração do movimento operário e a centralidade do referido movimento em torno do partido. Contudo, uma teorização mais consistente acerca da conjuntura nacional e as deficiências em termos de leituras, que pudessem auxiliar na instrumentalização de suas concepções ideológicas, era bastante frágil; além de um precário entendimento por parte dos militantes sobre marxismo, tornaram a construção do PCB bastante problemática (Falcão, 2010, p. 111). De acordo com Astrojildo Pereira (1962), um dos fundadores do PCB e de importante atuação militante, pode-se afirmar que o nível teórico dos militantes comunistas era insatisfatório, pois as discussões, quase que exclusivamente, giravam em torno das atividades práticas e das táticas de atuação do partido.

Gleice Pereira da Silva (2020, p. 51) afirma em seu estudo que não há evidências da participação de mulheres no Congresso de fundação do PCB, assim como estas não participaram, pelo menos não oficialmente, dos dois congressos posteriores, realizados nos anos de 1925 e 1928/1929. No entanto, não podemos afirmar que não houve a participação feminina nos preparativos e execução dos congressos apenas porque seus nomes não constam nas atas oficiais. Levando em consideração que inúmeras mulheres participaram ativamente do movimento operário neste período, é bastante provável que elas também tenham se aglutinado em partidos políticos, mesmo que parte da historiografia não ateste tal ocorrido, pois, ao realizarem um trabalho de rememoração acerca de sua militância, bem como sobre a trajetória do PCB, muitos indivíduos que compunham os quadros do partido acabaram por silenciar personagens femininos de importante atuação.

Além disso, no início do século XX, as mulheres ainda não tinham conquistado alguns direitos políticos, como o direito ao voto, por exemplo, e, por tal motivo, estavam excluídas da participação político-partidária de maneira orgânica. No entanto, ainda de acordo com Silva, as mulheres desenvolveram outros mecanismos próprios de atuação política e de reivindicação, e participaram das principais greves operárias durante as primeiras décadas da República. Mesmo assim, essas mulheres estavam muitas vezes envolvidas em atividades de apoio, sendo consideradas “de menor importância e/ou essencialmente femininas, logo, desvalorizadas” (Silva, 2020, p. 52).

Embora as mulheres ainda não estivessem devidamente registradas nos três primeiros congressos do PCB, a historiadora Maria Elena Bernardes (1995, p. 133) afirma que a primeira mulher a ingressar no partido foi a operária da indústria têxtil, Rosa Bittencourt, no ano de 1922, logo após a criação da agremiação. Trabalhando nesta indústria desde a infância, Rosa participou ativamente das principais mobilizações da classe operária brasileira, principalmente na luta a favor da redução da jornada de trabalho para oito horas, pelo direito às férias, horário de almoço e estabilidade no emprego (Bernardes, 1995, p. 134). Segundo informações trazidas pela autora em seu livro, aos doze anos, Rosa acabou ferindo com uma barra de ferro um contramestre que a estava assediando. Isso fez com que Rosa conquistasse imenso prestígio entre suas colegas operárias. O episódio revela um pouco sobre o cotidiano de mulheres e crianças trabalhadoras no início do século XX, marcado por inúmeros casos de abusos. Em sua tese, Glaucia Fraccaro (2016) afirma que o fim dos abusos, a equiparação salarial e a melhoria nas condições de trabalho eram as principais reivindicações das mulheres trabalhadoras. Rosa foi uma importante líder sindical, atuando no Bloco Operário e Camponês (BOC)¹⁵⁷ e no Comitê das Mulheres Trabalhadoras. Em 1930, Rosa representou as trabalhadoras brasileiras como delegada no Congresso Mundial da Mulher, na URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) (Bernardes, 1995, p. 134).

Ainda de acordo com Bernardes, Rosa não era casada com um militante, o que, para a historiadora, corresponde a uma relação orgânica com o partido desde a sua fundação, pois, segundo ela, o papel desempenhado pelas mulheres no PCB quase sempre esteve ligado ao “marido que desempenhava algum papel de destaque na estrutura interna do partido” (Bernardes, 1995, p. 134). Para Gleice da Silva (2020, p. 53), mesmo que possamos discordar de Bernardes, a verdade é que pouco se sabe sobre a existência de mulheres no PCB no início da década de 1920. Foram poucas as que atingiram certo grau de reconhecimento nas memórias dos primeiros militantes e, posteriormente, pela historiografia. Estas eram, porém, aquelas que possuíam relações pessoais com os comunistas. Dessa maneira, ao utilizar a ideia de invisibilidade, Mirian Goldenberg (1997, p. 349-364), afirma que estas mulheres ocupavam posições secundárias ou inferiores dentro do partido, pois eram “escondidas” através de rótulos como “a mulher de”, a “companheira de” ou a “filha de”. Logo, ainda de acordo com Goldenberg, foram seus maridos, companheiros ou pais que ocuparam posições

¹⁵⁷ O BOC era uma ala do PCB, fundado em 1927 e extinto após as eleições presidenciais de 1930. Para mais informações, ver: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/bloco-operario-campones-boc>. Acesso em: 18/11/2022.

dominantes dentro do partido, sendo considerados importantes lideranças políticas. Rosa, portanto, era uma exceção à regra.

Em 13 de novembro de 1922, mesmo ano de filiação de Rosa ao PCB, Astrojildo, que era secretário-geral do partido recém-criado, respondeu a um questionamento do Secretariado Feminino da Internacional Comunista acerca da realização de um trabalho sistemático voltado para as mulheres por parte do PCB. Na correspondência, o dirigente relata algumas dificuldades enfrentadas pelo partido para a realização do trabalho de propaganda entre as mulheres:

Cara camarada,

Temos diante de nós a sua carta de 14 de outubro de 1922. Não recebemos as circulares nº 6, 7 e 8. Elas provavelmente se perderam nos correios. Talvez também por causa do endereço que você usou [...]

O nosso jovem P.C. ainda não pode fazer um trabalho sistemático entre as mulheres. Além disso, desde mais de 4 meses que vivemos no Rio sob o estado de sítio (por causa de um “putsch” militarista abortado), este sim tornou a nossa propaganda em geral muito difícil. No entanto, temos algumas mulheres em nossas fileiras, geralmente casadas com militantes, e pretendemos organizar, no próximo ano, uma propaganda sistemática entre as trabalhadoras, criando um comitê especial para esse fim.

Por favor, envie-nos, camaradas, se possível, materiais de propaganda para as mulheres, o que nos ajudará muito (em francês ou espanhol, ou mesmo esperanto) (PEREIRA, 1922, n.p. *apud* SILVA, 2020, p. 54).

Esse *putsch* militarista abortado referenciado por Astrojildo no texto foi a revolta tenentista ocorrida em julho de 1922, a qual ficou conhecida como Levante dos “18 do Forte”. O descontentamento de jovens tenentes com a prisão do marechal Hermes da Fonseca, que estava envolvido em conflitos políticos na disputa pela presidência do estado de Pernambuco, foi o estopim da revolta. Contudo, Apoena Cosenza (2012, p. 49) afirma que pesquisadores apontam um período gradativo de insatisfação dos tenentes, motivado por “um acirramento das contradições entre parte do efetivo do exército e o poder instituído”. Além da revolta, que acabou com a prisão de Hermes da Fonseca, os tenentes também criticavam o presidente Arthur Bernardes, o que desencadeou uma violenta repressão ao movimento, culminando em muitas mortes e perseguições. O Levante dos 18 do Forte, de acordo com parte da historiografia brasileira, foi o marco inicial das revoltas tenentistas que “sacudiram” o Brasil durante a década de 1920 e atingiram seu ápice com a Revolução de 30 (Cosenza, 2012).

Com o fracasso da revolta, o PCB e os demais movimentos políticos de oposição ao regime oligárquico que dominava o país durante a Primeira República sofreram com a repressão. O partido foi posto na ilegalidade poucos meses após o congresso de fundação, alguns de seus membros foram presos e acabaram sendo obrigados a atuar na clandestinidade

(Del Roio, 2007). Este fato dificultou não só a propaganda e organização entre as mulheres, mas também a organização e inserção do partido no movimento operário (Silva, 2020, p. 54).

O panorama em relação às mulheres no PCB só mudou a partir da década de 1930, após as diretrizes da III Internacional, no que diz respeito ao trabalho junto às mulheres, serem amplamente difundidas para que os partidos comunistas, de todas as localidades, colocassem-nas em prática. Neste sentido, o PCB promoveu a criação de diversas organizações específicas para mulheres, segundo as concepções propostas pela III Internacional Comunista, como, por exemplo, a União Feminina do Brasil (UFB), criada em 1934 e que era ligada a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Essa entidade, assim como as demais que surgiram posteriormente, estavam vinculadas ao partido apenas de forma subjacente, já que não desejavam incorporar as causas específicas das mulheres à pauta partidária, mas, sim, atraí-las para o movimento operário e ampliar as fileiras da agremiação (Lôbo, 2017, p. 51). Durante o IV Congresso do PCB, realizado em novembro de 1954, Iracema Ribeiro aponta esse fato no decorrer de sua intervenção:

O trabalho do nosso Partido entre as mulheres apresenta sérias debilidades. O sectarismo é o principal entrave ao trabalho do Partido junto às massas femininas. As próprias Organizações de Base femininas criadas para facilitar o trabalho do Partido junto às grandes massas de mulheres, não têm cumprido satisfatoriamente sua missão. Em sua maioria, as Organizações de Base femininas realizam mais o trabalho de agitação e propaganda, deixando de lado a tarefa fundamental para a qual foram criadas, isto é, mobilizar e organizar as mulheres partindo das suas reivindicações específicas, das lutas contra a carestia, pelo congelamento dos preços, em defesa da infância e elevando-as até às democráticas e emancipadoras (RIBEIRO, 1954, n.p. *apud* LÔBO, 2017, p. 52).

Percebemos, através do excerto acima, que as tais “reivindicações específicas” relativas às mulheres se convertem na luta pela carestia ou pela infância, como se tais pautas não devessem ser defendidas por todos, homens e mulheres. Chama a atenção que o texto também não faz nenhuma menção à marginalização da mulher e à subvalorização de seu trabalho, sobretudo, no âmbito doméstico. Assim, Paula Elise Ferreira Soares, acertadamente afirma que:

[...] todo o debate comunista sobre atrair as mulheres para o terreno da política sindical e revolucionária não suscitava, nesse momento, uma discussão sobre sua libertação dos serviços domésticos ou sobre o envolvimento masculino nessa esfera. Os comunistas defendiam que as mulheres deveriam ser atraídas para a luta política e acreditavam que elas possuíam um enorme potencial revolucionário, mas não discutiam como libertá-las do fardo representado pelo lar. Nesse sentido, embora defendessem direitos de família iguais entre homens e mulheres, a proposta de igualdade de gênero apresentada pelo PCB parecia se relacionar mais à inclusão das mulheres na esfera política do que à modificação das dinâmicas da vida privada (SOARES, 2021, p. 148).

Daniella Lôbo (2017, p. 52) converge de Soares ao afirmar que o partido entendia a participação feminina e sua militância de forma limitada e pontual, pois o interesse em alargar as fileiras e construir um partido de massas com bases sólidas era o maior objetivo dos dirigentes do PCB. Nas palavras de Luiz Carlos Prestes,

Precisamos ter em cada organismo do Partido, desde as células até o Secretariado Nacional, encarregados especiais do movimento feminino. Além disso, precisamos procurar as causas verdadeiras da afluência ainda pequena de mulheres às fileiras de nosso Partido a fim de conseguir removê-las definitivamente. É indispensável fazer em cada organismo do Partido acurado estudo das condições em que vive a mulher, dos obstáculos que representam suas pesadíssimas tarefas domésticas à possibilidade de qualquer atividade nas fileiras de nosso Partido, de maneira a reduzir ao mínimo possível as exigências estatutárias para que a mulher possa ser militante comunista, possa progredir politicamente como ativista de nosso Partido sem prejudicar suas tarefas domésticas (PRESTES, 1947, n.p. *apud* LÔBO, 2017, p. 52).

O documento, cuja autoria é de um dos principais líderes do PCB à época, demonstra que havia um completo desconhecimento dos problemas enfrentados pelas mulheres, sobretudo, as oriundas da classe operária. Essas trabalhadoras precisavam conciliar as horas extenuantes de trabalho nas fábricas com as tarefas domésticas, já que eram as únicas responsáveis pela execução destas, o que inviabilizava a militância orgânica dentro do partido, uma vez que seria necessária uma dedicação praticamente exclusiva para tal atividade. Ademais, na passagem acima, Prestes afirma que seria necessário inserir “encarregados especiais” em todas as células do partido para estudar e tentar resolver a questão das mulheres. Com isso, pressupõe-se que homens seriam designados para avaliar a situação e encontrar uma resolução. Porém, a problemática recai sobre a questão da divisão de tarefas domésticas, pois os próprios militantes e dirigentes comunistas acreditavam que tais incumbências eram exclusivamente femininas, o que demonstra desconhecimento sobre a questão feminina. O relato de Maria Auxiliadora Bambirra¹⁵⁸, ao revelar as adversidades enfrentadas por ela, em virtude das demandas domésticas, demonstra como a submissão das mulheres em relação aos homens, mesmo aqueles militantes (de esquerda), estava incrustado no pensamento destes:

“O Bambirra [Sinval Bambirra, marido de Auxiliadora], por exemplo, na época que eu comecei, dizia: ‘... não gosto que você fique atuando nessa frente com as mulheres porque os dois não podem queimar... a gente não pode queimar porque um tem que ficar tomando conta das crianças. É bom que você reduza um pouco essas suas saídas’. Quer dizer, de certa maneira, ele queria determinar, limitar

¹⁵⁸ Maria Auxiliadora, militante do PCB, era casada com Sinval Bambirra, sindicalista e também militante do partido. Fonte: CORRÊA, Fábio. Quatorze anos por trás da cortina de ferro. *O Tempo*. Disponível em: https://www.otempo.com.br/polopoly_fs/1.2258794.1573234554!/muro_30anos/14anos.html. Acesso em: 03/10/2023.

minha atuação, mais em função da educação das crianças, que eram pequenas. Mas, ao mesmo tempo, ele não podia proibir” (BAMBIRRA, Maria Auxiliadora. Entrevista concedida a Magda de Almeida Neves, 1993, n.p.).

O relato de Maria Auxiliadora corrobora com a ideia demonstrada no parágrafo acima, de que o trabalho doméstico estava destinado às mulheres e que elas deveriam dedicar-se prioritariamente para essa atividade, ou seja, embora houvesse a pretensão de igualar a ordem social, onde os ideais emancipatórios prevalecessem, o feminino manteve-se atrelado aos cuidados com o lar, à maternidade e o matrimônio. Neste sentido, para Gleice Silva (2020, p. 58), as exigências do partido em relação à militância eram evidentemente sexistas, pois, pareciam deliberadamente pensadas para desestimular uma atuação mais orgânica das mulheres. No dia 01 de maio de 1926, *A Classe Operária*, órgão oficial do partido, publicou o discurso de Nympha Vimnar¹⁵⁹, o qual foi realizado em sessão especial no dia 04 de abril daquele ano. Na sua fala, cujo conteúdo fazia alusão à “Jornada Internacional da Mulher Operária”, Nympha traz um relato acerca da situação social da mulher trabalhadora no Brasil e sobre como os homens comunistas desvalorizavam a organização feminina, bem como acerca do tratamento recebido por parte dos companheiros:

Em geral a mulher operária sob o regime capitalista é duplamente sacrificada. Ainda que trabalhe 8 horas na fábrica ou atelier, ella em chegando à casa, (geralmente desconfortável) apesar de fadigada, além das exigências do companheiro por vezes indelicado, encontrara novos afazeres não menos fatigantes que instinctivamente será forçada a fazer.

Si ella tiver crianças, a sua vida será peor ainda; si confiar no salário do companheiro e deixar de trabalhar, fatalmente a miséria invadirá o seu lar [...] nós operárias do Brazil, ao par de uma incomparável natureza topographica, temos a falta do amor ao bello e confortável. Não pomos em dúvida o effeito occasionado pela situação econômica pouco favorável. Mas o atrazo industrial, a falta de instrucção e disciplina, o menosprezo dos homens para levar suas companheiras às reuniões muito tem occorrido para o retardamento do conhecimento das vantagens adquiridas pelo regime comunista. (VIMNAR, 1926, n.p. *apud* SILVA, 2020, p. 56-57).

Na verdade, como percebemos, a constituição organizativa do PCB foi elaborada de maneira hierarquizada e às mulheres não eram delegadas tarefas de alto poder decisório. Segundo Daniella Lôbo (2017, p. 53), existem relatos de algumas militantes afirmando que não sabiam como ocorriam as tomadas de decisões, já que a sua participação se dava, muitas vezes, fora da esfera partidária, desempenhando apenas funções de apoio e auxílio, sem ocuparem cargos de maior destaque. Ademais, o partido utilizava a denominada “tática dois”, relatada por algumas militantes, que constituía em delegar às mulheres a tarefa de conseguir determinados favores e/ou informações por meio de atividades sexuais. De acordo com

¹⁵⁹ Não encontramos maiores informações sobre Nympha Vimnar, sabemos apenas que ela era militante do PCB.

Daniella Lôbo e Maria Aparecida Sousa (2021, p. 206), esse assunto era bastante controverso ao se analisar as relações estabelecidas no interior do PCB, pois tais atividades eram muitas vezes realizadas, porém dificilmente admitidas pelos companheiros de partido dessas mulheres. Patrícia Galvão, mais conhecida como Pagu e considerada, talvez, uma das mais importantes militantes da causa operária e da emancipação e liberdade feminina, relata que sofreu esse tipo de obrigação pelos seus próprios companheiros de partido:

Estou de acordo com o sacrifício total, se se tratasse de uma coisa que valesse a pena, se se tratasse de vidas, num momento de luta armada, em plena revolução. Mas assim, para obter ridículas informações, que nem sequer se sabe se serão aproveitadas, eu acho que é exigir demais das mulheres revolucionárias. Eu não sou prostituta. [...] Pensam que uma aventura a mais ou a menos para mim não tem importância nenhuma. Uma mulher de pernas abertas: é o que vocês pensam (GALVÃO, 1945, n.p. *apud* FERRAZ, 2005, p. 126).

Na fala de Pagu, fica evidente uma visão distorcida que os militantes do PCB possuíam acerca da questão da emancipação e liberdade das mulheres, defendida, muitas vezes, por muitas de suas companheiras.

Esse cenário mudou a partir da década de 1940, quando Zuleika Alambert tornou-se a primeira mulher a participar do Conselho do Partido Comunista do Brasil, em 1947, sendo, segundo ela, “posição inacessível para a maioria das militantes” (Soihet, 2013, p. 172). Além disso, em entrevista concedida a Maira Luísa Gonçalves de Abreu¹⁶⁰, ao ser questionada sobre a sua militância e as dificuldades enfrentadas pelas militantes, Alambert teceu críticas sobre como o partido lidava com as mulheres militantes:

“O machismo imperava, e isto aparecia, nitidamente, na divisão dos trabalhos. As mulheres atuavam como datilógrafas, taquígrafas nas reuniões do Partido. Serviam cafés, cozinhavam, limpavam os chamados ‘aparelhos’. Mas comissões gerais, ou seja, aquelas onde cabia de tudo. Para representar o Partido nos Congressos Internacionais jamais eram eleitas e assim por diante [...]” (ALAMBERT, Zuleika. *Entrevista concedida a Maira Luisa Gonçalves de Abreu, 2004, p. 75*).

Essa fala de Zuleika é bastante similar ao relatado por Ligia Maria Chiarelli em pesquisa desenvolvida anteriormente pela autora desta tese. Biloca, como prefere ser chamada, era estudante de Arquitetura e Urbanismo na UFRGS no final dos anos 1970 e fazia parte de um grupo estudantil cuja vertente era influenciada pelo PCdoB (criado após um racha dentro PCB, como explicaremos mais adiante). Em sua entrevista, ela discorreu sobre os

¹⁶⁰ A entrevista com Zuleika Alambert faz parte da dissertação de Maira Luisa Gonçalves de Abreu. Ver: ABREU, Maira Luísa Gonçalves. *Feminismo no exílio: o círculo de mulheres brasileiras em Paris e o grupo latino-americano de mulheres em Paris*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

encontros entre dirigentes dos DCEs das diversas universidades gaúchas que aconteciam de tempos em tempos na cidade de Porto Alegre. Ela, por ser dirigente do DCE/UFRGS, conta que se incomodava com a falta de comprometimento dos companheiros, uma vez que ela sempre chegava no horário combinado para as reuniões, embora estas só se iniciassem quando todos os homens estivessem presentes no recinto:

“[...] Tem um episódio que me marcou! A cada 2 ou 3 meses fazíamos encontros de DCEs em Porto Alegre, e tinha uma coisa que eu me irritava profundamente, porque marcávamos a reunião para às 9h, então 9h em ponto eu estava lá, eu tinha a chave. Começava a chegar as delegações de Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, da Unisinos e os camaradas não chegavam, eles iam chegar às 11h, 11h30 da manhã; e eu furiosa com a falta de compromisso deles, mas nunca me passou pela cabeça a real situação. A real situação era a seguinte: eu era uma dirigente do DCE também, por que as reuniões não começavam antes deles chegarem? E eu mesma esperava por eles para começar; eu achava um absurdo que eles não começavam a reunião, mas eu deveria. Se o pessoal chegou na hora, que dirigisse o início da reunião! Então eu ficava brava com eles, mas, quando na verdade, essa era uma deficiência minha também [...]” (CHIARELLI, Lígia Maria Ávila. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas: 2017, p.139).

Além disso, conta ainda que cabia a ela a organização do espaço onde ocorriam os encontros, pois era a responsável pela limpeza das salas, bem como preparação do café para os demais estudantes. Desse modo, embora haja um hiato de algumas décadas entre as falas, em ambos os relatos fica nítido como o machismo está incutido na sociedade, e nas organizações de esquerda não seria diferente. Demonstrando, portanto, que nada, ou pouca coisa mudou ao longo dos anos no que diz respeito ao machismo. Ainda de acordo com Zuleika Alambert, ao retornar ao Brasil após um período de exílio na Europa, onde teve a oportunidade de estar em contato com o movimento de mulheres, pôde ter uma percepção mais profunda acerca da reprodução de valores machistas no interior das organizações de esquerda brasileira. Segundo ela, em declaração ao *Jornal da República*:

Na verdade, eu era tratada como homem no partido, atingira uma posição de homem, não era vista como uma mulher, pois o machismo é também muito forte dentro do partido. Os homens trazem toda a carga com que foram educados. É necessário um debate mais duro para mudar sua cabeça (*Jornal da República*, 05 de novembro de 1979 *apud* LÔBO, 2017, p. 54).

De acordo com Paula Elise Ferreira Soares (2022, p. 4), as militantes comunistas experimentaram e aprimoraram, entre os anos de 1920 e 1950, alguns métodos de atuação junto às mulheres com o intuito de viabilizar o trabalho político feminino para, assim, atrair as brasileiras para as fileiras do partido e enfrentar a questão feminina no país. Em 1935, as

militantes comunistas se uniram às mulheres não comunistas e fundaram a União Feminina do Brasil (UFB), entidade cujo objetivo era envolver as mulheres na luta antifascista que crescia no país. A entidade procurou mobilizar as mulheres para além das fábricas, pois buscou se inserir nos espaços privados, tais como entre as empregadas domésticas e donas de casa. Contudo, a atuação da UFB foi breve, uma vez que durou apenas 2 meses devido à onda anticomunista crescente, sobretudo a partir daquele ano. Durante o seu curto período de existência, lançou um manifesto convocando as mulheres à luta. Ademais, a organização defendeu pautas específicas voltadas para as mulheres, reivindicando a emancipação feminina, o amplo acesso à educação formal e que as escolas ofertassem a mesma formação dos homens. Além disso, defendeu o fim das disparidades salariais entre homens e mulheres, partindo do princípio da equiparação salarial ao desempenhar uma mesma atividade que os homens e pautou, do mesmo modo, a valorização do trabalho doméstico como trabalho produtivo. Abaixo, um trecho do manifesto publicado pela UFB:

Não poderíamos continuar indiferentes ante os choques, as tragédias e a miséria que nos cercam. Falharíamos a nós mesmas se não pensássemos em lutar ombro a ombro com os homens, pelos nossos direitos. Qual tem sido até hoje nosso papel no Brasil? Na escola, a opressão dos que querem fazer de nossa inteligência um sabujíssimo. Na fábrica, substituindo o homem com salários menores e menor revolta. No escritório produzindo tanto quanto um homem e recebendo muito menos que ele. No lar, prisioneiras passivas, tudo criando e nada produzindo. Na sociedade, joguetes cheios de deveres, tudo se nos exigindo, sem direitos, tudo se nos negando. [...] Lutemos Unidas! E, para essa luta, chamemos todas as mulheres do Brasil. Operárias, intelectuais, estudantes, artistas, professoras, jornalistas, comerciárias, bancárias, telefonistas, domésticas, camponesas, costureiras, funcionárias, mulheres que trabalham em todos os setores. [...] Lutemos unidas pelos nossos direitos, por melhores salários e ordenados, pelo nosso direito de viver (MANIFESTO, 1935, p. 3 *apud* ALVES, 2018, p. 439).

Entretanto, segundo Paula Soares, mesmo que atuando de maneira breve, a experiência adquirida na UFB preparou as militantes para o trabalho que seria desenvolvido a partir de 1945. Após o fim do Estado Novo, e conseqüente redemocratização, o PCB conseguiu se reorganizar, após um período de intensa perseguição por parte do Estado entre os anos de 1937 e 1942. Com isso, o trabalho feminino também se reestruturou através da criação de diversas Uniões Femininas, em diferentes cidades e estados. Sendo assim, o “PCB saiu dos porões da ditadura varguista e ganhou os bairros [...]” (Soares, 2022, p. 5).

Outra organização que visava a emancipação da mulher era a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), que não possuía ligação com o PCB. A FBPF foi fundada em 1922 e liderada por Bertha Lutz, tendo como objetivo norteador, mas não só, a luta pela “incorporação da mulher como portador de direitos políticos” (Alves, 2017, p. 3). Conforme

Iracélli Alves, a FBPF utilizou a tática de firmar alianças com grupos políticos dominantes, todavia, não conseguiu mobilizar as mulheres oriundas da classe trabalhadora.

Gleice Silva (2020, p. 106) afirma que o movimento liderado por Bertha Lutz, e demais componentes da entidade, nunca assumiu pautas radicalizadas o suficiente para contestar a posição social das mulheres em relação aos homens e em muitos momentos foram coniventes com a mistificação da maternidade. Entretanto, a ênfase constante na feminilidade e as alianças da FBPF com os grupos políticos proeminentes foi frutífera, uma vez que a entidade gozou de uma vida longa de atuação e esteve presente em diversos debates sociais, políticos e econômicos ocorridos ao longo das décadas de 1920 e 1930, porém sem uma postura crítica ao sistema vigente, como explica Iracélli Alves:

As mulheres da FBPF faziam parte de um pequeno grupo de mulheres letradas, integradas nas camadas médias e alta da sociedade. Certamente, o lugar de classe condicionou suas ações. Apesar disso, elas estavam conscientes e comprometidas com determinadas mudanças. Mesmo com dificuldades, por não terem sido educadas para tamanhos desafios, souberam enfrentar uma exposição pública e um tipo de crítica, censura e reprovação pelos lugares que decidiram ocupar que se distanciavam daqueles pensados para as mulheres do período (ALVES, 2018, p. 438).

Para além do sufrágio universal, a federação conseguiu abarcar um amplo leque de reivindicações, pois defendeu desde os direitos sociais da mulher grávida, até garantias legais para o trabalho de mulheres. Além disso, algumas delas criticavam as relações conjugais ao exigir mudanças de comportamento moral dos homens, principalmente a respeito da infidelidade no casamento, defendendo, até mesmo, o divórcio (Vieira, 2002, p. 167-68). Embora sem exercer uma atuação que colocasse em xeque o *status quo* da época, a luta das mulheres da FBPF foi bastante importante para a história do movimento feminista brasileiro¹⁶¹.

De acordo com Iracélli da Cruz Alves, a UFB, por sua vez, se organizou e lutou pela emancipação feminina de maneira distinta de outras organizações feministas e fez questão de estabelecer as diferenças:

Ao contrário de outras organizações femininas que surgiram em nosso país, umas inócuas, outras nitidamente ligadas a correntes políticas partidárias, explorando demagogicamente a angustiada situação da mulher ou pregando um estreito feminismo que consiste em combater o homem em si e nele ver um “inimigo” da mulher, a UNIÃO FEMININA DO BRASIL, iniciativa de um grupo de trabalhadores manuais e intelectuais, diferencia-se inteiramente de todas as organizações já existentes, pelo seu absoluto desacordo com os programas e normas de ação dessas associações. (Destaque no original) (*Diário da Bahia*, 03 julho de 1935. p. 3 *apud* ALVES, 2015, p. 45).

¹⁶¹ A seguir, retomaremos a discussão sobre o movimento feminista no Brasil.

Através desse trecho, fica evidente a existência de projetos políticos distintos no que se refere à emancipação das mulheres. Enquanto a FBPF entendia que as conquistas femininas só poderiam ser alcançadas se estivessem alinhadas a grupos políticos que estivessem no poder, as mulheres da UFB buscaram se distanciar do poder institucional. Além disso, a segunda entidade, ligada à esquerda comunista, se articulava, também, com os homens, enquanto as feministas, no geral, acreditavam que a libertação das mulheres só poderia ser conquistada pelo sexo feminino (Alves, 2018, p. 440).

Iracélli Alves afirma que, particularmente, no Brasil, as militantes ligadas ao PCB consideravam que a luta feminista era inadequada para a realidade do país naquele momento (meados da década de 1940), visto que julgavam haver problemas mais urgentes a serem resolvidos, tais como a falta de moradia, a carestia de vida e a exploração do proletariado. De acordo com Alves,

Entre elas, era comum a diluição da “questão da mulher” nas relações de classe. Por vezes, negavam qualquer especificidade que justificasse a necessidade de um movimento específico para a superação das desigualdades entre homens e mulheres. Entendiam que o problema só seria superado com a transição do capitalismo para o socialismo. Portanto, as mulheres deveriam comprometer-se com a luta socialista, desviando-se da “agitação feminista” (ALVES, 2017, p. 108).

Segundo Maira Luísa Abreu (2010, p. 76), as feministas que estavam ligadas à esquerda só passaram a criticar essa tradição ao final dos anos 1960. Entre as mulheres do PCB havia, principalmente antes da década de 1960, a preocupação de manterem-se distantes do que denominaram de individualismo burguês. Assim, para Iracélli Alves (2017, p. 108), a ideia do envolvimento das comunistas com o movimento feminista institucionalizado parecia um despropósito político, uma vez que entendiam que o movimento supracitado não contemplava as demandas da classe trabalhadora. Ademais, acreditavam que a consequência de atuarem em outras frentes levaria ao divisionismo e, portanto, isso acabaria por enfraquecer a luta de classes. Em tal contexto, não era incomum entre as militantes do PCB a defesa de que “a luta pela libertação” feminina no Brasil deveria ter suas bases nos movimentos populares. Assim, não deveriam confiar em “líderes feministas” que “uma vez instaladas no poder, pouco se lembram das plataformas ‘feministas’ gritadas em praça pública, a fim de arrastar as massas femininas” (*Diário da Bahia*, 04 de julho de 1935, p. 1 *apud* ALVES, 2017, p. 108).

A seguir, discutiremos sobre a dificuldade das mulheres pecebistas entenderem-se, também, como feministas, uma vez que estas acreditavam que a verdadeira revolução se daria através da luta de classes. Isso só mudaria em meados da década de 1970, quando o PCB

reconheceu oficialmente a legitimidade do feminismo. Todavia, as tensões dentro do partido sobre “ser ou não ser feminista” continuaram presentes entre aquelas que reivindicavam a emancipação e/ou libertação das mulheres (Alves, 2017, p. 110).

4.2 Movimento feminino *versus* Movimento feminista?

Diante do exposto nas linhas acima, fica nítido que havia uma identidade comunista por parte das mulheres que faziam parte do PCB antes da década de 1970 e, especialmente antes do golpe civil-militar de 1964. Por esse motivo, estas seguiam as diretrizes defendidas pelo partido, ou como explica a historiadora Dulce Pandolfi (1995, p. 35), existia “uma determinada visão de mundo, compartilhada por todos aqueles vinculados a uma tradição que se consolidou com a vitória da Revolução Russa de 1917 e se identificou com o modelo de sociedade que foi implementado na URSS”. Desse modo, como afirma Iracélli Alves (2017, p. 109), o sentimento de pertencer a um partido comunista era tão intenso que todas as demais identificações se tornavam secundárias. Assim, embora muitas pecebistas tenham se dedicado à luta pela emancipação e/ou libertação feminina, elas tiveram dificuldades em assumir outra identidade que não a comunista, conclui a autora.

Em vista disso, diferente do que se pensa, definir-se como feminista não é uma tarefa simplista, já que é um “território” marcado por diversos embates dentro do jogo político. Conforme Alves (2017, p. 109), historicamente, identificar-se (ou não) com o feminismo é uma maneira de inserir-se dentro de um amplo espectro político de ideias e movimentos. Em sua pesquisa, Maira Luísa Abreu (2010, p. 25-26) chama a atenção para a definição do que seria ou não feminismo/feminista, pois, para algumas autoras, o critério de definição seria o da auto-reivindicação. Desse modo, só seriam feministas grupos e/ou indivíduos que se identificam como tal, afirma ela. Entretanto, é necessário problematizar essa definição, pois, em primeiro lugar (e mais óbvio), a auto-reivindicação do termo só se torna possível a partir do momento em que ele é usado. A historiadora norte-americana Karen Offen (2000) destaca que as primeiras menções aos termos “feminista” e “feminismo” datam das décadas de 1870 e 1880, respectivamente, na França. Assim, levando em consideração essa informação, só poderíamos considerar grupos feministas aqueles surgidos a partir do período supracitado.

Ademais, é preciso levar em consideração que, em razão da carga pejorativa que se imprimiu e se imprime ao termo em muitos contextos, este deixou de ser utilizado por indivíduos ou movimentos que poderiam estar, tranquilamente, identificados com a esquerda. Segundo Abreu (2010, p. 24), o termo foi fortemente rejeitado pelas mulheres militantes ou

próximas à esquerda até os anos 1960. A autora cita o caso de Simone de Beauvoir, pois quando escreveu *O Segundo Sexo*, Beauvoir não se intitulava feminista. Em entrevista concedida a Alice Schwarzer, em 1970, afirmou:

“No final de O segundo Sexo eu disse que não era feminista porque pensava que a solução dos problemas femininos devia ser encontrada numa evolução socialista da sociedade (...) Percebi que é preciso, antes da chegada do socialismo com o qual sonhamos, que se lute pela condição concreta da mulher”(BEAUVOIR, Simone. *Entrevista concedida a Alice Schwarzer, 1970 apud ABREU, 2010, p. 25*).

Além disso, havia estereótipos que eram atribuídos às feministas, que iam desde “mulheres insatisfeitas” com seu próprio gênero até mulheres “histéricas”, “feias” e “anti-homens”. Circulavam, também, rótulos relacionados à sexualidade dessas mulheres, pois, frequentemente, eram chamadas de “sapatão”, numa tentativa de depreciá-las. Porém, muitas delas não queriam se ver relacionadas a tal adjetivo em virtude dos valores heteronormativos que definiam como anormalidade e/ou imoralidade a sexualidade fora do padrão heterossexual. Tal pensamento era comum à época e era naturalizado tanto por feministas quanto por progressistas.

Todavia, esses rótulos pejorativos já circulavam desde a primeira metade do século XX, como mencionado anteriormente, e foi apenas mais um dos motivos pelos quais parte das mulheres que defendiam a emancipação feminina não se intitulassem como feministas. Algumas delas chegaram a validar muitos dos estereótipos atribuídos às feministas como forma de legitimar o próprio movimento, afirmando ser este a “verdadeira luta” por emancipação das mulheres, e tal movimento não deveria ser um movimento contra homens, nem “escandaloso”, muito menos comprometer a “feminilidade” (Alves, 2020, p. 25).

Ao buscarmos a definição de feminismo no dicionário Aurélio, já que tal definição é bastante propagada, a versão de 1999 do verbete estabelece o seguinte: “Feminismo: movimento daqueles que preconizam a ampliação legal dos direitos civis e políticos da mulher, ou a equiparação dos seus direitos aos do homem”.

Essa definição se refere a uma tendência dentro do movimento, porém, esta se mostra bastante restrita ao ter a reivindicação de direitos como questão central, que, sim, corresponde a uma característica do feminismo, mas este não se reduz à uma bandeira única para uma parcela significativa de grupos feministas nos anos 1960-1980. Uma versão mais atualizada do verbete, que data do ano de 2009, já traz uma definição um pouco mais ampla acerca do termo: “1) Movimento daqueles que preconizam a ampliação legal dos direitos civis e políticos da mulher, ou a equiparação dos seus direitos aos do homem. 2) *Med. Presença*,

congenita ou adquirida, de caracteres sexuais secundários femininos em homem” (Ferreira, 2009, n.p.)¹⁶².

Para Maira Abreu, definir feminismo não se constitui num ato neutro, como se percebe, pois, segundo ela, outras tentativas de definição também estão sujeitas a cair na mesma problemática ao pleitear o mesmo denominador comum, levando em consideração, por exemplo, o questionamento de uma “essência feminina” – defendida por alguns grupos – ou uma perspectiva mais “radical”, mas que não contempla a diversidade de tendências e posicionamentos presentes no interior do movimento feminista. Portanto, “para além de modos de recortar, para fins analíticos, o objeto, o ato de conceituar o feminismo tem forte significado político” (Abreu, 2010, p. 25). Assim, prossegue a autora, o uso do termo, seja em debates políticos, ou no meio acadêmico, é uma forma de se definir dentro do amplo espectro político de ideias e movimentos que, de alguma maneira, questionam o papel e o *status* da mulher.

Yasmine Ergas (1990, p. 588) afirma que “o feminismo não é um substantivo cujas propriedades possam ser definidas de forma exata e definitiva”, mas “indica historicamente conjuntos variados de teorias e práticas centradas em volta da constituição e da legitimação dos interesses das mulheres. Nesta perspectiva, o que o feminismo é, ou foi, se trata mais de uma questão histórica do que uma questão de definição”. Assim, Abreu (2010, p. 26) nos diz que entender o sentido que o termo “feminismo” adquiriu nos múltiplos contextos é fundamental. Em seu texto, Abreu traz apontamentos feitos pela historiadora francesa Sylvie Chaperon (1987) sobre o que significava reivindicar o termo “feminismo” nos anos anteriores à chamada “segunda vaga”¹⁶³ feminista na França. O termo se expandiu de maneira significativa após ser adotado por grupos antigos nascidos durante a III República francesa (1870-1940). Todavia, as católicas e as comunistas, por diferentes motivos, não o utilizavam. Para as primeiras, o termo remetia a uma perda de moralidade, principalmente em relação à questão da sexualidade. Já para as comunistas, como vimos anteriormente, o feminismo era algo derivado do individualismo burguês. O termo foi retomado por uma nova geração de militantes ligadas à esquerda em meados da década de 1960.

Especificamente no Brasil, os movimentos que não atendiam as características necessárias para definir o que seria, de fato, feminista, passaram a ser chamados, genericamente, de “movimentos femininos”. Isso porque existe uma compreensão de que o

¹⁶² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa. (versão aplicativo para iOS).

¹⁶³ Em consonância com a maioria das autoras que são referências nos estudos sobre a história do movimento feminista, utilizaremos o termo “onda” para nos referirmos às diferentes fases do referido movimento.

feminismo se tornou um movimento relevante apenas a partir da década de 1970 e, segundo Iracélli Alves (2017, p. 109), “há uma supervalorização das experiências feministas que emergiram na década de 1970 em detrimento das anteriores. Muitas vezes, credita-se ao feminismo dos anos 70 uma ousadia supostamente ausente nos movimentos precedentes”.

De acordo com a autora, ainda prevalece a ideia de que os “movimentos femininos” antecessores ao período supracitado seriam movimentos emancipatórios, dessa forma, não completamente feministas, visto que o “verdadeiro” feminismo lutava em favor da libertação das mulheres, questionando os valores masculinos. Isso se deve ao fato de acreditar-se que, anteriormente à década de 1970, temas tais como sexualidade, aborto e moral sexual não eram questionados, porém, como veremos, essas questões que comumente estão ligadas ao movimento de libertação já faziam parte dos debates bem antes daquele período.

É importante pontuar que a divisão entre “movimento feminino” e “movimento feminista” se deve ao fato do discurso empregado pelas próprias mulheres que lutaram pela emancipação e/ou libertação feminina, uma vez que, como vimos acima, o termo era usado de forma pejorativa pelas militantes da esquerda e, até a metade do século XX, elas próprias faziam essa distinção. Neste sentido, Iracélli Alves (2017, p. 110) afirma que o modelo esquemático que faz a divisão entre o “movimento feminino” do “movimento feminista” tem predominado nos estudos sobre o movimento feminista no Brasil, sem que haja uma análise mais aprofundada das linhas que o separam. Porém, houve trocas positivas entre um grupo e outro. Além disso, há de se mencionar que, mesmo no interior desses grupos, havia tensões por conta de ideais divergentes, embora partilhassem de um projeto político em comum.

Em sua tese de doutorado, Alves traz uma interessante leitura do que ela denomina de feminismo “entre ondas”, que seria um movimento de mulheres de orientação comunista que se organizou em meados da década de 1940 e se manteve atuando de forma significativa até o final dos anos 1950¹⁶⁴. A autora o denomina de tal maneira por “estar fora dos marcos temporais consolidados” (Alves, 2020, p. 17). A perspectiva da autora se baseia no fato da historiografia sobre os movimentos feministas estarem concentrados, basicamente, entre dois grandes grupos, naturalmente cada qual com suas particularidades. O primeiro deles define que o feminismo nasceu na década de 1970, enquanto o segundo aponta para uma concepção linear que está dividida em três ou quatro ondas, que quase não conversam entre si. De acordo com esse grupo, a primeira onda teria começado no final do século XIX e se estendeu até

¹⁶⁴ Para saber mais, veja: ALVES, Iracélli da Cruz. *Feminismo entre ondas: mulheres, PCB e política no Brasil*. 2020. 358f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

aproximadamente até o início da década de 1940; a segunda onda, nos anos 1970 – após um hiato de duas décadas; a terceira onda, na década de 1990 – trazendo um debate mais aprimorado, se comparado com a segunda onda; por fim, a quarta onda, que teria começado por volta de 2012/2013, inovando radicalmente em comparação à anterior. Assim, de acordo com a autora, a emergência das ondas geralmente é interpretada como um sinal de ruptura, portanto, a “nova” viria propondo mudanças radicais.

Clare Hemmings, ao fazer uma análise da historiografia produzida sobre a segunda onda ocidental, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, chama a atenção para o fato de que a abordagem predominante “simplifica a complexa história dos feminismos ocidentais, fixa autoras e perspectivas dentro de uma década específica e, repetida e, erroneamente, posiciona feministas pós-estruturalistas como as ‘primeiras’ a desafiar a categoria ‘mulher’ como sujeito e objeto do conhecimento feminista” (2009, p. 215). Segundo ela:

Essa estória¹⁶⁵ divide o passado recente em décadas definidas para fornecer uma narrativa de progresso incansável ou de perda, proliferação ou homogeneização. A teoria feminista ocidental conta sua própria estória como uma narrativa em desenvolvimento, onde nos movemos de uma preocupação com unidade e semelhança, passando pela identidade e diversidade, em direção à diferença e à fragmentação. Tais mudanças são geralmente concebidas em correspondência com as décadas de 70, 80 e 90, respectivamente, e como um movimento partindo do pensamento feminista radical, socialista e liberal em direção a uma teoria pós-moderna do gênero. Contudo, seja como for sua inflexão, a cronologia permanece a mesma, as décadas sobrecarregadas, mas curiosamente estereotipadas, e o pós-estruturalismo desempenhando o papel de ator principal no questionamento da “mulher” como ponto de partida para a política feminista e a produção de conhecimento (HEMMINGS, 2009, p. 215).

No Brasil, a narrativa seguiu majoritariamente essa cronologia, sempre tendo como referência a evolução do feminismo europeu, sobretudo o francês, e o norte-americano, que, segundo Iracélli Alves (2020, p. 18), funcionam como uma métrica para avaliar o quanto e como o feminismo evoluiu no país. Exemplo disso é o livro de Simone de Beauvoir frequentemente aparecer como um divisor de águas, já que, entre as décadas de 1960 e 1970, as feministas brasileiras teriam descoberto o livro *O Segundo Sexo* e, um pouco depois, as novas teóricas europeias e norte-americanas. Tais leituras serviram para refinar o debate

¹⁶⁵ Conforme nota da edição: “O uso da palavra ‘estória’ demarca a contingência do termo em relação a “história”. Em inglês os termos correspondentes “story” and “history” não são tão marcados quanto em português pela diferença em termos de construção de uma narrativa ficcional (estória) e de uma referência a fatos passados (história). Em inglês, “story” geralmente refere-se a narrativas ou tradições orais; “history” refere-se a eventos que ocorreram e relatos formais ou pesquisas. Ao longo do texto original a autora utiliza o termo “story”, aqui traduzido por “estória”, para enfatizar o processo pelo qual se produz sentidos sobre o passado, questionando a noção de que a “história” é algo meramente descritivo”. HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 215- 241, jan./abr., 2009. p. 215-16.

feminista no país. A partir disso, as feministas brasileiras puderam compreender que o “ser mulher” não era um dado simplesmente biológico, mas sim, uma construção cultural.

Entretanto, como evidenciamos, muitas das ideias presentes em Beauvoir já estavam sendo discutidas antes mesmo do lançamento do livro, em 1949. É necessário atentar para os estudos sobre a suposta renovação do feminismo na década de 1970, os quais consideram somente o pensamento da filósofa francesa e demais teóricas estrangeiras como marcos do aprimoramento do debate feminista brasileiro, e acabam, conseqüentemente, silenciando muitas vozes (Alves, 2020, p. 18).

Em referência à epistemologia feminista, Hemmings (2009, p. 2015-16) sugere que uma forma de pluralizar e/ou democratizar o debate seria optar por abordagens que ressaltem as relações ao invés das descontinuidades. Dessa forma, tal debate contribui não só para repensar a linearidade e o “evolucionismo” entre as ondas, mas, também, para trazer outros sujeitos que atuaram entre e para além delas.

Portanto, segundo Alves (2020, p. 20), anterior à emergência do pós-estruturalismo, o feminismo entre ondas desafiou a naturalização do que significava ser mulher ou homem e das diferenças de classe/raça que estavam presentes na construção do gênero, em um período em que o termo ainda não tinha sido elaborado enquanto conceito. No entanto, esse feminismo entre ondas não faz parte das narrativas historiográfica acerca dos movimentos feministas. Geralmente, existe uma supervalorização da suposta segunda onda em detrimento da primeira, vista como “menos ousada”, afirma a autora. Enquanto isso, o movimento que aflorou entre elas é chamado, de forma genérica, de “movimento de mulheres” ou “movimento feminino”.

Já no final da década de 1980, Elisabeth Souza Lobo (2021, p. 224-230) chamava a atenção para a questão entre os movimentos de mulheres e os feministas. Segundo ela, naquele contexto, as pesquisas sobre os “movimentos de mulheres” e os “movimentos feministas” estabeleciam divisões problemáticas quando os separavam. Além do mais, os estudos sobre os movimentos populares, que tiveram ampla participação feminina, frequentemente não se preocupavam em fazer um recorte de gênero, prejudicando reflexões mais profundas sobre o processo de estruturação do feminismo enquanto movimento. Para Iracélli Alves (2020, p. 20), embora com alguns avanços nos estudos feministas da década de 1980 para cá, as reflexões mais abrangentes no que diz respeito às relações entre os movimentos populares de mulheres e os movimentos feministas ainda são escassos. Os diálogos estabelecidos entre as supostas “vagas” ou “ondas” e como se expressaram em diferentes contextos ainda precisam ser sistematizados, conclui a autora.

Neste sentido, levando em consideração as variações do termo e os estigmas que as feministas – autodeclaradas ou não – carregavam, Alves questiona em sua pesquisa se o fato de até a década de 1970 o movimento de mulheres de orientação comunista não se assumirem feministas inviabiliza compreendê-lo como tal. Para ela, tudo depende de como olharmos para essa questão, pois, se nos restringirmos apenas a ação de mulheres junto aos movimentos populares que não problematizaram as relações de gênero – sem fazer uma investigação visando se a experiência contribuiu ou não para a percepção das desigualdades –, torna-se impossível. O fato de as mulheres estarem fazendo política pública, por si só, não fazia com que elas julgassem fundamental a igualdade política e social entre homens e mulheres, embora, na prática, elas estivessem rompendo com os padrões de gênero culturalmente impostos. No entanto, se levarmos em consideração todo o movimento daquelas que não se percebiam feministas, mas agiram efetivamente e de forma direta em defesa da ruptura das hierarquias entre os gêneros, é possível pensá-las como tal (Alves, 2020, p. 26).

Concordamos com Glauca Fraccaro quando ela afirma que as delimitações do feminismo não estão restritas apenas às teorias sociológicas ou filosóficas, já que o termo pode ser definido a partir dos embates travados diretamente pelas mulheres em diferentes contextos da história, até mesmo em organizações que envolvem homens, como partidos e sindicatos, além de outros movimentos que reivindicavam outras pautas e sonhos de liberdade. Assim, “é possível contar a história do feminismo a partir das lutas empunhadas pelas próprias mulheres” (Fraccaro, 2018, p. 16).

Abordaremos, a partir das próximas linhas, o feminismo de segunda onda no Brasil¹⁶⁶, já que, temporalmente, está mais próximo do nosso recorte – final da década de 1970 e início dos anos 1980 –, e, através dessa discussão, poderemos trazer pontos importantes para compreender, mais adiante, como as nossas entrevistadas se viam quando questionadas sobre serem ou não feministas. Desse modo, como vimos, grande parte das autoras apontam a década de 1970 como o período de consolidação do feminismo no Brasil, principalmente a partir do ano de 1975, estabelecido como o Ano Internacional da Mulher (AIM) pela Organização das Nações Unidas (ONU) e ponto de partida para a Década da Mulher. De

¹⁶⁶ Segundo Joana Maria Pedro, o feminismo de “Primeira Onda”, conhecido também como Movimento Sufragista, esteve principalmente centrado na reivindicação de direitos políticos (votar e ser votada), além da busca por direitos econômicos e sociais. Enquanto o feminismo de “Segunda Onda” surgiu após a Segunda Guerra Mundial e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: “o privado é político” (Pedro, 2006, p. 269). Para maior conhecimento acerca do feminismo de “Primeira Onda” no Brasil, ver: KARAWAJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (1850-1932)*. 2013. 398f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

acordo com Iracélli Alves (2020, p. 29), as mulheres aproveitaram a ocasião e realizaram um evento feminista intitulado “O papel e o comportamento da mulher na sociedade brasileira”, ocorrido no Rio de Janeiro. O evento contou com patrocínio do Centro de Informação da ONU e foi organizado, majoritariamente, por mulheres de esquerda.

Todavia, em seu artigo publicado em 2006, Joana Maria Pedro afirma que não é possível datar exatamente quando ocorreu o ressurgimento do feminismo no Brasil. Porém, existe uma narrativa que prevalece até os dias atuais de que teria ocorrido durante a década de 1970 e teria sido, segundo a autora, resultado das disputas de poder entre os diversos grupos feministas, bem como entre os grupos que lutavam contra a ditadura civil-militar instaurada em 1964. Assim, “essa luta envolvia, para uns, a dicotomia entre ‘lutas gerais e lutas específicas’, de um lado, e entre ‘verdadeiramente feministas e não-feministas’, de outro” (Pedro, 2006, p. 250). Portanto, para apontar como essas datas foram definidas, é importante levar em consideração as interpretações provenientes de lugares distintos.

Ainda de acordo com Pedro, uma das narrativas fundadoras do feminismo de “Segunda Onda” no Brasil afirma que o ressurgimento do movimento feminista ‘organizado’ teria acontecido no ano de 1975, como abordado acima, e teria sido inaugurado com uma reunião na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), localizada no Rio de Janeiro, e pela criação do Centro da Mulher Brasileira, igualmente localizado naquela cidade. A partir disso, afirma ela, teria ocorrido o surgimento de outros espaços de união e movimento feminista em diversas regiões do Brasil.

Além do mais, embora o Brasil estivesse em processo de distensão política, não havia possibilidade de atuação dos partidos e grupos políticos, que ainda se encontravam na clandestinidade, em consequência da repressão. Por essa razão, o ressurgimento do movimento de mulheres e feminista¹⁶⁷ no ano de 1975, contando com o apoio da ONU, significou a oportunidade para que esses grupos pudessem se reunir e fortalecer a luta contra a ditadura. Por outro lado, o fato de 1975 ser considerado o Ano Internacional da Mulher, e este ter sido o resultado de uma luta feminista que recomeçava, foi visto por alguns grupos como uma ameaça ao projeto político, já que poderia haver um desvirtuamento daquilo que consideravam como luta prioritária – o fim da ditadura.

A FBPF também elaborou uma programação alusiva ao marco estabelecido pela ONU. Em funcionamento desde 1922, entre as décadas de 1960 e 1970, estava alinhada à ditadura. Em janeiro de 1975, a federação solicitou a adesão oficial do governo ao Ano Internacional da

¹⁶⁷ Como evidenciamos ao longo desse tópico, muitas mulheres, inclusive de esquerda, não se identificavam como feministas, portanto, não faziam parte do movimento feminista.

Mulher, bem como a concretização prática desta mesma adesão. Já em 27 de novembro, realizou, no Rio de Janeiro, um “Encontro com Associações Femininas”, que ocorreu no Salão de Leitura do Palácio Itamaraty que, de acordo com suas associadas, fazia parte da programação do AIM (Alves, 2020, p. 30). Levando em consideração o feminismo “bem-comportado” (Pinto, 2003, p. 14) ou “tático” (Soihet, 2006) adotado pela FBPF e por Bertha Lutz para alcançar seus objetivos através da negociação com os grupos políticos institucionalizados no poder, tal postura foi fundamental para que a organização conseguisse exercer certa pressão sobre o governo e obter significativas conquistas. Dessa forma, enquanto muitos grupos feministas partiram para o enfrentamento à ditadura, e, conseqüentemente, caíram na clandestinidade, a federação permaneceu atuante. No contexto pré-golpe, a federação se aproximou de associações tais como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) na luta contra o comunismo e em apoio às articulações golpistas. Ademais, a entidade manteve uma relação amistosa com os sucessivos governos do período ditatorial (Calixto; Gouvêa, 2020, p. 245)¹⁶⁸.

De acordo com Alves (2020, p. 30), o evento promovido pela FBPF não compõe a memória que se consolidou a respeito da repercussão do Ano Internacional da Mulher no Brasil, pois, a partir de 1975, deu-se início à constituição da estreita ligação entre feminismo e esquerda. Neste momento, as mulheres de esquerda apropriaram-se do termo, “impondo uma virada”, afirma a autora. Pois, se até então o feminismo era associado ao liberalismo, a partir da década de 1970 ele passou a ser visto como um movimento alinhado aos projetos socialistas ou comunistas de sociedade.

É fato que as narrativas historiográficas têm se dedicado com maior afinco a debater acerca do movimento desenvolvido a partir da década de 1970, e isso se deve a um contexto mais amplo. De acordo com Antonio Maurício Brito (2008, p. 13), de uns tempos para cá, a historiografia contemporânea brasileira tem superestimado a década de 1960-70 em razão de vários acontecimentos internacionais que, de fato, estremeceram a história mundial, como por exemplo a Revolução Cubana, a Guerra do Vietnã, a Revolução Cultural Chinesa, além das guerrilhas na América Latina, o Maio francês e o movimento *hippie*. Esses eventos foram responsáveis por renovar radicalmente os movimentos sociais em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil, que nesse período atravessava os horrores do autoritarismo e a violência descabida da ditadura. Tal característica aparece nas narrativas sobre o movimento feminista.

¹⁶⁸ Para saber mais, ver: CALIXTO, Carolina; GOUVÊA, Viviane. O fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Arquivo Nacional. In: As várias faces dos feminismos: memória, história, acervos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 239-253, maio/ago. 2020.

Segundo Moema Toscano e Mirian Goldemberg (1992, p. 29), por exemplo, até meados da década de 1970 “o feminismo organizado e atuante não se caracterizava por ser revolucionário ou abertamente contestatório. [...] A discussão sobre a sexualidade feminina constituía exceção, e o tema era considerado tabu”. Prosseguem as autoras: “Os anos 1970 marcaram uma reviravolta no movimento feminista, que começa então a colocar como eixo de sua luta a questão da relação homem-mulher e a necessidade de reformulação dos padrões sexuais vigentes, apesar das resistências de feministas mais antigas a aceitar tal reviravolta” (Toscano; Goldemberg, 1992, p. 30).

Ao analisar os relatos de mulheres exiladas, bem como a documentação que produziram, Maira Abreu (2010, p. 78) afirma que, até os anos 1970, não havia feminismo no Brasil enquanto movimento organizado coletivamente. Para a autora, até os anos 1960, isso ainda era algo distante, já que muitos militantes de esquerda identificavam o movimento como liberal (pequeno-burguês) ou sexista e anti-homem. Embora a questão já aparecesse em discussões nos jornais da imprensa alternativa, para Abreu, um movimento organizado só tomaria corpo a partir de 1975 e isso só foi possível pelo contato que as exiladas brasileiras tiveram com os ideais do feminismo enquanto estiveram no exterior, sobretudo na França. Assim, entre as brasileiras, essa experiência teria contribuído para uma alteração em sua concepção acerca do feminismo. Todavia, estamos de acordo com Iracélli Alves (2020) quando critica essa afirmação de Abreu, já que, como vimos ao longo desse tópico, essa leitura apaga a pluralidade política dos diversos grupos feministas surgidos nas décadas anteriores. Nem todos estavam vinculados aos projetos socialistas ou comunistas. Havia feministas liberais, como as integrantes da FBPF.

Segundo Ayla Camargo (2010, p. 75), ao retornarem do exílio, essas mulheres encontraram organizações de mulheres muito diferentes, pois, em vez de aborto, o Movimento Feminino pela Anistia reivindicava o retorno de presos e/ou desaparecidos políticos; em lugar de amor livre, o Movimento Feminino contra a Carestia queria as panelas cheias. Segundo Vera Soares, “durante os vinte e um anos em que o Brasil esteve sob o regime militar, as mulheres estiveram à frente nos movimentos populares de oposição, criando suas formas próprias de organização, lutando por direitos sociais, justiça econômica e democratização” (Soares, 1998, p. 34).

Dessa forma, num primeiro momento, as bandeiras feministas acabaram subordinadas às pautas mais urgentes de um país imenso e desigual, como a erradicação da miséria, cuja luta era encabeçada por movimentos já estruturados e que contavam com forte influência da Igreja Católica, como por exemplo, Movimento Feminino contra a Carestia, citado acima. As

principais reivindicações das mulheres brasileiras ainda eram por melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, melhores salários e construção de creches para que mães pudessem ingressar no mercado de trabalho. Portanto, como afirma Camargo, no Brasil, “as organizações de mulheres estavam menos preocupadas com a mulher em si” (2010, p. 75).

Renata Gonçalves, por sua vez, aponta que:

Enquanto as mulheres dos meios populares tinham reivindicações mais ligadas as dimensões de classe (lutar contra a carestia, exigir a instalação de água potável, a construção de creches, etc.) trouxeram novas questões que complementam a agenda. E uma relação de conflito e de solidariedade se instalou entre os movimentos de mulheres e o movimento feminista” (GONÇALVES, 2009, p. 102).

O choque entre estes dois movimentos foi inevitável. A imprensa tradicional foi uma das responsáveis por apresentar o movimento feminista de forma distorcida, ao mostrá-lo como uma luta entre homens e mulheres, o que serviu para rotular pejorativamente as feministas; além de impor uma antipatia a este feminismo que era difamado tanto por “propor” uma guerra entre os gêneros como por ser um fator divisionista dentro da classe operária (Saffioti, 2011, p. 94). Assim, logo de início, sofreu uma certa rejeição. Porém, essas mulheres inovaram ao unir as lutas.

De acordo com Cynthia Sarti, na esperança de transformar a sociedade como um todo, grupos feministas “atuaram articulados às demandas femininas das organizações de bairro, tornando-as próprias do movimento geral das mulheres brasileiras (2004, p. 40). E, à vista disso, impulsionaram debates de suma importância, tais como as discriminações sofridas pelas mulheres em seus ambientes de trabalho, a violência doméstica e o direito ao divórcio¹⁶⁹. Indo na contramão da romantização da maternidade, refletiram acerca do péssimo atendimento oferecido às gestantes e/ou parturientes, que sofriam com os perigos das infecções hospitalares, bem como morte de mulheres por falta de cuidados médicos. Ademais, denunciaram a violência que mulheres sofriam dentro dos casamentos, inclusive abordando a questão do estupro marital¹⁷⁰; compreenderam e questionaram o controle da sexualidade e a exaltação da função materna como único destino possível para as mulheres (Gonçalves, 2009, p. 102). Conforme Céli Pinto:

¹⁶⁹ Direito este concretizado somente no ano de 1977 através da Lei Nº 6.515, sancionada em 26 de dezembro daquele ano. Veja: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6515.htm. Acesso em: 05/04/2023. Para saber mais sobre a Lei do Divórcio, ver: FAGUNDES, Marluce Dias. “*Abra a janela na sua felicidade e pense nos que foram infelizes no casamento*”: os projetos de lei do divórcio (1950-1977). 2020. 82f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em História, Porto Alegre, 2020.

¹⁷⁰ O crime denomina-se dessa forma por se tratar de ato sexual sem consentimento dentro de uma relação conjugal. Para saber mais, ver: CARVALHO, Gabriela Henrique. *Violência doméstica: análise jurídica do estupro marital*. 2021. 196f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2021.

O encontro do feminismo à moda do Primeiro mundo com a realidade brasileira daquela época promoveu situações tão complicadas quanto criativas: as mulheres [...] que estiveram na Europa [...] voltam para o Brasil trazendo uma nova forma de pensar sua condição da mulher, em que o antigo papel de mãe e esposa não mais servia” (PINTO, 2003, p. 65).

Certamente, todos esses processos, que não blindaram as mulheres oriundas das classes populares, não foram unânimes na sociedade brasileira. Para além dos preconceitos que evidenciamos aqui, as ideias feministas confrontaram-se com o moralismo católico presente, sobretudo, nos setores populares. O que predominou, entretanto, foi uma política de alianças entre os grupos feministas, as organizações de esquerda e um setor progressista da Igreja Católica.

Todos navegando contra a corrente do regime autoritário. Desacordos sabidos eram evitados, pelo menos publicamente. O aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões permaneceram no âmbito das discussões privadas, feitas em pequenos ‘grupos de reflexão’, sem ressonância pública (SARTI, 2004, p. 39).

Segundo Renata Gonçalves (2009, p. 103), embora envolto em vários preconceitos, o feminismo ganhou espaço no cenário nacional, pois o tema da violência doméstica, por exemplo, passou a ser problematizado e compreendido como um mecanismo de controle social. Dessa forma, o debate sai do âmbito privado e passou a ter visibilidade nacional ao mesmo tempo em que o movimento feminista passa a ocupar espaços e a pautar os debates. No ano de 1979, um dos principais canais de televisão do país incorporou à sua programação semanal a série intitulada *Malu Mulher*, seguida por *Quem ama não mata!*. Importante destacar esses dois programas, pois chegavam na casa da grande maioria da população brasileira, desmistificando, com isso, a ideia de que a violência estava presente apenas nos lares das classes populares. O mesmo canal passou a transmitir diariamente, em 1980, o *TV Mulher*, programa voltado para as ditas “questões femininas”.

Além do audiovisual, em 1976, um grupo de mulheres que se autointitulava como feminista lança o jornal *Nós Mulheres*, cujos objetivos perpassam as questões políticas com as condições de vida cotidiana, porém, sem fazer menção à sexualidade. No mesmo ano, o jornal alternativo *Opinião* propôs fazer uma reportagem alusiva ao 1º de maio direcionada especialmente a discutir a inserção feminina no mercado de trabalho, mas acabou sendo censurado pelos militares (Gonçalves, 2009, p. 103). Contudo, apesar da forte censura, os movimentos de mulheres e feminista se multiplicaram a partir de 1975.

No Rio Grande do Sul, pensando especificamente no caso de Porto Alegre, Natalia Pietra Mendéz (2005, p. 28) afirma que, nos anos 1970, vários grupos feministas passaram a se organizar na cidade. Esses grupos caracterizavam-se por serem autônomos, sem vínculos com partidos políticos, embora se identificassem com um projeto político dentro do espectro

da esquerda. Isto porque não existiam organizações feministas que fossem favoráveis ao regime militar e, desta forma, todos aqueles e aquelas que faziam oposição à ditadura estavam, de certa maneira, vinculados a um projeto político progressista e de esquerda, conclui a autora. Num primeiro momento, elas se reuniam na casa de alguma ativista para debater temas de suma importância para as mulheres, como sexualidade, saúde, violência doméstica, divisão sexual do trabalho, entre outras pautas que estavam em voga no debate feminista mundial.

Um dos grupos feministas surgidos na capital do Rio Grande do Sul foi o Costela de Adão¹⁷¹, em 1976. A organização defendia a necessidade de inserção das questões específicas das mulheres no plano da política. Temas como sexualidade, prazer, violência doméstica, casamento, entre outros, eram considerados fundamentais para a ação política. Para as mulheres que compunham o Costela, tais temas não deveriam ser colocados como individuais ou secundários, uma vez que eles eram consequência de uma construção histórica e social. De acordo com Sonia Bressan Vieira (2005, p. 149), em 1977, o grupo se dispersou, voltando a atuar somente em 1979, em virtude do “*I Encontro Nacional de Mulheres*”, realizado no Rio de Janeiro. Em uma publicação no ano de 1979, intitulada “Escritos sobre o Feminismo, nº 1”, as feministas do Costela de Adão preconizam que “é necessário acabar com essa dicotomia entre o individual e o político, recuperar a legitimidade da busca pelo prazer, inclusive nas ações políticas; do contrário, elas perdem o sentido humano e se transformam em simples prática alienada” (Mendéz, 2005, p. 28).

No entendimento dessas mulheres, os problemas que elas vivenciavam no cotidiano eram o resultado do conjunto de relações de poder introduzido na sociedade, no pensamento e nos corpos dos seres humanos. Logo, de nada valeria lutar pela equiparação salarial e por mais espaço político para promover uma igualdade entre os gêneros sem questionar as relações interpessoais, bem como os comportamentos culturalmente inculcados que limitavam as possibilidades de ascensão das mulheres. Para Mendéz, o movimento feminista que surgiu a partir dos anos 1970 afirmava que uma transformação social nas relações sociais só ocorreria se fossem revistas todas as formas de opressão contra as mulheres. Assim, ainda de acordo com a autora, ao afirmarem que a opressão individual era, também, política, as

¹⁷¹ As integrantes afirmaram que o intuito do grupo com esse era polemizar, criando uma organização feminista com nome de “homem” (Mendéz, 2005, p. 28). O Costela de Adão é considerado o precursor do feminismo no Estado e também o mais antigo dos grupos feministas de Porto Alegre. Para conhecer melhor a história do grupo, ver: BERTÉ, Isabela Lisboa. *As condições de emergência de uma identidade feminista em Porto Alegre: estudo do Grupo Costela de Adão (1976-1980)*. 2012. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre, 2012.

feministas estavam defendendo que não era possível existir uma escala na qual a luta de classes fosse predominante às lutas das mulheres, já que esta última também era provida de caráter revolucionário.

As feministas do grupo Nós Mulheres, de São Paulo, estavam em conformidade com as gaúchas quando lançaram, em 1979, um texto no qual apontavam que a libertação da mulher só aconteceria quando fossem atingidos todos os níveis da sociedade responsáveis por produzir e reproduzir as diversificadas formas de opressão:

A luta pela libertação da mulher, para nós, implica numa estratégia que articule todos os níveis de sua opressão, na medida em que as relações de poder e domínio na sociedade capitalista penetram em todos os níveis da existência do homem e da mulher, desde sua relação mais íntima até as atividades públicas, hábitos e obrigações comuns a todos. O feminismo vem questionar as formas de violência que se reproduzem cotidianamente e sempre foram consideradas “naturais” ou “valores sociais inabaláveis”; amplia o conceito de política. Trata-se de assunto que faz parte da nossa vida; não há instância alguma de nossa existência que dela escape. Em outras palavras, o feminismo trouxe a política para dentro de casa, para o questionamento das relações interpessoais. (...) É por isso que buscamos uma transformação que comece também por mexer com a prática individual de cada uma. Entretanto, isso implica não apenas direitos iguais - como trabalhadora ou cidadã - mas uma nova qualidade de vida, por que não dizer, uma verdadeira revolução cultural (...) (NÓS MULHERES, 1979, n.p. *apud* MENDÉZ, 2005, p. 28).

Com isso, essa nova onda feminista fomentava questões que poderiam ser chocantes e inconcebíveis para boa parte da sociedade à época. Questionar as relações instituídas pela sociedade, como, por exemplo, o casamento monogâmico e heterossexual, fazia parte do arcabouço feminista. Sobre o assunto, o Costela de Adão lançou um texto com duras críticas à monogamia:

Esse assunto parece prestar-se bem a um exame do grau de penetração da ideologia dominante na estrutura psíquica dos indivíduos, pois é tido amplamente como forma normal e natural de relacionamento afetivo. À medida em que pudermos ver que não é bem assim, estaremos nos aproximando de algo como a “desmistificação da monogamia”. (...) Essa é uma forma ideológica de manter a repressão sobre os indivíduos, impedindo-os de expressar livremente sua afetividade em todos os níveis e aspectos. Até agora não se provou convincentemente que a exclusividade na relação homem/mulher seja uma característica natural. Mas sim, pelo contrário, outras formações sociais historicamente anteriores apontaram formas completamente distintas de comportamento, como a poligamia e a poliandria. Isso demonstra que a natureza humana não é tão imutável assim, mas pelo contrário ela é uma manifestação histórica. (...) Somos, pois, educados para aceitar (e procurar) um relacionamento afetivo exclusivista, como se o casal fosse uma entidade afetivamente completa, e por isso poderia separar-se do resto do mundo. Acredita-se tão seriamente numa complementaridade total entre duas pessoas, que o mito da “alma gêmea” passa a ser uma coisa na qual todo mundo (consciente ou inconscientemente) acredita e sai a procurar a sua (COSTELA DE ADÃO, 1979, n.p. *apud* MENDÉZ, 2005, p. 29).

Intitulado “Sobre o individual, o político e a monogamia”, o artigo traz luz à necessidade de o feminismo afirmar o caráter político das relações entre homens e mulheres.

Ao abordar o casamento monogâmico, o grupo o denunciava como parte de uma ideologia repressora que condicionava os seres humanos a limitar sua vida afetivo-sexual a apenas uma pessoa. No final do século XIX, Friedrich Engels publicou o livro “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*”¹⁷² que, em linhas gerais, traz a discussão acerca do estabelecimento de famílias monogâmicas com o objetivo de manterem-se as condições econômicas, que preservavam a propriedade privada e sua manutenção na família. Portanto, os casamentos eram de conveniência, eram acordos, afirmava Engels. Assim, embora considerada por muitos uma discussão recente, ela já estava sendo abordada no século passado. Porém, é importante destacar que, no caso do texto publicado pelo Costela, ele foi elaborado por mulheres e destinado, especialmente, às mulheres. Talvez por isso, Natalia Mendéz, o considere revolucionário quando da sua publicação no início dos anos 1980. Contudo, com exceção de pequenos grupos intelectuais, para a maioria da sociedade, o casamento monogâmico representava (e ainda representa) a única forma de relacionamento aceita e normatizada nas sociedades ocidentais. Para Mendéz (2005, p. 29), esse tipo de debate em torno do casamento, da monogamia e de formas diferenciadas de afetividade e sexualidade eram fundamentais para afirmar que a opressão individual vivenciada pelas mulheres era parte de uma construção histórica e política.

Outro grupo bastante expressivo na cidade de Porto Alegre foi o Liberta, fundado em 08 de março de 1980. Esse grupo feminista surgiu no seio do movimento estudantil da UFRGS e ganhou visibilidade através da luta das estudantes pelo direito do acesso de mulheres à Casa do Estudante daquela universidade no começo dos anos 1980¹⁷³. Após as manifestações lideradas pelo Liberta, foi apenas em abril daquele ano que a entrada de mulheres foi permitida na CEU. Mas a vida das moradoras não era fácil. Num exemplar dos jornais do grupo¹⁷⁴, há a entrevista com uma moradora que reclamava do boicote da reitoria, já que não permitia que “[...] como em todos os quartos, as senhoras da limpeza nos deem lençóis limpos e papel higiênico. E na hora de lavar nossas roupas, temos que esperar que elas vaguem os tanques, onde lavam a roupa dos simpáticos rapazes” (*Jornal Liberta*, agosto de

¹⁷² ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.

¹⁷³ É possível assistir no YouTube um pequeno vídeo sobre a movimentação através do link: https://www.youtube.com/watch?v=I81qeEPyNBo&ab_channel=LibertaMaster. Acesso em 05/04/2023.

¹⁷⁴ Segundo Sônia Maluf, ex-integrante do Liberta e uma das entrevistadas para esta tese, os exemplares do jornal encontram-se alocados em um depósito da UFRGS e, atualmente, estão sendo organizados por Fabiana Pinheiro da Costa, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Entretanto, de acordo com Fabiana, em mensagem enviada por e-mail, no depósito não constam os números completos do jornal e ela está enfrentando dificuldades para concluir a organização, visto que a universidade está dificultando o desenvolvimento do trabalho por conta de burocracias. Com isso, a aluna não está conseguindo acesso à sala onde fica o material.

1982 *apud* Mendéz, 2005, p. 29). Ainda de acordo com o relato da moradora, as usuárias da CEU enfrentaram diferentes formas de violência por parte dos moradores. Numa entrevista realizada com uma moradora, em agosto de 1982, ela relata as diversas violências sofridas:

(Liberta) - O que tu achas de morar na Casa do Estudante da UFRGS?

(Moradora) - Eu acho uma barra, porque todas as pessoas, para quem se fala que se mora na casa, encaram-nos como prostitutas. Isto sem falar na discriminação dos moradores que têm atitudes machistas ao extremo, como, por exemplo, vir até a porta do meu quarto, no meio da madrugada, e pichar nela - *Putas!* Também sem falar das piadinhas e os falsos ímpetos de orgasmo que eles têm quando nós passamos (*Jornal Liberta*, 06 de agosto de 1982 *apud* MENDÉZ, 2005, p. 29).

Com o relato da moradora, fica evidente a que tipo de violência as moradoras da CEU estavam expostas. Muitas frases proferidas pelos estudantes (homens) eram tidas como meras “brincadeiras”. Na verdade, trata-se de uma forma de violência simbólica, cujo conceito, elaborado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu em sua obra intitulada “*A dominação masculina*”¹⁷⁵, nos diz que é uma violência exercida pelo corpo sem coação física, porém gerando danos morais e psicológicos. Neste sentido, de acordo com Mendéz (2005, p. 29), “a violência simbólica contra a mulher pode ser compreendida como toda a ação ou discurso que visa limitar sua liberdade e conservar os papéis sociais destinados a homens e mulheres”. Ademais, a partir disso, podemos identificar a questão do “não-pertencimento”, uma vez que toda estrutura da CEU foi planejada como um espaço público para abrigar somente homens e, após a conquista da entrada legal de mulheres, a Casa mantinha-se, na prática, como um lugar hostil para as moradoras. Natalia Mendéz afirma que:

As ofensas verbais, os escritos pejorativos nas portas, somados ao fato de que as mulheres não tinham acesso aos mesmos tipos de serviços que os homens, demonstravam claramente uma tentativa de constrangimento, de deixar claro que elas não eram bem-vindas naquele espaço de convívio social que, até então, havia se preservado exclusivamente masculino. [...] Ocorre que as questões denunciadas pelo movimento feminista, como a discriminação contra moradoras da Casa do Estudante, faziam parte de uma cultura profundamente enraizada que definia lugares e espaços determinados categorizados como impróprios ou próprios para mulheres. Desta forma, a presença feminina na Casa – mesmo com aval legal – não era aceita como algo normal, não fazia parte da rotina dos moradores e mais, desafiava suas concepções, poderes e privilégios. Por isso, as mulheres que lá foram morar receberam estereótipos que vinculavam sua imagem à prostituição. (MENDÉZ, 2005, p. 31-32).

O Liberta era formado por estudantes da UFRGS, cujo objetivo era levar para o meio estudantil, majoritariamente masculino, a discussão sobre a situação da mulher e aglutinar nas suas concepções tanto a necessidade de transformar o sistema econômico quanto a

¹⁷⁵ Ver: BOURDIER, Pierre. *A dominação masculina*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

necessidade de atuação em questões específicas e pontuais, como, por exemplo, conscientizar outras mulheres da importância de lutar pelos seus direitos enquanto estudantes. Dentro da universidade, as integrantes do Liberta eram chamadas de “grupo chá das cinco”. Supõe-se, por conta disso, que muitas das suas demandas eram menosprezadas ou não eram levadas a sério por uma parte dos estudantes, completa Mendéz (2005, p. 32). Além da luta pela abertura da Casa do Estudante para mulheres, outras campanhas foram encabeçadas pelo Liberta, como a criação de creches para os filhos e filhas das estudantes da UFRGS. Tal campanha reivindicava não só o aumento no número de vagas, mas também a melhoria da qualidade no atendimento desta:

A creche da UFRGS, padrão de Porto Alegre, não passa de um efeito assistencial no campus universitário. Com suas 90 vagas, 10% destinadas às mulheres estudantes, ela não chega a cobrir 4% para a necessidade real de creches para os estudantes. Sem falar nas mulheres, que não ingressam na universidade, ou abandonam seus cursos por não ter onde deixar os filhos. (...) E a questão não é só onde deixar as crianças. Como elas são tratadas e “bem” educadas? (*Correio do Povo*, 17 de agosto de 1980 *apud* MENDÉZ, 2005, p. 32).

A reivindicação em favor de melhorias e aumento no número de vagas na creche era uma pauta que atingia todas as mulheres que precisavam desse serviço, não apenas aquelas se identificavam com o feminismo. A creche e o direito à moradia pelas estudantes da UFRGS tornaram-se suas principais bandeiras de luta, demonstrando as preocupações do Liberta com as questões específicas das estudantes. Para além das ações militantes, o discurso político do grupo tinha o intuito de atingir o máximo de mulheres universitárias. Dessa forma, no editorial do exemplar número 6, o título do artigo “*O meu, o seu, o nosso feminismo*”, remetia a ideia de que o feminismo representava o interesse de **todas** as mulheres, mesmo aquelas que não se identificavam com o movimento feminista (*Jornal Liberta*, agosto de 1982 *apud* Mendéz, 2005, p. 32).

Uma especificidade do Liberta que chama a atenção é que este grupo pretendia ser composto apenas por mulheres, “sem a presença de homens”:

Achamos fundamental que as mulheres discutam desde cedo seus problemas, sem a presença de homens, para que não se sintam tolhidas. Mas nosso movimento é autônomo, não tendo ligação com qualquer partido político. Queremos a transformação da cultura. Nossa luta não é contra o homem, enquanto sexo, mas contra a sociedade, que não oferece espaço suficiente para a mulher (*Correio do Povo*, 17 de agosto de 1980 *apud* MENDÉZ, 2004, p. 81).

A opção por não aceitarem a presença de homens no grupo talvez ocorresse para manter o protagonismo feminino frente às discussões, já que, historicamente, os homens estiveram à frente, ocupando esses espaços. Além, claro, de terem liberdade para debaterem

assuntos de ordem pessoal. Tanto o Liberta quanto o Costela de Adão foram dissolvidos em meados dos anos 1980.

De acordo com pesquisa anterior¹⁷⁶, no interior do Estado, destacamos a atuação do grupo feminista Gênese, na cidade de Pelotas. O grupo também surgiu no meio estudantil, porém, diferentemente do Liberta, este se deu através de uma deliberação de mulheres que militavam no Partido Revolucionário Comunista (PRC), cuja influência estava presente na tendência estudantil Resistência, tendência esta com uma atuação bem significativa dentro do movimento estudantil pelotense por lançar diversos líderes estudantis. Segundo suas integrantes, assim como o Liberta, o Gênese nasceu em decorrência da necessidade de trazer à tona discussões mais específicas, tais como a questão da mulher, para o interior do movimento estudantil num momento em que a principal bandeira de luta era o fim da ditadura civil-militar e a redemocratização do país. Com isso, no contexto em que o grupo feminista surgiu, era evidente a falta de abertura para demandas específicas, fossem elas de gênero, raciais ou relativas a direitos homoafetivos, tanto no movimento estudantil como nos partidos políticos (mesmo os de esquerda), nos quais as bandeiras eram mais genéricas (Gomes, 2017, p. 124).

Embora o Gênese tenha sido articulado por militantes do PRC, ele era autônomo e independente de partidos políticos, uma vez que mulheres de diferentes tendências estudantis e de diferentes partidos participaram da construção do grupo. Mais tarde, foi criado o Movimento Feminista de Pelotas (MFP), em que se reuniam o grupo Gênese, algumas mulheres da ala feminina do MDB e de outros partidos. O MFP realizava fóruns de discussão na cidade e, já naquele momento, uma das pautas destes encontros era a violência sofrida pelas mulheres. Além disso, era proibida a participação de homens no grupo. Havia aqueles que eram considerados como “aliados”, no entanto, as discussões eram comandadas somente pelas mulheres, para manter a total autonomia destas. A seguir, Vera Garcia nos explica melhor essa afirmação:

“Não tínhamos essa visão de que “ah os homens podiam participar”, não, eram somente as mulheres mesmo, porque a gente tinha essa discussão de que nós sofríamos efetivamente isso. Os homens eram até aliados, podiam ajudar em várias coisas, mas a discussão era nossa, para evitar mais uma vez o aparelhamento, ou redirecionamento para outras questões”. (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas: 2017, p. 125)”.

¹⁷⁶ GOMES, Luisiane da Silveira. *A atuação feminina no movimento estudantil universitário durante o processo de redemocratização do Brasil (Pelotas/RS: 1977-1985)*. 2017.193f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

O Gênese acabou semeando dentro do movimento estudantil a discussão acerca da questão feminina e, em muitas situações, as integrantes eram convidadas a fomentar debates sobre sexualidade e a questão da mulher em alguns diretórios acadêmicos da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), especialmente nos cursos de Medicina Veterinária e Agronomia, uma vez estes eram constituídos majoritariamente por homens. Podemos inferir que havia mulheres cursando estes cursos, porém em número bem inferior. Talvez esse fato seja reflexo do comportamento esperado pela sociedade para com as mulheres (Gomes, 2017, p. 125).

Além da discussão acerca dos espaços ocupados pelas mulheres nas universidades, outro objetivo norteador do Gênese era transpor os muros da universidade e levar a discussão feminista até as trabalhadoras, sobretudo para aquelas que trabalhavam em fábricas, ou as safristas. Ademais, o grupo também se fazia presente em alguns bairros de Pelotas. Segundo Vera Garcia,

“Nós íamos às categorias, como, por exemplo, o sindicato da alimentação, porque a maioria das mulheres trabalhava no sindicato da alimentação na época da safra (as chamadas safristas), nós éramos convidadas a falar. Eu me lembro de ir a uma fábrica, onde havia um monte de mulher e nós falávamos para elas sobre a condição feminina e a luta feminista e o que isso significava. Em alguns bairros também participávamos, mas assim, como era só esse grupo que existia, o pessoal procurava bastante, mas, na verdade, a nossa luta principal era fazer essa discussão dentro do movimento estudantil, mas depois se ampliou. Nós acabamos fazendo esses tipos de atividades (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas: 2017, p. 127-28)”

Outra ação interessante desempenhada pelo Gênese foi promover, durante três anos, paralelamente à tradicional feira do livro pelotense, uma mostra de obras feministas, a qual contou com uma intervenção de Maria Rita Kehl¹⁷⁷:

“[...] nós fizemos durante três anos uma feira do livro com livros feministas. Só livros que falavam da questão da mulher. Nós fazíamos assim: colocávamos uma banca ali na praça, fora da feira do livro normal, porque a feira do livro ia diluir a questão. Tínhamos uma banca, que conseguíamos, e colocávamos ali na travessa, com livros que trazíamos das livrarias de Porto Alegre (consignados); era uma batalha. Era interessante, pois chamava a atenção: “o que essas mulheres querem aí só vendendo livro sobre a questão da mulher?”, isso aí nos anos 79/80 era uma coisa interessante, hoje não é tanto, mas uma feirinha só

¹⁷⁷ Maria Rita Kehl é psicanalista, formada em Psicologia pela USP. Mestre em Psicologia Social pela USP e Doutora em Psicanálise pela PUC-SP, também é ensaísta e jornalista. Foi editora do Jornal Movimento, um dos mais importantes veículos da imprensa alternativa durante a Ditadura. Além disso, participou do grupo que criou o jornal Em Tempo em 1978. Esse jornal aglutinava grupos políticos que mais tarde auxiliaram na fundação do PT. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/membros/65-maria-rita-kehl.html>. Acesso em: 11/04/2023.

para esse tipo de publicação, mexia um pouco (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas: 2017, p. 128)”.

O grupo pelotense permaneceu em atividade por quatro anos e, durante o período de funcionamento, realizava encontros semanais em que eram discutidos diversos temas pertinentes, entre eles a questão da violência contra mulher, como já mencionado. Para tanto, o grupo realizava atos e contava com o apoio e participação do movimento estudantil. Em seu entendimento, Vera Garcia afirma que o grupo Gênese não deu continuidade em suas atividades porque ele cumpriu seu papel naquele momento, que era fomentar a discussão no meio estudantil e partidário, bem como provocar inquietação em outras mulheres acerca da situação da mulher brasileira. Ao longo desse período, foi criado na cidade, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e, conforme Garcia, a partir desse espaço, elas conseguiriam atingir um número maior de mulheres. Na sua percepção, o Gênese, enquanto movimento feminista, estava muito relacionado com a academia, uma vez que todas as mulheres que participavam dele eram universitárias e militantes no movimento estudantil, ou seja, não havia participação efetiva de operárias ou mulheres trabalhadoras construindo em conjunto o grupo. Portanto,

[...] naquele momento nós paramos de reunir o Gênese para irmos para o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, porque achávamos que ali ia ser a forma de atingir o maior número de mulheres. Nós achávamos que o grupo feminista podia ter um conteúdo pequeno-burguês, porque, na verdade, eram somente mulheres do movimento estudantil que participavam, não havia operárias, trabalhadoras; a nossa intenção era atingir essas mulheres. E nós também não queríamos ficar com aquela concepção de “mulheres pensantes”, que ficam pensando o movimento e depois vão lá falar para essas mulheres. Outra coisa era divisão social do trabalho intelectual e do trabalho braçal, não queríamos isso, e a gente quis participar mais desses órgãos do Estado [...] (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas: 2017, p. 129)”.

Mais adiante, já nos anos 1990, mais precisamente no dia 08 de março de 1992, surgiu o Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas (GAMP)¹⁷⁸, grupo este também criado por feministas e que, segundo Vera Garcia, pode ser considerado um remanescente do grupo feminista Gênese. O GAMP surgiu através de uma articulação entre vários segmentos da sociedade, como sindicatos, partidos políticos, grupos de mulheres etc. Além disso, o intuito do grupo era orientar mulheres e a sociedade em geral acerca dos seus direitos e chamar a

¹⁷⁸ Para conhecer mais sobre as atividades desenvolvidas pelo GAMP, ver: <https://gampfeminista2020.blogspot.com/> ou <https://www.instagram.com/gampfeminista/>. Acesso em: 11/04/2023.

atenção à discriminação sofrida pelas mulheres, materializada em vários aspectos, principalmente os homicídios e a maneira como são julgados. De acordo com Elisiane Medeiros Chaves (2019, p. 83), o GAMP é a organização mais antiga e ainda em atuação na cidade de Pelotas.

Em Santa Maria, foi criado, no final de 1981, o grupo feminista Germinal. Assim como os dois últimos grupos citados, o Germinal se constituiu dentro do universo estudantil, principalmente através das universitárias da UFSM ligadas ao PRC. O grupo atuou naquela cidade entre os anos de 1981 e 1986. De acordo Paula Ribeiro Ciochetto (2018, p. 147), quando o coletivo estava se organizando, o jornal “*A Razão*” publicou, na edição do dia 17 de novembro de 1981, que no dia seguinte haveria a oficialização do grupo, cujo objetivo era discutir a questão das mulheres. A ideia de criar o grupo surgiu após a realização do “*Encontro de Mulheres*”, que ocorreu na cidade alguns meses antes.

As ações do grupo foram registradas pelo jornal supracitado, já que, ao longo do período de atuação do Germinal, o veículo de imprensa publicou diversas notícias e algumas matérias sobre o feminismo e as feministas. Isso gerou uma repercussão entre seus eleitores e eles passaram a enviar comentários a partir da sessão “*Espaço do Leitor*”. Com isso, muitas críticas ao grupo e suas integrantes começaram a aparecer. Os setores mais conservadores da sociedade santa-mariense passaram a se posicionar logo que as matérias com algumas das reivindicações das feministas eram publicadas. Foi o caso da Igreja Católica, que na sessão “*Religião*”, trazia as manifestações de seus representantes, em que abordavam pautas relacionadas à negação e criminalização do aborto, bem como valorização do casamento e da família tradicional e, por fim, o enaltecimento da mulher como esposa e mãe (Ciochetto, 2018, p. 147).

Através desse material, Ciochetto (2018, p. 147) pôde identificar as bandeiras que as feministas de Santa Maria defendiam, entre as quais destacamos o direito ao aborto, a igualdade salarial entre homens e mulheres, a conquista de creches públicas, o fim da dupla jornada de trabalho e a luta pelo fim da violência física e sexual contra as mulheres. Seus encontros eram divulgados para a comunidade através do referido jornal e, também, pela distribuição de panfletos, que servia igualmente para divulgar as pautas feministas.

O Germinal realizava eventos que contavam com a participação de mulheres reconhecidas do movimento feminista à nível nacional. Nomes como Mariska Ribeiro¹⁷⁹, Rose

¹⁷⁹ Segundo buscas na internet, as poucas informações dizem que Mariska Ribeiro foi uma professora e psicóloga que se dedicou à causa da mulher, especialmente, à promoção de acesso de mulheres pobres aos serviços públicos de saúde. Foi, também, consultora de programas governamentais e coordenadora da Rede

Marie Muraro¹⁸⁰ e Heleieth Saffioti¹⁸¹ foram para Santa Maria participar de conferências e/ou debates a convite do grupo. Além delas, homens também palestravam nos eventos do Germinal, tais como o médico Jorge Béria, docente na UFPel e que desenvolvia pesquisas sobre a luta pelo direito ao aborto. De acordo com Ciochetto (2018, p. 148), era aceita a participação de homens nas reuniões do grupo.

Após o ano de 1986, o grupo acabou se desorganizando e muitas integrantes do Germinal passaram a fazer parte do Movimento de Mulheres Santa-Mariense (MMS), quando este foi criado em 1988. Além das ex-integrantes do Germinal, também compunham o MMS partidos políticos de esquerda, como o PCB, PSB e o PT. Vale ressaltar que, embora fossem militantes desses partidos, quando atuavam de forma coletiva no MMS, suas reivindicações eram por questões específicas das mulheres. Ainda segundo Ciochetto (2018, p. 148), o coletivo não ficou alheio a situação política, mas procurava pautar sua atuação de modo a não dar destaque a nenhum partido em especial.

Ao analisarmos a atuação desses grupos feministas gaúchos, sobretudo os três últimos, nos chamou a atenção o fato da denominação “feminista” não aparecer mais explicitamente na nomenclatura de tais grupos. Refletimos sobre a questão e levantamos algumas hipóteses. Uma delas se refere ao fato desses grupos terem cumprido seu papel no meio universitário naquele momento, conforme avaliado por Vera Garcia em sua entrevista. Ou seja, o feminismo transpôs os muros da academia e atingiu outros patamares. Outra ideia é a respeito da institucionalização do movimento, que, estando vinculado aos órgãos públicos, teria mais possibilidades de realizar atividades, conseqüentemente, chegando a um número muito maior de mulheres. E, por fim, com a volta do pluripartidarismo e conseqüente reorganização dos partidos políticos, houve a abertura de novos espaços de debate político sobre interesses gerais, e a antiga oposição entre luta geral *versus* luta específica, que marcou o início do movimento feminista, apesar de atuante, perde força. Ademais, a partir disso, as diferenças entre as feministas que acreditavam ser fundamental levar para dentro dos partidos políticos a discussão sobre a condição da mulher e aquelas que acreditavam que a questão feminista

Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. Fonte: <http://emocoesequefalam.blogspot.com/2012/07/marika-ribeiro.html>. Acesso em 04/10/2023.

¹⁸⁰ Escritora, Rose Marie Muraro, teve importante papel para o movimento feminista brasileiro. Muraro dedicou-se à reflexão teórica sobre os direitos das mulheres, dando ênfase à discussão sobre as relações de mulheres, homens e sociedade no Brasil. Fonte: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-destaca-o-legado-da-feminista-rose-marie-muraro/>. Acesso em: 04/10/2023.

¹⁸¹ A socióloga e professora universitária, Heleieth Saffioti pode ser considerada uma das referências sobre os estudos das mulheres. Saffioti se dedicou a investigar e desmitificar as relações de exploração/dominação, demonstrando como o capitalismo, ao enovelar as hierarquias de gênero, raça/etnia e classe, consegue ser ainda mais lucrativo. Além de ser uma incansável defensora dos direitos das mulheres e que teve importante papel no movimento feminista brasileiro.

nesses espaços seria diluída e, portanto, deveriam manter os grupos autônomos, se tornaram evidentes.

Sonia Vieira (2005, p. 153) afirma que o feminismo foi “infiltrado” nos partidos políticos que surgiram na década de 1980 e estes viam a participação da mulher como alvo a ser perseguido. Assim, os novos partidos buscaram, nas feministas e nos movimentos de mulheres, importantes aliadas às suas causas. A partir disso, vários coletivos, Departamentos Femininos etc. foram criados nessa época no Rio Grande do Sul, como por exemplo, a *Secretaria de Mulheres do PT – PT*, em 1980; a *Ação Democrática Feminina*, criada em 1980, pelo Partido Democrático Social (PDS); a *Ação da Mulher Trabalhista* (AMT), criada em 1981 no Partido Democrático Trabalhista (PDT); a *Ação Liberal Feminina*, criado em 1987 pelo Partido da Frente Liberal (PFL)¹⁸². Para concluir, concordamos com a fala de Renata Gonçalves quando ela afirma que: “boa parte é seduzida pela institucionalização por meio dos Conselhos, das ONGs e outra parte considerável se fecha na academia” (2009, p. 105).

Além do mais, nos anos 1980, as feministas francesas, cujo pensamento era influenciado pelo pós-estruturalismo, predominante na França naquele período, especialmente através do pensamento de Michel Foucault e de Jacques Derrida, passaram a dar ênfase a questão da diferença, da subjetividade e da singularidade das experiências, considerando que as subjetividades são constituídas pelos discursos, em um campo que é sempre dialógico e intersubjetivo. Dessa forma, segundo Martha Narvaz e Sílvia Koller (2006, p. 649), surge a terceira onda do feminismo, propondo concentrar-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. Portanto, o campo de estudo sobre as mulheres e sobre os sexos se desloca para o estudo das relações de gênero. De acordo com as autoras, algumas posições, ainda que heterogêneas, diferenciam os Estudos Feministas – cujo foco principal é o estudo *das e pelas* mulheres, mantidas as estreitas relações entre teoria e política-militância feminista – dos Estudos de Gênero, cuja teoria abarca a compreensão do gênero enquanto categoria sempre relacional.

Nesta terceira onda do feminismo, o desafio é pensar, concomitantemente, a igualdade e a diferença na construção das subjetividades masculina e feminina. Ademais, nessa fase do feminismo, se observa intensamente a convergência entre o movimento político de luta das mulheres e a academia, pois é nesse momento que são criados, nas universidades, incluindo algumas universidades brasileiras, centros de estudos sobre a mulher, estudos de gênero e feminismos (Narvaz; Koller, 2006, p. 249). Já em seu artigo, Renata Gonçalves (2009, p. 107)

¹⁸² Na década de 1990, outros partidos se organizaram e criaram grupos ou Departamentos, porém, não são nosso objeto de estudo neste trabalho.

diz que a inquietação feminista em busca de um conceito que possibilitasse compreender as causas da opressão feminina para além da questão econômica colocada pela análise das classes sociais fez com que o conceito de gênero se tornasse difundido. Assim, “gênero” passou a ser definido como um elemento característico das relações sociais e a responder pela construção social das diferenças entre os sexos. A utilização do conceito foi amplamente recebida como “uma nova metodologia de análise por muitos de seus usuários do campo intelectual brasileiro” (Machado, 1998, p. 108).

Segundo Clara Araújo, o uso deste conceito permitia a “possibilidade de pensar as práticas materiais e, ao mesmo tempo, as construções simbólicas, evitando o essencialismo biológico ou a sustentação exclusiva na dimensão econômica” (Araújo, 2000, p. 69). O conceito foi bem recebido pelo feminismo de base marxista, cujas preocupações consistiam em compreender os motivos da “permanência de relações de opressão entre homens e mulheres, mesmo em contextos econômicos e políticos diferenciados” (Araújo, 2000, p. 69). Este recurso de análise, como observa Araújo, possibilita pensar “a construção/desconstrução das identidades de gênero, isto é, os caminhos através dos quais os atributos e lugares do feminino e do masculino são social e culturalmente construídos, muito mais como *significados* do que como *essência*”, o que contribuiu “para incorporar na agenda feminista a luta no plano da cultura e da ideologia, fornecendo um espaço para a subjetividade na construção e reprodução dos lugares e significados socialmente identificados com o masculino e o feminino” (Araújo, 2000, p. 69 – grifos no original).

Entretanto, gênero e feminismo não tiveram tantas convergências assim. As dificuldades semânticas acabaram se acentuando e, em grande parte, gênero acabou sendo utilizado de maneira errônea como substituto da categoria sexo ou simplesmente como sinônimo de homem e mulher. De acordo com Gonçalves (2009, p. 108), o termo “gênero” não possui uma definição exata, com a qual haja uma concordância comum. As mesmas dificuldades, na verdade, foram encontradas pelas feministas e/ou pesquisadoras francesas em virtude da polissemia do termo em francês, afirma a autora. Dessa forma, o uso de gênero causava incômodo, pois a cada utilização, era necessário defini-lo para que houvesse uma diferenciação entre sexo social e sexo biológico.

Renata Gonçalves ressalta ainda outra dificuldade, pois, ao destacar a dimensão da subjetividade nas relações de poder entre homens e mulheres, o conceito acaba por desvinculá-la de suas bases materiais, principalmente porque a ênfase na “dimensão simbólica ganha centralidade e a referência às práticas e relações materiais torna-se opaca”, desaparecendo também as intersecções com outras clivagens (Gonçalves, 2009, p. 108). Desse

modo, “gênero passa a descrever tudo e a explicar muito pouco, pois, como conceito, tendeu a ser auto-referido (Araújo, 2000, p. 69). Tudo se torna relativo, uma construção discursiva e, logo, bem distante da própria ideia de uma opressão das mulheres e das lutas para sua emancipação, pois estas pressupõem uma realidade material sobre suas condições e sobre a validade de suas reivindicações (Gonçalves, 2009, p. 108). Por certo, como concluem as autoras Narvaz e Koller (2006, p. 249), as três ondas do feminismo, seja em seus aspectos políticos ou nos teórico-epistemológicos, não podem ser entendidas a partir de uma perspectiva histórica linear.

4.3 A militância feminina

A década de 1960 foi marcada pela intensa efervescência em diferentes partes do mundo, tanto no campo da política como no da cultura, fazendo surgir questionamentos sobre a estrutura da sociedade, do sistema econômico capitalista, bem como os padrões do modelo familiar, do casamento enquanto instituição e dos relacionamentos entre os indivíduos. Neste sentido, o Brasil foi atravessado por profundas transformações econômicas, políticas e culturais. Essas transformações provocaram, em nossa sociedade, uma série de instabilidades e rupturas, mas também “possibilitaram o surgimento de novas pretensões e projetos individuais alternativos ao que era tradicionalmente estabelecido” (Gianordoli-Nascimento; Santos; Trindade, 2012, p. 227).

Após a Revolução de 1930, conforme afirmação de Maria Helena Trigo (1994), já começaram a eclodir as primeiras manifestações que contrariavam as relações instituídas entre pais e filhos. Essa geração de jovens começou a colocar em xeque as decisões parentais e a buscar projetos de vida mais individualizados, logo, a interferência dos pais passou a sofrer rupturas e, ainda de acordo com Trigo, foi nesta época que já se manifestavam os primeiros indícios do embate geracional que se tornaria significativo nos anos de 1960 e 1970.

A partir da década de 1950, em consequência do processo de industrialização, modernização e urbanização das cidades brasileiras, se observou uma expansão das oportunidades econômicas e sociais, sobretudo às famílias de classe média. Esse cenário foi propício às implicações decisivas para a moderna divisão sexual do trabalho e construção social de gênero que ocorreram a partir da década de 1960 (Gomes, 2017, p. 116). Para as autoras Ingrid Gianordoli-Nascimento, Maria de Fátima Santos e Zeidi Trindade, a divisão sexual do trabalho, por exemplo, se reorganizou a partir da industrialização, na separação entre unidade doméstica e atividades empresariais. Desta maneira, “a família privatizou-se

com a conseqüente exclusão das mulheres das práticas, que, na construção das sociedades modernas passaram a ser exercidas numa esfera pública” (2012, p. 41).

Para Trigo, a possibilidade de as mulheres terem acesso à educação, seja de segundo ou terceiro grau, se tornou elemento decisivo para a redefinição da estratificação de gênero. Para a autora, é possível que, sob certo ponto de vista, essa alteração da posição feminina no campo social, com consecutivos reflexos nas relações entre os gêneros, correlacionou-se com outras mudanças socioeconômicas do período, já que “as mulheres entraram na universidade porque a classe média teve acesso a ela, verificando-se, portanto, um entrelaçamento das categorias de gênero e classe” (Trigo, 1994, p. 92). Além disso, o ingresso na universidade pode ser compreendido, concomitantemente, como produto e produtor de mudanças nos comportamentos e códigos mais gerais de sociabilidade, modificando, também, as expectativas familiares e coletivas a respeito do lugar social a ser ocupado pela mulher. Para Jeni Vaitsman,

A geração que entrou para a universidade a partir de meados dos anos 1960 foi protagonista de um conjunto de mudanças econômicas, políticas, nos códigos de comportamento e nas relações entre os gêneros, que sinalizavam o esgotamento de certos pressupostos dos anos dourados da modernidade brasileira e a transição para um novo período (VAITSMAN, 1994, p. 68 *apud* NASCIMENTO; SANTOS e TRINDADE, 2012, p. 42).

Muitos estudiosos consideram que a década 1960 foi o período da história recente mais marcado pela convergência entre política, cultura, vida pública e privada na sociedade brasileira. A agitação cultural e política, que estava presente na música, no cinema e nas artes plásticas, mobilizou os diversos setores da classe média dos grandes centros urbanos em torno do debate acerca dos problemas socioeconômicos do Brasil. De acordo com Natália de Souza Bastos (2007, p. 10), uma parte da sociedade brasileira mais intelectualizada, destacando-se os estudantes, se mobilizou em prol da transformação da realidade social, tendo seus projetos orientados pela utopia revolucionária¹⁸³. Como evidenciamos nos capítulos anteriores, houve a organização de um amplo movimento cultural didático-conscientizador que se alastrou pelo país levando informação até os locais mais longínquos. Assim, foram criados uma série de grupos e pequenas instituições, vinculados aos governos estaduais e/ou municipais, além daqueles estruturados pelo movimento estudantil, caso do CPC da UNE. De acordo com Marcelo Ridenti,

¹⁸³ Para saber mais, ver: RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Ainda que seja difícil escapar das zonas cinzentas na fronteira entre épocas, pode se dizer que houve em toda a parte um período que ficou marcado pela força de visões de mundo rebeldes e revolucionárias, em que era forte um sentimento generalizado de que transformações sociais profundas estavam ao alcance das mãos, de que o mundo caminhava para elas - aspectos em geral associados a década de 1960 e, particularmente, ao ano de 1968. Era um tempo de valorização da política, especialmente dos intelectuais e artistas como agentes transformadores politizando a estética e estetizando a política: fundiam-se arte e vida - público e privado - apostava-se no potencial criativo e revolucionário da ação para mudar o mundo e a vida em todos os seus aspectos, vislumbrando-se a possibilidade de alcançar modernidades alternativas àquela do capitalismo norte americano e também ao modelo soviético de socialismo (RIDENTI, 2014, p. 2).

Além disso, organizações de orientações políticas distintas disputavam o apoio popular e levavam milhares de pessoas às ruas em defesa de seus projetos, como as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e do lado oposto, os representantes do movimento reformista (trabalhadores, comunistas, nacionalistas) (Bastos, 2007, p. 11). Acerca da conjuntura política brasileira do início dos anos 1960, Denise Rollemberg evidencia que o país:

[...] conheceu um dos momentos da história [...] de maior participação política da sociedade, organizada e atuante em diversos níveis, num embate radicalizado. Instituições, associações, manifestações atuavam em função de projetos e propostas de esquerda, mas igualmente de direita, que também alcançavam simpatias e adesões de parcelas significativas da sociedade (ROLLEMBERG, 2003, p. 47).

Em relação às organizações de esquerda, que são de nosso interesse, pontuamos os “rachas”¹⁸⁴ dentro do PCB surgidos no início da década de 1960, dando origem a uma miscelânea de organizações. Neste contexto, surgiram duas correntes consideradas como uma alternativa à política preponderante do referido partido e que detinham certa força. A primeira delas é a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM – PO), a qual ficou mais conhecida como POLOP. Essa corrente surgiu em 1961 através do agrupamento de várias pequenas tendências alternativas ao PCB, com influência principalmente no meio estudantil. A POLOP questionava as ideias reformistas e pacifistas do “Partidão”, ao passo que propunha a luta armada revolucionária pelo socialismo. Em 1962 foi criada a Ação Popular (AP), entretanto, ela era uma organização autônoma, com forte atuação no movimento estudantil, já que se manteve na diretoria da UNE e de várias entidades estudantis durante os anos 1960. As raízes da AP surgiram no interior da Juventude Universitária Católica (JUC), cuja entidade estudantil era ligada à Igreja durante os anos 1950 e 1960, conforme veremos mais adiante. Segundo Marcelo Ridente (2010, p. 28), a AP defendia a criação de uma alternativa política que não estivesse atrelada nem ao capitalismo nem ao

¹⁸⁴ Essa denominação era comumente utilizada pela esquerda para designar a ruptura de um grupo de militantes de determinada organização objetivando a fundação de novos agrupamentos.

comunismo, mas sim a um humanismo cristão, misturado com influências da Revolução Cubana, embora já tivesse cortado os vínculos orgânicos com a JUC.

Ainda no ano de 1962, uma minoria declaradamente stalinista do PCB optou por se desligar do partido e fundar o Partido Comunista do Brasil (PCdoB)¹⁸⁵. Estes decidiram retomar o nome tradicional do antigo PC que, como vimos acima, foi fundado em 1922 como Partido Comunista do Brasil, porém, passou a se denominar Partido Comunista Brasileiro apenas no início dos anos 1960. Isso porque o PC e demais grupos “marxista-leninistas” não podiam ser reconhecidos legalmente por serem considerados “entidades com vínculos internacionais voltados para a subversão violenta da ordem democrática (Ridenti, 2010, p. 29). De acordo com Ridenti, até hoje o PCdoB reivindica ser a continuidade do PC fundado em 1922, entretanto, historicamente é fato que no início da década de 1960, o PCdoB era apenas uma pequena dissidência, principalmente da antiga diretoria do PC, constituindo-se, dessa maneira, em uma cisão que só cresceu, relativamente, a partir do final dos anos 1960. No início da década de 1970 (1972 e 1974), o PCdoB foi o responsável por desencadear uma guerrilha rural no Brasil, na região do Araguaia¹⁸⁶.

Já o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) era um diminuto grupo trotskista-posadista¹⁸⁷, cuja inserção se deu no meio estudantil, em grupos de militares de baixa patente e entre alguns trabalhadores rurais e urbanos, anteriormente à 1964. Foi duramente reprimido após o golpe. De acordo com Ridenti (2010, p. 29), o grupo de extrema-esquerda manteve-se atuante mesmo com a forte repressão, porém, foi um dos poucos que não aderiu à luta armada após 1968. Ainda conforme Ridenti, no final da década de 1960 e início

¹⁸⁵ A Ala Vermelha e o Partido Comunista Revolucionário (PCR) foram criados em 1966 como dissidências do PCdoB.

¹⁸⁶ Para maior conhecimento, ver: BARBOSA, José Humberto Gomes. *A Guerrilha do Araguaia: memória, esquecimento e ensino de história na região do conflito*. 2016. 158f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2016; SOUSA, Deusa Maria de. *Caminhos Cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro gaúchos no Araguaia*. 2006. 295f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio Dos Sinos, São Leopoldo, 2006; SOUSA, Deusa Maria. *Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia*. 2011. 233f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

¹⁸⁷ O PORT foi criado, originalmente, em 1953 como uma política direta do Bureau Latino-Americano (BLA) da IV Internacional. Entretanto, a partir de 1962, ele passa a sofrer forte influência e controle por parte de J. Posadas – pseudônimo de Homero Romulo Cristali, dirigente trotskista argentino –, que, enquanto responsável pelo BLA, lidera uma ruptura com o Secretariado Internacional (SI) da IV e funda sua própria internacional no ano de 1962. Para saber mais sobre o PORT, ver: OLIVEIRA, Tiago de. Não seguiram a canção. Reorganização do trotskismo no Brasil: posadismo, organização política e unificação. Primeiros apontamentos (1968-1971). In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371333220_ARQUIVO_Reorganizacao_do_trotskismo_no_Brasil_Primeiros_apontamentos.pdf. Acesso em: 14/04/2023.

da de 1970, diversos grupos trotskistas surgiram no país, porém foi só no final dos anos 1970 que eles conseguiram ganhar projeção um pouco maior dentro da esquerda.

Com a ascensão do movimento golpista e, por conseguinte, concretização do golpe em abril de 1964, os rumos da política brasileira foram transformados de forma vigorosa. Consequentemente, as críticas ao PCB foram reforçadas, pois apontavam o partido como um dos principais responsáveis pela desmobilização da esquerda no momento do golpe, assim, “o PCB e outras forças políticas reformistas assistiam perplexos à demolição de seus ideais” (Ridenti, 2010, p. 29). Ademais, alguns grupos da esquerda questionavam a aproximação do PCB, mesmo antes do golpe, com o movimento trabalhista, tecendo críticas, sobretudo, acerca da atenção voltada para o projeto reformista de João Goulart e o abandono das inclinações revolucionárias para a transformação da sociedade.

Contudo, não nos interessa, por ora, explorar a fundo todas as organizações de esquerda que surgiram no contexto pós-golpe¹⁸⁸. Por essa razão, nos debruçaremos sobre a participação de estudantes, principalmente mulheres, nas organizações que lutaram contra a ditadura. Dito isso, entre os anos de 1965 e 1968, todas as bases universitárias existentes no país acabaram rompendo com o PCB, dando origem às chamadas “dissidências estudantis” (DIs): no Rio de Janeiro surgiu a DI-RJ; na Guanabara, a DI-GB (posteriormente, ambas passaram a denominar-se “Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8); no Rio Grande do Sul, surgiu a DI-RS; em São Paulo, a DI-SP (posteriormente, foi integrada à Aliança Libertadora Nacional – ALN, ou à Vanguarda Popular Revolucionária – VPR e à VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares); em Minas Gerais, a DI-MG integrou a Corrente Revolucionária, conhecida também apenas como “CORRENTE”.

Em seu livro “*O fantasma da revolução brasileira*”, Marcelo Ridenti nos apresenta números bastante significativos acerca da participação de estudantes nas organizações de esquerda. Ao analisar os processos contidos no livro “*Brasil: Nunca Mais*”¹⁸⁹, o autor aponta que 906 (24,5%) dos 3.698 processados pela justiça militar eram estudantes; 583 (30,7%) de

¹⁸⁸ Para saber mais sobre essas organizações, ver: RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2010; MASSERONI, Vinícius de Oliveira. *Vozes da revolução: historiografia e memórias dos militantes da luta armada brasileira (1968-1974)*. 2020. 280f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

¹⁸⁹ O projeto “*Brasil: nunca mais*” foi desenvolvido por Dom Paulo Evaristo Arns (arcebispo da arquidiocese de São Paulo), em parceria com o rabino Henry Sobel e o Pastor presbiteriano Jaime Wright e equipe. A obra foi realizada entre os anos 1979 e 1985, de maneira clandestina em virtude do período ditatorial. O livro é considerado uma das principais fontes documentais sobre o período, pois foram analisadas cerca de 900 mil páginas de processos judiciais do Superior Tribunal Militar (STM), revelando, com isso, a extensão da repressão política no país. A sua primeira edição foi publicada pela Editora Vozes, no dia 15 de julho de 1985. Fonte: <https://bnmdigital.mpf.br/pt-br/>. Acesso em: 14/04/2023.

1.897 foram os estudantes denunciados por aderir à luta armada. Em números gerais, do total de 4.124 processados vinculados às esquerdas, 3.464 (84,0%) eram homens. No que diz respeito aos grupos armados urbanos, o autor percebeu que o número de mulheres em suas fileiras era ligeiramente mais significativo, totalizando 18,3%. Assim, nos grupos armados urbanos, o percentual de mulheres processadas ficou entre 15% e 20%, no total. Aparentemente, parece um número insignificante, porém, se levarmos em consideração a posição que as mulheres ocupavam na sociedade à época, onde a norma era que as mulheres não participassem da vida política, estando relegadas ao papel de mãe-esposa-dona de casa, tal porcentagem reflete como os movimentos de emancipação e/ou libertação das mulheres do final dos anos 1960 foram decisivos para que essas mulheres tomassem parte nas lutas políticas, questionando a ordem estabelecida em todos os níveis, embora suas reivindicações, nem elas próprias, fossem explicitamente feministas.

Fato é que a participação de mulheres nessas organizações representou uma ruptura ao que era esperado para as mulheres daquela geração, as quais estavam restritas ao espaço privado e doméstico, sendo mães-esposas-donas de casa, e que viviam em função do mundo masculino. Além disso, de acordo com Ridenti, a escolha dos grupos guerrilheiros envolvia uma luta militar que, pelas suas características, afastava a inclusão feminina, já que, historicamente, “sempre foi mais difícil converter mulheres em soldados” (1990, p. 114), o que reforça o quanto essas mulheres estavam rompendo com os estereótipos de gênero. Outro dado que corrobora com essa afirmativa são os números relativos à participação feminina em grupos da esquerda tradicional, pois as mulheres processadas por integrarem o PCB ficou em torno de 5%, antes e depois de 1964. Já as processadas por integrarem as organizações tipicamente militaristas foram: 76 (15,4% do total) da ALN e 35 (24,1% do total) da VPR. Na década de 1970, a porcentagem de mulheres brasileiras girava em torno de 50,3% em relação à população geral, segundo o censo demográfico à época, afirma Ridenti (1990, p. 114). O total de mulheres processadas por ligação com os grupos armados (18,3%) estava relativamente um pouco abaixo do percentual de mulheres na composição da população economicamente ativa no Brasil em 1970, que era de 21%.

Outro dado interessante mostrado por Ridenti (1990, p. 114) refere-se à ocupação das mulheres processadas judicialmente por estarem vinculadas aos agrupamentos de esquerda. Assim, segundo os números apresentados pelo autor, a maior parte das mulheres processadas eram professoras e estudantes. Ademais, levando em consideração os relatos contidos no livro “*Memórias das mulheres no exílio*” (Costa et alii, 1980), a maioria das presas e exiladas oriundas das classes populares foram incriminadas por terem alguma relação de parentesco

com militantes da esquerda, não por participarem diretamente de alguma atividade “subversiva”. Por outro lado, aquelas intelectualizadas processadas participavam, em geral, ativamente de organizações de esquerda, inclusive das armadas. A ampla maioria das militantes de esquerda denunciadas era composta por estudantes (186; 32,2% no total), seguida por professoras (133; 23,0%), ou por outras profissionais com formação superior (103; 17,8%), totalizando um percentual de 422 mulheres (ou 73,0%), as quais eram pertencentes às camadas médias intelectualizadas. O número de processados, de ambos os sexos, que poderiam ser considerados dessas camadas sociais era de 51,6%. Esses números nos mostram que os grupos de resistência à ditadura eram compostos por jovens pertencentes à classe média/alta, levando em consideração as diferenças entre elas.

Após a consolidação do movimento golpista em 1964, o movimento estudantil se tornou um dos principais movimentos de contestação. Foi através deste movimento que muitas mulheres iniciaram sua vida na militância política, entretanto, a participação destas é pouco explorada pela historiografia, inclusive do próprio movimento supracitado. Por esse motivo, acreditamos que, ainda hoje, a participação destas é invisibilizada, já que pouco, ou quase nada, sabemos acerca da trajetória dessas mulheres dentro das entidades estudantis¹⁹⁰. É verdade que o movimento estudantil forneceu a maioria dos quadros que atuaram nas organizações de extrema-esquerda e, entre os anos de 1966 e 1968, a insurreição feminina em contestação à sociedade se deu através daquele movimento social. De acordo com Poerner (2004, p. 270), dos 300 delegados estudantis presos em 1966 durante a realização (clandestina) do Congresso da UNE em Belo Horizonte, cerca de 30 eram mulheres, ou seja, 10% dos delegados eram do gênero feminino, demonstrando, com isso, o vínculo orgânico dessas militantes com o movimento estudantil universitário, cujo percentual estava um pouco abaixo daquelas processadas por envolvimento com a luta armada nos anos seguintes.

Nesse contexto, a presença de mulheres na luta armada e/ou em movimentos de resistência à ditadura no Brasil durante os anos 1960 e 1970 representava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas, também, acarretava uma profunda transgressão

¹⁹⁰ Diferentemente das mulheres que pegaram em armas contra a ditadura, cuja produção é consideravelmente mais significativa. Como por exemplo: RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*; Rev. Socio., USP, São Paulo, 2(2): 113-128, 2º sem. 1990; WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul (1968-1985). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 13-38, 2007; KREUZ, Débora Strieder. “Elas têm um outro jeito de ser, de resistir”: a narrativa de mulheres sobre o feminismo e sua militância contra a ditadura civil-militar. 2015. 140f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015; GOLDENBERG, Mirian. Mulheres e militantes. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 1-16, 1997.

ao que era designado, à época, como natural às mulheres. As militantes de esquerda relegavam o lugar tradicionalmente atribuídos às mulheres ao assumirem um comportamento sexual que colocava em questão a virgindade e a instituição do casamento, dando claros sinais em favor de sua emancipação e libertação ocasionados pelo movimento feminista, que se espalhava por vários países durante esse período, como vimos no tópico anterior desse capítulo. Dessa maneira, “a militância feminina foi um momento de libertação da mulher” (Ridenti, 1990, p. 115).

Portanto, nesse período, “ser mulher na política, ou ainda, ser uma ‘mulher política’, parece uma antítese da feminilidade” (Perrot, 2013, p. 153). A atuação feminina contestava “as relações de poder tanto no mundo naturalizado das relações entre homem e mulher, quanto em todos os âmbitos da sociedade, articulando as relações de gênero à estrutura de classes” (Sarti, 2004, p. 37). Na visão de Elizabeth Xavier Ferreira (1996) e de Alzira Alves de Abreu (1997), denominar essas rupturas como sendo “iniciais” não diz respeito à participação minoritária ou inédita de mulheres, mas sim a indicação de uma participação assimétrica, já que elas raramente ocupavam cargos de destaque (ou comando) dentro das organizações. Para Abreu, o fato dessas mulheres fazerem parte das camadas médias intelectualizadas dava a elas capital intelectual para desempenharem um papel mais destacado nas formulações políticas, porém, embora estas tivessem condições intelectuais para tal, faltava a elas ser do gênero “certo”. Isso quer dizer que, mesmo as mulheres estando mais preparadas para atuarem como líderes das organizações por carregarem uma bagagem de estudo maior, eram os homens que se destacavam como comandantes.

Esse machismo nas organizações de esquerda dos anos 1960 foi escancarado no livro autobiográfico de um ex-militante da ALN do Rio de Janeiro, Reinaldo Guarany, cuja obra foi lançada em 1984 com o título “*A fuga*”. Abaixo, mostraremos um trecho que ilustra nossa afirmação:

As mulheres na esquerda sempre seguiam uma linha bem definida. Com poucas exceções (K era uma mulher lindíssima, com seus cabelos morenos e aqueles olhos verdes. Isolde com charme para sociólogo nenhum botar defeito. Sonia Lafoz digna de ter sua foto em banheiro de porta-aviões, Carmela Pezuti de deixar Balzac de mão no bolso, e outras) elas em geral se dividiam da seguinte maneira: quanto mais barrapitada fosse uma organização (ALN e VPR), mais feias eram as mulheres e menos havia; e quanto mais de proselitismo fossem, mais mulheres havia e mais jeitosinhas eram (por exemplo, AP, Polop etc.). Portanto, o panorama dentro da ALN era negro: poucas mulheres, todas de sandálias de nordestino e saias de freira. E o que era pior: antes da trepadinha, uma lidinha nos documentos do Mariga, depois da dita cuja, um belo discurso do Fidel. Haja estômago! Na VPR o quadro era bem parecido, mas, não sei por que, as mulheres usavam minissaias mais curtinhas. O MR-8 (a eterna Dissidência Estudantil) primava pela mistura, como sempre primou, ora querendo atacar de vez, entrando em cheio no militarismo e aí então espantando as bonitinhas,

ora fazendo pose de intelectual salvador do proletariado. Nesses momentos, as gatinhas retornavam às suas fileiras, bem queimadas de sol. Até hoje não entendi isso, acho que as companheiras sentiam uma certa atração pela palavra operário, talvez pelo seu significado de rudeza, força, brutalidade, disposição sexual, ou pelo cheiro de suor misturado com fuligem. Naquela época não se falava de feminismo, e as mulheres da esquerda, que estavam rompendo com montões de dogmas e tabus ao mesmo tempo, precisavam de um braço peludo para as horas de desamparo (GUARANY, 1984, p. 31).

Sarti corrobora com a ideia de Ridenti (1990) de que a militância política nessa época foi um importante instrumento para a emancipação feminina e reflete que, embora houvesse a ausência de uma proposta feminista, as militantes assumiram comportamentos tidos como masculinos, tanto na vida sexual como participando da luta armada, o que produzia uma falsa ideia de igualdade. Entretanto, “a igualdade entre homens e mulheres era apenas retórica, fazendo a questão de gênero eclodir em suas contradições com o projeto de emancipação militante” (Sarti, 2004, p. 37). A passagem acima confirma essa afirmação da autora, pois fica explícito o quanto essa ideia de igualdade era falaciosa, uma vez que as mulheres eram objetificadas e estereotipadas.

Ademais, para as forças repressivas, as mulheres que romperam com os papéis de gênero foram consideradas “subversivas”. Sendo assim, “a mulher pública era desviante, e além de politicamente desviante, era moralmente desviante, não ficando adstrita ao seu lugar, como dona de casa, ou no máximo como professora, que poderia ser considerado uma extensão do lar” (Torres, 2010, 104). Consequentemente, “a mulher militante política nos partidos de oposição cometia dois pecados aos olhos da repressão: de insurgir contra a política golpista fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos” (Gianordoli-Nascimento; Trindade; Amâncio, 2008, p. 24).

Segundo Elizabeth Ferreira “no processo social de construção da realidade, os papéis masculinos e femininos são socialmente constituídos e culturalmente definidos, estabelecendo-se para cada gênero um código específico” (1996, p. 50). Assim, a posição da mulher no interior do espaço social é marcada através do conceito dicotômico público e privado por sua inclusão no campo do doméstico, do interno, do privado. Já, aos homens, é reservada a esfera de domínio público e “são definidos em termos de categorias de *status* (guerreiro, governante, caçador), a vida das mulheres no âmbito do privado as define em termos *relacionais* (mãe, esposa, irmã)” (Ferreira, 1996, p. 54).

Em vista disso, o ideal socialmente imaginado para as mulheres, e no qual lhes é assegurada uma conotação positiva, relaciona-se com o privado. Em consequência disso, semelhante à concepção de Ferreira, Michele Perrot afirma que “a mulher foi criada para a

família e para as coisas domésticas. Mãe e dona de casa, esta é a sua vocação, e nesse caso ela é benéfica para a sociedade inteira” (Perrot, 1998, p.8). Sendo assim, Andréia Orsato afirma que há espaços nos quais as mulheres ainda não possuem passagem livre, ou pelo menos, apresentam uma tímida participação, como no caso da participação política (Orsato, 2008, p. 54). Sobre o tema, Michele Perrot diz que:

A entrada das mulheres na política não é normal em nenhum lugar, quer se trate de partidos, do legislativo e do executivo. A política é uma profissão concebida e organizada no masculino. Em seus ritmos, em seus horários, em suas formas de sociabilidade, em sua apresentação de si, que molda também a expectativa do público, eventualmente decepcionado por ser representado por uma mulher, porque tem a sensação de ser desvalorizado ou menos bem representado (PERROT, 1998, p.129-130).

Outra questão importante de ser colocada sobre a inserção das mulheres na política, sobretudo em relação àquelas que atuaram em organizações clandestinas, é a dupla transgressão e o alto preço a ser pago – morte, tortura, prisão, exílio –, além dos impactos na vida privada – familiar, afetiva, profissional. Uma outra transgressão diz respeito à “conduta das militantes também desafiava o código de gênero da sua época” (Ferreira, 1996, p. 15).

Ao observarmos os grupos citados aqui, podemos perceber que em todos eles a presença de estudantes era recorrente. Se não como principais lideranças, como sujeitos ativos do processo amplo de luta. Por isso, quando o historiador Eric Hobsbawm afirma que “assim, não surpreende de modo algum que a década de 1960 se tenha tornado a década da agitação estudantil *por excellence*” (2005, p. 295), ele faz uma constatação bastante pertinente à análise da realidade da época. Marcelo Ridenti, por sua vez, aponta que “se é legítimo dizer que houve um movimento social mais destacado no ano de 1968, sem dúvida foi o de estudantes, que se mobilizaram em todos os cantos do globo, nos países mais avançados e nos subdesenvolvidos, nos capitalistas e nos comunistas” (2005, p. 142). Assim, com o crescente número de mulheres que ingressaram na universidade nesse período, deu-se início à trajetória de uma geração de mulheres que, ao militarem em organizações de esquerda, subverteram os papéis tradicionais de gênero. Portanto, “é a partir da compreensão dos caminhos percorridos que podemos entendê-las como vanguarda, ultrapassando as fronteiras, avançando em direção ao espaço público, dito masculino: a militância, o trabalho, o estudo, a liberdade sexual, o direito à escolha” (Bastos, 2007, p. 130).

Por fim, conforme afirma Natalia de Souza Bastos, na vida cotidiana das militantes, o debate feminista transformou relacionamentos, colocou em xeque posições e conceitos políticos. Porém, no campo público, reproduziu com frequência posicionamentos, valores e ações dos tempos da militância armada, pois “o mundo ainda continuava dividido entre

opressores e oprimidos. A burguesia oprime o proletariado, o homem oprime a mulher. Rupturas e continuidades. Heranças de uma cultura política. Permanências tão caras às esquerdas dos anos 1960” (2007, p. 131 – grifos no original).

4.4 A influência da esquerda católica no movimento estudantil

Segundo Mateus Capssa Lima (2017, p. 134), as esquerdas se dividiam em três correntes principais no meio estudantil: a esquerda católica, os comunistas e os independentes. Estes últimos não possuíam vínculos com partidos políticos e/ou correntes, embora se identificassem com os ideais da esquerda. Em 1956 foi esse grupo que recuperou a liderança da UNE através do chamado “Grupão”, que nos congressos nacionais aglutinava os católicos de esquerda e os comunistas. Foi essa aliança que, de acordo com Lima, permitiu derrotar as forças udenistas. Na eleição de Augusto Cunha Neto para a gestão 1954-1955 da UNE, ele foi eleito pela direita, mas com a crise política instalada após o suicídio de Vargas, Neto se aproximou da esquerda ao se recusar a assumir posições golpistas. Na sua gestão, a UNE enviou representantes para o congresso da União Internacional de Estudantes (UIE), embora apenas como observadores. A UIE era uma entidade que possuía ligações com os comunistas e tinha sede em Praga. No ano de 1954, essa entidade realizou seu congresso em Moscou e, entre os brasileiros enviados, estava Flávio Tavares, então presidente da UEE/RS (Lima, 2017, p. 135).

Como vimos no capítulo anterior, em 1955 a UDN logrou sucesso ao eleger Carlos Veloso de Oliveira para a direção da UNE. Entretanto, Veloso foi o último direitista a assumir a entidade, uma vez que, a partir de 1956, com a eleição de José Batista de Oliveira Jr., deu-se início à hegemonia da esquerda na presidência do órgão máximo de representação dos estudantes. Entre os anos 1956 e 1960, as chapas que presidiram a UNE foram marcadas pelas posições nacionalistas, tipicamente relacionadas ao período, já que no momento havia um empenho a favor do desenvolvimento nacional autônomo. Esse clima nacionalista também irradiou no movimento estudantil. Foi somente a partir de 1959, na gestão de Raymundo Eirado, que a UNE assumiu um caráter, acima de tudo, político, ou, em outras palavras, a entidade definiu que a sua função primordial era representar o pensamento do estudantado brasileiro, seja nas suas demandas específicas, seja se posicionando diante dos temas nacionais (Lima, 2017, p. 135).

Ainda de acordo com Mateus Lima (2017, p. 135), a esquerda católica surgiu em consequência de transformações importantes que ocorriam na Igreja naquele momento, tanto

internacionalmente quanto em nível nacional. Neste sentido, conforme Maria de Fátima Araújo Digregorio (2011, p. 53), um novo pensamento introduziu-se na Igreja no início do século XX no Brasil, por meio das ideias do padre Júlio Maria Lambaerde¹⁹¹ que, alinhado aos Bispos liberais, Keteller e Gibbons – representantes de uma linha europeia renovadora, encorajaram novas posturas na Igreja Católica. Pe. Júlio Maria, todavia, foi um incansável pregador, incentivador da fé católica e da união entre a Igreja e o povo. Influenciado por essas reformas, um amplo movimento católico no Brasil, que contou com a participação de jornalistas e políticos atuantes, deu origem ao Centro Dom Vital (CDV), que era um centro de estudos sociais e religiosos, no ano de 1921. Este, porém, só entrou em pleno funcionamento um ano depois (1922).

O CDV era seguidor da linha de pensamento antiliberal e era o responsável pela difusão do catolicismo e pelo diálogo entre o alto clero, bispos antiliberais, antimodernos ou não, e a sociedade espantada com o comunismo. Tinha como tarefa árdua não apenas combater o comunismo, mas capturar os indecisos. Os padres tinham a função de incentivar e orientar os jovens à uma postura religiosa e moral. No Nordeste, o povo tinha na figura do Pe. Cícero Romão Batista, popularmente chamado de *Padinho Ciço*, um símbolo de salvação de seus problemas fundamentais como fome, sede, falta de moradia e saúde. As secas naquela região, no início do século XX, havia deixado marcas profundas – exemplo de um passado que somava tais problemas à população carente, ao mesmo tempo que um grupo seletivo gozava de privilégios (Digregorio, 2011, p. 73).

Essas adversidades, somadas a outras, foram abrindo campo para o trabalho desses pensadores dentro do CDV. Desde 1922, o Centro vinha dialogando com grupos identificados com a esquerda – lembrando que foi nesse ano que o PCB foi criado – e foi nesse contexto que nasceu, em 1929, a Associação Universitária Católica (AUC). Assim, a Juventude Universitária Católica (JUC) surgiu no Brasil a partir da AUC sob influência do CDV e reunia-se nessa entidade para aprofundar e trocar experiências sobre sua identidade religiosa. O papel desempenhado pela AUC era de reintegrar o cristianismo à elite, incluindo a

¹⁹¹ Era discípulo do Padre Júlio Berthier e Padre Júlio Chevalier, missionários franceses revolucionários na Europa. Por conta do pensamento avançado que ambos tinham no trabalho missionário paroquial na França, Bélgica e Holanda, Pe. Júlio Maria de Lambaerde foi transferido para o Brasil, sem receber nenhum tipo de explicações após decisão da Igreja em realizar evangelização mais eficiente na América Latina. Sua vinda contribuiu para que as discussões sobre as questões sociais internas e externas fizessem parte do dia a dia dos fiéis leigos e do cotidiano religioso, representando um marco no pensamento religioso brasileiro no início do século. Através da sua conversão libertadora, foi um padre reformador do pensamento católico brasileiro. Após sua morte, seu legado é lembrado pela lucidez de suas ideias e a história democrática nacional impregnada de sua ideologia francesa-belga de liberdade dos seres, com a implantação de farmácias para a população mais pobre e medidas que iam catequizando os católicos, mostrando-lhes sua Igreja, suas razões de sua fé e de sua esperança (Digregorio, 2011, p. 53).

aproximação das elites dirigentes dos meios intelectuais e políticos nos anos 1930. Para além de práticas eventuais e informais, a origem oficial do Movimento Juventude Universitária Católica se deu com a promulgação do Estatuto da Ação Católica Brasileira (ACB)¹⁹², no ano de 1935, bem como com a integração da AUC aos quadros da Ação Católica Geral (ACG) em 1937. Com essa integração, alguns auctistas se destacaram, tornando-se assistentes como, por exemplo, Frei Romeu Dale, que atuou na JUC entre 1949 e 1961. A Juventude Universitária Católica, como os demais Movimentos da Ação Católica (AC)¹⁹³, também baseava sua ação no método: *VER* (constatar a realidade), *JULGAR* (analisar a realidade) e *AGIR* (transformar a realidade), que posteriormente foi substituído pelo ideal histórico, no qual a reflexão sobre a realidade voltava-se para questões temporais, norteadas pelo ideal histórico, sempre à luz de princípios universais cristãos (Digregorio, 2011; Souza, 2006).

Após a queda do Estado Novo e fim da Segunda Guerra Mundial, a Ação Católica Brasileira se tornou um importante instrumento para a participação de leigos na vida democrática do país, assim como no exercício pleno da cidadania. Em seu artigo, o Pe. Ney de Souza (2006, p. 49) afirma que o mérito da AC foi levar a doutrina social da Igreja às escolas, às universidades, às fábricas, aos meios de comunicação, aos sindicatos e estimular a criação de inúmeros outros movimentos sociais de orientação cristã.

Plínio Corrêa de Oliveira, fundador da TFP em 1960¹⁹⁴, fez uma série de denúncias contra o movimento que, segundo ele, estaria sofrendo influências do socialismo. Essas denúncias ajudaram a inspirar, na década de 1940, a elaboração de uma severa crítica dos setores conservadores da Igreja. Por outro lado, confirmando as observações críticas dos conservadores, Dom Helder Câmara assumiu o protagonismo do movimento, direcionando-o para atividades políticas e sociais. Ademais, a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi assentada por um amplo apoio e influência da Ação Católica.

Conforme Souza, a Ação Católica no Brasil foi marcada por dois momentos distintos: o primeiro, com a chamada Ação Católica Geral (1932-1950), e o segundo, que ficou definido como Ação Católica Especializada (1950-1960). Faziam parte da Ação Católica Especializada os seguintes grupos: a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Operária Católica (JOC), dando

¹⁹² A ACB foi criada por Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro (Pinto, 2010, p. 100).

¹⁹³ Denomina-se Ação Católica (AC) todas as iniciativas e movimentos pastorais que incluem leigos. In: BRAGA, Livia Ribeiro Barboza de Araújo. *A Juventude Universitária Católica e a ditadura civil-militar brasileira: dos ventos de abertura aos atos de fechamento (1964-1968)*. 2021. 158f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021. p. 65.

¹⁹⁴ Corrêa fundou essa entidade conforme os preceitos conservadores que ditaram as ações da AC durante a década de 1940. Suas ideias estão contidas no livro “*Em defesa da Ação Católica*”, publicado em 1942.

início, com isso, a um novo modelo de pastoral com os jovens. Sendo assim, a Pastoral da Juventude do Brasil¹⁹⁵ herdou vários elementos desse período, como o método Ver-Julgar-Agir. Para Digregorio (2011, p. 94), os universitários que transitavam nas Ações Especializadas e aprofundavam discussões sobre a política nacional, redefiniram as identidades dos grupos leigos que formavam a esquerda católica e instituíram uma “Frente Única” em defesa dos problemas do Brasil.

No início da década de 1960 a Igreja Católica estava dividida ideologicamente: de um lado, à esquerda, estava Dom Helder Câmara; de outro, à direita, Dom Jaime de Barros e Dom Vicente Scherer. A condução das atividades da AC era desempenhada por três organizações: a JEC – no meio secundarista; a JOC – no meio operário; e a JUC – no meio estudantil de nível superior (esse grupo era formado por intelectuais, pensadores, universitários de classe média alta). Em seu livro, Maria do Carmo Campello de Souza (1976) afirma que a JUC só se constituiu numa entidade mais organizada quando saiu do âmbito da Igreja, na medida em que teve uma consciência de luta mais aflorada, bem como uma práxis mais bem definida. Isso levou a uma ressignificação do processo identitário da JUC, já que avançavam cada vez mais para o lado de outros movimentos trabalhistas e comunistas, assim, não podiam se manter nas ações católicas, pois viam na luta a possibilidade de gerar ações políticas e culturais inovadoras e diversificadas.

Luiz Alberto Gómez de Souza divide a história da JUC em três momentos. Para tal, é importante considerar alguns aspectos, tais como: relação com a hierarquia eclesiástica, formação de lideranças e, por fim, posicionamento político-ideológico no meio estudantil. Com isso, o

primeiro momento, entre 1950-1958, corresponde a um processo de inserção no meio universitário e na ação política estudantil [...]. Pouco a pouco vão se delineando as orientações da ação: [...] a reflexão. [...] Essa reflexão é no início bastante tradicional e utiliza os elementos comuns ao pensamento católico brasileiro de, então, na busca de valores que deveriam orientar a ação. [...] A concepção de Ação Católica é ainda a clássica, de “colaboração no apostolado hierárquico da Igreja” e as relações com as autoridades eclesiásticas são boas em certos aspectos, excelentes (SOUZA, 1984, 103-4).

Esse primeiro momento seria o marco inicial, compreendido entre janeiro de 1950, com a realização da I Semana Interamericana da JEC e JUC, e 1958, momento em que há a

¹⁹⁵ A PJB surgiu em meados dos anos 1970, porém, consolidou sua estrutura organizacional na década seguinte. As lideranças dessa entidade consideram que esta é uma herdeira da Ação Católica e adotam práticas pedagógicas que objetivam a formação de seus membros a partir daquilo que acreditam ser o “modelo ideal” de cristão e de sociedade. Para saber mais sobre a PJB, ver: SALES, Lilian Maria Pinto; MAIA, César Portantiolo. Pastoral da Juventude do Brasil: uma proposta de formação de indivíduos não individualistas. *Caminhos*, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 96-109, jan./jun. 2017.

ampliação das discussões acerca das temáticas políticas e análise do cenário brasileiro. Até então, as atividades da JUC e de seus militantes, mesmo inseridos no meio estudantil, estavam destinadas a uma missão primordial: “definida desde sempre como ‘participação dos leigos no apostolado hierárquico’ da Igreja, tinha, e continuou sempre a ter como finalidade a evangelização do mundo, a cristianização do ‘meio’ em que o leigo vivia” (Sigrist, 1982, p. 9).

O segundo período foi marcado pela criação do Conselho Nacional, em 1959, em que a JUC assume um compromisso evangélico declarado com a ação política e a luta pelo Ideal Histórico. Para Souza,

o segundo momento transcorre de 1959-1964. Prática política se torna cada vez mais intensa e radical, dos centros acadêmicos até da UNE. Surge o movimento Ação Popular, como um instrumento não-confessional para a militância política, e no qual os membros da JUC estarão normalmente presentes [...] —Reflexão sobre o ideal histórico, a noção mais ágil e abrangente de consciência histórica [...]. O compromisso político e a elaboração teórica saem fora dos quadros de uma ideologia moderada ou, quando muito reformista e modernizante. [...] E isso leva rapidamente a tensões com alguns bispos (SOUZA, 1984, p. 104-5).

De acordo com Livia Braga (2021, p. 73), foi neste período que a JUC passou a ser reconhecida como uma das principais protagonistas no movimento estudantil, sendo a principal tendência dentro da UNE. Contudo, após o golpe de 1964, deu-se início ao terceiro (e último) momento da JUC. Devido às várias crises desencadeadas com o episcopado, além da prisão da Equipe Nacional e a desarticulação dos movimentos sociais, a JUC se viu dividida entre continuar como apostolado mandatado (concedido pelo poder dos Bispos) ou se assumir como um movimento autônomo. A partir da fundação da AP, em 1962, e da necessidade de aprofundar os trabalhos atrelados a ela, boa parte dos militantes jucistas migraram para aquela organização e/ou para outras mais radicais durante o período ditatorial. Luiz Alberto Souza afirma que:

O terceiro momento vai de 1964 a dissolução da JUC, entre 1967-1968. A ação política e o compromisso no meio universitário devem ser repensados em função da nova situação política. Nas etapas anteriores a ação precedia e mesmo ia mais longe que a reflexão, as condições políticas depois do golpe de 1964 invertem a relação (SOUZA, 1984, 105).

Braga (2021, p. 65), por sua vez, evidencia, em sua dissertação, um contraponto interessante em relação à periodização apresentada por Souza. Para a autora, pode-se pensar em uma “pré-história” da JUC, momento este que a entidade ainda se encontrava desestruturada do ponto de vista das articulações nacionais e regionais, mas que já dava indícios da identidade que o movimento adotaria nos anos que se sucederam. Segundo ela, os

próprios jucistas, numa edição de seu Boletim Nacional alusivo aos 10 anos de criação da JUC, reconhecem esse período da história do movimento:

Seria interessante lembrar um relatório da JUC de 1939, que comentam a respeito das atividades do meio: A ação da JUC na Universidade tem sido até agora prejudicada pela indiferença geral do ambiente e pelo número reduzido de membros com que se pode contar. Suas atividades quase que se tem reduzido à formação de seus membros, a fim de que estes, pelas suas atitudes, dêem o exemplo de uma estrutura cristã viva e integral. [...] Tentava-se definir o pessoal da JUC como uma elite à serviço da massa (*Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 2 *apud* BRAGA, 2021, p. 71).

Portanto, em um trecho de seu livro, Souza reconhece que faria sentido existir esse período anterior, pois, “nesta periodização deixamos de lado a etapa preparatória de antes de 1950 que a rigor poderia constituir um primeiro momento anterior aos outros três” (1984, p. 103). Souza corrobora, dessa forma, com a ideia apresentada por Braga, de que este momento “pré-histórico” da JUC seria mais como um processo de preparação e fortalecimento para aquilo que o movimento seria nos anos seguintes (2021, p. 72).

De acordo com o Pe. Ney Souza (2006, p. 51), a PUC-RJ, dirigida pelo Pe. Henrique Vaz, era o principal reduto esquerdista da JUC, cuja liderança mais proeminente foi Aldo Arantes. Em Minas Gerais, os jucistas estavam reunidos na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, como Herbert José de Souza, conhecido como Betinho, além de José Serra, Vinícius Caldeira Brandt, Henrique Novais e Marcos Arruda. Ainda de acordo com o autor, em 1961, durante o XXIV Congresso da UNE, a JUC se alia ao PCB para eleger Aldo Arantes para presidir a entidade estudantil. Entretanto, em razão da UNE ser filiada à UIE, organização de frente do Movimento Comunista Internacional (MCI), a ira tomou conta dos conservadores da Igreja e acabou culminando com a expulsão de Arantes da JUC. A crise iniciada com a eleição de Arantes se agravou com a ampla participação de diversos líderes jucistas nos espaços políticos, como explica Scott Mainwaring:

A partir de 1961, o distanciamento ideológico entre os bispos e a JUC alargara-se. Os líderes da JUC desempenharam um papel de destaque no congresso da UNE sobre reforma universitária, provocando entre os líderes da Igreja uma reação a excessiva politização do movimento (MAINWARING, 1989, p. 84).

Em Porto Alegre, segundo Mateus Capssa (2017, p. 137), a esquerda católica foi formada por um grupo de estudantes provenientes, em sua maioria, das escolas particulares da cidade, principalmente do Colégio Anchieta. Esses jovens tinham ligações com a JUC e com a Juventude Democrata Cristã (JDC), que, por sua vez, era vinculada ao PDC. Ainda conforme o autor, a primeira vitória da esquerda católica na política universitária ocorreu com a eleição de Ernildo Stein, que era ligado à JUC, para a UEE/RS, tendo Héglio Trindade como

vice da chapa. Essa gestão foi marcada pela instabilidade política nacional, com a renúncia de Jânio Quadros, e passou a se engajar na defesa da posse de João Goulart. Esse fato fez com que a entidade gaúcha se aproximasse da UNE, assumindo uma posição mais à esquerda.

Nas eleições de 1962, os católicos lançaram o nome de Francisco Ferraz para presidente da UEE/RS, e Héglio Trindade novamente como vice. Embora já estivessem mais alinhados à esquerda, os candidatos buscavam delimitar suas diferenças com os comunistas. De início, os comunistas apoiaram a chapa de oposição, porém, ao longo da campanha, mudaram de lado. Durante essa gestão, foi deflagrada pela UNE a Greve do 1/3, conforme vimos no primeiro capítulo do trabalho. Esse período da greve foi considerado por Lima (2017, p. 138) como um segundo momento na constituição da esquerda católica estudantil no Rio Grande do Sul, já que esteve fortemente engajada nas reformas de base, demonstrando, com isso, seu alinhamento com o movimento que estava atuando a nível nacional.

Em determinadas ocasiões, a JUC e a AP atuavam em conjunto com o PCB e PCdoB, especialmente nos debates sobre a Reforma Universitária e as Reformas de Base. O contexto de mobilização e debates acerca dos problemas nacionais permitia essa aproximação. De acordo com Maria Josefina Becker, na época estudante de Serviço Social na PUCRS e militante da JUC:

“[...] durante esse processo, a gente acabou lutando por alguma coisa que a gente chamava de Frente Única, que eram os movimentos de esquerda e acabavam trabalhando junto. Em algumas ações, a gente era um grupo unido, como, por exemplo, na greve do terço. A gente tinha nossas pautas: a reforma política, a reforma agrária, a reforma bancária. Na verdade, se tinha uma visão bastante ampla, pois a reforma universitária não era uma pauta isolada; ela estava no contexto, que a gente chamava de uma revolução brasileira” (BECKER, Maria Josefina. Entrevista concedida a Magda Oliveira Pinto. Porto Alegre: 2010, p. 128).

No princípio, havia certa incompatibilidade entre os grupos, já que os comunistas viam as lideranças dos grupos católicos como “conservadores”, enquanto esses criticavam os primeiros pela posição materialista. Conforme descrito acima, com a eleição de Ferraz e Trindade para presidir a UEE/RS, era necessário demarcar as diferenças entre os grupos, porém, mesmo com essa aproximação, as desconfianças mútuas não deixaram de existir e, em diversos momentos, as diferentes forças de esquerda continuaram se opondo nas disputas pelo comando das entidades estudantis (Lima, 2017, p. 139).

Neste sentido, Mainwaring não hesita ao estimar os efeitos provocados pela esquerda católica e pela Ação Católica Brasileira, pois, segundo ele, “a contribuição decisiva da

Esquerda Católica foi modificar o conceito tradicional de laicato. Nenhuma experiência contribuiu tanto para indicar a competência dos leigos como a ACB” (1989, p. 94).

4.4.1 As mulheres jucistas

Entre os anos de 1946 e 1950, a estrutura organizacional da ACB Especializada dividia os grupos por gênero, cujo critério era adotado pela religião. Assim, a Juventude Masculina Católica (JMC) e a Juventude Feminina Católica (JCF) se subdividiram e deram origem a outros agrupamentos e, a partir delas, surgiram suas congêneres mais organizadas: JAC; JEC; JOC; JUC e Juventude Independente Católica (JIC). Além dessas congêneres, a JCF se subdividia em: Juventude Estudantil Católica Feminina (JECF), Juventude Operária Católica Feminina (JOCF) e Juventude Universitária Católica Feminina (JUCF). Entretanto, de todos esses grupos, a JUC foi a que mais se destacou politicamente.

Como vimos, os anos 1960 foram bastante agitados tanto politicamente quanto culturalmente. As mulheres dessa geração passaram a questionar o seu papel perante a sociedade, já que, por muito tempo, estiveram submissas à figura masculina, bem como ao controle da Igreja Católica. A partir dessas inquietações, o movimento emancipatório surge com a inserção de mulheres em ações leigas da Igreja Católica, as quais lutavam por uma prática renovadora dentro da Igreja (Digregorio, 2013, p. 2).

Segundo Maria de Fátima Digregorio, foi nesse período que as mulheres passaram a se libertar dos tradicionais papéis de gênero impostos a elas e um amplo número se insere no movimento leigo jucista. Desse modo, a JUC feminina teve intensa atuação ao lado da JEC e da JOC pelo teor das suas ações, porém, o que diferenciava o primeiro grupo dos últimos é que ele era formado por intelectuais, universitários de classe média alta e um grande número de mulheres. As mulheres católicas estavam separadas entre aquelas jovens militantes universitárias, secundaristas e operárias – alinhadas com a esquerda, e aquelas conservadoras, de forte tradição e anticomunistas, como, por exemplo, aquelas que organizaram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que levaram uma multidão de pessoas às ruas de todo país. Para a autora, não se pode negar a eficiência mobilizadora dessas mulheres, que souberam canalizar politicamente a insatisfação de muitos brasileiros num momento de incertezas. Sobre as jucistas, Maria de Fátima afirma que:

Esse novo papel social para as mulheres exigia um repensar dos gêneros, uma mudança da identidade feminina, uma vez que o casamento possibilitaria a adoção de posturas caseiras, ao passo que essa nova demanda vinha desenvolvendo formas de resistência e visibilidade pública. O privado com sobrenome do marido, os

afazeres domésticos era condição de vida feminina privada e a esfera pública apresentava novas demandas, outras formas de trabalho e militância política - uma forma de superação da própria alienação que lhe foi imposta pela tradicional histórica condição de ser mulher (DIGREGORIO, 2013, p. 3).

O contexto de insubordinação social e cultural resultou em mudanças nos parâmetros do comportamento feminino. Assim, se antes as mulheres eram vistas de forma inferior, vítimas das mais variadas formas de violência e excluídas do mercado de trabalho, a participação em movimentos sociais foi a oportunidade de romper com esses bloqueios a que estiveram submetidas por anos. Por isso, é um grande desafio pensar as identidades dessas mulheres jucistas, já que isso remete a pensar a história das militantes do movimento social em tempos de mudanças (Digregorio, 2013, p. 4). Assim, um grupo nasceu e se manteve entre os princípios da Neocrisandade e os da universidade, conferindo-lhes descobertas de uma identidade de autoconhecimento, afirma Digregorio.

Para Maria de Fátima Digregorio (2013, p. 4), tais descobertas geraram uma rede de significados baseados em atributos sociais e culturais que, se relacionados, prevalecem engendrados à estrutura social, mesmo que sejam capazes de produzir novas posturas. Esta multiplicidade ou mesmo diversidade de relações, trazia contradições e desafios, definindo as funções femininas no contexto social. Neste sentido, se a JUC feminina criou essas redes relacionais na sua caminhada entre a Ação Católica, o movimento estudantil e a tradição cristã, as ações especializadas foram o impulso para a conquista da identidade legitimadora de luta, de resistência, conforme denominação de Manuel Castells (2006 *apud* Digregorio, 2013, p. 4). Este autor, ao estudar os tipos de identidades relacionadas aos contextos específicos, bem como os princípios de vida pessoal e mobilização social, analisa os processos fundamentais para a construção de identidade de grupos. Dessa forma, as mulheres jucistas saíram da inércia e dos preceitos do ideário religioso e familiar para assumir uma identidade de militante da JUC e, mais tarde, da AP, em alguns casos.

Essas mulheres fizeram parte de um movimento social bastante ativo durante os anos 1960 no Brasil, à medida que foram se reagrupando e ressignificando as ações ao lado de seus companheiros de organização. As especializadas eram provenientes da organização de vários grupos por interesse de luta, o que possibilitou o avanço na redefinição de agrupamentos femininos que, a partir de 1950, se reúnem para definir melhor as congêneres especializadas da JUC, cuja militância mais definida se deu com base no ideário universitário em diálogo com partidos de esquerda. Com isso, a JUC feminina se constituiu numa organização mais estruturada e, na medida em que teve uma forte consciência de luta, com uma práxis definida,

passou a debater, por exemplo, o quadro de miséria no Nordeste brasileiro, assim como os direitos sociais (Digregorio, 2013, p. 11).

Infelizmente não poderemos nos aprofundar satisfatoriamente nesse tópico, pois pouco se sabe acerca da militância feminina na JUC, já que não localizamos mais pesquisas relacionadas ao tema. Esse questionamento também é levantado na dissertação de Lívia Braga (2021, p. 141), na qual a autora se pergunta onde estão as histórias e os relatos da JUFC. Isso se deve ao fato de a autora não ter localizado fontes que pudessem sanar tal dúvida. Foi, então, que ela percorreu outro caminho e se deparou com um acervo referente a cartas de Dom Helder Câmara para um grupo de jucistas do Rio de Janeiro e Recife. Segundo Braga, a maioria dos nomes são femininos, o que leva a crer que existiam muitas mulheres em cargos de liderança nessa entidade.

Entretanto, nos anos anteriores a 1964, segue Braga (2021, p. 141), os nomes de mulheres que exerciam cargos de liderança apareciam, embora poucos e discretos. Ela conclui dizendo que, após 1964, não mais encontrou tais nomes. As cartas de D. Helder Câmara indicam que elas permaneceram na militância, porém a autora não conseguiu estabelecer em que espaços, nem quem eram essas militantes. Esse fato demonstra o longo caminho que ainda precisamos percorrer para conhecer a história dessas mulheres que ousaram romper com aquilo que lhes era estabelecido à época.

4.4.2 A Ação Popular (AP)

Conforme vimos, a Ação Popular (AP) nasceu como uma alternativa ao PCB no início da década de 1960, porém, a trajetória dessa organização é bastante singular, já que ela nasceu dentro da Igreja Católica, sendo uma dissidência da JUC e adotando como referencial teórico o “socialismo humanista”. Entretanto, ao longo daquele período, a AP foi mudando suas concepções ideológicas à medida que interagiu com a realidade brasileira. Lívia Braga (2021, p. 103) chama a atenção para o fato de que a fundação da AP não ocorre de forma instantânea diante dos atos internos ocorridos na JUC, mas sim em decorrência de um processo de formação, especialmente formação de militantes.

Segundo a autora, o militante que era formado só pela JUC, tinha apenas de 4 a 5 anos para desenvolver suas competências e habilidades pessoais de militância, bem como desenvolver a formação integral (na época ainda não sistematizada) e desenvolver suas competências e habilidades técnicas, para a prática do serviço em si (Braga, 2021, p. 104). Assim, aqueles militantes oriundos da JEC tiveram oportunidade de desenvolver primeiro

suas habilidades pessoais e técnicas, então, quando chegavam à universidade, já estavam mais bem preparados para a militância na JUC. Isto é, os estudantes já ingressavam na universidade e, conseqüentemente, na JUC com um vasto capital intelectual que os possibilitava ocupar espaços importantes dentro das entidades representativas.

Dessa maneira, quando a AP foi criada, foram esses militantes experientes que compuseram seus quadros. Braga afirma que, por algum tempo, a JUC foi uma espécie de “laboratório de militantes” para a AP (2021, p. 104). Outro fato importante de destacar é que a AP não manteve a identidade católica e nem foi fundada como um movimento da Igreja¹⁹⁶. De acordo com Mainwaring:

Os conflitos entre a hierarquia e os católicos radicais arrastou-se até para dentro da AP. Os bispos tentaram restringir a participação de membros da JUC na AP. Porém, nem a atitude dos bispos em relação a AP, nem a falta de um vínculo formal com a igreja institucional deveriam obscurecer seu vínculo e origem católicos. Apesar da AP não ser um movimento da igreja, o impulso para a sua criação veio de participantes da JUC. O Padre Henrique Vaz influenciou profundamente os fundamentos filosóficos de sua ideologia e, até o golpe, a AP permaneceu fortemente marcada por suas origens humanistas cristãs (MAINWARING, 1989, p. 86).

Os militantes que fundaram a AP, em 1962, eram originários de um movimento denominado “Grupão”, cujo grupo era formado por estudantes jucistas que, embora não fossem comunistas, se identificavam com a esquerda e começaram a se organizar para fazer militância política. Para conduzir suas ações, eles utilizavam os documentos mais progressistas produzidos pela Igreja Católica na época, que eram combinados com os conhecimentos filosóficos derivados do marxismo, mesmo que não aceitassem o materialismo histórico, com o pensamento do filósofo Teillard de Chardin, que acreditava na possibilidade de ser realizada uma conscientização histórica e espiritual no mundo. A ideia de nome “Ação Popular” surgiu a partir de um grupo que fazia parte de um jornal editado em Minas Gerais, liderados por Hebert José de Souza, mais conhecido como Betinho (Dias, 2011, p. 90).

No Rio Grande do Sul, a AP foi constituída, formalmente, em 28 de março de 1962, em reunião realizada na casa de Maria Josefina Becker, ativista na época. Nesse período, a UNE-Volante se encontrava em Porto Alegre e, com ela, vieram o então presidente da entidade, Aldo Arantes, e Betinho. Foi criada, assim, a primeira célula da AP no estado. Entretanto, conforme Cristiane Dias (2011, p. 91), o engajamento dos militantes da JUC, reunidos no Grupão, teria iniciado em 1961, quando participaram da Campanha da Legalidade, organizada por Leonel Brizola.

¹⁹⁶ Ou seja, ela nasceu na Igreja Católica, mas não era um movimento da Igreja.

Um documento produzido pela diretoria estadual apontava para o compromisso dos militantes para com a revolução e que, por esse motivo, um grupo de indivíduos, oriundos principalmente da JUC, haviam se afastado do movimento para fundar a AP, que não estaria vinculada à Igreja Católica. Portanto, no tocante ao surgimento da AP, o documento mencionava o seguinte:

Há dois anos, um grupo de cristãos, na maioria jucistas, decidiu enfrentar o desafio que a revolução em curso, no Terceiro Mundo, opunha à sua consciência. Dispuseram-se a respondê-lo, com o testemunho de seu cristianismo, na vanguarda dos movimentos populares que estão procurando romper as estruturas sócio-econômicas vigentes, dentro das quais não viam nenhuma possibilidade de humanismo autêntico. [...] E do esforço generoso da constituição da respectiva ideologia está surgindo e tomando forma a AP. Sendo movimento ideológico, é evidente que, embora fiel a sua inspiração originária, não tem, não pode ter caráter confessional (Coordenação Estadual da Ação Popular. Porto Alegre, 22 de outubro de 1963 *apud* DIAS, 2011, p. 91).

No estado, a trajetória da AP pode ser dividida em três momentos. O primeiro momento seria de sua fundação, em 1962, até o golpe civil-miliar, em 1964. Nesse período, a organização se caracterizou pelo apoio crítico às Reformas de Base, propostas por Goulart e pela participação no movimento estudantil, na qual exerceu, hegemonicamente, a liderança na UEE/RS e em grandes Centros Acadêmicos da UFRGS. O segundo momento estaria delimitado de 1964 até a instauração do AI-5. Nesta fase, a AP passou por rachas e reestruturações internas, porém, continuou articulando ações conjuntas com outros grupos de esquerda, assim como se fez presente em várias manifestações de oposição à ditadura. Por fim, entre 1969 e 1972, quando a organização foi dizimada pelas forças repressivas. No ano em que o grupo foi destruído, ele já havia mudado o nome para Ação Popular Marxista-Leninista (APML). De acordo com Cristiane Medianeira Ávila Dias (2011, p. 86), foi naquele ano (1972) que a organização foi completamente desestruturada no estado em decorrência da prisão da maior parte dos seus militantes pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Para Dias (2011, p. 116), a AP passou por uma série de cisões e rupturas ao longo de sua trajetória, sobretudo após episódios que foram considerados como dois pontos de fragmentação para as organizações de esquerda: o golpe, em 1964, que culminou com a instauração de uma ditadura, e a decretação do AI-5, em 1968. Essa última medida representou o fim de qualquer atividade legal de contestação ao regime instaurado, levando a maior parte da esquerda a aderir à luta armada. Neste momento, a AP passou a adotar definitivamente o marxismo-leninismo como referencial teórico, via maoísmo, o que explica o porquê dos militantes da AP não aderirem imediatamente à luta armada, como fizeram os

militantes de outras organizações de esquerda. A AP, por sua vez, optou por intensificar o movimento de integração da produção, que foi iniciado em 1967, que consistia em transferir seus membros de uma região do país para outra, com o objetivo de dificultar a ação dos órgãos repressivos sobre eles.

Em sua pesquisa, Cristiane Dias (2011) tenta elucidar as especificidades de atuação da AP no Rio Grande do Sul em relação ao demais estados brasileiros. Neste sentido, o estado era considerado como uma área estratégica pelo governo, em razão de sua posição geográfica, de fronteira com Argentina e Uruguai e, por isso, de suma importância, de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), para a segurança do país. Segundo a autora, a constituição do estado como área prioritária se intensificou com o golpe de 1964, uma vez que esse espaço começou a ser usado como via de passagem para a resistência brasileira, que cruzava a região para manter contato com os políticos exilados no Uruguai e, mais adiante, também foi usada pela conexão repressiva das ditaduras que se consolidaram na América Latina para perseguir e trocar presos políticos oriundos desses países¹⁹⁷.

Aqui no Rio Grande do Sul, a organização estruturou um esquema que ficou conhecido como “Esquema de Fronteira”, que consistia em utilizar as nossas fronteiras para a passagem de militantes da AP para fora do país, principalmente em direção da Argentina e do Uruguai. Esse esquema funcionou entre os anos de 1969 até 1972 e foi responsável pela travessia de inúmeros militantes para fora do país, passando, principalmente por Santana do Livramento, que faz divisa com Rivera, no Uruguai¹⁹⁸ (Dias, 2011, p. 13). Portanto, Enrique Serra Padrós evidencia a concepção de que a constituição da região fronteira do Rio Grande do Sul se deu primeiro como espaço de articulação da resistência à ditadura e, logo depois, com o recrudescimento da repressão, servindo como destino para o grande número de exilados que foram para o Uruguai. Levando isso em consideração, a região passou a ser considerada de extrema importância para as atividades das organizações de esquerda e, posteriormente, para as ações do governo militar, que se baseou nos preceitos da DSN, dentro do conceito de “fronteiras ideológicas”, para perseguir seus opositores políticos, conforme iam ocorrendo golpes nos demais países do Cone Sul (Uruguai – 1973; Chile – 1973; e Argentina – 1976). Segundo Padrós:

¹⁹⁷ Essa cooperação entre Brasil, Argentina e Uruguai ficou conhecida como Operação Condor.

¹⁹⁸ Para saber mais sobre essa rota de fuga, ver: ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. *A fronteira geminada de Santana do Livramento-Rivera como marco das conexões políticas regionais e internacionais: repressão e resistência em áreas de interesse da Segurança Nacional (1964-1973)*. 2014. 265f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

A Revolução Cubana recolocou o temor da lógica da Guerra Fria no continente americano. Tal situação exigiu uma reavaliação do papel das fronteiras nacionais, por parte da Doutrina de Segurança Nacional, gerando uma importante inversão; diante da ameaça de subversão interna, as fronteiras políticas, nacionais e territoriais deviam subordinar-se ao princípio das “fronteiras ideológicas”; quer dizer, aquelas que deviam registrar a separação entre territórios ameaçados pela contaminação “subversiva” e comunista. Ou seja, diante da ameaça subversiva, as fronteiras de outros países não podiam funcionar como barreira de proteção para uma oposição organizada a partir do exílio. Portanto, significava que não deveria haver limites de jurisdição nacional para perseguir os que era identificados como “inimigos internos” (PADRÓS, 2009, p. 37).

A noção de fronteiras ideológicas foi adotada no governo de Castello Branco logo após o golpe, quando este se alinhou aos Estados Unidos como medida de sua política externa. Naquele contexto de Guerra Fria, os limites territoriais, que eram demarcados politicamente, passaram por uma transformação pela necessidade de se estabelecer “fronteiras ideológicas” que protegessem o Brasil e demais países da região, como a Argentina, que também sofreu um golpe em 1966, cujo movimento levou o ditador Juan Carlos Onganía ao poder, do “fantasma” do “comunismo internacional” (Dias, 2011, p. 14). Moniz Bandeira afirma que:

O Brasil então rompeu relações diplomáticas com Cuba e passou a defender a reformulação do conceito de soberania, que não mais se fundaria em limites e fronteiras geográficas dos Estados e sim no caráter político e ideológico dos regimes, de modo que as repúblicas americanas pudessem intervir, coletivamente, em qualquer outro, quando algum governo aceito como democrático estivesse ameaçado por movimentos supostamente comunista ou de natureza semelhante (BANDEIRA, 1995, p. 214).

No início dos anos 1960, o Brasil não era formado apenas por grupos caracterizados pela tradição comunista, mas por organizações das mais variadas origens e que, por sua vez, possuíam projetos políticos distintos, como afirma Daniel Aarão Reis Filho. Dessa forma, além da “esquerda comunista”, sendo representada principalmente pelo PCB, havia a “esquerda trotskista” e suas variadas correntes; a “esquerda católica”, que estava dividida em “catolicismo revolucionário”, “catolicismo social” e “catolicismo popular”; a “esquerda anarquista”, que, embora não fosse muito atuante na política nacional, influenciava algumas organizações no país; a “esquerda socialista democrática”, liderada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), criado em 1945, e a “esquerda nacional-estadista”. Portanto, para o autor, o domínio da esquerda não deveria ficar restrito à esquerda de tradição comunista, pois, para ele, os outros grupos também deveriam ser estudados:

Há outras tradições que merecem ser também visitadas; a tradição, por exemplo, do catolicismo popular, do catolicismo revolucionário e do catolicismo social, em sentido amplo, sobretudo, a partir dos anos 1960, ampliando-se no contexto da ditadura militar. Há também uma tradição anarquista em nosso país que, como todos sabemos, foi muito importante até os anos 1930, registrando desde então um acentuado declínio. [...] Há igualmente uma tradição de socialismo democrático, que

existiu no Brasil em vários momentos. [...] Finalmente há uma tradição que eu chamaria de nacional-estadista, que apareceu com muita força a partir do Estado Novo, alcançando um certo apogeu na República que se fundou em 1945 e que foi violentamente reprimida pelo movimento golpista civil-militar de 1964 (REIS FILHO, (2005, p. 174).

Neste sentido, Marcelo Ridenti (2010) afirma que a esquerda na década de 1960 ainda tinha o PCB como referencial, porém, ela formava grupos heterogêneos que divergiam em questões ideológicas e táticas e, que, segundo o autor, não conseguiu uma unidade necessária para formar uma frente única e atuar no cenário político nacional. Nesta perspectiva, a AP foi um desses grupos que compunha a esquerda à época, como já evidenciamos, e que atuou de maneira significativa junto às massas populares. Uma das frentes de atuação da organização era o projeto de alfabetização, em parceria com o Ministério da Educação, durante o governo de João Goulart, numa tentativa de aproximação com os camponeses, bem como com o movimento operário e estudantil, sendo que neste último teve importante atuação ao conquistar, por três anos consecutivos, a presidência da UNE. Esse programa de alfabetização foi denominado Movimento de Educação de Base (MEB), que trabalhava, de maneira paralela aos conteúdos programáticos, a conscientização crítica e política nos alunos, com a valorização da cultura popular, a autonomia das comunidades rurais e o incentivo de movimentos sociais no campo. Além disso, os militantes da AP também participaram do projeto de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire, chamado de “pedagogia do oprimido” (Ridenti, 2002).

Em sua análise, René Dreifuss (1981) afirma que a alfabetização nos moldes do MEB e da pedagogia do oprimido poderia gerar uma mudança na relação de forças políticas que formavam o cenário brasileiro durante a década de 1960, já que, através de um estudo realizado na época, apurou-se que as pessoas que possuíam certo grau de alfabetização pretendiam votar na esquerda, razão pela qual poderia abalar o poder dos grupos políticos tradicionais. A possibilidade de aumento de poder da esquerda não agradava os setores que formavam a direita brasileira, pois, para esse grupo privilegiado, não era interessante nenhuma mudança profunda na sociedade. Assim:

Ficou claro que a possibilidade de uma rápida alfabetização de um grande número de pessoas, apesar de ser um fato discutível do ponto de vista de planejamento educacional permanente, poderia ter consequências políticas imediatas. O estudo observou também que se o método Paulo Freire fosse adotado em larga escala no Nordeste, o aumento na porcentagem de eleitores politizados, apesar de superficialmente alfabetizados, perturbaria seriamente as relações partidárias existentes (DREIFUSS, 1981, p. 140).

O autor ainda destacou o papel da AP e da UNE na tentativa de conscientizar a população, buscando fazer com que esta despertasse para ser um potencial agente transformador da sociedade. O objetivo principal, com isso, era introduzir essas pessoas no cenário político, para que elas fizessem parte do bloco nacional-reformista, no qual poderiam participar e usufruir, também, dos benefícios que as mudanças, porventura, trariam para a sua vida. Logo, a inserção da AP nesse processo de conscientização se deu da seguinte forma, conforme Dreifuss:

A Ação Popular – AP, que era uma ramificação da Juventude Universitária Católica – PUC, e setores radicais da Igreja, através do Movimento de Educação de Base – MEB, a União Nacional dos Estudantes – UNE, por meio de seu Centro Popular de Cultura, levava a arte e a música militantes às favelas e subúrbios de classes trabalhadoras e também mantinha uma editora para publicar material de conteúdo crítico, social e político, bem como o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação dos Estados, por intermédio de sua Comissão de Cultura Popular e ainda uma variedade de programas de alfabetização que basicamente usavam o método Paulo Freire juntamente com a conscientização política (DREIFUSS, 1981, p. 282).

Em Porto Alegre, a AP aplicou o método Paulo Freire de alfabetização de adultos a partir de 1963, através de seus militantes que atuavam junto à Secretaria de Educação, que mantinha convênio com entidades de ensino, tais como escolas e sindicatos, onde as aulas eram ministradas aos alunos. Contudo, a ideia da AP era expandir o projeto de alfabetização para outras cidades do interior do estado. O primeiro núcleo fora da capital seria fundado na cidade de Santa Rosa, em 1964, porém, com o advento do golpe civil-militar naquele ano, as atividades tiveram de ser suspensas. Segundo Dias (2011, p. 93), os documentos a respeito da implementação do método Paulo Freire, a nível estadual, foram destruídos para evitar que os militantes da AP fossem presos pelo DOPS.

Para além da alfabetização, os militantes da AP utilizaram vários instrumentos e dispunham de diversos recursos que possibilitassem a aproximação destes com a população, com o intuito de educá-la para que então se tornasse agente transformador da sociedade. Em seguida, os militantes tentavam organizar, junto dessas pessoas, manifestações, passeatas e outros movimento reivindicatórios, levando em consideração que estas já possuíam um grau mais elevado de conscientização. Ademais, nesse ínterim, tentavam uma aproximação com os operários e/ou camponeses para que, através desse contato, pudessem adentrar nas fábricas e nas áreas rurais para ter uma dimensão dos problemas enfrentados por eles, uma vez que a esmagadora maioria dos jovens que compunham a AP eram estudantes universitários, oriundos das classes médias e alta da sociedade. Assim, o acesso a tais dados tornaria possível a realização de atividades de acordo com a realidade dos trabalhadores, que se apresentava de maneira muito distinta nas diferentes regiões do país (Dias, 2011, p. 78).

Todavia, após a instauração do AI-5 e conseqüente aumento da repressão, os órgãos militares passaram a atuar de maneira incisiva sobre os militantes de grupos opositores. A partir daí, a AP gaúcha passou a ser monitorada pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) e, em 1972, suas atividades foram relatadas num dossiê produzido por aquele órgão público. Segundo esse documento, a direção nacional teria enviado militantes de São Paulo para que eles assumissem a coordenação estadual da AP em meados de 1969, pois a organização estava desarticulada em função do AI-5. Em sua parte inicial, o documento trazia as seguintes informações:

Elaborado pelo departamento central de informações na Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul: apresentamos nesse trabalho, a relação dos elementos que, de uma maneira ou outra, estabeleceram participação na organização subversiva APML do B, Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil, quer sob a forma de militância, de contribuição financeira ou de simples simpatizante em nosso Estado. Os elementos aqui relacionados encontram-se colocados em ordem alfabética (DIAS, 2011, p. 136).

Ao analisarmos a tabela onde consta os nomes dos militantes monitorados pela SSP, do total de 77 nomes, encontramos a relação de 21 mulheres, sendo a maioria delas pertencentes ao setor estudantil da organização¹⁹⁹. Para além disso, ao buscarmos mais trabalhos referentes a atuação da AP no estado, algumas mulheres apareceram nessas pesquisas: Maria Josefina Becker, já citada ao longo desse tópico; Nilce Azevedo Cardoso; Antônia Mara Vieira Loguércio; Carmem Maria Craidy. Essas ex-militantes foram entrevistadas por Thiago Vieira Pires, no ano de 2015, em virtude da realização de sua dissertação de mestrado²⁰⁰; seus nomes aparecem, também, na dissertação de Cleverton Luis Freitas de Oliveira²⁰¹; entretanto, essas pesquisas não abarcam discussões de gênero no interior dessa organização, mostrando-se, com isso, haver um campo ainda a ser explorado.

¹⁹⁹ São elas: Antônia Mara Vieira Loguércio (transferida para a Bahia – APML/BA); Áurea Jair Maciel (setor estudantil); Catarina Meloni (setor operário); Dilza Rodrigues (transferida para São Paulo – APML/SP); Eliana Loguércio Vieira (setor estudantil); Heloísa Kaefer (setor de apoio); Jacinta Freitas Duarte (setor estudantil); June Liane Bittencourt (setor estudantil); Leni Beatriz Corrêa (setor estudantil); Maria da Graça Bulhões (setor estudantil); Maria da Graça Maciel (setor estudantil); Maria do Carmo de Menezes (setor operário); Maria Lúcia Jaime (passou pela Operação Fronteira); Maria Lúcia Jaeger (setor estudantil); Maria Nakano (setor de apoio); Mirtes Nogueira (setor estudantil); Nilce Azevedo Cardoso (setor operário); Rosana Rosa e Silva (setor estudantil); Taís Ferreira Cornely (setor estudantil); Terezinha Burmeister (operação fronteira); Vera da Luz Pereira (setor de apoio). Fonte: DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. *Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul: (1962-1972)*. 2011. 194f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011. p. 137-38.

²⁰⁰ Ver: PIRES, Thiago Vieira. *Fazendo revolução a vida inteira: memória e resistência entre os militantes da Ação Popular no Rio Grande do Sul*. 2015. 339f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

²⁰¹ Ver: OLIVEIRA, Cleverton Luis Freitas de. *Ação Popular e suas estratégias para integração na classe trabalhadora do Rio Grande do Sul (1962-1972)*. 2016. 168f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

4.5 Organização da esquerda brasileira nos anos 1970

Para o desenvolvimento deste tópico, nos debruçamos sobre a obra de Maria Paula Araujo, intitulada “*A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*”²⁰², que apresenta um panorama de como a esquerda passou a se estruturar nos anos 1970, sobretudo no Brasil, que vivia um período ditatorial e onde as liberdades democráticas foram cerceadas. Assim, julgamos importante destacar esse momento da história brasileira, uma vez que a repressão acabou sufocando todos os movimentos de oposição, principalmente após a implantação do AI-5, cenário este que só começou a mudar com o projeto de distensão política iniciado no governo de Ernesto Geisel (1974-1979).

Sendo assim, Araujo afirma que, nas décadas de 1960 e 1970 surgiram, no mundo todo, diversos grupos, movimentos, partidos e organizações que “tentaram reinventar a política”, fazendo uma crítica “pela esquerda” aos partidos comunistas e socialistas tradicionais, assim como à burocratização da política, buscando alternativas para a transformação social. Neste contexto, destaca-se a *New Left*, nos Estados Unidos; a *Gauche Proletarienne*, na França, e o *Il Manifesto e Lota Continua*, na Itália. No Brasil, como já vimos ao longo desse capítulo, surgiram, nesse período, vários grupos dissidentes e independentes do PCB (PCdoB, POLOP, AP etc.). Além desses, movimentos de minorias políticas também se organizaram, como o feminista, o negro e o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT). Logo, “em todo o mundo, eles receberam diferentes nomes: esquerda radical, esquerda alternativa, esquerda independente, nova esquerda. A cena política de esquerda se renovava e ganhava novos contornos” (Araujo, 2000, p. 9).

No caso brasileiro, essa experiência foi um pouco diferenciada, pois o país ainda estava imerso em uma ditadura civil-militar. Por esse motivo, criaram-se laços mais estreitos entre os diversos segmentos da esquerda, diferentemente do que existiu nos países europeus e nos Estados Unidos. Consequentemente, os três eixos fundamentais da experiência política brasileira nos anos 1970 estavam alicerçados da seguinte maneira, conforme destacado por Maria Paula Araujo (2000, p. 17):

- Crítica ao marxismo oficial – e seus “desvios” (representado no cenário internacional pela URSS e, internamente, pelos partidos comunistas – PCB e PCdoB);

²⁰² ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

- Incorporação de novas ideias e novas práticas sugeridas pela experiência política internacional da esquerda a partir de 1968;
- Pela conjugação desse esforço de renovação aplicado à luta contra a ditadura militar no contexto de pós-autocrítica da luta armada.

Durante a década de 1970, uma discussão que mobilizou as esquerdas, não sem divergências, foi a reconstituição da trajetória que acabou culminando com um golpe. Muitos grupos dissidentes e independentes culpavam a tática política do PCB pela derrota das forças populares em 1964, o que, “de certa forma, impregnava de sectarismo e ressentimento as análises do golpe” (Araujo, 2000, p. 91). Ainda, nas palavras de Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira Sá, “a associação da derrota de 1964 aos ‘erros’ do PCB também caracterizaria a ‘Nova Esquerda’, conduzindo-a, por isso mesmo, ao desprezo e à negação das experiências anteriores de luta” (1985, p. 17).

De acordo com Maria Paula, em meados da década de 1970, o cenário político se modificou no Brasil e no mundo, uma vez que a valorização da violência que havia fomentado a criação dos grupos armados começou a dar lugar a movimentos de minorias políticas, ecológicas e pacifistas. Portanto, “novas teorias valorizavam as diferenças e especificidades, a multiplicidade e a fragmentação em detrimento de concepções como totalidade, unidade e universalidade, que sempre marcaram o universo teórico da esquerda” (2000, p. 96). Especificamente no caso brasileiro, a derrota da luta armada e a definição de uma luta tática, de “resistência”, contra a ditadura acabou criando uma gama de questões para a esquerda. Assim:

No Brasil, ainda sob ditadura militar, grupos, partidos e organizações rearticularam-se, buscando uma nova inserção na vida política do país, forçando a legalidade, procurando espaços abertos e públicos de atuação. A partir daí, um novo conjunto de organizações políticas se formou, desvinculado da opção pela luta armada e permeado por novos debates — em especial, pela discussão em torno da tática de enfrentamento da ditadura militar. A luta democrática, sua importância, seus impasses, limites e alcances tornou-se a questão central (ARAÚJO, 2000, p. 96).

Em 1974, com a posse de Ernesto Geisel à presidência, deu-se início ao processo de abertura política “lenta, gradual e segura” (palavras usadas pelos seus idealizadores). Além disso, o MDB começou a apresentar um significativo crescimento nas eleições parlamentares, o que acabou configurando um novo mapa de esquerda e de oposição no país. Conforme Maria Paula Araujo, o projeto de distinção teria sido idealizado no interior do governo, em resposta a questões e conflitos, sobretudo ao choque entre moderados e duros. Mas, “no processo político concreto de abertura, a sociedade (através de organizações da sociedade civil e de mobilizações de massa) teria interferido decisivamente” (Araujo, 2000, p. 116-17).

Importante lembrar que, após a posse de Geisel, as prisões seguidas de morte, nas dependências do II Exército, do jornalista Vladimir Herzog e do líder sindical Manuel Fiel Filho, foram as principais responsáveis pela crise interna das Forças Armadas. Dois anos mais tarde, em 1976, os dirigentes do PCdoB, Pedro Pomar e Ângelo Arroyo, foram mortos após a invasão do Comitê Central do partido, localizado no bairro da Lapa, em São Paulo, por forças militares. Esse episódio ficou conhecido como “Chacina da Lapa”. Dessa maneira, “a legalidade era, na verdade, conquistada com risco e com luta; os movimentos sociais de oposição e os partidos e organizações de esquerda disputavam cada espaço de legalidade conquistada” (Araujo, 2000, p. 119). Um novo campo político foi desenhado, incluindo novos atores políticos e sociais, bem como uma nova articulação por parte dos partidos e organizações de esquerda.

Entre esses novos atores políticos e sociais que despontaram nesse momento, havia aqueles que já estavam presentes desde a década de 1960, porém, tiveram sua atuação política potencializada a partir de 1974, em virtude da abertura. Entre eles estava o MDB que, com vitórias importantes no pleito daquele ano, passou a ser o “porta-voz” do descontentamento dos mais variados setores da sociedade em relação ao regime militar. Passou a reunir representantes das esquerdas e de entidades de profissionais liberais, tais como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Além disso, o movimento operário do ABC paulista também desempenha um significativo papel nas lutas contra a ditadura, uma vez que se desvincula da tutela estatal. Outro importante ator foi a Igreja Católica, já que, desde o golpe de 1964, alguns setores da Igreja haviam se comprometido com o movimento popular. No contexto de distensão e abertura política, cresceu o papel das comunidades eclesiais de base (CEBs) e das pastorais “na luta para forçar o espaço da legalidade” (Araujo, 2000, p. 119). Necessário, também, destacar a atuação das pastorais da terra, mediando os conflitos violentos nas áreas rurais. Para Araujo, o quadro se completa com a presença das esquerdas e com a entrada em cena de vários movimentos sociais (tradicionais e alternativos):

Um desses movimentos sociais tradicionais que entraram em cena novamente foi o movimento estudantil que, a partir de 1976, começou a se rearticular a nível nacional através de seus DAs e DCEs, nos quais as organizações de esquerda clandestinas passaram a atuar de forma legal no meio estudantil através das “tendências”, como veremos adiante. Ademais, completa Maria Paula Araujo:

No campo surgia também, sob a proteção da Igreja, um novo movimento de trabalhadores rurais sem-terra, que enfrentava “grileiros” e vivia em clima de grande

violência. Nas cidades, sobretudo nas capitais, começavam a aparecer movimentos sociais de novo tipo e campanhas em defesa de minorias políticas: como o movimento feminista, um novo movimento negro, as campanhas em defesa dos índios e o movimento de homossexuais. Entre esses movimentos, o mais organizado e de maior impacto político foi o feminista (ARAUJO, 2000, p. 119).

Diante do exposto, apresentamos brevemente nessas linhas, o contexto em que surgiram as “tendências” estudantis, já que estas são o plano de fundo para a rearticulação do movimento estudantil em todo país no período de abertura política que, no caso, é o nosso objeto de interesse. Assim, conforme Angélica Müller (2016, p. 102), a efervescência daquele momento permitiu a formação de vários grupos com diferentes interpretações dos problemas nacionais e maneiras diversas de atuação.

4.6 As tendências estudantis²⁰³

De acordo com Renato Della Vechia (2011, p. 55), é impossível discutir o movimento estudantil das décadas de 1970 e 1980 sem discorrer sobre as correntes políticas de esquerda da época. Para ele, não haveria o processo de reconstrução do movimento nos termos e nos prazos em que se deu se não fosse a existência das chamadas “tendências”. Estas eram agrupamentos de militantes políticos ligados a uma determinada corrente de esquerda, seja assumindo o nome do partido (PCB, PCdoB, Ala Vermelha, PCBR), seja negando a condição de partido (MR-8, POLOP, AP etc.), ou ainda, assumindo a condição de organização revolucionária (OSI, ORML-DS, dentre outras). Entretanto, vale destacar que as mulheres não aparecem na historiografia existente sobre essas tendências. Por esse motivo, a História Oral se mostra indispensável para elucidar essas lacunas, assim, poderemos situar essas militantes no interior dessas organizações, conforme veremos no último capítulo desta tese.

Em relação à participação dos partidos políticos no meio estudantil, Marialice Foracchi já destacava, em 1965, através de seu livro *“Os estudantes e a transformação da sociedade brasileira”*, a importância estratégica do trabalho partidário entre os estudantes como uma forma eficiente para a estruturação organizacional do movimento estudantil. Para a autora, “a politização da massa estudantil só pode ser compreendida como expressão da eficiência do trabalho partidário” (Foracchi, 1977, p. 227). Ainda de acordo com ela:

²⁰³ Ao apresentarmos as tendências estudantis nesse espaço, salientamos que as obras que nos auxiliaram para a construção do tópico, tinham por objetivo mostrar um panorama geral sobre esses grupos, sem fazer recortes específicos, como o de gênero. Por essa razão, as mulheres não aparecem nesses estudos. Assim, acreditamos que nossa pesquisa pode contribuir, em certo grau, para trazer à luz a participação feminina nesses espaços. Destacamos, entretanto, que não conseguimos entrevistar mulheres que atuaram em todas as tendências existentes no Rio Grande do Sul.

A vanguarda estudantil, destituída de lastro partidário, não consegue arregimentar, por si mesma e com suas próprias forças, a massa estudantil porque, só a duras penas, se sustém como vanguarda. Daí, talvez, o caráter inconsistente e circunstancial da sua atividade de politização da massa. [...] o divórcio existente entre a cúpula estudantil e a base, expressa, nessas condições, não só a passividade de massa, sua inércia diante de qualquer esforço de comunicação, mas, sobretudo, a precária cobertura que os grupos políticos nacionais oferecem à vanguarda estudantil, o que revela, por sua vez, uma característica da atuação desses grupos, primordialmente, preocupados em concentrar seu esforço em setores estratégicos do plano nacional e totalmente despreocupados em renovar suas bases (FORACCHI, 1977, p. 232).

Entretanto, quando Foracchi publicou sua obra, ela se referia aos “partidos acadêmicos” da época, os quais eram a JUC, a AP, a juventude dos PCs (PCB e PCdoB), além da POLOP. Como vimos nesse trecho acima, de certa maneira, já se fazia uma crítica à falta de atenção que tais organizações desprendiam ao movimento estudantil em razão das questões nacionais. Talvez isso explique por que alguns grupos acabaram se desestruturando em determinado momento, já que não havia enfoque no trabalho de base, que é essencial para o pleno desenvolvimento das atividades de qualquer agrupamento social.

Vale ressaltar, ainda, que havia diferentes estruturas, embora estas fossem articuladas. Uma delas era o partido e/ou organização, que normalmente possuía normas rígidas de disciplina e atuava na clandestinidade. E a outra eram as tendências, que eram estruturas semi-legais, ou seja, eram a face pública das organizações/partidos frente ao movimento estudantil. Na questão organizacional, havia aquelas em que o grau de centralismo era mais elevado que em outras; seja devido às concepções ou necessidades políticas, esse grau de centralismo poderia ser mais rigoroso ou flexível. Conforme Della Vechia, normalmente, algumas direções (de DA, DCE etc.) eram compostas de pessoas que também faziam parte de determinada organização, e não apenas da tendência. Assim, nem todos os militantes das tendências eram, necessariamente, militantes das organizações e/ou partidos. Todavia, havia a preocupação por parte das direções de que a influência política da organização/partido estivesse garantida nas tendências. Neste sentido, havia, periodicamente, atividades de formação política, que podiam ser de caráter público e outras de caráter interno; e cujo material era algum tipo de publicação própria. Sobre as tendências, Angélica Müller complementa:

A tendência era vista como um “organismo intermediário”, para utilizar um termo da época, entre o partido e as entidades estudantis. Era através delas que os partidos e organizações, ainda clandestinos, atuavam para imprimir a orientação política a ser seguida numa entidade e/ou para recrutar novos membros para a respectiva “tendência” (MÜLLER, 2016, p. 102).

Dessa maneira, as tendências se transformaram em um local propício para o recrutamento de novos integrantes por possibilitarem um ambiente favorável para o engajamento e a formação política, proporcionando, com isso, uma adesão progressiva, flexível, além de ser socialmente mais aceita e “menos visível que uma entrada direta no partido” (Müller, 2016, p. 102). Essa questão da “invisibilidade” era fundamental para o pleno funcionamento das correntes de esquerda nesse momento, já que os partidos, que eram os lugares de mediação política, ainda permaneciam na clandestinidade. À vista disso, o movimento estudantil, juntamente com outros movimentos sociais que estavam desenvolvendo-se no período, se tornou uma alternativa para colocar em prática os projetos políticos que visavam o retorno do Estado democrático de direito.

Necessário salientar que as tendências não eram exclusividade do movimento estudantil, mas faziam parte, também, de outros movimentos, tal como o sindical. Elas serviam como um canal para que os partidos atuassem em determinadas frentes. Ademais, as tendências não deixaram de existir com o fim do período ditatorial brasileiro, ou seja, elas existiram (e ainda existem) não somente em momentos de ilegalidade.

Em sua obra, Angélica Müller (2016) destaca alguns grupos que tiveram influência no movimento estudantil brasileiro, e, que, de maneira geral, eram definidos como comunistas: o PCB perdeu destaque na USP, mas manteve sua atuação principalmente no Rio de Janeiro e no Espírito Santo; o PCdoB, que cresceu no período, conquistando a presidência da UNE quando esta foi reconstruída; os trotskistas, que fundaram a tendência Liberdade e Luta (Libelu), talvez uma das mais conhecidas no meio estudantil, além dos grupos “Centelha”, que atuou em Minas Gerais, e “Ponteio”, no Rio Grande do Sul; já a união de militantes da APML, ALN e MR-8, resultou na “Refazendo”, que era a principal força política do movimento estudantil da USP durante o processo de eleição para o DCE-Livre, além de grupos como o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), cuja concepção era a revolução socialista imediata, indo contra à luta pelas liberdades democráticas defendidas pelos demais grupos supracitados.

De acordo com Müller (2016, p. 104), é preciso salientar que as diversas tendências se modificavam, eram repensadas, se agrupavam, eram substituídas por outras ou desapareciam, como comumente acontece na política. Ou seja, elas não eram entidades engessadas, podiam se modificar de acordo com as demandas. Nos próximos tópicos, daremos ênfase às principais tendências que atuaram no movimento estudantil no país, bem como aquelas que foram importantes para o movimento no Rio Grande do Sul. Sendo assim, alguns nomes apareceram

apenas em nível estadual, bem como outras só tiveram importância nas demais regiões do Brasil.

4.6.1 “Refazendo”

Essa tendência se consolidou como a mais atuante dentro da USP, ao vencer as duas primeiras eleições para o DCE-Livre, em 1976 e 1977, respectivamente. Segundo Renato Cancian (2008, p. 64), a “Refazendo” tinha mais expressão entre os cursos de Geologia, Física, Geografia, Psicologia, Politécnica e Ciências Sociais. Angélica Müller (2016, p. 104) remonta as origens da tendência ao exterior, em torno da publicação da revista *Brasil Socialista* (BS), a qual era publicada em Paris e era desenvolvida por militantes da APML, do MR-8 e da POLOP, organizações que faziam críticas à política adotada pelo PCB. Contudo, a “Refazendo” acabou se tornando uma tendência composta por três correntes: a APML, que era maioria, o MR-8 e remanescentes da ALN. Ela fazia oposição à “Viração”, do PCdoB. Em depoimento à Cancian, estudante de Psicologia na época, Vera Paiva explica os motivos pelos quais os estudantes *independentes*, como ela, aderiram à Refazendo:

“Não concordávamos com o posicionamento político das demais tendências, porém, nós não tínhamos uma posição política definida. Na verdade, eu sempre quis atuar no movimento estudantil como independente, ou seja, sem fazer parte de grupo político nenhum. Ocorre que naquela época, para militar no movimento estudantil você era de certo modo forçado a assumir um posicionamento político. Caso contrário, não havia espaço para atuação” (PAIVA, Vera. Entrevista concedida a Renato Cancian. São Paulo: 2008, p. 65).

Essa tendência defendia um movimento calcado nas próprias entidades de base, na defesa das lutas por melhorias nas condições de ensino e por liberdade de organização e expressão. Além disso, a Refazendo não pretendia se consolidar numa estrutura rígida e predeterminada de organização, formal e burocraticamente articulada como entidade, conforme afirma Müller (2016, p. 105-6). Como forma de atuar politicamente de maneira legal, a tendência apoiava os candidatos do MDB nas eleições, desde que estes apresentassem um programa independente, maneira pela qual poderiam fazer uma oposição formal ao governo. Nas eleições de 1978, elegeu candidatos a deputados estaduais (ligados à APML): Geraldo Siqueira, em São Paulo, e José Eudes, no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, após um “racha” na tendência, o MR-8 se retirou. Ainda em 1978, a “Refazendo” perdeu as eleições do DCE/USP para a “Libelu” e, partir daí, se aproximou da “Caminhando”, e as duas tendências foram as responsáveis pela reconstrução da UEE/SP. Na década de 1980, ainda com a APML

como força majoritária na “Refazendo”, após a realização de seu II Congresso, a maioria dos militantes optou por integrar o recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT), marcando, com isso, o fim da tendência.

4.6.2 “Liberdade e Luta”

Segundo Cancian (2008, p. 63), os militantes trotskistas foram os precursores na fundação de tendências estudantis. Estes atuavam em diferentes grupos, sendo os principais a Federação Bolchevique Trotskista (FBT), a Organização Marxista Brasileira (OMB) e a Organização 1º de Maio (antigo Movimento Estudantil 1º de Maio). Num determinado período, as lideranças desses três grupos se reuniram e colocaram suas diferenças de lado e se fundiram politicamente. Essa fusão deu origem a Organização Socialista Internacionalista (OSI), que mais tarde deu origem à “Libelu”²⁰⁴. Essa tendência se consolidou como a segunda força mais importante dentro da USP e era bem expressiva nas faculdades de Arquitetura, Comunicação, Filosofia, Economia e Ciências Sociais.

A “Libelu” foi a única tendência que atuou a nível nacional com o mesmo nome. Entretanto, no Rio Grande do Sul, ela nasceu com o nome de “Perspectiva”, a partir de um grupo que atuava na faculdade de Medicina, liderado por Flávio Pachalski e Messias, que eram integrantes do FBT. Isso se deu devido ao fato de que “os integrantes da OSI da USP resolveram criar uma chapa para disputar o Diretório Central dos Estudantes, que foi chamada Liberdade e Luta. Daí nasceu a corrente”, lembra Marcus Sokol, um dos fundadores (Bortot; Guimaraens, 2008, p. 65). Em Minas Gerais, ela se chamava “Reconstrução e Luta”.

Porém, a unificação dos nomes ocorreu em 1976, durante o encontro nacional de tendências pela aliança operário-estudantil. Como dissemos acima, essa tendência teve forte atuação em São Paulo, especialmente na USP, mas pouca representação no estado do Rio Grande do Sul. Sua presença era maior na UFGRS, UFPel, UFSM e Universidade de Caxias do Sul (UCS). Para fazer parte da tendência, era preciso realizar uma espécie de curso preparatório “pré-organização”, que durava cerca de três meses e os “candidatos” participavam do Grupo de Estudos Revolucionários (GER), em que estudavam a história da esquerda no Brasil, fundamentos do socialismo e, especialmente, o Programa de Transição, de Leon Trotsky, que era a principal referência teórica do grupo; além das ideias do marxista francês Pierre Lambert. De acordo com Della Vechia (2011, p. 202), a partir de um

²⁰⁴ Em 13/05/2021 foi lançado um documentário chamado “Libelu: abaixo a ditadura”, dirigido por Diógenes Muniz, que conta a história dessa tendência. Há, ainda, um poema de autoria de Paulo Leminski, intitulado “Para a Liberdade e Luta”, que a homenageia.

determinado momento, passaram a editar o jornal *O Trabalho* e, em um encontro nacional da tendência, em meados de 1980, definiram que se diluiriam enquanto corrente do PT, passando a militar dentro do setor majoritário do partido. Os que não concordaram com essa adesão, se juntaram novamente e dão continuidade ao jornal *O Trabalho*, que atua até hoje no PT.

Sobre as demandas de gênero, ao ser questionada se havia espaço para a discussão sobre as questões específicas das mulheres dentro da Libelu, Lucia Anello, nossa entrevistada que militou na UCS e era representante desta tendência estudantil, afirmou que havia espaço para o debate, embora ela própria não fosse uma liderança desse, pois,

“[...] Eu não me preocupava com ele. [...]. Eu sempre me preocupei com o combate à pobreza, com a formação política, com a consciência de classe e eu entendia que a questão de gênero, ela tinha que estar aliada ao debate de classe, que ela não podia estar isolada, assim como o debate racial, a igualdade racial também [...]. E eu fazia esse debate, mas eu não liderava essa conversa. Eu não era uma liderança do debate feminista. Mas eu trazia esse debate comigo. Mas tinha outras colegas que faziam [...]” (ANELLO, Lucia de Fátima Socoowski. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

A fala de Lucia elucida bem sobre a questão da dupla militância, como já mencionado no início do capítulo, e como ela era vista pelas organizações. Neste sentido, é necessário frisar que as tendências estudantis seguiam as diretrizes dos partidos políticos que as influenciavam e a pauta principal nesse período (final dos anos 1970) era a derrubada da ditadura, estando as pautas específicas em segundo plano.

4.6.3 “Centelha” e “Peleia”²⁰⁵

Essa tendência surgiu em 1979 a partir dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul ao fundarem a Organização Revolucionária Marxista-Leninista Democracia Socialista (ORML-DS), conhecida atualmente como “Democracia Socialista” (DS). Tinham como principal meio de divulgação o jornal *Em Tempo*, que era uma dissidência do jornal *Movimento*. Em 1977, diversos apoiadores do *Movimento* passaram a discordar do conteúdo da linha editorial e resolveram fundar uma nova publicação. Entre os grupos que apoiaram o novo jornal destacam-se APML, ORM-POLOP, MEO, COLINA, MR-8 e “Libelu” (Della Vechia, 2011, p. 203).

²⁰⁵ Aqui encontramos uma divergência, pois na obra de Angélica Müller *“O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)”* (2016), ela apresenta a tendência no RS como “Ponteio”; entretanto, em nossas pesquisas e entrevistas realizadas com ex-militantes, esse nome nunca apareceu. Ela sempre foi referida como “Peleia”.

A “Centelha” apareceu no meio estudantil mineiro no início da década de 1970, tanto na UFMG como na PUC-MG, fazendo críticas ao projeto de luta armada que ainda estava em andamento na época, ao passo que defendia a ideia da política de “liberdades”. Entretanto, o nome “Centelha” só foi oficialmente adotado em 1977, em troca da sigla “O.” (de Organização), cuja designação também era usada pelo grupo gaúcho. No estado, a “Peleia” se formou através de militantes que haviam atuado no Movimento Universidade Crítica (MUC), organização surgida no final dos anos 1960, cujos integrantes eram provenientes do Partido Operário Comunista (POC), com dissidentes gaúchos do PCB. No ano de 1973, o grupo fundou a corrente estudantil “Nova Proposta”, que era contrária às lutas táticas de resistência à ditadura encampadas por algumas correntes, como o PCdoB e a trotskista “Libelu”, por não apresentarem um conteúdo classista (Müller, 2016, p. 111).

Além disso, alguns integrantes da “Nova Proposta” passaram a atuar no MDB, na denominada “Tendência Socialista do MDB”, que seria a recém-criada “Ala Jovem” do partido, que, aberto à filiação das organizações e militantes de esquerda, tinha como única exigência que todos os grupos que aderissem ao partido seguissem sua linha política básica, ou seja, a luta pela redemocratização (Angelo, 2008, p. 66). Devido a crises internas, a “Peleia” nasceu em 1977 após um racha da “Nova Proposta”, em virtude de “divergências quanto às formas de enfrentamento do regime militar e ao conteúdo ideológico a ser dado à luta pela redemocratização” (Angelo, 2008, p.42).

“Centelha” e “Peleia” possuíam uma condução política similar, pois ambas defendiam a democratização da universidade, a articulação de um bloco composto por professores e estudantes, com o objetivo de ter maior influência nas decisões referentes ao ensino (Müller, 2016, p. 111).

Para o Congresso de Refundação da UNE, em 1979, a “Centelha” e “Peleia”, presidindo os DCEs da UFMG e UFRGS, respectivamente, se uniram, tendo apoio, ainda, das tendências “Andança” e “Organizando”, do Rio de Janeiro, e “Participação”, de Juiz de Fora (MG). Porém, essas tendências se juntaram à “Convergência Socialista” (terceira corrente trotskista, também originária no movimento estudantil, mas com menor peso se comparada as outras citadas), na chapa denominada “Novação”, que recebeu 60.000 votos, na primeira eleição direta na história da entidade (Müller, 2016, p. 111). A Democracia Socialista ainda continua atuando como tendência dentro do PT.

Especificamente sobre as demandas de gênero, a Peleia foi citada por algumas de nossas entrevistadas como sendo a tendência estudantil mais aberta à discussão da questão feminina e, conforme afirma Maria do Carmo Janson, a tendência tinha uma diretriz “[...] de

cima a baixo [...]” para atender essas demandas. Ainda de acordo com ela, “[...] os caras tinham uma leitura correta da realidade; que era fundamental ter essa discussão. Ela era, evidentemente, uma pauta inferior, se tu quiser colocar assim [...]” (JANSON, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022). Entretanto, ao serem questionadas sobre o assunto, as entrevistadas que faziam parte da Peleia, discordaram. Bete Búrigo foi taxativa ao responder: “[...] Não, a gente não pautava isso. A gente pautava entre nós e tinha as nossas próprias ações (referindo-se ao grupo feminista Liberta, ao qual ela fez parte) [...]” (BÚRIGO, Elisabete Zardo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022). Depois que a Peleia foi integrada à DS, Sônia Maluf afirma que as discussões sobre feminismo no interior da tendência aconteciam em pequenos grupos, mas “[...] foi uma dura luta dentro da organização [...]”. Ainda de acordo com ela,

“[...] A gente escreveu projetos de resolução, escreveu muita coisa. Eu muito jovem, escrevendo textos de 30, 40 páginas de projeto de resolução da DS para o feminismo. Teve um momento que estava pautado para o Congresso Nacional e que depois foi retirado de pauta e ali foi a gota d’água de quando eu resolvi sair da ação, já era 84 [...]” (MALUF, Sônia Weidner. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Através das falas de Bete Búrigo e Sônia Maluf fica evidente que, ao contrário do que as pessoas de fora da tendência acreditavam, ela não possuía tanta abertura para pautar as discussões em favor das demandas específicas de gênero, assim como grande parte das organizações de esquerda.

4.6.4 “Caminhando” e “Viração”

De acordo com Müller (2016, p. 112), embora o foco do PCdoB fosse a guerrilha rural, no início dos anos 1970 o partido nunca deixou de ter sua base no movimento estudantil. Ademais, após a derrota da luta armada, o partido optou por deixar de lado a autocrítica sobre a Guerrilha do Araguaia²⁰⁶ e passou a defender a luta pelas liberdades democráticas. Ainda naquele momento, o partido passou a contar com a adesão de muitos quadros da APML. A “Caminhando”, então, se originou através do PCdoB, em 1976, e era a terceira maior corrente dentro da USP. Tinha maior influência nos cursos de Medicina, nos da Politécnica e Ciências Sociais. Ademais, participou da gestão da UEE/SP, bem como

²⁰⁶ Segundo a autora, a autocrítica à Guerrilha do Araguaia foi assunto para as reuniões do Comitê Central do PCdoB e foi terreno para disputa de ideias, apontando majoritariamente para fazer apenas uma homenagem aos mortos (2016, p. 112).

controlava os DCEs da UFBA, da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e da UFPA. Na Bahia, a tendência se chamava “Viração” e foi a mais forte do período naquele estado. Já no Rio Grande do Sul, a tendência atuava com o nome de “Resistência”, porém, inicialmente, era designada como PCdoB (Ala Esquerda), mais tarde, forma o PRC e, por conseguinte, a Nova Esquerda dentro do PT. Todavia, anteriormente, atuava no MDB do RS e em alguns outros estados.

A “Viração” era uma dissidente da “Unidade” (PCB) e se constituiu nacionalmente após a reconstrução da UNE, em 1979. A tendência esteve presente em quase todo o Rio Grande do Sul, mas com forte atuação na região metropolitana de Porto Alegre, Ijuí, Rio Grande, Santa Maria e Bagé. Os militantes dessas últimas cidades formam o grupo que se autointitulava PCdoB Ala Esquerda, que mais tarde, construíram a tendência “Resistência”.

A “Resistência” surgiu através de lideranças políticas e intelectuais, sobretudo, de Santa Maria, tais como Tarso Genro, Adelmo Genro, Marcos Rolim, Sérgio Weigert, Tao Golin e Daniel Herz. Essa tendência tinha forte representatividade no interior do estado, onde atuou de forma hegemônica durante a década de 1980 em Bagé, Passo Fundo, na UFPel e UFSM. O rompimento com o partido se deu por divergências quanto à compreensão do processo revolucionário brasileiro. Dessa maneira, de acordo com Ricardo Almeida (o Vagareza), que foi presidente do DA da Arquitetura da UFPel, dirigente da “Resistência” no estado, secretário geral do DCE da UCPel, onde cursava também Ciências Sociais, e diretor da UEE/RS, posteriormente, este afirma que:

“Havia um racha no PCdoB sobre a estratégia da revolução. Ou seja, o Comitê Central avaliava que a luta deveria partir do campo e a esquerda do PCdoB avaliava que o Brasil havia se modificado, pois já existia um novo proletariado urbano capaz de liderar o processo no Brasil. Daí a nossa opção, mais tarde, pelo PT, onde este proletariado urbano se aglutinava. O PCB e o MR-8 faziam coro com a burguesia dependente nacional e pregavam a via “pacífica” e “negociada”. Claro, sob a liderança DELES” (ALMEIDA, Ricardo. Entrevista concedida a Renato Della Vechia. Pelotas: 2011, p. 199 – grifo no original).

Além dessas divergências, outro ponto de discordância era em relação à Constituinte, uma vez que o PCdoB defendia a “Constituinte com João”²⁰⁷ – o que significava dizer para a Constituinte avançar ainda dentro do regime militar –, enquanto os dissidentes defendiam a “Constituinte sem João”, ou seja, instaurada após a derrota da ditadura.

Em relação às entidades de ensino superior, as tendências lutavam por uma “universidade democrática e voltada aos interesses populares”, compreendida “pela criação de

²⁰⁷ Referência clara ao nome do então presidente, João Baptista de Oliveira Figueiredo.

ciência e tecnologia a serviço das reais necessidades do país e das autênticas aspirações do nosso povo”, além do combate ao decreto 477 e demais instrumentos coercitivos; seleção “ideológica” dos professores; em favor da liberdade de expressão; da efetiva democratização da estrutura decisória na universidade e o fim da presença de policiais, “ostensivos ou disfarçados”, nas dependências das universidades. Defendiam, ainda, o ensino público e gratuito e eram contra o jubramento (Müller, 2016, p. 122-3).

No que se refere ao espaço para as discussões de gênero e/ou feminismo na Resistência, a ex-integrante dessa tendência, Rose Romero foi bastante assertiva: “[...] só no discurso, só na teoria [...]”, e complementa:

“[...] Só na teoria e alguns gostariam de falar sobre isso, mesmo os rapazes, mas digamos que [...] eram patrolados. A coisa não avançava. Eu me lembro de uma vez que fizemos um encontro da Resistência no final de semana, numa escola em Pelotas e o Marcos Rolim [...] quis discutir um tema desses. Não sei se era a questão de gênero, se era homossexualidade. Ele propôs. Tipo assim, ‘a pauta se esgotou e aí o que nós vamos fazer agora?’ Era o fim do encontro. E ele fez essa proposta, e o mundo desabou em cima dele. Tinha coisas mais importantes e assim íamos [...]” (ROMERO, Maria Rosilane Zoch Romero. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Esse trecho demonstra como as pautas específicas de gênero eram colocadas em segundo plano, pois havia “coisas mais importantes” para serem postas e discutidas. Angela Amaral, também ex-integrante da Resistência, relatou que o espaço para debater o tema existia dentro da tendência, espaço conquistado por elas, mas que o mesmo não existia dentro do partido, não era nem mesmo pauta, como afirma abaixo:

“[...] Os homens eram muito ansiosos em participar da discussão, da gente dizer: ‘não, esse é um espaço nosso’, mas ele não era um espaço dentro do partido clandestino; nem uma pauta dentro do partido clandestino. Isso era uma visão e uma militância que a gente tinha dentro da legalidade, de fazer as estruturas e ali a gente discutia filosofia, as linhas do feminismo, né? Também fazíamos reuniões mais amplas e convidávamos os homens para participar, mas, mesmo assim, tinha umas distorções, por exemplo, para discutir sobre feminismo em alguns cursos, ia homem do partido discutir feminismo [risos]. Aí as mulheres diziam: ‘mas o que tu está fazendo aqui discutindo feminismo?’, entendeu? Então, era muito confusa essa questão, até porque, como eu te disse, se reproduziam as relações todas do patriarcado, era praticamente naturalizado. Todo avanço que a gente fazia, era com muito enfrentamento, sabe? Com muito conflito também [...]” (AMARAL, Angela Maria do. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

4.6.5 “Unidade”

Com o retorno das lutas democráticas à agenda de muitas das organizações de esquerda nos anos 1970, o PCB, que já vinha reivindicando a pauta desde 1960, não ficou indiferente. Entretanto, devido à grande parte das lideranças do partido não terem frequentado a universidade, em razão de sua origem social e, também, pela dedicação à militância, estes tinham algumas ressalvas ao movimento estudantil, por considerá-lo um movimento pequeno burguês que, por sua condição de classe, não teria capacidade de assumir a dianteira da luta democrática (Müller, 2016, p. 114).

O projeto político do PCB era o não embate direto com a ditadura, mas esse projeto era combatido por muitos militantes de esquerda que atuavam no movimento estudantil. Contudo, mesmo isolado pela maioria das tendências e sem prestígio dentro do próprio partido, alguns militantes, sobretudo os do Rio de Janeiro, organizaram a tendência “Unidade”. Segundo Müller (2016, p. 114), o PCB era a principal força política na Universidade Federal Fluminense (UFF), bem como venceu as eleições para o DCE da PUC-RJ, em 1978. Além disso, mesmo não participando formalmente do processo de reconstrução da UNE, a chapa “Unidade”, que teve apoio também do MR-8, conquistou o segundo lugar na eleição do congresso em 1979.

Já no Rio Grande do Sul, a “Unidade” teve forte atuação no DCE da UCS, onde, desde 1972, se tornou hegemônica naquela entidade. Faziam parte dessa tendência militantes da “Ala Jovem” do MDB, embora nunca tenham militado organicamente em nenhum dos PCs, assim como os pecebistas que faziam parte da juventude emedebista. Para eles, a “Unidade” não era apenas mais uma tendência, mas sim um movimento que buscava unificar as lutas estudantis. Mais tarde, o PCB passou a publicar o jornal *Voz da Unidade*, enquanto o PCdoB lançou o seu *Tribuna da Luta Operária*. Entre os anos 1977 e 1978, com a retomada das manifestações estudantis, os militantes do PCdoB se retiraram da “Unidade” e fundam a “Viração”, como vimos acima. O PCB, por sua vez, se mantém no movimento através da “Unidade” (Della Vechia, 2011, p. 196).

4.6.6 “Avançando”

A tendência “Avançando” surgiu no meio estudantil nacionalmente para disputar as eleições no Congresso da UNE. Ela era composta pelos chamados “prestistas”, que foram denominados dessa forma após Luís Carlos Prestes e sua filha, Anita Leocádia Prestes,

romperem com o PCB após proferirem críticas em relação ao burocratismo da direção e à linha reformista assumida por essa. Dessa maneira, Prestes se aproxima de Leonel Brizola e entra para o PDT, enquanto o PCB continua atuando dentro do MDB, defendendo uma unidade das oposições dentre dessa estrutura partidária. Com Prestes atuando no PDT, os prestistas vão compor a “esquerda do PDT”, em sua maioria através da Juventude Socialista. Entretanto, no estado, a “Avançando” não teve representação significativa, pois estiveram à frente do DCE da UFRGS por uma gestão e na UFPel, igualmente por apenas uma gestão (Della Vechia, 2011, 197).

4.6.7 “Hora do Povo”

De acordo com Renato Della Vechia (2011, p. 200), os apoiadores do jornal *Hora do Povo*, ligados ao MR-8, não chegaram a fundar uma tendência estudantil a nível nacional. Stalinistas convictos, atuavam, geralmente, na “Unidade” e, ocasionalmente, na “Viração”, principalmente para os Congressos da UNE. Segundo o autor, tiveram pouca atuação no movimento estudantil gaúcho, tendo alguma representatividade em Ijuí e Santa Maria, porém, tiveram atuação significativa no movimento estudantil secundarista, após conquistarem a presidência da UMESPA, em Porto Alegre.

4.6.8 “Convergência Socialista/Alicerce”

A “Convergência Socialista” se origina do PORT em 1978. Após um racha, grupos de São Paulo e do Nordeste criam o movimento 1º de Maio. Estes, juntamente com militantes vindos da Argentina e que haviam rompido com o PORT daquele país, fundam, num primeiro momento, a Liga Operária, que mais tarde, passou a se chamar “Convergência Socialista” e possuíam ligação com a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT). No movimento estudantil, criaram a tendência “Alicerce da Juventude Socialista”. No Rio Grande do Sul, tiveram pouca atuação, apenas com a presidência do DCE da UFRGS, através de César Alvarez, e em Passo Fundo. Durante o início da década de 1980, tentaram criar uma corrente estudantil única juntamente com a “Libelu”, a qual recebeu o nome de “Mobilização Estudantil” e através dela concorreram à direção da UNE, bem como a várias UEEs. O grupo, porém, acabou não indo para frente devido a divergências no plano internacional. Esse grupo foi o primeiro a lançar um jornal, cujo objetivo era construir um partido de trabalhadores que, posteriormente, se concretizou com a criação do PT. Conforme Renato Della Vechia (2011, p.

202), a corrente foi expulsa do PT e hoje seus militantes se concentram no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), possuindo algumas dissidências deste atuando no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e alguns ex-militantes ainda dentro do PT.

4.6.9 “Alternativa” “Organizar a Luta”

Conforme afirma Angélica Müller (2016, p. 115), nem todas as organizações eram favoráveis às liberdades democráticas. A POLOP, que foi criada no início dos anos 1960 a partir da aglutinação de membros críticos ao nacionalismo e reformismo pregado pelo PCB, é um exemplo disso. Essa corrente era contrária à bandeira das liberdades democráticas por acreditar que esta seria uma diluição da luta política, porém, seus militantes acreditavam nas liberdades para os trabalhadores, que seriam explorados pelo capitalismo. Sua palavra de ordem era: “Pela liberdade de organização, expressão para todos os explorados”. A tendência estudantil da POLOP ficou conhecida como “Alternativa” e tinha importante base no Rio de Janeiro, onde dirigiu o DCE da PUC entre 1976 e 1977.

Já o MEP, que era uma organização derivada da POLOP, também considerava a luta democrática reformista. No movimento estudantil, o MEP fundou a tendência “Organizar a Luta” e participou também da reconstrução do DCE da USP. Ambas as tendências entendiam o movimento estudantil como um “movimento político auxiliar” do movimento proletário e, por esse motivo, insistiam na unificação entre o movimento estudantil e o movimento operário. Segundo Angélica Müller (2016, p. 115), as lutas do grupo no movimento estudantil estavam destinadas ao fim da repressão, e das leis repressivas, uma vez que seus militantes acreditavam que apenas as vitórias conquistadas nesse campo permitiriam a aliança entre estudantes e trabalhadores na luta pela construção de uma sociedade mais justa.

O posicionamento eleitoral de ambas as tendências acompanhava a decisão da “Libelu”: elas eram a favor do voto nulo. Dessa forma, os militantes da “Organizar a Luta” acreditavam ser “totalmente inconsequente e improdutivo depositar esperanças na oposição consentida ou nas atitudes que um ou outro candidato mais bem intencionado possa vir a tomar individualmente” (Müller, 2016, p. 116). Ainda de acordo com Müller, em relação à Constituinte, um documento interno da “Organizar a Luta”, de 1977, afirmava que: “somos inteiramente favoráveis à convocação de uma assembleia constituinte, depois da derrubada da DM, garantidas amplas liberdades democráticas para a classe operária e o povo, golpeados todos os setores políticos e sociais comprometidos com os crimes cometidos pelo regime atual” (Organizar a Luta, 1977, n.p. *apud* Müller, 2016, p. 116). Contudo, consideravam que,

naquele contexto, seria difícil de concretizar tais ideais. Não há registro de atuação dessas tendências no Rio Grande do Sul.

Vimos que, a partir do exposto acima, todas as tendências, com exceção da POLOP/MEP, pautavam sua luta a favor das liberdades democráticas e, aderiram, também a luta pela anistia e pela constituinte. Mesmo que as “palavras de ordem” fossem diferentes, bem como os projetos políticos apresentassem divergências, entendemos que foram essas variações que serviram para alimentar o debate do movimento estudantil e, com isso, fazendo-o prosperar naquele período de incertezas. Além disso, a atuação dessas correntes foram, igualmente, importantes para a reestruturação das entidades estudantis. Assim, no quinto e último capítulo que compõe a tese, voltaremos a falar sobre as tendências através da rememoração de mulheres que atuaram no movimento estudantil universitário no Rio Grande do Sul nesse período.

5 MEMÓRIA E HISTÓRIA: REFLEXÕES SOBRE AS DIFICULDADES E LIMITES NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E DAS POLÍTICAS DE REPARAÇÃO

No presente capítulo, apresentamos a História Oral como nosso aporte metodológico para o desenvolvimento da pesquisa. Para isso, buscamos apoio nas obras de Alessandro Portelli, Marieta de Moraes Ferreira, Verena Alberti, dentre outros. Paralelamente, trabalharemos com os estudos de memória, dando ênfase ao conceito de memória desenvolvido pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs, além do conceito de memórias subterrâneas, de Michel Pollak, e o conceito de esquecimento, do mesmo autor. Ademais, os estudos de Portelli sobre memória também nos deram suporte teórico para o desenvolvimento deste capítulo. Já no segundo tópico, abordaremos sobre os efeitos da Lei de Anistia brasileira, assinada em 1979, além de discorrer acerca das políticas públicas de memória adotadas, sobretudo, a partir da década de 1990.

5.1 História oral e memória

A história oral surgiu nos Estados Unidos e Europa no final da década de 1940 e início dos anos 1950, porém, só ganhou notoriedade a partir da década de 1960, quando historiadores e cientistas sociais passaram a aceitar melhor suas práticas. Foi nesse período, também, que outras novas concepções historiográficas eclodiram, como, por exemplo, a micro-história que, juntamente com a história oral, são consideradas metodologias relativamente recentes. Estas linhas metodológicas estavam ligadas, principalmente, à “história dos de baixo”, que leva em consideração a valorização do indivíduo. Assim, conforme afirma Rodolfo Fiorucci (2010, p. 7), a história oral ligava-se à essa nova linha de estudos culturais que se distanciava dos estudos puramente estruturais e quantitativos, levando em conta novos objetos, metodologias e fontes. Michael Pollak (1989, p. 02), por sua vez, afirma que a história oral privilegia a “análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias”. Portanto, a história oral ressaltou a importância do que o autor chama de “memórias subterrâneas”, como fazendo parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, opondo-se às “memórias oficiais”.

Todavia, o aumento das pesquisas só se deu entre as décadas de 1980 e 1990, com a publicação de trabalhos acadêmicos utilizando esse novo método (história oral). Essa expansão se deu, em grande parte, pelo impulso dado através das tendências da terceira

geração dos *Annales*, que “abriu a possibilidade de trabalhar com novos temas e abordagens, entre elas a História das Mentalidades” (Farias; Rolim, 2010, p. 4). Dessa maneira, a história oral se constituiu como uma metodologia de pesquisa a partir da “produção” de fontes orais que possibilitam o desenvolvimento de estudos da história recente e, de acordo com Lucilia de Almeida Neves (2000, p. 115) para “o afloramento de múltiplas versões da história e, portanto, potencializa o registro de diferentes testemunhos sobre o passado, contribuindo para a construção da consciência histórica individual e coletiva” (Neves, 2000, p. 115).

Alessandro Portelli (2016, p. 10) afirma que as fontes orais, diferentemente da maioria das fontes documentais, não são encontradas, mas, sim, criadas em parceria com os/as historiadores/as, uma vez que elas não existiriam se não fosse o trabalho desempenhado por esses profissionais ao realizar uma entrevista. Outro ponto interessante abordado por Portelli diz respeito à diferenciação entre fonte oral e tradição oral, sendo esta última “composta por construtos verbais que são formalizados, transmitidos, compartilhados, ao passo em que as fontes orais do historiador são narrativas individuais, informais, dialógicas, criadas no encontro entre historiador e narrador” (Portelli, 2016, p. 9).

Para Verena Alberti (2006, p. 166), a “riqueza da História Oral está evidentemente relacionada ao fato de ela permitir o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais”, ampliando, com isso, o conhecimento sobre determinados períodos da História. Isso ocorre, pois, para realizar a entrevista, o/a historiador/a necessita realizar pesquisas em diferentes fontes. Portanto, é necessário que ele/a possua um capital intelectual previamente adquirido acerca de seu objeto de estudo.

Especificamente no caso brasileiro, assim como nos demais países da América Latina – que tiveram sua história recente marcada por ditaduras civil-militares –, José Carlos Meihy (2000, p. 86) afirma que a aceitação da história oral esteve intrinsecamente ligada ao processo de redemocratização. Portanto, prossegue o autor, o momento em que a história oral surge nos países latino-americanos faz com que haja uma ligação natural entre esse início e as questões políticas inerentes à redefinição democrática. Este fato diferencia o papel desempenhado pela história oral na América Latina daquele desempenhado na Europa ou Estados Unidos. Dessa forma, “nossa história oral se institucionaliza como reflexo de um momento histórico e isto merece ser pontuado como pressuposto explicativo” (Meihy, 2000, p. 86).

Sendo assim, o contexto de surgimento da História Oral no Brasil e na América Latina foi marcado pelo tom político, como se ela fosse uma solução nova para a compreensão da sociedade, já que daria conta de superar todas as insatisfações com relação a análises sociais forjadas em alternativas disciplinares que poderiam ser vistas como “tradicionais”,

“conservadoras” ou “insuficientes”, no tocante às alternativas de políticas públicas. Outro ponto importante levantado por Meihy em seu artigo, resultado da conferência apresentada por ele no X Congresso Internacional de História Oral, que aconteceu no Rio de Janeiro, no ano de 1998, refere-se ao que o autor chama de “colonialismo cultural”, cujas marcas persistem, sobretudo, nas academias latino-americanas, fazendo com que o livre reconhecimento do sentido público e social da história oral seja ofuscado. Em contrapartida, em alguns países latino-americanos, a história oral se desenvolveu exatamente abordando temas relacionados à experiência do exílio ou da eliminação de segmentos revolucionários. Por isso, podemos afirmar que, “em certos círculos, a história oral nasceu ‘exilada’ e teve que contracenar com outras raízes ‘colonizadas’” (Meihy, 2000, p. 87). Na passagem abaixo, o autor faz uma crítica – ou talvez aponte dificuldades – sobre um “fazer” história oral genuinamente latino-americana, sem que haja a importação e supervalorização de práticas do exterior:

Ainda que a aparente contradição entre o "exílio" e o "colonialismo" conviva, é preciso mostrar que há nessa circunstância um diálogo instigante, uma briga entre o progressismo libertário e a resistência conservadora, que sempre contempla o exterior como fonte de conhecimento, inspiração e referência. Entre o que se cria dentro da América Latina e o que se importa como modelo, percebe-se uma dinâmica ligada à autonomia dos saberes locais e à importação de fórmulas exteriores. A história oral, portanto, situa-se no impasse político da criação de um saber autônomo e de uma prática temática independente que tem que conviver com a prática imitativa exercitada nas ex-metrópoles (MEIHY, 2000, p. 87).

Entretanto, o autor afirma que não podemos negar a importância do diálogo com a produção internacional, muito menos deixar de recorrer a tais textos que servem como base teórica e de reflexão para nossas próprias pesquisas. Para ele, é preciso deixar de lado essa dependência exagerada, pois a história oral latino-americana “exige soluções e abordagens que a distingam dos padrões estrangeiros” (Meihy, 2000, p. 87). Portanto, a história oral praticada no país, bem como em outros países da América Latina, é resultado de leituras combinadas, onde há fundamentação teórica sofisticada e enquadramento temático político-local evidente, conforme conclui Meihy.

Em relação aos usos práticos, estamos de acordo com o historiador Alistair Thomson (2000, p. 48) quando ele afirma que não há apenas uma maneira correta de se fazer história oral. Nos primórdios, os manuais de entrevistas que visavam legitimar “cientificamente” a história oral diziam que os pesquisadores deveriam utilizar um questionário engessado para facilitar a análise comparativa. Além disso, ele/ela deveria controlar o enfoque e o fluxo da entrevista, buscando manter, assim, uma presença neutra e objetiva para que não houvesse maiores interferências nas histórias contadas. Entretanto, desde cedo outras posições já

chamavam atenção para a especificidade da entrevista na dinâmica da história oral. Thomson, citando a experiência de Charles Morrissey, considerado o precursor da história oral norte-americana, destaca a especificidade da entrevista em história oral que não poderia ser reduzida a fórmulas. Segundo Morrissey, “reduzir o ato de entrevistar a um conjunto de técnicas é... como cortejar seguindo uma fórmula. [...] as técnicas e outros aspectos da história oral variam conforme o tipo de pessoa que se estiver entrevistando” (Morrissey, 1970, p. 107-108).

Ainda de acordo com Morrissey, uma entrevista satisfatória se daria através de uma boa preparação do entrevistador; necessidade de estabelecer intimidade com o entrevistado. Além de ouvir e fazer perguntas abertas, controlando os impulsos de interromper, permitir pausas e silêncios; por fim, não assumir uma postura inquisidora. Thomson, por sua vez, complementa afirmando que, mesmo levando em consideração essas “recomendações” de Morrissey, “não existe uma única ‘maneira’ certa de entrevistar” (2000, p. 48). Verena Alberti nos diz que ela é “uma metodologia de pesquisa e constituição de fontes para o estudo da história contemporânea” (Alberti, 2005a, p. 155).

Como mencionamos na introdução da tese, esta metodologia consiste em realizar entrevistas gravadas e/ou filmadas, possibilitando, com isso, “registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade” (Alberti, 2005a, p. 164). Segundo Sônia Maria de Freitas, entende-se que a prática da entrevista “é uma troca de experiência entre duas pessoas. É uma relação que se estabelece entre pessoas com experiências, formação e interesses diferentes” (2006, p. 92). Consequentemente, tais elementos devem ser levados em consideração a partir dos primeiros contatos e realização da entrevista, além de ser o elo que norteia a interpretação da narrativa. Regina Weber (1996) também adverte sobre as disparidades entre os envolvidos na construção da fonte e propõe uma aproximação com o ambiente de campo antes do momento da entrevista, buscando alternativas para minimizar as discrepâncias.

Segundo Alessandro Portelli (1997, p. 26), é importante considerar que as fontes orais não excluem as fontes escritas, mas elas devem ser analisadas de maneiras distintas. Portanto, a partir das reflexões de Portelli sobre história oral e memória, o diálogo entre a “filosofia” e os “fatos” será de suma importância para este estudo, pois,

O principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos, e que nenhuma pessoa, quer decida escrever sua própria autobiografia [...], quer concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia dos

outros [...]. Pois, não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é *interpretar*. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado da experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso (PORTELLI, 1996, p. 2 – grifo no original).

Com isso, nosso primeiro passo foi entrar em contato, novamente, com Renato da Silva Della Vechia, professor na Universidade Católica de Pelotas (UCPel), já que ele vem contribuindo com esta pesquisa desde 2011, quando o entrevistamos pela primeira vez para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). A escolha em conversar primeiramente com o professor Renato se deu por ele ter sido militante do movimento estudantil no período de nossa investigação, mas, também, porque ele é autor de uma excelente tese de doutorado²⁰⁸, na área de Ciência Política, na qual desenvolveu uma pesquisa sobre o ressurgimento do referido movimento social no final da década de 1970 no Rio Grande do Sul. Dessa forma, tal obra constitui-se como uma das nossas principais referências a respeito do movimento estudantil no estado.

Ao final do ano de 2020, diferentemente do acontecido em 2011, quando nos encontramos pessoalmente com Renato na sede do Instituto Mário Alves (IMA)²⁰⁹, localizado na cidade de Pelotas, tivemos que realizar uma reunião de forma remota com o professor já que, em razão da pandemia de COVID-19 e suas restrições, não pudemos nos deslocar até aquela cidade. Nessa conversa, apresentamos o projeto de tese para o professor e assim ele elencou alguns nomes que julgava ser interessante entrevistarmos. A partir disso, elaboramos uma lista prévia com cerca de dez a doze nomes de mulheres de esquerda que militaram no movimento estudantil no estado entre os anos de 1977 e 1985. De certa maneira, Della Vechia foi o elo entre a entrevistadora e as entrevistadas.

Passamos, então, para a próxima etapa. Com os nomes sugeridos pelo professor Della Vechia, entramos em contato com essas mulheres através de uma rede social. Esse momento, cujo pode ser considerado como “pré-entrevistas”, Lucília Delgado afirma que,

²⁰⁸ VECHIA, Renato da Silva Della. *O ressurgimento do Movimento Estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. 2011. 414f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

²⁰⁹ O IMA é um instituto de estudos políticos que está em funcionamento há 22 anos na cidade de Pelotas. A atual sede do instituto conta com salas de reunião, livraria, sebo, biblioteca e salas de leitura e pesquisa. A entidade se mantém através do pagamento de mensalidade pelos sócios, com a venda de livros e com a contribuição voluntária do público em geral. O nome do instituto homenageia o jornalista baiano, Mário Alves, torturado e assassinado pela ditadura civil-militar em 1970. Para conhecer mais essa entidade: <https://www.facebook.com/imapelotas/>. Acesso em: 31/05/2023.

Nesses contatos sugere-se apresentar ou explicar o projeto de pesquisa, demonstrar a qual instituição ou instituições está vinculado, destacar a relevância do depoimento de cada um dos sujeitos históricos selecionados, explicitar, com absoluta clareza, os objetivos da pesquisa e as possíveis formas de divulgação de seus resultados e dos depoimentos recolhidos (DELGADO, 2010, p. 26).

Anteriormente à realização das entrevistas, pensamos na preparação de um roteiro de perguntas, porém, ele não deveria ser elaborado de forma rígida, estando sujeito a alterações ao longo da entrevista, com o intuito de estabelecer uma conversa entre entrevistador e entrevistado. Sendo assim, o roteiro foi construído da seguinte maneira: num primeiro momento, a entrevistada respondia questões referentes à sua vida pessoal, tais como nome completo, idade, formação acadêmica e o início de sua militância no movimento estudantil. Em seguida, eram realizadas as perguntas direcionadas aos objetivos da pesquisa. Deixamos, entretanto, as entrevistadas à vontade para falar livremente pelo tempo que achassem necessário, evitando fazer interrupções, uma vez que o que nos interessa é analisar esse processo de rememoração realizado por essas mulheres e seus meandros. Portanto, não era nosso objetivo conduzir uma entrevista, cujo roteiro engendrado nos direcionaria apenas para as respostas que buscávamos. Além disso, destacamos que todas as entrevistadas, no momento da entrevista, já estavam cientes do objetivo norteador da pesquisa, que consiste em analisar e discutir os espaços ocupados por mulheres no movimento estudantil universitário de esquerda no Rio Grande do Sul durante o período de redemocratização do Brasil.

Após a realização das entrevistas, os depoimentos colhidos foram transcritos. Posteriormente, realizamos a adaptação às normas gramaticais da língua portuguesa do depoimento oral, permanecendo somente as interferências relevantes ao sentido do relato. De acordo com Portelli (1997, p. 28), mudanças são normas do discurso e a regularidade é norma da escrita, desta maneira, busca-se um diálogo entre as formas, já que a transcrição é uma representação da fonte, não sua reprodução.

Verena Alberti, por sua vez, ao se utilizar da noção de resíduos e relatos de ação, desenvolvida pelo historiador alemão Peter Hüttenberg afirma que tal noção sugere dividir os vestígios do passado em resíduos de ação. De acordo com Alberti, a ideia de resíduo, “pedaço de uma ação”, como um documento de um arquivo, distingue-se da ideia de relatos de ação, que são posteriores aos resíduos, podendo ser constituídos por meio de cartas, memórias e autobiografias. Todavia, ela salienta que todo relato é também um resíduo de ação que seu/sua autor/a desencadeia ao cria-lo, assim, “a entrevista deve ser tomada como resíduo de ação, e não apenas como relato de ações passadas” (Alberti, 2008, p. 169). Ainda conforme Alberti, a História oral produz fontes que preservam ambos os aspectos, já que, além dos fatos

rememorados, as narrativas conservam o momento em que estes arquivos são provocados, resultado da concepção atual do narrador sobre seu passado e sua interação com o pesquisador. Deste modo propõe o estudo da subjetividade e das representações como dados objetivos, factuais (Alberti, 2004, p. 33-44).

Por muito tempo, a história oral foi alvo de críticas por parte de historiadores mais conservadores que viam as fontes orais com certa desconfiança, uma vez que, ao relatarem suas vivências, os narradores evocavam a memória. Um dos principais argumentos usados por esses críticos se valia do argumento de que a memória não era confiável como fonte histórica, já que ela poderia sofrer alterações tanto em razão da deterioração física, pela nostalgia própria da idade como pelas tendências pessoais, do entrevistado e do entrevistador, e pela ação das versões coletivas e retrospectivas do passado (Thomson, 1997, p. 51).

De acordo Alistair Thomson, provocados por esses críticos, os autores dos primeiros manuais de História Oral desenvolveram um critério para aferir a confiabilidade da memória oral, mas sem deixar de lembrar os tradicionalistas que os documentos escritos também estão passíveis de serem seletivos e tendenciosos, já que são elaborados por uma pessoa. Para tanto, mostraram como determinar as tendências, fantasias da memória, bem como a importância da retrospectiva e a influência do entrevistador no processo de afloramento de lembranças através da Psicologia Social e da Antropologia. Utilizaram-se, ainda, da Sociologia ao adotar métodos de amostragem representativa e, com base em documentos históricos escritos, elaboraram regras para verificar a confiabilidade e coerência intrínseca de suas fontes. Assim, “o novo critério forneceu indicações claras e úteis sobre como interpretar as reminiscências e como combiná-las com outras fontes históricas para descobrir o que ocorrera no passado” (Thomson, 1997, p. 52). A partir do exposto, fica evidente que História Oral e memória estão ligados intrinsecamente.

Marieta Ferreira afirma que, diferentemente da história, cujo objetivo é produzir conhecimento racional e análise crítica sobre o passado, por meio de uma exposição lógica dos acontecimentos, a memória pode ser também considerada uma construção do passado, porém, ela é pautada em emoções e vivências. Sendo assim, podemos afirmar que ela é flexível e “os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente” (Ferreira, 2002, p. 321). A memória, quando provocada, pode ser captada a partir das evocações dos narradores sobre o passado que vivenciaram. Júlio Pimentel Pinto apresenta uma interessante contribuição ao afirmar que:

A memória recupera a história vivida, história como experiência humana de uma temporalidade, e opõe-se à história como campo de produção de conhecimento,

espaço de problematização e de crítica. Na operação histórica, o passado é tornado exclusivamente racional, destituído da aura de culto, metamorfoseado em conhecimentos, em representação, em reflexão; na constituição da memória, ao contrário, é possível reincorporar a ele, passado, um grau de sacro, de mito (PINTO, 2001, p.297).

Neste sentido, é imprescindível levar em consideração as conjunturas sociais e culturais do momento em que o narrador concede a entrevista, bem como a apropriação do passado na situação atual dele, atentando para as preocupações do momento. Tais medidas são importantes para a realização de uma abordagem mais adequada e atenta às temáticas durante a entrevista. Ademais, a análise feita posteriormente precisa partir desta ótica, pois a “autorrepresentação que o narrador faz de si, pode ser compreendida deste modo, assim como silêncios, titubeações e “confusões”, entre outros signos” (Scheer, 2014, p. 102).

Em relação à disciplina histórica, ao agregar outras ciências, houve, também, a incorporação dos estudos de memória (as narrações) com relação a determinados acontecimentos, numa tentativa de compreender e matizar os pontos de vista, bem como as fontes dentro da historiografia. Sobre o assunto, Alistair Thomson nos diz que: “O que motivou esses estudos foram as novas metodologias fundamentadas no esforço de recuperar a experiência e os pontos de vista daqueles que normalmente parecem invisíveis na documentação histórica convencional e de considerar seriamente essas fontes como evidência” (Thomson, 2006, p. 75).

Entretanto, o estudo da memória não tem origem na disciplina histórica, mas sim em outras ciências. Primeiramente, nasce na Antropologia e na Sociologia, para, mais tarde, a História se apropriar dos conceitos e aprofundar-se no meio mnêmico. Hoje em dia, os historiadores têm se interessado em como surge a memória, em investigar qual a origem e qual a sua relação com a História. Importante frisar que os estudos sobre memória ganharam notoriedade através do discípulo de Durkheim, o sociólogo francês Maurice Halbwachs, que foi responsável por introduzir, no século XX, a memória como uma possibilidade de estudo dentro das Ciências Sociais. Esse estudioso foi o responsável por elaborar o conceito de memória como fenômeno social a partir de sua compreensão dos fundamentos e funcionamentos da sociedade, tornando-se um dos precursores dessa abordagem e influenciando uma gama de estudos posteriores sobre o tema.

O arcabouço de sua tese era determinar como a memória, sua estrutura, assim como manifestação, correspondia a memórias coletivas, levando em consideração que ela possibilita uma ligação entre os componentes de um grupo por meio da correspondência de seu passado compartilhado. Tal vínculo criado apresenta uma ideia de invariabilidade, ou seja, de

permanência, com isso, caracteriza-se que “a memória coletiva é o *locus* de ancoragem da identidade do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e no espaço” (Peralta, 2007, p. 06).

Gérard Namer salienta, no posfácio de sua obra “*Los marcos sociales de la memoria: reconstruir el pasado em función do presente*” (2004, p. 345), um dos pontos básicos e de imprescindível importância da teorização elaborada por Halbwachs. Isto é, a ação de voltar-se ao passado só pode ser feita com a simples ideia de reconstruí-lo, porém, jamais, recordá-lo tal qual fora vivido, já que estas recordações estão sempre subordinadas às demandas do presente. Em virtude da constante variabilidade inerente à sociedade, assim como aos grupos que estão inseridos nela, novos valores e concepções acabam por serem criados, modificando, assim, a perspectiva com que o presente exprime o passado. Sobre isso, Halbwachs elucida no excerto abaixo que:

Nuestra memoria, sin duda, retoma a medida em que avanzamos, buena parte de lo que parecia haberse escurrido, aunque de una forma nueva. Todo sucede como cuando un objeto es visto bajo un ángulo diferente, o cuando es iluminado de manera diferente: la distribución nueva de las sombras y de la luz cambian a tal punto los valores de las partes que, reconociéndolas, no podemos decir que hayan permanecido tal como eran (HALBWACHS, 2004, p. 38).

Conforme a teoria halbwachiana, as memórias individuais guardam em si traços do coletivo, já que é sempre o indivíduo que recorda, e sua sobrevivência e elaboração depende disso. De acordo com a análise de Peralta acerca de tal formulação, “as memórias subsistem porque fazem parte de um conjunto de valores e aceções que são comuns a todos os membros do grupo, na medida em que as imagens privadas que cada um tem do passado são submetidas a padrões apropriados mantidos coletivamente” (Peralta, 2007, p. 07).

Para que a pessoa tenha a possibilidade de rememorar, é preciso utilizar dispositivos que ativem suas memórias. Esses dispositivos podem se configurar como quadros disponibilizados pelo grupo²¹⁰ ao qual o indivíduo pertence, onde apoiará essas lembranças. Dessa forma, os marcos sociais da memória, tal qual teoriza Halbwachs, podem ser percebidos como “los instrumentos que la memoria colectiva utiliza para reconstruir una imagen del pasado acorde com cada época y en sintonía con los pensamientos dominantes de la sociedad” (Halbwachs, 2004, p. 10). Em outras palavras, compreende um conjunto de valores e concepções, os quais englobam a linguagem, visão de mundo, representações, noções, símbolos, costumes e etc, que, estando inseridos no interior do grupo, seja familiar,

²¹⁰ No nosso caso, nossas entrevistas pertenciam à grupos militantes no movimento estudantil universitário gaúcho, e, por tal motivo, suas memórias eram evocadas em torno deles, embora suas lembranças sobre determinados acontecimentos sejam individuais.

político, religioso e assim por diante, permitem ao sujeito realizar o trabalho de rememoração. Esses marcos sociais permitem a reconstrução do passado em conformidade com as necessidades do presente.

A incorporação das ideias de Michael Pollak, no que diz respeito aos conflitos e fissuras nos grupos nos quais os indivíduos estão inseridos funciona também como uma conduta teórica de fundamental importância para o entendimento da memória. Pollak salienta que o enquadramento da memória responde à demanda de “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que o grupo tem em comum” (Pollak, 1989, p. 08). Assim sendo, a reconstrução da história e da memória do grupo não pode ser separada de sua interação com as relações de poder no interior deste. Essa possibilidade nos propicia estabelecer um diálogo com Halbwachs, promovendo os avanços necessários, uma vez que não se considera a memória como um objeto estático, alheio às relações sociais, estritamente individual e passivo, mas sim como um evento mutável e interativo, que está posto e é resultado de complexas relações sociais.

A cientista social argentina, Elizabeth Jelin, que é bastante influenciada pelo pensamento de Michael Pollak, destaca que a problematização da construção da memória é de importância fundamental para o entendimento de sua complexidade, já que a resignificação dos acontecimentos do passado não se estabelece de maneira imutável, estando ligada ao momento histórico, bem como à conjuntura social e o posicionamento dos indivíduos, conforme já mencionado nas linhas anteriores deste capítulo. Jelin, em consenso com os autores que apresentamos acima, afirma que: “[...] toda política de conservación y de memoria, al seleccionar huellas para preservar, conservar o conmemorar, tiene implícita una voluntad de olvido. Esto incluye, por supuesto, a los propios historiadores e investigadores que eligen qué contar, qué representar o qué escribir en un relato” (Jelin, 2002, p. 30).

Portanto, podemos afirmar, de acordo com o que já apresentamos, que a memória se constitui conforme a vivência da pessoa, porém, é influenciada pelo meio social no qual ela está inserida, de maneira que a narrativa faça sentido, ao menos para quem a profere. O antropólogo francês, Jöel Candau, menciona, ainda, os três tempos que dão estrutura para a narrativa a partir da memória – passado, presente e futuro:

As relações de si para si mesmo, o trabalho de si sobre si mesmo, a preocupação, a formação e expressão de si, supõem um trabalho da memória que se realiza em três direções diferentes: uma memória do passado, aquela dos balanços, das avaliações, dos lamentos, das fundações e das recordações; uma memória da ação, absorvida num presente sempre evanescente; e uma memória de espera, aquela dos projetos, das resoluções, das promessas, das esperanças e dos engajamentos em direção ao futuro. (CANDAU, 2012, p.60).

Ademais, o cuidado metodológico necessário para a análise das narrativas deverá ter enfoque não apenas no que a entrevistada profere do passado, mas sim, de sua vivência atual e quais suas perspectivas voltadas para o futuro que se encontram em sua fala. O autor apresenta, também, uma interessante contribuição no que se refere à estruturação da narrativa:

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa (CANDAU, 2012, p.16).

Desta maneira, conforme mencionado no início deste capítulo, nosso objetivo é analisar as memórias das militantes de esquerda do movimento estudantil universitário gaúcho. Essa característica, a qual podemos definir como o ato de lembrar, é intrínseca ao ser humano. Todavia, aquilo que se lembra no momento de rememoração não é o “fato” em si, na sua essência, mas sim o que está envolto pelas vivências individuais e coletivas daquele que lembra. Dessa maneira, compreendemos a memória conforme Joël Candau: “através da memória o indivíduo capta e compreende continuamente o mundo, manifesta suas intenções e esse respeito, estrutura-o e coloca-o em ordem (tanto no tempo como no espaço) conferindo-lhe sentido” (Candau, 2012, p. 61). Portanto, constatamos que a lembrança é um evento que se forma constantemente, com base na individualidade daquela que expõe a narrativa memorialística. E, neste sentido, quando apresentamos as entrevistadas, focamos não apenas na descrição do que elas foram, mas, também, nas atividades militantes desempenhadas atualmente e sua perspectiva acerca daquilo que fora narrado.

Michael Pollak observa que “a memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória”. (Pollak, 1992, p. 203).

A historiadora Verena Alberti também fez apontamentos bastante pertinentes para elucidar a problemática supracitada, bem como acerca do tratamento da narrativa. Para ela, o passado só nos é transmitido através da forma que o sujeito que relata o concebe (Alberti, 2004, p. 60). Em outras palavras, a intermediação dos fatos vividos e a forma com a qual eles serão narrados, significará que aquela memória preferida pelo sujeito será a pronunciada. Ademais, cabe ressaltar que a memória é uma espécie de arquivo provocado. Neste sentido, Alessandro Portelli pontua que “a memória, na verdade, não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado” (Portelli, 2016, p. 18).

Segundo Lucília Delgado (2003, p. 18), a memória possui potencialidade ilimitadas, com destaque ao fato de trazer consigo uma forte marca dos elementos fundadores, além dos elos que configuram as identidades e as relações de poder. A autora prossegue dizendo que são as lembranças – em suas dimensões mais profundas – que conformam as heranças e acumulam os detritos. Para Margarida Neves, o conceito de memória é amplo:

O conceito de memória é crucial porque na memória se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade, o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação (NEVES, 1998, p. 218).

Em artigo, Silvia Salvatici (2005) se volta para a discussão acerca das origens da história oral que converge com a história das mulheres, uma vez que ambas têm mostrado similaridades em seus propósitos e objetivos. Como já mencionamos, a história oral se popularizou a partir do final da década de 1960, sobretudo no exterior, ao mesmo tempo em que os movimentos sociais e políticos atingiram o seu ápice – o feminismo se insere nessa seara de movimentos que eclodiram naquele período – e, nos dois casos, de início, a ideia era reconstruir uma história invisibilizada.

Neste sentido, historiadores orais procuravam inserir as vozes que “faltavam”, ou seja, aquela dos desfavorecidos, com o objetivo de criar uma “história vindo de baixo”, enquanto, por sua vez, as feministas desejavam demonstrar o papel fundamental desempenhado por mulheres, no passado e no presente, através de uma reconstrução do passado, o que, segundo Salvatici, “pela primeira vez, conferiu uma atenção adequada às contribuições femininas” (2005, p. 29). Alguns autores, tais como Selma Leydesdorff, Luisa Passerini e Paul Thompson, sugerem que podemos pensar que ambos os movimentos estavam “crescendo juntos”. Em consonância com autores supracitados, Sherna Gluck (2006) afirma que “a história oral de mulheres influenciou profundamente a prática da história oral como um todo”.

Entretanto, Luisa Passerini, ao escolher, propositalmente, analisar algumas obras que usavam a oralidade como uma de suas fontes, “em vez daquelas que a privilegiam entre todas as demais” (Passerini, 2011, p. 99), chama atenção para a precária produção historiográfica europeia que continham no título “história oral” como definição de escolha da metodologia e das fontes utilizadas. Neste caso, a autora se refere especificamente àquelas obras que ligavam história oral e história de gênero. Para tanto, a autora faz uma breve explanação acerca do que ela chama de “equivalência entre a história de gênero e a história das mulheres”, pontuando que, para algumas autoras, não há diferença entre as duas; todavia, para outras, essa diferença

é bastante grande. Ela ainda reflete sobre autoras que buscam um meio termo, como, por exemplo, Lynn Hunt, a qual observou que a história de gênero não teria se desenvolvido sem o afloramento da história das mulheres nas décadas de 1970 e 1980. Ademais, Passerini ainda traz uma pequena análise do artigo de Joan Scott intitulado: “*Gender: a useful category of historical analysis*”, de 1986, no qual Scott escrevia que “gênero” indica uma rejeição ao determinismo biológico, em contrapartida da categoria “sexo”, além de uma recusa ao conceber mulheres e homens enquanto entidades separadas. Assim, “as informações sobre as mulheres são informações também sobre os homens, sendo que o estudo daquelas implica o estudo destes” (Passerini, 2011, p. 95-6).

Basicamente, gênero serve para diferenciar as práticas sexuais dos papéis sociais atribuídos especificamente às mulheres e aos homens. Tal definição dada por Scott destacava as conexões explícitas e implícitas entre gênero e poder, que, segundo a autora, se formam reciprocamente: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas em diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um modo primário de significar as relações de poder” (Scott, 1988, p. 42). Portanto, não bastava estudar apenas identidades, mas, também, instituições, política, família, economia e guerra e, mais importante ainda, as relações de gênero com classe e raça, conclui Passerini.

Na metade dos anos 1980, quando o artigo de Scott passou a ser lido nos países europeus, a história oral de mulheres estava se desenvolvendo na França, Alemanha, Itália, Países Baixos, além da Escandinávia e Grã-Bretanha. Nesse período, Luisa Passerini afirma que muitas pesquisadoras coletaram e analisaram entrevistas orais com mulheres do campo, artesãs, operárias e da classe média. Segundo a autora, o estudo de Scott não poderia ter sido lançado em melhor momento, pois confirmava e estimulava os esforços daquelas pesquisadoras em registrar as expressões da identidade de gênero do sujeito.

Na fase em que Salvatici denomina de “época das origens”, o cruzamento entre a história das mulheres e a história oral pode ter tomado trajetórias diferentes, sugere a autora. Em primeiro lugar, explica ela, há a exclusão das mulheres dos documentos escritos, usualmente considerados como única fonte fidedigna para a história. Esse fato foi apontado no famoso ensaio de Natalie Zamon Davis, publicado em 1976, na revista *Feminist Studies: “Women’s history in transition: the European case”*, no qual Davis diz que um dos principais objetivos das historiadoras foi adotar, em suas pesquisas, novas fontes, de diferentes naturezas, com o intuito de colocar, novamente, em primeiro plano, alguns atores e atrizes do passado. Nesse importante texto, que pode ser considerado um dos mais influentes quando se

fala em fundamentação teórica nos estudos sobre a história das mulheres, Natalie Zamon Davis nos diz que:

A maior parte do que conhecemos nos é transmitida por homens. Em trabalhos literários, textos normativos, tratados morais e expressão artísticas, ou as mulheres estão completamente ausentes, ou são encontradas dentro do discurso de homens sobre mulheres [...] torna-se necessário isolar fontes variadas ainda produzidas por instituições, mesmo aquelas que permitem às próprias mulheres falar mais diretamente; por conseguinte, na esfera privada, por meio de cartas ou diários (DAVIS, 1976, p. 83).

No ano posterior ao lançamento do artigo de Davis, uma das mais antigas revistas norte-americanas dedicadas à temática feminista, a *Frontiers: a Journal of Women Studies*, publicou um número especial em que trazia um texto de Sherna Berger Gluck, que à época coordenava o Programa de História Oral da Universidade da Califórnia, abordando o uso da história oral de mulheres. Neste artigo, Gluck afirmava que:

Recusando-se a serem deixadas historicamente sem voz por mais tempo, as mulheres estão criando uma nova história – usando nossas próprias vozes e experiências. Estamos contestando o conceito tradicional de história, aquilo que é “historicamente importante”, e estamos afirmando que nossa vida cotidiana é história. Usando uma tradição oral, tão antiga quanto a memória humana, estamos reconstruindo nosso próprio passado (GLUCK, 1977 *apud* SALVATICI, 2005, p. 30).

Como ressaltou Sherna Berger Gluck, o interesse na história das mulheres e o uso das fontes orais expandiram positivamente o campo da pesquisa histórica e foram introduzidos novos tópicos de investigação, como, por exemplo, a vida diária, as atividades domésticas e a esfera privada de mulheres “comuns”. Segundo Silvia Salvatici (2005, p. 31), o objetivo político do movimento feminista era valorizar essas áreas específicas de experiência feminina. A história oral, então, ofereceu bases teóricas e soluções metodológicas para caminhar nessa direção. Além do mais, Gluck identificou o momento da realização da entrevista como um novo espaço de encontro entre mulheres. Nas palavras dela:

A história oral de mulheres é um encontro feminista, mesmo se a entrevistada não for ela própria uma feminista. É a criação de um novo tipo de material sobre mulheres; é a validação de experiências femininas; é a descoberta de nossas próprias raízes e o desenvolvimento de uma continuidade que nos tem sido negada nos relatos históricos tradicionais (GLUCK, 1977 *apud* SALVATICI, 2005, p. 31).

Vamos, a partir da História oral com mulheres que militaram no movimento estudantil de esquerda no Rio Grande do Sul, durante a redemocratização do Brasil, refletir e demonstrar como, ao participarem ativamente de um movimento social (de contestação), essas militantes subverteram as representações comumente atreladas ao papel da mulher nesse espaço de tempo. Várias pesquisas vêm demonstrando que muitas delas assumiram diferentes

protagonismos durante o processo político de estabelecimento de resistências. Como vimos no terceiro capítulo, os estudos mostram que, na esfera das relações de gênero, muitas mulheres transpuseram os códigos de conduta que lhes eram impostos ao adentrarem no espaço da política. Contrariando a teoria halbawchsiana, para Pollak (1989), a história oral contemporânea é um movimento capaz de contestar o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória nacional. Essa memória traz à tona as memórias subterrâneas, que questionam o caráter de veracidade da memória selecionada como oficial. Dessa maneira, ela faz emergir as memórias subterrâneas, que questionam a veracidade da memória tida como “oficial”.

Portanto, apoiados metodologicamente na história oral, podemos analisar a participação de mulheres que estavam inseridas em um movimento social, como o movimento estudantil universitário, no processo de resistência à ditadura. Oferecendo, com isso, informações à história que permitem, no contexto de um regime autoritário, o qual subtraiu a democracia, compreender como essas mulheres conseguiram construir suas identidades sociais associadas à participação política como protagonistas no processo de redemocratização do país. É necessário levar em consideração, evidentemente, o ambiente hostil enfrentado por elas, uma vez que esse é um campo majoritariamente composto por homens.

De acordo com Mayris de Paula Silva (2016, p. 21), por muito tempo, a narrativa e oralidade feminina não foram valorizadas historicamente e publicamente. Todavia, a história oral nos auxilia na recuperação da relação sujeito-história-política, relação esta vivenciada pelas minorias, as quais era pouco explorada por se tratar de uma experiência subjetiva, sendo investigada, muitas vezes, no âmbito privado. Desse modo, a tensão criada entre o público e o privado abre espaço para discussões acerca dos estudos de memória como base na construção de subjetividades dos sujeitos a partir de suas vivências em determinado momento e espaço e, assim, podemos fazer o resgate do significado armazenado em suas lembranças. Marco Aurélio Garcia pontua que:

Desde que a história da vida privada deixou de se opor teoricamente à história da vida pública, foi possível dar conta de uma série de elementos antes relegados à historiografia événementielle, crônica, ao jornalismo, à biografia, ou a outros gêneros considerados “menores”. É interessante observar como essa inflexão historiográfica contribuiu para a construção de uma história das mulheres. Situadas na área sombria da história – a esfera privada – as mulheres passaram a se constituir em objeto da reflexão historiográfica (GARCIA, 1997, p. 324).

Sendo assim, ainda segundo Garcia, a abertura e/ou reconfiguração desse território historiográfico significou não somente a constituição de um campo de investigação – com

implicações teóricas e metodológicas específicas – mas, permitiu, acima de tudo, a partir dessa especificidade, repensar as relações entre público e privado, conferindo uma maior complexidade à historiografia política. Neste sentido, tudo aquilo que permanece ativo, incólume ou totalmente alterado pela configuração social da memória é significativo (Silva, 2016, p. 22). Conforme Mayris Silva (2016, p. 22), existe uma certa dificuldade em considerar aqueles fatos que não foram testemunhados por todos como reais, por esse motivo, muitos acontecimentos acabam se perdendo ou sendo omitidos, uma vez que não costumam estar no centro de conversas entre os indivíduos. Dessa forma, de acordo com Ecléa Bosi (1994), quando evocada, a memória se torna uma forma de conservação ou elaboração desse passado e, assim, tanto homens quanto mulheres, se moldam com sua prática e subjetividade para experienciar seus contextos.

Através da narrativa, damos vida aos sujeitos e às histórias narradas, as quais são lembradas através da ação da memória, não as deixando “cair” no esquecimento. Com isso, o conhecimento obtido por meio destas memórias não é levado pelo esquecimento “arbitrário”, ou, como comumente é afirmado, elas não são afetadas por “um mecanismo eficaz de instituí-las, metaforicamente, como ‘mortos’” (Kofes, 2001, p. 12). Ainda de acordo com Suely Kofes, “a memória se constrói no jogo entre lembranças e esquecimento e, no plano dos agentes, no embate entre o que é lembrado e o que é esquecido, entre o narrável e o inarrável”. A autora apresenta, em seu livro, a história de Consuelo Caiado²¹¹ e como, a partir desse “jogo”, se constrói a narrativa dessa mulher que, por vezes, é tida como “esquecida” pelas narrativas dos outros, ora sem narrativa, sem ser lembrada pelo esquecimento arbitrário para se manter como uma história oculta de todos. Uma história formada por narrativas e oralidades sobre uma experiência, experiência esta esquecida e que, ao ser lembrada ou pensada inúmeras vezes, vem à tona como uma falha de memória das pessoas.

Essa “falha de memória” ocorre para dar sentido a algo. Ela pode ser reveladora, por fazer emergir uma parte da história daquela que está narrando, por exemplo, e tais falhas não podem ser desprezadas, pois marcam acontecimentos pessoais e/ou históricos dos indivíduos, merecendo uma análise mais cuidadosa de quem pesquisa, devendo levar em consideração esses esquecimentos (Queiroz, 1991). É possível pensar nesses “esquecimentos” como forma de silenciar um passado que, em se tratando de regimes autoritários, pode ser interpretado

²¹¹ Consuelo Caiado era farmacêutica e é considerada uma das principais feministas brasileiras das primeiras décadas do século XX. Lutou pela emancipação das mulheres, bem como em favor do sufrágio feminino. Para maiores conhecimentos, ver: PRADO, Paulo Brito do. *Aventuras feministas nos sertões de Goiás: as mulheres e as suas lutas nos guardados de Consuelo Ramos Caiado (1899-1931)*. 2019. 471f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

como “uma resistência que uma sociedade impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (Pollak, 1992, p. 03).

Importante frisar que a história oral não tem pretensão de buscar uma verdade absoluta²¹² a ser referenciada com a história oficial. Seu diferencial é apresentar uma forma diversa de como a história é significada, dando, então, sentido ao sujeito. A/o pesquisadora/o deve estar atenta/o no momento de sua escuta, pois, à medida em que a narradora vai relatando suas vivências, ela revive sua história com seus gestos e silêncios. Entretanto, por meio destes ela conta também as suas lembranças. Sendo assim, Milena Calegari Cosentino afirma que:

Para a história oral, a memória é uma forma de evidência histórica e, portanto, deve ser analisada como tal. Considerando a memória como um conceito em que as pessoas constroem um sentido do passado, o qual se relaciona com o presente e na ação de recordar, a reflexão passa a ocupar um lugar fundamental para a ressignificação do passado que se recorda (COSENTINO, 2013, p. 29).

Essa metodologia apresenta as interferências sobre as histórias relatadas e que foram transcritas neste trabalho²¹³. Com isso, oportunizamos trazer visibilidade à memória relacionada a determinados fatos vividos e que, infelizmente, ainda não são de conhecimento do público em geral. Através dessas narrativas, podemos abordar contextos de sujeitos, dando sentido social às memórias das minorias sociais. Portanto, a narrativa e a memória se tornam História. Porém, pensando nisso, nos perguntamos: qual seria a concepção de memória dentro da História? Ela, que é o ato de lembrar, oculta o passado; todavia, ao mesmo tempo, ela serve de abrigo para o presente. Segundo Bruna da Silva Garcia (2015, p. 1362), a memória pode ser, se não o é, uma diversidade de possibilidades e traz consigo inúmeras implicações. Ainda de acordo com a autora, a memória é detentora do passado porque ela o presentifica e o ressignifica a partir das vivências da atualidade. Para alguns pesquisadores, ela se distancia da História (Montenegro, 1994, p. 17), enquanto para outros, ela é parte atuante de praticamente todos os processos históricos.

Levando em consideração essa última análise, a História é responsável por presentificar a memória e dar a ela um sentido (Garcia, 2015, p. 1363). Por isso, as narrativas assumem formas a partir do momento em que são relatadas, contadas, lembradas, estando relacionadas com o tempo não por acaso, mas por estarem diretamente relacionadas às vivências históricas desses sujeitos. Dessa forma, de acordo com Leonor Arfuch, “enquanto

²¹² Partimos do pressuposto de que todo historiador tenha consciência de que não existe uma única verdade absoluta. Afinal, lembrando novamente, até mesmo documentos oficiais são elaborados por pessoas e, por esse motivo, podem conferir nos mesmos suas impressões pessoais e predileções.

²¹³ As entrevistas transcritas na íntegra encontram-se no apêndice desta tese.

dimensão configurativa de toda experiência, a narrativa, que ‘outorga forma ao que é informe’, adquire relevância filosófica ao postular uma relação possível entre o tempo mundo da vida, o tempo do relato e o tempo da leitura” (Arfuch, 2010 p. 112).

Para podermos falar sobre memória, é necessário um diálogo constante com os tempos, uma vez que passado e presente caminham praticamente juntos. No momento em que lembramos, voltamos para o passado com o olhar do presente, com toda carga de experiências. A memória é o futuro do passado, pois o ato de lembrar a presentifica. Segundo o historiador Henry Rousso, a memória é atual. Para o autor, ela representa “a presença do passado” (2006, p. 94). Acerca do tempo e a memória, ele é o elemento em que ela está submersa.

De acordo com o historiador José Carlos Reis (2010), a memória também faz parte do passado, pois não alocamos todas as lembranças em um reservatório e as evocamos para o presente; lembramos e selecionamos fragmentos da memória, todavia, não as resgatamos por completo, mas, como afirma Garcia “é como se colhêssemos da árvore da memória, pequenos frutos que representariam as lembranças” (2015, p. 1363).

Desse modo, existe uma relação muito especial da memória com o tempo, ou seja, um não existe sem o outro. Assim, é impossível trabalhar com a memória sem levar em consideração os processos temporais. É esperado que rememoremos e evoquemos nossas lembranças a partir do contexto no qual estamos inseridos no presente. Dito isso, a memória está sempre viva e, ao mesmo tempo, inerte na nossa consciência, até que ocorra algum estímulo que a acione, seja através de objetos de memória, lugares de memória etc. Ratificando essa ideia, o historiador Antônio Mitre afirma que “nos sucede no trânsito de uma ponta a outra é passível de inventário pessoal, sempre que a imagem do vivido, latente nos labirintos da alma ou patente nos sulcos do corpo, compareça à luz da consciência” (Mitre, 2003, p. 12).

Em relação à memória que não está sujeita a ação do tempo, mas que fora suprimida pelo esquecimento, podemos compreender esse processo como uma recomposição dos progressos históricos, bem como da noção temporal daquilo que é pesquisado. Considerando a atividade mnêmica enquanto um cone invertido²¹⁴, cujo conceito foi pensando por Henri Bergson, a memória é ambígua, pois ela pode ser tanto ampla, mas, também, limitada. Pode

²¹⁴ A psicóloga Ecléa Bosi interpreta os trabalhos desenvolvidos pelo filósofo Henri Bergson, o qual trabalha a memória sob a ótica de um cone invertido: na base estariam as lembranças, inativas na memória, e, na parte superior, encontraríamos o presente e as influências dele nas lembranças memorísticas. Para maior conhecimento, ver: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

pensar o passado, mas podendo recolocá-la no presente. Para Éclea Bosi, o passado é revisitado frequentemente pelo presente, já que “[...] o passado não só vem à toa das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência” (Bosi, 1994, p. 59).

Naturalmente que a memória está presente em todos os tempos sociais, históricos e naturais, pois ela é, ao mesmo tempo, individual e social. Segundo Bruna Garcia (2015, p. 1364), ela é atemporal e necessita das estruturas da história e da temporalidade para se legitimar enquanto fator histórico-social. Ainda de acordo com Garcia, para uma compreensão dos acontecimentos e uma localização histórica adequada, é fundamental entender e estabelecer a conexão entre esses três fundamentos. Convergindo com essa ideia, o historiador Marc Bloch (2001) afirma que é importante conhecer o presente para que assim possamos entender o passado. Sendo assim, os conceitos de memória e tempo se deslocam para um mesmo rio, o da História.

Diante do que já foi exposto neste tópico, entendemos que a memória é uma representação do passado, ou seja, ela é um recorte daquilo que foi, mas já não é mais. Por isso, podemos afirmar que ela é registro, uma vez que existe uma sucessão de acontecimentos que arquivamos, isto é, registramos. Tais registros se constituem através da apropriação de imagens e símbolos que a memória reúne, que vão se modificando a todo momento. Portanto, ela separa aquilo que julga ser de maior importância registrar. Assim, ela é um repositório das nossas vivências, das nossas experiências sociais coletivas e individuais. E para além de registro, ela também pertence ao curso do tempo, que é o grande rio onde as memórias emergem, pois nos utilizamos dele, o tempo, para atravessar as temporalidades de nossa vida. É por meio da memória que observamos as proporções do tempo e, segundo o médico e pesquisador, professor Ivan Izquierdo, o fluxo temporal é caracterizado pela ida – do passado para o presente – e pela volta – do futuro para o passado –, onde o presente é o ponto de encontro dessas duas proporções. Dessa maneira, podemos afirmar que o passado se legitima pela memória, enquanto o futuro se legitima pela incerteza. Segundo Izquierdo:

Esse ponto evanescente, porém, é nossa única posse real: o futuro não existe ainda (e a palavra *ainda* é uma petição de princípio) e o passado não mais existe, salvo sob a forma de memórias. Não há tempo sem um conceito de memória; não há presente sem um conceito do tempo; não há realidade sem memória e sem uma noção de presente, passado e futuro. (IZQUIERDO, 1989, p. 89 – grifo no original).

Também expressamos aqui que a memória não pode ser reduzida a experiência. Nós a evocamos por meio de nossas experiências, pois quando rememoramos o passado, as lembranças surgem, em primeiro lugar, de nossas experiências sociais individuais e coletivas.

E, ao longo de nossa existência, as memórias vão se aglutinando a partir de nossas vivências no presente, se incorporando às memórias mais antigas e se modificando, acrescentando novos fatos, bem como novos acontecimentos àquelas mais antigas. Nossa memória nunca é a mesma. Portanto, a memória nada mais é do que nossas experiências vividas em nosso tempo. Ademais, como afirma Lucília Delgado “[...] é a reflexão do homem sobre sua vida e seu tempo” (2010, p. 48).

Como se percebe, definir a memória não é tarefa fácil. Contudo, entendemos que ela é um repositório de nossas experiências e sociais. Para o historiador, Henry Rousso:

A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social nacional. Portanto, toda a memória é, por definição, coletiva (ROUSSO, 2006, p. 94).

Além disso, a memória também é identidade. Conforme Bruna Garcia (2015, p. 1365), existe uma relação dialética entre esses dois conceitos, pois a memória perpassa diversas dimensões das Ciências Sociais, sobretudo aquelas que constituem o homem (eu) e o tempo. Segundo Jöel Caudau, “sem memória o sujeito esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece” (2012, p. 60). Essa reflexão do sujeito desde a sua formação, que favorece a rememoração, é importante, pois é a partir daí que ele constitui a sua identidade, bem como o seu “eu”.

Estabelecer uma relação entre memória e História sempre foi uma tarefa um tanto quanto difícil para os historiadores, pois, quando a estudamos a memória, estamos valorizando aquilo que foi vivido, levando em consideração as identidades. Além do mais, perceber quanto o ato de rememorar é interessante, já que isso representa um passado e, assim como qualquer outro documento, a memória é uma fração daquilo que existiu. Entretanto, para além disso, a memória é um reencontro, uma vez que nos reencontramos nos diversos tempos: voltamos os nossos olhos para o passado e enxergamos o nosso “eu” retratado pelas nossas vivências. Logo, existe uma relação significativa entre a memória e a História. Para Lucília Delgado:

Considerando-se a evocação do passado como substrato da memória, pode-se deduzir que, em sua relação com a História, a memória constitui-se como forma de retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda. Portanto, História e memória, através de uma inter-relação dinâmica, são suportes de identidades individuais e coletivas, que se formam no processo diacrônico e sincrônico da vida em sociedade (DELGADO, 2011, p. 45).

Sendo assim, ao rememorar, o sujeito faz uso das contribuições da história para se localizar no tempo e na sua própria História. Entendemos que a memória é a uma reprodução

da sociedade, com as devidas interferências do presente e suas perspectivas acerca do passado. Portanto, a memória poder ser interpretada como sendo fonte para a História.

Conforme já mencionamos anteriormente ao longo do texto, a memória surge no campo epistemológico a partir da Sociologia, da Psicologia e da Antropologia. É através da contribuição destas áreas que a História se apropria e igualmente a transforma em um campo de conhecimento histórico. Com isso, diversos historiadores estudam as possibilidades de uso da memória para o desenvolvimento da ciência histórica, bebendo dessas ciências supracitadas. Também já comentamos sobre a importância do sociólogo Maurice Halbwachs, que, desde o início do século passado, estabelece as primeiras relações entre memória e História. Além de trabalhar a memória sob uma perspectiva coletiva, o autor também a pesquisa do ponto de vista histórico. Para Halbwachs, toda a memória que pertence a um grupo é histórica, especialmente quando elas são lembradas por todos aqueles que testemunharam algum acontecimento em comum. Ademais, percebemos que o sociólogo francês trabalha com o conceito que afirma que a memória é a vida vivida, isto é, ela não é a História aprendida, mas sim, aquilo que vivenciamos (Halbwachs, 1990, p. 60).

A ligação que Halbwachs estabelece entre memória e História, afora das questões que circundam a historicidade, ele também utiliza a concepção de “herança”. Isto significa que, ao pensarmos em determinado acontecimento, o qual não vivenciamos, porém de comum conhecimento na comunidade na qual estamos inseridos, embasamos essa lembrança através de uma memória compartilhada e buscamos nos testemunhos dos mais velhos e/ou nos livros uma tentativa de legitimar todo o legado que reproduzimos ou escutamos ao longo de nossa vida. Ao fazer uma analogia com a memória da infância, relacionando-a com a História, Maurice Halbwachs diz que:

O essencial é que o momento em que compreendamos venha logo, isto é, enquanto a lembrança esteja viva ainda. Então, é da própria lembrança em si mesma, é em tomo dela, que vemos brilhar de alguma forma sua significação histórica. Sabíamos bem, pela atitude dos adultos em presença do fato que nos impressionou, que este merecia ser lembrado. Se nos lembramos dele, é porque sentíamos que em torno de nós os outros se preocupavam. Mais tarde, compreenderemos melhor porquê. A lembrança, no início, existia no interior da corrente, mas estava retida por algum obstáculo, permanecia muito à margem, presa nas hervas das margens. Do mesmo modo, as correntes de pensamento social atravessam o espírito da criança, mas só com o tempo arrastarão tudo o que lhes pertence (HALBWACHS, 1990, p. 63-4).

Para o autor, há um vínculo de correlação entre a memória e a História, e tal relação é concretizada pela experiência e pelas representações sociais. Desse modo, quando nossas lembranças entram em conflito com as lembranças de outros indivíduos, nós as absorvemos e

as ressignificamos. Em vista disso, nós herdamos e adaptamos essas experiências, aprimorando-as ou dizimando-as.

O filósofo francês Henri Bergson, por sua vez, explorou o campo da filosofia da História com suas pesquisas na área da imagem/memória e duração (tempo). Uma das primeiras obras que abordam essa temática foi lançada por ele em 1896, chamada “Matéria e Memória”. Para o filósofo, a interação entre o sujeito e o meio é gerida pela matéria, que pode ser imagens e representações da realidade que permeia o espírito das pessoas, sendo a memória aquela que controla esse processo. Ademais, Bergson ainda adiciona ao tempo, o que ele chama de “duração”, o qual é o responsável por tornar as noções de passado e presente perceptíveis aos indivíduos. Além disso, ele classifica a memória como elástica, variando de estágios e se manifestando conforme o nível de “intelectualidade” do espírito humano. Ainda há que se distinguir duas ideias, as quais Henri Bergson chama de “trabalho intelectual”, que seria aquela memória mecânica, que lembramos frequentemente; portanto, podemos denominá-la de “memória hábito”. A segunda ideia estaria relacionada às memórias mais “expansivas”, que são demonstradas através de uma profundidade intelectual mais desenvolvida dos sujeitos. De acordo com outro filósofo francês, Gilles Deleuze, cuja obra “*Memória e Vida*” reúne textos escolhidos por Deleuze que abordam as principais teorias elaboradas por Henri Bergson:

São duas concepções radicalmente diferentes do trabalho intelectual. De acordo com a primeira, as coisas se passam mecanicamente e por uma série totalmente acidental de adições sucessivas. A cada momento de uma percepção atenta, por exemplo, elementos novos, que emanam de uma região mais profunda do espírito, poderiam juntar-se aos elementos antigos sem criar uma perturbação geral, sem exigir uma transformação do sistema. Na segunda, ao contrário, um ato de atenção implica solidariedade entre o espírito e seu objeto, é um circuito tão bem fechado, que não poderia passar a estados de concentração superior sem criar um mesmo número de circuitos novos e completos que envolvem o primeiro e que só tem em comum entre si o objeto percebido (DELEUZE, 2011, p. 57).

Partindo dessas duas perspectivas, Bergson faz ainda uma breve diferenciação entre os termos por ele denominados “memória-hábito” e “memória-lembrança”: a experiência da primeira é marcada pela existência do presente, enquanto a segunda tem uma aproximação direta com o passado. Entretanto, as duas memórias que são propostas pelo autor, estão associadas ao passado histórico e possuem conexão com as experiências vividas. Todavia, são distintas, por apresentarem finalidades diferentes (Deleuze, 2011, p. 85). Neste sentido, concluímos que pensar na memória como possibilidade ao estudo da História é ponderar sobre as impressões dos sujeitos em relação aos acontecimentos.

Atento a tais aspectos, e na busca por uma aproximação entre a memória e a história, o historiador Paul Ricoeur definiu as bases epistemológicas da memória e da História. Para o autor, a memória é o alicerce fundamentador da História e é apenas por meio dela que conseguimos olhar para o passado e nos conectar a ele. De acordo com Ricoeur, “[...] não temos outro recurso a respeito da referência ao passado, senão a própria memória” (2007, p. 40). Para o historiador, a memória está ligada profundamente à História, às experiências e às vivências. Dessa maneira, a pesquisa de Ricoeur origina-se a partir de duas vertentes da epistemologia filosófica: Edmund Husserl²¹⁵ e Henri Bergson. Em sua obra “*A memória, a história, o esquecimento*”, lançado no ano de 2000, Paul Ricoeur reflete sobre uma fenomenologia da memória, cujo termo baseia-se nos seus estudos sobre a teoria de Husserl. Sendo assim, a fenomenologia apresenta o entendimento sobre as experiências dos sujeitos, bem como a reflexão sobre ele, isto é, a percepção de si e dos outros.

Além disso, o autor ainda aborda duas questões fundamentais: a imaginação e o esquecimento. Ele analisa o ato de recordar como um processo contrário ao esquecimento, considerando aquele como um ato de resistência. Desse modo, memória e esquecimento podem ser considerados como opostos, porém, se complementam. Um não existe sem o outro, assim, o grande objetivo da memória é lembrar para não esquecer. Sobre essa afirmação, Paul Ricoeur nos diz que:

É de fato o esforço de recordação que oferece a melhor ocasião de fazer “memória do esquecimento”, para falar por antecipação como Santo Agostinho. A busca da lembrança comprova uma das finalidades principais do ato de memória, a saber, lutar contra o esquecimento, arrancar alguns fragmentos de lembrança à “rapacidade” do tempo (RICOEUR. 2007, p. 48).

Assim, fica evidente que memória e História possuem uma relação natural. Portanto, refletir acerca desses dois recursos nos possibilita atentar para a necessidade de entendê-las, assim como estudá-las em sua integralidade. Além disso, todos os autores e conceitos apresentados nas linhas acima tem por objetivo nos auxiliar na compreensão dos processos de rememoração de nossas entrevistadas, pois, como vimos, a memória não é estática, então é necessário considerar pequenas titubeações, visto que o que nos foi relatado são vivências de 40 anos atrás, logo, é o passado sendo contado sob a perspectiva do presente.

²¹⁵ Filósofo e matemático alemão que viveu entre os anos de 1859 e 1938, foi o responsável por elaborar o conceito de “fenomenologia”, que, em linhas gerais, observa os fenômenos e a reflexão sobre eles. Para saber mais, ver: ZILLES, Urbano. Fenomenologia e teoria do conhecimento em Husserl. *Revista da Abordagem Gestáltica*, Goiânia, XIII (2): 216-221, jul-dez, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v13n2/v13n2a05.pdf>. Acesso em: 19/07/2023.

Por fim, a partir do próximo tópico, nosso enfoque será sobre as políticas de memória adotadas no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, além de discutir acerca dos efeitos em relação ao esquecimento favorecidos através da promulgação da lei de Anistia, em 1979.

5.2 A Lei de Anistia brasileira: entre as políticas do esquecimento e as políticas de memória

Com o início do processo de distensão política, inaugurada pelo ditador-presidente Ernesto Geisel em 1974, o debate acerca das graves violações dos direitos humanos cometidas pelos agentes do Estado acabou sendo silenciado; enquanto nos países vizinhos, tais como Argentina, Chile e Uruguai, foram instauradas Comissões da Verdade já nos primeiros após a saída dos alagozes desses regimes autoritários do poder. Entretanto, no caso brasileiro, conforme já sinalizamos na introdução da tese, a Lei de Anistia (Lei nº 6.683/1979), que foi intensamente negociada e controlada em todo o seu período de duração, onde, a transição para a democracia deveria ser “lenta, gradual e segura”, acabou garantindo que os agentes que estavam envolvidos com repressão política permanecessem impunes. Além disso, garantiu, ainda, aos setores da elite civil, os quais estavam diretamente ligados à ditadura, sobrevivência como atores políticos importantes no cenário da época (Arturi, 2001, p. 11-12). De acordo com Silva Filho, a lei de anistia reverteu-se em um verdadeiro exército do esquecimento. Assim,

A sociedade brasileira encontra-se, portanto, ainda sob fortes efeitos das políticas de esquecimento que vieram com a ditadura e com a anistia. Parte expressiva da opinião pública, incluindo principalmente os mais jovens, sabe pouco sobre esse período repressivo. As Forças Armadas brasileiras ainda ostentam em seu seio o entendimento de que o golpe não só foi necessário como constituiu um ato de heroísmo patriótico. Muitos até chegam a duvidar que a tortura tenha de fato ocorrido em larga escala durante o regime. Muito recentemente é que um grande volume de informações contidas nos arquivos dos órgãos de informação do período foi disponibilizado ao público, restando ainda muitas outras sob sigilo e sob peremptória recusa seja da sua divulgação, seja até mesmo da sua existência (SILVA FILHO, 2009, p. 57).

No final dos anos 1970, com o intuito de modificar esse estado *sine qua non*, momento em que transcorria a transição de regime político para a democracia, este processo se deu mediante negociações entre as elites políticas, militares e poder judiciário, contrário aquilo que se acordou chamar de “risco de regresso autoritário” (O’Donnel; Schimitte, 1988). Além disso, esse contexto foi marcado pelo ressurgimento/reorganização dos movimentos sociais e grandes manifestações, tais como a campanha pela “Anistia ampla, geral e irrestrita”, em

1979, bem como pelo movimento das Diretas Já!, um pouco depois, no ano de 1984. Neste sentido, Camargo (2017, p. 14) afirma que a partir desse contexto de lutas por direitos civis, políticos e sociais, o Brasil passou a batalhar por um regime democrático, o qual se iniciou, em grande parte, por intermédio da organização da sociedade civil. Dessa forma, distintos movimentos sociais, novos partidos políticos, alguns setores da Igreja Católica, organizações de direitos humanos, dentre outros, tinham como objetivo impulsionar um projeto político novo, que fosse pautado na cidadania participativa, bem como na divisão dos poderes.

Entretanto, ainda de acordo com Camargo, há uma importante questão que se coloca para aquelas sociedades que vivem esse processo de transição de uma ditadura para a democracia, como é o caso do Brasil: o que se faz com os “escombros autoritários” que ainda estão presentes nas democracias e, em especial, como se faz para lidar com os crimes perpetrados por agentes do Estado enquanto estava em vigência um regime autoritário? Segundo a autora, este é um assunto que tem sido problematizado, sobretudo, no campo das pesquisas acerca da justiça de transição (JT).

Especificamente no Brasil, conforme nos demonstra a literatura sobre a justiça de transição, até o início dos anos 2000, as ações que visam o enfrentamento dos crimes cometidos durante o período ditatorial – que inclui a lei de anistia; a lei nº 9.140/1995, conhecida como “Lei dos Mortos e Desaparecidos”; e a lei nº 10.559/2002, que amplifica a condição de anistiamiento e cria a Comissão de Anistia – pouco (ou quase nada) avançaram, ficando apenas nos marcos de uma reparação econômica e moral. Portanto, concordamos quando a autora diz que “nesse período, não houve nem memória e muito menos responsabilização. Assim, dizemos que o processo de justiça de transição é incompleto no que se refere às reivindicações de memória, verdade e justiça nos crimes contra os direitos humanos cometidos [...]” (Camargo, 2017, p. 15).

O movimento pela Anistia, que surgiu no final dos anos 1970, como já pontuamos na introdução, expunha para a sociedade os crimes de lesa-humanidade cometidos pelos agentes da repressão com colaboração de grandes empresários e setores da imprensa (os aliados civis). Todavia, com a promulgação da lei de Anistia, houve uma tentativa por parte do governo de silenciar esse tema, recusando-o até que ele caísse no esquecimento. Segundo a historiadora Caroline Silveira Bauer (2014), esta lei funcionou como um “véu de esquecimento”, cujo intuito era encobrir as graves violações de direitos humanos e garantir aos algozes a impunidade em relação a estes crimes. Edson Teles complementa afirmando que “as diversas interpretações da memória permaneceram afásicas” (2009, p. 579) durante o processo de redemocratização devido a esse silenciamento. De acordo com o ditador-presidente João

Batista Figueiredo, “eu não quero perdão porque perdão pressupõe arrependimento e eu não estou pedindo a eles que se arrependam até de pegar armas contra nós. Eu apenas quero que haja esquecimento recíproco” (Bauer, 2014, p. 148).

Para Benito Bisso Schmidt (2007, p. 135) a partir da promulgação da lei de anistia, o sentimento de frustração tomou conta de muitos daqueles que lutaram contra a ditadura, já que a lei procurava impor, através de um decreto, uma espécie de “reconciliação nacional”, cuja seria baseada no esquecimento do passado. Portanto, seria uma tentativa de “virar a página” da história recente do Brasil. Entretanto, como já vimos anteriormente, aquela lei anistiou não só os presos políticos, os exilados e os clandestinos, mas também os mandantes, assim como os responsáveis por torturas e assassinatos. De acordo com Suzana Lisboa²¹⁶, que é uma das principais representantes da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos do Sul, expõe seu descontentamento:

A anistia conquistada trouxe ao país os presos políticos, exilados e clandestinos, mas os mortos e desaparecidos não voltaram sequer na forma de um atestado de óbito. [...] Os torturadores, mandantes e responsáveis pelas torturas e assassinatos não foram condenados, nem sequer julgados ou citados em processos criminais, a maior parte mantendo-se no anonimato até hoje. Por que foram, então, anistiados? Não pelo império da lei, mas através de uma interpretação da lei de que a abertura política poderia retroceder se houvesse por parte da oposição uma postura revanchista (LISBOA, 2004b, p. 161-2).

Schmidt afirma, ainda, que o conflito de memórias, examinadas em seu artigo, não terminou com a promulgação da lei de anistia e nem mesmo com o final da ditadura e, por conseguinte, com a recuperação das liberdades democráticas. Segundo o autor, os opositores

²¹⁶ Suzana Lisboa iniciou sua militância no movimento estudantil secundarista no final dos anos 1960 no Colégio Júlio de Castilhos, mais conhecido como Julinho, localizado na cidade de Porto Alegre. Naquele período, conheceu Luiz Eurico Liboa (o Ico), que também era militante do movimento estudantil, mas atuava na União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES). Juntos, participaram de ações para reorganizar o Grêmio Estudantil do Julinho, onde Suzana estudava. Para coibir a ação dos estudantes, o diretor do colégio acionou o DOPS, que acabou prendendo Ico e o enquadrando na Lei de Segurança Nacional, pela tentativa de reabrir uma entidade legal. Depois de prestar depoimentos, acabou sendo liberado. Entretanto, após esse episódio, os dois casaram-se em março de 1969 e em novembro passaram a viver na clandestinidade, devido o recrudescimento da repressão. Ico foi torturado e morto em 1972 e seu corpo enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, também conhecido como Cemitério de Perus, em São Paulo. Após sete anos de buscas incessantes pelo marido, Suzana encontrou o corpo de Ico no referido cemitério, pois, devido, às constantes trocas de nomes, Ico passou a utilizar o nome de Nelson Bueno, que, segundo o registro de óbitos do cemitério, constava como morto em setembro de 1972. Seu corpo foi o primeiro, dentre os desaparecidos políticos, a ser encontrado. Para maior conhecimento, ver: “O vazio da sepultura”. Sextante 60: encontros e desencontros, 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sextante/o-vazio-da-sepultura/>. Acesso em: 24/07/2023. “Não há democracia onde houver desaparecidos”. Entrevista especial com Suzana Lisboa. Instituto Humanitas – Unisinos, 2017. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/565160-nao-ha-democracia-onde-houver-desaparecidos-entrevista-especial-com-suzana-lisboa>. Acesso em: 24/07/2023. Sobre a descoberta das valas clandestinas no cemitério de Perus, assistir: GODOY, João. Vala Comum. YouTube, 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2AheyN37I8Q&ab_channel=PrimaveraQuente. Acesso em: 24/07/2023. BARCELLOS, Caco. Globo Repórter – Vala Clandestina de Perus. YouTube, 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yKBc7S4tSfU&ab_channel=Comiss%C3%A3oEstadualdaVerdade. Acesso em: 24/07/2023.

da ditadura justificam seus atos de rememoração como um “dever de memória”. Neste sentido, prossegue ele, para alguns, esse dever é como se fosse um “chamamento interior, relacionado à impossibilidade de esquecer” (Schmidt, 2007, p. 135). Benito cita o caso do jornalista e advogado, Flávio Tavares, o qual iniciou sua militância no movimento estudantil na UFRGS e depois migrou para a luta armada no final da década de 1960, participando do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Tavares afirma em seu livro “*Memórias do Esquecimento*” (1999), de maneira poética:

Eu me lembro tanto de tanto ou de tudo que, talvez por isso, tentei esquecer. [...] Sim, minha amada, o que os meus olhos viram às vezes tenho vontade de cegar. Esquecer? Impossível, pois o que eu vi caiu também sobre mim, e o corpo ou a alma sofridos não podem evitar que a mente esqueça ou que a mente lembre. Sou um demente escravo da mente. [...] Rima? Rima, sim, e até pode ser uma rima, mas não é uma solução. A única solução é não esquecer. [...] E por não esquecer te conto, minha amada. Como um grito de conto. Ouve e lê (TAVARES, 1999, p. 13).

Segundo Favieli Arguelho Vilarba e Paulo Bungart Neto (2019, p. 25), a introdução das memórias de Tavares pode ser vista como uma forma de desabafo, pois, utilizando uma linguagem nada formal e um tom de confissão, ele questiona a forma menos traumática de rememorar esse período tão trágico, mesmo tanto nos depois do acontecido. Estamos de acordo com Benito Schmidt quando ele afirma que, levando em consideração os inúmeros depoimentos das vítimas da ditadura, “o lembrar tem um sentido ‘pedagógico’: aprender com o passado a fim de evitar, no presente, a repetição de acontecimentos semelhantes” (Schmidt, 2007, p. 136). Talvez, não por acaso, o lema da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos do Rio Grande Sul, e demais coletivos com o mesmo intuito, seja: “Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça”.

Entretanto, as autoras Marília de Nardin Budó, Daniela Ruschel Malvasio e Nahara Bonatto (2017, p. 121) afirmam que o esquecimento das violações dos direitos humanos que ocorreram durante o período ditatorial brasileiro constitui uma importante barreira na sua superação. Por esse motivo, é de extrema importância discutir políticas públicas estatais de memória no Brasil, sobretudo, aquelas surgidas a partir dos anos 2000, no âmbito do poder federal, pois, o interesse pela memória do período ditatorial ainda se trata de um fenômeno político inédito. Isso significa debater a “vontade política de memória” que contrasta com a “vontade política do esquecimento”, imputada pelos militares e seus aliados civis com a edição da lei nº 6.683/79. Na democratização, o poder amnésico desta lei foi reafirmado pelo poder judiciário, assim como pelos poderes executivo e legislativo ao formularem as leis e a configuração das políticas públicas estatais relacionadas à herança deixada pelo passado ditatorial, promulgadas pelos governos democráticos.

Elizabeth Jelín (2001, p. 01) salienta que na América Latina, como um todo, questões de memória acerca das ditaduras, desenvolvidas, primeiramente, no plano cultural²¹⁷, mais adiante, passaram a estar presentes no plano institucional de vários níveis do Estado. Assim, entendemos que memória e silêncio constituem um binômio inseparável, principalmente quando relacionados aos estudos psicanalíticos, porém, não avançaremos nessa questão, pois é uma área que está fora da nossa alçada. O que nos interessa, realmente, são as políticas públicas estatais desenvolvidas no campo do poder federal. Dessa forma, pudemos perceber que as intenções dos atores políticos pretendiam criar instrumentos e normas que provocassem uma compreensão dividida desse binômio, que resultou em uma batalha política para impor, seja através de leis, discursos e políticas públicas, o silêncio ou permitir a memória.

De acordo com Marta Gouveia Rovai (2013, p. 110), a partir da criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV)²¹⁸ no Brasil, no ano de 2012, a memória testemunhal ganhou cada vez mais importância. Entretanto, como afirma a autora, esse processo não pode ser visto como lamento ou vitimização daqueles que se propuseram relatar sua história, mas sim, como uma possibilidade de compreender uma experiência tão dolorosa que muitos dos narradores viveram, e que marcou a sociedade brasileira entre os anos de 1964 e 1984. Ainda de acordo com a autora, a campanha pela abertura dos arquivos da ditadura, assim como a intensificação das pesquisas com a história de vida daqueles que sofreram com algum ato repressivo (prisão, tortura, exílio etc.) ou mesmo foram perseguidas pela repressão requer a compreensão de dois processos distintos, mas que se complementam: o direito e o dever de lembrar os traumas psicológicos e físicos e o de falar sobre eles; e o direito ao registro, à interpretação e à análise histórico desse período traumático vivido pelo Brasil.

²¹⁷ No final dos anos 1970, organizou-se o Comitê Clamor – uma entidade defensora dos direitos humanos – e estava vinculado à Arquidiocese de São Paulo e à Igreja Presbiteriana. O comitê foi fundado pelo advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, juntamente com a jornalista britânica, Jan Rocha, e pelo pastor Jaime Wright. Contou, ainda, com o apoio do arcebispo dom Paulo Evaristo Arns. As investigações realizadas por esse grupo resultaram no projeto Brasil: Nunca Mais (BAUER, 2014, p. 175).

²¹⁸ Para ter acesso ao relatório final, o qual foi produzido pela comissão que constituiu a CNV durante os anos 2012 a 2014. ver: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>. Acesso em: 24/07/2023. Além da CNV, cada estado brasileiro montou Comissões da Verdade. Aqui, a Comissão Estadual da Verdade (CEV/RS) foi criada pelo Decreto Estadual nº 49.380, de julho de 2012, cuja finalidade era auxiliar os trabalhos da CNV. A CEV/RS teve como objetivos averiguar e esclarecer as violações aos direitos humanos sofridos por indivíduos em território do Rio Grande do Sul, bem como com aqueles naturais do estado durante o período de janeiro de 1961 a outubro de 1988. O material colhido pela CEV/RS foi enviado para o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), onde sua equipe deu todo o tratamento necessário a esse material e, em 2017, foi lançado, então, o relatório final, que pode ser consultado na íntegra: <https://www.apers.rs.gov.br/instrumentos-de-pesquisa-e-promocao-do-acesso-aos-arquivos-catalogo-acervo-da-comissao-estadual-da-verdade-cev-rs> ou http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdep_m505/ccdh/Relat%C3%B3rio%20Subcomissao%20Verdade.%20Mem%C3%B3ria%20e%20Justi%C3%A7a.pdf. Acesso em: 24/07/2023.

Como sabemos, o país sofreu um golpe de Estado em abril de 1964 e ao longo desse processo, foi instaurada uma ditadura civil-militar que perdurou por longos 21 anos, até a eleição indireta do primeiro civil para a presidência, Tancredo Neves²¹⁹, em 1985. De acordo com o relatório da CNV, publicado em 2014, ficou evidente que aquele período havia uma prática sistemática de violação de direitos humanos, dos quais podemos citar alguns exemplos, como: detenções arbitrárias e ilegais, torturas físicas e psicológicas, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres. Tais violações acabaram sendo identificadas como políticas de Estado, já que foram criadas, autorizadas e implementadas por uma rede de comando que partia da Presidência da República e movimentava inúmeras estruturas, bem como agentes públicos. Ademais, os trabalhos da CNV mostraram que essa estrutura repressiva, que tinha por objetivo reprimir e eliminar qualquer que fosse a forma de oposição e denúncia dos governos militares, se sustentava através do apoio e financiamento da elite política e econômica brasileira. Assim, conforme afirma Alessandra Lopes Camargo, “nos 21 anos de ditadura civil-militar o estado brasileiro tornou-se terrorista” (2017, p. 14).

Portanto, quando nos referimos às políticas públicas estatais de memória no Brasil, estamos falando de um processo tardio se comparado a outros países do Cone Sul. A CNV, por exemplo, surgiu quase trinta anos após a criação da Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas da Argentina, no ano de 1983²²⁰. No caso brasileiro, a CNV foi instituída no sétimo mandato presidencial de um civil, enquanto na Argentina, a Comissão foi criada por meio de decreto presidencial logo após a posse do primeiro presidente civil, eleito via voto popular (Camargo, 2017, p. 49). Tudo leva a crer que, no Brasil, existe uma lógica política negacionista que é operacionalizada por leis e discursos que negam o acesso ao passado recente do país, incentivando o silenciamento institucional acerca das violações e dos crimes cometidos durante os 21 anos de ditadura civil-militar; além da dificuldade de acesso à memória e à verdade, cuja repercussão impactaram o processo de democratização.

De acordo com Bauer, que, em sua obra faz uma comparação entre as ditaduras brasileira e argentina e suas consequências, afirma que estes estados responsáveis pela conquista das estratégias de implementação do terror, também foram os destinatários das reivindicações, nos períodos transacionais e governos democráticos, sobre o passado ditatorial. Também foram os responsáveis pela elaboração de políticas de memória e

²¹⁹ Poucos meses antes de tomar posse, Tancredo Neves acabou falecendo em decorrência de complicações após a realização de uma cirurgia na região do abdômen. Foi sucedido por José Sarney, que era um apoiador dos governos militares. Ver: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/jose-sarney/>. Acesso em: 20/07/2023.

²²⁰ Ver: <http://www.desaparecidos.org/arg/conadep/nuncamas/7.html>. Acesso em: 21/07/2023.

reparação. Ainda segundo a autora, em virtude da omissão instituída ou não proposital, foram os responsáveis pelas políticas de desmemória e esquecimento. Corroborando com o que já vínhamos falando, ela afirma que “as diferenças entre os dois países são explícitas, porém, é importante lembrar que a Argentina, mesmo não sendo paradigmática, é um exemplo de garantia do direito à justiça e à verdade” (2014, p. 128).

Por fim, precisamos falar sobre as políticas de memória, que significam uma batalha contra o esquecimento. Em seu artigo, Soraia Ansara (2012, p. 306) propõe expandir na natureza do debate público trazendo à tona a memória das classes populares que se confronta com as versões construídas e fixadas pela história oficial, para que assim, haja a possibilidade de romper com o caráter ideológico e alienante da memória oficial e possibilitando a consolidação das esferas públicas da sociedade civil. Para tanto, a autora destaca alguns elementos que devem fazer parte das políticas de memória, para assim, traduzir-se em uma nova forma de ação política. Ansara destaca algumas ações que devem fazer parte das políticas de memória, dentre elas, estão: **a)** A memória de resistência das classes populares; **b)** Abrir os arquivos da época da Ditadura; **c)** A necessidade de reparação: não à impunidade; **d)** Preservar a memória da ditadura; **e)** Combate à repressão policial: não à criminalização da sociedade.

Para a autora, a memória de resistência das classes populares seria a memória construída pelos movimentos sociais que evidentemente desponta dos *subterrâneos* da história como uma memória de resistência. Tal memória está baseada na efetiva participação política que ocorrem nos espaços de luta cotidiana e na importância do conhecimento do passado para as lutas atuais. As narrativas dos entrevistados por Soraia Ansara, indicam a fundamental importância dos espaços de participação política como meio efetivo para conhecer de maneira crítica o passado e resistir ao autoritarismo, à violência e à repressão. Essas memórias que, segundo Michael Pollak, “[...] se contrapõem ao caráter destruidor, unificador e opressor da memória coletiva nacional. [...]”, isto é, “a memória entra em disputa” (1989, p. 04). Dessa forma, as memórias constituídas no meio dos movimentos sociais, são memórias construídas por aqueles que comumente estão mais propensos a atuar contra os aparelhos repressivos, promovendo uma ruptura com o cotidiano, protestando contra o conformismo político, bem como contra a submissão ao poder e a defesa da ordem que justifica a repressão. Levando em consideração o conceito de Pollak (1989) sobre memórias subterrâneas, esquecidas ou silenciadas, elas esperam o melhor momento para aflorar e que, muitas vezes, não são capazes de virem à tona naturalmente.

Sobre a questão da abertura dos arquivos da ditadura, vários grupos, tais como a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, as Comissões de Direitos Humanos, ONGs, os Grupos Tortura Nunca Mais (GTNM) seguem mobilizados por meio de campanhas e manifestações em prol da revogação do decreto de sigilo 4.553/2002, o qual impossibilitava a abertura dos arquivos da ditadura no prazo de 50 anos. Entretanto, após a redemocratização o Estado brasileiro deu um primeiro passo em direção à abertura dos arquivos. No primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ao assumir o cargo como presidente da República em 2003, “herdou” uma memória oficial sobre os acontecimentos da ditadura civil-militar brasileira, carente de aceitação, credibilidade e organização, que necessitava continuamente de um trabalho de sustentação (Pollak, 1989, p. 09), dado que preconizava que a ditadura era um assunto do passado, que predominava o princípio de conciliação e que retomar o assunto configurava como atitude revanchista (BAUER, 2014, p. 26) . No dia 18 de novembro de 2005 foi publicado o decreto nº 5.584 que retirava da ABIN os acervos do SNI, do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e da Comissão Geral de Investigações (CGI), determinando sua alocação no Arquivo Nacional. Essa decisão propiciou que muitos pesquisadores pudessem ter acesso a milhares de documentos sobre a repressão, além de possibilitar a todos os cidadãos brasileiros conhecer as informações que comprovam as ações de violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro.

Também em um dia 18 de novembro, o Brasil deu mais um passo rumo à democratização desses documentos ao promulgar a lei nº 12.527/2011²²¹. Sobre ela, podemos citar três mudanças essenciais: 1) extinção do sigilo eterno aos documentos; 2) fim da proteção de dados pessoais em casos de apuração de irregularidades, cumprimento de ordem judicial, defesa dos direitos humanos e, proteção de interesse público preponderante; e 3) abolição dos últimos entraves ao acesso público aos documentos da ditadura civil-militar sob a tutela do Arquivo Nacional. No ano seguinte, como já mencionado, foi instaurada a CNV que, em seu relatório final identificou 377 pessoas como autoras de graves violações de direitos humanos no período investigado e 434 vítimas fatais. Entretanto, salientamos que o número de vítimas é muito superior se levarmos em consideração todas e todos que sofreram indiretamente com as ações repressivas.

Seguindo as ações sugeridas por Soraia Ansara (2012, p. 308), a autora diz que para além da abertura dos arquivos, é preciso que haja uma reparação dos danos e perdas das vítimas da violência política no Brasil, assim como para seus familiares, que não descansam

²²¹ Ver: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 24/07/2023.

na tentativa de dar aos seus entes o direito de serem sepultados com dignidade. Importante frisar que indenizar aqueles que foram diretamente lesados ou aos seus familiares, bem como punir os responsáveis pelos crimes cometidos durante a ditadura brasileira. Essa ação faz parte dessa reparação e significa dizer não para a impunidade à sociedade. Conforme Ansara, a questão da impunidade pode ser responsável pela continuidade das violações dos direitos humanos, já que, o fato de os responsáveis pelos crimes cometidos ao longo dos 21 anos de ditadura não serem responsabilizados demonstra quão ineficaz é o Estado em solucionar os referidos crimes.

Neste sentido, o único avanço que tivemos, foi, após uma série de depoimentos colhidos pela comissão da CNV, apontar os nomes dos responsáveis pela execução de tais crimes. Além disso, de acordo com a introdução do Tomo I, parte III do relatório final da Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva” (São Paulo)²²², a família Teles²²³ e a família de Luiz Eduardo da Rocha Merlino entraram com uma ação judicial contra o ex-coronel do exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, que, durante a década de 1970, chefiou o DOI-CODI naquele estado. Entretanto, a batalha da família Teles se iniciou em 2005, quando moveram um processo contra Ustra em decorrência das violações em que os membros da família foram vítimas. Em 2008, Ustra foi condenado e declarado publicamente como “torturador” pela justiça. Essa decisão, mesmo que apenas declaratória, é bastante relevante, pois, pela primeira vez, a justiça brasileira reconheceu que um agente público praticou crimes de tortura no exercício de sua função contra presos políticos no período ditatorial. No caso Merlino houve a condenação do ex-coronel por danos morais em virtude de tortura, em 2012. A ação foi

²²² Para conhecer o trabalho desenvolvido pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva, acesse: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/>. E, para ler na íntegra sobre as ações judiciais das Famílias Teles e Merlino, ver: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_3_As-acoes-judiciais-das-familias-Teles-e-Merlino.pdf. Acesso em: 25/07/2023.

²²³ Quando nos referimos à família Teles, estamos falando de Edson Teles e Janaína de Almeida Teles, que são ex-presos políticos, pois, ainda crianças, com 4 e 5 anos respectivamente, foram sequestrados pela Operação Bandeirantes (OBAN) e levados à prisão junto de seus pais, em dezembro de 1972. Edson e Janaína são filhos de ex-militantes do PCdoB, Maria Amélia de Almeida Teles, mais conhecida como Amelinha, e César Augusto Teles. Nas dependências da OBAN, as crianças foram obrigadas a assistir as sessões de torturas de seus pais, as quais, muitas vezes, eram realizadas pelo próprio Ustra. Disponível em: <https://memoriasdeditadura.org.br/biografias-da-resistencia/edson-e-janaina-teles/>. Acesso em: 25/07/2023. Em decisão recente (28/06/2023), a Comissão de Anistia do Ministério do Direitos Humanos e Cidadania concedeu reparação a Edson e Janaína Teles, filhos de Amelinha que, como mencionado, foi vítima de torturas comandada por Ustra. Edson e Janaína entram com pedido de reparação àquele órgão, o qual votou unanimemente em favor dos irmãos. Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, “os irmãos Teles foram declarados anistiados políticos com reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação única, pela perseguição sofrida no período ditatorial”. E “após a votação do julgamento, a presidenta da Comissão de Anistia, Eneá de Stutz e Almeida, fez o pedido de desculpas em nome do Estado brasileiro e declarou que deseja que esse tipo de situação ‘não venha nunca mais acontecer com outras crianças’”. Sobre a notícia, ver: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/comissao-de-anistia-concede-reparacao-a-filhos-de-amelinha-teles-vitima-de-tortura-comandada-pelo-ex-coronel-do-exercito-brilhante-ustra>. Acesso em: 25/07/2023.

movida pela família de Luiz Eduardo, que à época tinha 23 anos e morreu nas dependências do DOI-CODI, órgão chefiado por Ustra²²⁴.

Ansara afirma que:

Tornar público à população as atrocidades cometidas contra os que opunham ao poder é dar um basta à violência política do Estado, possibilitando a denúncia da grave violação aos direitos humanos, a não repetição dos erros do passado, a não ocultação dos fatos e informações relevantes para a consolidação da democracia e a transparência no relacionamento entre Estado e sociedade (2012, p. 308).

Estamos de acordo com a afirmação da autora, porém, levando em consideração o ano de publicação de seu artigo, a CNV ainda estava em processo de constituição, então, essa ação, de alguma forma, foi executada. Porém, mesmo sabendo a importância da publicação do relatório da CNV, o qual conseguiu apurar todos os crimes perpetrados pelos agentes do Estado, a questão da impunidade a estes agentes ainda paira na sociedade brasileira, uma vez que o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) negou o direito à proteção judicial das vítimas, impedindo, com isso, uma investigação criminal dos acontecimentos encobertos pela lei de anistia, afirmando apenas o direito de acesso à verdade pela sociedade brasileira. E conforme já mencionamos ao longo deste trabalho, o Brasil é o único país do Cone Sul que não puniu judicialmente os mandatários das graves violações de direitos humanos. “*No hay verdad sin justicia*”, esse é o lema que expressa bem o Estado argentino que, no ano de 2005, através de sua Suprema Corte, declarou a lei local como anistia inconstitucional. A partir disso, foi possível indiciar cerca de mil agentes da ditadura; destes, 250 foram condenados por crimes graves, entre eles o ex-ditador Jorge Videla (Filippini, 2011, p. 26).

Uma das últimas ações sugeridas por Ansara seria a preservação da memória da ditadura, através de locais de memória, como por exemplo, as celebrações organizadas na Vala Comum do cemitério de Perus por grupos locais, assim como Movimentos de Direitos Humanos, sendo que naquele lugar se reflete sobre as vítimas da ditadura. De acordo com ela, “o fato de existir a vala comum não proporcionaria a memória do que aconteceu naquele lugar, mas seu caráter celebrativo, ou seja, sua rememoração coletiva e as atividades em torno do tema é que possibilitam a construção de uma memória coletiva da ditadura militar” (2012, p. 309). Esse exemplo trazido pela autora, confirmam a necessidade e a relevância de se

²²⁴ Como a família de Ustra entrou com recurso e o processo foi extinguido pela justiça paulista, a família de Merlino recorreu ao STF e ao STJ. Portanto, o caso ainda não foi encerrado. No dia 20 de junho de 2023, o STJ deveria julgar o recurso para reestabelecer a condenação do ex-coronel, que morreu em 2015, porém a sessão foi adiada e não tem data para ocorrer. A ação é movida contra as duas filhas do militar. Para acompanhar esse caso, ver: RICHTER, André. STJ adia julgamento de recurso para restabelecer condenação de Ustra: o relator, ministro Marco Buzzi, vai definir nova data do julgamento. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/justica/noticia/2023-06/stj-adia-julgamento-de-recurso-para-restabelecer-condenacao-de-ustra>. Acesso em: 25/07/2023.

elaborar políticas públicas que procurem, como aponta Perrone (2002, p. 109), “criar e manter espaços memoriais que ajudem a construir e alimentar a memória coletiva”, para que se questione as versões instituídas como memória oficial.

Em relação ao combate à repressão policial e a não criminalização da sociedade, Soraia Ansara (2012, p. 309) afirma que ainda convivemos com resquícios da ditadura, sobretudo em relação à estrutura policial. Essa estrutura permanece igual ao período ditatorial, já que ainda é comum o uso de torturas e espancamentos por parte dos policiais, além de abuso de autoridade policial através de ameaças, constrangimentos e agressões físicas. Mesmo que haja liberdade de se manifestar publicamente, não é incomum vermos cenas de violência policial contra manifestantes, seja contra grevistas ou para despejar famílias de maneira truculenta. Além do mais, a polícia brasileira age também de maneira preconceituosa contra a população de baixa renda e negros, quase sempre considerados como “suspeitos”. Essa violência truculenta, característica da ação policial, é uma violação contra o Estado Democrático de Direito e, essencialmente, contra os direitos humanos. Por tal motivo, consideramos de extrema importância a elaboração de políticas públicas de memória concretas, principalmente contra a violência e a favor dos direitos humanos.

Em 2008, a Comissão de Anistia²²⁵ do Ministério da Justiça deu início a uma série de campanhas que tinham como objetivo dar uma nova dimensão ao seu próprio papel político, segundo consta em seus relatórios anuais²²⁶. Um ano antes, Paulo Abrão foi indicado pelo então ministro da Justiça, Tarso Genro, para presidir a Comissão, responsável pelo lançamento do estudo intitulado “Anistia Política: educação para a democracia, cidadania e direitos humanos”, o qual originou dois importantes projetos: Marcas da Memória e Caravanas da Anistia. Ademais, também, nesse período iniciou-se as primeiras tratativas para a construção do “Memorial da Anistia Política”²²⁷. Com isso, percebemos que tais iniciativas

²²⁵ A Comissão de Anistia foi instaurada pelo Ministério da Justiça, no dia 28 de agosto de 2001, através da Medida Provisória nº 2.151. A Comissão tem como finalidade analisar os pedidos de indenização encaminhados por pessoas que foram impedidas de desempenhar suas atividades laborais por motivos exclusivamente políticos no período compreendido entre 18 de outubro de 1946 até 05 de outubro de 1988. Fonte: <http://memorialanistia.org.br/>. Acesso em: 26/07/2023.

²²⁶ Para maior conhecimento sobre os relatórios, ver: <http://docvirt.com/DocReader.net/docreader.aspx?bib=DocBNM&pagfis=75602>. Acesso em: 26/07/2023.

²²⁷ O Memorial da Anistia Política do Brasil era um projeto do Ministério da Justiça em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais e a Prefeitura de Belo Horizonte, cujo intuito era resgatar e preservar a memória da repressão política no Brasil, desde 1946 até os primeiros anos da redemocratização do país. O Memorial seria sediado no antigo prédio do Colégio de Aplicação da UFMG, conhecido também como “Coleginho”. A obra teve início no ano de 2009, porém, foram interrompidas por falta de recursos financeiros em 2016, quando toda a pesquisa histórica e o material expográfico foram entregues. Em 2019, a ministra da mulher, da família e dos direitos humanos do governo Bolsonaro, Damares Alves, anunciou o cancelamento da construção do Memorial, afirmando não há verba federal para finalizar o projeto. Para ler mais sobre, veja: RODRIGUES, Alex. Damares diz que governo cancelará construção do Memorial da Anistia. Agência Brasil,

tem como cerne o trabalho de memória, por meio da promoção e conservação dessas (Rosito, 2010). O projeto “Marcas da Memória: um projeto de memória e reparação coletiva para o Brasil”²²⁸ foi pensando para ir contra a noção de que anistia é sinônimo de esquecimento, uma vez que lhe foi atribuída a tarefa histórica de fazer a população se reencontrar com seu passado. Em Porto Alegre, alguns lugares que serviram como centros de detenção e tortura receberam uma placa com identificação histórica, para que assim, tais pontos se tornem conhecidos da população e para que não haja o apagamento histórico desses locais, onde muitos sofreram os mais variados tipos de violência²²⁹.

Outra iniciativa do projeto “Marcas da Memória”, foi a implantação das Caravanas da Anistia, as quais podemos entender como sendo uma política de reparação da memória. A característica delas era a realização de sessões volantes em que eram julgados os pedidos de anistia em espaços públicos e que eram seguidas de atividades culturais e educativas. Segundo Paulo Abrão, presidente da Comissão de Anistia: “a Caravana da Anistia nada mais é do que levar esse tribunal histórico aos quinhões do país, tirá-lo das paredes do Ministério da Justiça. Quem dera que nossos tribunais possam sair em breve se seus palácios de mármore e ir ao encontro do povo” (Abrão *apud* Rosito, 2010, p. 70). Todavia, desde o processo de

2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-08/damares-diz-que-governo-cancelara-construcao-do-memorial-da-anistia>; <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ufmg-recebe-ministra-em-visita-ao-memorial-da-anistia#:~:text=O%20projeto%20de%20constru%C3%A7%C3%A3o%20do,pesquisa%20para%20a%20produ%C3%A7%C3%A3o%20museogr%C3%A1fica>. Acesso em: 26/07/2023. Embora o Memorial da Anistia não tenha “saído do papel”, o *website* <http://memorialanistia.org.br/> conta com um amplo acervo para consulta popular, contendo relatórios, boletim informativo, livros, os números da Revista Anistia e processos da Comissão de Anistia, além de fundos e coleções sobre o Movimento Feminino pela Anistia, Comitê Brasileiro pela Anistia; conta também com um acervo virtual da Anistia, o qual foi disponibilizado pela Hemeroteca Digital Brasileira; assim como Anistia no arquivo do CISA; videoteca e acervo fotográfico.

²²⁸ Para acessar o projeto na íntegra: <file:///C:/Users/luisi/Downloads/memorias-da-resistencia-e-solidariedade-alta.pdf>. Acesso em: 26/07/2023.

²²⁹ Talvez o caso mais emblemático da cidade seja o do casarão na Rua Santo Antônio, nº 600, que, entre os anos de 1964 e 1966, funcionou como um dos primeiros centros de detenção clandestinos montados pela ditadura. O “Dopinha”, nome pelo qual é conhecido, era um órgão paralelo e funcionou como um “braço clandestino” do DOPS/RS (BAUER, 2006, p. 70). Em agosto de 2015, o Dopinha recebeu a placa que o identifica como um antigo Centro Clandestino de Repressão; entretanto, no dia 29 de outubro de 2020 foi relatado que a placa fora coberta com cimento, mas, em determinação do Ministério Público, ela foi recolocada. Nela, estão gravadas as seguintes palavras: “Primeiro centro clandestino de detenção do Cone Sul. No número 600 da rua Santo Antônio, funcionou estrutura paramilitar para sequestro, interrogatório, tortura e extermínio de pessoas ordenados pelo regime militar de 1964. O major Luiz Carlos Menna Barreto comandou o terror praticado por 28 militares, policiais, agentes do Dops e civis, até que apareceu no Guaíba o corpo com as mãos amarradas de Manoel Raimundo Soares, que suportou 152 dias de tortura, inclusive no casarão. Em 1966, com paredes manchadas de sangue, o Dopinha foi desativado e os crimes ali cometidos ficaram impunes”. Ver: ROMAGNA, Maria Eduarda. Caso Dopinha: como burocracia e ideologia dificultam preservação da memória. Sul21, 2022. Disponível em: <https://sul21.com.br/geral-1/2022/08/caso-dopinha-como-burocracia-e-ideologia-dificultam-preservacao-da-memoria/>. Acesso em: 26/07/2023. Para conhecer mais sobre o Dopinha: PEREIRA, Nadine Mello. *Usos do passado, usos do presente: o centro clandestino de repressão Dopinha em Porto Alegre (1964-2018)*. 2020. 130f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2020.

destituição da presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2016, o qual acabou culminando com o seu “*impeachment*”²³⁰ e, conseqüentemente, afastamento do cargo em 31 de agosto daquele ano, percebemos que as ações em prol às políticas públicas de memória acerca do período ditatorial sofreram com a falta de incentivo governamental²³¹, ficando a cargo apenas dos coletivos e ONGs (representados pela sociedade civil) a tarefa de manter essas políticas de memória “vivas”²³².

²³⁰ Colocamos entre aspas, pois acreditamos que a presidenta Dilma sofreu um golpe parlamentar naquele ano, cujo estava sendo articulado já há bastante tempo, pois, estamos de acordo com os autores Maurício Ferreira da Silva, Silvio César Benevides e Ana Quele da Silva Passos (2017, p. 17-18), que ao fazerem um estudo sobre o tema, afirmam que as políticas inclusivas adotadas ao longo dos governos petistas “desagradaram” as classes mais altas. Neste sentido, segmentos das elites econômicas e políticas conseguiram manipular o discurso anticorrupção e adicionaram nessa “fórmula” o descontentamento de vários setores da classe média em relação à inclusão das classes populares em espaços que anteriormente estava relegado exclusivamente aos seus (das universidades aos aeroportos). Segundo os autores, sua ação se iniciou ainda no episódio do chamado “mensalão” (2005) e se estendeu até as denominadas “jornadas de junho”, em 2013, que, de suas fileiras, conseguiu fornecer o elemento que faltava para dar cabo ao projeto político do PT: o povo. Todavia, apesar conceito impreciso, afirmam eles, esse “povo” se constituiu pela classe média, que serviu de base social para o golpe. Acertadamente, os autores concluem dizendo que “de concreto é possível referendar a tese de que o golpe possui alvo certo, sobretudo através de sua vertente do judiciário: a cassação dos direitos políticos de Lula, tornando-o inelegível e, com isto, “equilibrando” as forças no cenário eleitoral de 2018 que, como mostram as recentes pesquisas, inclina-se em todos os cenários para vitória do petista”. Para saber mais, ver: SILVA, Maurício Ferreira da; BENEVIDES, Silvio César; PASSOS, Ana Quele da Silva. *Impeachment* ou golpe? Análise do processo de destituição de Dilma Rousseff e dos desdobramentos para a democracia brasileira. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 9., 2017, Montevideu: ALACIP, 2017. p. 1-22. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6919>. Acesso em: 27/07/2023.

²³¹ Após quatro anos de governo Bolsonaro, sabidamente um entusiasta do período ditatorial, a Comissão de Anistia se reuniu pela primeira vez ao final de março deste ano para realizar sua sessão pública. Segundo a presidenta do grupo, Eneá de Stutz e Almeida, o objetivo do grupo é analisar de quarto a nove mil processos que foram julgados e negados indevidamente nas gestões anteriores. Além disso, ainda de acordo com Eneá, especificamente no período Bolsonaro, houve uma estratégia sistemática de negar os requerimentos em massa, assim como, uma tentativa de fechar a Comissão. Fonte: VILELA, Rafael. Comissão de Anistia planeja revisar mais de 4 mil pedidos negados: presidente do colegiado fala sobre a retomada da agenda de reparação. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-03/comissao-de-anistia-planeja-revisar-mais-de-4-mil-pedidos-negados>. Acesso em: 27/07/2023.

²³² Citamos aqui como exemplo, os projetos “Pedal pela Memória”, criado em julho de 2018 e coordenado pelo professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Fernando Nicolazzi. O “Pedal pela Memória” está vinculado ao Laboratório de Estudos sobre os Usos do Passado (Luppa)/UFRGS e as ações desse consistem em realizar passeios ciclísticos por locais de memória de Porto Alegre. Para conhecer mais acerca do projeto, ver: <https://www.ufrgs.br/pedalpelamemoria/> ou https://www.instagram.com/pedalpelamemoria_poa/. Sobre o Luppa, ver: <https://www.ufrgs.br/luppa/> ou https://www.instagram.com/luppa_ufrgs/. O outro projeto é chamado “Caminhos da Ditadura em Porto Alegre”, cujo mapa divide-se em quatro categorias: locais de repressão, memórias da repressão, locais de resistência e memória da resistência. Esse mapa surgiu em uma disciplina do curso de História da UFRGS, produzido, digitalmente, por Anita Natividade Carneiro, mestrande do PPGH/UFRGS e sua expansão só aconteceu por incentivo das professoras Carmem Gil (FACED/UFRGS) e Caroline Silveira Bauer (IFCH/UFRGS). Sobre o projeto, veja: <https://www.ufrgs.br/caminhosdaditaduraempuertoalegre/sobre/> ou https://www.instagram.com/caminhosdaditadura_poa/. Acesso em: 27/07/2023.

6 MULHERES E MILITANTES: MEMÓRIAS DE ATUAÇÃO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO GAÚCHO

Neste capítulo, que encerra a tese, iremos nos debruçar sobre as memórias de nove ex-militantes do movimento estudantil universitário gaúcho. Assim, no primeiro momento, iremos apresentá-las, rememorando suas trajetórias de vida, bem como se deu o ingresso delas no movimento estudantil universitário de esquerda. Após, discorreremos sobre a secundarização feminina nos espaços de poder do referido movimento social.

6.1 Memórias da militância: apresentando as narradoras

A partir das próximas linhas, o nosso enfoque será naquelas que consideramos serem as protagonistas desse trabalho. Para tanto, como mencionado no capítulo anterior, a escolha pela metodologia da História Oral para o desenvolvimento da pesquisa se justifica para que, no caso das mulheres, os relatos orais as coloquem como sujeitos no centro do que Marta Rovai chama de “grande história” (2017, p. 230), numa batalha contra outras memórias, que, muitas vezes, as colocam como criminosas (políticas) ou coadjuvantes, uma vez que, mesmo fazendo parte de movimentos de resistência contra a ditadura, permaneceram invisíveis, como veremos mais adiante. Por isso, mais uma vez, precisamos destacar o mérito da História Oral para reconhecer, como diz Portelli (1997), os sentimentos e o imaginário de homens e mulheres. Rovai afirma que:

As mulheres, em especial, descobrem pelas próprias palavras que suas experiências não são pequenas, menores, diante do processo monumental da história. A força que demonstraram residiu na habilidade em lidar com os estereótipos de fragilidade e confundir os repressores em busca de “benefícios”. Mostraram, por meio do “jogo de gênero”, sua coragem e ousadia, arriscando-se nos espaços políticos. Narrando, significam suas ações no passado e suas projeções de futuro. Descobrem que a memória é um espaço de conciliação, mas também de disputas e de recolocação de papéis (ROVAI, 2011, p. 55).

Portanto, ao colocarmos em prática o exercício de escuta, ele nos proporciona novos olhares e compreensão para as abordagens e estudos realizados sobre determinado tema. Isso auxilia, nesse caso, no estímulo do exercício entre pesquisador/a e “contador/a de história”, como pontua Daphne Patai (2010). Dessa maneira, a história de vida é um documento de grande valor, com relação ao qual não podemos fazer generalizações, já que cada história possui sua própria marca e significação, de modo que “[...] uma pessoa que conta sua própria história pode ser considerada, em termos convencionais, a detentora do material bruto sem o

qual o pesquisador não poderia realizar a elaboração do texto” (Patai, 2010, p. 27). Assim, o/a pesquisador/a detém o método de pesquisa para assim compreender, analisar e utilizar essa história através de um processo que converte as palavras faladas em escritas.

A pesquisa realizada teve como metodologia a história oral do tipo temática, pois foi composta dos seguintes temas: participação, gênero e militância, partindo de um assunto definido que trata das vivências e experiências das ex-militantes somadas às entrevistas a partir da vinculação destas mulheres ao movimento estudantil. Assim, propomos um recorte, já que há um ponto que conduz nossas entrevistadas a abordar o tema a ser relatado, fazendo-as exercer uma análise de sua memória para direcioná-las aos fatos de real importância para nossa pesquisa, ao recontar suas histórias. Entretanto, conforme já explicitamos na introdução da tese, elaboramos um roteiro para nos direcionar, pois, como referido anteriormente, a memória precisa ser ativada. Deixamos, porém, bem claro para as entrevistadas que iríamos interferir somente em momentos que julgássemos necessário.

Desse modo, os temas já discutidos até aqui foram colocados em significação por essas mulheres que participaram do movimento estudantil universitário de esquerda durante o processo de redemocratização do Brasil. No total, foram entrevistadas nove mulheres, sendo a grande maioria residente no Rio Grande do Sul, com exceção de uma, que mora em Santa Catarina. Em nosso estudo, ressaltamos a importância da memória e da oralidade feminina para compreendermos as relações de gênero existentes no movimento estudantil gaúcho²³³. À vista disso, nossa pesquisa busca contribuir para os estudos relacionados ao movimento estudantil não só do Rio Grande do Sul, mas também do Brasil; sobretudo em um período que ainda é pouco explorado, menos ainda quando são feitos recortes, como o de gênero, no nosso caso. Conforme afirma Daphne Patai:

A história oral não serve apenas para nos apresentar fascinantes relatos subjetivos – embora este seja um de seus maiores e duradouros atrativos. Ela é capaz de chamar atenção para a vida de seus narradores e as sociedades nas quais estas vidas são vividas. E se fracassasse nisso, não teria significado político algum. Não almeja estatuto ficcional; a história oral está enraizada no mundo de forma única (PATAI, 2010, p. 142).

As entrevistas foram conduzidas da mesma maneira com todas as participantes, pois as perguntas sobre o tema, as quais estavam presentes no roteiro que elaboramos previamente, foram feitas a todas elas, embora suas respostas, algumas vezes, nos direcionassem a temas diferentes e não somente aqueles pré-estabelecidos, de forma que elas não responderam

²³³ Entendemos que o relato dessas nove mulheres não tem a capacidade de traduzir o movimento estudantil gaúcho em sua totalidade, mas elucida alguns aspectos sobre o referido movimento através da perspectiva delas.

necessariamente às perguntas de modo direto. Todavia, não entendemos isso como uma problemática, afinal de contas, como já afirmamos, nosso roteiro não tinha a intensão de ser engessado, assim, deixamos as entrevistadas livres para relatarem da maneira que considerassem mais significativa a sua vivência enquanto militantes no movimento estudantil. Nesta perspectiva, Consentino afirma que:

Nesta técnica, o entrevistador lista uma série de temas que serão trabalhados durante a conversa e deixa que o participante fale acerca dos mesmos. O roteiro, feito antes da realização da entrevista, exige que o entrevistador conheça a história e o participante, a fim de que os assuntos mais relevantes sejam abarcados. Embora a lista de temas deva ser a mesma para todos os entrevistados, podem sugerir novos temas durante a entrevista (COSENTINO, 2013, p. 28).

A pesquisa desenvolvida buscou compreender, por meio das memórias contidas nas narrativas dessas mulheres que vivenciaram o movimento estudantil durante o processo de abertura política, o momento em que os movimentos sociais estavam se rearticulando e voltando a tomar as ruas em manifestações pelo fim da ditadura civil-militar no Brasil, além de empunharem outras pautas (vide movimento feminista, por exemplo). Além disso, nos interessa perceber como as temáticas feministas e de gênero entraram (e se entraram) na pauta das tendências estudantis que compuseram o movimento estudantil gaúcho no período supracitado, bem como o que o exercício de rememoração dessas ex-militantes nos revela sobre a participação feminina nestes espaços de poder reconhecidos como sendo majoritariamente masculinos. A questão norteadora, vinculada às narrativas das entrevistadas, se baseia em conhecer e elucidar a trajetória dessas mulheres a partir do momento em que ingressam na universidade e, conseqüentemente, no movimento estudantil, para, a partir disso, estabelecer uma relação com a participação, ocupação de espaços de poder, desafios enfrentados e preconceitos sofridos ao longo de suas trajetórias enquanto militantes, além de experiências desse período que carregam em suas vidas após a saída da universidade.

Como já pontuado, o trabalho foi realizado a partir de entrevistas com nove mulheres que atuaram no movimento estudantil gaúcho entre os anos de 1977 e 1985, no estado do Rio Grande do Sul, sendo que as narrativas colhidas foram de memórias de estudantes tanto de universidades públicas, como UFRGS e UFPel, como privadas, caso da PUCRS, UCS e FunBa. Num primeiro momento, nossa intenção era entrevistar apenas aquelas egressas de universidades públicas, por acreditarmos que essas instituições tenham sofrido mais com as intervenções militares. Entretanto, acabamos optando por entrevistar mulheres independente da instituição de ensino onde tenham estudado. E, no fim, foi uma decisão acertada, pois nos possibilitou fazer uma comparação entre a atuação dessas mulheres nessas diferentes

universidades (pública x privada). Para a escolha das entrevistadas, buscamos aquelas que ocuparam algum cargo dentro das entidades estudantis (DA, DCE, UEE/RS), justamente para fazer uma análise das condições encontradas por elas em cargos de poder.

Outra alteração necessária em nosso projeto foi em relação ao formato utilizado para a realização das entrevistas, pois, quando iniciamos o processo de coleta dos relatos, o mundo atravessava a pandemia de COVID-19²³⁴, uma doença respiratória altamente contagiosa e que ceifou milhares de vida no Brasil e no mundo. Dessa forma, precisamos fazer uso de ferramentas virtuais para a execução das entrevistas, tais como Microsoft Teams, Zoom, Skype e Google Meet. Com certeza essas ferramentas foram muito úteis para a elaboração do trabalho, uma vez que, sem elas, não teríamos como fazer as entrevistas presencialmente em razão dos decretos de isolamento e afastamento social impostos pela pandemia. Entretanto, passamos por algumas dificuldades tecnológicas, tais como o link da entrevista não funcionar, o computador e/ou a conexão com a internet falhar, interferindo, conseqüentemente, no desenrolar da mesma. A parte positiva de ter uma entrevista gravada é por revê-la e fazer análises de aspectos que, num primeiro momento, não foram percebidos, seja uma fala, um gesto, um silêncio... Diante do exposto, daremos início, então, a apresentação das nossas narradoras²³⁵ e, posteriormente, as análises pertinentes.

6.1.1 Angela Maria do Amaral²³⁶

Angela Maria Amaral foi a minha primeira entrevistada. Já possuía o contato de Angela desde a época em que estava desenvolvendo o trabalho para a dissertação de mestrado, porém, por falta de disponibilidade de ambas, não consegui entrevistá-la naquele momento. Passados alguns anos, entrei em contato novamente com ela, apresentando a pesquisa que estava sendo desenvolvida para a tese e se ela gostaria de conceder uma entrevista. Ao receber uma resposta positiva, passamos então para as tratativas de quando a entrevista seria realizada. Assim, em um dia de bastante calor, 05 de novembro de 2020, através do Skype, consegui colocar em prática a coleta dos relatos. Contudo, a entrevista com Angela foi marcada por alguns percalços.

²³⁴ A pandemia foi decretada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que a caracterizou dessa forma porque o termo se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. Fonte: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 28/07/2023.

²³⁵ Importante destacar que, a partir daqui, passaremos a escrever em primeira pessoa por se tratar de uma experiência pessoal da autora e que foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

²³⁶ AMARAL, Angela Maria. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes via Skype. Alegrete (RS), 05 nov. 2020. Fonte: acervo pessoal.

Na época, estava em Alegrete, minha cidade natal, com o intuito de me recuperar plenamente após passar por um problema de saúde bem sério. Além disso, naquele momento, meu bebê tinha seis meses de idade e ainda demandava muito de mim. Tivemos que interromper a entrevista duas vezes: a primeira delas para eu poder amamentar meu filho e a segunda, por problemas tecnológicos, pois meu computador “travou” e não consegui dar continuidade à entrevista. Tive, então, que fazer a troca de máquina para que, assim, pudesse continuar a entrevista com Angela. Outro pequeno problema que enfrentamos foi a qualidade da conexão com a internet, já que, em alguns momentos, ela caía, ocasionando o congelamento da imagem e, conseqüentemente, perda de alguns trechos da fala de Angela. Porém, entre um contratempo e outro, conseguimos concluir a entrevista.

Angela, nascida em 1964 na cidade de Rio Grande (RS), contou que provém de uma família de mulheres muito fortes e transgressoras, pois *“minha mãe sempre falava, [...] se o padre disse que não podia ler tal livro, era aqueles que ela tinha como referência de literatura necessária”* (Amaral, Angela Maria do. *Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020*). Segundo ela, já nasceu *“em plena ditadura”*, então não tinha muita noção sobre o que acontecia, até mesmo porque sua família não costumava conversar sobre política *“na mesa de refeições”*. Mas, na escola em que estudava, sempre escutava algumas coisas soltas e levava tais questionamentos para que sua mãe os esclarecesse, pois ela era sua referência e, de acordo com Angela, sempre teve muita liberdade para isso.

Quando ingressou no ensino médio, sua mãe lhe deu alguns textos e documentos que tratavam das questões dos direitos humanos e, após isso, começou a prestar mais atenção às notícias. Angela estudou em um colégio bastante tradicional, o Colégio Santa Joana D’arc, localizado no centro da cidade, e contou sobre o episódio de ataques terroristas em que bancas de jornais foram explodidas, tendo como principal alvo o jornal *Tribuna da Luta Operária*, o qual lhe despertou interesse: *“[...] tenho que conhecer esse jornal!”*. No caminho para a escola, ela comprou um exemplar do jornal e conta que *“[...] foi um alvoroço, porque as pessoas iam dizer que era muito perigoso, que eu tinha que ter cuidado, porque iam perseguir minha família e eu achando muito normal. Tudo supertranquilo”* (Amaral, Angela Maria do. *Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020*).

No verão de 1981, com 17 anos, Angela prestou vestibular para Agronomia na UFPel e ingressou na universidade no segundo semestre daquele ano. Quando o semestre letivo iniciou, ela contou que os calouros eram recepcionados pelos veteranos, geralmente alguém que já militava no movimento estudantil, e os veteranos questionavam: *“ah o que que tu achas disso e tal”* ao que ela respondeu: *“[...] eu já passei mais ou menos a noção que eu*

tinha. Que a gente vivia em um país onde não existiam liberdades democráticas e isso chamou atenção, porque normalmente as pessoas tinham um despertar dentro da universidade [...] era o natural” (Amaral, Angela Maria do. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020). Ela foi convidada, então, para integrar o grupo da Agronomia chamado “Mutirão” e, já a partir do primeiro semestre de curso, Angela começou a participar das reuniões do grupo, “[...], mas eu não entendia nada do que eles falavam, eu achava que era assim, um mundo completamente diferente[...]; contudo, ela contou que tinha apoio, sobretudo de sua mãe, para participar do movimento estudantil: “[...] eu tinha esse aval da minha família, porque a minha mãe me deu o recado ‘olha, tu vais para a universidade e tu participa de tudo. Participa do movimento estudantil, participa das atividades’, então eu me sentia bastante respaldada pela minha família[...].” (Amaral, Angela Maria do. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020). O “Mutirão” era um grupo que fazia oposição, dentro do DA da Agronomia, ao grupo “situacionista”. Ademais, como frisamos no segundo capítulo, as pautas desse movimento estudantil que se reorganizou a partir de 1977 eram bem diversificadas e o grupo do qual ela fazia parte não fugiu à regra, pois, conforme afirma Angela,

“[...] as nossas pautas eram bem mais amplas... então ao mesmo tempo em que a gente discutia a defesa da universidade pública, a gente também discutia a reforma agrária, discutíamos ecologia, feminismo [...] e aí como discutir feminismo dentro de um curso como a Agronomia? Que à época a proporção de homens, hoje mudou, mas era tipo 800 homens e 50 mulheres; e nós éramos muitas participando ativamente” (AMARAL, Angela Maria do. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Para Angela, as meninas que ingressaram na Agronomia antes dela foram as responsáveis por essa abertura para discussões mais diversas, principalmente sobre feminismo: “[...] eu sei que, quando eu cheguei na Agronomia, já tinha uma base, um patamar, já tinha um espaço que as mulheres tinham aberto e eu credito à ela [Jacira Porto] e à Rita [...]” (Amaral, Angela Maria do. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Angela foi a primeira mulher eleita para presidir o DCE da UFPel²³⁷ (gestão 85/86), porém, ela relatou que seu nome não era cotado para disputar o pleito pela sua corrente, a Resistência, mas sim um colega seu de curso. A composição da chapa era bem diversa, pois

²³⁷ Mais adiante iremos retomar essa questão.

contava com alguns estudantes ligados ao PCdoB, do PRC²³⁸, no qual Angela militava, e petistas contra uma frente liderada pelo PDT. Segundo ela, eram essas duas frentes que estavam disputando o DCE daquela universidade. Entretanto, ela nunca vislumbrou disputar e/ou assumir esse cargo, mas, como ela mesmo afirma, foi um “acidente”. Abaixo ela explica como ocorreu:

“[...] O que aconteceu foi que, pelo meu perfil, eu sempre era destacada para conversar onde tinha problema: ‘ah deu um problema lá na Meteorologia e o pessoal está indignado, não sei o que, diz que vão romper... Angela, vai lá e discute [inaudível por falhas na internet]” então eu tinha um bom diálogo e tinha trânsito para conversar. E foram essas pessoas, não foi a minha posição política que bancou o meu nome, justamente da Meteorologia e algumas pessoas da Agronomia. O pessoal da Agronomia inclusive disse que eu não poderia [inaudível por falhas na internet] [...]” (AMARAL, Angela Maria do. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Logo no início de sua gestão, a reitoria estava cogitando impor um aumento no valor da passagem dos ônibus que iam para o campus da universidade, que está localizado no Capão do Leão²³⁹ que, à época, era um distrito de Pelotas e fica cerca de 20km do centro da cidade. Lá estavam (e ainda estão) alocados os cursos das ciências agrárias, tais como Agronomia, Medicina Veterinária e Engenharia Agrícola. Ela destaca a organização para a ação política que o movimento estudantil universitário pelotense possuía, pois,

“[...] em questão de 2 horas, sem celular, sem telefone, sem internet, sem essas ferramentas, a gente conseguia reunir 70 pessoas, 50 pessoas do conselho de D.As; fazer um documento, aprovar um documento e aí já tinha o pessoal que ia ficar à noite escrevendo, um pessoal que ia rodar, pessoal que ia distribuir na manhã seguinte, quem ia fazer intervenção nas universidades, quem ia entrar nos ônibus para dizer o que estava acontecendo. Então era tudo muito rápido, com muita capilaridade [...]” (AMARAL, Angela Maria do. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Os estudantes decidiram que iam fazer uma ação de boicote, pois não iriam pagar o transporte até o campus. Angela frisa que, devido à organização dos estudantes, os riscos foram analisados por eles (estudantes), pois levaram em consideração que, ou o reitor retirava de circulação os ônibus, já que os alunos não pagariam a passagem e, por esse motivo, a realização das aulas estava em risco por uma decisão dele, ou os estudantes passariam o semestre todo pulando a catraca. O DCE confeccionou uma espécie de voucher, onde

²³⁸ No terceiro capítulo desta tese apresentamos os partidos políticos e suas respectivas tendências estudantis, além de grupos e/ou organizações de esquerda influentes no movimento estudantil.

²³⁹ A cidade emancipou-se do município de Pelotas em 03 de maio de 1982, por meio da Lei nº 7.647/82. Ver: <https://www.capaodoleao.rs.gov.br/curiosidades-sobre-capao-do-leao/>. Acesso em: 29/07/2023.

imprimiram uma nota destinada ao MEC para que este órgão enviasse mais verbas que deveriam ser destinadas à manutenção da universidade. A adesão ao boicote por parte dos estudantes foi de 100%. Portanto, foi considerada uma ação bastante exitosa, já que não houve aumento no valor das passagens e, segundo Angela, “[...] não tinha ninguém dizendo: ‘eu quero pagar’, sabe? [...] e tinha a questão que se a gente aceitasse pagar o transporte, daqui a pouco estava pagando RU, pagando a residência universitária e isso iria inviabilizar o acesso de muita gente [...]” (Amaral, Angela Maria do. *Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes*, 2020).

Outra ação narrada por Angela diz respeito à invasão da reitoria da UFPel, ocorrida na gestão anterior (1983/1984), presidida por Carlos Todeschini. Na época, o reitor Rui Antunes, sabendo da movimentação que os estudantes estavam organizando, viajou para Brasília e deixou a universidade aos cuidados de um coronel da Brigada chamado Leo²⁴⁰. Ao lembrar desse episódio, Angela ri, pois os estudantes brincavam com a situação dizendo que “[...] o Rui Antunes viajou e deixou a universidade ‘ao léu’ [risos]” (Amaral, Angela Maria do. *Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes*, 2020). A pauta reivindicada pelos alunos era por melhorias na universidade, que sofria por conta da precariedade no hospital-escola da Medicina, assim como nos diversos laboratórios: “[...] A gente estava nos anos 80, foi a década perdida. Era uma miséria, não tinha dinheiro para o papel higiênico [...]” (Amaral, Angela Maria do. *Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes*, 2020). O DCE estabeleceu uma pauta reivindicatória de todos os cursos da universidade e dirigiram os demais estudantes para o campus Capão do Leão, onde funcionava a reitoria. Lá, os estudantes tiveram dois dias de reunião (em cima de uma marquise) com o reitor e conseguiram negociar bastante coisa, afirmou Angela. O DCE levou até o campus uma caixa de som e microfone para que os alunos pudessem cobrar determinados compromissos firmados anteriormente pelo reitor. Angela explica que a intenção do DCE com essa ação era:

*“[...] permitir que os estudantes verificassem como funcionava o sistema de poder dentro da universidade. Como se dava uma negociação. Era algo mais próximo do que a gente imaginava como democracia direta. Nós éramos leigos. Muitas vezes as negociações eram realizadas pelos representantes com portas fechadas, com o reitor e pró-reitores, e no máximo, os estudantes sabiam o que acontecia nas reuniões pelos boletins informativos, jornal do DCE e tal, mas aí a gente fez uma coisa que eu acho bastante inovadora: levar todo mundo para participar e ver quais eram os argumentos [...]” (AMARAL, Angela Maria do. *Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes*, 2020).*

²⁴⁰ Essa informação nos chamou atenção, pois demonstra que ainda havia intervenção militar na década de 1980 na universidade.

Ao término de sua gestão, Angela disse “[...] ‘*não, agora preciso me formar [risos]*’”, porém, para isso, ela afirmou que foi cursar Psicologia na UCPel durante a noite “[...] *para poder suportar o dia na Agronomia. [...] E aí eu fui para um mundo cheio de mulheres, de ideias, de conceitos, para poder entrar na Agronomia, porque daí ficou muito mais hostil [...]*”. Ela conta que muitos professores a tratavam de maneira bastante desagradável e, a partir disso, ela narra dois episódios neste sentido:

“[...] Eu tive um professor de sementes que ele disse assim: ‘não adianta tu vir fazer a prova, eu vou olhar se tu estás vindo à aula’. O cara precisava dizer isso para mim? Ele não estava nem me dando a matéria! Tinha gente que cuidava de mim dentro da faculdade, sabe? Teve um outro caso, do professor de avicultura [...] que ele fez a chamada e viu ali: Angela Amaral e aí no final da aula ele disse assim: ‘mas tu és aquela Angela Amaral?’ eu fiquei pensando: ‘Por que será?’. Não posso ser uma estudante que vem para a aula, tem dúvida, conversa com o professor, educada, que tem urbanidade? [...]” (AMARAL, Angela Maria do. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Antes de concluir a graduação, Angela decidiu se afastar do PRC por conta de episódios de silenciamento que sofreu por parte de seus companheiros de partido²⁴¹, permaneceu apenas como secretária geral do PT em Pelotas, o qual ela via como um compromisso político. Então, quando essa etapa se encerrou, Angela continuou participando apenas do grupo feminista Gênese, grupo este mencionado no terceiro capítulo da tese. Em 1989, ela termina o curso de Agronomia, recebendo seu diploma no dia 03 de setembro daquele ano e, alguns dias depois, mudou-se para Natal/RN para trabalhar no Citibank, onde permaneceu por 16 anos, até que voltou para o Rio Grande do Sul para, finalmente, atuar na sua área de formação, como ela explica abaixo:

“[...] comecei um trabalho que, aí sim [...] é a minha paixão. Trabalho que eu realizei 4 anos em Canoas e agora mais recente, em Alvorada. Que é na área do meio ambiente. Em 6 anos, fizemos 4 parques. Aí eu vivi a poesia! Sabe a Agronomia que a gente falava assim: “ah tem um lado da poesia”, eu vivi o lado da poesia, claro, os desafios do setor público e tudo mais, participei da criação do plano de saneamento lá de Canoas também. Nossa, mas fui muito feliz. Finalmente usei meu diploma de Agrônoma [risos]” (AMARAL, Angela Maria do. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Questionada sobre as experiências adquiridas na época em que foi militante do movimento estudantil, Angela afirma que possibilitou a ela, e demais companheiras/os, ter uma visão mais plural, pois, naquele momento (final dos anos 1980), várias pautas estavam fervilhando no país, tais como a questão LGBTQIA+ e a questão ecológica. Segundo ela,

²⁴¹ Voltaremos a falar sobre isso mais adiante.

“[...] Eu lembro que, à época, em que a gente estava na Agronomia, a gente discutia ecologia, o pessoal dizia que a gente era comunista, imagina? Cuidar do meio ambiente era ser comunista! [...]” (Amaral, Angela Maria do. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020). De acordo com ela, seu único arrependimento desse período de militância diz respeito à questão feminina, pois “[...] acho que procuraria levar mais as mulheres junto, sabe? Mais de mãos dadas. Hoje eu acho que a gente está mais de mãos dadas, à época, a gente não estava tão assim... isso é uma coisa que eu faria diferente. É uma coisa que eu realmente faria diferente [...]” (Amaral, Angela Maria do. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

6.1.2 Lucia de Fátima Socoowski Anello²⁴²

Minha segunda entrevista foi realizada com Lucia Anello, a qual me foi sugerida por Renato. Meu primeiro contato com ela foi através do *Facebook*, porém, não obtive resposta. Renato, então, me passou o e-mail de Lucia e foi assim que se deu nosso primeiro contato. A partir disso, passamos a conversar via *WhatsApp* para marcar nossa entrevista. Assim, ~~numa~~ na tarde do dia 25 de novembro de 2020, conseguimos conversar sobre sua trajetória dentro do movimento estudantil. Lucia, que é natural de Rio Grande, iniciou, primeiramente, o curso de Educação Física no Instituto Porto Alegre (IPA)²⁴³. Posteriormente, foi transferida para a Universidade de Caxias do Sul (UCS), pois era jogadora de basquete semiprofissional, então, o clube pelo qual ela atuava, arcava com os custos de mensalidade daquela universidade. Ela conta que ingressou no ensino superior muito nova, tinha 16 para 17 anos, e logo que chegou à UCS, passou a participar de reuniões da tendência Liberdade e Luta (Libelu), em 1980.

Por se tratar de uma organização que atuava na clandestinidade, havia toda uma estrutura de segurança para proteger os militantes, tais como o uso de codinomes²⁴⁴, pois a presença de militares infiltrados, os chamados P2, ainda era uma realidade. Foi nesse contexto que Lucia passou a militar organicamente no movimento estudantil, já que, segundo ela, sua formação política começou quando passou a ler fragmentos de textos de Lênin, alguns textos de Marx e bastante material de Trotsky. A partir dessas leituras, o grupo (Libelu) começou a estudar acerca da organização partidária, instância, processo de centralismo democrático etc., ou seja, havia muito estudo teórico nessas formações.

²⁴² ANELLO, Lucia de Fátima Socoowski. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes via Microsoft Teams. Canoas (RS), 25 nov. 2020. Fonte: acervo pessoal.

²⁴³ Atualmente é o Centro Universitário Metodista IPA.

²⁴⁴ O codinome usado por Lucia era Camila.

Lucia conta que, por segurança, só participava das reuniões da Libelu quem fosse convidado por algum membro mais antigo e, mesmo assim, ainda havia níveis de segurança, bem como níveis de aprofundamento. Então, segundo ela, eles iniciavam a reunião falando sobre os problemas da cidade, da universidade etc., ou seja, problemas mais pontuais e pragmáticos. Ao longo da reunião, faziam um filtro e observavam quem havia convidado quem, pois questionavam: “[...] ‘quem te convidou para vir aqui e tal’ [...]”. Nesse exercício de segurança, descobriram que havia policiais do Exército infiltrados no grupo. A tática desses policiais era se aproximar das meninas, estabelecendo relações amorosas com elas para, assim, facilitar o “trânsito” nesses grupos estudantis (Anello, Lucia de Fátima Socoowski. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Lucia conta que morava em uma república mista, onde dividia casa com algumas pessoas, nove ao total, das quais cinco eram militantes no movimento estudantil e de diferentes tendências: um era comunista do PC, da Voz Operária; uma menina, da DS; Lucia e mais dois outros meninos eram *d’O Trabalho*. Havia dois outros meninos que não eram militantes. Sobre eles, Lucia diz: “[...] os guris eram ótimos! E os guris eram daqueles da colônia, bem da colônia. Então eles ficaram meio confusos com a gente, eu acho, sabe? Eles não sabiam certo o que pensar [...]” (Anello, Lucia de Fátima Socoowski. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020). Acabaram descobrindo que um P2 estava namorando a menina da DS, com o intuito de conviver com esse grupo de militantes. Sobre esse episódio, Lucia conta que: “[...] foi meio estranho, porque aí a gente se deu conta que o cara era milico, que estava namorando-a para conviver com a gente [...]”. Sobre esse episódio, ao fazer esse exercício de rememoração, Lucia afirma que:

“[...] Olhando com minha visão para trás, eles eram tão infantis e ingênuos quanto a gente estava na vida. Isso não era uma coisa, como vou te dizer, não era uma coisa orgânica deles, pessoas treinadas e tal. Até porque a gente também não oferecia ameaça. Na minha opinião, obviamente. Mas olhando com os olhos de hoje, na época a gente tinha certeza de que ia fazer a revolução [...]” (ANELLO, Lucia de Fátima Socoowski. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Lucia foi presidente do D.A. da Educação Física, assim como compôs várias chapas que concorreram ao DCE da UCS. Entretanto, todas essas chapas eram encabeçadas por homens. Às mulheres, eram destinados cargos menos relevantes. O DCE da UCS apresentou uma particularidade, pois foi só no ano de 1975 que houve eleições (indiretas) para aquela entidade, após três mandatos consecutivos de Ivo Sartori, que representava uma corrente denominada Unidos Unidade, a qual era composta majoritariamente por representantes da ala

jovem do MDB, porém, contava também com jovens oriundos do PCB. Essa gestão foi prorrogada duas vezes pela reitoria da universidade. Todavia, Sartori já havia saído da universidade e ainda representava aquela entidade estudantil. De acordo com Della Vecchia (2011, p. 261), a gestão de Sartori não pode ser caracterizada como “pelega” ou de direita, já que os jornais do DCE – *Jornal Universitário* – traziam artigos que criticavam o Decreto Lei nº 477, assim como a falta de democracia, além de defender a volta dos DAs e a necessidade da participação efetiva dos estudantes nas tomadas de decisão. Portanto, mesmo que não houvesse enfrentamento direto à ditadura, até porque isso era inviável naquele período, também não havia nenhum tipo de apoio a ela, conclui Della Vecchia.

Sobre as relações familiares e militância, Lucia conta que, pelo fato de sua família estar em Rio Grande e ela, estudando e jogando basquete em Caxias do Sul, seu pai e sua mãe nunca a impediram de participar do movimento estudantil. Segundo ela: “[...] acho que também porque não pedi permissão. Eu fui fazendo. Eu tinha muita autonomia. Então não, não tive [...] não era uma questão de eles aceitarem ou não aceitarem. Eu fui e fiz e não pedi permissão. Eu fiz [...]” (Anello, Lucia de Fátima Socoowski. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020). Mas seus pais tinham medo, afirma. Ela vem de uma família considerada progressista, embora não se assumissem de esquerda, mas também não eram de direita. Seu pai era operário “[...] aquele operário clássico[...]” e sua mãe, costureira, era brizolista. Além disso, ela narra um episódio que ilustra bem o período de ambiguidade que marca esse processo de abertura política brasileira, conforme já abordado ao longo da tese; uma vez que se acredita que nesse momento, início dos anos 1980, já não existia mais repressão aos opositores da ditadura.

Um dia, conta ela, a polícia chegou na casa de seus pais, em Rio Grande, perguntando se alguma Camila morava ali, se conheciam alguma Camila ou sabiam quem era Camila. Como seus pais não sabiam do uso de codinomes por Lucia, responderam que não conheciam nenhuma Camila. Numa ida de Lucia para Rio Grande no verão, seu pai comenta sobre o acontecido: “[...] Vieram aí uns caras perguntando de uma Camila, que eu não sei quem é. De uma Camila e de um Joaquim. Eu não sei quem era. não sei. Não entendi nada [...]”. Esse ocorrido comprova que os estudantes ainda eram muito vigiados, ao que Lucia reconhece que corriam muitos riscos: “[...] na época eu não tinha essa noção do real perigo que nós corríamos. A gente percebia, se cuidava, tinha liderança que cuidava [...]” (Anello, Lucia de Fátima Socoowski. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Ao ser instigada a elencar os momentos que mais a marcaram durante suas vivências dentro do movimento estudantil, Lucia começa dizendo que foi um período de muito

aprendizado. Lembra que o DA da Educação Física conseguiu organizar uma revisão de conteúdos do curso, pois, de acordo com ela, era um curso militarizado, já que antes de todas as aulas, deveriam fazer a chamada “ordem unida”, e, ao me perguntar se eu sabia do que se tratava (não sabia), explicou:

“[...] Bota todo mundo como se fosse um pelotão marcial, assim sabe? E direita, volver, esquerda, volver, marchando. E fazia esse exercício. A gente fazia esses exercícios, a turma ficava enfileirada, postada e o professor ficava [...] a gente ficava com muito treinamento militar mesmo, fazendo marcha, acertando o passo, aprendendo a dobrar todo mundo juntos. E isso é ridículo, né? E o curso de Educação Física era um curso militarizado. [...] eu tive uma aula de vôlei e antes da aula, eu tinha que fazer a ordem unida e a gente era treinado. O modelo da aula de Educação Física para a gente nas escolas era assim: cinco minutos de ordem unida para criar as condições da aula. Do ponto de vista didático, isso era um absurdo [risos]. Então nós conseguimos nos organizar para tirar isso do conteúdo [...]” (ANELLO, Lucia de Fátima Socoowski. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Outra mudança no conteúdo foi a reformulação de disciplinas comuns a todos os cursos da universidade, sendo essas as disciplinas básicas: Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) I e II²⁴⁵. Conforme Lucia: *“[...] tu entravas em qualquer curso e tinha que cumprir essas horas, que era uma formação cidadã geral [...], mas era uma barbaridade [...]” (Anello, Lucia de Fátima Socoowski. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).* Por serem disciplinas obrigatórias para todos os cursos, as turmas eram enormes, chegando a ter cerca de 200 pessoas e, por conta disso, os estudantes decidiram, em assembleia, entrar em greve do básico: nem os estudantes de direita aguentavam mais tais disciplinas, relata Lucia. Os estudantes pararam a universidade por dois dias. Lucia estava entre os negociadores com a reitoria e conta que conseguiram algumas vitórias:

“[...] E aí começou então a inserir outras disciplinas do básico. Entrou uma que era “Revolução de 30, Ideias, Homens e fatos”. Teve essa sobre a época do Getúlio Vargas, estudar o Getúlio Vargas [risos]. Economia da América Latina, era uma disciplina sobre economia na América Latina; além de EPB, que nós não conseguimos tirar, conseguimos colocar essas outras pautas mais abertas. E aí os estudantes da direita não gostaram muito, eles gostavam das coisas mais simples [risos], em geral. Mas a gente fez [...]” (ANELLO, Lucia de Fátima Socoowski. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

²⁴⁵ EPB era uma subdivisão da disciplina de Moral e Cívica. Foi regulamentada através do decreto nº 68.065, de 1971, e era direcionada especialmente ao ensino superior. Para saber mais, ver: GOMES, Luisiane da Silveira. *A atuação feminina no movimento estudantil universitário durante o processo de redemocratização do Brasil (Pelotas/RS: 1977-1985)*. 2017.193 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018. p. 114.

Sobre fazer militância em Caxias do Sul, Lucia pontua que, embora considere aquela cidade conservadora, não sentia muito os efeitos desse conservadorismo, já que, segundo ela, viviam em uma bolha. Era assim que ela via a universidade e suas relações interpessoais. Além, claro, do fato de ser de fora da cidade, estando lá apenas para estudar e jogar basquete, ela não se sentia pertencente àquela comunidade. Entretanto, afirma que era muito respeitada naquele lugar, pois, na percepção dela, dão muito reconhecimento ao trabalho. Sobre isso, Lucia explica:

“[...] eu não era da comunidade, entendeu? Eles são muito conservadores; então eu não estava integrada na comunidade e eles reconhecem muito o trabalho. Eu trabalhava muito, eu era uma boa aluna e eu trabalhava também. Trabalhava estagiando e era professora de basquete nas escolas. Eu apitava os torneios escolares, era árbitra de basquete, de vôlei, de ser estudante de educação física. Eu trabalhava para a delegacia de ensino, para Secretaria Municipal de Ensino. Então eu trabalhava muito. Eu estava sempre disponível para trabalhar quando eu podia. E isso eles respeitam muito [...], quem se envolve na comunidade. Então eu me envolvia na comunidade, era respeitada porque eu fazia isso. Eles precisavam de gente, me pagavam uma merreca, era o que eles conseguiam pagar e eu ia lá e apitava os jogos. A gurizada toda me conhecia das escolas, né? Estudante de ensino médio, na época não era ensino médio, era segundo grau [...]” (ANELLO, Lucia de Fátima Socoowski. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

No ano de 1983, Lucia conclui a graduação em Educação Física e, nesse mesmo ano, retornou para Rio Grande e se filiou ao Centro de Estudos Ambientais (CEA), ONG que ajudou a fundar e que atua na região sul do estado. Conta que, depois de formada, atuou como docente na sua área por pouco tempo, pois passou a militar e ser ativista da causa ambiental, se especializando nessa área. Conforme Lucia:

“[...] Eu saí de um movimento e entrei no outro, como ambientalista, e militei por muitos anos. E aí até larguei a Educação Física por conta disso. E nessa área ambiental, trabalhei e fiz mestrado, doutorado. Trabalhei nos governos do PT com essa área: trabalhei na FEPAM; trabalhei no IBAMA; Aí fiz essa militância petista clássica, de fazer parte do diretório de um partido, de fazer campanha para o Olívio, para o Lula [...]” (ANELLO, Lucia de Fátima Socoowski. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

No início dos anos 2000, ela ingressou no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), onde defendeu a dissertação intitulada *“O papel da Educação Ambiental no licenciamento ambiental. Estudo de caso: o*

sistema portuário de Rio Grande”, em 2003²⁴⁶. Dois anos depois, ingressou no mesmo PPG, onde desenvolveu sua pesquisa de doutorado, cuja tese *“Os programas de educação ambiental no contexto das medidas compensatórias e mitigadoras no licenciamento ambiental de empreendimentos de exploração de petróleo e gás no mar do Brasil: a totalidade e a práxis como princípio e diretriz de execução”*, foi defendida em 2009²⁴⁷. Desde 2010, Lucia é docente daquela universidade, estando ligada ao Instituto de Oceanografia²⁴⁸.

Ao rememorar sua trajetória, Lucia afirma que não há nenhum arrependimento, pois foi convidada a participar daquele grupo (Libelu) e não perdeu a oportunidade. Porém, analisando com “os olhos” de hoje, afirma: “[...] *Acho que eu não faria nada diferente, porque, claro, a gente faz o melhor que pode com as condições que tem, né? Hoje eu posso olhar para trás e dizer: “ah, faria diferente... não seria orgânica de algumas tendências; não entraria via trotskista” [...] Acho que era a oportunidade que eu tive, quem me convidou foram eles e eu entrei [...]”* (Anello, Lucia de Fátima Socoowski. *Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020*). Em razão da violência ditatorial, Lucia diz que, para sua segurança própria, seguiam regras rígidas. Além disso, era fundamental ser disciplinado, tanto para seguir tais regras quanto com as tarefas relacionadas ao grupo (vender exemplares do jornal, por exemplo, para financiar o movimento). Muito disso, ela ainda carrega consigo e diz que essa vivência que o movimento estudantil lhe proporcionou foi essencial para a sua construção enquanto cidadã.

Quando estávamos prestes a encerrar a entrevista, Lucia pede para narrar sobre a fundação da CUT e do PT, que, segundo ela, foi outra experiência que a marcou e que julgava necessário contar. Ao adentrar no movimento sindical se deparou, quase que exclusivamente com lideranças masculinas: “[...] *tudo cachaceiro, coçando as bolas, que a gente chamava, né? [risos]*”. Entretanto, nesse período, conheceu Geci Prates²⁴⁹, única mulher líder sindical e

²⁴⁶ Não possível localizar o trabalho, pois ele não consta no repositório do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da FURG. Ver: <https://ppgea.furg.br/dissertacoes-e-teses>. Acesso em: 27/10/2023.

²⁴⁷ ANELLO, Lucia de Fátima Socoowski. *Os programas de educação ambiental no contexto das medidas compensatórias e mitigadoras no licenciamento ambiental de empreendimentos de exploração de petróleo e gás no mar do Brasil: a totalidade e a práxis como princípio e diretriz de execução*. 2009. 189f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2009. Disponível em: https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/tde_arquivos/5/TDE-2010-03-04T091649Z-168/Publico/Lucia.pdf. Acesso em: 27/10/2023.

²⁴⁸ Fonte: <http://lattes.cnpq.br/8636516243687298>. Acesso em: 04/08/2023.

²⁴⁹ Geci Lautert Prates foi uma importante líder sindical caxiense e uma das fundadoras do PT, tanto em esfera nacional quanto local. No ano de 1982, concorreu ao governo do estado numa chapa encabeçada por Olívio Dutra, sendo a primeira mulher a ser candidata ao cargo. A história de Geci é mais uma dentre tantas outras de mulheres invisibilizadas pela história, pois não encontrei nenhuma produção acadêmica sobre a trajetória dessa mulher que, com toda certeza, fez história em Caxias do Sul e no Rio Grande do Sul como uma referência do movimento sindical. O pouco que encontrei sobre sua vida consiste em algumas reportagens em jornais quando

que atuava como sindicalista na indústria alimentícia de Caxias do Sul. Essa convivência com Geci deu toda a base para que Lucia pudesse fazer debates nesse local, pois, como ela mesma afirma,

“[...] Ai a gente (Libelu) fazia um debate: ‘como é que organiza os trabalhadores?’ se organizava nas fábricas ou organizava nas casas. Esses eram os debates. Então a gente começou a organizar [...] eu achava que tinha que organizar na fábrica, mas aí a ordem era a gente tentar organizar nas comunidades, nas cohab’s. Pô, eu não era da comunidade, como é que eu ia organizar? Eu disse: ‘ah eu vou para o movimento sindical, mas eu não sou daqui o pessoal que é daqui que vai fazer aqui, né?’ Imagina como é que eu ia fazer essa organização. Então, a Geci foi uma convivência espetacular, porque ela era a única mulher que era liderança sindical [...]. Era muito legal, porque as mulheres eram do sindicato dos professores e a Geci, que era do trabalhador mesmo, do operário, eu achava muito legal [...]”

E conclui dizendo que:

“[...] Então, esse aprendizado tanto de fundação do PT como a fundação da CUT, foi espetacular. Eu nem era filiada, porque na época eu era menor de idade. Eu me filiei como se fosse uma filiação interna. A gente fazia uma ficha interna, porque naquela época não votava quem tinha 16 anos. Tu me perguntaste o que tinha sido marcante. Por isso eu estou falando sobre isso. Estar no movimento estudantil permitiu esse acesso a eles para mim, o da retomada democrática do país. E ouvir falar no Lula e no movimento do ABC e ali, em Caxias, que os metalúrgicos eram fortes e o movimento operário forte, participar da reunião deles era muito legal, aquele modelo de sindicato, eu aprendi muito ali [...]”

6.1.3 Maria Rosilane Zoch Romero²⁵⁰

O contato com Rose Romero, como é mais conhecida, aconteceu através de Angela, pois, segundo Angela, elas ainda mantêm uma relação de amizade até hoje. Nosso primeiro contato foi via *WhatsApp*. Assim, passamos a conversar sobre a possibilidade de realizar uma entrevista. Todavia, a entrevista com Rose também contou com alguns contratemplos, sobretudo em relação às plataformas digitais, uma vez que ela não conseguia acessar os links que eram enviados. Até que, no dia 02 de dezembro de 2020, conseguimos realizar a entrevista. Rose, que é natural de São Gabriel, município localizado no Centro-Oeste do Rio Grande do Sul, contou que, com quase 16 anos, seus pais a enviaram para estudar em Porto

ela faleceu, no ano de 2011, em decorrência de um câncer de mama. Fonte: Virissimo, Vivian. Falece em Caxias líder sindical e fundadora do PT Geci Prates. Sul21, 2011. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-noticias-2/2011/06/falece-em-caxias-lider-sindical-e-fundadora-do-pt-geci-prates/>. Acesso em: 05/08/2023.

²⁵⁰ ROMERO, Maria Rosilane Zoch Romero. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes via Skype. Canoas (RS), 02 dez. 2020. Fonte: acervo pessoal.

Alegre, no Colégio Marista Champagnat, o qual se localiza dentro das dependências da PUCRS e é considerado um dos mais tradicionais da capital gaúcha. Quando chegou a Porto Alegre, em 1977, Rose foi morar com seu irmão mais velho, que havia recém se casado. No ano em que ingressou no Champagnat, ela se integrou ao Grêmio Estudantil, onde começou a participar ativamente das atividades da entidade, principalmente, de manifestações de rua, que estavam voltando a acontecer no país naquele período. Além do mais, a gestão criou um jornal e “[...] o DOPS saiu atrás de nós [...]”. Rose concluiu dizendo que, por conta da repressão,

“Alguns colegas tiveram que se esconder e eu fui devolvida para minha casa. Meu irmão me devolveu para São Gabriel. Isso lá por agosto ou setembro já. As aulas tinham iniciado em março, porque eu estava no outro mundo e eu descobri outro mundo. Lembro que naquele ano teve os protestos na UFRGS, polícia de choque, gás lacrimogênio, a gente estava em todas. Eu comecei aí. Isso foi 77 [...]” (ROMERO, Maria Rosilane Zoch Romero. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Ainda sobre o seu período no Champagnat, ela lembra de um episódio bastante interessante ocorrido logo que ela ingressa na escola, em que os Maristas levaram alguns estudantes para um Seminário em Viamão, que era coordenado pela ordem e, segundo Rose, ela imaginou que “[...] a gente ia rezar, uma coisa assim, certo? [...]”. Entretanto, segundo a entrevistada, tratava-se, na verdade, de um curso de formação, patrocinado pelos Maristas, para jovens lideranças. Abaixo ela explica como funcionou:

“[...] Eu me lembro que a gente fez [...] era uma coisa bem para quem estava começando. Eles nos botaram em muitas palestras, e nos colocaram num jogo. Era uma espécie de brincadeira: dividiram em três grupos. Era um joguinho e tinha três grupos e tinha uma pessoa lá, um padre que comandava o jogo, explicava, dava as regras e ia acomodando. À medida que o jogo avançava, ele ia dando todos os privilégios para um grupo, uma alguma coisa para o outro e detonando o terceiro grupo, sabe? Eles foram criando aquela ideia da sociedade de classes. Tudo muito básico. Então para mim foi um furacão, porque em poucos meses, o mundo virou de pernas para o ar para mim. [...] Porto Alegre, foi o furacão na minha vida [...]” (ROMERO, Maria Rosilane Zoch Romero. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Após esse “furacão”, ela acabou retornando para São Gabriel, pois “[...] resolveram me deixar quieta lá, porque eles estavam preocupados comigo. Aí eu fiquei em São Gabriel [...]”. Na cidade, ela deu continuidade aos estudos, mas acabou repetindo de ano, pois “eu não sabia nada do que estava acontecendo na aula”. Depois de terminar o ensino médio, foi morar em Santa Maria (RS) para fazer curso preparatório para o vestibular, no ano de 1979.

Naquela cidade, foi morar com outras meninas no apartamento de um casal de idosos, que, segundo Rose, tomava conta delas. Ela conta que na frente do prédio existia uma casa que, segundo a entrevistada, era uma espécie de república, onde viviam vários nicaraguenses e, naquele ano, estava começando a Revolução Sandinista²⁵¹. Então ela conta que: “[...] *claro que eu já me enfiei lá. Acabei namorando um nicaraguense. Eu sempre achava a esquerda em algum lugar! [risos]*” (Romero, Maria Rosilane Zoch Romero. *Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020*).

Em 1980, Rose ingressou no curso de Agronomia da UFPel. Entretanto, afirma que, no início, não se envolveu com o movimento estudantil, sendo a Agronomia/UFPel um curso com bastante peso no movimento, pois, desde a primeira eleição direta para o DCE da universidade, em 1979, todos os presidentes da entidade eram oriundos desse curso, com exceção de Gerson Madruga da Silva, que era acadêmico de Medicina Veterinária (Gestão 1982/1983). Participou desde o início das articulações do D.A., mas como independente. Foi somente no segundo ou terceiro ano de curso que ela aderiu à Resistência, tendência mais forte dentro da Agronomia, e, posteriormente, entrou para o PRC.

Rose conta que “[...] *juntando mulher com esquerda, movimento estudantil, anos 80, marginais! Nós éramos absolutamente marginais [...]*” (Romero, Maria Rosilane Zoch Romero. *Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020*). Por esse motivo, os colegas tidos como “tradicionais” não as convidavam para as festas, nem se relacionavam com essas mulheres. Segundo ela, sentia-se muito isolada em relação aos demais colegas, já que havia essa discriminação. Mas, como a cidade contava com duas grandes universidades, os relacionamentos estavam restritos apenas aos companheiros que também eram ligados à esquerda. As mulheres, principalmente, tinham uma relação de bastante proximidade entre si, até para se sentirem protegidas e/ou amparadas caso alguma coisa lhes acontecesse.

Quanto à sua militância e à relação com a questão familiar, seus pais tinham conhecimento de que Rose era militante do movimento estudantil de esquerda, porém não sabiam que ela estava ligada a um partido clandestino. Ela conta que “[...] *ai tem as especificidades da minha família. Meu pai e minha mãe... [pausa] acho que eles se preocupavam, mas confiavam também, do jeito deles; apesar de serem politicamente conservadores [...]*” (Romero, Maria Rosilane Zoch Romero. *Entrevista concedida a Luisiane*

²⁵¹ No dia 19 de julho de 1979, guerrilheiros da Frente Sandinista pela Libertação Nacional (FSLN) tomaram as ruas da capital da Nicarágua, Managua, para dar início ao levante que colocou fim à ditadura dos Somoza, família que comandou o país por mais de 40 anos. Para saber mais, leia: <https://www.brasildefato.com.br/2019/07/19/ha-40-anos-revolucao-sandinista-triunfava-na-nicaragua-pondo-fim-a-ditadura-somoza>. Acesso em: 01/08/2023.

da Silveira Gomes, 2020). De acordo com Rose, sua mãe foi sua primeira referência de feminista, mesmo que ela não se considerasse como tal, principalmente porque sua mãe vem de uma geração em que as mulheres eram educadas para servir ao lar, ao marido e aos filhos, como ela explica:

“[...] A minha mãe foi a primeira feminista que eu conheci. Ela não se dizia feminista, mas ela era porreta. Uma mulher muito independente, muito decidida, muito forte. E o meu pai era uma pessoa razoavelmente liberal para a época e hoje eu percebo isso. [...] meu avô deixou a minha mãe fazer apenas o primário. Mulher não precisava estudar mais e ela se casou já com esse plano: ‘Olha, eu estou me casando, mas eu vou estudar!’. E meu pai nunca se opôs porque nunca foi machista com ela. Nada, de jeito nenhum. Então ela estudou, ela se formou [...]” (ROMERO, Maria Rosilane Zoch Romero. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Rose acredita que esse fato facilitou para que ela fosse independente e buscasse seus objetivos, pois a única coisa que seus pais falavam era: “[...] ‘Olha, tu vais estudar, trabalhar e ter a tua vida’. Era só o que me diziam [...]”. Portanto, ela não foi educada para casar-se, já que não ouvia coisas do tipo: “[...] meu pai e a minha mãe nunca me disseram ‘Não! Quando tu casares vai ter uma casa e aí...’ nada! [...]”. Então, para Rose, ela não recebeu uma educação machista, o que possibilitou, como mencionamos acima, que ela fizesse suas próprias escolhas.

Ao ser questionada sobre o medo da repressão, já que, embora o país estivesse vivendo o período de abertura política, a violência policial ainda estava presente, sobretudo, no monitoramento aos movimentos sociais, Rose afirma que não sentia medo, pois “[...] pode ser que fosse irresponsabilidade minha, mas eu não tinha [...]”. Segundo ela, em Pelotas, não tinha essa sensação, já em Porto Alegre, sabia que a repressão era mais intensa, ao que afirma “[...] em Porto Alegre, sim, ali tu percebias que estava correndo riscos. Se te pegassem, não sei o que fariam contigo [...]”. Ainda sobre essa temática, ela relembra um episódio ocorrido em São Gabriel quando ainda era criança: “[...] eu me lembro de criança, que uma vez alguém brincou com a minha mãe, com minhas tias que o Brizola estava ali. Elas levaram um susto porque o Brizola [...] até o Brizola assustava. Então as pessoas tinham muito (medo). Eu lembro do medo dos outros, isso eu lembro bem [...]” (Romero, Maria Rosilane Zoch Romero. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Além desse acontecimento, também narrou outro episódio que a marcou na infância. Um dos quarteis da cidade²⁵², próximo à casa de sua família, incendiou e foi um verdadeiro terror para todos os moradores do bairro, uma vez que “[...] a gente ficou uma manhã escondido debaixo da cama, com as bombas voando por cima. [...] A gente encontrava granadas não detonadas nas parreiras. Foi uma loucura aquilo [...]”. Entretanto, esse foi um episódio completamente silenciado pelo regime militar, pois “[...] é uma história que não se conta em lugar nenhum. Eu nunca vi um registro desse fato, em nenhum jornal, nada. Era como se aquilo não tivesse existido. Mas as pessoas todas que moravam naquele bairro ali, sabem que aquilo aconteceu [...]” (Romero, Maria Rosilane Zoch Romero. *Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020*).

Já na universidade, ela lembra de um dos momentos que mais a marcaram: uma assembleia que aconteceu no Estádio Bento Freitas²⁵³. No dia 06 de abril de 1981, os DCEs da UFPel e da UCPel convocaram os estudantes para uma assembleia geral, em suas respectivas universidades, para deliberar acerca de uma greve que coincidiu com os dois dias de paralisação propostos pela UNE para os dias 08 e 09 daquele mês. Entretanto, os estudantes resolveram entrar em greve por tempo indeterminado. Essa greve durou 16 dias. Dois dias após a realização dessa primeira assembleia, o DCE da UFPel convocou, novamente, uma assembleia geral que, dessa vez, contou com cerca de 2 mil alunos, por isso ela foi realizada no Bento Freitas. Na saída, para controlar a situação, foi mandado um pelotão de choque da Brigada Militar de Porto Alegre, pois, devido ao número de estudantes, a cidade não tinha contingente suficiente para conter esses jovens. Essa ação tinha como objetivo principal impedir uma passeata dos estudantes até a Praça Cel. Pedro Osório, prevista para acontecer logo após o término da assembleia. Não havendo possibilidade de realizar tal ato, os estudantes deixaram o estádio em pequenos grupos cantando estrofes do hino nacional (Gomes, 2017, p. 92). Segundo Rose:

“[...] era uma assembleia no Bento Freitas, no final de tarde de março da vida [...], abril. E nós saímos da Assembleia e a polícia de choque estava nos esperando. Eu me lembro disso porque [risos] nós levamos um susto. Sabe, eram muitos estudantes e tinha aquele povo todo de capacete, aquele negócio todo para

²⁵² A cidade conta com três quarteis do Exército brasileiro, sendo eles: o 6º Batalhão de Engenharia de Combate, 13ª CIA de Comunicação e o 9º Regimento de Cavalaria Blindada. Fonte: <https://www.saogabriel.rs.gov.br/pagina/sao-gabriel-terra-dos-marechais#:~:text=S%C3%A3o%20Gabriel%20possui%203%20Quart%C3%A9is,9%C2%BA%20Regimento%20de%20Cavalaria%20Blindada>. Acesso em: 02/08/2023.

²⁵³ O estádio Bento Freitas está localizado no centro de Pelotas e é a “casa” do Grêmio Esportivo Brasil, mais conhecido como Brasil de Pelotas ou, também, Xavante. Fonte: <https://www.gebrasil.com.br/estadio/>. Acesso em: 27/10/2023.

bater em nós. Mas não bateram. Não que eu saiba, porque nós saímos comportadamente, ninguém ia fazer nada. Era para nos intimidar [...]” (ROMERO, Maria Rosilane Zoch Romero. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Rose cita algumas outras situações vivenciadas por ela que, porém, iremos abordar no próximo tópico desse capítulo. Ela concluiu o curso no final do ano 1985 e, logo após, mudou-se para Santa Cruz do Sul, onde ingressou no curso de Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), o qual concluiu no ano de 1996. Em 2009, defendeu sua dissertação de mestrado, intitulada “*Erotismo, velhice e conhecimento em O amor em tempos de cólera*”, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração Leitura e Cognição²⁵⁴. Em Santa Cruz, Rose atuou, desde o início dos anos 1990, junto à equipe de jornalismo da *Gazeta do Sul*, desempenhando várias funções de edição, bem como diretivas, dentre elas, a de editora-chefe, ficando responsável por toda a produção e edição dos conteúdos do jornal até sua aposentadoria, em 2017. Rose nunca atuou como agrônoma.

Após sua saída da UFPel e com sua mudança para Santa Cruz, Rose conta que seguiu militando por pouco tempo no PT, pois, segundo ela, só não podia continuar a militância por conta de seu trabalho. Também sofreu perseguições por conta de seu posicionamento político: “[...] *todo mundo sabia o que eu pensava, eu nunca escondia. Sempre fui identificada como alguém de esquerda. No meu trabalho, sofri muitas perseguições. Diziam, sou de uma cidade pequena, ‘Ah ela é do PT, por que fulano a mantém trabalhando lá se ela é do PT?’ [...]” (Romero, Maria Rosilane Zoch Romero. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).* Afirma que, atualmente, se reconhece apenas como feminista e vê a questão do feminismo e emancipação econômica das mulheres como algo extremamente importante. Neste sentido, ela explica:

“[...] Agora, eu acho que é fundamental a questão feminista. E eu não acredito no poder das mulheres se a gente não detém o poder econômico. Olha, se tu não ganhas o teu dinheiro, tu está... [...]. Eu não acredito em uma relação em que a mulher ganhe muito menos que o homem e que ela esteja bem. Eu não conheço, e se me disserem que tem, eu não acredito. Acho que é terrível, passa por aí. Tem que ter o teu dinheiro. Tu tens que ter a capacidade de abrir a porta e dizer ‘olha aqui ó! Vai a merda e eu estou caindo’ [...]” (ROMERO, Maria Rosilane Zoch Romero. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

²⁵⁴ Para maior conhecimento, ver: ROMERO, Maria Rosilane Zoch. *Erotismo, velhice e conhecimento em O amor em tempos de cólera*. 2009. 104f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/386>. Acesso em: 02/08/2023.

Quando pedi para Rose fazer uma reflexão sobre o período de vivência enquanto militante do movimento estudantil, ela afirma que seu único arrependimento foi ter sido muito dogmática e sectária, o que, conseqüentemente, a impediu de conhecer pessoas de fora desse ambiente de militância de esquerda. Entretanto, ela reconhece que esse período foi bastante definidor para sua construção enquanto pessoa. Menciona, inclusive, que muitos dos ensinamentos adquiridos quando militava no movimento estudantil, levou não apenas para sua vida pessoal, mas também para sua vida profissional, pois:

“[...] O movimento estudantil me deu muito, muito, muito mesmo. As ferramentas que eu aprendi ali, mesmo com alguns erros, elas foram fundamentais para mim no mundo do trabalho. Falando bem disso, no mundo do trabalho eu usava direto [...]. Até as reuniões sem pé nem cabeça da empresa que eu trabalhava me deixavam: ‘Meu Deus, gente, vocês vêm para uma reunião sem pauta? Isso é elementar!’ Isso eu peguei do movimento estudantil. Tem que te organizar. Olha, então foi muito importante na minha vida [...]” (ROMERO, Maria Rosilane Zoch Romero. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Além disso, ela menciona que, embora não tenha muitos arrependimentos sobre suas experiências como militante do movimento estudantil, ela reflete sobre o seu sentimento de fracasso enquanto geração²⁵⁵.

“[...] O que eu sinto, mas aí não é eu, comigo, eu me sinto fracassada como geração. O que está acontecendo no Brasil hoje me parece assim: ‘A nossa geração, essa turma fracassou’. A gente fez uma tentativa. Os governos petistas, foram, querendo ou não, uma nova tentativa. [...] Fomos derrotados porque eles foram muito espertos e muito hábeis. Mas também fracassamos porque não percebemos e deixamos a coisa... [...]. Então a gente fracassou. Eu me sinto fracassada como geração. [...], mas eu também sinto que as minhas ideias, o meu sonho de uma sociedade melhor, eu não tenho mais. Eu fiquei muito cética. Sim, eu não acredito. Eu acho que a gente vive mesmo esses ciclos. De tempos em tempos a coisa vira para direita de um jeito horroroso. Que nem a gente está agora. Mas a sensação de fracasso como geração é muito forte. Eu tenho isso muito forte. Foi maravilhoso para mim como pessoa. Me deu muita experiência. Mas, infelizmente, como geração, eu acho que a gente não conseguiu. [...] Quebramos a cara” (ROMERO, Maria Rosilane Zoch Romero. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Essa fala de Rose nos permite refletir acerca do sentimento de fracasso que se instaurou em algumas pessoas, sobretudo, naquelas identificadas com a esquerda, já que a corrida eleitoral para a Presidência da República no Brasil no ano de 2018 fez ressurgir uma

²⁵⁵ Lembrando que quando realizamos a entrevista com Rose, ainda estava em vigor o governo Bolsonaro.

discussão que há muito já não ganhava mais holofote: o negacionismo histórico²⁵⁶ acerca do período ditatorial brasileiro. No pleito eleitoral daquele ano, Jair Bolsonaro, candidato do Partido Social Liberal (PSL), considerado ultradireitista e conhecido na mídia brasileira por fazer declarações controversas a respeito da ditadura civil-militar, foi eleito presidente do país. Quando Rose afirma que “fracassou como geração”, podemos entender que a geração dela, que lutou contra a ditadura, falhou e foi vencida. Na realidade, a eleição de Bolsonaro à presidência representou uma “derrota” de todos aqueles que lutam e defendem uma sociedade pautada no respeito aos preceitos básicos dos Direitos Humanos. Por esse motivo, é compreensível esse sentimento de fracasso apontado por Rose.

6.1.4 Marta Elena Angelo Levien²⁵⁷

O nome de Marta Levien também me foi passado por intermédio de Angela. Na verdade, elas ainda mantêm uma relação de amizade desde a época de militância estudantil em Pelotas, sobretudo, no curso de Agronomia. Angela, então, entrou em contato com Marta e Rose e comentou sobre minha pesquisa, perguntou se elas tinham interesse em me conceder uma entrevista, ao que as duas concordaram. Assim, entrei em contato com Marta via *WhatsApp* para combinarmos um dia e horário para a realização da entrevista. Entretanto, em virtude de vários percalços, não consegui realizar a entrevista com Marta via plataformas digitais, porém, devido ao seu genuíno interesse em participar da pesquisa, ela perguntou se havia a possibilidade de o roteiro ser enviado via e-mail para que ela pudesse respondê-lo. Sabemos que, dessa forma, não temos como analisar as reações da entrevistada ao ser questionada sobre determinado assunto, como, por exemplo, as pausas para recordar certo acontecimento, bem como seus gestos ou emoções ao relatar suas vivências. Mas, como mencionei, Marta demonstrou estar bem interessada em dar seu relato, por isso, enviei o roteiro e, quando concluiu, enviou-me respondido. Assim, Marta foi a quarta entrevistada.

Marta, que é natural de Pelotas (RS), ingressou no curso de Agronomia da UFPel no ano de 1978 e, no ano seguinte, por fazer parte da Associação Atlética da Agronomia (AAA), foi convidada a compor as duas chapas que iriam concorrer ao Diretório Acadêmico da

²⁵⁶ Importante salientar aqui a diferenciação entre negacionismo e revisionismo histórico. Segundo Marcos Napolitano (2015, p. 32-35), o conceito de negacionismo é um tipo de afirmação que não tem base documental, que distorce o processo factual, ou que simplesmente trabalha com documentos falsos, com o objetivo de negar processos que são consensuais. Enquanto o revisionismo está dentro de debate historiográfico, pois se ancora em métodos aceitos, cria novos objetos de pesquisa, bem como novos problemas e/ou novas questões.

²⁵⁷ LEVIEN, Marta Elena Angelo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes via e-mail. Canoas (RS), 29 abr. 2021. Fonte: acervo pessoal.

Agronomia naquele ano. Uma delas era a Mutirão, de esquerda, e a outra era denominada Ph7, cujo nome foi escolhido para dar a impressão de ser neutra. Marta, porém, afirma que era composta por estudantes direitistas. Ela disse que, naquele momento, não participou de nenhuma delas. Em 1981, Marta ingressou no curso de Medicina Veterinária, o qual cursava paralelamente à Agronomia e, segundo ela, foi nesse momento em que começa a militar no movimento estudantil. No ano seguinte, assume como presidente do DA da Veterinária para a gestão 1982/1983, já como militante da Resistência.

No ano em que entrou para o curso de Veterinária, ela assumiu como secretária da gestão 1981/1982 e, por “[...] *demonstrar competência e capacidade para o debate político e organização do DA [...]*”, Marta afirma que contou com amplo apoio de seus companheiros e companheiras da Veterinária para presidir aquela entidade estudantil no período supracitado (Levien, Marta Elena Angelo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2021). Em 1983, Marta foi convidada para compor, como vice-presidente, a chapa da Resistência, que concorreu à presidência do DCE da UFPel, mas acabou declinando do convite devido a divergências políticas com o candidato a presidente da chapa. Acabou assumindo, então, o Departamento de Cultura daquela agremiação.

Em relação à sua militância e o meio familiar, Marta disse que foi bem complicado, uma vez que sua família tinha uma visão muito conservadora, pois acreditavam que “[...] *precisava se tomar muito cuidado com os movimentos políticos, com os comunistas, com o socialismo [...]*”. Segundo ela, havia o “medo” de que as mulheres, por participarem de movimentos sociais e ações políticas, pudessem se “perder” e “[...] *ficar com o nome sujo por namorar demais, ou mesmo ter dificuldades para encontrar alguém para se casar [...]*”. Essa fala de Marta só reforça o que discutimos no terceiro capítulo desse trabalho: de que havia o entendimento, naquele contexto, de que a mulher deveria assumir o estereótipo da “boa moça”, estando relegada à vida privada, dedicada ao lar e à família, enquanto os homens assumiam os espaços públicos de poder²⁵⁸. Ela conclui dizendo que:

“[...] A militância política no campo da esquerda foi um problemão com a família, era considerada a ‘ovelha negra’ da família. Uma pessoa não bem quista até os dias atuais. Uma pessoa de difícil convivência e complicada, até pelo fato de namorar o presidente do DCE da gestão de 1982/1983, que liderou uma greve de 63 dias pela defesa do transporte gratuito; principal bandeira dessa greve. Até os dias atuais a relação da militância com minha família é difícil [...]” (LEVIEN, Marta Elena Angelo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2021).

²⁵⁸ Importante frisar que estamos falando da década de 1980, período em que o movimento feminista estava em seu auge no Brasil. Porém, como observamos na fala de Marta, esse pensamento conservador ainda era uma realidade em muitas famílias.

Ainda estudante, no ano de 1982, Marta se filiou ao PT e seu namorado²⁵⁹, à época, acabou se filiando ao partido mais tarde, em 1985, durante a campanha pelas Diretas Já!. Em 1986, Marta e Gerson, já formados²⁶⁰, passaram a morar juntos e mudaram-se para a cidade de Videira, em Santa Catarina, onde ajudaram a criar a Comissão Provisória do PT e foram um dos fundadores do partido naquela cidade. Marta conta do episódio em que seu companheiro foi demitido da cooperativa onde trabalha por ser militante do PT: “[...] meu companheiro, no final de 1988, foi demitido da Cooperativa onde trabalhava por ser um militante do PT em Videira [...]” (Levien, Marta Elena Angelo. *Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2021*). Após esse episódio, decidiram mudar-se para a cidade de Ijuí (RS), onde tiveram forte atuação política no Diretório Municipal.

Em 1989, Marta decidiu dedicar-se à vida acadêmica e ingressa no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PPGDR), na linha em Economia Rural, da UFRGS, onde defendeu a dissertação intitulada “*Análise econômica dos tipos e formas de organização de suínos em Santa Catarina*”²⁶¹. No ano de 1996, o casal retorna para Pelotas, onde Marta deu início ao seu doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Sementes (PPGCTS) da UFPel. Defendeu, em 2002, sua tese denominada “*Análise Potencial do Mercado de Sementes de Arroz Híbrido*”²⁶². Em função de sua militância partidária, mudaram-se para Passo Fundo, em 1998, onde participaram ativamente na campanha que elegeu Olívio Dutra para o governo do estado. Depois disso, conta ela:

“[...] fui indicada pelo Diretório Municipal para ser diretora do Departamento de Produção Vegetal da Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Governo Olívio. Durante o Governo Olívio tive uma atuação

²⁵⁹ Marta namorava com Gerson Madruga da Silva, estudante de Medicina Veterinária e também ligado à Resistência. Ele foi eleito para presidir o DCE da UFPel na gestão 1982/1983. A gestão de Gerson foi a responsável por liderar a maior greve estudantil naquela universidade, a qual se iniciou em 15 de março de 1983 e se encerrou em 17 de maio do mesmo ano. Uma das reivindicações dos estudantes, além do transporte gratuito, era não fazer distinção entre estudantes carentes e não carentes que, segundo eles, seria um instrumento da reitoria para implementar, gradativamente, o ensino pago nas universidades públicas. Para maiores informações, ver: DELLA VECHIA, Renato da Silva. *O ressurgimento do Movimento Estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. 2011. 414f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. p. 259.

²⁶⁰ Marta graduou-se em Agronomia em 1984 e dois anos depois, em Medicina Veterinária. Fonte: <http://lattes.cnpq.br/1632185561265904>. Acesso em: 30/07/2023.

²⁶¹ LEVIEN, Marta Elena Angelo. *Análise econômica dos tipos e formas de organização de suínos em Santa Catarina*. 1997. 126 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes-economia-rural/>. Acesso em: 27/10/2023.

²⁶² Não conseguimos localizar o trabalho no repositório do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologia de Sementes da UFPel.

forte na fiscalização das sementes de soja transgênica e lutamos por um Estado Livre de Transgênicos ou Organismos Geneticamente Modificados – OGMs com participação em debates em universidades, nas rádios do Estado e em canais de televisão e no CREA²⁶³, o que me proporcionou uma viagem à França e Grã-Bretanha fazendo parte de uma comitiva do Estado com a finalidade de comercialização de soja não transgênica [...]” (LEVIEN, Marta Elena Angelo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2021).

Ao ser questionada sobre as vivências que carrega da época da militância estudantil, Marta salienta acerca da questão da emancipação da mulher e sobre a importância de ocupar espaços, os quais, em sua maioria, são ocupados por homens:

“[...] as mulheres devem participar cada vez mais da política, seja no âmbito local (da comunidade), municipal, estadual, nacional ou internacional. De que os espaços devem ser bem aproveitados na busca de dias melhores de vida; por um mundo melhor; por mais liberdade; por mais renda para as mulheres; por igualdade de gênero e raça. E assim, atualmente, trabalho na Emater, no escritório municipal de Presidente Lucena, na maioria com homens agricultores familiares, mas, organizando um grupo de mulheres agricultoras familiares, na geração de renda com crédito rural e comercialização da sua produção agrícola e na busca de espaços políticos [...]” (LEVIEN, Marta Elena Angelo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2021).

6.1.5 Eliana Rita Mariotto Colpo²⁶⁴

O nome de Eliana Rita Mariotto Colpo me foi indicado por Renato Della Vecchia e ela foi a quinta entrevistada. O primeiro contato com Eliana se deu através do *Facebook*, depois passamos a conversar pelo *WhatsApp*, até que conseguimos agendar uma tarde para realizar a entrevista. A entrevista com Eliana foi dividida em duas partes, sendo que na primeira ocorreu um problema no áudio. Assim, precisei digitar as questões do roteiro. Nosso primeiro encontro aconteceu numa tarde de dezembro de 2020. Entretanto, algum tempo depois, ao rever a entrevista, senti a necessidade de marcar uma segunda para elucidar alguns pontos que haviam ficado em aberto. Gentilmente, Eliana concordou com uma segunda entrevista, dessa vez, direcionada a sanar tais questões. Essa segunda entrevista realizou-se num final de tarde de domingo, em 27 de março de 2022, pois seria o melhor dia para ela. Dito isso, Eliana conta

²⁶³ O Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) é uma entidade autárquica, cujo objetivo é fiscalizar o exercício e as atividades profissionais da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia. Entretanto, até 2010, era essa a sua denominação, já que, naquele ano, foi fundado o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Portanto, a partir daquela data, a nova denominação do CREA é Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. Fonte: [https://www.crea-rs.org.br/site/index.php?p=instituicao; https://caurs.gov.br/apresentacao/](https://www.crea-rs.org.br/site/index.php?p=instituicao;https://caurs.gov.br/apresentacao/). Acesso em: 30/07/2023.

²⁶⁴ COLPO, Eliana Rita Mariotto. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes via Skype. Canoas (RS), 07 dez. 2020 e 27 mar. 2022. Fonte: acervo pessoal.

que seu primeiro contato com o movimento estudantil aconteceu ainda no final do ensino fundamental, quando participou de atividades do Grêmio Estudantil da escola que frequentava, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Bagé, sua cidade natal, em 1979. Rememora ela:

“[...]a gente fazia manifestações contra a violência e nisso a gente inseria algumas bandeiras de liberdade e democracia. [...] lembro até de uma passeata que a gente fez no movimento estudantil. Em Bagé era uma coisa inédita [...]” (COLPO, Eliana Rita Mariotto. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

No ensino médio, Eliana não fez parte de nenhuma entidade estudantil, pois, conforme relatou, queria se dedicar aos estudos e se preparar para prestar vestibular. Conta que seu objetivo era cursar Jornalismo na UFSM, porém, seu pai não estava de acordo que ela fosse morar em outra cidade, assim, ele fez um acordo com Eliana. Ela permaneceria em Bagé por dois anos, fazendo algum curso na FunBa e, depois desse tempo, poderia ir para onde quisesse. Sendo assim, em 1983, Eliana ingressou na faculdade de Direito daquela instituição bageense e já se integrou ao D.A. de seu curso, fazendo parte da direção como secretária. Relata que, desde o secundário, conhecia e mantinha relações com estudantes que faziam parte do movimento estudantil universitário daquela cidade. Então, já iniciou sua militância na Resistência, tendência de bastante expressão na FunBa.

No ano seguinte, Eliana encabeçou uma chapa da Caminhando²⁶⁵ que concorreu ao DCE da FunBa, sendo eleita para a gestão 1984/1985. Eliana e Angela foram as duas únicas entrevistadas que lideraram chapas vencedoras para os DCEs de suas respectivas universidades. Embora muitas mulheres fizessem parte do movimento estudantil, seus espaços ainda eram bastante restritos a cargos de menor importância, como veremos a seguir. Na sua gestão, liderou uma assembleia de estudantes que reivindicava o aumento das mensalidades, onde em que deliberaram pela paralisação das aulas, que durou dois dias. A reitoria aceitou dialogar com os estudantes para negociar, o que significou uma vitória.

Alguns anos depois, Eliana resolveu prestar vestibular na UFPel para o curso de Direito e foi aprovada. Após mudar-se para Pelotas, foi designada pelo PRC para atuar na célula do movimento sindical. Com isso, ela passou a realizar atividades tanto no movimento

²⁶⁵ O grupo político ainda se manteve o mesmo, porém, a partir dessa data, os militantes gaúchos decidiram adotar a identificação nacional, ao invés da regional. Por esse motivo, a Resistência passou a se identificar como Caminhando. Ver: DELLA VECHIA, Renato da Silva. *O ressurgimento do Movimento Estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. 2011. 414f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. p. 243.

estudantil como no sindical. Abaixo, relata um episódio que lhe marcou, ocorrido após a participação em uma plenária da CUT em Pelotas, na qual ela estava representando o movimento estudantil. Conta que, ao fazer uma intervenção, um sindicalista falou:

“[...] ‘mas o que que essa guria (mulher jovem), toda impepecada vem aqui falar no movimento sindical?’. E eu estava lá, representando o movimento estudantil da época. Por quê? Porque eu ainda era do movimento estudantil. Estava na direção da UEE e eu ainda fui falar em nome do movimento estudantil, dar apoio, enfim. E aí, eu nunca vou me esquecer disso. Quer dizer, foi humilhação [...]. Que autoridade eu tinha? Tinha esse preconceito também do movimento sindical em relação ao movimento estudantil, pela questão de que não eram trabalhadores, que eram burgueses, que eram intelectuais, que não tinham o menor conhecimento e não tinham a menor legitimidade para falar no movimento sindical [...]” (COLPO, Eliana Rita Mariotto. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

A relação entre sua família e sua militância foi bastante conflituosa, conforme afirma Eliana. Ela relata que havia muitos embates com seus familiares, por não se reconhecer naquele ambiente conservador em que vivia, sobretudo por ser oriunda de uma família “tradicional”, detentora de muitas posses. Assim, *“[...] a gente era meio malvisto. Malvisto já no ambiente da sociedade que a gente convivia, então, imagina, ser militante de esquerda, mulher, em Bagé era muito complicado [...]”*. E conclui dizendo:

“[...] É uma luta e uma luta constante, tanto para a gente afirmar o próprio discurso, como para não se deixar contaminar e muitas vezes se acomodar. Porque cansa, né? Tem horas que cansa de lutar contra, né? Então, [...] é um estado de alerta constante e uma vigilância constante [...]” (COLPO, Eliana Rita Mariotto. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Antes de ir morar em Pelotas, Eliana contribuiu para a fundação do PT em Bagé. Dessa forma, além da militância estudantil, também desempenhava a militância partidária, motivo pelo qual ela se considerava uma “militante profissional”. Durante a graduação na UFPel, ela foi dirigente do partido, assessora na Câmara de Vereadores e atuou ativamente durante o governo municipal de Fernando Marroni, único mandato petista em Pelotas. Segundo ela, devido a sua ativa participação política, demorou a concluir o curso de Direito. Em 2001, ela termina a graduação e continua militando no PT até 2003, quando decide se desligar do partido devido a descontentamentos ideológicos. Desde então, não se ligou a nenhum partido político.

Em 2003, fez uma especialização em Violência doméstica contra crianças e adolescentes na USP e, em 2012, defendeu sua dissertação *“As tessituras entre “O Apanhador no Campo de Centeio” e as intimações do imaginário para a (auto)formação humana”*, pelo

Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPel²⁶⁶. No ano de 2016, começou a cursar Filosofia EAD pela mesma universidade, no Polo Hulha Negra (RS). Trabalha, desde 2003, na Junta de Recursos da Previdência Social, sendo, atualmente, conselheira relatora – 18²⁶⁷.

6.1.6 Maria de Fátima Bueno Fischer²⁶⁸

Depois da realização da entrevista com Eliana Colpo, passei por um momento de estagnação, pois não recebia retorno das demais mulheres que foram indicadas por Renato Della Vecchia. Foi então que lembrei do livro “Abaixo a repressão! – movimento estudantil e as liberdades democráticas”²⁶⁹, escrito por Ivanir José Bortot e Rafael Guimaraens. Os dois jornalistas foram militantes do movimento estudantil gaúcho no mesmo período abarcado na pesquisa. Em uma manhã do dia 03 de fevereiro de 2022, entrei em contato com Rafael via *Facebook*, onde quando me apresentei, falei um pouco sobre a pesquisa que estava desenvolvendo e perguntei se ele teria alguns nomes para indicar. No mesmo dia, Rafael retornou e indicou o nome de Maria de Fátima Bueno Fischer, que foi entrevistada por eles para o livro supracitado.

Dessa forma, enviei uma mensagem para Maria de Fátima no *Facebook* e, depois de alguns dias, obtive retorno por parte dela. Passamos, então, a conversar via *WhatsApp* para que pudessemos marcar uma data em que ela estivesse disponível para conceder uma entrevista. Assim, ao final daquele mês, realizamos a entrevista. Fátima, como é mais conhecida, ingressou no curso de Psicologia da PUCRS no ano de 1973 e, desde o início da graduação, voltou-se para a questão da saúde mental coletiva e a luta antimanicomial.

Ao ser questionada sobre como se deu seu início na militância estudantil, Fátima conta que, na juventude, morava em Novo Hamburgo, cidade localizada na região metropolitana de Porto Alegre, e participou de “[...] *algumas rebeldias*” [risos], tais como reivindicar a troca de professor na escola, porém, ainda não de forma organizada e/ou orgânica. Entretanto, sua família já tinha uma relação com a militância política através de seu irmão mais velho, Nilton

²⁶⁶ COLPO, Eliana Rita Mariotto. *As tessituras entre "O Apanhador no Campo de Centeio" e as intimações do imaginário para a (auto)formação humana*. 2012. 87f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/123456789/1646>. Acesso em: 25/08/2023.

²⁶⁷ Fonte: <http://lattes.cnpq.br/4004711077383715>. Acesso em: 25/08/2023.

²⁶⁸ FISCHER, Maria de Fátima Bueno. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes via Microsoft Teams. Canoas (RS), 24 fev. 2022. Fonte: acervo pessoal.

²⁶⁹ Ver: BORTOT, Ivanir José e GUIMARAENS, Rafael. *Abaixo a repressão! – Movimento Estudantil e as liberdades democráticas*. Porto Alegre: Libretos, 2008.

Bueno Fischer²⁷⁰, que foi militante da JUC e, posteriormente, da AP²⁷¹. Outro fator que contribuiu para a inserção de Fátima na militância estudantil foi o episódio em que sua tia e madrinha, que, no início dos anos 1970, era Secretária de Educação de Novo Hamburgo, fora retirada do cargo devido a discordâncias políticas. Segundo a entrevistada: “[...] *ela também se rebela [...]*”.

No ano que começou o curso na PUCRS, Fátima foi fazer estágio no Hospital Psiquiátrico São Pedro (Porto Alegre) junto com outros colegas e começou a perceber uma série de abusos cometidos pela equipe do hospital, tais como abuso sexual e abuso no uso do eletrochoque, contra as meninas e mulheres que estavam internadas. Fátima afirma que “[...] *eu começo a dar vez e voz a essas pessoas que falam dos seus abusos [...]*”. A partir disso, ela conta que relatou essa série de abusos praticados naquela instituição para a coordenação da Psicologia e para os responsáveis pela supervisão do estágio, porém, para sua surpresa, nenhuma medida legal foi tomada. Na realidade, ela foi penalizada com a expulsão do hospital e não teve seu período de estágio, o qual durou cerca de 11 meses, validado. Sobre esse episódio, Fátima afirma:

“[...] Eu me surpreendi com a própria Psicologia que eu estava cursando, que são as pessoas que vão ser os próprios algozes. Eu acabo sendo afastada. Durante 11 meses eu fiz estágio e eu perdi o estágio. Faltava um mês para terminar. Eu perdi. Não foi validado para nada porque eu fui expulsa do São Pedro” (FISCHER, Maria de Fátima Bueno. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Por conta desse episódio, Fátima procurou ler mais e realizar alguns estudos, até que foi convidada a participar de um grupo incipiente de discussão política na PUCRS e que, mais tarde, foi chamado de Arueira. Com sua expulsão do São Pedro, Fátima relata que não conseguia mais fazer estágio em lugar nenhum, pois, segundo ela, era malvista pelos professores do curso, os quais eram os responsáveis por supervisionar os estágios. Assim, diz que ficou com a “sobra”, ou seja, aquilo que era menos valorizado pela Psicologia (segundo afirmação de Fátima): a saúde comunitária. Foi, então, que Fátima passou a estagiar no Centro

²⁷⁰ O professor Nilton Bueno Fischer, economista formado pela Unisinos em 1970, dedicou-se aos estudos em Educação Popular, tornando-se uma referência nacional sobre o tema. Em 1982, ingressou como professor no curso de Pedagogia da UFRGS, onde atuou até sua aposentadoria. O educador faleceu no ano de 2009. Para maior conhecimento acerca da produção do professor Nilton, ver: <http://lattes.cnpq.br/0285186591991572>; <http://38reuniao.anped.org.br/nilton-bueno-fischer>; FISCHER, Gustavo Daudt; FISCHER, Janaina Daudt. Memorial do professor Nilton Bueno. *Revista Pedagógica*, v.18, n. 37, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3186>. Acesso em: 15/08/2023.

²⁷¹ Como já apontamos anteriormente, esses dois grupos já foram devidamente apresentados no terceiro capítulo desta tese.

de Saúde Murialdo²⁷², localizado no Morro da Cruz, periferia de Porto Alegre. Além disso, realizou estágio na Escola Técnica Mesquita²⁷³, escola esta fundada no início de 1960 a partir da reivindicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, cujos membros buscavam uma escola que possibilitasse que seus filhos, bem como eles próprios, pudessem se qualificar. Segundo ela, com essas experiências, vai fazendo uma formação marginal dentro da Psicologia, já que não era mais aceita nos lugares tradicionais daquele curso.

O primeiro encontro de Fátima com o movimento estudantil universitário aconteceu quando sua turma se mobilizou para que houvesse a substituição de dois professores no curso. O primeiro deles era Pedro Américo Leal²⁷⁴, que, à época, já ocupava uma cadeira no legislativo estadual e, de acordo com nossa entrevistada, falava aos alunos sobre técnicas de tortura psicológica e afins, o que Fátima, hoje, entende como fazendo parte daquele contexto ditatorial. No referido período, porém, a conduta do professor lhe causava mal-estar. O outro, que ela não recordou o nome, tornou-se membro do corpo docente da Psicologia somente porque era médico particular do reitor da PUCRS, o Irmão José Otão. Os alunos decidiram entrar em greve até que esses professores fossem trocados, e o movimento contou com o apoio do D.A da Psicologia, que era dirigido por Renato Zanini. Todavia, em razão do pouco espaço de escuta que a reitoria disponibilizava aos alunos, o diálogo era praticamente inexistente. Assim, Fátima conta que esse embate foi bastante duro, mas os estudantes conseguiram essa vitória. No ano seguinte, as turmas já não teriam esses dois como professores, porém, a sua turma teve que se submeter a tê-los até o final do ano letivo.

Importante lembrar que, nesse período, as entidades estudantis eram controladas pelos governos militares. Logo, as movimentações estudantis, sobretudo, de esquerda, estavam restritas a pequenos grupos, cenário este que só mudou no final dos anos 1970, com a “reconstrução” das entidades representativas, conforme já demonstramos no segundo capítulo

²⁷² No final da década de 1970, o Sistema de Saúde Murialdo, que hoje está vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, deu início ao primeiro programa de Residência em Saúde Comunitária do país. Fonte: <http://www.escoladesaudepublica.rs.gov.br/conteudo/1112/>-. Acesso em: 15/08/2023.

²⁷³ Sobre a Escola Técnica Mesquita, ver: <https://www.mesquita.com.br/institucional-historico>. Acesso em: 15/08/2023.

²⁷⁴ Pedro Américo Leal, natural do Rio de Janeiro, veio para o Rio Grande do Sul para iniciar sua carreira militar no ano de 1944. No estado, ascendeu até o cargo de coronel do Exército e, nas eleições de 1974, foi eleito deputado estadual pela ARENA, sendo reeleito em 1978. Para saber mais sobre ver: OSELLAME, Luiz. Pedro Américo Leal: aquilo que eu pregava ficou para trás. Memória do Legislativo, 2008. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque/tabid/855/IdMateria/198108/Default.aspx>. Acesso em: 15/08/2023. Além disso, de acordo com Thiago Aguiar Moraes, Pedro Américo Leal era um dos agentes militares relacionados ao IPESUL, juntamente com mais dois civis (2012, p. 21). Ver: MORAES, Thiago Aguiar de. “*Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado*”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). 2012. 228f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

da tese. Fátima foi eleita duas vezes para presidir o D.A da Psicologia, a primeira gestão ocorreu a partir da chapa chamada Construção, sobre cuja campanha ela explica:

“[...] O nome da nossa chapa era a Construção, da Psicologia. Então a gente desenhava o layout da nossa campanha, que era tijolos em construção e a Psicologia subindo ou caindo, ou coisa assim. Cristina Carvalho, infelizmente, já faleceu, mas é uma pessoa importante nesse processo também. [...], eu acho, humildemente, que a gente fez algumas gerações a partir daí [...], mas a Carmen Oliveira, Bárbara (Conti), seria daquele mesmo grupo e outras pessoas que se alinhavam com a gente e começaram a fazer parte. É nesse contexto que o Arueira vai surgir [...]” (FISCHER, Maria de Fátima Bueno. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

A partir disso, Fátima começa a participar mais ativamente das atividades do DCE da PUCRS, que, no ano de 1975, elegeu Jorge Vieira para a presidência, embora ainda de forma indireta. Vieira se elegeu como independente, mas tinha ligação com a Nova Proposta, que atuava, principalmente, na UFRGS. Na sua gestão, ocorre a expulsão de Selvino Heck, estudante de Teologia, uma das lideranças estudantis de esquerda dentro daquela universidade. O DCE fez um movimento em favor do retorno de Heck para a instituição, o que acabou não ocorrendo. Heck foi citado na entrevista como um dos responsáveis por levar um grupo de jovens da PUCRS, os quais estavam despontando como lideranças estudantis, para uma espécie de retiro, onde fizeram uma formação política. Fátima participou desse encontro e afirma que Selvino foi muito importante para a sua formação política dentro do movimento estudantil, assim como Ivanir José Bortot, Rafael Guimaraens, Maria do Carmo Janson, entre outros.

Esses estudantes compuseram o Arueira, cujo grupo tinha forte influência de Laerte Dorneles Meliga²⁷⁵, um de seus dirigentes. Todavia, o Arueira não se constituía como tendência estudantil de nenhum partido e/ou organização, pois essa corrente era orientada de maneira heterogênea, uma vez que seus dirigentes seguiam diferentes orientações políticas. Meliga, por exemplo, era stalinista; Hélios Puig, outro componente do grupo, se identificava como anarquista; Selvino Heck vinha de uma militância ligada à Igreja Católica, através da JUC. Esse grupo passou, então, a disputar espaço dentro do movimento estudantil da PUCRS, já que conseguiram constituir uma forte expressão dentro daquela universidade ao ter representantes em quatro cursos: Engenharia, Psicologia, História e Comunicação Social.

²⁷⁵ Laerte Dorneles Meliga, ex-militante da VPR e ex-presos político. Fonte: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/GGG/83007779/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_83007779_d0001de0001.pdf. Acesso em: 16/08/2023.

Nesse momento, Fátima se aproximou de um grupo da Psicologia da UFRGS, que atuava na tendência estudantil denominada Peleia, a qual possuía orientação trotskista e era a tendência de maior expressão na referida universidade. Segundo ela, ficou nessa militância híbrida entre a Peleia e o Arueira, pois percebia uma liberdade maior de atuação na UFRGS. Em contrapartida, via o movimento estudantil da PUCRS um pouco engessado, conforme afirma em seu relato:

[...] na UFRGS era radicalmente à esquerda²⁷⁶, na Unisinos [...], na PUC; na Unisinos é ato falho absolutamente adequado [risos]; na PUC tinha, eu acho, um movimento estudantil um pouco mais comportado, sabe? Que tem a ver com a instituição que nos produzia. Uma instituição privada, um espaço meio engessado e tal. [...] a coisa meio moral que a gente não tinha na UFRGS. Eu sentia isso na UFRGS, uma coisa mais livre. Até hoje eu acho que tem essa história. E a PUC era uma coisa mais engessada e o movimento estudantil tinha um pouco essa [...], uma coisa meio comportada, né? Então eu transitei entre esses dois lugares aí de formação e vou avançando muito na militância no campo da Psi mesmo [...]" (FISCHER, Maria de Fátima Bueno. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

O sucessor de Jorge Vieira, Juarez Porto, foi eleito para presidir o DCE da PUCRS para a gestão 1976/1977, porém, não termina seu mandato. Dessa maneira, Fátima, que era vice daquela chapa, assume a presidência da entidade. Pouco tempo depois, passou a fazer parte do movimento de Direitos Humanos²⁷⁷, participando ativamente no caso que denunciava o sequestro dos uruguaios por agentes do Estado em Porto Alegre, ocorrido no dia 12 de novembro de 1978. Lilián Celiberti, Universindo Díaz e os dois filhos dela, Camilo e Francesca, de 7 e 3 anos, respectivamente, foram sequestrados por militares uruguaios e policiais do DOPS gaúcho. Esse caso é emblemático, pois acabou desmantelando uma operação binacional de cooperação entre a ditadura brasileira e a uruguaia, que estava sendo praticada desde meados da década de 1970²⁷⁸. A Operação Condor²⁷⁹, como foi nomeada, foi

²⁷⁶ De acordo com Renato Della Vecchia (2011, p. 286), a UFRGS foi a única universidade do Rio Grande do Sul em que a esquerda estudantil manteve sua hegemonia durante o período ditatorial. Ver: DELLA VECHIA, Renato da Silva. *O ressurgimento do Movimento Estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. 2011. 414f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

²⁷⁷ Sobre o assunto, ver: ENGELMANN, Fabiano; MORI MADEIRA, Lígia. A causa e as políticas de direitos humanos no Brasil. *Caderno CRH, [S. l.]*, v. 28, n. 75, 2016. Sobre o Movimento Nacional de Direitos Humanos, ver: <https://mndhbrasil.org/nossa-historia/>. Acesso em: 27/10/2023.

²⁷⁸ Sobre o sequestro dos uruguaios, ver: CUNHA, Luiz Cláudio. Operação Condor. *O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2008; REIS, Ramiro. Por que Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez foram sequestrados? *Estudios Históricos*, dec., 2009, n.º. 03, p. 1-20. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/otros/n03.html>. Acesso em: 15/08/2023.

firmada em uma reunião secreta, realizada em Santiago do Chile, em outubro de 1975, e constituiu-se como um acordo entre as ditaduras instaladas nos países do Cone Sul para a prática de atividades criminosas, como sequestros forçados, prisões arbitrárias, tortura, morte e desaparecimento daqueles que combatiam os regimes repressivos nesses países. A seguir, o relato de Fátima sobre esse episódio, que ficou conhecido como o “sequestro dos uruguaios”:

“[...] E eu começo junto [...]. Lá pela metade do curso, começa a surgir aquele movimento de direitos humanos, pela libertação dos presos políticos, com o Jair Krischke²⁸⁰, que dirigia. Era lá na rua da Praia, lá no fim, no andar [...], eu me lembro que é um lugar, não sei o que era, pareceria uma coisa meio escondida, só me lembro um pouco disso. Mas eu me lembro de novo. Olha só que engraçado, Luisiane, eu lembro de mim imprimindo coisa, então acho que eu tinha um trabalho, acho que era meio braçal mesmo. Agora estou me lembrando disso. Era o máximo fazer aquilo, né? De participar do movimento maior, da libertação da [...]. Qual o nome dela? Que tinham sido levados daqui e entregues para a polícia [...]

Luisiane: Os uruguaios?

Maria de Fátima: É!

Luisiane: A Lilián Celibert e o Universindo Díaz.

Maria de Fátima: Exatamente. Então, aquilo para mim era uma coisa [...]. E daí? Claro. E daí começa a ter várias manifestações [...]

(FISCHER, Maria de Fátima Bueno. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Concomitante à essa participação no movimento em favor dos direitos humanos, Fátima começa a se articular no movimento da luta antimanicomial, participando do I Encontro Nacional da Luta Antimanicomial, realizado em 1978. No ano de 1979, ela conclui seu curso de graduação e, no ano seguinte, fazendo residência multiprofissional do Sistema de Saúde Murialdo, foi enviada para Ronda Alta para atuar profissionalmente em um acampamento de camponeses que, mais tarde, se transformou no conhecido Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Após dez meses de atuação nesse acampamento, nossa entrevistada acabou sendo expulsa por conta da militância naquele espaço e relata que

²⁷⁹ Para maior conhecimento sobre a Operação Condor: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados>. Acesso em: 15/08/2023.

²⁸⁰ O porto-alegrense Jair Krischke, fundador do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), atua, desde a década de 1960, na defesa dos direitos humanos, sobretudo, denunciando as violações cometidas no Cone Sul. Ao longo de sua trajetória, foi responsável por libertar e salvar a vida de milhares de pessoas de vários países da América Latina. Para conhecer mais sobre essa figura importante do nosso país, ver: KRISCHKE, Jair. Entrevista concedida a Carla Simone Rodeghero, em 21 de setembro de 2011, em Porto Alegre, para o Projeto Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/repho/jair-krischke/>. Acesso em: 15/08/2023; CARAMÉZ, Carlos; FISCHER, Luís Augusto. Jair Krischke: um protagonista maior. *Matinal Jornalismo*, 09 jun. 2023. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/parentese/entrevista/jair-krischke-um-protagonista-maior/>. Acesso em: 15/08/2023.

seu pai chegou a enviar uma carta ao governo do estado solicitando assistência aos que lá viviam:

“[...] A gente é tirada de lá porque estávamos, enfim, militando, fazendo política. Tipo o SNI daqui do Rio do Sul nos chama [...], acho que era chamada Secretaria do Interior; nos chama via Secretaria da Saúde e manda nos tirar de lá. Então o meu pai, que era uma pessoa maravilhosa, ele faz uma carta ao governador dizendo que ‘vocês, (governo), têm direito de fazer escolhas, de tirar as meninas e tal, que fazem um trabalho humano lá’ e no final diz assim ‘mas que as pessoas, mesmo que nos tire [...], que vocês têm direito de fazer como governo, que vocês garantam assistência aos sem-terra’. Então, é uma carta, nossa! Emblemática [...]. Mas o trabalho continuou, não por nós. Aí continuou bem diferente, não era com tanta intensidade [...]” (FISCHER, Maria de Fátima Bueno. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Ainda no norte do estado, foi enviada para Nonoai para atender indígenas que estavam enfrentando um adoecimento atípico, uma vez que a população adulta das aldeias estava enfrentando um surto de sarampo, doença que raramente acomete adultos²⁸¹. Enquanto esteve nessas cidades, conta que recebia muito material, tais como livros e outras leituras, enviado por seus companheiros de movimento estudantil e afirma que foram esses movimentos que a constituíram profissionalmente. Fátima foi nossa única entrevistada que, enquanto estudante, não participava de militância partidária. Conta que chegou a participar da campanha de alguém que estava concorrendo pelo MDB, porém, não se recorda o quanto se engajou, pois, segundo ela, não gostou da experiência:

“[...] tive uma participação muito rápida numa campanha, mas eu não me lembro bem o quanto eu discuti isso, quanto eu participei disso, quanto tempo. Mas foi pouco e eu não gostei, sabe? Não gostei. Já achei que o MDB começou a se bobear. [...] Tinha uns caras que foram expoentes na época, mas depois foram endireitando muito, né? [...]” (FISCHER, Maria de Fátima Bueno. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

No que se refere à sua militância e o meio familiar, relata que nunca houve impedimento de seus pais, mesmo que não concordassem. *“[...] Pelo contrário, sempre entenderam. Meu pai sempre dizia que eu era uma transformadora. Não importava se era por partido ou coisa assim [...]” (Fischer, Maria de Fátima Bueno. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).* Maria de Fátima atribui essa compreensão por conta de

²⁸¹ Sobre a questão indígena no Rio Grande do Sul durante a ditadura civil-militar, ver: FLORES, Andressa Rodrigues. *A atuação do Serviço de Proteção aos Índios no Rio Grande do Sul: uma análise a partir do Relatório Figueiredo (1963-1968)*. 2019. 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019. Disponível em: http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/8755/Andressa%20de%20Rodrigues%20Flores_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 27/10/2023.

sua família já conviver com a militância de seu irmão mais velho, bem como pelo fato de que seu pai era uma pessoa politizada e que possuía um espaço político importante em Novo Hamburgo. Como era membro do Movimento Familiar Cristão (MFC), ele era uma pessoa conhecida naquela comunidade e, conforme ela relata, foi convidado a concorrer para prefeito pela ARENA, obtendo a maioria dos votos no pleito de 1976 (10.924). Entretanto, não se elegeu, pois seu partido perdeu na sublegenda para o MDB, sendo eleito, desta maneira, Eugênio Nelson Ritzel²⁸². Fátima conta que ela e seus irmãos, mais alinhados à esquerda, não fizeram campanha e nem votaram na chapa liderada pelo pai, Eugenio Ricardo Fischer. Ademais, afirma que se envolveu na fundação do PT aqui no estado e que seu pai, posteriormente, também passou se reconhecer como petista. Sobre a participação de seu pai naquela eleição, afirma que:

“[...] na época ele era um cara muito humanitário e tal. Cristão, né? E teve aquela oportunidade de ajudar a sociedade, mas a gente entendeu que ele entrou numa canoa virada porque ele não tinha princípios de direita; não era um cara de direita. Então, ele é um cara que depois vem para o nosso campo, digamos assim [...]” (FISCHER, Maria de Fátima Bueno. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Depois de concluída a graduação, como mencionamos anteriormente, Fátima foi fazer residência multiprofissional, pelo Centro de Saúde Murialdo/ Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul, onde fez, também, especialização em Saúde Pública (1981) e especialização em Administração em Saúde Mental (1988). No ano de 1982 começou a trabalhar na Secretaria Estadual de Saúde, órgão pelo qual se aposentou em 2015. Naquele mesmo ano, passou a lecionar para o curso de Psicologia da Unisinos, onde ainda trabalha. Desde 2013, coordenada um grupo de teatro com usuários de saúde mental, *“[...] hoje artistas, que a gente chama ‘diagnosticados’ e ‘não diagnosticados’ [...]”*. E, com o início da pandemia em 2020, Fátima passou a participar da Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da COVID-19 (AVICO – Brasil), no atendimento ao luto às pessoas vítimas e familiares de vítimas da covid. Afirma que segue militando em favor das mesmas causas defendidas desde o início: a luta antimanicomial e a luta pelos direitos humanos.

282

Fonte: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais-1976-novo-hamburgo/@_@download/file/TRE-RS%20Municipais1976%20Novo%20Hamburgo.pdf. Acesso em: 16/08/2023.

6.1.7 Maria do Carmo Janson²⁸³

Maria do Carmo Janson foi indicada por Maria de Fátima, que entrou em contato com Maria do Carmo e conversou com ela sobre a minha pesquisa e perguntando se ela não teria interesse em conceder uma entrevista sobre a sua trajetória no movimento estudantil universitário. Ela aceitou o convite e passamos a conversar via *WhatsApp* para marcarmos nossa entrevista. Então, numa manhã do dia 25 de fevereiro de 2022, realizamos o encontro (virtual). Maria do Carmo inicia falando que sua trajetória acadêmica é bastante “[...] *picotada [...]*”, pois “[...] *é uma história de muitas idas e vindas [...]*”, já que a militância a leva para outros lugares. Relembra que, ainda bem jovem, leu uma matéria publicada na revista *Veja* sobre o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1974. Sobre o episódio, afirma: “[...] *morte e tortura para mim, uma guria muito frequentadora dos círculos mais alienados da cidade foi uma violência brutal [...]*”. Outra matéria que lhe chamou a atenção foi uma entrevista com Darcy Ribeiro, assim, “[...] *alguma coisa eu sabia que estava errada, mas eu não conseguia me posicionar em relação a isso [...]*” (Janson, Maria do Carmo. *Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022*).

No ano de 1976, ingressou na Faculdade de Direito da UFRGS, onde cursou apenas um ano por não se identificar com o curso, tendo encontrado um centro acadêmico ligado ao DEE, portanto, de direita. Em vista disso, no ano seguinte decide prestar vestibular novamente, dessa vez na PUCRS, onde opta por cursar História. Já nesse curso, conta que rapidamente se identificou com um grupo de estudantes que faziam parte do centro acadêmico, que se apresentavam como cristãos pela democracia. Nas férias escolares, esse grupo organizava o que chamavam de Centro de Treinamento para a Ação (CETA), um curso de dez dias, na cidade de Viamão, região metropolitana de Porto Alegre²⁸⁴. Esse curso foi um divisor de águas para Maria do Carmo, já que, segundo ela: “[...] *volto desse curso, então, tendo compreendido o que estava faltando na minha vida. Não só na minha vida, mas como na minha inteligência, na minha curiosidade intelectual [...]*” (Janson, Maria do Carmo. *Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022*).

²⁸³ JANSON, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes via Microsoft Teams. Canoas (RS), 25 fev. 2022. Fonte: acervo pessoal.

²⁸⁴ Muito provavelmente esse curso é o mesmo citado por Rose Romero em sua entrevista, pois, nesse período, ela estudava no Colégio Champagnat. Ao que tudo indica, esse encontro foi realizado no antigo Seminário Maior Nossa Senhora da Conceição, que hoje abriga o Tecnopuc Viamão. Sobre isso, ver: <https://www.pucrs.br/blog/inaguracao-torre-tecnopuc-viamao/>. Acesso em: 25/08/2023.

Já em 1978, envolveu-se na campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita através do Comitê Brasileiro pela Anistia²⁸⁵. Em Porto Alegre, esse comitê atuava conjuntamente com o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), presidido por Jair Krischke, unificando-se, dessa forma. Nesse período, Maria do Carmo conheceu Maria de Fátima, que, à época, atuava no D.A. da Psicologia (PUCRS) e Rafael Guimaraens, presidente do Centro Acadêmico Arlindo Pasqualini²⁸⁶ (gestão 1977/78). Por meio deles, conheceu outros estudantes da Famecos, tais como Guaracy Cunha e Laerte Meliga²⁸⁷, que se tornou seu namorado e, posteriormente, marido. A partir do encontro com esse grupo, Maria do Carmo conta que direcionou seus estudos na História para o marxismo, sobretudo para o materialismo histórico, o qual ela considerou “[...] *uma solução na minha vida intelectual muito forte [...]*”. Consequentemente, passou a participar das manifestações estudantis, as quais considera “[...] *muito mais fortes do que eu já vi nesses últimos 40 anos [...]*”. Sobre essas manifestações, ela afirma que “[...] *foi um enfrentamento da classe média da cidade, dos estudantes com muita força, um movimento estudantil muito formador de lideranças e de grande enfrentamento [...]*” (Janson, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Na PUCRS, Maria do Carmo passou a integrar o Arueira, tendência liderada por Laerte e outros estudantes da Famecos, tais como Guaracy Cunha, Rafael Guimaraens e Vladimir Araújo, além de Maria de Fátima Fischer, da Psicologia (nossa entrevistada anterior), Tadeu Rigo e Rogério Sottilli. Essa tendência não estava vinculada a nenhum partido político, conforme vimos anteriormente, por isso, em vários pleitos, se aliou ao Pcdob para compor chapas. De acordo com os autores Ivanir José Bortot e Rafael Guimaraens (2008, p. 226), a constituição desse grupo seria uma “*tarefa revolucionária de Laerte*”, que ingressou na PUCRS após retornar a Porto Alegre, depois de cumprir quatro anos de prisão em São Paulo por sua participação na VPR. Segundo Meliga, seu objetivo ao ingressar na PUCRS era construir um processo de organização rígida, conforme determinação de sua organização, a Aliança Libertadora Nacional. Entretanto, sobre esse processo, conta que:

“[...] *No movimento estudantil da PUC, aprendi que estava errado. Eu sou oriundo de uma organização político-militar muito rígida, uma política de*

²⁸⁵ Sobre esse tema, ver: VARGAS, Mariluci Cardoso. *Deslocamentos, vínculos afetivos e políticos, conquistas e transformações das mulheres opositoras à ditadura civil-militar: a trajetória do movimento feminino pela anistia no Rio Grande do Sul (1975-1979)*. 2010. 320f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

²⁸⁶ Faz parte da Escola de Comunicação, Artes e Design da PUCRS, mais conhecida como FAMECOS.

²⁸⁷ No final da década de 1960, Meliga era estudante secundarista quando passou a militar na VPR, sendo preso em São Paulo, onde permaneceu por quatro anos. Fonte: JANSON, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes via Microsoft Teams. Canoas (RS), 25 fev. 2022.

quadros, e eu aprendi na PUC a trabalhar com uma visão de massas, onde a diversidade era maior. Não havia como manter uma disciplina de organização militar como o trabalho de massa” (MELIGA apud BORTOT; GUIMARAENS, 2008, p. 226).

Naquela época, explica Maria do Carmo, o curso de História era dividido em duas partes, sendo a primeira delas chamada de Estudos Sociais, que formava professores de História, Geografia, Organização Social e Política do Brasil (OSPB), Moral e Cívica para atuar nas séries iniciais, e, dando prosseguimento ao curso, no que era denominado Licenciatura Plena, formavam-se os professores de História. Maria do Carmo fez a metade do curso e, em 1983, foi aprovada no concurso do magistério estadual, passando, então, a participar do sindicato dos professores do estado do Rio Grande do Sul, o CPERS. Segundo ela, as pautas e ações do movimento estudantil eram muito limitadas, logo “[...] aquilo já tinha passado para nós e precisávamos entrar no meio do povo para ajudar a politização e a educação popular [...]” (Janson, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Assim, conta que se casou com Laerte, que já tinha uma longa trajetória enquanto militante, e mudaram-se para Gravataí, onde foram morar numa vila operária, além de fazer parte de uma Comunidade Eclesial de Base, influenciadas pela Teologia da Libertação. O objetivo deles era contribuir com a educação de base para a formação do PT, bem como formação de células do partido no meio popular e impulsionar lideranças comunitárias no meio político. Algum tempo depois, Maria do Carmo retorna à universidade para concluir a Licenciatura Plena em História, passando a lecionar, também, no município de Porto Alegre.

Depois dessa experiência em Gravataí, Maria do Carmo e Laerte foram viver no acampamento de trabalhadores sem-terra, Encruzilhada Natalino, localizado em Ronda Alta (RS). Ela e seu então marido foram contratados pela Editora Vozes e pela Pastoral da Terra para morar nesse acampamento e, como resultado dessa experiência, lançar um livro, o qual foi intitulado “Encruzilhada Natalino”²⁸⁸, publicado em 1982. Além disso, de acordo com Maria do Carmo, um dos objetivos norteadores do Arueira era atuar nos movimentos populares, assim,

“[...] a nossa tarefa era justamente essa: participar no que fosse possível na educação popular, na formação de quadros de trabalhadores do campo, da cidade, trabalhando junto com a CPT²⁸⁹, com a Pastoral da Terra, com o MST que se funda exatamente nessa época, ano 84, no Congresso, em Curitiba [...]”

²⁸⁸ MELIGA, Laerte Dorneles; JANSON, Maria do Carmo. *Encruzilhada Natalino*. Editora Vozes: Petrópolis, 1982.

²⁸⁹ Comissão Pastoral da Terra (CPT).

(JANSON, *Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022*).

A militância de Maria do Carmo no movimento estudantil foi breve, pois, quando retorna para universidade, já está atuando no CPERS, na Pastoral da Terra e no PT. No partido, estava participando do diretório municipal, bem como fazendo campanha para Selvino Heck, que concorria à uma vaga ao legislativo estadual naquele período. Esses são os movimentos sociais nos quais ela deu continuidade à sua militância até hoje, com exceção do CPERS, já que se aposentou do magistério em 2012.

Relata que a relação entre sua militância e o meio familiar foi bastante conflituosa, principalmente com sua mãe, que era uma mulher conservadora, sobretudo no que diz respeito a “moral e aos bons costumes”. Ademais, afirma que “[...] a regra era sair de casa, romper com pai, com mãe e ir morar em comunidade. No caso, eu fiz isso, mas não em comunidade e sim com esse namorado que viria a ser meu marido [...]” (Janson, *Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022*). Todavia, conta que não rompeu com seus pais para sair de uma estrutura repressiva, mas sim porque sua mãe não aceitava que sua filha tivesse uma vida conjugal com um homem sem ser casada. “[...] Então, isso eu enfrentei e foi duro [...]”. Por fim, conta que somente aos 20 anos de idade, quando conheceu o pensamento, inteligência, teses marxistas e um grupo de jovens militantes de esquerda, que encontrou as respostas que buscava desde a adolescência, já que as buscou em temas esotéricos e meditação transcendental, sem sucesso. Então conclui dizendo que a experiência mais rica que carrega do movimento estudantil são amizades estabelecidas naquele momento, já que, de acordo com Maria do Carmo, seus amigos mais próximos até hoje são aqueles companheiros de militância.

6.1.8 Elisabete Zardo Búrigo²⁹⁰

Nossa oitava entrevistada foi a professora Elisabete Zardo Búrigo, de quem consegui o contato através de Maria do Carmo, pois, assim como no caso das “meninas” da Agronomia/UFPel, elas mantêm uma relação de amizade desde o período de militância. Bete, como é chamada, conta que seu primeiro contato com o movimento estudantil aconteceu em seu último ano no Colégio de Aplicação da UFRGS, no ano de 1977. Nessa época, o CAp/UFRGS estava sediado no mesmo prédio da Faculdade de Educação (FACED), então os secundaristas estavam em contato com os universitários, que, por sua vez, começaram a se

²⁹⁰ BÚRIGO, Elisabete Zardo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes via Microsoft Teams. Alegrete (RS), 06 abr. 2022. Fonte: acervo pessoal.

rearticular para movimentações de rua, como já mencionamos anteriormente. Os secundaristas se insurgiram contra a direção do colégio após o Grêmio Estudantil ser fechado, assim, por sua participação nas manifestações contrárias à essa decisão, ela conta que “[...] eu acabei sendo convidada a sair da escola, que era uma forma branda de expulsão [...]”. Nesse período, ela era ~~ela~~ presidente do Conselho de Representantes. Todavia, afirma que não tinha nenhuma formação política, mas o que a motivava a participar de tais manifestações era “[...] a ideia da democracia e a democracia contra a censura, pelas liberdades democráticas [...]” (Búrigo, Elisabete Zardo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Bete lembra sobre um evento em alusão aos 50 anos do CAP/UFRGS em que ela foi convidada a participar. Porém, ao saber que a professora que havia feito a moção em favor de sua expulsão seria a homenageada, ficou incomodada, conforme conta: “[...] fiquei meio chocada com a homenagem a essa diretora, que foi quem presidiu. Ela não decidiu sozinha, mas foi ela que articulou essa minha saída da escola, tida como uma grande educadora [...]” (Búrigo, Elisabete Zardo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022). Por esse motivo, escreveu uma carta de repúdio que enviou à algumas pessoas e, em razão dessa repercussão, foi convidada a escrever um artigo que foi publicado na revista *Cadernos do Aplicação*²⁹¹.

Em 1978, Bete ingressou no curso de Matemática da UFRGS e, por meio de convite de alguns amigos e ex-colegas do CAP, começou a participar de um grupo de estudos sobre marxismo: “[...] a gente lia o livro *Introdução ao Marxismo*, do Hugo Mandel [...]”. A partir dessas leituras, percebeu que “[...] a única alternativa para a irracionalidade do mundo que a gente vive era caminhar para socialismo [...]” e que a única forma possível de isso acontecer era através de uma revolução. Outro despertar para essa questão política foi participar de uma disciplina chamada “Introdução à Física Contemporânea”, ministrada pelo professor Alfredo Aveline, em que ele falava da importância de energias alternativas, tais como a energia solar e a eólica, que, à época, não se discutia, pois, segundo Aveline, essas discussões não avançavam justamente porque, no capitalismo, o interesse das grandes empresas é que prevalece. Essa questão ambiental foi decisiva para que Bete iniciasse sua militância, já que: “[...] em parte por razões intelectuais e em parte por indignação, eu fui me definindo assim como uma militante socialista [...]” (Búrigo, Elisabete Zardo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

²⁹¹ Ver: BÚRIGO, Elisabete Zardo. O Aplicação contra o Aplicação. *Cadernos do Aplicação (UFRGS)*, v. 17, p. 173-176, 2004. Não conseguimos localizar esse artigo, pois os artigos digitais que compõem o sítio da revista estão disponíveis somente a partir de 2008.

Ainda no ano de 1978, Bete ingressou na tendência socialista do MDB, mas, no movimento estudantil, ela começou a participar somente no ano posterior, em que aconteceu o Congresso de Reconstrução da UNE, em Salvador, do qual Bete participou. Em julho do mesmo ano, ela foi para Fortaleza participar de uma reunião dos estudantes de matemática durante a realização do encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Nesses dois eventos, conta que teve contato com o movimento estudantil de todo o país. Ao retornar para Porto Alegre, passa a participar da tendência Peleia, que, segundo ela, era composta por muitas pessoas ligadas ao setor jovem do MDB, assim como alguns que estavam ligados à uma organização que estava sendo constituída, a Democracia Socialista (DS). A partir daí, Bete migra para a DS e participa ativamente do movimento pró PT, até que, em 1980, acontece a fundação do partido, ao qual a DS adere. Nesse mesmo período, ela é eleita para a direção do D.A. da Matemática (Gestão 1981/1982), em que idealizaram um jornal, chamado “*Teorema*”, e realizaram reuniões para discutir sobre a luta por melhorias no ensino, bem como contra o ensino pago, que era uma proposta que estava em voga, já que havia a ideia de que as universidades públicas cobrassem mensalidades, como já demosramos acima. Também lutavam pela Anistia, ou seja, eram pautas bem diversificadas, para além do fim da ditadura.

Sobre os momentos que mais marcaram suas vivências estudantis, Bete volta a lembrar do episódio do CAp, pois, como mencionado, ela era presidente do Conselho de Representantes e, caso a direção do Grêmio renunciasse, ela deveria assumir provisoriamente a entidade. Em uma reunião com “[...] *peessoas que eu não conhecia e alguns eram universitários, justamente irmãos, irmãs ou pessoas mais velhas e irmãos dos meus colegas [...]*”, essas pessoas passaram a questionar se ela sabia o que estava em jogo e se estava preparada para a situação difícil que iria enfrentar, ao que ela rapidamente respondeu que sim, que estava disposta a enfrentar tais desafios. E, segundo Bete, “[...] *eu pensei bem rápido: ‘você já estão querendo me escantear?’*, então, *sem ter noção mesmo do que eu estava fazendo, eu disse: ‘não eu, seguro a onda sim’*. *E de fato, depois segurei [...]*”. Os estudantes do CAp fizeram algumas ações, tais como criar um jornal para denunciar a direção da escola, assim como levaram para a imprensa essa demanda. “[...] *Depois a gente teve que enfrentar a direção numa reunião lá da escola, onde nos acusaram de várias coisas. E em todos esses espaços eu estava lá, assumindo meu papel. [...]*” (Búrigo, Elisabete Zardo. *Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022*).

O desfecho desse episódio rememorado por Bete, foi que todos os seus colegas envolvidos nessas manifestações foram chamados para assinar um termo de compromisso em

que eles se comprometiam a respeitar as normas da escola, dando a entender que não cometeriam mais atos “subversivos”. Entretanto, Bete foi a única que não assinou o tal termo de compromisso, pois, de acordo com ela, “[...] *segurei a onda sozinha e pensei muito se eu devia ou não fazer isso. Quebrei a cabeça. Mas na época eu pensei assim: ‘Não, eu vou morrer de vergonha de mim mesmo se eu assinar uma coisa dessas, eu não posso fazer isso’ [...]*”. Esse ato de coragem de Bete trouxe algumas consequências emocionais, mas também alguns ensinamentos, como ela explica abaixo:

“[...] embora fosse muito sofrido sair da escola e tudo mais, e eles tentavam nos humilhar. Mas talvez essa experiência tenha sido muito importante exatamente por isso, porque era como se te perguntasse assim: ‘tu tens coragem?’ aí tu tens que pensar, não é? Então, vamos dizer assim: como eu sobrevivi aquilo? sobrevivi do ponto de vista do respeito comigo mesma, porque em outro sentido, foi muito duro, foi muito traumático. Mas enfim, eu acho que isso depois me ajudou a encarar várias outras situações. E, claro, que aí mais esperta, não é? Não me expondo sozinha e cuidando para estar sempre dentro do grupo [...]” (BÚRIGO, Elisabete Zardo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Acerca da relação com sua família, Bete afirma que eles tinham conhecimento de sua militância, porém, sua mãe sempre a aconselhava a não se envolver demais, em razão dos riscos que estava correndo. Contudo, no ano de 1980, Bete saiu da casa de seus pais e foi dividir casa com alguns amigos, experiência esta lembrada por ela como algo bem importante, pois eram homens e mulheres que não possuíam nenhum tipo de relacionamento amoroso morando em um mesmo espaço. Para ela, essa atitude desafiava a moral que imperava naquele período. Então, ao sair da casa de seus pais, lhe deu uma maior liberdade, pois “[...] *já estava fora da autoridade, vamos dizer assim, da família*”. Bete pontua que sair de casa não foi uma tarefa tão fácil, uma vez que, a partir disso, precisou se sustentar sozinha e encarar a “vida adulta” (Búrigo, Elisabete Zardo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Sobre os momentos que mais marcaram a sua trajetória, Bete elenca alguns acontecimentos, como, por exemplo, a greve em 1982 contra a proposta da reitoria de aumentar os preços do restaurante²⁹². E, em repúdio, os estudantes pulavam a catraca do restaurante. Nesse movimento, o pessoal encarregado de administrá-lo acabou abandonando o recinto. Com isso, os alunos assumiram o controle do RU central da UFRGS, localizado na Avenida João Pessoa, e houve a mobilização de uma grande parte dos alunos da universidade.

²⁹² Bete está se referindo à greve dos bandejões, como ficou conhecida, sobre a qual discorreremos no segundo capítulo da tese.

Assim, as aulas começaram a parar e os estudantes se direcionavam ao RU para discutirem os próximos passos. Os estudantes não tiveram sucesso com essa greve, pois o aumento foi aprovado, embora com porcentagem menor do que a reitoria gostaria. Ela conta que outro momento importante foi quando os estudantes da UFRGS conseguiram mobilizar toda a universidade, com o apoio dos alunos da PUCRS, Unisinos e secundaristas, em repúdio à vinda do ditador argentino, Jorge Videla, que estava em Porto Alegre, para reinaugurar a Praça Argentina, que havia passado por reparos e está localizada bem próxima ao campus central da UFRGS. A solenidade, marcada para o dia 23 de agosto de 1980, era um “presente” do ditador-presidente João Figueiredo para Videla. Os estudantes foram duramente reprimidos pelas forças policiais. Ao rememorar esse episódio, Bete afirma que:

“[...] prenderam algumas pessoas, bateram em outras. Então, em protesto contra aquela repressão também, a gente conseguiu parar a universidade. Tinha um sentimento muito forte de indignação contra o autoritarismo, de solidariedade. E essa experiência toda foi muito boa. E eu acho que sempre ficou para mim essa ideia de que é possível as pessoas se mobilizarem, se unificarem, mesmo quando elas parecem que estão acomodadas [...]” (BÚRIGO, Elisabete Zardo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

No ano de 1983, Bete se forma na universidade e inicia sua carreira no magistério estadual, passando, então, a militar no CPERS até o ano de 1987. Dois anos antes, ela ingressou no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS²⁹³, onde defendeu a dissertação intitulada “*Movimentos da matemática moderna no Brasil: estudo da ação e do pensamento de educadores matemáticos nos anos 60*”²⁹⁴ em 1989. No início dos anos 1990, Bete mudou-se para São Paulo, onde continuou lecionando no magistério municipal, quando, em 1996, retorna a Porto Alegre para assumir o cargo de professora no Departamento de Matemática Pura e Aplicada da UFRGS. Em 2000, ela se afasta da UFRGS para dedicar-se ao seu doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP), onde defendeu a tese “*A reforma do ensino técnico segundo os professores: adaptações e resistências em duas escolas técnicas industriais gaúchas*”²⁹⁵. Em relação à militância, afirma que militou no PT até 2005 e depois migrou para o PSOL, além de militar

²⁹³ Fonte: <http://lattes.cnpq.br/0813705231998657>. Acesso em: 03/08/2023.

²⁹⁴ BÚRIGO, Elisabete Zardo. *Movimentos da matemática moderna no Brasil: estudo da ação e do pensamento de educadores matemáticos nos anos 60*. 1989. 293f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 1989. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/163050>. Acesso em: 03/08/2023.

²⁹⁵ BÚRIGO, Elisabete Zardo. *A reforma do ensino técnico segundo os professores: adaptações e resistências em duas escolas técnicas industriais gaúchas*. 2004. 555f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/219708>. Acesso em: 03/08/2023.

no Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) desde que se tornou professora na UFRGS.

Sobre suas experiências da época do movimento estudantil que ainda carrega consigo, Bete diz que foi nesse período que conheceu muitas ~~que~~ pessoas que compartilhavam dos mesmos ideais que ela, pessoas que gostavam de ler, de estudar e ela se identificava com isso. Afirma que o grupo não fazia leituras apenas dos teóricos tradicionais, como Marx e Trotsky, mas sobre outros autores que estavam produzindo reflexões sobre política naquela época. De acordo com ela, “[...] *conhecer pessoas que estavam empolgadas com a ideia de mudar o mundo, não é? Então isso foi muito legal. Foi uma experiência que me marcou [...]*”. E conclui fazendo uma análise sobre as decepções acerca daqueles que eram seus companheiros e acabaram assumindo outras posições:

“[...] Depois, como eu te disse, nem todos queriam tanto mudar o mundo. Então essa foi a parte da decepção. Quando eu fui vendo que muito do que se dizia... [...] tinha muito discurso anticonsumista, a gente era muito [...] tinha muito desprezo por essa ideia de querer ter altos salários para comprar carros, roupas etc. Daqui a pouco eu vi que algumas pessoas que estavam junto seguiram esse caminho. Então, também, foi o momento de perceber que as pessoas mudam, que algumas convicções não são tão fortes. As coisas também vão mudando, mas algumas continuaram. Então, assim, algumas pessoas com quem eu milito hoje são parceiros de uma vida inteira. Isso tem um valor muito grande. E esse episódio do Aplicação, ele também foi um episódio que eu acho que eu sempre trago comigo e muito forte: que nunca vale a pena tu, para ficar bem com alguém, para mudar uma situação, tu admitir um erro que tu não cometeste, nunca fazer isso [...]” (BÚRIGO, Elisabete Zardo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

6.1.9 Sônia Weidner Maluf²⁹⁶

A última entrevista foi realizada com Sônia Maluf, cujo nome me foi passado por Bete Búrigo quando a entrevistei. Dessa forma, entrei em contato com Sônia via e-mail e depois passamos a conversar por *WhatsApp* para marcarmos uma data em que realizaríamos a entrevista. Ela aconteceu no início de abril de 2022, quando Sônia encontrava-se em João Pessoa, onde estava atuando como professora voluntária na Universidade Federal da Paraíba, junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFPB)²⁹⁷. O início de sua vida na militância ocorreu no ensino médio, antigo segundo grau, mais especificamente quando

²⁹⁶ MALUF, Sônia Weidner. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes via Microsoft Teams. Canoas (RS), 06 abr. 2022. Fonte: acervo pessoal. [A entrevista transcrita na íntegra encontra-se nos apêndices desta tese].

²⁹⁷ Fonte: <http://lattes.cnpq.br/8292062616231105>. Acesso em: 19/08/2023.

houve uma intervenção da direção do Colégio de Aplicação da UFRGS (CAp/UFRGS) no Grêmio Estudantil dessa instituição de ensino em 1976. Como forma de comunicação, os estudantes produziam o jornal chamado “*O Berro*”, o qual continha artigos que versavam sobre ditadura, situação política do país, entre outras questões. Por conta disso, a direção da escola interveio no funcionamento daquela entidade estudantil e acabou fechando-a. Como forma de repúdio a essa decisão, os estudantes redigiram uma nota, assinada enquanto conselho, que foi distribuída à toda comunidade escolar do CAp.

Contudo, a direção chamou cada de um dos representantes para questionar se tinham assinado, de fato, a referida nota de repúdio. Sônia conta que ela e os demais colegas que estavam no segundo e terceiro anos assumiram a autoria da nota e como consequência acabaram sendo expulsos do CAp. Em contrapartida, os pais agiram. Sua mãe, juntamente com outros pais, em reunião com a direção da escola, conseguiu que a mesma recuasse e então os jovens retornaram à escola com matrícula condicional, ou seja, eles não poderiam cometer mais nenhum deslize que contrariasse as normas da escola, senão seriam definitivamente expulsos. No ano seguinte, Sônia, em seu último ano no CAp, começou a participar das manifestações estudantis que voltaram a tomar as ruas das principais cidades do país.

Assim como foi relato por Bete, Sônia também lembrou que, por estar em contato com o movimento estudantil universitário, começou a participar das assembleias de estudantes da UFRGS, bem como das passeatas estudantis contra a ditadura e a favor das liberdades democráticas. Ela conta sobre a primeira manifestação de que participou, a qual foi marcada por uma das cenas mais emblemáticas desse período, de acordo com a entrevistada. Uma estudante, como forma de se defender da tropa de choque da polícia que investia contra os manifestantes, levanta com as mãos uma bandeira do Brasil usando-a como proteção contra uma possível agressão. A explicação para esse ato, talvez, esteja no fato de que muitas pessoas acreditam que, por se tratar de um símbolo nacional, os policiais não podem agredir uma pessoa que porta uma bandeira de nosso país²⁹⁸. Ainda sobre essa manifestação, Sônia lembra que os policiais, numa tentativa de dispersar os manifestantes, usaram mangueiras com água, fazendo com que muitos caíssem no chão várias vezes. Para tentar fugir da

²⁹⁸ Conforme uma reportagem do G1 Minas Gerais, a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre os símbolos nacionais (bandeira, armas, hino e selos), afirma que é permitido que as pessoas façam uso da bandeira nacional em manifestações “do sentido patriótico dos brasileiros, de caráter oficial ou particular”, como recomenda o artigo 10 da referida lei. Entretanto, não há nenhuma menção que os policiais não possam agir contra alguém que estiver com a bandeira. Ver: ARAÚJO, Glauco; FREITAS, Raquel. Manifestantes usam bandeira do Brasil como “escudo” em atos de BH. *G1 Minas Gerais*, 28 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/06/manifestantes-usam-bandeira-do-brasil-como-escudo-em-atos-de-bh.html>. Acesso em: 19/08/2023.

repressão, ela pulou o muro da Faculdade de Direito da UFRGS, porém, vários colegas acabaram presos.

No ano de 1978, Sônia ingressou no curso de Comunicação Social, habilitação Jornalismo Gráfico e Audiovisual, na UFRGS. Desde seu ingresso na universidade, participou das atividades do Diretório Acadêmico do Jornalismo (DABICO). Além disso, naquela instituição de ensino, reencontrou várias pessoas com as quais atuou no Grêmio do CAP e criaram um grupo de estudos, que não tinha ligação com nenhuma tendência estudantil. Nesse grupo, liam textos tais como “Combate sexual da juventude”, de Wilhelm Reich²⁹⁹ e de Ernest Mandel³⁰⁰. Logo, algumas pessoas passaram a se aproximar da Peleia, tendência esta que Sônia teve contato quando ainda era secundarista, porém, não participava organicamente dessa corrente. Ademais, conta que, ainda no CAP, participava de algumas atividades lideradas pela Libelu, pois, segundo ela, a Libelu estava mais ativa nas chamadas das manifestações, de ir para a rua contra a ditadura e fazer ações como ~~fazer~~ colar de cartazes pelas dependências da universidade. Porém, pela sua proximidade com os demais integrantes do grupo de estudos que passaram a militar pela Peleia, ela conta que acabou ingressando nessa tendência. Outra parte desse grupo passou a compor a tendência Manifesto.

Como mencionado anteriormente, desde seu ingresso na universidade, Sônia começou a participar das atividades do DABICO, passando a fazer parte da direção no ano de 1979. Nesse mesmo ano, representando aquele diretório acadêmico, foi para o Congresso de Refundação da UNE, realizado em Salvador. Ao lembrar esse momento, conta sobre o sentimento de pertencimento, mas também, de indignação, já que todas as decisões eram tomadas por homens, ao que questiona: “[...] *Por que não as mulheres também? Por que só os homens? Então, toda uma questão começou a aparecer ali e algumas mulheres resolveram começar a se reunir [...]*” (Maluf, Sônia Weidner. *Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022*).

Foi nesse contexto, que, em 1980, Sônia e Dinah Lemos, uma companheira de militância no movimento estudantil, propuseram criar um grupo feminista. A primeira reunião

²⁹⁹ O médico e psicanalista é considerado o criador do freud-marxismo, que foi levado adiante pela Escola de Frankfurt, sobretudo por Theodor Adorno e Herbert Marcuse. Posteriormente, em consequência da revolução sexual, passou a ser lido por jovens progressistas. Para saber sobre Reich, ver: DE SÁ, José Felipe Rodriguez. Quem foi Wilhelm Reich? Um retrato falado pela historiografia psicanalítica oficial. *Psicologia Corporal*, v. 22, 2021, p. 1-9. Disponível em: <https://www.centroreichiano.com.br/revista-online-psicologia-corporal-vol-22-ano-2021/>. Acesso em: 19/08/2023.

³⁰⁰ Economista marxista alemão, Mandel, filho de membros do Partido Comunista Alemão, dedicou sua vida à militância e aos estudos da economia e análise profunda das dinâmicas do capitalismo tardio. O seu livro “O capitalismo tardio”, publicado em 1972, é considerado por muitos estudiosos sua obra-prima. Para conhecer as obras de Mandel, ver: <https://www.marxists.org/portugues/mandel/index.htm>. Acesso em: 19/08/2023.

aconteceu na casa em que Sônia e Dinah dividiam com outros estudantes. Assim, muitas meninas do movimento estudantil compareceram e decidiram formar um grupo de reflexão, de ação, no qual elas poderiam expor suas experiências desde sexualidade, passando por aborto, contracepção, política, família etc. Criado o grupo, elas passaram a se reunir em uma sala do DCE da UFRGS, que fica no mesmo prédio da Casa do Estudante Universitário (CEU) dessa universidade. Entretanto, as reuniões eram clandestinas, já que, nesse período, a entrada de mulheres na CEU era proibida: “[...] *A gente ia de escada, burlava os guardinhas [...]*”. Devido à essa proibição, os moradores da CEU convidaram esse grupo de mulheres para fazer uma intervenção naquele espaço e foi assim que, em abril de 1980, as mulheres invadiram a CEU. Sobre esse importante episódio, o qual iremos retomar mais adiante, Sônia relata:

“[...] A gente começou a reunir os moradores e marcamos então uma entrada feminina na moradia estudantil. A gente foi para a rádio; passou em aula; deu um discurso em RU; a gente fez muita coisa para chamar essa grande entrada feminina. Fizemos as faixas e tudo. [...] Eu sei que no dia, quando a gente chegou lá, a gente não acreditou. Tinha quase 1000 universitárias da UFRGS. Algumas do movimento estudantil, algumas da PUC, que tinham ido naquele dia. A gente esperou reunir toda a concentração e fomos entrando. Fomos entrando e subindo. Foi muito bonito, porque quando a gente estava lá embaixo, já no movimento de entrar, os moradores já estavam todos descendo faixa e aplaudindo e tal, e jogaram papel picado. Foi uma festa! Então a gente foi subindo e foi ocupando os andares. A gente tinha feito uma organização de quantas iam ficar por andar para a gente garantir que todos os andares seriam ocupados. Nossa ideia inicial era chegar lá [...], cada andar tinha um tema, então a gente ocupava o andar, fazia um círculo para debater aquele tema: creches e trabalho, sexualidade, movimento estudantil, enfim, política. E aí a gente foi fazendo isso e formamos esses círculos para debater esses temas e ficamos [...]. Mas a ideia era voltar: ‘bom terminou o movimento, a gente desce e vai embora’. E aí o que aconteceu? Ficamos a tarde inteira fazendo essas discussões, produzindo material e discutindo com os guris [...]” (MALUF, Sônia Weidner. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Após essa ação, elas resolveram formalizar o grupo, bem como produzir um jornal. Depois de muito debater, o nome escolhido foi *Liberta*. Sônia explica que no jornal, homônimo, havia “[...] *duas palavrinhas pequenininhas, que era ‘mulher liberta mulher’, então, é um verbo [...]*”. O jornal *Liberta*, que teve 6 ou 8 números, contava com publicações acerca das discussões levantadas pelo grupo, assim como traduzia por meio de artigos, suas experiências. Sônia afirma que a questão da experiência sempre foi algo muito presente no grupo, pois era importante “[...] *trazer a nossa experiência subjetiva, pessoal e coletiva. Então era um grupo parecido com aqueles grupos de reflexão feminista no movimento*

chamado da Terceira Onda [...]” (Maluf, Sônia Weidner. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022). Além disso, passaram a realizar intervenções, principalmente em relação à questão da violência contra a mulher. Para essa atividade, elas ficavam o mês inteiro fazendo o mapeamento de tudo que saía na mídia sobre o tema e, na primeira segunda-feira de cada mês, elas se dirigiam até a Esquina Democrática³⁰¹, onde, todas de preto, formavam um círculo de violão e começavam um jogral que dizia: “Estamos aqui reunidas para denunciar a violência”, e, numa tabuleta, elas colocavam os nomes das mulheres que tinham sido vítimas de violência doméstica naquele mês. Abaixo, a entrevistada relata como funcionava a dinâmica dessa atividade:

“[...] A gente chegava sem discurso [...]. Era aquela fala, aquele jogral e depois cantar. Eventualmente, a gente falava também, mas aquele movimento, aquele teatro, aquela performance, chegou a reunir 300 mulheres em volta da gente. Estavam ali passando no centro. Muitas vinham falar com a gente; muitas pediam ajuda; algumas ingressaram no nosso movimento [...]” (MALUF, Sônia Weidner. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

No caso das mulheres que pediam ajuda, as meninas do Liberta as encaminhavam para o S.O.S mulher, do S.O.S violência, que era uma ação liderada pelo Ação Mulher³⁰², grupo composto por feministas mais experientes, as quais já eram formadas e atuavam profissionalmente. O Ação Mulher possuía um acolhimento para as mulheres vítimas de violência que contava com psicólogas e advogadas. Essa postura, porém, era criticada pelo Liberta, composto por feministas que também militavam no movimento estudantil e estavam ligadas à chamada esquerda revolucionária, portanto, achavam que precisariam ir além do assistencialismo, afirma Sônia. Era necessário assistir essas vítimas, mas era fundamental denunciar e criar dispositivos de enfrentamento. Todavia, colocadas as diferenças de lado, muitas ações conjuntas foram realizadas por esses dois grupos feministas, conforme relata Sônia:

“[...] a gente organizou junto com elas muitas atividades. Uma delas foi uma ação nos outdoors de Porto Alegre, de roupas íntimas. De repente, apareceu muito outdoor de propagandas da DeMillus e Duloren, com mulheres só de roupa íntima, de sutiã e calcinha: ‘Os homens preferem Duloren’. Tinha uma outra que era horrorosa também. O foco era o desejo masculino. Ai a gente: “ah não! vamos fazer uma ação!”. A gente reuniu os grupos feministas e passamos uma

³⁰¹ A Esquina Democrática, localizada entre o cruzamento da Rua dos Andradas (da Praia) e da Avenida Borges de Medeiros, no centro histórico de Porto Alegre, é conhecida como um ponto de manifestações na cidade.

³⁰² Após a desarticulação do Costela de Adão, grupo feminista porto-alegrense já mostrado no terceiro capítulo desta tese, foi criado, no final dos anos 1979, o Movimento da Mulher pela Libertação (MML), que mais tarde também se desmembrou e, ainda naquele período, deu origem ao Ação Mulher (Vieira, 2019, p. 150).

madrugada enchendo aquelas bexigas com tinta, pegamos spray e saímos com os carros delas, porque na época, a gente não tinha carro, não tinha grana; a gente tinha 19, 20 anos, estudantes e comíamos no RU [risos]. O que a gente fez? A gente saiu com elas e a gente pichou todos os cartazes da cidade e jogamos os balões com tinta. ‘Mulher não é boneca, mulher não é objeto’. Aquilo foi um impacto muito grande. [...]’ (MALUF, Sônia Weidner. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Essas ações abriram espaço para que o Liberta levasse a discussão da violência contra a mulher aos meios de comunicação, como relata Sônia. Ela conta sobre sua participação em uma entrevista no Jornal do Almoço³⁰³, juntamente com um delegado de polícia, onde ela denunciou a forma como eram tratadas as mulheres que iam prestar queixa contra seus agressores, uma vez que não havia nenhum tipo de acolhimento para essas vítimas. Relata ainda, do caso de uma mulher que sofreu violência sexual em uma delegacia, após fazer uma denúncia. Segundo ela, “[...] havia mais violência simbólica, física, enfim, moral, né? [...]” (Maluf, Sônia Weidner. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Outro ponto importante levantado por Sônia diz respeito ao movimento de mulheres que passou a se organizar dentro dos partidos políticos que acontecia paralelamente ao crescimento do movimento feminista brasileiro no início da década de 1980. Afirma que, pensando hoje, considera que esses dois movimentos pertenciam ao mesmo campo, mas, naquele momento, elas resolveram criar a Associação da Mulher Brasileira, fora do movimento feminista. Em linhas gerais, era a institucionalização da pauta feminista, uma vez que foram criados os departamentos femininos nos sindicatos, nos partidos políticos etc. Foram realizados, também, em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, os Congressos da Mulher e os Congressos Estaduais da Mulher, que deixaram de fora os grupos autônomos feministas. Sônia conta de um Congresso da Mulher realizado em Porto Alegre, em que ela e algumas companheiras do Liberta participaram com o intuito de denunciar que, nesses congressos, não eram pautadas as lutas específicas, mas somente as lutas gerais, como o fim da ditadura, a carestia, entre outras: “[...] a gente achava que isso era uma manipulação. Levavam as mulheres de ônibus, davam lanche, aquela coisa toda. Que era uma instrumentalização das mulheres. E a gente resolveu intervir [...]” (Maluf, Sônia Weidner. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022). Além do Liberta, outros grupos feministas da cidade também participaram e a intervenção se dava pela inscrição das

³⁰³ Jornal local do Rio Grande do Sul, transmitido pela RBS TV, afiliada da Rede Globo.

feministas nos momentos de debate. Sônia recorda, também, sobre o momento em que a ex-presidenta Dilma Rousseff³⁰⁴ lhe profere a seguinte crítica:

“[...] A gente foi em bloco e quando começava o Congresso, a gente se inscrevia para falar. [...] E eu lembro que quando eu estava esperando para falar, era um burburinho, já sabiam que as feministas estavam lá [...]. A Dilma estava lá, mas na época, a Dilma era uma militante do PDT. Eu fiquei uma hora do lado dela, ela olhou para mim e disse: ‘vocês são muito pequeno burguesas’ [risos] e eu falei: ‘olha, mais ou menos. A gente não tem dinheiro, não somos pequeno burguesas’. Mas claro que ela estava falando da visão da luta, vamos dizer assim [...]” (MALUF, Sônia Weidner. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Sônia fala ainda sobre a dupla militância que ela e várias outras companheiras desempenhavam, uma vez que militavam em um grupo feminista e simultaneamente no movimento estudantil. Portanto, embora houvesse um intercâmbio entre os dois movimentos, já que as militantes do Liberta levavam para a Peleia as questões do feminismo e, para dentro do Liberta, articulações contra a ditadura e questões gerais, a prática ~~que~~ não passou ilesa a críticas, pois, nos grupos feministas, “[...] nós éramos denunciadas como participando de outros movimentos, articuladas, que discutiam antes, coisas desse tipo [...]”, na Peleia, por sua vez, eram chamadas de divisionistas, por “[...] não levar em consideração as prioridades, a luta geral [...]” (Maluf, Sônia Weidner. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Em 1979, a Peleia se integra à DS, que, posteriormente, se torna uma corrente dentro PT. Dentro da DS, ela conta que existia um grupo de mulheres que discutia feminismo, estratégias e táticas, porém, foi uma batalha dura dentro da organização para que esse tema ganhasse espaço para debate. Sônia e outras companheiras ficaram responsáveis por escrever os projetos de resolução da DS para o feminismo, que estava pautado para ser levado ao Congresso Nacional, porém, acabou sendo retirado de pauta. Foi então que a entrevistada resolveu sair de atuação, no ano de 1984. Mas antes disso, afirma que, em conversa com o

³⁰⁴ Dilma Vana Rousseff iniciou sua militância em organizações de esquerda no ano de 1967, em Minas Gerais, onde cursava Economia na Universidade Federal de Minas Gerais e passou a integrar o Comando de Libertação Nacional (COLINA). Em 1969, com o recrudescimento da repressão, passou a viver na clandestinidade. No mesmo ano, o COLINA se funde à VPR, dando origem à VAR-Palmares, conforme mostramos no terceiro capítulo. No ano de 1970, Dilma foi presa por subversão pela OBAN e levada para o DOPS de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde foi submetida a sessões de tortura. No final de 1972 foi libertada e, no ano seguinte, mudou-se para Porto Alegre, onde, na década de 1980 ajudou a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), legenda a qual permaneceu filiada até 2001, quando ingressou em seu atual partido, o PT. Foi eleita presidenta do Brasil nas eleições de 2010 e reeleita ao cargo em 2014. Entretanto, por meio de articulações golpistas, sofreu um impeachment, que a impossibilitou de concluir seu segundo mandato – questão esta abordada no quarto capítulo da tese. Fonte: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dilma-rousseff/>. Acesso em: 27/10/2023.

grupo, decidiram que seria importante levar a atuação feminista para além da universidade. Assim, Sônia foi designada para fazer a assessoria feminista no Sindicato dos Metalúrgicos, em Canoas. Toda quarta-feira, ela se reunia com as mulheres da diretoria desse sindicato e, todo sábado, ela ia discutir sobre feminismo num bairro periférico da mesma cidade.

Juntamente com a militância e com a graduação, Sônia começou a trabalhar na sucursal do *Em Tempo* como repórter e redatora. Ela recorda que quando ela e Dinah Lemos escreveram um artigo versando sobre o feminismo que foi publicado naquele jornal, porém, o texto trazia uma faixa na parte superior, onde estava escrito “debate, debate, debate”, cuja atitude era comum quando não concordavam com determinados posicionamentos. No trecho abaixo, Sônia expõe as dificuldades que eram enfrentavam para levar o debate feminista até mesmo para as organizações de esquerda:

“[...] Esse é um dos grandes debates da gente [...], debate, embate, confronto, conflito com a esquerda naquele momento e dentro da DS; dentro da Peleia também, mas mais dentro da DS, era em relação à autonomia do movimento. Havia uma visão de que autonomia era relativa, no sentido de que, por exemplo, as mulheres dentro de uma categoria de trabalho; mulheres do vestuário, porque era muita mulher e era um sindicato muito ativo. Se as mulheres teriam autonomia em relação ao sindicato para fazer ações feministas, ações em torno da sua própria pauta, ou seja, se o departamento feminino do sindicato teria ou não autonomia, ou se elas deveriam se organizar mesmo num departamento feminino, ou se elas deveriam ter uma organização fora do sindicato. Esse era um debate e a gente defendia a autonomia radical, no sentido de que elas não deveriam depender de um sindicato patriarcal, machista, com estrutura hierárquica para defender sua pauta. Sua pauta específica: contracepção, direito ao salário igual [...], direitos contraceptivos e direito ao próprio corpo, que era a questão do aborto contra violência contra as mulheres [...]” (MALUF, Sônia Weidner. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Em 1984, em seu último de curso, Sônia menciona que já estava na hora de se formar e, como tinha trabalhado como jornalista desde o início de sua graduação, principalmente como *freelancer* em alguns veículos, tais como *Zero Hora*, *CooJornal* e Editora Caldas Junior, havia guardado algum dinheiro para que não precisasse trabalhar nesse período. Entretanto, foi convidada para montar uma assessoria de imprensa e criar um jornal para o Sindicato dos Telefônicos de Porto Alegre (SINTTEL). Passou, então, a trabalhar para este sindicato enquanto cursava as últimas disciplinas na faculdade de Comunicação Social.

No ano seguinte, foi aprovada na seleção de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), defendendo, no ano de 1989, a dissertação intitulada: *“Encontros perigosos: análise antropológica de*

narrativas sobre bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição”³⁰⁵. Todavia, afirma que tinha uma outra proposta de pesquisa, que seria relacionar jornalismo e ditadura, mas, ao cursar uma disciplina sobre os papéis sexuais e a questão da mulher, ministrada pela professora Esther Jean Longdon, Sônia se “apaixonou” novamente pelo tema, desenvolvendo, dessa forma, a dissertação supracitada. Ainda em 1985, ela foi aprovada no concurso para professora no Departamento de Comunicação e Jornalismo da UFSC, assumindo o cargo no ano letivo de 1986. No início dos anos 1990, fez o mestrado em *Diplôme D'etudes Approfondies em Antropologia* na *Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales*, França, e, em 1996, defendeu sua tese de doutorado em Antropologia Social e Etnologia, intitulada “*Les enfants du Verseau au pays des terreiros: les cultures thérapeutiques et spirituelles alternatives au Sud du Brésil*”, na mesma instituição francesa³⁰⁶. Além disso, Sônia fez parte da coordenação de algumas edições do Seminário Internacional Fazendo Gênero, promovido pela UFSC, e do conselho editorial da Revista Estudos Feministas, também da UFSC.

Por fim, Sônia afirma que o seu período de militância foi formador, sobretudo no que se refere ao intelecto, já que, nos grupos, lia as obras dos grandes nomes do marxismo, como Lenin, Trotsky e Mandel. Segundo ela,

“[...] foi formador, sobretudo no sentido de sujeito político, como sujeito moral também, porque havia uma questão muito forte do altruísmo, de fazer muito por um projeto de mudança, por um projeto de transformação. Isso nunca saiu de mim, mas mudou; nunca saiu de mim, mas mudou em cada momento na minha vida, talvez se recoloque de outra maneira [...]” (MALUF, Sônia Weidner. *Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes*, 2022).

6.2 A secundarização do papel da mulher no movimento estudantil

De acordo com Céli Regina Jardim Pinto, embora o movimento feminista seja um espaço privilegiado para o debate das desigualdades de gênero, ele não é o único. Segundo ela, essa afirmação se baseia no fato de que “os movimentos sociais de caráter popular têm

³⁰⁵ MALUF, Sônia Weidner. *Encontros perigosos: análise antropológica de narrativas sobre bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*. 1989. 242f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/75534/78916.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21/08/2023. Em 1993, sua dissertação foi publicada como livro pela editora Rosa dos Ventos, com o título “Encontros Noturnos”. Ver: MALUF, Sônia Weidner. *Encontros noturnos: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

³⁰⁶ MALUF, Sônia Weidner. *Les enfants du Verseau au pays des terreiros: les cultures thérapeutiques et spirituelles alternatives au Sud du Brésil*. Tese de Doutorado (Antropologia Social e Etnologia). École des Hautes Études en Sciences Sociales, França, 1996, p. 563. Fonte: <http://lattes.cnpq.br/8292062616231105>. Acesso em: 22/08/2023.

sido também locais de emergência de práticas de resistência à desigualdade contida nas relações de gênero”. Assim, independentemente dos impasses enfrentados pelas mulheres na participação na política formal, os movimentos sociais demonstram-se como lugares viáveis para aquelas que participam desses. Ademais, a autora ressalta as questões estratégicas de análise do espaço da mulher dentro do campo político, destacando que:

A presença da mulher no interior dos movimentos sociais, em geral, transforma a mulher de sujeito privado em sujeito público, tornando-se um importante canal para o aparecimento, nas relações de poder, tanto a nível público como a nível privado, de novas posicionalidades da mulher em relação às desigualdades de gênero (PINTO, 1992, p. 147).

Portanto, Céli Pinto diz que as mudanças provocadas pelo empoderamento de mulheres que participam de movimentos são resultados de três elementos: 1) a participação de mulheres nos movimentos causa uma ruptura em sua condição de invisibilidade pública; 2) o estabelecimento de grupos de mulheres no seio desses movimentos liderados por homens, mesmo que possam apresentar uma característica discriminadora ainda, configuram-se como mais uma conquista de visibilidade por essas mulheres; 3) a organização dessas mulheres a partir de reivindicações específicas que, segundo Céli Pinto, e constroem nos espaços privados, ocasiona uma ruptura do “eu” enquanto construção no privado, assim como a consequente introdução no espaço público. Dessa forma, o ingresso dessas mulheres em um movimento social pode significar “um rito de passagem do mundo privado para o mundo público. O rito envolve, no caso, uma rede de rupturas e a constituição de uma identidade pública” (Pinto, 1992, p. 131).

Essa visibilidade das mulheres nos movimentos mostrada por Pinto permite elucidar as possibilidades para uma investigação cujos objetivos não sejam apenas as adversidades enfrentadas pelas mulheres na sua participação política, mas, principalmente as possibilidades de articulação de sujeitos políticos na busca por outros espaços. Entretanto, um dos espaços políticos que se apresenta como ideal para a visibilidade de suas militantes foi pouco investigado até hoje. Assim, o movimento estudantil, como observado em nossa pesquisa, apresenta uma aparente equidade no que diz respeito a participação e liderança, já que a universidade é, pelo menos na definição, um espaço onde homens e mulheres vivenciam situações de equidade, garantida pelo ingresso universal ao ensino superior.

Todavia, a partir da análise das entrevistas realizadas, pudemos perceber que muitas delas que militavam no movimento supracitado durante a redemocratização brasileira ainda permaneciam na periferia e aquelas que chegaram a ocupar cargos dentro das entidades estudantis, o fizeram em posições menos relevantes. Das nossas nove entrevistadas, apenas

três delas foram presidentes dos DCEs de suas instituições de ensino: Angela Amaral, na UFPel; Eliana Colpo, na FunBa, e Maria de Fátima Fischer, na PUCRS. Dessas, apenas Angela e Eliana foram diretamente eleitas ao cargo. Maria de Fátima ocupava a vice-presidência da chapa e assumiu por conta da renúncia do presidente. Além disso, é importante frisar que, até 1980, as eleições na PUCRS eram indiretas. Neste sentido, ao serem questionadas sobre os espaços destinados às mulheres, a resposta foi unânime. Os cargos delegados a elas eram, quase sempre, de secretárias, as quais eram as responsáveis por elaborar as atas das reuniões e/ou assembleias, a coordenação cultural ou a vice-presidência. Ou seja, dificilmente seus nomes eram cotados para liderar uma chapa.

Além disso, em sua pesquisa de doutorado, Renato Della Vechia (2011, p. 243-289) conseguiu reconstituir boa parte das direções dos DCEs das principais universidades gaúchas no mesmo período abarcado em nosso trabalho e, ao analisarmos o material, ficou evidente a ínfima participação de mulheres nessas entidades. Assim, ainda de acordo com o autor, o DCE da FunBa contou apenas com o nome de Eliana Colpo em sua direção para a gestão 1984/1985. Da mesma forma, Angela Amaral foi a única eleita na UFPel desde a criação do DCE da universidade, em 1973, até 1985. A Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Unisinos e UCS não elegeram nenhuma mulher nesse período. Na Universidade de Passo Fundo (UPF), foi eleita Ana Lúcia Escobar para a gestão 1981/1982, pela Resistência. A Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) elegeu Maria da Graça Vieira Reis para a gestão 1974/1975, sendo esta aluna representante do DEE. A UFRGS foi a única universidade pública que não teve nenhuma mulher à frente de seu DCE. Já a UFSM, por sua vez, elegeu duas mulheres: Nara Magalhães, para a gestão 1981/1982, e Jussara Dutra para a gestão 1982/1983, ambas da Resistência. O caso da PUCRS já foi mencionado acima.

Outro ponto interessante se refere ao período de transição ocorrido no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, marcado pelas campanhas vitoriosas da esquerda estudantil nas principais universidades do Rio Grande do Sul, já que, a partir desta data, os DCEs dessas instituições de ensino passaram a ser comandados por seus representantes. Entretanto, importante lembrar, também, que foi nesse mesmo período que tivemos a reconstrução da UNE e da UEE/RS, possibilitando, com isso, a atuação de jovens alinhados com a esquerda nessas entidades.

Ainda sobre os espaços, poucas mulheres tiveram uma atuação significativa dentro da UEE/RS. A primeira chapa encabeçada por uma, chamada Luta e Democracia Já, concorreu para a gestão 1984/1985 e trazia o nome de Jussara Dutra (UFSM) para presidente. Acabou não sendo eleita. No ano seguinte, a chapa UEE LIVRE, liderada por Leda Meneguzzo (UCS)

concorreu e, também, não foi eleita (Della Vechia, 2011, p. 330-33). Do mesmo modo, em mais de 80 anos de existência, a UNE elegeu apenas nove mulheres para presidir a entidade³⁰⁷. Assim, ao serem instigadas a lembrar sobre o tema, nos chamou a atenção a fala de Bete Búrigo e como era (e ainda é) comum a tentativa de silenciamento de mulheres nos espaços públicos. Abaixo, o relato dela sobre um episódio ocorrido no Congresso da UEE/RS (1980), em Santa Maria:

“[...] Tinha várias mulheres participando e de vez em quando falavam, mas assim, como regra, eram os homens que falavam e faziam falas muito eloquentes, muito bem articuladas. E a gente tinha sempre a sensação de que não valia a pena falar porque não ia conseguir ser tão eloquente. Mas no Congresso da União Estadual de Estudantes eu resolvi que eu queria falar. Eu tinha alguma coisa para dizer, que eu nem lembro exatamente o que era. E me inscrevi para falar e veio um companheiro falar comigo, cochichar, dizendo: ‘tu tens certeza de que quer falar?’ Aí eu pensei rápido e disse: ‘sim!’. [...] Então fui lá, falei, fui aplaudida e tal. Então percebi que era possível falar no microfone para uma porção de gente, mesmo sendo mulher [pausa]” (BÚRIGO, Elisabete Zardo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Da mesma forma, Maria do Carmo Janson relata sobre a ausência de mulheres responsáveis por iniciar as discussões pertinentes nesse congresso que marcou a refundação da entidade representativa dos estudantes gaúchos:

“[...] Posso te dar um testemunho bem completo disso? Por quê? Porque eu estive no Congresso de Fundação da UEE, em Santa Maria, no ano de 1980. [...] Como todo congresso, se abrem as salas temáticas e começam as discussões das plenárias. Eu estive lá, sexta, sábado e uma manhã de domingo. Nessas discussões eu estive circulando por esses grupos. Talvez eu me lembre nos próximos dias, aí eu te informo. Mas até esse momento, que eu estou conversando contigo, não vem na minha memória nenhuma imagem de uma mulher defendendo uma tese. Nem eu, né? Não vem na minha memória. Vem na minha memória, mulheres, assim como eu, na periferia da discussão ou sentadas acompanhando a discussão. Então, nesse congresso da UEE, na minha memória, são só rapazes do movimento estudantil discutindo no meu Centro Acadêmico [...]” (JANSON, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

A realidade dessas mulheres que se inseriram no movimento estudantil universitário foi marcada por uma série de violências simbólicas, como o silenciamento praticado por parte dos próprios companheiros, pois, como vimos no capítulo anterior, o machismo se perpetuava

³⁰⁷ São elas: Clara Araújo (1982-1983); Gisela Mendonça (1986-1987); Patrícia de Angelis (1991-1992); Lúcia Stumpf (2007-2009); Virgínia Barros (2013-2015); Carina Vitral e Moara Correa Saboia (2015-2017); Marianna Dias (2017-2019); Bruna Brelaz (2021-2023); Manuella Mirella da Silva (gestão atual – 2023-2025). Fonte: <https://www.une.org.br/>. Acesso em: 27/10/2023.

nas organizações de esquerda como reflexo de uma sociedade patriarcal, que impõe às mulheres o espaço privado, voltado ao cuidado, seja do lar, dos filhos, do marido ou de terceiros, ao passo que o público é destinado aos homens, que ocupam, majoritariamente, quase todos os campos políticos. A seguir, a fala de Angela elucida bem acerca dos papéis de gênero que ainda eram impostos às militantes, corroborando com a fala de Maria do Carmo, acima:

“[...] A divisão [...], a questão das esferas pública e privada também eram reproduzidas como um espelho dentro do movimento estudantil. Então, por exemplo, nós, as meninas, fazíamos um trabalho de retaguarda; um trabalho de assessoramento; de elaboração; e a parte, vamos dizer, pública, do poder, do reconhecimento, eram os homens que desempenhavam. Que falavam nas assembleias, que dirigiam as assembleias. Eu vejo dessa forma, as mulheres fazendo a infraestrutura e os homens mais à vontade e livres, porque se tu não tens que carregar o piano, bom, tu podes dedicar mais tempo para fazer as articulações políticas, né? Então era bem por aí [...]” (JANSON, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Entretanto, quando essa lógica era subvertida, causava uma certa surpresa, como podemos ver na fala de Angela ao relatar sobre primeira vez que uma mulher (ela) se pronunciou em sala de aula quando a chapa foi apresentar seu programa para as eleições ao D.A. da Agronomia UFPel:

“[...] a gente passou em sala de aula, uma pessoa falou assim: ‘mas vocês são muito radicais!’, eu lembro que eu respondi, disse: ‘posso responder essa questão que o colega colocou? Sim, a gente é radical’. Aí fui buscar a origem da palavra, bem aquela coisa de quem lia, mas não tinha traquejo nenhum [risos], mas quando eu comecei a falar, nossa! foi um choque. Eu estranhei aquilo, porque tinha uns caras que estavam de cabeça baixa, levantaram a cabeça... chamou muito a atenção a voz de mulher, sabe? Mas eu não sabia que ia ser essa coisa toda... quando a gente saiu da turma, os guris ficaram na minha volta: ‘nossa, mas tu viste as pessoas? Pararam, levantaram a cabeça’. Então eles acharam melhor eu começar a introduzir. Quando a gente passasse nas salas de aula, fazer uma apresentação curtinha e eu fiz, porque eu acho que a questão da disciplina [...], eu via isso como muito importante e disse: ‘se isso vai beneficiar a nossa chapa, eu faço’. Eu não imaginava, sabe? E eu estranhava tudo, porque, como assim? uma coisa tão simples como falar em sala de aula fosse provocar tanta comoção? [...]” (AMARAL, Angela Maria do. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Através da fala dessas mulheres, fica evidente o preconceito que elas enfrentaram no interior do movimento estudantil, mesmo num período em que o feminismo e o movimento feminista estavam em plena expansão no país. Assim, sentindo a necessidade de introduzir a discussão feminista no meio estudantil, vários grupos foram criados no início da década de

1980 nas universidades gaúchas³⁰⁸, uma vez que a participação de mulheres nas tendências estudantis era bastante expressiva e estas atuassem ativamente nas atividades e mobilizações, eram sempre designadas a desempenhar tarefas “menores”, tais como a confecção de cartazes, como evidencia Maria de Fátima:

“[...] isso eu me lembro muito claramente que eu queria participar mais da direção, queria discutir, queria participar. E eu me lembro disso, que eles disseram assim: ‘tu vais começar com os cartazes’. Isso, bá, me deixou muito puta da vida na época [risos]. Eu podia fazer e eu fazia direitinho. [...] era isso que cabia para mim. Daí eu ficava na sala grande, desenhando os cartazes e os homens reunidos [...]” (FISCHER, Maria de Fátima Bueno. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Do mesmo modo, Sônia, ao ser questionada acerca dos cargos ocupados por mulheres e, sobretudo, aquelas identificadas como feministas, elucida:

“[...] Nunca nos convidavam para cargos. Essa era uma outra questão. A gente era extremamente ativista; a gente era extremamente presente no movimento estudantil; a gente ia em todas as reuniões; assembleias; participava; ralava; tarefaava, mas na hora de escolher os representantes formais, não nos chamavam. Em geral, eram homens, né? Eventualmente, participava uma que outra mulher, quando não tinha muita alternativa ou [...], enfim. Mas não nos chamavam, né? Eu participei da diretoria do DABICO, que era um Diretório Acadêmico de Jornalismo. Atuei muito lá. Fui representante do DABICO na UNE e tudo, mas no DCE não nos convidavam para cargos. O que eu fiz no DCE [...], porque aí se formavam as comissões, né? Quando se formou as comissões, eu entrei na comissão de comunicação de DCE e aí eu fazia junto com mais três colegas, a Sílvia Guimarães, o Celso Scaletsky e o Carlos Henrique Horn, acho que era da Economia; o Celso era da Arquitetura e a Silva era da Arquitetura, na época, depois ela fez jornalismo. E nós fazíamos o jornal do DCE e era excelente. Ele era muito sistemático. A gente fazia os textos, diagramava. A gente virava a noite fazendo. De manhã jogava na gráfica e ia tomar um bom café da manhã. Então eu atuei no DCE dessa maneira: fazendo jornal, participando [...], mas enquanto cargo formal, enquanto liderança, presidente do DCE, direção do DCE, não. Nunca chamaram as feministas, nem mesmo nessa eleição, até porque a chapa já estava pronta, e até alguns colegas consideravam que a gente ia mais atrapalhar do que ajudar [...]” (MALUF, Sônia Weidner. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Rose, por sua vez, afirma que o papel das mulheres era secundário. Em seu relato, ela fala sobre a produção intelectual do movimento estudantil, que ficava a cargo das mulheres, porém, eram os homens que levavam os créditos pelas publicações, já que as assinavam como produções próprias. Além disso, ela conta sobre o episódio em que os estudantes assumiram o

³⁰⁸ Como já apresentado no terceiro capítulo.

RU da UFPel e que coube às mulheres a responsabilidade de cuidar da cozinha e preparar as refeições dos alunos:

“[...] O que eu lembro assim: eles botavam as ideias no papel, pessimamente colocadas, daquele jeito e alguém tinha que consertar, e consertar, às vezes, é reescrever tudo. A produção intelectual do movimento estudantil tem muito de trabalho feminino, de saber escrever, saber organizar as ideias. Nós vivemos isso na pele. Não quero dizer que não tenha homens que saibam escrever, claro que tem, mas nós reorganizávamos. Me lembro daqueles jornaizinhos. A gente reescrevia os textos dos caras, arrumava, compunha, sabe? Meu Deus, era tudo muito primitivo. Não tinha computador, a gente fazia em máquinas. Era isso, o papel era secundário. Lembrando quando a gente invadiu o RU. Claro, os meninos à frente. Eles que faziam as compras, eles que negociavam com a reitoria e nós que ficávamos na cozinha. Eu era do setor de lavagem porque nunca soube cozinhar. Então era isso. Sempre assim, sempre. Um saco! [...]” (ROMERO, Maria Rosilane Zoch Romero. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Essa fala de Rose corrobora com o que discutimos no terceiro capítulo, onde evidenciamos que diversas vezes as mulheres possuíam mais e melhores condições de estarem à frente das negociações, mas, por conta do machismo, elas eram destinadas às tarefas em âmbito privado, seja cuidando da cozinha, elaborando textos que seriam usados pelos companheiros ou organizando os espaços (de reuniões, assembleias etc.). Neste sentido, em conversa com um ex-militante do movimento estudantil deste período, que participou de algumas gestões da UEE/RS, ele nos afirmou que chapas encabeçadas por mulheres, negros e LGBTs tinham poucas chances de vencerem eleições para os DCEs das universidades. Deixando nítido o preconceito enfrentado.

Ainda sobre os espaços, Bete afirma que:

“[...] Como regra, eles sempre achavam que sabiam mais do que nós. Isso é certo [risos]. E eu acho que a gente até concordava com isso. E bem, porque eles se apresentavam, tem isso. Nesse mundo masculino, os homens sempre se apresentam com mais segurança, com mais [...]. Não eram grosseiros e, em geral, eram muito simpáticos. Gostavam de compartilhar o espaço com mulheres, mas não nos incentivavam a ser lideranças mais de ponta. Não é que desincentivavam também; não é que boicotavam abertamente, mas para eles era natural que eles fossem os principais e que a gente ficasse no segundo escalão [...]”.

Além do mais, Sônia, uma das fundadoras do grupo feminista Liberta, relata como o preconceito era destinado às feministas, as quais eram consideradas divisionistas pelas tendências estudantis alinhadas com a esquerda, já que a pauta específica das mulheres não

aparecia nas discussões desses grupos, pois as consideravam menos urgentes. Como podemos ver abaixo:

“[...] Dentro da Peleia e dentro dos movimentos a gente era chamada de [...], não levar em consideração as prioridades, a luta geral, as lutas centrais, né? Então, divisionistas. Vocês vejam que hoje a pauta para o que era, na época, chamada de divisionismo, hoje é chamada de identitarismo [...]” (MALUF, Sônia Weidner. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Em outro trecho da entrevista, identificamos mais um exemplo de violência simbólica sofrida pelas militantes, pois Sônia menciona uma reunião do Liberta, ocorrida no DCE da UFRGS, em que os companheiros tanto de tendência como do movimento estudantil debocharam daquele encontro, demonstrando como a questão feminista e das mulheres era menosprezada pela esquerda:

“[...] Uma das primeiras reuniões que a gente fez no DCE, os companheiros de Peleia e de movimento estudantil passavam simulando que estavam com uma bandeja servindo o chá no clube da Luluzinha, né? Então eles faziam muita ironia com a gente. Tinha alguns que apoiavam muito; tinha outros que não; ou mesmo aqueles que apoiavam, às vezes faziam ironia. Então acho que colocou muito em questão certas premissas da política de esquerda e isso não foi novidade nem na Peleia, nem no movimento estudantil [...]” (MALUF, Sônia Weidner. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

E conclui dizendo que a questão do preconceito dentro do movimento estudantil:

“[...] Era difícil, sabe? Era difícil porque a gente vivia esbarrando na falta de reconhecimento. Havia uma dificuldade muito grande, do meu ponto de vista, e olhando a partir de hoje, né? Do nosso sentimento de como a gente conversava sobre isso naquela época. A gente buscava parcerias porque a gente militava com eles em outras situações. Eleições, cotidiano dos Centros Acadêmicos, o jornal do DCE e a invasão do RU. Enfim, a gente tinha a luta contra a ditadura e por aí vai. Mas era muito difícil em dois sentidos. Era difícil, tanto no sentido do reconhecimento da nossa pauta, que era considerada muitas vezes secundária diante das questões maiores. [...]” (MALUF, Sônia Weidner. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Ainda dentro da seara das violências sofridas, alguns casos de assédio foram relatados por nossas entrevistadas. Em sua fala, Eliana situa o assédio moral ao qual muitas mulheres eram submetidas:

“[...] Era bastante velado. Não era um assunto muito falado. Ele se travestia de paquera [...]. E o assédio moral, ele se dava de uma forma assim, na questão da disputa intelectual. Tu precisava ser muito mais competente no teu discurso do que os homens, sob pena de muitas vezes [...], principalmente se fosse uma tendência posta, se tu estava disputando algum espaço, de ser praticamente humilhada. Humilhada intelectualmente, no discurso. Todo tipo de preconceito,

de humilhação mesmo; de tu estar sendo equivocada, de tu estar sendo pueril, enfim, todo tipo de preconceitos pontuais enquanto à tua capacidade intelectual e de discurso. Era uma coisa assim, de agressão, de agressividade mesmo, principalmente por parte dos homens e até de algumas mulheres militantes. [...]” (COLPO, Eliana Rita Mariotto. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Rose também rememorou um caso de assédio que sofreu em consequência de uma fala sua numa assembleia da Agronomia/UFPel:

“[...] Eu me lembro de uma assembleia logo que eu cheguei. Eu usei muito cabelo curto, mesmo numa época em que não se usava quase. Eu fui falar na assembleia da Agronomia e um cara da direita se levantou e disse assim: ‘isso é mulher ou isso homem?’, uma coisa assim. Eu fiquei arrasada. Eu era muito frágil. Enfim, era muito pesado [risos]. [...] Eu lembro que fiquei tão impactada, que voltei para a cidade, descii numa loja e comprei uma saia. Gente, foi isso, eu comprei uma saia, sabe? [indignação] porque eu estava me sentindo muito mal [...]” (ROMERO, Maria Rosilane Zoch Romero. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Ela menciona, também, um caso de violência sofrido fora do meio estudantil, onde recebeu xingamentos por, simplesmente, ser uma mulher de esquerda:

“[...] E não tem a ver com militância, mas também me marcou muito, tem a ver com quem eu era. Eu estava caminhando do lado de lá da avenida. Certamente com aquele jeito de estudante da esquerda: com jeans, daquele jeito. E tinha uns rapazes, uns garotões de seus 17, 18 anos. [pausa] certamente pelotenses. Agora que eu estou falando, eu estou me lembrando da tua pergunta sobre os pelotenses; e eles estavam rindo na calçada na frente da casa de um ali. Sabe aquela região onde morava a elite? Não sei se ainda mora. E um foi para trás e bateu em mim quando eu estava passando, e eu reclamei, disse: “ai!”, sabe? Ele me olhou e veio para cima de mim, me deu um empurrão e começou a me dizer um monte de coisa tipo assim: ‘o que que tu estás pensando, sua vagabunda?’ porque era assim que eles [...]. Foi terrível [...]” (ROMERO, Maria Rosilane Zoch Romero. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Ainda frisa que ela, e várias companheiras, não sentiam tanto medo da repressão policial como sentiam do machismo, pois *“[...] nós éramos tratadas de forma marginal [...]”*, ou seja, o maior medo delas era serem maltratadas por estarem à margem daquilo que se esperava para as mulheres. Conforme ela afirma: *“[...] eu tinha muito mais medo de ser abusada, de apanhar por ser mulher do que apanhar por ser de esquerda [...]” (Romero, Maria Rosilane Zoch Romero. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).* Ademais, os companheiros também eram bastante agressivos (e abusivos), como podemos ver na fala de Rose abaixo:

“[...] Teve um que disse uma vez, numa reunião do DCE, era um bando de gente e eu estava falando não sei o quê e um colega ou uma colega ouviu e ele disse: ‘essa aí dá vontade de pegar e comer até fazer ficar de boca fechada’. Tipo, assim, trepar comigo até eu calar a boca. Então era por aí [...]” (ROMERO, Maria Rosilane Zoch Romero. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Em seu relato, Angela corrobora com a fala de Rose sobre os preconceitos enfrentados por elas no movimento estudantil, como vemos na seguinte passagem:

“[...] a gente sofria muitas ameaças. Eu e as meninas éramos chamadas de [...] ai agora até esqueci, coisa boa. Eu sempre lembro e agora para te relatar eu esqueci [risos], mas de uma forma pejorativa pelos rapazes, não só pelos rapazes da oposição, os rapazes considerados de direita; mas também pelos nossos companheiros, que era muito mais doloroso, porque a gente queria [...], porque a gente falava, porque a gente era incisiva nas palavras, íamos para o enfrentamento, tínhamos muita coragem. Não só coragem moral, mas também coragem física [...]” (AMARAL, Angela Maria do. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Havia, também, casos em que os próprios docentes eram os perpetradores de episódios de violência simbólica, conforme relatado por Angela. Ela se refere a um momento que gerava bastante desconforto entre as alunas da Agronomia/UFPel, curso este composto majoritariamente por homens (alunos e professores), onde o professor, através de um slide, mostrava uma vaca leiteira³⁰⁹ e uma mulher com seios fartos, fazendo comparações entre ambos:

“[...] Então, a militância dentro da Agronomia, sempre teve um viés feminista porque a gente tinha um curso predominantemente de homens e para tu ter uma ideia, tinha uma matéria chamada ‘Bovinos de Corte’, que a gente se preparava antes de fazer a disciplina. A gente se preparava para enfrentar uma das coisas mais constrangedoras do curso; um assédio absurdo. O professor mostrava as raças de bovinos de leite e num dos slides, ele colocava a foto de uma mulher com seios avantajados, nus. Então aquilo a gente tinha que se preparar para dar uma resposta na hora, né? Era bem difícil. [...]” (AMARAL, Angela Maria do. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Além disso, complementa:

“[...] E o assédio era político, era a desqualificação da pessoa, excedia a política; tipo de pichar que ‘a Angela (no caso, eu) namorava horrores’, coisas assim. Absurdas, né? Do ponto de vista sexual, inclusive. Era bem desafiador.

³⁰⁹ Denomina-se “vaca leiteira” o gado criado para produzir grandes quantidades de leite, a partir do qual são feitos os produtos lácteos. Fonte: https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/criacoes/gado_de_leite/producao/sistemas-de-producao/alimentacao/vacas-leiteiras. Acesso em: 27/10/2023.

[...]” (AMARAL, Angela Maria do. *Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020*).

Em relação à essas ameaças, ela relembrou dois episódios que a marcaram. O primeiro deles foi ocasionado por uma perseguição após uma reunião do DCE/UFPEL, em que Angela foi seguida pelas ruas de Pelotas por um provável agente da repressão, numa tentativa de amedrontá-la:

“[...] Eu lembro que teve uma ocasião em que eu saí do DCE; estava numa reunião e estava indo para casa, quando eu vi que um cara estava me seguindo. A gente ia sozinha para casa. Eu comecei a andar mais devagar, o cara andava devagar, eu atravessava a rua, o cara atravessava a rua, sabe? Eu dobrava a esquina, o cara dobrava. Até que eu entrei num táxi, ainda bem que eu tinha dinheiro, né? Porque muitas vezes a gente andava sem um tostão no bolso [...]” (AMARAL, Angela Maria do. *Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020*).

O segundo episódio corresponde à invasão de seu apartamento em retalhação às reuniões organizativas de um movimento que previa a invasão pelos trabalhadores rurais sem-terra da Fazenda da Palma, a qual era propriedade da UFPEL, porém, completamente improdutiva. A área, que deveria servir de campo para as práticas dos cursos agrários da universidade, não atendia nem os objetivos acadêmicos, nem produtivos, segundo afirma Angela. Além de sua casa, a polícia também invadiu e vasculhou a sede da ADUFPEL, do PT, bem como o DCE daquela universidade. Entretanto, embora houvesse mais dois rapazes na organização do movimento, apenas a casa dela foi invadida.

“[...] Minha casa foi invadida, foi numa situação em que houve organização da invasão da Fazenda da Palma, uma fazenda da universidade. O movimento sem-terra fez toda uma preparação para a invasão da Fazenda da Palma, uma fazenda enorme, 1000 e poucos hectares; completamente improdutiva, quer dizer, nós, alunos da Agronomia, da Veterinária e da Engenharia Agrícola, não tínhamos nem aula lá na fazenda. Não atendia nem os objetivos acadêmicos, sabe? Quanto mais produtivos. Algumas reuniões foram feitas na minha casa; eu fazia parte, mais duas pessoas, da infraestrutura: de segurança e de mobilização, de solidariedade ao movimento. E no dia da ocupação da fazenda, eu desci e tinha um cara na porta do meu apartamento, de óculos, aquele Ray-Ban aviador, que era o símbolo do serviço de segurança, do pessoal da Polícia Federal; e ele ficou lá o dia inteiro. À tarde eu voltei para o meu apartamento, quando eu subi, a porta estava aberta e ele todo revirado, foi terrível. Passou um tempo, tipo uns 3 dias, o Carapeto, que era um professor da faculdade de Veterinária, militante da ADUFPEL, me chamou para conversar e disse: ‘olha, eu soube que teu apartamento foi invadido’. Eu falei o que tinha acontecido e ele disse que naquele mesmo dia isso tinha acontecido na ADUFPEL, na sede do PT, no DCE e na minha casa. Só que nas reuniões era eu e mais dois rapazes, mas só a minha casa

foi invadida, sabe? [...]” (AMARAL, Angela Maria do. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Além do mais, outro ponto importante citado nas entrevistas diz respeito à participação de mulheres no campo da política representativa. Diversos homens que atuam (ou atuaram) politicamente nas esferas nacional, estadual e municipal iniciaram sua trajetória no movimento estudantil, ao passo que o número de mulheres que alçaram voos na vida pública é irrisório. Abaixo, temos as falas de Sônia e Eliana acerca dessa problemática:

“[...] Por outro lado, tinha a questão política. A participação na política geral, que é, por exemplo, quem vai para as direções, quem vai falar em nome da Peleia, quem vai falar em nome da corrente interna do PT, quem vai ocupar um cargo dentro do PT, quem vai ocupar um cargo dentro do diretório municipal do PT ou, enfim. Aí também não havia reconhecimento da militância, né? Não havia reconhecimento da nossa militância, seja dentro do feminismo ou fora do feminismo. O perfeito líder teria que ser homem. Algumas mulheres acabavam entrando porque não tinha escolha. É quase isso [risos]. Pelo menos na minha visão, meu sentimento, né? Muitas vezes a gente usou a expressão ‘bucha de canhão’ no sentido de ‘bom, agora estamos colocando porque não tem mais ninguém, porque isso ou aquilo’ [...]” (MALUF, Sônia Weidner. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Para Eliana:

“[...] então era assim, a gente era mais invisível ainda do que em todos esses espaços. E a gente foi começar a despertar e a discutir isso de forma mais contundente bem depois, por conta própria. E eu vejo que tem muitas mulheres que também, apesar de ter participado de todos esses movimentos e terem sido importantes nessas discussões e até nos espaços que a esquerda conquistou, elas próprias não tomaram para si essa tarefa, não se apoderaram desses elementos para ocupar espaços e para denunciar a discriminação de gênero. Poucas as mulheres daquela época que realmente foram à frente [...]” (COLPO, Eliana Rita Mariotto. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2020).

Neste sentido, visando diminuir a desigualdade entre os gêneros, foram criados mecanismos para incentivar a participação feminina no parlamento brasileiro. Em 1995, foi aprovada a lei nº 9.100³¹⁰ que estabeleceu a reserva de 20% das vagas de cada partido ou coligação para a candidatura de mulheres ao cargo de vereador/a nas eleições de 1996. Já de acordo com a lei nº 9.504, de 1997³¹¹, que está em vigor até hoje, ficou definida a reserva de no mínimo 30% e máximo de 70% para cada sexo nas candidaturas dos partidos ou coligações em eleições proporcionais (vereador/a, deputado/a estadual e deputado/a federal), isto é, 30%

³¹⁰ Sobre esta lei, ver: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19100.htm. Acesso em: 27/10/2023.

³¹¹ Sobre a referida lei, ver: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em: 27/10/2023.

para mulheres e 70% para homens. Entretanto, é pertinente salientar que esse dispositivo legal assegura a reserva de vagas, não necessariamente o preenchimento destas por mulheres.

Em uma análise desenvolvida pela professora Danusa Marques³¹² (2018), ela afirma que, ao contrário do que se esperava, houve um decréscimo de 6,2% das eleitas para a Câmara de Deputados em 1994, numa eleição sem cotas, para 5,7% no pleito de 1998, que já contava com a reserva de vagas para mulheres. Ainda de acordo com Marques, a partir de 2002, já com a garantia dos 30%, percebe-se o aumento no número de mulheres eleitas para a Câmara de Deputados, porém, de maneira ainda bem tímida, chegando a 8,8% nas eleições de 2006.

Ao examinarmos os números disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) das últimas eleições, ocorridas em outubro de 2022, verificamos que, dos 27 senadores da República, 23 são homens e apenas 4 são mulheres, o que corresponde a 85,18% de homens e 14,81% de mulheres. Em relação aos governos das unidades federativas, foram eleitos 25 homens e somente 2 mulheres, contabilizando 92,59% e 7,41%, respectivamente. Na Câmara dos Deputados, dos 513 parlamentares, 422 são homens (82,3%) e 91 são mulheres (17,7%). Se comparada à eleição anterior, em 2018, houve um aumento de 2,7% de deputadas eleitas. O Rio Grande do Sul elegeu 25 homens e 6 mulheres para a Câmara Federal. Por fim, a composição das assembleias legislativas dos estados é majoritariamente composta por homens, pois, dos 1.035 deputados eleitos, apenas 186 são mulheres, representando somente 17,9%. No estado, das 55 cadeiras da Assembleia Legislativa, 44 delas são ocupadas por homens e 11 por mulheres³¹³.

Portanto, após conferirmos esses dados, corroborados pelas falas de Sônia e Eliana, acreditamos ser de suma importância o incentivo à participação de mulheres em todas as esferas do campo político. Para isso, o movimento estudantil é relevante ao oportunizar que mulheres façam parte de um expressivo movimento social que pode lançá-las em voos mais altos, diminuindo, com isso, a desigualdade (persistente) na política brasileira. E, claro, não nos atemos, nesse espaço, à uma análise que leva em consideração o recorte de raça, o qual ainda se configura como um abismo entre parlamentares brancos e pretos.

³¹² MARQUES, Danusa. O que são as cotas para mulheres na política e qual é sua importância. Gênero e Número, 18 set. 2018. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/o-que-sao-as-cotas-para-mulheres-na-politica-e-qual-e-sua-importancia/>. Acesso em: 25/09/2023. Danusa Marques é professora adjunta do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), onde realiza pesquisas na área de gênero, carreiras e elites políticas. Fonte: <http://lattes.cnpq.br/0671000117581548>. Acesso em: 25/09/2023.

³¹³ Os dados divulgados pelo TSE foram compilados pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) e publicados em novembro de 2022. Para acessar o relatório: https://www.inesc.org.br/perfil-dos-eleitos-nas-eleicoes-de-2022/?gclid=CjwKCAjw38SoBhB6EiwA8EQVLqeF4K1SejTuptaoIoneud6eO_nTDdtSy_OSqow16Al4iDhxkDQixoCeOAQAvD_BwE. Acesso em: 25/09/2023.

Já no que diz respeito às questões pessoais que permearam a trajetória dessas mulheres, algumas delas enfrentaram muitas dificuldades, uma vez que, embora não fossem proibidas de integrarem-se ao movimento estudantil e, conseqüentemente, parte das manifestações encabeçadas por este movimento, não encontravam apoio em seus lares. Isso se deve ao fato de que nenhuma das nossas entrevistadas vinha de uma família com tradição militante, especialmente no campo da esquerda. Para a maioria delas, a única solução encontrada para que pudessem ter mais liberdade de atuação, assim como de vivências, era sair da casa de seus pais. Assim, nas palavras de Maria do Carmo, a liberdade obtida por essa geração se deu à fórceps: “[...] À fórceps, mas muito desejada, muito desejada. E todas fizeram o que queriam fazer. [...]”. E complementa:

“[...] Então nós fizemos uma saída abrupta e violenta de casa, as gurias nessa época. Isso também nos ajudou muito a dar esse salto para a frente na liberação sexual e de costumes, entendeu? Aqueles que me reprimem também não estão mais me dando nem bom dia, né? O que é que eu vou fazer? Estou livre. [...]” (JANSON, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Essa liberdade conquistada à fórceps marcou essa geração, uma vez que, ao analisarmos as entrevistas, fica evidente o quanto essa revolução nos costumes, iniciada na década de 1960 e propiciada pela expansão do feminismo, contribuiu para que essas mulheres pudessem experienciar coisas tanto no campo íntimo, como poder viver livremente sua sexualidade e a relação com seus corpos, quanto no campo público, ao ingressarem nos espaços dominados por homens. Além disso, essa foi uma geração cuja juventude era “[...] pulsante; cheia de vida, que amava, que trepava, que bebia, que tudo e que militava seriamente. [...]” (FISCHER, Maria de Fátima Bueno. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022). Ademais, pontuamos sobre os fortes laços afetivos desenvolvidos nesse período, pois, como exemplifica Maria do Carmo,

“[...] os amigos que eu tenho até hoje, quem eu veraneei agora em Santa Catarina, os amigos que vêm aqui na minha casa passar o fim de semana, os amigos que eu tenho até hoje são esses. Alguma, uma menina ou outra menina da minha época de escola, antes da militância, devo ter uma. Uma colega de antes da época da militância. Mas os meus amigos, o meu grupo de amigos estável é esse. [...]” (JANSON, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes, 2022).

Portanto, é possível crer que todas essas vivências de militância e as relações de afeto forjadas nesse período pelas nossas entrevistadas serviram para compor as mulheres que são hoje em dia. Isso porque, ao serem questionadas sobre as experiências que carregam, elas

creditam ao movimento estudantil e à militância o seu crescimento enquanto mulheres e profissionais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação feminina no movimento estudantil universitário de esquerda durante o processo de redemocratização do Brasil vem sendo desenvolvida desde a graduação, quando iniciamos a investigação sobre o tema para o Trabalho de Conclusão de Curso em História, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Naquele momento, o enfoque da pesquisa foi o movimento estudantil na cidade de Pelotas (RS), pois nosso objetivo era analisar a trajetória de mulheres que fizeram parte do referido movimento social no período em que as manifestações estudantis tomaram as ruas do país após um hiato de refluxo por conta do endurecimento da repressão no final da década de 1960 e início da década de 1970. Além disso, a escolha por uma cidade do interior do Rio Grande do Sul nos proporcionou contribuir, em algum grau, para que a história do movimento naquela cidade fosse reconhecida, sobretudo, a partir da rememoração de mulheres que dele participaram.

Por se tratar de uma pesquisa incipiente, demos continuidade a ela durante o mestrado, que, conseqüentemente, nos trouxe até a escrita desta tese algum tempo mais tarde. Durante as pesquisas realizadas para a construção desses trabalhos, havia questões que nos inquietavam e que ainda não tinham sido elucidadas, tais como: onde estão as mulheres? Elas ocuparam cargos de lideranças nas entidades representativas? Estas mulheres enfrentaram muitas dificuldades enquanto militantes de um dos principais movimentos sociais do Brasil? Assim, esses questionamentos nos moveram a buscar algumas respostas. Neste sentido, optamos por utilizar a História Oral para nos auxiliar nessa jornada, já que essa metodologia de pesquisa possibilita acessar as memórias dos sujeitos sobre determinados acontecimentos, no nosso caso, mulheres que fizeram parte do movimento estudantil universitário durante a transição da ditadura civil-militar para a democracia.

Diante disso, após construir o arcabouço historiográfico acerca do movimento estudantil no Brasil e no Rio Grande do Sul, partindo da discussão sobre a expansão do ensino superior no país e no estado, visto que esse fato é fundamental para que o movimento se desenvolvesse, passamos, então, a realização das entrevistas. Através do relato de nossas entrevistadas, pudemos compreender melhor como o movimento estudantil universitário gaúcho se organizava, além, claro, de acessar suas memórias sobre um momento de suas vidas. Portanto, Alessandro Portelli, acertadamente, afirma que: “a história oral, então, é primordialmente uma arte da escuta” (2016, p. 10). Desse modo, tivemos a oportunidade de adentrar num espaço que se mostrou fascinante e que nos ajudou a visualizar o cerne da questão que tanto nos desassossejou: a invisibilidade da mulher nos espaços de poder. A

virada de chave para tal questão se deu através da fala de uma de nossas entrevistadas, quando afirmou, em linhas gerais, que as mulheres não são incentivadas a alçarem voos mais altos no campo da política.

Para uma melhor compreensão, realizamos, nesta tese, uma contextualização histórica acerca da criação das principais entidades estudantis, como a UNE e a UEE/RS. Para isso, fizemos um recuo temporal até o início do século XX para ilustrar o cenário em que essas entidades foram fundadas, bem como os percalços enfrentados por elas, especialmente, após o golpe de estado, em abril de 1964, culminando com a tomada de poder por militares, apoiados por setores conservadores da sociedade civil. A UNE foi uma das primeiras atingidas pelo movimento golpista, pois teve sua sede invadida e incendiada. Além disso, ainda em 1964, foi aprovada a lei Suplicy de Lacerda, que previa, dentre outras coisas, a reestruturação das entidades estudantis, ficando estas sob tutela do governo. O movimento estudantil, por sua vez, atuou ativamente contra as medidas repressivas adotadas, que sufocavam cada vez mais as liberdades democráticas no Brasil. Por esse motivo, o referido movimento entrou em refluxo e voltou a se organizar somente no final da década de 1970.

Com a eleição de Ernesto Geisel, em 1974, o projeto de distensão política foi colocado em prática através de uma abertura “lenta e gradual”, todavia, devido as consecutivas derrotas da Arena nas urnas, Geisel lançou o “Pacote de Abril”, em 1977. No mês seguinte, o dia 19 de maio foi marcado como o “Dia Nacional de Lutas”, momento em que o movimento estudantil ressurge no cenário político brasileiro e assume, em conjunto com outros movimento sociais, a luta contra a ditadura civil-militar. Entretanto, é importante salientar que, nesse período, o movimento estudantil não tinha a mesma influência que possuía nas décadas anteriores. Ao fazermos essas análises, que contextualizam a história do movimento estudantil no Brasil e no Rio Grande do Sul, constatamos que a historiografia não menciona a participação feminina no processo de construção do movimento e, conseqüentemente, das suas entidades representativas. Empiricamente, cremos que muitas mulheres participaram desse processo, mas acabaram apagadas da história.

Por muito tempo, as mulheres foram designadas ao privado, responsáveis por cuidar, tanto do lar como de seus maridos e filhos. Possuindo apenas papéis de coadjuvantes na história. História, essa, que era contada e protagonizada por homens. A eles, estavam destinados os espaços públicos e os espaços de poder. Essa realidade começou a mudar quando as mulheres passaram a lutar por seus direitos para exercerem sua cidadania. A partir disso, nos propomos a discutir a inserção de mulheres em espaços públicos e de poder, iniciando com o ingresso feminino no primeiro partido político de esquerda do Brasil na

década de 1920, o PCB. Décadas mais tarde, em virtude da expansão do movimento feminista, as mulheres foram as protagonistas de uma verdadeira revolução nos costumes, pois o *status quo* foi posto em xeque. Isso possibilitou que as mulheres se libertassem de antigas amarras morais impostas por uma sociedade conservadora e machista. Nessa perspectiva, algumas instituições foram alvos de questionamentos, tais como o casamento e as relações interpessoais; as mulheres passaram a ter mais controle sobre seus corpos, tendo liberdade para explorar sua sexualidade, assim como lutar por liberdade reprodutiva. Na agenda do movimento feminista norte-americano, a luta por igualdade era prioridade, enquanto o francês buscava a valorização das particularidades entre mulheres e homens, dando ênfase à questão da invisibilidade da experiência feminina.

No Brasil, e nos demais países da América Latina, no entanto, o contexto ditatorial impossibilitou que as pautas do movimento feminista fossem introduzidas nas discussões, até mesmo nas organizações de esquerda, já que estas viam o movimento feminista como divisionista e acreditavam que a prioridade era a luta contra a ditadura. Somente no ano de 1975 percebemos alguma abertura, quando a ONU declarou o Ano Internacional da Mulher naquela data, fazendo com que a discussão em torno da condição feminina tivesse maior visibilidade no cenário internacional. Assim, as discussões tomaram forma no país, ocasionando uma semana de debates, cujo título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, e contou com patrocínio do Centro de Informações da ONU.

Neste mesmo período, foi lançado, por Terezinha Zerbini, o Movimento Feminino pela Anistia, que, somado a outros movimentos sociais, se engajou pela anistia “ampla, geral e irrestrita”, concretizada pela lei nº 6.683, de 1979. A lei de anistia, assinada há mais de 40 anos, ainda gera intensos debates, visto que ela anistiou tanto os perseguidos políticos como também os agentes do Estado envolvidos em crimes de lesa-humanidade, portanto, imprescritíveis. Além disso, muitos historiadores consideram que a lei de anistia funcionou como uma cortina de fumaça para o esquecimento das atrocidades cometidas durante os 21 anos de vigência do regime militar. Apenas em meados da década de 1990 foram estabelecidas as primeiras medidas que reconheciam as mortes de desaparecidos políticos entre setembro de 1961 e agosto de 1979, sendo esta, uma das primeiras medidas legais de reconhecimento da participação de agentes públicos em atividades de combate aos opositores.

Mais tarde, já nos anos 2000, no governo de Dilma Roussef (PT), foi criada a Comissão Nacional da Verdade, que tinha por objetivo apurar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre os anos de 1946 e 1988. Entretanto, embora significasse um avanço,

a CNV não tinha poderes para julgar e punir os mandatários dos crimes cometidos no período citado. No que diz respeito às políticas de memória e justiça, o Brasil ainda está bastante atrasado se comparado aos demais países do Mercosul que também sofreram com anos de ditaduras militares, visto que, por exemplo, a Argentina julgou e prendeu todos os agentes do Estado envolvidos em crimes de lesa-humanidade; além de adotar uma pujante política de memória em quase todo país.

Por fim, após analisarmos as entrevistas, fica evidente a influência que o movimento feminista exerceu na vida das ex-militantes, já que estas estavam rompendo com aquilo que era esperado como o padrão para as mulheres ao ocuparem os espaços públicos; entretanto, não sem enfrentar dificuldades, que iam desde a falta de reconhecimento a violências físicas e verbais. Além disso, evidenciamos como o machismo estava (e ainda está) enraizado na sociedade, pois, mesmo os grupos de esquerda, mostraram-se bastante preconceituosos em relação à participação de mulheres no campo da política estudantil. Nos relatos colhidos, ficou evidente que inúmeras mulheres passaram a ocupar muitos espaços dentro da universidade, mas, poucas ascenderam até cargos de liderança. A elas, eram designadas as tarefas vistas como menos importantes, como confeccionar cartazes para as manifestações, redigir as atas das assembleias ou liderar a cozinha do restaurante universitário em greves, enquanto seus companheiros tomavam à frente nas negociações e/ou pronunciamentos.

Realizamos, ao total, 15 entrevistas – seis delas para a dissertação e nove para esta tese – e dessas, apenas duas mulheres foram eleitas para presidir o DCE de suas instituições de ensino. Ademais, ao analisar as gestões de dez universidades existentes no estado no período da nossa investigação (UFRGS, UFPel, FURG, UFSM, PUCRS, UNISINOS, UPF, UCS, FUNBA, UCPEL), identificamos um pequeno número de mulheres liderando aquela entidade representativa. São elas: Eliana Colpo (FunBa); Angela Amaral (UFPel); Nara Magalhães (UFSM – gestão 1981-82); Jussara Dutra (UFSM – gestão 1983-84); e Ana Lúcia Escobar (UPF). Já para a UEE/RS, nenhuma mulher foi eleita no período do nosso recorte temporal. Com isso, percebemos o “não lugar” das mulheres no campo da política estudantil, uma vez que, mesmo elas tendo o preparo igual (ou até mesmo superior) aos companheiros homens, não conseguiam galgar cargos de liderança dentro das entidades estudantis. Consequentemente, não alçaram voos mais altos. Com exceção de algumas poucas.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Rachel Tomás dos Santos. *Políticas de memória no Brasil e na Argentina: lembranças do nunca mais*. Florianópolis: Em Debate, 2021.
- ABREU, Jayme. Anísio Teixeira e a Educação na Bahia. In: *Anísio Teixeira: Pensamento e ação*. Por um grupo de professores e educadores brasileiro. Retratos do Brasil, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- ABREU, Maira Luisa Gonçalves. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*. 2010. 245f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- AGUIAR, Antônio Geraldo de. *Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá*. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALBERTI, Verena. *Beyond the versions: possibilities of the narrative in oral history interviews*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. 10f. Trabalho apresentado na XIIIth International Oral History Conference “Memory and globalization”. Rome, Italy, 23-24 de 2004.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanazi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005a, p. 155-202.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 33-44.
- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ALVES, Bruna Neves. *O visível e o invisível no movimento estudantil universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa (1964-1968)*. 2004. 180f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- ALVES, Márcio Moreira. *Beabá dos MEC-USAID*. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- ALVES, Iracélli da Cruz. *A política no feminino: uma história das mulheres no Partido Comunista do Brasil – Seção Bahia (1942-1949)*. 2015. 238f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.
- ALVES, Iracélli da Cruz. *Feminismo entre ondas: mulheres, PCB e política no Brasil*. 2020. 358f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

ALVES, Iracélli da Cruz. Mulheres, PCB e Feminismos: disputas e tensões (1930-1937). *Esboços: histórias em contextos globais*, vol. 25, núm. 40, 2018, p. 435-452.

ALVES, Iracélli da Cruz. O “não lugar” das mulheres na memória e na história do PCB. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA NACIONAL, 29. *Anais...* Brasília: ANPUH, 2017.

ALVES, Iracélli da Cruz. Os movimentos feminista e comunista no Brasil: história, memória e política. *Tempos Históricos*, vol. 2, 2º semestre de 2017, p. 107-140.

ANGELO, Vitor Amorim. *A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT*. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

ANSARA, Soraia. (2008b). Memória Política: construindo um novo referencial teórico na Psicologia Política. *Revista Psicologia Política*, nº 8, vol. 15, p. 31-56, 2008.

ANSARA, Soraia. *Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2008a.

ANSARA, Soraia. Políticas de memória x políticas do esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. *Psicologia política*. Vol. 12, nº 24. p. 297-311. Maio-ago, 2012.

ARAUJO, Maria Paula; MONTENEGRO, Antonio; RODEGHERO, Carla. (Orgs.). *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 1, nº 11, 2000, p. 65-70.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

ATCON, Rudolph. *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura – Diretoria do Ensino Superior, 1966.

BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050, 3º andar: terrorismo de Estado e ação da polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1985)*. 2006. 283f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 70.

BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Medianiz, 2014.

BAUER, Caroline Silveira. Entre o lembrar e o esquecer: as lembranças dos 40 e 50 anos do golpe e implantação da ditadura civil-militar. In: DIÓGENES, Osmar Maia; GONÇALVES, Daniel; MARQUES, Paulo. (orgs). *Ainda 1964: história política e sensibilidades*. Fortaleza: MALCE: INESP, 2014.

BANDEIRA, Moniz. *Estado Nacional e política internacional da América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1931-1992)*. São Paulo: Ensaio, 1995.

BARROSO, Eloísa Pereira. Relações de gênero na guerrilha: a configuração dos espaços de luta. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 34, nº 74, p. 556-575, Set./dez., 2021.

BASTOS, Lucia Elena Arantes Ferreira. A lei de Anistia brasileira: os crimes conexos, a dupla via e tratados de direitos humanos. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, vol. 103, p. 593-628, jan./dez. 2008.

BASTOS, Natália de Souza. *Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda (Brasil – anos 1960-1980)*. 2007. 138f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, [s. l.], v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Tradução: Paulo Neves - São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERGSON, Henri. *Memória e vida: textos escolhidos por Gilles Deleuze*. Tradução: Carla Berliner - São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERLINK, Manoel Tosta. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas: Papyrus, 1984.

BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política*. 1995. 211f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

BOECHAT, Leda. A mulher frente ao problema do lar. *Revista de Cultura e Técnica*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 2, p. 7-11, 1939a.

BOECHAT, Leda. Discurso da Dra. Leda Boechat pronunciado no Chá da Vitória. *Revista de Cultura e Técnica*, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 3, fev., p. 23-25, 1939b.

BOURDIEU, Pierre. A dominação Masculina. *Revista Educação e Realidade*, v. 20, nº 2. Gênero e Educação, Julho/Dezembro, 1995.

BORTOT, Ivanir José e GUIMARAENS, Rafael. *Abaixo a repressão! – Movimento Estudantil e as liberdades democráticas*. Porto Alegre: Libretos, 2008.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BUCK, Carlos Henrique Barbosa. A UNE e a mobilização estudantil no Estado Novo. In: XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio, 2012, São Gonçalo. *Anais...* Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338519415_ARQUIVO_ArtigoA_NPUH-CarlosHenriqueBuck.pdf. Acesso em: 16/08/2022.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAGA, Livia Ribeiro Barboza de Araújo. *A Juventude Universitária Católica e a ditadura civil-militar brasileira: dos ventos de abertura aos atos de fechamento (1964-1968)*. 2021. 158f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

BRAGGIO, Ana Karine. *O movimento estudantil paranaense e a gênese da reforma universitária: da gênese ao golpe civil-militar*. 2017. 258f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

BRASIL. *Comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos: direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, 2007.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório. Brasília, CNV, 2014. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. 1). Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 02/04/2021.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório. V. 1. Brasília: CNV, 2014, p. 222.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. 2008. 243f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CALIXTO, Carolina; GOUVÊA, Viviane. O fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Arquivo Nacional. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 239-253, maio/ago., 2020.

CAMARGO, Alessandra Lopes. *Negacionismos e políticas de memória na justiça de transição brasileira*. 2017. 184f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

CAMARGO, Ayla. Nas origens do movimento feminista “revisitado” no Brasil: o Círculo de Mulheres de Paris. In: *Anais...* I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, 2010, p. 71-80.

CANCIAN, Renato. *Movimento estudantil e repressão política: o Ato Público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes*. 2009. 295f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

CANDAU, Joël. A memória e o princípio de perda. *Diálogos*, v. 16, n. 3, p. 843-872, set./dez., 2012.

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

CARMO, Paulo Sérgio do. *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

CARBELLO, Sandra Regina Cassol. A proposta de Anísio Teixeira para a reorganização da escola pública na Bahia (1924-1929). In: XI Reunião Científica Regional da ANPED, 2016, Curitiba. *Anais...* Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo4_SANDRA-REGINA-CASSOL-CARBELLO.pdf. Acesso em: 16/08/2022.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. A reforma do ensino profissional, de Fernando Azevedo, na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 5, n.14, p.79-92, jan./abr. 2005.

CARVALHO, José Murilo de. Nos porões do Estado Novo. In: FIGUEIREDO, Luciano (org.). *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução de Brandini Gerhardt. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999/2006.

CASTRO, Celso; D'Araújo, Maria Celina. *Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

CASTRO, Celso; D'Araújo, Maria Celina. *Militares e Política na Nova República*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CASTRO, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2011.

CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001. p. 43-69.

CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues. *Tensões federativas no financiamento da educação básica: equidade, qualidade e coordenação federativa na assistência técnica e financeira da União*. 2016. 336f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Conhecimento e Inclusão Social em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CIOCHETTO, Paula Ribeiro. O Grupo Feminista Germinal e o Movimento de Mulheres Santa-marienses (1981-1995): uma proposta de pesquisa. *Anais...* IV Encontro Internacional Fronteiras e identidades: Tributo à obra de Beatriz Loner, 2018, p. 145-156.

COSENZA, Apoena Canuto. *Um partido, duas táticas: uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935*. 2012. 177f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CORRÊA, Maria Celeste Arantes. *A leitura e a escrita no silêncio das mulheres: uma intersecção entre psicanálise e cultura*. 2009. 245f. Tese. (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo, 2009.

COSENTINO, Milena Callegari. *A memória coletiva e a construção da identidade em famílias da Sociedade Israelita de Ribeirão Preto*. 2013. 213f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

COSTA, Albertina. et. al. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, Bruno Mendonça. Vamos por partes. In: GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Ivone (orgs.). *UFRGS: identidades e memórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CHAPERON, Sylvie. Femme, objet non-identifié. Analyse Épistemologique du féminisme . *Les Temps Modernes*, n.487, fevereiro, 1987.

CHAVES, Helena Lúcia Augusto; OLIVEIRA, Edistia Maria Abath Pereira de. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. *Soc. Soc.*, São Paulo, n. 128, p. 143-163, jan./abr. 2017.

D'ARAÚJO. Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. *História Oral*, vol. 3, 2000, p. 109-116.

DELLA VECHIA, Renato da Silva. *O ressurgimento do Movimento Estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. 2011. 414f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. *A Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul: (1962-1972)*. 2011. 194f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

DIGREGORIO, Maria de Fátima Araújo. As mulheres jucistas no Brasil dos anos 60. In: *Anais...* V Fórum Internacional de Pedagogia, Vitória da Conquista, 2013, p. 1-13.

DIGREGORIO, Maria de Fátima Araújo. *Com lenço e sem documento: identidades, ideário e relações familiares na luta e repressão política a Juventude Universitária Católica*. 2011. 322f. Tese (Doutorado) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2011.

DINIZ, Pery Pinto; SOARES, Mozart Pereira. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1934-1964)*. Porto Alegre: PROEXT/UFRGS, 1992.

DOSSIÊ Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). São Paulo, Imprensa Oficial, 2009.

DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Pernambuco: Companhia Editora de Pernambuco; São Paulo: Governo do Estado de SP: 1995/1996.

DOSSIÊ elaborado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e pelo Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado (IEVE).

DUARTE, José Bacchieri. *A fascinante história de Pedro Simon: sua vida, seu tempo*. Porto Alegre: AGE, 2001.

DREHER, Martin. *Breve história do ensino privado gaúcho*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.

ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher: o feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. v.5. Lisboa: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1990.

FALCÃO, Frederico José. *Organizações Revolucionárias no Brasil: itinerários de integração à ordem*. Rio de Janeiro: UFRJ/CFCHECOLA de Serviço Social, 2010.

FARIAS, Ana Elizabete Moreira de; ROLIM, Eliana de Souza. História oral e a cidade: relação entre história, memória e construção de identidades. In: *Anais... XIV Encontro Estadual de História da ANPUH/PB*, 2010.

FARENZENA, Nalú. Nas pegadas do salário-educação: um olhar sobre sua repartição entre esferas de governo. *Textura*, v. 19, n. 40, p. 139-157, maio/ago. 2017.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A UNE em tempos de autoritarismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FERRARO, Karina Perin. *Movimento estudantil, gestão democrática e autonomia na universidade*. 2011. 209f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

FERRAZ, Geraldo Galvão (Org.). *Paixão Pagu: uma autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e a cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. *Aurora*, 10: 2011, p. 101-118.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, p. 314-332.

FIORUCCI, Rodolfo. História oral, memória, história. *Revista História em Reflexão*, vol. 4, n. 8 - UFDG - Dourados, jul./dez. 2010, p. 1-17.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. *História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Contexto, 2015.

FICO, Carlos. *História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Contexto, 2015.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60, 2004.

FILIPPINI, Leonardo. La persecución penal en la búsqueda de justicia. *In: CELS/ICTJ. Hacer Justicia*. Buenos Aires: Siclo XXI, 2011.

FORACCHI, Marialice. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

FRACCARO, Glauca Cristina Candian. *Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)*. 2016. 198f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

FREIRE, Américo. A via partidária da transição política brasileira. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, nº 52, vol. 30, p. 287-308, jan./abr. 2014.

FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GALLO, Carlos Artur. *Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça: um estudo sobre o trabalho da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil*. 2012. 117f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GALLO, Carlos Artur. Considerações sobre políticas públicas e memória da repressão política no Brasil. *O Público e o Privado*, Fortaleza, 2016, nº 28, julho/dezembro, p. 195-210.

GALVÃO, Laila Maia. Os entrecruzamentos das lutas feministas pelo voto feminino e por educação na década de 1920. *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 13, p. 176- 203, 2016.

GARCIA, Bruna da Silva. Memória e História: uma discussão teórica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 7., 2015, Maringá. *Anais.*, p. 1361-71. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1508.pdf>. Acesso em: 10/07/2023.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*, Campinas, 1997, n. 8/9, p. 319-342.

GIANORDOLI–NASCIMENTO, Ingrid Faria; SANTOS, Maria de Fátima; TRINDADE, Zeidi. *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GIANORDOLI–NASCIMENTO, Ingrid Faria; SANTOS, Maria de Fátima; TRINDADE, Zeidi. Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar: A complexa dinâmica dos processos identitários. *Interamerican Journal of Psychology*, vol. 41, núm. 3, 2007, p. 359-370.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araújo; AMÂNCIO, Lígia. Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar brasileira. Disponível em: https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR460eb23be09d1_1.pdf. Acesso em: 19/04/2023.

GOLDENBERG, Mirian. Mulheres e militantes. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 349-365, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/ IUPERJ, 1998.

GOMES, Luisiane da Silveira. *A atuação feminina no movimento estudantil universitário durante o processo de redemocratização do Brasil (Pelotas/RS: 1977-1985)*. 2017.193 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

GONÇALVES, Tânia; ROMAGNOLI, Luiz Henrique. *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979.

GONÇALVES, Martina Spohr. *American Way of Business: Empresariado brasileiro e norte-americano no caminho do golpe empresarial-militar de 1964*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ. 2016.

GONÇALVES, Renata. Sem pão e sem rosas: do feminismo marxista impulsionado pelo Maio de 1968 ao academicismo de gênero. *Lutas Sociais*, [S.I.], n. 21/22, p. 98-110, 2009.

GUARANY, Reinaldo. *A fuga*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GUEDES, Gleice Lopes Abboud. *Hoje tem comida para todos: história e memória do restaurante central do estudantes/Calabouço (1951-1969)*. 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Ivone (orgs.). *UFRGS: identidades e memórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008.

GRIGOLI, Juliana de Jesus. *Política de memória histórica no Brasil: um estudo de Sociologia Política*. Florianópolis: Em Debate, 2016.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. 2005. 275f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

GROPPO, Bruno. Las Políticas de la Memoria. *Sociohistórica*, La Plata, n. 11-12, p. 187-198, 2002.

HAHNER, June. A Escola Normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX. *Revista Gênero*, Niterói, v. 10, n. 2, p. 313-332, 1. sem. 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

HARRES, Marluza Marques. História oral: algumas questões básicas. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 99-112, dez. 2008.

HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. *Revista Estudos Feminsitas*, 17 (1), janeiro-abril/, 2009.

HINTERHOLZ, Marcos Luiz. Tácitas e marginais: memórias das casas de estudante autônomas de Porto Alegre e as possibilidades para a História da Educação. *História da Educação*, v. 21, n. 51, p. 435-448, 2017.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalhos e formação profissional*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 21. ed. São Paulo: Cortez; Celats, 2007.

IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

INÁCIO, Nildo. *Anistia à brasileira: análise do discurso dos juristas vinculados ao regime militar pós-1964*. 2013. 120f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

IZQUIERDO, Ivan. Memórias. *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 3, nº 6, p. 89-112, agosto, 1989.

JELIN, Elisabeth. Introducción: gestión política, gestión administrativa y gestión histórica. Ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión. In: CATELA, Ludmila; JELIN, Elisabeth (orgs.). *Los archivos de la represión: Documentos, memoria y verdad*. Madrid: Siglo XXI, 2002, p.1-13.

JELIN, Elisabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

KANTORSKI, Leonardo Prado. *Expurgo de docentes na lógica da Doutrina de Segurança Nacional: o caso da FURG (1969-1977)*. 2011. 246f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

KOLLER, Sílvia Helena; NARVAZ, Martha Giudice. Metodologias feministas e estudos de gênero. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

KUNZLER, Maria Laci. Participação das mulheres na política representativa. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. *Anais...*, p. 1-6. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST29/Maria_Laci_Kunzler_29.pdf. Acesso em: 04/07/2023.

LACERDA, Gislene Edwiges de. Memória e tempo presente: o movimento estudantil e o processo de transição democrática brasileira (1974-1985). In: Seminário Internacional História do Tempo Presente, 1, 2011, Florianópolis. *Anais...*, p. 871-887. Disponível em: <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/403/325>. Acesso em: 20/07/2023.

LIBLIK, Carmem Silvia da Fonseca Kummer. *Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)*. 2017. 330f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

LIEBMAN, Arthur; Walker, Kenneth N.; GLAZER, Myron. *Latin american university students: a six nation study*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1972.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *A direita estudantil universitária no Rio Grande do Sul: entre a democracia e a ditadura (1961-1968)*. 2017. 317f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. *A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas*. 2010. 367f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

LÔBO, Daniella Ataíde. *Militância feminina no PCB: memória, história e historiografia*. 2017. 87f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017.

LOBO, Elisabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 3ªed. São Paulo: Perseu Abramo, 2021.

LOPES, Henrique Sena Guimarães. Escola das Américas: treinamento militar e ideológico no Canal do Panamá. *Revista Hydra*, vol. 1, n. 2, agosto de 2016. p. 186-200.

LOPES, Bruna Ferreira. As mulheres foram às ruas: a militância feminina estudantil na ditadura militar brasileira. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, jan./ago. 2023. p. 209-234. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/41386>. Acesso em: 30/08/2023.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, v. 17, jul./dez. 1998, p. 63-201.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma?. *Cadernos Pagu*, [S. l.], n. 11, p. 107–125, 1998.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da ditadura à nova República*. São Paulo: Xamã, 2004.

MACIEL, Rubens Mário Garcia. Nós, os alunos que já estávamos lá. In: GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Ivone (orgs.). *UFRGS: identidades e memórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MANSAN, Jaime. *Expurgos na UFRGS: Afastamento sumário de professores no contexto da Ditadura civil-militar (1964-1969)*. 2009. 323f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2009.

MARÇAL, Fábio. Final dos anos 60: os estudantes balançam o Brasil. In: SERRA PADRÓS, Enrique (org.). *As ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006. p. 78-84.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

MASSERONI, Vinícius de Oliveira. *Vozes da revolução: historiografia e memórias dos militantes da luta armada brasileira (1968-1974)*. 2020. 280f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

MARTINS, Ana Claudia Lopes; BARROSO, Milena Fernandes; LIMA, Raissa Ribeiro; RODRIGUES, Taysa Cavalcante. O (não) lugar das mulheres na universidade. *Serviço Social em Revista*, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 340–360, 2022.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Ed. Papirus, 1987.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

MENDÉZ, Natalia Pietra. *Discursos e práticas do movimento feminista em Porto Alegre (1975-1982)*. 2004. 170f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MENDÉZ, Natalia Pietra. O feminismo chegou ao Rio Grande: os efeitos da “onda” feminista nos anos 1970 e 1980 em Porto Alegre. *Revista Práxis*, [S.I.], v. 2, p. 27-33, 2005.

MENDES JR., Antônio. *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MENON, Gustavo. A Reforma de Córdoba, movimentos estudantis e seus impactos para o ensino superior na América Latina. *Revista História da Educação (online)*, v. 25, 2021. p. 1-27.

MELO, Raquel. Quais são os desafios de meninas e mulheres negras na educação? *Gênero e Educação*, 30 jul. 2020. Disponível em: <https://generoeeducacao.org.br/desafios-mulheres-negras-educacao/#:~:text=Os%20dados%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20apontam,ao%20racismo%20e%20ao%20sexismo>. Acesso em: 28/09/2023.

MITRE, Antônio. *O dilema do Centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Editora Contexto, 1994.

MORAES, Thiago Aguiar de. “*Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado*”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). 2012. 228f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MOREIRA, Fernanda Teixeira. *O partido do empresariado: o IPÊS-SP, os empresários paulistas e a construção de consenso na década de 1960*. 2020. 394f. Tese (Doutorado) –

Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan./mar. 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. História, memória e as disputas pela representação do passado recente. *Patrimônio e Memória*, v. 9, p. 56-70, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*: as assessorias de segurança e informações das universidades. *TOPOI*, vol. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 30-67.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica. *O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015.

NASCIMENTO, Isabela Rodrigues do; SILVA, Lohana Pereira da. O apagamento histórico feminino na participação política: as mulheres na luta organizada contra a ditadura civil-militar no Brasil. In: GALLO, Carlos Artur; CAVICHIOLI, Bruno Gazalle; SOUZA, Laura Feijó de; SILVEIRA, Rafael Alexandre (orgs.). *Políticas de memória, democracia e sociedade: contribuições para uma reflexão crítica do passado e do presente*. Porto Alegre: Casalettras, 2023.

NEVES, Margarida de Souza. História e Memória: os jogos da memória. In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access, 1998.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Educação Superior. In: GERTZ, René (org.). *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Volume 4. Passo Fundo: Méritos, 2007.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. *Ensino superior privado no Rio Grande do Sul: a experiência das universidades comunitárias*. Documento de trabalho, São Paulo, 1995.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, nº 10, dezembro/1993, p. 8-28.

O'DONNELL, Guillermo; SCHIMITTER, Philippe. *Transições do regime autoritário. Primeiras conclusões*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

OFFEN, Karen. *European Feminisms 1700-1950*. Stanford: Stanford University Press, 2000.

OLIVEIRA, Cleverton Luis Freitas de. *A Ação Popular e suas estratégias para integração na classe trabalhadora do Rio Grande do Sul (1962-1972)*. 2016. 168f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

ORSATO, Andréia. *Gênero e democracia: rupturas e permanências no orçamento participativo de Porto Alegre (2005)*. 2008. 150f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

OSÓRIO, Bruna da Silva. *A (in)visibilidade das mulheres no movimento estudantil: do passado ao presente*. 2014. 73f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-64. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org.). *1964: visões críticas do golpe*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 23-28.

OLIVEIRA, Lucas Monteiro de. *As dinâmicas da luta pela Anistia na transição política*. São Paulo, 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PADRÓS, Enrique Serra. Usos da memória e do esquecimento na história. *Revista Literatura e Autoritarismo: o esquecimento da violência*. N. 4. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/num4/ass02/pag01.html>. Acesso em: 04/07/2023.

PADRÓS, Enrique Serra. Usos da memória e do esquecimento na história. *Revista Literatura e Autoritarismo: o esquecimento da violência*. nº. 4, s/d.

PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M; LOPEZ, Vanessa; FERNANDES, Ananda, (Orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul 1964 – 1985: o fim da ditadura e o processo de redemocratização*. Porto Alegre: CORAG, 2009.

PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. vol. 3. Porto Alegre: Corag, 2009.

PALHA, Juliano. A Casa do Estudante. *Revista do Globo*, n. 354, 1944, p. 25.

PASSERINI, Luisa. Feridas da memória: identidade feminina e violência política. In: PASSERINI, Luisa. *A memória entre política e emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 33-94.

PASSERINI, Luisa. Gênero ainda é uma categoria útil para a história oral? In: PASSERINI, Luisa. *A memória entre política e emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 95-106.

PATAI, Daphne. *História oral, feminismo e política*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, vol. 26, núm. 52, dezembro, 2006, p. 249-272.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. (orgs). *Gêneros, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 115- 137.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. *Revista Arquivos da Memória – Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa*. Nº 2. Ed. Nova Série, 2007.

PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB*. Rio de Janeiro: Vitória, 1962.

PERRONE, Claudia. Políticas de Memória e do esquecimento: as ruínas do sentido. In: RAUTER, Cristina; PASSOS, Eduardo; BENEVIDES, Regina Benevides. (Orgs.). *Clínica e Política: Subjetividade e Violação dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/Editora Te Cora, 2002.

PERROT, Michele. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PILETTI, Nelson. *História da educação no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991.

PINA, Fabiana. *O acordo MEC-USAID: ações e reações (1966-1968)*. 2011. 187f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: um espaço privilegiado da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

PINTO, Magda Oliveira. *A reforma universitária como reivindicação estudantil e política pública: a UEE na luta universitária no Rio Grande do Sul (1960-1968)*. 2010. 332f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PIRES, Thiago Vieira. *Fazendo revolução a vida inteira: memória e resistência entre os militantes da Ação Popular no Rio Grande do Sul*. 2015. 339f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

POERNER, Arthur. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

POHNDORF, Marília da Rocha Hofstätter. *O movimento estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978 – 1985): memórias de atuações contra a ditadura*.

2013. 139f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 02. n. 03, 1989.

PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na História Oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2000.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 59-72, dez. 1996.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, São Paulo, v. 15, n. 14, p. 13-49, 1997b.

PORTELLI, Alessandro, O que faz a história oral diferente. *Revista Projeto História*, n. 14, São Paulo: PUC, 1997.

PRESTES, Reulcinéia Isabel; SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos; VALE, Antônio Marques do. Brasil, 1930-1961: Escola Nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.22, p.131 –149, jun. 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

RAMÍREZ, Hernán Ramiro. *Os institutos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996*. 2005. 709f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. *O Desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996.

REGIS, Caren Victorino. *A presença feminina na casa do estudante do Brasil (1931- 1951): a atuação da união universitária feminina*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro Centro De Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação Em Educação. Rio De Janeiro, 2012.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: As reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições. In: FORTES, Alexandre (Org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo/Chapecó: Perseu Abramo/Argos, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.

REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RIBEIRO, Maria Luísa dos Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 12. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992.

RICHTER, Daniela; FARIAS, Thieser da Silva. Ditadura militar no Brasil: dos instrumentos jurídicos para a democracia outorgada. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro, vol. 11, nº 3, set./dez. 2019, p. 381-405.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

ROCHA, Marina Maria de Lira. Memória e Direitos Humanos. O caso de transformação da ex-ESMA. In: 7º CEISAL: Memória, Presente y Porvenir. Porto: Edición Digital Memoria, 2013.

RIDENTI, Marcelo. A época de 1968: cultura e política. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos (orgs.). *1968: 40 anos depois: história e memória*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 81-90.

RIDENTI, Marcelo. *1968: de novo!* Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5013044/mod_resource/content/1/1968.pdf (2014). Acesso em: 27/04/2023.

RIDENTI, Marcelo. 1968: Rebeliões e Utopias. In REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste (orgs.). *O Século XX: o tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações*. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular e marxismo. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

RIDENTI, Marcelo. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, São Paulo, 2(2): 113-128, 2.sem. 1990.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RODRIGUES, Magali Flores. *As mulheres na política representativa: uma análise a partir da cidade de Santa Maria/RS*. 2021. 35f. Monografia (Especialização em Estudos de Gênero) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

ROCHA, Débora Raiza. História e memória das mulheres na Ação Popular (AP). In: AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália; DELLAMORE, Carolina (orgs.). *A ditadura*

aconteceu aqui: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *O golpe de 1964 e o regime militar*. Novas Perspectivas. São Carlos: Edufscar, 2006.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

ROMO, Andrés Donoso. Movimientos estudiantiles em América Latina (1918-2011): aproximación historiográfica a sus rasgos compartidos. *Revista Brasileira de História*. V. 40, n. 83, 2020. p. 235-258.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROSITO, João Baptista Alvares. *O Estado pede perdão: a reparação por perseguição política e os sentidos da anistia no Brasil*. 2010. 141. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84). *Revista Tempo e Argumento, Florianópolis*, v. 5, n. 10, p. 108-132, jul./dez. 2013.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Narrativas femininas sobre resistir. In: NETO, Mário Danieli; STTEFENS, Marcelo Hornos; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.). *Narrativas sobre tempos sombrios: ditadura civil-militar no Brasil*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Rompendo a invisibilidade: narrativas femininas sobre os bastidores da militância política em 1968 na cidade de Osasco. *Perseu*, São Paulo, nº 7, ano 5, 2011, p. 41-57.

SALOMÃO, Ivan. Da distensão política à nova República: apontamentos sobre a oposição no colégio eleitoral. *Textos e Debates*, Boa Vista, nº 32, p. 53-74, jan./jun. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. A questão da mulher na perspectiva socialista. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.27, p.82-100, 2o sem. 2011.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, v. 8, n. 1, 2009.

SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964*. Campinas: Editora Alínea, 2008.

SANTANA, Flávia Angelis. *Movimento estudantil e ensino superior no Brasil: a reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60*. 2014. 348f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, Heloísa Nunes. *Memórias militantes: memórias autobiográficas de militantes da Ação Popular*. 2017. 145f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SANTOS, Nilton (org.). *História da UNE: depoimentos de ex-dirigentes*. Coleção História Presente nº 4. São Paulo: Editora Livramento, 1980.

SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. *Aurora*, ano III, nº 5, p. 101-108, dezembro de 2009.

SANTOS, Maria Fernanda Teixeira dos. Lugar de mulher é na luta: considerações sobre a participação feminina no movimento estudantil. *CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, [S. I.], n. 06, 2010. p. 60-84. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17101>. Acesso em: 30/08/2023.

SARTI, Cynthia. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, nº 2, vol. 12, p. 35-50, maio-agosto/ 2004.

SARTI, Cynthia. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: *XXI Congresso Internacional da LASA*. Chicago, 24-26 de setembro de 1998.

SESQUIM, Ilda Renata Andreasta. União Universitária Feminina: feminismos e possibilidades para a emancipação. *Revista Historiar*, vol. 13, nº 25, p. 107-125, jul./dez., 2021.

SILVA, Péricles de Medeiros Cavalcanti da. Determinação da quota de gênero nas eleições proporcionais: aplicação do §3º e §4º, do art. 10, da Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições). *Revista de Estudos Eleitorais*, Recife, V.1, Nº. 2, p. 1-88, dez. 2017.

SILVA, Maurício Ferreira da; BENEVIDES, Sílvio César; PASSOS, Ana Quele da Silva. *Impeachment* ou golpe? Análise do processo de destituição de Dilma Rousseff e dos desdobramentos para a democracia brasileira. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 9., 2017, Montevideu: ALACIP, 2017. p. 1-22. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6919>. Acesso em: 27/07/2023.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Dever de memória e a construção da história viva: A atuação da comissão de anistia do Brasil na concretização do direito à memória e à verdade. In:

SILVA, Mayris de Paula. *Memórias de mulheres do Movimento Estudantil: participação, gênero e educação*. 2016. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba, 2016.

SILVA, Gleice Pereira da. *As mulheres na formação do PCB: uma abordagem interseccional (1922-1935)*. 2020. 125f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. *A resistência ao golpe e ditadura militar em Pelotas*. 2010. 82f. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) – Licenciatura em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

SIGRIST, José Luiz. *A JUC no Brasil: evolução e impasse de uma ideologia*. São Paulo, Cortez/UNIMEP, 1982.

SIRTORI, Bruna. et al. *CEUE 100 anos: história do movimento estudantil*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SOARES, Paula Elise Ferreira. *A questão feminina no PCB (1925-1956)*. 2021. 378f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Angela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. (orgs). *Mulher e política: gênero e feminismo no partido dos trabalhadores*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

SOIHET, Rachel. Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. *Cadernos Pagu*. Edição 40. 2013: 169-195.

SOIHET, Rachel. Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica? *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.13, n.24, p.191-207, 2008.

SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

SOUSA, Cynthia Pereira. Gênero e Universidade no Brasil: acesso ao ensino superior e à condição feminina no meio universitário. In: GARCÍA, Consuelo Flecha; PALERMO, Alicia Itatí (coord.). *Mujeres y universidad en España y América Latina*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

SOUZA, Pe. Ney de. Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. *Revista de Cultura Teológica*, v. 14, n. 55, abr/jun. 2006, p. 39-59.

SCARNO, Renan Costa Valle; DELLA VECHIA, Renato da Silva. Direito à verdade e políticas de memória: o Brasil e a ditadura. *Sociedade em Debate*, v. 27, n. 2, p. 09-27, maio/ago., 2021.

SCHEER, Micaele Irene. *Vestígios de um ofício: o setor calçadista e as experiências de seus trabalhadores na cidade de Pelotas (1940-2014)*. 2014. 163f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SCHMIDT, Benito. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p.127-156, dez. 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. Entre a filosofia e a sociologia: matrizes teóricas das discussões atuais sobre História e Memória. *Estudos Ibero-americanos*, PUCRS, vol. 32, n. 1, p. 85-97, junho 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TOLEDO, Caio Navarro de. (org.). A democracia populista golpeada. In.: TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: visões críticas do golpe*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 31-45.

TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: O golpe contra as reformas e a democracia*. In: Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, vol. 24, nº 47, jan-jun, 2004. p. 13-28.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

THOMSON, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 47-65.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação a História Oral e as memórias. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 15, abr. 1997, p. 51-84.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. *História Oral*, vol. 5, 2002, p. 9-28.

TORRES, Mateus Gamba. Lutar para manter, lutar para romper: as mulheres e a ditadura militar brasileira. *Revista Em Debate*, Florianópolis, n. 4 (2010): 2º semestre, 2010, p. 93-105.

TOSCANO, Moema; GOLDEMBERG, Mirian. *A Revolução das Mulheres*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

TRIGO, Maria Helena Bueno. *A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero*. In: Bruschini, Cristina; Sorj, Bila (Org.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

TRINDADE, Fernando Casses. Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia da UFRGS. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Porto Alegre, ano 10, 1982.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo era a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

VALCAREGGI, Mardjoli Adorian. A Lei nº 6.683/1979 e a invalidade jurídica da autoanistia frente à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e ao Direito Internacional de Proteção dos Direitos Humanos. *Direito e Justiça*, v. 37, n. 2, p. 98-122, jul./dez. 2011.

VARGAS, Mariluci Cardoso. *Deslocamentos, vínculos afetivos e políticos, conquistas e transformações das mulheres opositoras à ditadura civil-militar: a trajetória do movimento feminino pela anistia no Rio Grande do Sul (1975-1979)*. 2010. 320f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

VIEIRA, Evaldo. *Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel*. São Paulo: Cortez Editora, 1983.

VIEIRA, Cláudia Andrade. *Mulheres de elite em movimento por direitos políticos: o caso de Edith Mendes da Gama e Abreu*. 2002. 182f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

VIEIRA, Sonia Bressan. O “abre-alas” do movimento de mulheres no Rio Grande do Sul (1910-1990). *Revista de Ciências Humanas (URI)*, Frederico Westphalen, v. 6, n. 7, 2005, p. 141-158.

VILARBA, Flavieli Arguelho; NETO, Paulo Bungart. Entre a vontade de esquecer e a necessidade de lembrar: as memórias de Flávio Tavares. *Raído*, v. 13, n. 32, jan./jun., 2019, p. 116-129.

WEBER, Regina. *Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em História oral e Ciências Sociais*. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 163-183, 1996.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

XAVIER, Libânia Nacif. A reforma do ensino no Distrito Federal (1930-1935): experimentalismo e liberalismo em Anísio Teixeira. *Cadernos de História da Educação*, n. 6, jan./dez., 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. CFESS; ABEPSS. *SERVIÇO SOCIAL: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: DF. CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Estudo da evolução histórica da escola de serviço social de São Paulo no período de 1936 a 1945*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1977.

Legislação

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 19/06/2021.

BRASIL. **Lei nº 38, de 04 de abril de 1935**. Define crimes contra a ordem política e social. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>. Acesso em: 17/11/2021.

BRASIL. **Lei nº 136, de 14 de dezembro de 1935**. Modifica vários dispositivos da Lei n.º 38, de 4 de abril de 1935 e define novos crimes contra a ordem político social. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-136-14-dezembro-1935-398009-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17/11/2021.

BRASIL. **Lei nº 1.254, de 04 de dezembro de 1950**. Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1254-4-dezembro-1950-362540-norma-pl.html>. Acesso em: 19/06/2021.

BRASIL. **Lei nº 1.802, de 05 de janeiro de 1953**. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1802-5-janeiro-1953-367324-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17/11/2021.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 28/09/2023.

BRASIL. **Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964**. Cria o Serviço Nacional de Informações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4341.htm. Acesso em: 14/03/2022.

BRASIL. **Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964**. Institui o Salário-Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4440.htm#:~:text=Art.,p%C3%BAblicas%20com%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20elementar. Acesso em: 28/07/2022.

BRASIL. **Lei nº 4.464, de 09 de novembro de 1964**. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20os%20%C3%93rg%C3%A3os%20de%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20estudantes%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=designar%20a%20representa%C3%A7%C3%A3o%20prevista%20em,%C2%A7%201%C2%BA>. Acesso em: 07/12/2021.

BRASIL. **Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965**. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1254-4-dezembro-1950-362540-norma-pl.html>. Acesso em: 19/06/2021.

BRASIL. **Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.** Define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6620-17-dezembro-1978-365788-norma-pl.html>. Acesso em: 17/11/2021.

BRASIL. **Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979.** Dispõe sobre as relações entre o corpo discente e a instituição de ensino superior, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6680.htm. Acesso em: 26/09/2022.

BRASIL. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.** Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 21/03/2021.

BRASIL. **Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979.** Modifica dispositivos da Lei nº 5682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-Lei nº 1541, de 14 de abril de 1977; e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6767-20-dezembro-1979-357280-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17/11/2021.

BRASIL. **Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983.** Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7170-14-dezembro-1983-356772-norma-pl.html>. Acesso em: 17/11/2021.

BRASIL. **Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995.** Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9100.htm. Acesso em: 25/09/2023.

BRASIL. **Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995.** Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9140-4-dezembro-1995-348760-norma-actualizada-pl.html>. Acesso em: 02/04/2021.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.** Estabelece normas para as eleições. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 25/09/2023.

BRASIL. **Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.** Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10559.htm. Acesso em: 02/04/2021.

BRASIL. **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.** Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12528-18-novembro-2011-611803-norma-pl.html>. Acesso em: 02/04/2021.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº

11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 27/07/2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967**. Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-228-28-fevereiro-1967-376022-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07/12/2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Define%20os%20crimes%20contra%20a,social%20e%20d%C3%A1%20out%20ras%20provid%C3%AAs.&text=I%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Preliminares-.Art.,nos%20limites%20definidos%20em%20lei>. Acesso em: 17/11/2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969**. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0477.htm. Acesso em: 22/09/2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 750, de 08 de agosto de 1969**. Provê sobre a transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-750-8-agosto-1969-375218-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19/06/2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17/11/2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879**. Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 16/06/2021.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16/06/2021.

BRASIL. **Decreto nº 49.529, de 13 de dezembro de 1960.** Cria Universidade Rural do Sul e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-49529-13-dezembro-1960-388846-norma-pe.html>. Acesso em: 19/06/2021.

BRASIL. **Decreto nº 55.551, de 12 de janeiro de 1965.** Regulamento a Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964, que institui o Salário-Educação, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55551-12-janeiro-1965-395895-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28/07/2022.

BRASIL. **Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002.** Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm. Acesso em: 17/11/2021.

BRASIL. **Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002.** Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4553.htm. Acesso em: 27/07/2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005.** Dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional – CSN, Comissão Geral de Investigações – CGI e Serviço Nacional de Informações – SNI, que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5584.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20recolhimento%20ao,Ag%C3%Aancia%20Brasileira%20de%20Intelig%C3%Aancia%20%2D%20ABIN. Acesso em: 27/07/2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.037, de 21 de novembro de 2009.** Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2009/decreto-7037-21-dezembro-2009-598951-publicacaooriginal-121386-pe.html>. Acesso em: 02/04/2021.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964.** Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 14/03/2022.

BRASIL. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.** Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso em: 17/11/2021.

BRASIL. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1967.** Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso em: 30/03/2022.

BRASIL. **Ato Institucional nº 3, de 05 de fevereiro de 1966.** Fixa datas para as eleições de 1966, dispõe sobre as eleições indiretas e nomeação de Prefeitos das Capitais dos Estados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-03-66.htm. Acesso em: 28/07/2022.

BRASIL. **Ato Institucional nº 4, de 07 de dezembro de 1966.** Convoca o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discursão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-04-66.htm. Acesso em: 24/08/2022.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.** São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 17/11/2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril de 1977.** Altera artigos da Constituição Federal, incluindo-se em seu Título V os artigos 208, 209 e 210. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc08-77.htm. Acesso em: 21/03/2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985.** Convoca Assembleia Nacional Constituinte e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc26-85.htm. Acesso em: 02/04/2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 1.439, de 16 de fevereiro de 1951.** Dispõe sobre a transferência da Universidade do Rio Grande do Sul para o Governo da União. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-1439-1951-rio-grande-do-sul-dispoe-sobre-a-transferencia-da-universidade-do-rio-grande-do-sul-para-o-governo-da-uniao>. Acesso em: 19/06/2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 49.380, de 06 de agosto de 2012.** Aprova o Regimento Interno da Comissão Estadual da Verdade. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2049.436.pdf>. Acesso em: 27/07/2023.